



Maria Zara Simões Pinto Coelho (Org.)

# NÃO POUPE NO SEMEAR

Trinta anos de comunicação,  
Aníbal Alves



Universidade do Minho  
Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade

**P**  
**P**  
Pé de Página





# **NÃO POUPEMOS NO SEMEAR**

**Trinta anos de comunicação, Aníbal Alves**



Universidade do Minho  
Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade

**P<sub>P</sub>**  
Pé de Página

## Ficha Técnica

**Título:**

**Não Poupes no Semear. Trinta anos de comunicação, Aníbal Alves**

**Organização:**

**Maria Zara Simões Pinto Coelho**

**Centro de Estudos Comunicação e Sociedade — Universidade do Minho**

**Direção gráfica:**

**Carolina Leite e Matteo Bianchi**

**Coordenação Editorial:**

**Rui Alexandre Grácio**

**Paginação:**

**Pé de Página Editores, Lda**

**Impressão e acabamento:**

**Tipografia Lousanense**

**1.ª edição: Junho de 2009**

**ISBN: 978-989-614-124-0**

**Dep. Legal: 294010/09**

**© Pé de Página Editores**

**Avenida Emídio Navarro, 93, 2ª, Sala B**

**3000-151 COIMBRA**

**Telf./Fax: 239832064 ou Telf./Fax: 239836112**

**e-mail: pgracio@pedepagina.pt**

**sftio: www.pedepagina.pt**

**Reservados todos os direitos**

## Índice

### **Prefácio**

- A intensidade de uma vida e a sua fulguração* 9  
Moisés Martins, Manuel Pinto e Helena Sousa

### **Nota bio-bibliográfica** 11

### **I PARTE: ARTIGOS** 13

- O efémero e o profundo* 15  
Acílio Estanqueiro Rocha

- Un ciclo de producción más ágil gracias a las nuevas tecnologías de la comunicación* 23  
Ana Lucía Echeverri González

- Trabalho de si mesmo e alienação no outro*  
*Notas sobre o ensino da filosofia em Hegel* 35  
Artur Morão

- Un bouquet d'images, mots et pensées* 47  
Carolina Leite

- Economia Política dos Media: origens e percursos* 59  
Helena Sousa

- O papel do Jornal* 73  
Henrique Barreto Nunes

- O que é a pós-modernidade* 79  
Jean-Martin Rabot

- Fé e ciência* 95  
Joaquim Coelho Rosa

- Relações entre a esfera ético-deontológica dos jornalistas e a esfera jurídica na garantia do rigor, da isenção e do pluralismo na informação — alguns comentários* 105  
José Manuel Mendes

<i>A investigação</i> José Miguel Braga	111
<i>O texto argumentativo e a sua didáctica</i> José Rei	117
<i>Ética, estética e amizade</i> Manuel Alte da Veiga	129
<i>Ética e economia: a empresa e a sua responsabilidade política e social</i> Manuel da Silva e Costa	133
<i>A projecção educativa das associações portuguesas no Brasil</i> Maria Beatriz Rocha –Trindade	145
<i>Migrações internacionais. Incorporação das desigualdades sociais e sanitárias</i> Maria Engrácia Leandro	159
<i>“O processo sempre inacabado da história da liberdade”</i> Maria Helena Gonçalves	177
<i>O Sermão de Vieira à Universidade de Coimbra. Factos e lições</i> Mário Garcia	183
<i>Cyberculture: «communion des saints» postmoderne</i> Michel Maffesoli	189
<i>Subsídios para a(s) Memória(s) da Investigação em História e Ciências Sociais na Universidade do Minho</i> Miguel Sopas de Melo Bandeira	197
<i>Os maus-tratos de crianças e a excitação dos media</i> Moisés de Lemos Martins	209
<i>Media criativos e interactivos</i> Nelson Zagalo	215
<i>Description argumentative et description polyphonique: le cas de la négation</i> Oswald Ducrot e Marion Carel	219

<i>A Psicologia Social nas Ciências da Comunicação</i> Rosa Cabecinhas e Alexandra Lázaro	239
<i>A crítica de cinema como género jornalístico</i> Tito Cardoso e Cunha	247
<i>Literaturas emergentes, Pós-colonialismo e Barroco</i> Vitor Aguiar e Silva	259
<i>Sobre a comunicação, Aníbal Alves</i> Zara Pinto-Coelho	267
<b>II PARTE: TESTEMUNHOS</b>	271
<i>Ana Maria da Costa Macedo, dos primeiros estudantes de Ciências Sociais na Universidade do Minho</i>	273
<i>Aline Campos, Cecília Espada, Joana Soares, João Prates e Manuela Martinho</i>	277
<i>Margarida Pereira, Maria Clara Neves, Natália Dias, Nelson Soares, Raquel Leite e Rita Rocha</i>	281
<i>Anabela Carvalho, Helena Pires, Joaquim Fidalgo, Luísa Magalhães, Silvana Mota-Ribeiro e Edmundo Cordeiro</i>	285
<i>António Ovídio, Filomena Lopes, Fernando Jesus, Lúcia Azevedo, Maria Fátima Nunes e Sofia Oliveira</i>	291
<i>Joaquim Pinto Machado, Júlio Barreiros Martins e Sérgio Machado dos Santos</i>	296
<i>António Rodrigues Dias, Nuno Cordeiro Ferreira, Evaristo de Vasconcelos e Manuel Vaz Pato</i>	299
<i>Isabel Sales Henriques, José Luís Ribeiro, Michèle Dupont e Ricardo Pereira</i>	302
<i>Cármem Catarino, Célia Alves, Jerónimo José Alves, José, João e Maria da Conceição Belchior Alves, José Carlos Belchior, Margarida Belchior e Pedro Belchior</i>	305



## **PREFÁCIO**

### **A intensidade de uma vida e a sua fulguração**

O que se passa é que, no que conta, não há retorno numa vida. Apenas existe ida. É sempre de ida o caminho que nos espera. Somos um corpo em viagem. Estamos a caminho. Somos um lugar de afectos e de alianças. E também somos feitos de expectativas, entusiasmos, resistências, hesitações. Mas é sempre de ida a nossa viagem. É na ida que está a particular fulguração da nossa vida.

Que melhor homenagem podemos fazer hoje ao Professor Aníbal Alves, na festa da sua aposentação, do que seguir o lema que sempre o acompanhou: não nos limitarmos a polir e a fazer reluzir velhas palavras, antes criar, fabricar palavras novas, persuadindo-nos uns aos outros a servirmo-nos delas? Por certo não foram palavras velhas, todavia polidas e reluzentes, que o persuadiram a dar corpo ao projecto das Ciências da Comunicação na Universidade do Minho. Palavras novas, palavras que o persuadiram para a navegação intermínima do conhecimento, essa sim, essa foi a sua arte, um caminho por onde sempre procurou conduzir o Departamento.

Existem momentos na vida das instituições que podem constituir-se em afluente de todas as memórias e em futuro de todos os encontros. É assim que pensamos este momento em que o Departamento de Ciências da Comunicação homenageia o seu fundador. Sentimos, no entanto, que não possuímos este momento por inteiro, porque não possuímos o fogo, nem a água, nem o caminho. A viagem que falta empreender exige que renasçamos, que recebamos o lume e a água para o caminho, e que tomemos sobre nós a injunção de ficar, vigiar e perseverar.

Podemos perguntar, no entanto, mas como despertar para a aventura, se o nosso tempo é hoje mais de ameaça que de esperança? Como respirar o tempo presente, se é a nossa vida toda que parece hoje incendiada em guerra e aflição?

Cada geração tem de tentar de novo, tem de tentar sempre um caminho ainda por achar. Pela mão do Professor Aníbal Alves, o Departamento traçou uma história, procedeu regularmente à reformulação das suas funções e foi experimentando sempre novas articulações. Fê-lo no ensino, na investigação e na extensão universitária. Mas como em todas as épocas, o Departamento seguirá a sua viagem, cosendo todavia a paciência antiga com as suas impacientes chegadas.

Aprendemos com o Professor Aníbal Alves que o que faz a qualidade de uma vida é a sua intensidade, sendo na viagem que está a sua particular fulguração e no caminho a dobrar que está o futuro de todos os encontros. Com efeito, se nada nos faltasse, não haveria caminho, nem viagem. Se nada nos faltasse, nada haveria a esperar como lugar originário da nossa procura.

A viagem, o caminho e o encontro, na partilha das expectativas, do entusiasmo e do trabalho comuns, são o exemplo que recebemos do Professor Aníbal Alves. Desse exemplo retiramos a força que queremos contrapor ao rumor vulgar, à ambiguidade, ao diferendo insanável, em que por regra se instalam e acomodam as comunidades humanas. A nossa realidade terá esta particular intensidade: o interesse pela singularidade, a atenção pela complexidade e a paixão pela prospectiva. É esse lugar de promessa que queremos arrancar à nossa existência universitária, um lugar de pequenos nada que fazem toda a diferença, um lugar capaz de nos reunir e mobilizar como um corpo de desejo.

Moisés de Lemos Martins, Presidente do Instituto de Ciências Sociais  
Manuel Pinto, Director do Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade  
Helena Sousa, Directora do Departamento de Ciências da Comunicação

## Nota bio-bibliográfica

Aníbal Augusto Alves nasceu em 1940, em Pinhal do Norte, Carrazeda de Ansiães.

Fez os estudos secundários e superiores humanísticos na Escola Apostólica (Macieira de Cambra) e no Seminário da Torre (Soutelo), da Companhia de Jesus. Licenciou-se em Filosofia (Braga, 1965), e mais tarde, em 1972, licenciou-se em Comunicação Social na Universidade Católica de Lovaina. Fez o doutoramento em Comunicação Social em 1983, na Faculdade de Ciências Económicas, Políticas e Sociais da Universidade Católica de Lovaina.

Entre 1965 e 1968, deu aulas no Ensino Liceal – Particular no grupo de Portugêses (1965-68). Iniciou funções como Assistente na Universidade do Minho em 1976, e é desde 1996 Professor Catedrático no grupo disciplinar de Ciências da Comunicação do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho.

Durante a licença sabática de Outubro de 1990 a Outubro de 1991 estuda, com o Professor Oswald Ducrot, da École des Hautes Études de Paris, a “Teoria da Argumentação” e organiza o plano curricular da licenciatura em Comunicação Social. Esta licenciatura mereceu a aprovação dos órgãos da Universidade e teve início em Outubro de 1991. Nomeado Director do Curso de Comunicação Social nesse ano, exerceu essa função até ao ano de 1997.

Na Universidade do Minho *ensinou* diferentes disciplinas de teoria e método de Ciências Sociais e de Ciências da Comunicação. Foi professor de *Teorias da Comunicação*, da Licenciatura em Comunicação Social e Licenciaturas afins, da disciplina de *Pragmática da Comunicação*, dos Cursos de Mestrado em Ciências da Comunicação, e da disciplina de *Comunicação nas Organizações*, do Curso de Mestrado em Sociologia.

Desenvolveu *investigação* no âmbito das questões da comunicação humana, em perspectiva teórica e prática, particularmente sobre comunicação e desenvolvimento pessoal e social, bem como sobre o ensino da comunicação. Foi membro e director do *Centro de Ciências Históricas e Sociais* e da sua revista *Cadernos do Noroeste*, nos quais se integrava a linha de acção de Comunicação Social, passando depois para o actual *Centro de Investigação de Estudos de Comunicação e Sociedade*, e sua revista, *Comunicação e Sociedade*.

Exerceu funções de *gestão académica* tais como: Presidente do Instituto de Ciências Sociais (1984-88; 2000-2002), Director da Área/Departamento de Ciências da Comunicação (1982-1997), Director do Curso de Comunicação Social (1991-1997), Director do Centro de Investigação de Ciências Históricas e Sociais (1990-1994) e da sua Revista *Cadernos do Noroeste*; Presidente do Conselho Pedagógico da Universidade (1987-1990), Presidente do Centro de Estudos Lusíadas, uma das Unidades

do Conselho Cultural da Universidade do Minho (1990-96); Vice-Reitor da Universidade do Minho (2002-2003), Presidente da Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação (SOPCOM) e Vice-Presidente da LUSOCOM (1997-2001), Membro do Conselho de Opinião da Rádio Televisão Portuguesa (1999-2003).

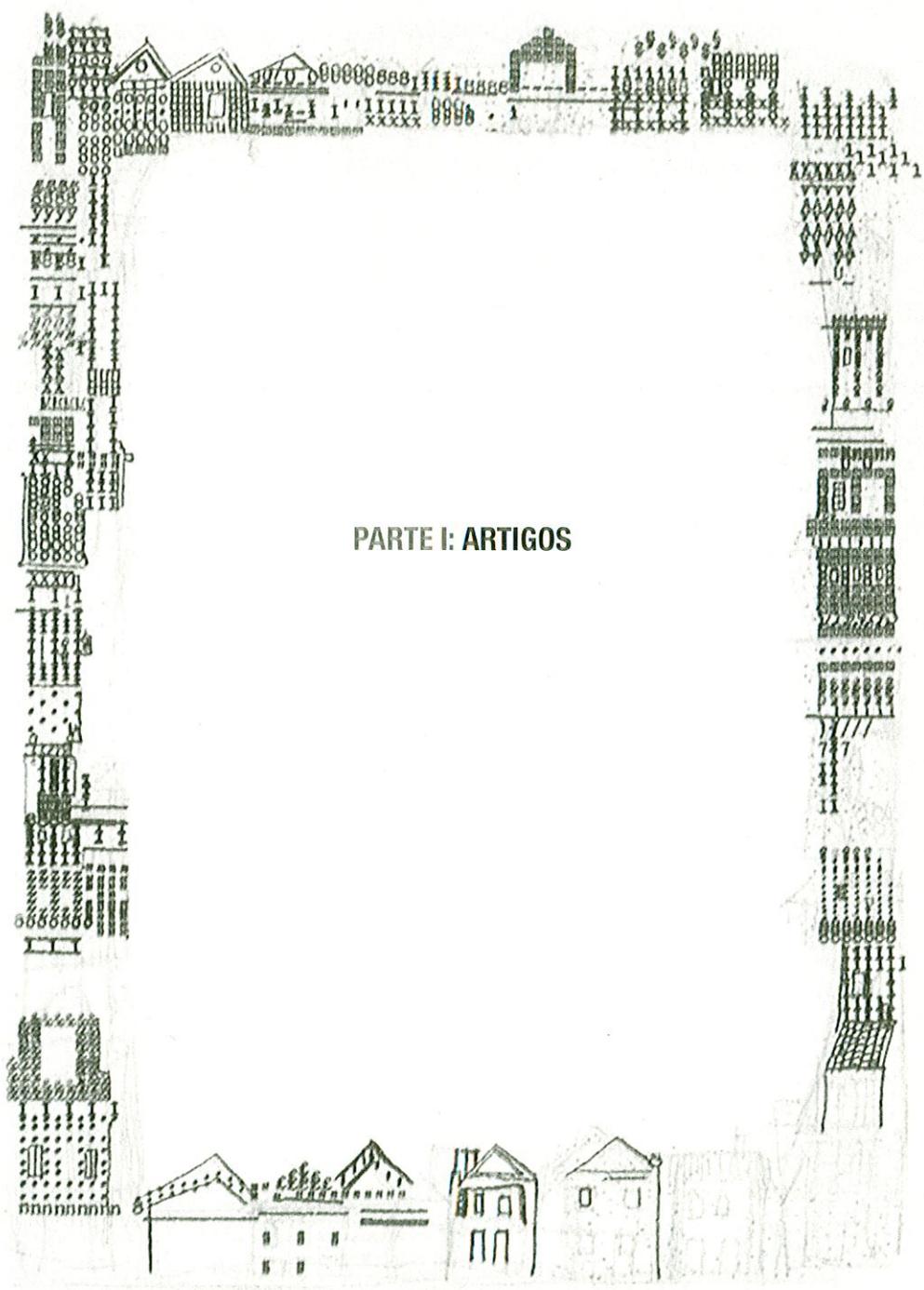
**Da sua obra publicada, constam os seguintes títulos:**

**Livros:**

- *Para uma crítica da economia política do signo*, tradução da obra de Jean Baudrillard, *Pour une critique de l'économie politique du signe*, Edições 70, Lisboa, 1981, 278 p.
- *Presse régionale et Émigration – Analyse sémiotique du discours sur les émigrants dans les journaux de Braga*, (Collection «Questions de Communication 11») Cabay, Librairie Éditeur, Louvain-la-Neuve, 1984, 264 p.
- *Licenciaturas da Universidade do Minho*, Org., Edição da Universidade do Minho, Conselho Pedagógico, Braga, 1989.

**Revistas:**

- “A Pessoa e o Outro no Personalismo de Emmanuel Mounier”, *Revista Portuguesa de Filosofia*, Braga, 1966. T. XXXII, I, pp. 49-77.
- “Imprensa Local e Desenvolvimento”, *Cadernos do Noroeste*, V. 3, Universidade do Minho, Braga, 1990, p.235.
- “A Comunicação Social e a Criança”, *Cadernos do Noroeste*, V. 5, Un. Minho, 1992.
- “A informação construída”, *Cadernos do Noroeste*, Un. Minho, V. 5, Braga, 1992.
- “Les Sciences de la Communication au Portugal”, *L'Avenir des Sciences de la Communication en Europe*, Sigma, European Universities Network, Sienne, 1995.
- “Argumentation et valeurs”, *Cahiers de l'Imaginaire*, nº 11, L'Harmattan, Paris, 1995.
- “Ciências da Comunicação, área interdisciplinar”, *Comunicação e Sociedade 1*, Braga, 1999
- “Comunicação e Cultura no Processo de Socialização”, *Actas dos II Encontros Luso Galaicos de Comunicação e Cultura*, Conselho de Cultura da Galiza, Santiago de Compostela, 5 de Novembro de 2004. Edição electrónica in *Repositoryum*, Universidade do Minho.
- “Comunicação e Intencionalidade”, *Actas do Congresso, Comunicação e Cidadania*, Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação Un. do Minho, 6-7 de Setembro de 2007.



PARTE I: ARTIGOS



## O Efémero e o Profundo

Acílio da Silva Estanqueiro Rocha\*

Numa obra de homenagem ao meu estimado Colega e Amigo, Professor Aníbal Augusto Alves, na qual me é muito grato estar presente deste modo, com quem percorri caminhos vários nesta Universidade do Minho, desde fazer programas e gizar planos, a participar em reuniões sem conta, privar em conversas sem fim, torna-se incontornável começar por falar de Universidade, que foi o nosso motivo do *encontro* de tantos encontros – no século XX como neste século XXI –, prosseguindo depois outros horizontes analíticos acerca do *efémero* e do *profundo* na vida dos humanos e das comunidades.

1. Se para Alfred North Whitehead, “a universidade aparece como o principal agente de fusão de actividades progressivas como instrumento eficaz de progresso”<sup>1</sup>, Jacques Derrida, buscando a sua raiz e princípio, sustém que “a universidade moderna *deveria* ser *sem condição*”, referindo-se àquela cujo modelo europeu se tornou prevalecente, após uma história rica e complexa; ademais, ela “exige e deveria ver reconhecida em princípio, além daquilo que designamos por liberdade académica, uma liberdade *incondicional* de questionamento e de proposição, mesmo, mais ainda, o direito de dizer publicamente tudo o que exigem uma pesquisa, um saber e um pensamento de *verdade*. (...) A universidade *faz profissão* da verdade. Ela declara, promete, um compromisso sem limite para com a verdade”<sup>2</sup>.

Contrariamente ao que se possa pensar, se, remontando a Kant, em *Que é o Iluminismo?* (1784), identificarmos as Luzes com a saída da menoridade, creio que poderemos dizer que é ainda esse projecto que, quantas vezes, numa “prospectiva de incertezas”, as sucessivas gerações vão erigindo com maior ou menor eficácia, agora através da lucidez do desencanto da pós-modernidade; isso contraria que tal eficácia seja mensurável em termos de mercadologia, isto é, de acordo com o mercado; este não deve ser encarado como o fundamento legítimo da Escola. Não se olvide, porém, num mundo em que a própria globalização tende a acentuar a dualidade social de desigualdade e injustiças, um factor fundamental do ensino superior – essencial sem dúvida na universidade pública – tem sido e é também ser instrumento de igualdade de oportunidades e não uma mera emanção elitista de preservação da desigualdade; quer dizer, ser baluarte de valores humanistas e não capitular na lógica tecnocrática

\* Instituto de Letras e Ciências Humanas, Universidade do Minho.

<sup>1</sup> Alfred North Whitehead, *The Aims of Education and Other Essays* [1929], New York, The Free Press, 1967.

<sup>2</sup> Jacques Derrida, *L'Université sans Condition*, Paris, Galilée, 2001, pp. 11-12.

da competição que muitos tornaram selvagem, cujas repercussões estão a ser trágicas na hora que passa. A atitude crítica sobre o que nos parece mais decadente, no campo da educação e do ensino, com os seus desafios, pode, na era da pós-modernidade, tornar-se cada vez menos o nosso problema, para se tornar cada vez mais a nossa esperança. Num texto essencial, Hanna Arendt designa o centro da questão: o educador toma diante do educando “a responsabilidade do mundo”<sup>3</sup>.

Como não há propriamente universidades iguais, todavia elas convergem na fusão do particular e do universal; cada uma tem a sua índole específica, a sua idiosincrasia, mas todas como variações do mesmo tema europeu, visando o “universal” – *universitas*. O universitário não é um “particularista”, não é esse “bárbaro da especialização”, que sabe tudo duma coisa mínima, mas ignorante quando dela se afasta, como advertia Ortega y Gasset<sup>4</sup>. As universidades tomam como divisa ou a *veritas* ou a *libertas*, ou insígnia equivalente, tal como o adoptado pela Universidade do Minho – *res ipsas examinare, verus est sciendi modus* –, colhido da obra de Francisco Sanches – notável filósofo e médico bracarense (sécs. XVI-XVII) –, um português com invulgar influência europeia. O hino *Gaudeamus igitur* que amiúde entoamos, segue cantando-se com a mesma letra e melodia em todas as universidades, desde o século XIII, sintonizando as mentes das diferentes Academias numa mesma frequência intelectual, volitiva e emocional europeia.

A Universidade não esgotou, com o fluir dos tempos, o seu sentido e as suas possibilidades, estando sempre a ponto de as reinventar de acordo com as mudanças que se vão registando nas sociedades. Se lhe compete ser um lugar de interpretação do mundo e de nós próprios, um lugar onde se aprende a saber e a pensar, e se, nos tempos actuais, pode e deve contrariar a corrente individualista que percorre a sociedade, e antepor à vertigem das imagens e ao imediatismo de receita a sobredeterminação da linguagem articulada e a dimensão do tempo, nesse intuito, compete-lhe também exercer alguma resistência criadora e não recuar sobre o lugar necessário da escrita, do tempo, do esforço, do silêncio e da palavra – tal como na música, que se esvairia se só houvesse sons (melódicos ou harmónicos) sem a reiteração das pausas. Se a Europa claudicar nalguma partida económica, isso acarretará crise social; se, e só se como recurso imagético, quiséssemos pensar a União Europeia sem universidades, ela perderia uma parte substancial da sua identidade, da sua personalidade, do seu próprio ser. A Universidade é indispensável num mundo que se perpetua sem se repetir.

2. Um dos traços característicos das sociedades hodiernas é sem dúvida configurado pela revolução informacional, que, desde o nível tecno-económico, se repercute numa espécie de unificação do mundo. Hoje somos, sem dúvida, testemunhas privilegiadas do trânsito a uma aldeia global, pela qual se verifica alguma *conti-*

<sup>3</sup> Hannah Arendt, *Entre o Passado e o Futuro: oito exercícios sobre o pensamento político* [1954], Lisboa, Relógio d'Água Editores, 2006, cap. 5.

<sup>4</sup> José Ortega y Gasset, *Misión de la Universidad* [1930], Madrid, Revista de Occidente en Alianza Editorial, 1997.

nuidade de um século (XX) a outro (XXI); na aldeia global, a Humanidade viu-se reduzida à informação momentânea, que não apenas transmite factos reais, mas pode tornar *real o ficcional*. Não são já as barreiras naturais, oceanos ou continentes, montanhas ou vales, que criam fortalezas ou traçam fronteiras, mas o poder de estar em todas as partes pela imagem e pela palavra. O planeta é já uma gigantesca mesa de bilhar, em que as bolas rolam constantemente contra os limites do rectângulo, influyendo umas nas outras, num processo ininterrupto.

Com a globalização da informação, o mais pequeno acontecimento torna-se visível e, *aparentemente*, mais compreensível; no entanto, não há relação directa entre o aumento da amplitude de informação e a compreensão do mundo. Este é o novo dado do século que se iniciou: a *informação* não gera necessariamente *comunicação*. A própria expressão “sociedade de informação” – também se usa “sociedade de comunicação” –, pode ser um enunciado equívoco; em rigor, toda a sociedade, pelo facto de o ser, é de informação e de comunicação; o que varia é, por um lado, a natureza e a dimensão da informação e da comunicação e, por outro, as mudanças que, em cada *época e sociedade*, afectaram e afectam as formas de se relacionar, aprender, trabalhar, em suma, de viver.

Mais ainda: o fim das distâncias físicas revela a importância das distâncias *culturais*. Curiosamente, esta última fase da globalização, que se pensava nos iria tornar o mundo mais familiar, é aquela que, pelo contrário, nos faz tomar consciência das nossas *diferenças*. Esta é a grande mutação deste início de século em matéria de comunicação: a tomada de consciência de uma descontinuidade radical entre o emissor e o receptor. Importa, pois, relevar a consciência da importância dos factores sócio-culturais: a mesma mensagem, dirigida a todo o mundo, nunca será recebida da mesma maneira por todos.

Este é um dos nós górdios de hoje: a ruptura entre informação e comunicação, a dificuldade de passar de uma a outra. Sabia-se que as culturas eram diferentes, mas pensava-se que a mesma informação podia ser mais ou menos aceite por todos; apercebemo-nos do contrário: há um fosso que se escava entre informação e comunicação. Descobrimos esta verdade empírica, por vezes dolorosamente, ao nível dos Estados-nações; encontramos-la de forma mais nítida à escala mundial: a guerra no Iraque, está aí para a comprovar tragicamente. É um determinado modelo universalista – na verdade, ocidental – da informação e da relação entre informação e comunicação que entra em crise.

Por outro lado, as tecnologias interactivas da comunicação modificam a experiência do *espaço* e do *tempo*, as relações entre as *pessoas* e entre as pessoas e o meio social; alguns especialistas alertam para esse facto, insistindo na eventual perda de espiritualidade susceptível também de operar-se nos cibernautas. A qualidade das aplicações sociais das novas tecnologias dependerá de opções económicas e políticas que possam abrir caminho; se queremos que as novas tecnologias sirvam para aprofundar a *cultura* democrática e o respeito pela *diversidade*, necessitamos de políticas culturais e comunicativas cultas, inovadoras e progressistas.

Neste contexto, certamente que esta trilogia da *informação, conhecimento e sabedoria* são três modos de saber, mas de distinto alcance e desenvolvimento. Como salientou Emilio Lamo de Espinosa<sup>5</sup>, em artigo de opinião sobre o tema, a informação faculta-nos dados, *bits*, diz-nos o que é: ela pode ser digitalizada, arquivada e transmitida; hoje, encontramos-a em redes: com rapidez se consulta a internet, gigantesco depósito de informação; basta uma ligação barata à web para ter acesso a bases gigantescas de informação.

Por outro lado, a informação, longe de se consumir (como o petróleo e outros recursos naturais), *cria-se* com o uso; um claro sintoma da nova realidade é precisamente este: nos inícios do século, entre as vinte primeiras empresas industriais do mundo estavam seis sociedades de informática e da micro-electrónica; ainda há vinte anos não havia nenhuma. O poder reside cada vez menos na propriedade de elementos *materiais* (terra, recursos naturais, máquinas, etc.) e mais no domínio dos factores *quase imateriais* (conhecimento científico, informação, comunicação, etc.).

3. Se é verdade que o conhecimento carece da informação, o importante hoje é que, com o acesso facilitado à informação, esta cada vez vale menos; o importante não é já ter informação: quem quiser tê-la, tem-na. O importante é discriminar a informação relevante daquela que o não é, quer dizer, separar informação e ruído, informação do lixo. Na verdade, o *conhecimento* é outra coisa: é um saber que, a partir de muitos dados, e mediante indução, dedução, ou analogia, diz-nos não o que é, mas o que *se pode fazer*. Gaston Bachelard, n'A *Formação do Espírito Científico*, afirma que “é necessário reflectir para medir e não medir para reflectir”<sup>6</sup>; aí sustém que “conhecemos *contra* um conhecimento anterior, destruindo conhecimentos mal feitos, superando o que, no próprio espírito, faz obstáculo à espiritualização”. Para o espírito científico, “todo o conhecimento é resposta a uma questão” e pressupõe um intenso labor; diz o mesmo autor, “Uma verdade científica é, por essência, uma verdade que tem um futuro”<sup>7</sup>.

Então, o progresso do conhecimento revela-se também como um “erro decrescente”. Em *Conjecturas e Refutações*, Karl Popper, que afirma que o “racionalismo crítico” – orientação que perfilha – “deve ser considerado como um convite para um acordo ou uma convenção”, clarifica como as normas da crítica racional e da verdade objectiva ensinam o homem a “aplicar o método de ensaio e erro em todos os campos, especialmente no da ciência”, e “a descobrir quão pouco sabe e quanto é o que não sabe”; ajuda-o outrossim a “tomar consciência de que deve o seu enriquecimento às críticas de outras pessoas e de que o homem razoável está disposto a ouvir as críticas”<sup>8</sup>. Assim, à medida que vamos aprendendo com os erros, o nosso conhecimento

<sup>5</sup> Emilio Lamo de Espinosa, *El País*, 22 Janeiro 2004, p. 13.

<sup>6</sup> Gaston Bachelard, *La Formation de l'Esprit Scientifique*, Paris, Vrin, 1938, p. 213.

<sup>7</sup> Gaston Bachelard, *L'Activité Rationaliste de la Physique Contemporaine*, Paris, P.U.F., 1951, p. 28.

<sup>8</sup> Karl R. Popper, *Conjectures and Refutations: the Growth of Scientific Knowledge* [1962], London/New York, Routledge, 2002, p. 516.

aumenta, embora possamos nunca vir a saber (isto é, saber com certeza); e, uma vez que não podemos nunca saber com certeza, não pode haver aqui autoridade para qualquer reivindicação de autoridade, nem para qualquer vaidade ou presunção acerca do nosso conhecimento. A ciência é, pois, outro depósito, mas desta vez, não de informação, mas de teorias e modelos: diz-nos *como* fazer isto ou aquilo.

4. No entanto, o conhecimento científico tem também os seus limites: a ciência é um saber instrumental que nos mostra o que *se pode* fazer, mas de modo nenhum o que *se deve* fazer. Ora, pouco podemos dizer dos valores a partir do conhecimento; com o neopositivismo, a ciência, de certo modo, pretendeu erigir-se eliminando os valores. Todavia, do que devemos fazer ou não, acerca do “viver bem” (Aristóteles), isto é, de uma vida realizada, do sentido último da existência, sobre o amar e o odiar, sobre o belo, disso tudo pouco sabe a ciência. Disso, certamente, se encarrega a *sabedoria*: esta é uma forma de saber, que, superior à ciência, portanto também à informação, trata de *ensinar a viver*, e revela, de entre o muito que se pode fazer, o que *merece* ser feito. Deste modo, *informação*, *conhecimento* e *sabedoria* respondem a três perguntas muito distintas: o que existe? (informação); o que se pode fazer? (conhecimento); o que se deve fazer? (sabedoria).

As coisas não são ainda assim tão claras; claramente que não, pois os ritmos de desenvolvimento destas três formas de saber são muito distintas. Como refere ainda Lamo de Espinosa<sup>9</sup>, se em 1999 havia 500 milhões de páginas web, e em 2002 se calculavam já em 6.000 milhões, o volume de *informação* acessível, mediante um simples gesto na internet, duplica-se cada três meses a um ritmo frenético; de facto podemos navegar em massas de informação. Já o ritmo do desenvolvimento do *conhecimento* é mais complexo; segundo o mesmo autor, o portefólio de ciência válida tem-se vindo a duplicar aproximadamente cada quinze anos (que é também o ritmo de revistas científicas especializadas e de ramificação de especialidades científicas). E ninguém duvidará que se trata de um dos poucos âmbitos onde podemos falar, com rigor, de progresso; e mais: essa é uma variável (mas não a única) que ajuda a explicar a história, mediante o progresso dos conhecimentos. Poderíamos, então, arriscar a afirmação, tal como assevera Lamo de Espinosa: ambos crescem em progressão geométrica, mas a informação fá-lo tendencialmente cada três meses, o conhecimento cada quinze anos.

Já a *sabedoria* de que dispomos não é muito maior da que tinham Confúcio, Buda ou Jesus, e não parece ter melhorado muito nos últimos três mil anos: é pior, não sabemos bem como produzi-la. Tão pouco diria que retrocedeu, mas sim que é quase uma constante que variou pouco ou nada nos últimos séculos. Essa a razão pela qual, os ensinamentos de Sócrates e de Platão, ou obras como *Ética a Nicómaco* (Aristóteles), *Da constância do sábio* (Séneca), os *Sermões* (Padre António Vieira), e tantas outras, têm hoje o mesmo valor que no tempo da respectiva publicação,

<sup>9</sup> Lamo de Espinosa, *op. cit.*

enquanto – como dizia Whitehead – a ciência progride com os seus clássicos, mas ninguém que deseje saber óptica lê hoje Newton; poderia ainda acrescentar-se o *Sermão da Montanha* (Jesus de Nazaré), mas então o registo já é outro, o da própria *santidade*. Ora, se tivéssemos progredido em sabedoria como o fazemos em conhecimento, esses velhíssimos textos morais careceriam de valor, como já não tem a mesma valia do que outrora o *Tratado elementar de química*, de Lavoisier.

Como escreveu o filósofo Alain, “um homem que só conhece as coisas é um homem sem ideias e é na linguagem que se encontram as ideias”<sup>10</sup>. Na verdade, são as verdades humanas gerais que traduzem um sentimento de experiência, uma compreensão e um juízo das coisas humanas, um sentido da vida, e que fornecem um retrato vivo e insinuante da vida; através delas tomamos contacto com a vida, nas suas verdades eternas, comuns a todos os homens e lugares, porque são as verdades da própria condição humana. Daí que Henri-Frédéric Amiel, no seu *Diário interior*, enfatize lapidarmente que “a moderação é o sinal de maturidade interior e o equilíbrio é a marca da sabedoria”<sup>11</sup>. Por sua vez, Louis Lavelle completa: “a sabedoria é indivisivelmente uma virtude da inteligência e uma virtude da vontade; podemos defini-la bem como uma virtude da vontade, dizendo que ela impõe moderação aos nossos desejos e às nossas paixões; mas é uma virtude da inteligência, porque consiste primeiramente em reconhecer onde está a moderação”<sup>12</sup>.

5. Os bens da Terra, como sabemos, são de diversa tipologia: uns são materiais (alimento, vestuário, casa, prestações sociais, etc.), outros imateriais ou espirituais (educacionais, culturais, estéticos, religiosos, etc.); estes últimos são aqueles que ninguém possui em exclusividade, como se alguém fora capaz de os produzir por si mesmos: são *valores* de que desfrutamos porque os recebemos da sociedade.

A espontaneidade das nossas valorizações dá lugar a uma identificação daquilo que vale *por si* e não somente para mim e, conseqüentemente, a uma hierarquização entre os valores subjectivos e os valores objectivos. O sentido moral situa-se “numa via que vai do sentimento ao querer e nos obriga a converter sem cessar as avaliações imediatas que a sensibilidade nos faculta em acções que possamos assumir e, se podemos dizer, que somos obrigados a querer”<sup>13</sup>. O valor significa que algo existe, independentemente dos impulsos do agente, seja uma substancialidade autónoma do bem seja do verdadeiro ou do belo. O valor refere, pois, uma ordem transindividual que se impõe de modo irrecusável ao sujeito, tornando-se assim desejável.

As distinções e classificações no universo plural dos valores são múltiplas; aqui, a controvérsia surge da variabilidade de um sistema filosófico para outro, bem como do valor axial – tido como fundamental – em função do qual se estabelece o princípio de hierarquização. Se alguns atribuem ao respeito pela vida esse fundamento –

<sup>10</sup> Alain, *Humanités*, Paris, P.U.F., 1946.

<sup>11</sup> Henri-Frédéric Amiel, *Journal Intérieur* (25 octobre 1870).

<sup>12</sup> Louis Lavelle, *L'Erreur de Narcisse*, Paris, Grasset, 1939, p. 217.

<sup>13</sup> Louis Lavelle, *Traité des valeurs*, t. I, Paris, PUF, reed. “Dito”, 1991, p. 192.

pois sem ela todos os valores perdem sentido –, outros consideram que os valores espirituais têm primazia sobre os valores materiais. Assim, Max Scheler propôs-se hierarquizar os valores segundo uma ordem crescente: valores ligados ao agradável-desagradável, valores ligados à qualidade de vida (saúde-doença), valores espirituais (do belo, verdadeiro, justo) e, enfim, valores ligados ao absoluto (o sagrado e o profano)<sup>14</sup>. O que importa agora é que designamos como valor aquela qualidade que têm as coisas e as ações que as tornam estimáveis e desejáveis por si mesmas e não por relação a alguma outra coisa: são desejadas como *fim* e não instrumentalmente ou como meios; assim, se alguém tem a honradez como um valor, diremos que quer assim sê-lo não por relação a alguma outra coisa mas pelo valor intrínseco.

Ora, o específico dos valores está nisto: são referenciais tão inevitáveis no agir humano que é impossível imaginar uma vida humana sem eles; tal ocorre com os valores espirituais, em especial os éticos: não nos podemos eximir ao âmbito da moralidade que coincide com o *humano*. Toda a pessoa humana é inevitavelmente moral; não quer isto dizer que não sejam essenciais os valores estéticos (o belo, etc.), os religiosos (o sagrado, o transcendente, etc.), os intelectuais (o conhecimento, a evidência, a opinião, etc.) ou os da utilidade (o útil, o eficaz, etc.); significa antes que é com os valores éticos que poderemos *ordenar* os restantes numa forma ajustada às exigências da nossa condição de pessoas: os valores morais, na verdade, actuam como *integradores* dos demais, não como substitutos deles.

Ainda que existam discrepâncias quanto à classificação, podemos dizer que, entre esses valores, existem alguns especificamente morais, como a liberdade, a justiça, a solidariedade, a honestidade, a tolerância, etc. Averiguar o que especifica estes valores, o que têm em comum, não é fácil, mas poderemos – para abreviar – propor três aspectos: (a) os valores morais dependem da *liberdade humana*, o que significa que está em nossas mãos realizá-los; (b) precisamente por isso, não podem atribuir-se nem aos animais nem às plantas nem aos objectos inanimados; (c) uma vida sem esses valores está carente de humanidade, por isso os pretendemos universalizar; quer dizer, estamos dispostos a defender que qualquer pessoa deveria tentar realizá-los, se não quer perder em humanidade<sup>15</sup>. Outros valores, como a beleza, a simpatia, a utilidade, parecem desejáveis e recomendáveis, porque a vida é sem dúvida mais agradável com eles; mas se se acusar alguém pela sua antipatia ou fealdade, a verdade é que ninguém por carecer de um qualquer desses atributos perde em humanidade.

Outra questão é discernir, na vasta constelação de valores, quais os valores relativos a uma época ou lugar, e os valores universais, aplicáveis a todas épocas e lugares, o que põe o problema da relação entre os valores culturais e os valores éticos – questão que transborda o nosso objectivo aqui<sup>16</sup>. Com efeito, nesta referência uni-

<sup>14</sup> Max Scheler, *Le Formalisme en Éthique et l'Éthique Matérielle des Valeurs*, Paris, Gallimard, 1991, p. 125 ss.

<sup>15</sup> Cf. Adela Cortina, *Ciudadanos del Mundo: hacia una teoría de la ciudadanía*, Madrid, Alianza, 1997, p. 225 ss.

<sup>16</sup> Cf. Acílio da Silva Estanqueiro Rocha, "Direitos Humanos e o Multiculturalismo", in Acílio S. E. Rocha (coord.), *Justiça e Direitos Humanos*, Braga, Centro de Estudos Humanísticos da Universidade do Minho, 2000, pp. 181-213.

versalista, importa ter presente a premente e complexa questão acerca das singularidades culturais numa perspectiva ética que pressuponha a aceitação de princípios e regras com validade universal.

Ora, por um lado, é verdade que o problema fulcral da ética é a justiça, como um bem genuinamente universalizável; por outro lado, há muitos bens peculiares das diversas formas de vida. Se as fronteiras entre os deveres da justiça e os bens da felicidade não são tão delimitadas como poderiam parecer, e se é verdade também que os valores só podem realizar-se no âmbito duma cultura particular, há contudo que pressupor que as culturas devam promover a satisfação das “necessidades humanas básicas” dos indivíduos que as integram e, como imperativo, a vivência da tolerância num contexto pluricultural, cujos limites serão o respeito pela dignidade e autodeterminação das pessoas e comunidades, como os verdadeiros signos de uma ética global das culturas. Trata-se de promover uma ética do “respeito universal”, que parta do reconhecimento de cada pessoa como sujeito de direitos.

Julgo encontrar apoio também na filosofia de Lévinas, que, vítima do holocausto e imbuído doutro contexto cultural, propõe a disponibilidade existencial para com o outro, figurada no *rostos*: “manifestar-se como rosto (...) é apresentar-se de uma maneira irredutível à manifestação”<sup>17</sup>, é revelar-se para além da sua forma. O rosto “não se assemelha à forma plástica, já sempre deserta, atraçoada pelo ser que ela revela, como o mármore no qual os deuses que ele manifesta se ausentam. (...) No rosto, quem se exprime assiste à sua própria expressão”<sup>18</sup>. Lévinas propõe uma nova experiência da ética, de alcance universalista, em que o desejo de transcendência será despertado através do grito pela justiça e pela revelação do rosto do outro; neste sentido, a alteridade absoluta do outro interpela-me como vítima: o rosto do próximo sobrecarrega-me com uma responsabilidade irrecusável, precedendo todo o consentimento livre, qualquer pacto ou contrato.

Para concluir, e como testemunho desta consciência multicultural, fica a metáfora do hindu Raymond Pannikar: “Os direitos humanos são uma janela através da qual uma cultura determinada concebe uma ordem humana justa para os seus indivíduos, mas os que vivem naquela cultura não vêem a janela; para isso, precisam da ajuda de outra cultura, que, por sua vez, vê através de outra janela. A paisagem humana vista através de uma janela é, simultaneamente, semelhante e diferente da que se vê da outra. Sendo assim, deveríamos estilhaçar as janelas e transformar os diversos portais numa única abertura, com o conseqüente risco de colapso estrutural, ou deveríamos antes alargar tanto quanto possível as vistas, e sobretudo, tornar as pessoas cientes de que existe, e deve existir, uma pluralidade de janelas?”

<sup>17</sup> Emmanuel Lévinas, *Totalité et Infini: essai sur l'extériorité* [1961], Haia, Nijhoff, 1971, p. 174.

<sup>18</sup> Emmanuel Lévinas, *Raccourcis: Nouveaux Essais*, in *En découvrant l'Existence avec Husserl et Heidegger*, Paris, Vrin, 1967, p. 178.

# Un ciclo de producción más ágil gracias a las nuevas tecnologías de la comunicación

Ana Lucía Echeverri González\*

## 1. Introducción

La empresa hoy más que nunca está viviendo una revolución que implica el rediseño de los puestos de trabajo, de los procesos y las estrategias de negocio. Dentro de esta revolución la INFORMACION ha adquirido un valor incalculable, hasta el extremo de pasar a constituir un sector con identidad propia. Hasta la década de los ochenta hablábamos de sector primario, secundario y terciario, ahora ya hablamos con toda naturalidad de un sector cuaternario -el sector de la información-. En economía hablar de un sector implica entre otras cuestiones definir los parámetros que permitan su medición, en este sentido nos encontramos, aún, con grandes dificultades, ya que todavía no se han puesto de acuerdo ni las instituciones, ni los gobiernos, ni los teóricos para definir dichos parámetros. Hemos aceptado la existencia del sector de la información, pero también hemos aceptado, por el momento, que no estamos en capacidad de cuantificarlo.

“A lo largo de la próxima década, los negocios de todo el mundo se transformarán. Las intranets revolucionarán el modo en que las empresas compartan la información internamente e internet revolucionará el modo en que se comunican externamente. Las corporaciones rediseñarán sus sistemas nerviosos para relacionarse mediante redes que llegan a todos los miembros de la organización y a los que son externos a ella en el mundo de los suministradores, consultores y clientes” (Gates, 1997:145). Esto lo escribió Gates a principios de los 90 y ya estamos totalmente inmersos en esa revolución, pero con algunas peculiaridades que todos conocemos. “Todo el mundo” se reduce a los países industrializados -el denominado primer mundo- y unas capas de la sociedad privilegiada de los países en vías de desarrollo. Haciendo gala de la virtualidad de los nuevos medios también se ha desarrollado vertiginosamente una economía virtual con inversionistas virtuales, empresas virtuales y consumidores virtuales, lo cual está impidiendo que en beneficio del potencial desarrollo, se descuide el empleo de las nuevas herramientas para aplicarlas con mesura a las estructuras actuales, a la empresa real y así sacar el verdadero provecho de las nuevas herramientas.

\* Facultad de comunicación, Universidad Pontificia de Salamanca

Aquí pretendemos mostrar uno de los múltiples caminos que existen para que el empleo de las nuevas tecnologías de la comunicación — TIC — dentro de las empresas reales permita agilizar sus ciclos de producción y así incrementar la productividad. Ese camino es el de la adecuada gestión de la información, tarea que desde nuestra perspectiva sólo podrán ejercer con garantía de calidad, los comunicadores preparados específicamente para ello.

Esta reestructuración tiene que venir de la mano del adecuado uso de la información, el bien máspreciado dentro de cualquier tipo de empresa, bien sea de bienes tangibles o intangibles. La información que circula entre los empleados, la información que circula entre las empresas, la información que debe circular entre la empresa y sus proveedores, entre la empresa y sus clientes, etc.

Las nuevas tecnologías nos han puesto en la situación de la sobreabundancia de información en todos los aspectos, pero no tenemos tiempo, ni capacidad para hacer un uso adecuado de dicha información. Por lo anterior es necesario que las empresas aprendan a hacer buen uso de esta riqueza. Hasta el momento lo que han hecho es una adaptación de sus viejas estructuras, pero ello no conduce a nada. Es necesario la creación y el diseño de nuevos procedimientos. Tenemos que reinventar los sistemas internos de comunicación dentro de las empresas para aprovechar al máximo las nuevas tecnologías y ello nos conducirá necesariamente al deseado incremento de la productividad.

La moda nos esta llevando a hablar de centros de gestión del conocimiento y seguramente ese es el camino. Las redes de información entre los distintos sujetos que intervienen en el ciclo de producción, pero también debemos tener muy en cuenta la calidad de la información que circula, y sobre todo necesitamos que esa información sea debidamente tratada para poder obtener los beneficios esperados.

El tratamiento de la información requiere de unos conocimientos especiales por parte de quien la selecciona, la analiza, la procesa y la pone a disposición de quien la necesita -el cliente-. Ese tratamiento y esa gestión debe venir de manos de los profesionales de la comunicación.

## **2. Concepto de información**

Para encontrar el concepto de información podemos seguir dos caminos: la definición del término a través de la acotación del denominado en la actualidad sector cuaternario de la economía -sector de la información- o bien por la simple definición del término. Por la segunda vía, la definición más cercana a la esencia del mismo nos parece la 7ª acepción del diccionario de la Real Academia de la Lengua Española “comunicación o adquisición de conocimientos que permiten ampliar o precisar los que se poseen sobre una materia determinada”. Por la primera vía, el acceso puede resultar algo más complejo, pero también nos permitirá aclarar mejor el concepto de cara al valor que adquiere la circulación de información dentro del proceso produc-

tivo y la importancia de mejorar esa circulación mediante el adecuado uso de las nuevas tecnologías, en beneficio de un incremento de la productividad, real objeto de este trabajo.

Para entender el concepto de información desde la perspectiva de su influencia en el ciclo de producción es necesario acercarnos a la economía de la información. En términos de economía sectorial la medición juega un papel importante para estudiar incrementos y decrementos de una realidad en relación con su entorno, de allí la insistencia por encontrar unos parámetros válidos para definir y acotar el sector.

Los parámetros han tratado de ser definidos desde los estudios de Machlup en 1962 hasta la identificación más o menos acertada de la OCDE, que nos habla de productores de información (trabajadores científicos y técnicos, especialistas en investigación de mercados y en coordinación, recolectores de información); procesadores de información (administrativos y managers, procesamiento, control y supervisión, oficinistas y similares); distribuidores de información (educadores y trabajadores de la comunicación); ocupaciones relacionadas con la infraestructura comunicativa (operadores de maquinaria informativa, trabajadores postales y de telecomunicaciones); etc. Esta clasificación ha sido muy cuestionada por la dificultad para identificar las magnitudes pertenecientes a cada una de estas actividades. Castilla y T. Alvarez hablan de un hipersector que englobaría: telecomunicaciones, informática y medios de comunicación. Zallo y López Torres nos dan su visión acerca de las posibilidades para medir el sector basándose en la siguiente premisa: cabría distinguir entre industrias informacionales (que pueden ser las que comúnmente denominamos de servicios) y no informacionales (manufactureras), pero no podemos olvidar que éstas también tienen un componente informacional, el cual cada vez cobra mayor protagonismo como sector secundario de la información. Todos pueden ser válidos dependiendo del objeto de estudio. Para nosotros y de cara al presente trabajo, lo más importante es identificar a la información como materia prima, cuyas características esenciales son: la omnipresencia — presencia en todo ciclo de producción sin excepción <industrias informacionales y no informacionales — y la intangibilidad.

Desde 1980 estamos viviendo bajo un nuevo sistema de economía que Castells denomina Economía informacional y global. Informacional porque su productividad y competitividad depende de su capacidad para generar, procesar y aplicar la información basada en el conocimiento, y global porque su estructura obedece a una organización que se da a escala mundial (Castells, 1997) La revolución de la tecnología de la información es la que ha proporcionado la base material para este nuevo modelo de economía y el bien que denominamos información su principal materia prima, de allí la importancia de su identificación y cuantificación.

Aunque no es objeto de este trabajo no podemos dejar de apuntar las consecuencias reales de esta nueva economía. Voge las resume muy bien, "Una cuarta parte del mundo: los países industrializados o en vías de industrialización están viviendo lo que se ha denominado sociedad de la información, por otro lado las tres

cuartas partes restantes, el tercer mundo padece una grave penuria de información, especialmente de información útil, aquella que les permitiría desarrollarse y conservar al mismo tiempo su identidad cultural" (Voge, 1991: 107).

En el momento que se pasa de una sociedad basada en la producción industrial a una sociedad basada en el empleo de las tecnologías de la información, el sector terciario se convierte en el más fuerte aportante del producto interior bruto, y aparece un subsector de cuarta generación apoyado en las tecnologías punta y con igual o mayor capacidad de modificación de los procesos de producción. Es tal el protagonismo alcanzado por estos sectores que se hace indispensable estudiar el valor de la información como elemento clave de todo proceso productivo.

A nosotros, insistimos, más que la definición del sector o encontrar los parámetros para acotarlo lo que nos interesa es percibir a la información como elemento clave de todo proceso de producción. Si logramos identificar, analizar y gestionar adecuadamente ese elemento tendremos asegurado un incremento de la productividad.

### 3. Concepto del ciclo de producción

El concepto de ciclo productivo está íntimamente ligado al hecho de que es posible aumentar la utilidad de cualquier bien (Población y García-Alonso, 1997: 66 y 67). Cuanto mayor valor cualitativo incorpore un bien a lo largo de su proceso de producción mayor será su valor en el mercado.

La organización de los elementos básicos constitutivos de la empresa: recursos financieros, económicos, técnicos y humanos permite poner en marcha el ciclo de producción. Estos elementos constituyen los inputs -insumos- y van generando outputs. El incremento de la rentabilidad está ligado a la posibilidad de hacer más ágil, más corto el ciclo, manteniendo los índices de calidad y los costes constantes como mínimo o tendientes a su reducción. La técnica constituye actualmente el aliado número uno en la consecución de un ciclo de producción más ágil, pero no siempre las empresas saben aprovechar las ventajas de las nuevas tecnologías. En ocasiones las empresas aprovechan sólo un porcentaje reducido de esas alternativas por diversas causas: Imposibilidad para asumir costes iniciales de renovación tecnológica, por lo general elevados, desconocimiento, falta de formación de sus cuadros directivos y mandos medios, temor a la reacción de los competidores y del mercado, resistencia al cambio, etc.

Los avances tecnológicos han colocado la transmisión de datos en primer plano dentro de cualquier ciclo de producción, pero de manera muy especial dentro de aquellos ciclos que deben añadir valor basándose en el trabajo intelectual de las personas más que en el trabajo manual. Dentro de los avances tecnológicos nadie duda que las nuevas tecnologías de la comunicación están asumiendo el papel estelar y su empleo para mejorar este ciclo debe llamar nuestra atención. "Lo que no alberga dudas, es que el boom alcanzado en las inversiones en TIC que se dio en la década

de los noventa, ha conducido a cambios considerables en el rendimiento absoluto y relativo de la productividad de las empresas y los sectores industriales.” (Berumen y Arriaza, 2008: 25).

#### 4. La información dentro del ciclo de producción

El ciclo de producción está formado por una cadena de ciclos constante que genera outputs que se convierten a su vez en inputs del ciclo siguiente. De esta manera el producto resultante, cada vez adquiere mayor valor, producto de la acumulación de información. De allí la enorme importancia de la tecnología de las comunicaciones, cuyo punto neurálgico es añadir valor mediante la transmisión de datos. Cuanto mayor es la elaboración de esa información mayor es su grado de autonomía y también mayor su valor para la gestión de la empresa.

“Babbage imaginó que la información se podía transformar lo mismo que se transforma el algodón: sacándolo de un almacén y convirtiéndolo en algo nuevo” (Gates, 1997:23). Aunque Gates se refiere a la transformación de la información dentro del ordenador, esta comparación nos es válida para entender que todo dato que entra en el ciclo de producción contribuye a crear un producto nuevo, que tal vez deba pasar aun por varios ciclos de transformación hasta estar preparado para ser consumido, pero en cada uno de esos pasos es diferente al producto del escalafón anterior dentro de la cadena o proceso de producción.

En las fases iniciales del ciclo los datos suelen ser más simples y estar controlados en su totalidad. Están perfectamente organizados y su circulación no suele ofrecer dificultades, aunque no sobra revisar todos y cada uno de los procesos para certificar su grado de optimización. Es en las fases superiores o avanzadas del ciclo cuando los datos van adquiriendo más valor, y su manejo se hace más complejo.

En los últimos años la aparición de nuevas herramientas de trabajo, las TIC, han abierto caminos insospechados hasta hace poco tiempo para la circulación de la información en cualquier parte del ciclo de producción. Recordemos que el ciclo incluye la consecución de los recursos o insumos, por lo tanto la relación con los proveedores; incluye también la distribución y comercialización del producto, o sea la relación con la red de ventas, y en última instancia directamente con los clientes<sup>1</sup>.

<sup>1</sup> Para observar el empleo de las nuevas tecnologías por parte de las empresas más ágiles e innovadoras podemos mencionar algún ejemplo. Ford dio el pistoletazo de salida en 1999 aliándose con el fabricante de programas informáticos Oracle para crear una empresa **Autoxchange**, que integra vía internet toda la cadena de suministro con el objetivo de buscar a lo largo y ancho de todo el planeta el proveedor que ofrezca la mejor relación calidad/precio. El fabricante acepta o rechaza en función de sus necesidades las ofertas a través de su ordenador. El ahorro, gracias al empleo de este nuevo procedimiento, ha sido valorado en 500 millones de dólares al año. Ford mantiene relaciones con más de 30.000 proveedores. (“Internet irrumpe en las cadenas de montaje de Ford y GM” en diario **Cinco Días**, 25 de nov. De 1999).

Pero la aventura va mucho más allá. El 60% del negocio que genera un coche se encuentra tras su adquisición<sup>2</sup> afirma Michel Jordan, vicepresidente de Ford y responsable de la división de servicio al cliente, por lo tanto el

En la comercialización la moda es llevar las empresas a la red. Todas las esperanzas están puestas en el comercio electrónico y en la reducción de costes por la vía de la desaparición de los puntos de venta físicos y las posibilidades de alcanzar un mercado sin límites. La red permite llegar a todo el mundo. Pero aparecen otros gastos, la distribución requiere una logística especializada que la hace más cara. ¿Cómo se pueden conjugar estos elementos para que finalmente el balance sea positivo? La única alternativa por el momento parece estar en el tamaño y en la especialización, en ambos casos apoyándonos en la circulación de información de la forma más rápida y fiable posible, gracias al empleo de las nuevas tecnologías.

Dentro del ciclo de producción también nos encontramos con ejemplos que podríamos calificar de espectaculares como el caso de **Boing** cuando en la fabricación del 777 eliminó por primera vez el empleo de bocetos y la construcción de maquetas. Para coordinar el trabajo de los equipos de diseño, grupos de fabricación y contratistas externos se optó por utilizar un documento electrónico en tres dimensiones. Los ingenieros responsables del proyecto podían seguir la pista de los progresos realizados en cualquier área en todo momento e introducir las modificaciones oportunas, todo a un coste mínimo, ya que jamás se puede comparar la agilidad para introducir cambios en una maqueta virtual frente a una maqueta física. Es muy difícil valorar en este ejemplo el ahorro, pero seguramente podríamos hablar de cientos de millones de dólares.

Podemos decir que la tecnología de la información en una primera fase ha revolucionado la comunicación interna y ha afectado a la localización física y a la supervisión de los empleados y en una segunda fase ha revolucionado las relaciones de la empresa con sus proveedores y clientes. Esto ha sucedido en un espacio de tiempo muy breve y en algunas empresas ha sido simultáneo. Como toda revolución las consecuencias no siempre son positivas y los resultados muy desiguales.

La firma consultora *Salomon Smith Barney*<sup>2</sup>, la que asesoró a **AOL** en la compra de **Time Warner** ha identificado por sectores el impacto de las nuevas tecnologías:

segundo fabricante de coches del mundo quiere hacer uso de las nuevas tecnologías de la comunicación para crear una enorme base de datos de sus clientes actuales y de los potenciales para "darles un buen servicio y crear el ambiente apropiado para que cada vez hagan más negocios con Ford". ("Vamos a gastar menos tiempo con los proveedores y más con los clientes" en diario **Cinco Días**, 25 de nov. De 1999).

Las estrategias apoyadas en las nuevas tecnologías están alcanzando cotas insospechadas en el ejemplo seleccionado. **Ford** ha decidido regalar a todos sus empleados un ordenador y una impresora y la conexión a internet sin límite de tiempo, todo a cambio de una tarifa mensual simbólica que estará en función del nivel de ingresos del país, por ejemplo, en USA no superará los 5 dólares mensuales. Este regalo a sus 350.000 empleados de todo el mundo tiene un objetivo central contribuir a la creación de la "cultura internet", una cultura de manejo de la información a través de la red. El plan le costará a Ford la nada despreciable suma de 300 millones de dólares. ("Ford regala ordenadores a sus 350.000 empleados" en diario **El País**, 6 de febrero de 2000).

<sup>2</sup> "Europa frente a Internet" en diario **El País**, 6 de febrero de 2000.

<b>Sector</b>	<b>Impacto</b>	<b>Puntos a favor</b>	<b>Puntos en contra</b>
Internet	Favorable	Beneficiarios puros	Sobrevaloración de las acciones
Telefónicas	Favorable	Proveedores de acceso a internet	Sobrevaloración de las acciones
Fabricantes de equipo	Favorable	Proveedores de equipo	Sobrevaloración de las acciones
Logística	Favorable	Distribuidores de productos	Encarecimiento de la distribución
Líneas aéreas Viajes	Neutral	Más ventas Reduccióncostes	Presión en los precios problemas para los Intermediarios
Bancos	Negativo	Oportunidad de venta cruzada	Menos barreras para la entrada de nuevos agentes. Menor margen
Seguros	Neutral-negativo	Venta cruzada	Nuevos Intermediarios Menor margen
Medios	Neutral-positivo	Nueva plataforma de distribución Mayor gasto publicitario	Nuevos jugadores Sustitución antiguos
Distribución	Neutral-negativo	Venta cruzada Utilización de las redes Establecidas	Nuevas capacidades menos pedidos por teléfono o correo

Como podemos observar en este esquema el impacto en el sector servicios es neutral o negativo y favorable por el momento sólo en los sectores directamente ligados al fenómeno, los fabricantes de equipo, los distribuidores y los medios de comunicación. El resto de la industria tiene que empezar a sacar provecho de las nuevas herramientas cuanto antes. Sin lugar a dudas encontraremos ejemplos a montones de empresas de todos los sectores que están aprovechando las nuevas tecnologías para ampliar servicios, mejorar todos sus procesos, rediseñar su sistema de comunicación interna, su sistema de comunicación con los clientes, los proveedores, etc., pero se trata de las empresas punteras, las innovadoras, pero son muchas las que no se están beneficiando de las TIC por desconocimiento o por incapacidad para identificar los factores a los cuales pueden aplicar los nuevos sistemas dentro de cada uno de sus procesos. Este constituye un campo virgen para los profesionales de la comunicación, quienes deben tener la visión suficiente para llevar los nuevos aires a todo tipo de industrias sin distinción de ninguna clase. "Aún estamos lejos de encontrar soluciones definitivas a estos cuestionamientos. De momento las escasas certezas que tenemos apuntan a que los beneficios derivados de la adopción de las TIC por las empresas dependen, adicionalmente, de un abanico de inversiones complementarias, propias del contexto competitivo de cada uno de los sectores productivos....esto significa que los niveles de productividad alcanzados no sólo reposan en las TIC, sino también en las habilidades que han desarrollado las empresas para modernizar sus estructuras y sus procesos y en los cambios necesarios en su cultura interna..." (Berumen y Arriaza, 2008: 25-26).

## 5. La gestión de la información

La adecuada gestión de la información con el apoyo de las nuevas tecnologías de la comunicación tiene que convertirse en la herramienta más valiosa de la empresa en nuestros días. Debemos ser conscientes de la necesidad de disponer de los medios técnicos para que la información circule de forma eficaz.

En la actualidad las empresas se están enfrentando con mayor o menor éxito a la necesidad de rediseñar sus sistemas de comunicación interna y externa para poder hacerlos compatibles con los nuevos sistemas de información. Lo importante es que las empresas se den cuenta de que ese rediseño tiene que estar orientado a mejorar el ciclo de producción, de lo contrario estaremos creando unos gastos adicionales sin posibilidad real de obtener beneficios. Estaríamos realizando un gasto no una inversión.

Un excelente ejemplo, con el propósito de que podamos observar la importancia de manejar bien la información y sus beneficios, lo constituye la puesta en marcha de un centro de gestión del conocimiento, o de un centro de información o vigilancia del entorno, o en un plano global la puesta en marcha de lo que los expertos denominan actualmente el *Enterprise Resource Planning* -ERP-, que podemos traducir por conjunto de aplicaciones de software que forman un sistema integrado de gestión de todos los procesos de la empresa.

La puesta en marcha de un centro de gestión de la información dentro de la empresa debe obedecer a los siguientes parámetros:

- A). **Definición de los factores críticos** -aquellos sobre los que conviene estar permanentemente informado<sup>3</sup>.
- B). **Identificación de todos los centros de proceso de la empresa** y de los recursos que dentro de cada uno de esos centros van a proporcionar los datos.
- C). **Definición del plan y realización del manual de procedimiento** para la gestión de la información. El manual debe contemplar la definición de los factores críticos, las pautas para su selección -será necesario añadir o eliminar factores constantemente, recordemos que la empresa es un ente dinámico-, las fuentes, las herramientas para el seguimiento de los datos, las herramientas para el análisis de los datos y lo fundamental: el procedi-

<sup>3</sup> Conviene aclarar que el centro de gestión de la información puede ser sectorial -su implantación puede llevarse a cabo por secciones o áreas de la empresa-. El centro de gestión de la información puede ser un centro de vigilancia como lo define Guy Kolb, director ejecutivo de la *Society of competitive intelligence professionals*, cuando el objeto es establecer un sistema de observación y análisis del entorno o puede ser un centro que pretenda conectar todos los centros de proceso de la empresa y por lo tanto se convierta en el centro neurálgico del sistema nervioso de la organización. En uno o en otro caso siempre hay que identificar los factores críticos. "Sacar provecho a la información" en el diario *El País*, 20 de febrero de 2000.

miento para la distribución de la información. Podemos decir que los datos procesados se convierten en la verdadera información, la que tiene valor en sí misma y, además, va a añadir valor allí donde se aplique.

**D). Proceso de implantación.** Debe contemplar la formación de todas las personas involucradas directa e indirectamente en él. En una primera fase se debe preparar a los responsables directos y en una segunda a los indirectos para evitar desajustes en la empresa. La puesta en marcha de un centro de gestión de información debe suponer una toma de conciencia por parte de todos los responsables de la empresa de un compromiso de compartir los datos. Eduardo Montes, presidente del grupo **Siemens** en España, dice que si hay algo que Internet ha destrozado es la antigua teoría de que el conocimiento es poder. “Eso es una barbaridad. Hoy en día, afortunadamente, todo el mundo tiene acceso al conocimiento y, a medida que nos damos cuenta de que el poder consiste en la capacidad de recabar conocimientos de muchos, seremos capaces de contribuir a la gestión del conocimiento”<sup>4</sup>. También dentro de las empresas la información, los datos, el conocimiento tienen que estar a disposición de todos con el propósito de que su puesta en común rinda el ciento por uno.

**E). Funcionamiento y medición.** Los sistemas de medición previamente definidos y contemplados en el manual, si se aplican correctamente nos darán puntual razón de los resultados del sistema y las pautas para su reorientación cada vez que sea necesario. Por ejemplo, nos mostrarán la necesidad de identificar nuevos factores críticos, localizar nuevas fuentes de información, mejorar la capacitación de los responsables directos o indirectos, etc. Los sistemas de medición, también nos deben mostrar la eficacia o no de la distribución de la información y lo más importante su repercusión directa en el ciclo de producción.

### **Quién debe ser el responsable del sistema de gestión de la información?**

Necesitamos un profesional con un perfil complejo dadas las características de las herramientas que podremos emplear. A grandes rasgos debemos decir que ese profesional tiene que aunar dos vertientes: ser un comunicador con lo que este término implica de persona preparada para identificar los factores críticos y de ellos seleccionar los datos claves, analizarlos, procesarlos para convertirlos en información valiosa y saber transmitirlos, pero todo esto hoy en día sólo se puede hacer de forma efectiva mediante el uso de las nuevas tecnologías de la comunicación y por lo tanto

<sup>4</sup>“Para ser atractivo a la empresa hay que saber gestionar nuestro conocimiento” en diario **ABC**, 30 de enero de 2000.

se requiere una vertiente de dominio de la técnica. En organizaciones muy complejas es posible que la especialización requiera tal nivel que no sea posible encontrar en una misma persona esa doble vertiente. En mi opinión debe primar la capacidad de gestión por encima de la vertiente técnica, pero teniendo un conocimiento importante de esta última.

Quim Gil, consultor del curso de posgrado de periodismo digital de la Universidad Oberta de Cataluña, nos dice que el periodista digital se debe saber mover en la superabundancia de información por contraposición al periodista clásico para quien la información es un bien escaso. Para Gil las rutinas del periodista digital son: 1º) localizar todas las fuentes, 2º) procesar la información, 3º) contextualizar, 4º) clasificar por criterios de prioridad y 5º) discriminar entre fuentes originales y de segunda mano. El responsable de un centro de gestión de la información no es un periodista digital, pero si es un profesional de la comunicación que debe tener capacidad para moverse en la abundancia de información, debe tener criterio para localizar los **factores críticos** esto es aquellos parámetros sobre los que conviene hacer pivotar los datos que es necesario transmitir — procesar la información —. El centro de gestión de la información sólo puede funcionar correctamente si está dirigido y orientado por profesionales conocedores del entorno — contextualizar la información — y finalmente sólo alcanzará su objetivo si los datos llegan a los receptores previamente seleccionados y en el orden requerido.

## Conclusiones

La información nos habla de los consumidores, de la competencia, de los productos propios y ajenos, de nuestros propios empleados, etc. La calidad de esta información y su oportuna circulación será definitiva para la toma de decisiones, será definitiva para conseguir mejorar el ciclo de producción y por ende la rentabilidad.

La información es enorme, estamos padeciendo sobreabundancia, y, está ahí, lo importante es transformarla en conocimiento que genere valor y ello se consigue implantando un centro de gestión de la información.

“Esta nueva cultura de compartir información está derribando las barreras tradicionales de comunicación y entendimiento. Equipos de gente unida a grandes distancias y de diferentes culturas, pueden colaborar de manera efectiva en proyectos colectivos. Internet ha hecho posible esto, encogiendo la tierra con cada click del ratón”<sup>5</sup>. Sin embargo cuando se trata de compartir información o transmitir datos “sanos” dentro del ciclo de producción de las empresas, la circulación no logra la suficiente fluidez para conseguir un ciclo más ágil. Lo que estamos consiguiendo entre desconocidos y a nivel mundial, nos cuesta aplicarlo a escala reducida, en el interior de la organización.

<sup>5</sup> “Europa frente a Internet” en diario *El País*, 6 de febrero de 2000.

“Los servidores Web emergen detrás de los muros de la mayoría de las compañías, donde virtualmente cada grupo o departamento mantiene su página Web. Esta es la tendencia en el mundo de los negocios. Mientras esto sucede el punto importante es garantizar ante todo que los requerimientos guíen el uso específico de las tecnologías”<sup>6</sup>.

## Referências Bibliográficas

- Azpigalla, P.; Miguel, J.C. de; Zallo, R. (1998): “Las industrias culturales en la economía informacional. Evolución de sus formas de trabajo y valorización”, *Zer*, 1998, Bilbao, pp. 53-74.
- Berumen, S. y Arriaza, K. (2008) (coords.): *Evolución y desarrollo de las TIC en la economía del conocimiento*, Madrid: Ecobook.
- Bustamante, E. y Zallo, R. (1988) (coords.): *Las industrias culturales en España. Grupos multimedia y transnacionales*, Madrid: Akal.
- Castells, M. (1997) *La era de la información. Economía, sociedad y cultura*. Vol. 1 *La sociedad red*, Madrid: Alianza Editorial.
- Drucker, P. (1992) *El ejecutivo eficaz*, Barcelona: Edhasa.
- Fournies, F. (1997) *Técnicas de dirección de personal. Cómo instruir para aumentar el rendimiento*, Madrid: McGraw-Hill.
- Gates, B. (1997) *Camino al futuro*, Madrid: McGraw-Hill.
- Gendron, M. (1998) “La planificación estratégica ya no es sólo cosa de la alta dirección” *Update*, 1998, Bilbao, pp. 1-3.
- Herrero, M. (2003), (coord.): *La sociedad del trabajo y sociedad del conocimiento en la era de la globalización*, Madrid: Pearson-Prentice may.
- Huete, L.M. y Debaig, M. (1995) *Hacia un nuevo paradigma de gestión*, Madrid: McGraw-Hill.
- Joyanes, L. (1997) “Cibersociedad: la nueva sociedad de la información, orígenes, evolución e implantación”, *Sociedad y utopía*, Nº 9.
- Meade, R. (2002) *Delegar. Incremente la capacidad de sus colaboradores*, Madrid: Centro de estudios Ramón Areces.
- Millán Pereira, J. (1993) *La economía de la información. Análisis teóricos*, Madrid: Trota.
- Millán Pereira, J. (1993) “Los flujos de información en la economía. Problemas de definición” *Telos*, 1993, Madrid, pp. 104-116.
- Población, J.I. y García-Alonso, P. (1997) *Organización y Gestión de la empresa informativa*, Madrid: Cie de Inversiones editoriales.
- Sistial, M. y Todd, J. (1999) “No permita que la tecnología guíe sus necesidades” en *Interamericana de Nuevas Tecnologías de la información*, 1999, Bogotá.
- Terceiro, J.B. (1996); *Sociedad digital. Del homo sapiens al homo digitalis*, Madrid: Alianza.
- Voge, J. (1991) “Economía de la información y reestructuración de las empresas entre Taylor y la torre de Babel” *Telos*, 1991, Madrid, pp. 103-111.

<sup>6</sup> Conviene aclarar que el centro de gestión de la información puede ser sectorial -su implantación puede llevarse a cabo por secciones o áreas de la empresa-. El centro de gestión de la información puede ser un centro de vigilancia como lo define Guy Kolb, director ejecutivo de la *Society of competitive intelligence professionals*, cuando el objeto es establecer un sistema de observación y análisis del entorno o puede ser un centro que pretenda conectar todos los centros de proceso de la empresa y por lo tanto se convierta en el centro neurálgico del sistema nervioso de la organización. En uno o en otro caso siempre hay que identificar los factores críticos. “Sacar provecho a la información” en el diario *El País*, 20 de febrero de 2000.



# Trabalho de si mesmo e alienação no outro. Notas sobre o ensino da filosofia em Hegel

Artur Morão\*

## 1. Pressupostos da didáctica hegeliana da filosofia

Não deixa de ser oportuno, na consideração sobre o que é o ensino filosófico, na busca do seu significado e alcance, recorrer a Hegel. Primeiro, porque se ocupou da filosofia ao nível do ensino secundário (e enfrentou dificuldades e obstáculos não de todo diversos dos da hora presente); em seguida, porque se dobrou na reflexão e de forma recorrente sobre tal prática, a cujo respeito formulou, se bem que episodicamente, algumas directrizes interessantes. Não se irá, todavia, proceder *more hegeliano*, adoptando os pressupostos do seu idealismo, o jogo das suas oposições, o carácter orgânico que atravessa e imbuí a sua visão do real, da cultura e da história, mas pretende-se apenas salientar certos matizes da vertente pedagógica implícita no seu sistema que ainda hoje, no seio da actual, fecunda e sempre perene discórdia filosófica, podem arrojear alguma luz sobre o tema que nos ocupa: o papel e a importância dos textos e problemas filosóficos no ensino da filosofia e na configuração do Si mesmo.

Oiçamos, pois, Hegel, na qualidade de reitor do Ginásio de Nuremberga, e em plena elaboração intelectual do seu sistema filosófico:

“Segundo a mania moderna, sobretudo da pedagogia, não importa tanto instruir-se no conteúdo da filosofia quanto *aprender a filosofar sem conteúdo*; isto significa mais ou menos o seguinte: é preciso viajar, viajar sempre, sem chegar a conhecer as cidades, os rios, os países, os homens, etc.

*Em primeiro lugar*, quando se conhece uma cidade e, em seguida, se chega a um rio, a outra cidade, etc., aprende-se, sem mais, deste modo a viajar; não só se aprende, mas efectivamente já se viaja. Assim, ao chegar-se a conhecer o conteúdo da filosofia, aprende-se não só o filosofar, mas efectivamente já se filosofa. Também o fim do próprio aprender a viajar seria apenas chegar a conhecer cidades, etc., o *conteúdo*<sup>1</sup>.”

Descobre-se de imediato que Hegel tem da filosofia uma concepção substantiva, conteudal e também problematológica. Por outro lado, revela um tacto educativo provado na experiência docente. Ao reflectir sobre a sua actividade didáctica,

\* Professor de filosofia da escola de Loures.

<sup>1</sup> “O ensino da filosofia nos ginásios” (1812), in: *Propedêutica filosófica*, trad. port. de A. Morão, Lisboa, Edições 70, 1989, p. 371. O texto encontra-se agora disponível em ficheiro-pdf no electro-sítio [www.lusosofia.net](http://www.lusosofia.net).

durante os anos de reitorado, sublinha que a receptividade dos jovens alunos se mostrou maior em face da doutrina do Direito (“a mais simples e abstracta consequência da liberdade”)<sup>2</sup>, da Moral e, por fim, da Religião, ao passo que o acesso à Lógica se revelou eivado de dificuldades. Deixou por isso de fazer desta, na sua prática docente, o pórtico de entrada no reino filosófico. E conclui que os conceitos daquelas disciplinas são um objecto “conveniente para constituir o início da introdução à filosofia”<sup>3</sup>, propondo a seguinte justificação:

“[Tais conceitos] são simples e possuem ao mesmo tempo uma especificação que os torna inteiramente acessíveis à idade desta Classe; o seu conteúdo é apoiado pelo sentimento natural dos alunos, possui uma *realidade efectiva* no seu íntimo, pois é a vertente da própria realidade interior<sup>4</sup>.”

Acerca da Lógica, pelo contrário, afirma:

“Tem um conteúdo mais abstracto e, sobretudo, mais afastado da imediata realidade efectiva do íntimo, um conteúdo meramente teórico. Liberdade, Direito, Propriedade, etc., são determinações práticas com que diariamente lidamos e que, para lá da existência imediata, têm também uma existência sancionada e uma validade real. As determinações lógicas de universal e particular, etc., são, para o espírito ainda não versado no pensar, sombras frente ao efectivamente real, a que ele recorre, antes de ser destro em fixar e considerar aquelas independentemente deste. A exigência habitual num ensino introdutório da filosofia é que se deve começar pelo existente e, a partir daí, levar a consciência para mais alto, para o pensamento. Mas, nos conceitos da liberdade, é dado o próprio existente e imediato que também já é pensamento, sem prévia anatomia, análise, abstracção, etc.”<sup>5</sup>

Deparamos assim, já de início, em Hegel com dois pressupostos da didáctica filosófica.

- a) O primeiro é o seguinte: a filosofia lida com conteúdos e problemas determinados, porque “encerra os mais altos pensamentos racionais sobre os objectos essenciais, contém dos mesmos o universal e o verdadeiro”<sup>6</sup>.
- b) O segundo sugere que a docência filosófica de iniciação deve incidir nos conceitos que, de uma ou outra forma, possuem afinidade com o íntimo dos discentes.

Nada mais alheio, portanto, ao seu procedimento do que a abstracção vazia, a indeterminação, o pensar fortuito, granular e fragmentário, a faculdade cognosci-

<sup>2</sup> *Ibidem*, p. 366.

<sup>3</sup> *Ibidem*.

<sup>4</sup> *Ibidem*.

<sup>5</sup> *Ibidem*, pp. 366-7,

<sup>6</sup> *Ibidem*, p. 372.

tiva feita vadia ou deixada em situação de baldio. Mas é melhor escutar de novo as palavras do filósofo:

“O comportamento tristonho, simplesmente formal, a perene busca e a vagabundagem sem conteúdo, o argumentar ou especular assistemático, têm como consequência a vacuidade de teor, o vazio dos pensamentos nas cabeças, pois estas *nada podem*?”

Insinua-se aqui de um modo implícito, mas consequente,

c) um *terceiro* pressuposto: a noção de que a filosofia deve ser objecto de *aprendizagem*; que não há oposição entre aprendizagem e o elemento material em que ela incide; que a inteligência pessoal genuína, o pensar por si mesmo se pode exercitar apenas em semelhante material, o qual “não é produto e composição da fantasia nem de uma intuição, chame-se ela sensível ou intelectual, mas é um *pensamento* e, além disso, um pensamento não se pode aprender de nenhum outro modo a não ser que seja *pensado por si mesmo*”<sup>8</sup>. A filosofia tem, pois, a capacidade de ser ensinada porque, graças à sua determinidade e ao carácter específico das suas questões e dos seus temas, se pode tornar *comunicável*, um *bem comum*<sup>9</sup>. Este ponto é afirmado com força:

“A filosofia deve *ensinar-se e aprender-se* como qualquer outra ciência. O prurido infeliz de educar a *pensar por si* e para a *produção autónoma* pôs esta verdade na sombra – como se, ao aprender o que é substância, causa ou seja o que for, *eu* não pensasse *por mim mesmo*, como se *eu* não *produzisse* por *mim mesmo* estas determinações no meu pensar, mas as mesmas lhe fossem arrojadas como *pedras* – como se, além disso, quando examino a sua verdade, as provas das suas relações sintéticas, ou a sua transição dialéctica, *eu mesmo* não fizesse tal exame, não me convencesse a *mim mesmo* de tais verdades – como se, ao familiarizar-me com o teorema de Pitágoras e com a sua demonstração, *eu mesmo* não conhecesse este teorema e não demonstrasse a sua verdade”<sup>10</sup>.

E Hegel faz mesmo um paralelo entre a disciplina filosófica e os outros ramos do saber, ao mesmo tempo que admite um nexos imanente do ensino da filosofia com a formação científica em geral. Vejamos:

“Uma filosofia formada cientificamente já dentro de si mesma faz justiça ao pensar determinado e ao conhecimento profundo; e o seu *conteúdo*, o universal das relações espirituais e naturais, *induz por si* imediatamente às *ciências positivas*, as quais mostram este conteúdo em forma concreta, em mais amplo desenvolvimento e aplicação,

<sup>7</sup> *Ibidem*.

<sup>8</sup> “Sobre o ensino da filosofia nas universidades”, in *Propedêutica Filosófica*, p. 383.

<sup>9</sup> *Ibidem*.

<sup>10</sup> “O ensino da filosofia nos ginásios”, *Ibidem*, pp. 372-3.

de tal modo que o estudo de tais ciências se mostra, ao invés, como necessário para uma concepção mais profunda da filosofia<sup>11</sup>.”

Não espanta, pois, que o filósofo, num dos seus discursos de encerramento do ano escolar, aduza uma outra ideia inesperada, aparentemente brutal para a nossa sensibilidade hodierna, pós-moderna e avessa à autoridade (geralmente sempre mal entendida) – cultora, quase até à idolatria, da subjectividade e da espontaneidade pessoais irrefreadas –, mas de profundo efeito, pois implica e aponta para o papel decisivo da *mediação*, categoria determinante e muito realçada no âmbito da hermenêutica. Ideia brutal porque, embora a filosofia hegeliana seja uma filosofia da liberdade, realça com energia o que se pode considerar

*d) o quarto* pressuposto do ensino em geral: a *obediência* (ou seja, o cumprimento dos deveres para com os outros, a lição da realidade, a vinculação construtiva ao social e ao político, o fomento da responsabilidade). Eis como se exprime o filósofo:

“O fim principal da educação consiste na erradicação das próprias fantasias, pensamentos e reflexões que a juventude pode ter e fazer, e do modo como de si as consegue tirar; tal como a vontade, também o pensamento deve começar pela obediência<sup>12</sup>.”

Entendamo-nos. Hegel refere-se ao devaneio, àquele cismar trânsfuga e fôragido que nasce do capricho e é simples tradução da subjectividade inculta, má, imediatista, não trabalhada e moralmente imatura, além de gregária e passivamente sujeita à mentalidade de grupo e à “opinião pública” ingênua ou acrítica<sup>13</sup>; àquilo

<sup>11</sup> “O ensino da filosofia nas universidades”, *Ibidem*, p. 384

<sup>12</sup> *Nürnberger und Heidelberger Schriften 1808-1817* (stw 604), Francoforte, Suhrkamp 1986, p. 332.

<sup>13</sup> Sobre a opinião pública pondere-se o excepcional juízo que dela faz John H. Newman:

“I am not so irrational as to despise Public Opinion; I have no thought of making light of a tribunal established in the conditions and necessities of human nature. It has its place in the very constitution of society; it ever has existed, it ever will exist, whether in the commonwealth of nations, or in the humble and secluded village. But wholesome as it is as a principle, it has, in common with all things human, great imperfections, and makes many mistakes. Too often it is nothing else than what the whole world opines, and no one in particular. Your neighbour assures you that every one is of one way of thinking; that there is but one opinion on the subject; and while he claims not to be answerable for it, he does not hesitate to propound and spread it. In such cases, every one is appealing to every one else; and the constituent members of a community one by one think it their duty to defer and succumb to the voice of that same community as a whole.” (...) “Public Opinion {4} especially acts upon the imagination; it does not convince, but it impresses; it has the force of authority, rather than of reason; and concurrence in it is, not an intelligent decision, but a submission or belief.” (...) “Arguments are the fit weapons with which to assail an erroneous judgment, but assertions and actions must be brought to bear upon a false imagination. The mind in that case has been misled by representations; it must be set right by representations. What it asks of us is, not reasoning, but discussion. In works on Logic, we meet with a sophistical argument, the object of which is to prove that motion is impossible; and it is not uncommon, before scientifically handling it, to submit it to a practical refutation;—*Solvitur ambulando*.” (...) {5}. [Cfr. <http://www.newmanreader.org/works/historical/volume3/universities/chapter1.html#top>]

que nós, hoje, sabemos da dimensão ideológica que há na consciência humana como componente inextinguível e refractária à total extirpação – mas a que não devemos indiferentemente abandonar-nos. Realça, por contraste, não a recepção inerte, mas a auto-actividade na apreensão e a força na sua aplicação. Só assim um conhecimento se torna propriedade nossa; pelo contrário, o predomínio da divagação própria nunca trará nem o treino e a ordem ao pensar nem a conexão e a consequência ao conhecimento<sup>14</sup>. Daí, a insistência no carácter *ensinável* da filosofia.

“Por muito que o estudo filosófico seja em si e para si um fazer por si mesmo, é igualmente uma *aprendizagem* – a aprendizagem de uma ciência *já existente*, formada. Esta é um património de conteúdo adquirido, formado, elaborado; este bem hereditário deve ser adquirido pelo indivíduo, isto é, ser *aprendido*<sup>15</sup>.”

Escopo do ensino será então eliminar a peculiaridade ou idiosincrasia natural do pensar, a contingência, a arbitrariedade e a particularidade divagante da opinião, de modo a preparar o ingresso próprio na via da ciência e da cultura do ânimo ou da subjectividade pessoal transfigurada. O pensamento principiante virar-se-á, portanto, na sua obediência, na disciplina, para o produto resultante do trabalho do génio pensante de todas as épocas, para as grandes obras da cultura e da ciência, para o pensar livre e criativo dentro das instituições, já que os seus pensamentos ultrapassam o que um jovem não formado produz com o *seu* pensar ainda tosco e inculco. E Hegel continua:

“A representação originária, peculiar, da juventude sobre os objectos essenciais é, em parte, inteiramente pobre e vazia, em parte, porém, na sua infinitamente maior parte, é *opinião, ilusão, imperfeição, incerteza, indeterminação*. Graças à aprendizagem, para o lugar dessas ilusões vem a verdade<sup>16</sup>.”

Não se trata, claro está, de um mero esforço de repristinação, de evocação e reactualização amorfa do passado, do que já por outros foi pensado. Tal não é simplesmente possível, segundo o nosso filósofo. Sentem-se antes pulsar aqui alguns dos pressupostos fundamentais da sua filosofia que, olhada sob um certo prisma e ao longo das suas várias obras e cursos, se poderia considerar também em parte como uma antropologia dinâmica e uma pedagogia da transformação incessante, segundo as exigências do tempo e o apelo da hora. São eles: a intersubjectividade essencial do espírito, a radicação da autoconsciência no *reconhecimento* de si e do outro em pleno mundo, ou seja, na esfera do *ético*, logo, à luz de imperativos e no esforço atuado e ininterrupto da superação do momento puramente natural, do capricho e das suas apetências vagabundas. De nenhum modo se deve esquecer que o carácter

<sup>14</sup> *Ibidem*.

<sup>15</sup> “O ensino da filosofia nos ginásios”, *Propedêutica*, p. 373.

<sup>16</sup> *Ibidem*.

essencialmente intersubjectivo e ético do espírito é uma tese fundamental da *Fenomenologia do Espírito*!

É sem surpresa da nossa parte que Hegel, em ligação com a tarefa árdua da educação intelectual no seu todo, da formação humana integral (*Bildung*), remeta para uma expressão própria da vida mística e aluda à “noite escura”. São estas as suas palavras:

“No tocante ao ensino da filosofia nos Ginásios, o essencial é, em primeiro lugar e antes de mais, a forma *abstracta*. A juventude deve, primeiro que tudo, esquecer o ver e o ouvir, deve subtrair-se à representação concreta, retirar-se para a íntima noite da alma, deve aprender a ver neste plano, a estabelecer e a distinguir determinações<sup>17</sup>.”

Ou ainda noutra lugar:

“Pensar é o *ir-para-dentro-de-si* do espírito e, assim, transformar em *objecto* o que ele é enquanto intuí; é o *recolher-se* em si e, deste modo, *separar-se de si*. (...) Eis o que constitui o trabalho infinito do espírito: retirar-se da sua *existência imediata*, da *vida natural feliz*, para a *noite* e a *solidão da autoconsciência* e, a partir da sua força e do seu poder, *reconstruir* pensando a realidade efectiva e a intuição dele separadas. A partir da natureza da coisa, esclarece-se que justamente a vida natural imediata constitui o contrário do que seria a filosofia, um reino da inteligência, uma transparência da natureza para o pensamento. Semelhante discernimento não se constitui assim tão facilmente *para o espírito*. A filosofia não é um *sonambulismo*, é antes a consciência mais desperta, e o seu despertar sucessivo é justamente a elevação de si mesmo para lá dos *estados da unidade imediata com a natureza* – uma elevação e um trabalho que, enquanto diferença incessante de si em relação a si, para suscitar de novo a unidade mediante a *actividade do pensamento*, incidem no decurso de uma época e, claro está, de um *longo tempo*<sup>18</sup>.”

A filosofia pode então, mediante a familiaridade e o trato circunspecto com os seus objectos essenciais, revestir um carácter propedêutico universal, jamais *edificante* ou de carácter devoto, que iniba os desvios obscuros, a tentação do fútil e do trivial e sensibilize para o que realmente tem valor.

“Como ciência propedêutica, a filosofia deve sobretudo proporcionar a educação formal e o exercício do pensar; só conseguirá isso mediante o total afastamento do fantasmal, por meio da determinidade dos conceitos e de um procedimento consequente e metódico; deve poder conservar esse exercício numa elevada medida como a matemática porque, como esta, não tem um conteúdo sensível<sup>19</sup>.”

<sup>17</sup> *Ibidem*, p. 374.

<sup>18</sup> *Introdução à História da Filosofia*, Lisboa, Edições 70, 1991, pp. 52-3.

<sup>19</sup> “O ensino da filosofia nas universidades”, *Ibidem*, p. 384.

É possível, sem dúvida, optar-se na instrução por uma via *natural* (começar pelo sensível, pelo concreto, extrair e elevar este ao abstracto por meio da análise) ou por um caminho *científico* e abstracto (conforme à coisa, porque o puro, o mais alto, o verdadeiro é *natura prius* [anterior segundo a sua natureza], é mais simples, de mais fácil compreensão, e está subtraído à realidade sensível, que é fonte de dispersão e de distração). Mas, em rigor, tal alternativa não é ainda suficiente, já que o fito da filosofia é encaminhar-se, através do dialéctico (o movimento dinâmico da realidade, sempre plural, complexa e contrastada), para o elemento *especulativo*, a saber, “o conhecimento do *oposto na sua unidade* – ou, mais exactamente, que os opostos são, na sua verdade, um só<sup>20</sup>.” O especulativo é, portanto, o mais difícil, e do espiritual (do direito, da autoconsciência e do prático em geral) “não se pode proferir *uma* palavra a não ser especulativa, pois ele é a unidade consigo no ser-outro<sup>21</sup>.”

Aqui se vem inserir

e) um *quinto* e último pressuposto da didáctica hegeliana: a *alienação* [exteriorização, êxodo, saída de si] como condição do progresso formativo. Ostenta uma ligação interna com o pressuposto da *mediação*, já antes mencionada a propósito da obediência como ponto de partida do pensamento. É esta uma ideia rica de consequências, e que se veio a revelar de grande fecundidade na hermenêutica, como se pode ver, por exemplo, na obra de H. G. Gadamer e de Paul Ricoeur.

Em que consiste semelhante alienação e qual o seu fito? Por um lado, é insubstituível como factor intrínseco do percurso da cultura do ânimo, é o eixo de toda a vida espiritual e da genuína humanização. Esta exigência de separação de si, esta “ilusão necessária de ter de buscar primeiro a profundidade na forma da alienação”, de nos arrancarmos à arbitrariedade e ao marasmo subjectivo, ao meio em que nos encontramos mergulhados e ao qual, de novo, voltamos, mas já transformados, está ao serviço da verdadeira objectivação espiritual.

“Para se tornar *objecto*, a substância da natureza e do espírito deve a nós contrapor-se, deve assumir a figura de algo estranho<sup>22</sup>.”

Seria uma cisão dolorosa, se assentasse apenas no distanciamento do mundo dos sentimentos, dos vínculos individuais, do amor e da confiança. Na realidade, porém, restringe-se fundamentalmente ao âmbito intelectual.

“Para a alienação, que é a condição da formação teórica, esta não requer a dor moral, o sofrimento do coração, mas apenas a dor mais leve e o esforço da representação em se ocupar de algo não-imediato, de algo estranho, de algo atinente à recordação, à memória e ao pensar<sup>23</sup>.”

<sup>20</sup> *Ibidem*, p. 375.

<sup>21</sup> “O ensino da filosofia nos ginásios”, *Ibidem*, p. 385.

<sup>22</sup> Nürnbergger und Heidelberger Schriften 1808-1817, p. 321.

<sup>23</sup> *Ibidem*.

O não-imediato era aqui, neste contexto e na insinuação de Hegel, o mundo, a língua e a literatura dos Antigos, mas, de facto, pode alargar-se aos produtos mais castiços e válidos de toda a actividade intelectual e espiritual. Por outro lado, esta salutar alienação enquanto condição para a si mesmo se chegar, é um rodeio necessário e longo, um corolário da natureza intersubjectiva do espírito e da verdadeira antropogénese, que consiste em ser capaz de se pôr no lugar do outro. Expressa o liame e a endentação das consciências, o nexó essencial entre espírito subjectivo e espírito objectivo, entre o psiquismo individual e a cultura, entre o indivíduo e a sua comunidade histórica de destino, entre cada um e todas as obras do espírito humano ou todas as filosofias, seja qual for a sua época, pois as abarca e consorcia uma certa “contemporaneidade”.

“A formação científica tem em geral sobre o espírito o efeito de o separar de si mesmo, de o arrancar ao seu imediato ser determinado natural, à esfera constricta do sentimento e do impulso, e de o situar no pensamento, pelo qual ele obtém uma consciência para além da retroacção, aliás, apenas necessária, instintiva, sobre as impressões externas e, graças a esta libertação, se converte no poder sobre as representações e sensações imediatas; essa libertação constitui o fundamento formal da acção moral<sup>24</sup>.”

Curiosamente, algo de parecido – mas ainda sob a ressonância de Hegel – dizia Karl Marx a propósito da humanização dos sentidos do homem social, em que todos temos de nos transformar:

“Só através da riqueza objectivamente desenvolvida do ser humano é que em parte se cultiva e em parte se cria a riqueza da sensibilidade subjectiva humana (o ouvido musical, o olho para a beleza das formas, em suma, os sentidos capazes de satisfação humana e que se confirmam como faculdades humanas). De facto, não são apenas os cinco sentidos, mas também os chamados sentidos espirituais, os sentidos práticos (vontade, amor, etc.), numa palavra, a sensibilidade humana e o carácter humano dos sentidos, que vêm à existência mediante a existência do seu objecto, através da natureza humanizada. A formação dos cinco sentidos é a obra de toda a história mundial anterior<sup>25</sup>.”

## 2. Pertinência da visão hegeliana na sua valência pedagógica

Não foi em vão o percurso feito. Adquirimos pelo caminho algumas noções importantes, com projecção na temática do ensino da filosofia, na sua relevância e no seu significado. Como se disse, deixa-se de lado o horizonte complexivo do sis-

<sup>24</sup> *Ibidem*, p. 348.

<sup>25</sup> *Manuscritos económico-filosóficos*, trad. Artur Morão, Lisboa, Edições 70, 1989, II Manuscrito, p. 199.

tema hegeliano, não se atende à sua concepção orgânica da razão e à correspondente concepção da filosofia como disciplina imperial e árbitro da totalidade da cultura, que já provinha de Kant; desconta-se igualmente o ideal clássico da *Bildung*, idealizante e nimbedo de uma certa candura quanto às condições ambíguas e confusas das situações sociais em que se desenrola, além de pronunciadamente eurocêntrico e ainda demasiado tributário de um sujeito epistémico envolvido numa aura quase divina – de certa forma uma ilusão transcendental da modernidade. Semelhante ideal afigura-se hoje, segundo Adorno, irrecuperável:

“No mundo administrado... as virtudes da personalidade – juízo independente, desenvolvimento omnilateral das forças, resistência contra o que é imposto simplesmente a partir de fora, imersão paciente em si mesmo – não mais são honradas, antes parecem areia na máquina<sup>26</sup>.”

Que conseguimos, então? Estas ideias simples, mas centrais: A filosofia não é uma mera terapêutica ou obstétrica das palavras (não obstante o valor e a verdade parcial desta posição), lida com problemas e objectos essenciais (direito, justiça, sentido do ser e da existência, etc.); estes objectos, conquanto universais, têm (e devem ter) uma implantação no íntimo dos discentes; porque provida de conteúdos, a filosofia é susceptível de aprendizagem; como aprendizagem, porém, tem alguma ligação com a ‘obediência’, isto é, com a inserção inteligente e atenta na tradição ou nas tradições em que se inscreve, com a visão das coisas mais ou menos articulada no seio de uma civilização, com a comunidade de que se é membro, não decerto para lhes sujeitar servilmente os discentes ou quem filosofa, mas para visar a liberdade e a autonomia na responsabilidade do agir e do pensar, pois todo o acto de pensamento tem consequências, quanto mais não seja por omissão, se lhe faltar a energia para mover à acção e gerar efeitos na realidade. No entanto, só é possível chegar aqui, através de um certo sacrifício do concreto, pela ablação da superstição do imediato, das ilusões próprias, da sofreguidão sensualista, da subjectividade não aberta ao consenso e ao respeito pelo objecto, à negociação social e inter-individual, em última análise, mediante a necessária alienação no outro, condição de toda a maturação pessoal e, por conseguinte, também intelectual.

\* \* \*

Há ainda outros pontos salientes, que ficam por desenvolver.

Primeiro, a relevância do que se poderia chamar de “princípio da heterogeneidade”, ou seja, a composição das múltiplas determinações, forças, energias, influências que nos atravessam e repartem, o abismo dos “muitos” que há em nós; daí o necessário reconhecimento da multiplicidade intrínseca que nos habita, afirmada

<sup>26</sup> “Aktualität der Erwachsenenbildung” (1956), in *Werke*, XX,1, Francoforte, Suhrkamp p.328.

repetidamente por Hegel, e que importa trazer à unidade e coligir na autoconfiguração do Si mesmo.

Também já o nosso P. António Vieira, a este respeito, afirmava:

“A maior coisa que pode fazer o homem é ser um. Cada homem ordinariamente é tantos homens quantas são as diferenças da idade, ou as mudanças da fortuna, a que o leva o tempo [...]. Somos homens tão pouco parecidos na vida, não já uns com os outros, senão cada um consigo mesmo, que se nos houveram de conhecer pelas acções, como pelas feições, de um dia para o outro não houvera quem nos conhecesse”<sup>27</sup>.

Em seguida, a necessidade de repensar o vínculo intrincado, mas real, entre o singular e o universal, entre o pensar por si, a razão e a autoridade que se deve impor e recomendar pela competência, e não pela manipulação ou pelo contágio anónimo, como hoje ocorre pela “ditadura branda” e desumanizante dos meios de comunicação.

Em terceiro lugar, a construção do saber, e não só, como tarefa comunitária em que a criatividade, a invenção pessoal, passa pelo confronto e pela autenticação de múltiplos auditórios segundo a sua especificidade, pelo incessante intercâmbio e troca do pensamento próprio com o pensar dos outros.

Também ainda a “contemporaneidade” perene das grandes criações culturais que, pela sua estranheza, pelo contraste, como desafio e incentivo à penetração na indiscernibilidade do nosso presente, porque infectado de elementos ideológicos que nos roubam a lucidez, nos privam do rosto e nos ofuscam o olhar, podem ajudar a descobrir o que realmente importa, além de nos expandirem o ser, sempre coarctado pela jaula de ferro dos condicionamentos civilizacionais.

Por último, a “humanização” mais radical, que exige a saída de si, o trânsito pelo mundo e pelas coisas, mas não em termos de fruição egoísta, antes de respeito e apreço, de reverência e serviço. No fundo, sem tal “alienação”, sem esse desvio pelas mediações, de que também fala P. Ricoeur, não se chega à avaliação sadia das entidades, dos eventos, dos outros, ao reconhecimento da forma e do recorte do real nos seus múltiplos veios e níveis, no seu enlaçamento, na sua respiração conjunta. Este périplo sob o impulso da abertura atenta ao “outro” é o garante da autêntica objectividade e da verdade possível. De facto, já para Kant, sobretudo para Hegel e, na dependência deste, também para H.G. Gadamer, a ‘formação’ ou verdadeira cultura consiste em ser capaz de se transferir para o ponto de vista do outro, em saber modelar e ajustar a subjectividade própria às exigências ou às necessidades do “outro”; por extensão, também à especificidade de cada coisa.

Diz, de facto, o filósofo:

“Pertence, ademais, à cultura o sentido para o *objectivo na sua liberdade*. Consiste em que eu não busco no objecto o meu sujeito particular, mas considero e trato os objectos

<sup>27</sup> A. VIEIRA, in *Sermão das Exéquias do Conde de Unhão D. Fernão Telles de Menezes*.

como são em si e para si, na sua peculiaridade livre, e me interesse por eles sem uma particular utilidade. – Semelhante interesse desinteressado reside no *estudo das ciências*, sobretudo quando se cultivam por si mesmas. O desejo de tirar utilidade dos objetos da natureza está ligado à sua destruição. – Também o interesse pela beleza da arte é desinteressado. Ela representa as coisas na sua independência viva e subtrai-lhes a mesquinhez e a perturbação, que elas sofrem das circunstâncias exteriores<sup>28</sup>.”

O contrário desta subjectividade humanizada é a subjectividade bárbara ou inculta, que Hegel fustiga, por ex., no prefácio à *Filosofia do direito*<sup>29</sup>. Há aqui uma espécie de antecipação da crítica do “pós-moderno” (sobretudo nas suas manifestações mais contraditórias e deformadoras), o qual confunde sistematicamente o “íntimo” com o “autêntico”, e cuja exposição despudorada não passa de autodevassa, assumindo, por vezes, um giro pórnico, de mera exibição, de elevação do espúrio a norma. Na realidade, porém, não vai além do cinismo, da sobranceria, da falsa autenticidade – que nada tem a ver com o intento da verdade, com o respeito de si e do outro, e se esgota e desmembra na caricatura.

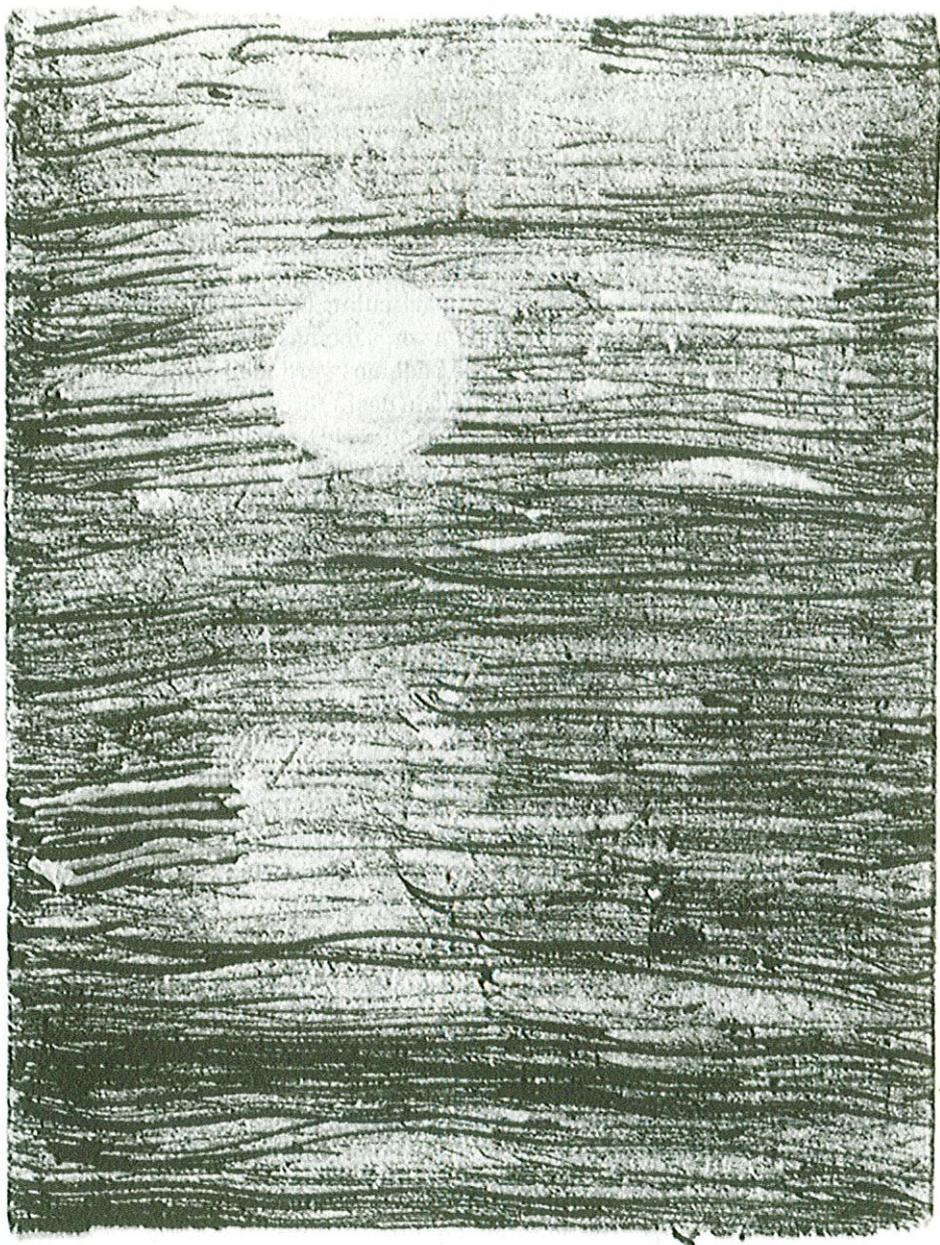
\* \* \*

Resumindo, poderia ser este o resultado e o imperativo implícito na lição hegeliana acerca do ensino da filosofia, uma vez podada dos seus lineamentos idealistas: tornar-se e ser si mesmo implica passar pelo outro, sair de si e viver no “extra nos” em apropriação crítica, mas empenhada, da realidade, desenvolver a capacidade de se pôr no lugar do outro, de o respeitar à luz da exigência do que o filósofo Donald Davidson caracteriza como o hermenêutico “principle of charity”, e de assimilar as riquezas das suas obras, condutas e atitudes mais conseguidas. Só assim se domará a multiplicidade dispersa, caótica, da nossa subjectividade rude e tendencialmente inumana, que, se não for unificada justamente através deste êxodo de si, apenas nos desumaniza e empobrece, impedindo a conquista serena de si mesmo e mergulhando cada qual numa irresponsabilidade acéfala e numa imaturidade espiritual sem remédio.

<sup>28</sup> *Propedêutica filosófica*, p. 312.

<sup>29</sup> O leitor poderá ler este texto no electro-sítio: [www.lusosofia.net](http://www.lusosofia.net).





Vieira da Silva  
*Au-dessus du Marais*  
1972

## Un bouquet d'images, mots et pensées

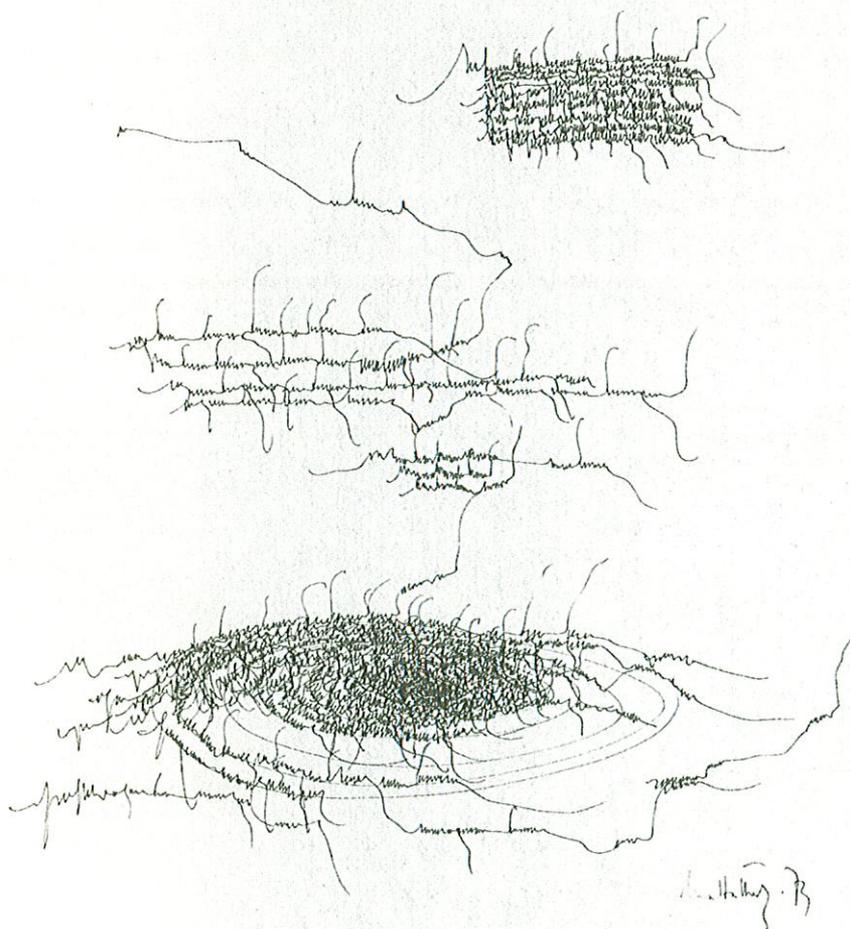
Carolina Leite

*Ao Professor Aníbal, querido Amíbal*

Como pode ser intrigante a geografia de afinidades que à nossa volta se vai tecendo. E com que estranha frequência abandonamos ao olhar distraído as surpresas e as coincidências deste universo particular. E, no entanto, com mais ou menos consciência daquilo que nos é dado a ver, sabemos que é apenas *neste* território de afectos, tantas vezes não-dito, que podemos verdadeiramente existir como somos e crescer como gostaríamos. A qualidade desta força atractora tem suscitado interesse e curiosidade nas mais variadas disciplinas! Da psicanálise à sociologia, da astrologia à química, da psicologia à física, enfim, para onde quer que se olhe vemos como são tantos os que continuam à procura do segredo que rege a mecânica das afinidades. Compreende-se. Quem não gostaria de encontrar o truque...ou pelo menos de o explicar com uma meia dúzia de bons argumentos? Alguns pensam - e muitos mais praticam - que o universo das afinidades se constrói com a ajuda de uns tantos instrumentos de comunicação, de muita persistência e mais vontade ainda. Assim é, para vender produtos e imagens ou para angariar adeptos. *Assim parece*, diria a propósito do universo de correspondências de que aqui se fala nesta conversa com-e-para o Professor Aníbal: *este universo* não se reconhece nas exigências da instrumentalização. É instável, quer dizer, avesso a contratos mas age na fidelidade do laço e respira, apenas, no perfume da autonomia, clima propício à receptividade do inesperado. Sendo raro e instável, sem garantias nem contemplanções, este universo invisível e de pujante realidade, pede apenas que o deixem existir para que possa trazer à nossa passagem o encantamento que nos liberta do tempo e nos acorda para a presença.

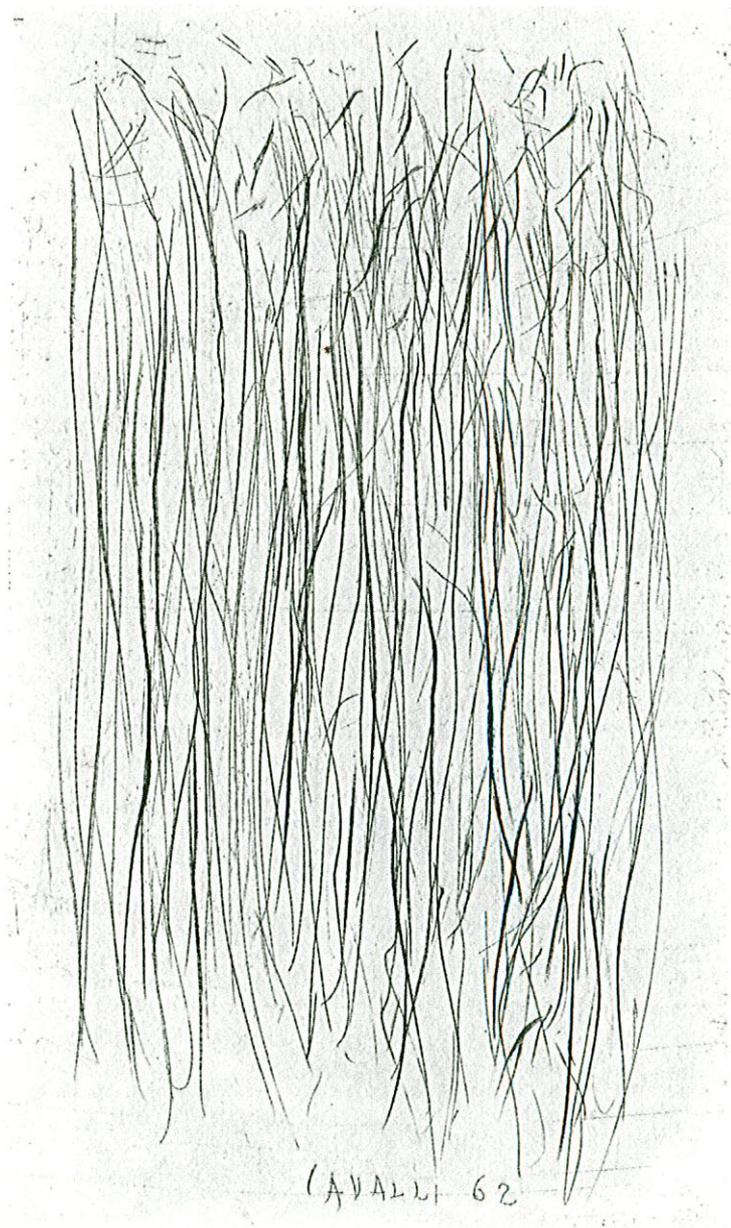
É de um lugar assim criado que vem a amizade que descobri, cedo, no Professor Aníbal. Uma permanente gratificação de cumplicidade e afecto capaz mesmo de acolher divergências de pontos de vista ou de modos de agir. E por isso posso contar a presença do Professor Aníbal na Universidade como a existência de um lugar onde é possível crescer e errar, recomeçar ou mesmo hesitar, talvez desistir ou então olhar ao longe, um lugar sempre animado de liberdade e encorajamento em nome do essencial, daquilo que ao caminho não pode de todo faltar.

E hoje é dia de festa, dizem-me e eu acredito, pois um tempo novo de trabalho e descoberta se anuncia, com a família, os amigos, e os novos amigos que vão chegar. E assim pensei propôr-lhe, querido Amigo, um passeio acompanhado à Natureza, com imagens que falam e com palavras que nos projectam em novas imagens: são as de Maria Gabriela Llansol, figura de conversas recentes e de interrogações bem mais antigas. Conosco, outros amigos, o Matteo que escolheu as imagens e a Zara, sempre presente, para que o dia seja mesmo de festa.



Ana Hatherly  
Princípio do raciocínio  
1973

O fulgor é preferível à verosimilhança  
*Onde Vais Drama-Poesia*, 2000: 199



Massimo Cavalli  
Fili d'erba  
1962

A maior parte dos semelhantes está por achar

*Parasceve*, 2001: 150

Indo directamente ao cerne,

o texto vê uma relação amorosa, libidinal, não só degradada  
mas, *provavelmente*  
perdida, entre os sexos humanos e o sexo da natureza,

O ódio profundo que a natureza nutre, num crescendo, pelo  
humano, a desilusão que a invade por o homem, no ciclo do  
carbono, representar uma solução de facilidade e de felicidade  
relativamente a outras formas naturais e ser, cada vez mais, uma espécie autista,  
proliferante e conquistadora;

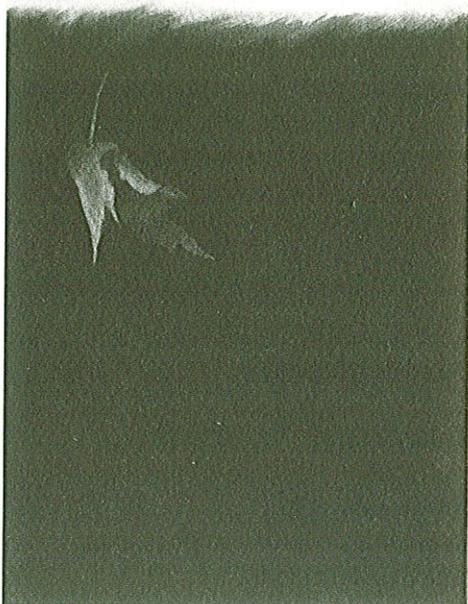
(...)

ser-se humano é evolutivamente um progresso de leitura mas não é um privilégio,  
nem uma superioridade, nem um dado adquirido,

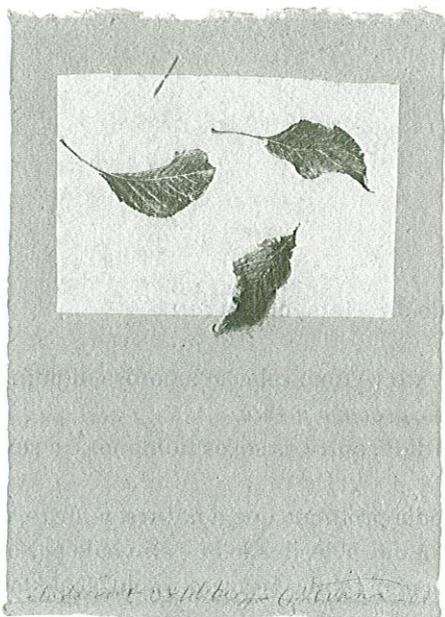
*Onde vais Drama-Poesia*, 2000: 187

-----eu ando a contar o mal-estar profundo dos seres humanos, dos animais e  
das plantas, ando à procura de um final feliz. Ando a ver se o fulgor que, por vezes,  
há nas coisas, é melhor guia do que as crença que temos sobre elas, ou do pensa-  
mento que, a propósito delas, nos ocorrem

*Onde vais Drama-Poesia*, 2000: 225



Rosanna Carloni  
Foglia  
2005



Farhad Ostovani  
Variations Goldberg  
2007-2008

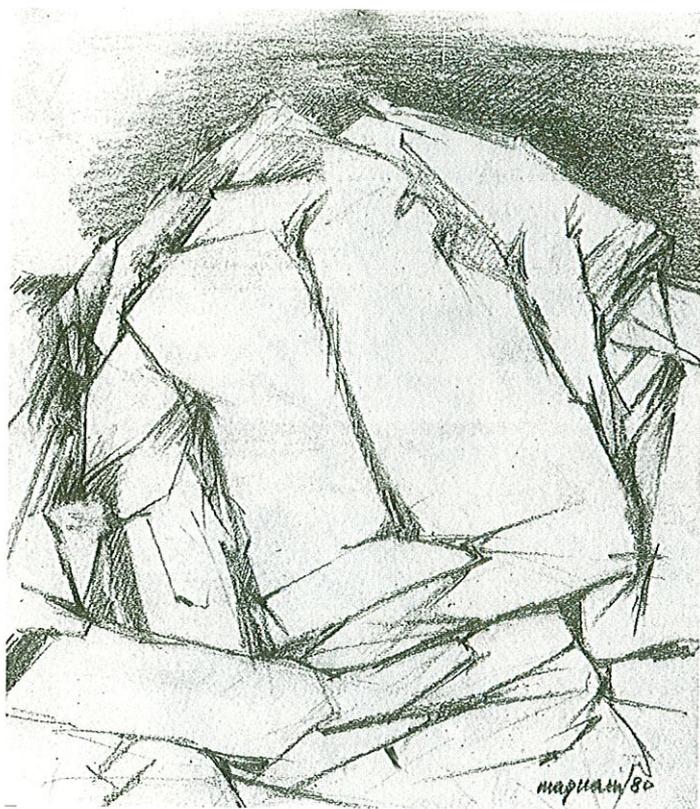


Alexandre Hollan  
Percée  
1998-2008

Se eu nunca arriscar a razão, nunca **saberei**.

Nunca saberei pensar.

*Finita*, 2005: 40



Vittorio Magnani  
Rocce  
1980

Afirmar, distinguir, elevar  
quebrar os nós  
desatar o afecto preso  
romper o medo  
inquirir  
cuidar do humano  
nada propôr  
que não tenha sido antes um risco assumido e vivido  
pelo próprio rosto no texto. Criar lugares vibrantes a que se possa ascender pelo  
ritmo, criar na linguagem comum lugares de abrigo, refúgios de uma inexpugnável  
beleza,  
reconhecer-se nobre na partilha da palavra pública,  
do dom de troca com o vivo da espécie terrestre.

Chego a pensar que nos concebemos mal, que nos imaginámos disformes, tal é o espanto que suscita, na alma de quem vê, o poder: o facto de que o mundo “tal como é”, “assim”, carece de evidência.

*Lisboaleipzig, 1994: 84*

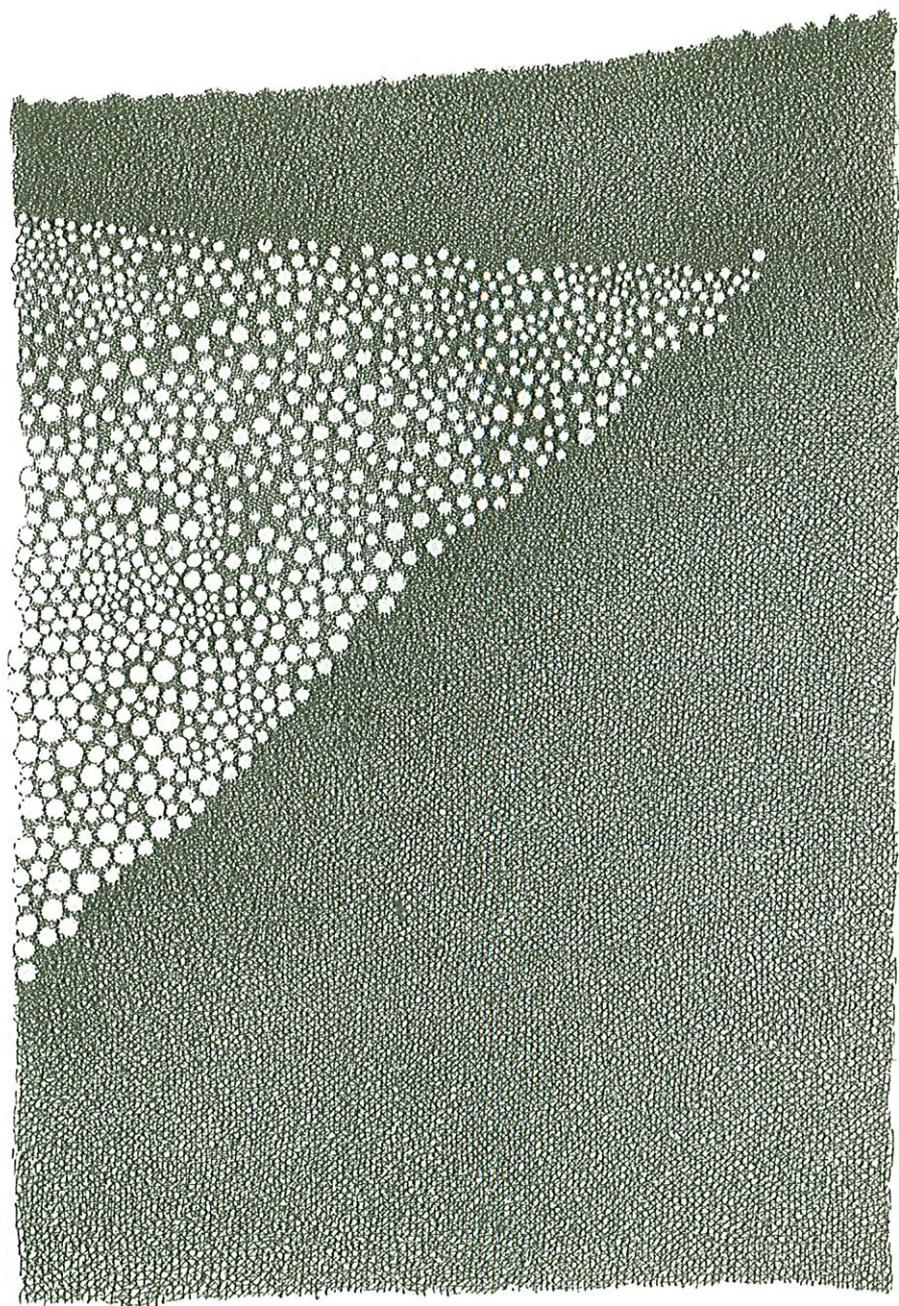


Enrico Della Torre  
Un fiore  
1994

quando estou só e a Casa fica deserta e bela até à exaustão,  
o belo do exterior comunica com o belo do interior  
sem obstáculos;  
sentada à minha mesa de trabalho que,  
se a deixasse, voaria até ao jardim para o seio das árvores de  
onde veio reparo que é declinando pela encosta dessa beleza  
que a minha vista desce;

no fim, há uma esfera de belo de um lado, e uma esfera de  
pensamento do outro;  
no mesmo lugar, as figuras percorrem um caminho que as de-  
sorienta como um pêndulo;  
o estrondo da deflagração sobe \_\_\_\_\_  
sou eu tentando segurar no meu peito a minha unidade \_\_\_\_\_

o leme veio dar ao poema



Giulia Napoleone  
Último quarto  
2001

## Economia Política dos Media: origem e percursos

Helena Sousa

De uma forma ou de outra, todos somos consumidores de produtos culturais. Lemos jornais, livros e revistas, ouvimos notícias e música na rádio, vemos televisão, procuramos informação e entretenimento na internet, vamos ao cinema, ao teatro... Na esfera privada e na esfera pública, todos estes meios reclamam a nossa atenção e, com intensidades diversas, somos seduzidos por histórias e acontecimentos, por peças e materiais, por textos, cores e sons. Os *media*, em particular, e as indústrias culturais, em geral, fazem parte do nosso dia, do nosso mundo, de nós. A nossa linguagem é marcada por estes conteúdos, a nossa identidade construída à sua medida, os 'outros' lidos a partir deste ambiente simbólico.

Os textos, as narrativas, os discursos produzidos pelos complexos sistemas mediáticos desempenham um papel de grande significado no nosso processo de socialização. O contacto permanente com este campo e o consumo quotidiano de produtos culturais fazem com que, frequentemente, tenhamos uma visão naturalizada dos sistemas produtivos. Gostamos, não gostamos, discutimos, comentamos, desligamos, ligamos, acedemos, interrogamos negociamos... Mas reflectir sobre os produtos a que temos acesso não significa reflectir sobre os sistemas que os criam.

Também na academia, muitos investigadores olham para os conteúdos e para os seus usos, estudam as possibilidades técnicas e suas apropriações. Diferentemente de outros territórios das Ciências da Comunicação, os teóricos da Economia Política dos *Media* não estudam os artefactos culturais *per se* nem as preferências individuais. A Economia Política procura fundamentalmente compreender os actores sociais que constroem, regulam e produzem o quadro simbólico das sociedades contemporâneas e as lógicas inerentes à sua intervenção.

Os economistas políticos consideram que não há nada de 'natural' nos sistemas mediáticos e que a sua configuração depende de opções políticas e económicas, em estreita articulação com sistemas sociais e culturais mais amplos. A análise das políticas mediáticas, das estruturas e das instituições, por si só, não responde a todas as questões que os sistemas mediáticos suscitam. No entanto, é *uma* (entre outras) porta de entrada na complexa área das Ciências da Comunicação. Uma vez que a Economia Política dos Media está agora a dar os seus primeiros passos na universidade portuguesa, decidimos apresentar, nesta obra, algumas linhas sobre a base fundacional desta área científica e seu percurso histórico, esperando que esta breve incursão nos ajude a compreender para que serve hoje a Economia Política dos Media.

## 1. Origens e percursos da Economia Política dos Media

A Economia Política dos Media (também designada Economia Política da Comunicação) é hoje uma disciplina científica solidamente estabelecida nos Estados Unidos, Europa, América Latina e Oceânia. Fundamentalmente, estuda as relações de poder inerentes à produção, distribuição e consumo dos produtos culturais e outros recursos comunicacionais num contexto social mais alargado. Ocupa-se, em particular, das questões que se prendem com a distribuição do poder na sociedade e com as consequências dessa distribuição para a constituição do espaço público e, consequentemente, para a qualidade dos sistemas democráticos. Por mais ténues que sejam as fronteiras entre esta disciplina e a Economia dos Media, as Políticas da Comunicação, a Ciência Política e os Estudos Culturais, a Economia Política dos Media transformou-se, no último meio século, num edifício teórico autónomo e com grande potencial explicativo.

Para vários autores (*inter alia*, Wasko, 2006; Murdock, 2006; Mosco, 1996), não é possível compreender totalmente a abordagem económico-política da comunicação e dos *media* sem traçar as bases da própria Economia Política. Como é do conhecimento geral, o estudo da Economia Política tem por base o pensamento iluminista escocês do século XVIII e a sua crítica do século XIX. De acordo com Wasko, 'para Adam Smith, David Ricardo e outros, o estudo de questões económicas foi designado por Economia Política e era baseado na teoria social. Smith definiu a Economia Política como o estudo da 'riqueza' (bens materiais) ou da distribuição de recursos e procurava perceber como a humanidade consegue distribuir recursos escassos com o intuito de satisfazer determinadas necessidades em detrimento de outras' (Smith, 1776 *in* Wasko, 2005: 26).

A Economia Política surgia, portanto, no quadro da modernização das economias europeias e da crescente expansão do capitalismo. Adam Smith deu particular atenção aos impérios comerciais europeus dirigidos pelos monopólios privados, licenciados pelo Estado. Os limites impostos ao comércio preocupavam-no e, procurando reagir a uma situação que considerava fortemente indesejável, escreveu o seu livro mais famoso *The Wealth of Nations*, defendendo fervorosamente que a vida económica moderna deveria basear-se na liberdade dos mercados de forma que 'quem quisesse fazer negócio pudesse entrar na esfera de comércio sem qualquer restrição e pudesse competir de forma a satisfazer as exigências e os desejos dos seus clientes ao melhor preço' (Murdock, 2006: 14). Enquanto Adam Smith considerava os mercados como o mecanismo necessário para a distribuição de recursos de produção e para o equilíbrio entre a oferta e a procura, 70 anos mais tarde, Karl Marx – observando a paisagem económica transformada pelo aumento implacável da produção industrial – destacava a exploração sistemática do trabalho sob a aparência de igualdade e de negócio legítimo. 'Por detrás dos expositores deslumbrantes dos centros comerciais luxuosos, Marx via as realidades sujas do trabalho nas colónias e nas fábricas escuras das metrópoles' (Murdock, 2005: 12).

Críticos culturais pós-marxistas já em pleno século XX, nomeadamente no quadro da Escola de Frankfurt, viam também, com profunda preocupação, o alastramento à cultura dos processos de estandardização e de produção em massa que caracterizam o capitalismo, comprometendo assim a autenticidade das obras, a sua verdade artística e espiritual. Profundamente marcados pelo Nazismo, as mais destacadas figuras desta tradição, Max Horkheimer e Theodore Adorno procuraram abrigo nos Estados Unidos onde se dedicaram ao estudo da indústria cultural (termo, aliás, por eles proposto nos anos 40). Olhando essencialmente o cinema e a música, Horkheimer e Adorno mostravam-se particularmente preocupados com as consequências do capitalismo avançado nesta esfera. Estavam convencidos de que as rotinas próprias das restantes indústrias só podiam ser nefastas. A máquina da produção cultural estaria condenada a produzir mais do mesmo (ainda que não exactamente), a excluir o risco e a experimentação e a aceitar passiva e conservadoramente o gosto dominante. A fusão da cultura e da indústria (para eles, dimensão trágica das sociedades capitalistas) tornava, portanto, a cultura redutora, vazia, incapaz do sonho e da libertação do ser humano. 'Num período em que a religião organizada começava a perder influência na mente popular, principalmente na Europa protestante do Norte, muitos observadores viam a «arte» como a melhor possibilidade de transcender as lógicas uniformizadoras da industrialização e do comercialismo, assegurando a continuidade de formas alternativas de pensar, ver, ouvir e sentir, e talvez até de tocar o sublime' (Murdock, 2006: 15). Assim, contrariando a possibilidade de penetrar nas mais profundas e ocultas verdades, a massificação dos produtos culturais só poderia gerar distração, esquecimento e banalidade.

A cisão entre, por um lado, a visão do mercado como necessário, desejável e até benevolente (representada na leitura de Adam Smith e David Ricardo) e, por outro lado, o mercado entendido como inerentemente exploratório (representado nos discursos marxistas e da 'frente cultural' dos anos 30/40) mantém-se viva nos nossos dias, ainda que com outras roupagens discursivas. Trata-se da divisão frequentemente apresentada entre a perspectiva da economia neo-clássica, também designada '*mainstream economics*' (que estuda essencialmente os mercados e a concorrência a partir das preferências manifestadas pelos consumidores) e a perspectiva crítica (mais interessada na análise da propriedade, nos mecanismos de controlo no processo produtivo, nas necessidades sociais e na ideologia). Embora a Economia Política dos *Media* encerre em si grandes debates à volta desta permanente tensão e ainda que grande parte da literatura incorpore conceitos e perspectivas das tradições neo-marxistas, da Economia dos *Media* e dos Estudos Culturais, é nítido que a Economia Política dos *Media* é, pelo menos, herdeira do questionamento radical do funcionamento dos mercados.

A Economia Política dos *Media*, enquanto área científica autónoma, está associada ao Pós-II Guerra Mundial e ao trabalho desenvolvido pelo economista Dallas Smyth. O trabalho rigoroso e sistemático do antigo economista da entidade reguladora das comunicações norte-americana FCC (Federal Communications Commis-

sion) e Professor da Universidade de Illinois destacou-se profundamente dos estudos mediáticos dominantes da época. Por volta dos anos 40 e 50, os estudos da comunicação centravam-se essencialmente no impacto dos *media* e na análise dos discursos. Havia pouca preocupação em compreender o contexto económico no qual os produtos mediáticos eram produzidos, distribuídos e consumidos. 'Para além de ensinar na Universidade de Illinois desde 1948, Smyth apresentou também uma das primeiras definições da Economia Política da Comunicação, em 1960, considerando-a o estudo de orientações políticas e dos processos económicos, as suas inter-relações e a sua influência mútua nas instituições sociais (Wasko, 2006: 32). Dallas Smyth desenvolveu pesquisa sobre políticas e estruturas de comunicação e, embora nunca tenha utilizado terminologia marxista ou radical, os seus trabalhos distinguiam-se da investigação administrativa e da pesquisa dominante à época principalmente pela importância dada à análise económica da comunicação e dos *media* e pela leitura crítica da realidade social.

Ainda que o papel de Dallas Smyth na definição e na própria construção do campo esteja bem documentado (em particular, Mosco 1996; Garnham, 1990), Dan Schiller localiza as origens do campo na tradição anti-fascista da Escola de Frankfurt. Num artigo intitulado "The legacy of Rober A. Brady: Antifascist Origins of the Political Economy of Communications (*Journal of Media Economics*, 12 (2))", Dan Schiller defende que as problemáticas intelectuais que estiveram na origem da Economia Política da Comunicação e dos Media eram as da frente cultural dos anos 30 e 40 e, mais especificamente, da síntese intelectual anti-fascista que marcou esse período (1999: 90). Na sua leitura sobre as origens do campo, Dan Schiller desvaloriza a importância das teorias marxistas (a influência neo-marxista na área viria a revelar-se somente a partir dos anos 60 e 70) e destaca o papel de um doutorado em economia, pela Universidade de Columbia em 1929, Robert Brady que, entre os anos 20 e os anos 40, escreveu intensamente sobre os mecanismos económicos e políticos e as estruturas anti-democráticas das sociedades capitalistas.

Tendo estudado profundamente a sociedade norte-americana e alemã, Brady considerava que aquilo que melhor identificava o nazismo era a tentativa de controlar a vida social e cultural. 'O Nazismo precisa da coordenação do espírito (...) A recente experiência nazi sugere que o controle sobre a vida interior dos trabalhadores leva ao controle gradual da cultura – o ambiente intelectual e emocional dos trabalhadores, as ciências e as artes (Brady, 1937 in D. Schiller, 1999: 85). As preocupações de Brady, no que diz respeito à relação entre as estruturas económicas e a democracia, entre a harmonização das redes de controle social e o desenvolvimento das democracias ocidentais estão do centro do que Dan Schiller considera nuclear para a Economia Política da Comunicação (1999). Independentemente de situarmos – ou não – as origens da Economia Política dos *Media* no trabalho de Robert Brady, o próprio Dallas Smyth reconhece a importância seminal do pensamento de Brady para o seu trabalho.

Apesar do significado da investigação realizada antes e durante a II Guerra Mundial, foi essencialmente no pós-guerra, e de uma forma particular a partir do

final dos anos 60, que se afirmou o estudo sistemático das lógicas de poder económico e político na esfera das comunicações. Desde então, inúmeros autores deram um extraordinário contributo à área, inovando teórica e empiricamente: Herbert Schiller, Thomas Guback, Peter Golding, Graham Murdock, Armand Mattelard, Vincent Mosco, Bernard Miège, Robert W. McChesney, Janet Wasko, Nicholas Garnham, Dan Schiller, Jill Hills, Robin Mansell, Manjunath Pendakur, Andrew Calabrese, Richard Maxwell, entre muitos outros. Como seria de esperar, realidades regionais distintas deram também origem a tradições teóricas também diferenciadas. Culturas científicas diferentes criaram formas diversas de relacionamento teórico com outras disciplinas tais como os Estudos Culturais, a Geografia, a Antropologia e os Estudos de Género (v. Sousa, 2006a).

Nos anos 80, a ideologia neo-liberal instalou-se, com toda a força, no mundo ocidental (e, tal como a economia, globalizou-se), gerando uma desaceleração no desenvolvimento do campo. 'Que lugar poderia ter a economia política se as sociedades eram mais bem geridas pelos mercados?', interroga McChesney, acrescentando que, neste quadro de pensamento, 'o melhor sistema possível para os *media* nacionais e globais era aquele que permitia as empresas atravessarem as suas fronteiras, procurando maximizar os lucros e dando às pessoas o que eles querem' (2008:16).

O neo-liberalismo varria o mundo quando, paradoxalmente, os Estados intensificavam a sua acção política na esfera das comunicações: atribuindo novas licenças de rádio e de televisão, privatizando os *media* e o espectro radiofónico, criando novas estruturas de regulação, desenvolvendo políticas activas de atribuição de subsídios e de abolição de barreiras à exportação de produtos culturais. A intensificação da acção política, nacional e internacional na esfera mediática nos anos 80 foi de tal ordem significativa que a Academia respondeu institucionalizando as Políticas da Comunicação (ou Políticas para os *Media*) como uma nova área de estudos livre das conotações de esquerda a que, entretanto, a Economia Política dos Media foi sendo associada.

A partir do final dos anos 90, mas essencialmente no novo milénio, a Economia Política dos *Media* ganha um novo fôlego, animada pelas falhas e contradições dos sistemas capitalistas (de que a recente crise económica é só mais um exemplo), pela rejeição, nas urnas, do neo-liberalismo nas democracias mais avançadas, pelos movimentos sociais anti-globalização, pelo crescimento massivo de activismo nas mais diversas esferas de actividade social e pelas possibilidades técnicas de participação das tecnologias digitais. Nos últimos anos, tem-se efectivamente assistido a um importante fortalecimento da área, com a explosão de disciplinas curriculares e o crescimento da apresentação de trabalho científico em *fora* internacionais. Académicos das mais variadas tradições teóricas reconhecem hoje que estudo das comunicações e dos *media* não é mais pensável sem a tentativa de compreensão das estruturas de mercado e das suas articulações com a esfera política, sem a interrogação da propriedade das empresas e dos actores que dominam os mercados nas chamadas sociedades livres, sem a análise cuidada das tendências e das contra-ten-

dências, das forças e das tensões que sistematicamente reorganizam o poder comunicacional de que as esferas públicas estão dependentes. 'Este é o nosso momento de glória, o nosso período de ouro, e, como economistas políticos dos *media*, devemos agarrar a oportunidade' (McChesney, 2008: 500).

## 2. Características nucleares da Economia Política dos *Media*

A Economia Política dos *Media* mantém nos dias de hoje algumas das características nucleares da Economia Política Clássica e da tradição crítica cultural e neomarxista que se seguiu. Nicholas Garnham (1990), Peter Golding e Graham Murdock (1991) e Vincent Mosco (1996) são alguns dos teóricos contemporâneos que mais contribuíram para o mapeamento do campo e para a construção e reconhecimento de algumas das características centrais da Economia Política dos *Media*.

### 2.1. Perspectiva holística

A Economia Política dos *Media* cobre um conjunto de problemáticas que atravessa várias disciplinas académicas, tal como estão instituídas nos actuais contextos universitários e de organização da ciência: Sociologia, Ciência Política, Economia, Estudos Culturais, entre outras. Estudando os *media* nas múltiplas e inter-conexas relações de força com a política, a economia e a cultura, a Economia Política dos *Media* está comprometida com a análise da totalidade social. Esta era já, de resto, uma marca da Economia Política desde o tempo de Adam Smith mas hoje esta perspectiva choca com a compartimentalização das Ciências Sociais e Humanas e contrasta fortemente com visões pós-modernas que questionam as noções de 'totalidade social' e mesmo de 'sociedade'. Se é verdade que a fragmentação, as micro-narrativas, o individualismo caracterizam o nosso mundo (ex. Lyotard, 1989), então os teóricos da Economia Política dos *Media* estariam, artificialmente, a tentar ligar partes de um todo que simplesmente não existe. Procurando contrariar as perspectivas pós-modernas, Mosco defende que o pensamento dialéctico, desde Marx, Gramsci e Lukács, levou-nos a reconhecer que a realidade é composta pelas partes e pelo todo, uma 'totalidade concreta' de integração e contradição que organiza a vida social (1996: 33). 'A relação entre as partes e o todo', prossegue Mosco, 'é altamente variável e o todo pode conter em si próprio fissuras, erupções e distorções, mas uma visão que considere apenas a parte ou o todo é elíptica' (1996: 33).

O compromisso estrutural da Economia Política com a análise da totalidade social não significa – como veremos à frente – que o campo não se tenha tornado mais flexível e até, de certo modo, disperso (com estudos que vão desde a análise das empresas mediáticas até aos movimentos sociais que lutam pela reforma dos *media*). A Economia Política é hoje mais inclusiva e transversal do que nunca, mas para se

manter fiel à sua identidade fundadora, estes estudos parcelares examinam realidades que se articulam com realidades sociais mais fundas. Quando os economistas políticos estudam determinado sistema mediático ou parte(s) dele vêem-no como uma dimensão, e não necessariamente a mais importante (v. inter alia, Miège, 2004; Murdock, 2004), num quadro social mais alargado. 'Em muitos casos, o trabalho dos economistas políticos esclarece a relação entre os *media* e dinâmicas sociais mais profundas como o racismo, o sexismo, o militarismo e a despolitização' (McChesney, 2008: 12). Como esclarece Murdock, 'para os teóricos da Economia Política, as questões relacionadas com a produção e com o consumo cultural nunca são, simplesmente, questões de organização económica ou expressão criativa. São sempre questões que se prendem com a distribuição de poder e com as suas consequências para a constituição do espaço público' (2006: 16).

## 2.2. Perspectiva histórica

Desde Adam Smith que a Economia Política dá uma importância fundamental à transformação histórica e à mudança social. Diferentemente da Economia que se 'despolitizou' e se transformou numa 'ciência exacta', a Economia Política crítica e a actual Economia Política dos *Media* mantêm uma fortíssima relação com a história e com as inúmeras possibilidades de pensar a transformação social. Os processos históricos incorporam diferentes ritmos de mudança ou, para usar as palavras de Braudel (1969,1981), o tempo social é plural, é composto por diferentes velocidades (temporalidade dos acontecimentos, a duração intermédia das conjunturas e o longo prazo, ou o tempo das estruturas). Reconhecendo esta dialéctica, os economistas políticos alertam para o facto de, nas últimas duas décadas, os estudos mediáticos estarem repletos de estudos académicos que tomam a agitação da superfície por mudanças estruturais (v. Sousa, 2006c). Para Murdock, é essencialmente a literatura dos 'pós' (pós-modernismo, pós-colonialismo, pós-industrialismo, pós-fordismo, pós-capitalismo, etc.) que sobrevaloriza o 'novo' em detrimento das continuidades históricas e das desigualdades estruturais (também) na esfera da comunicação e dos *media*. 'Ultrapassar os pós é um pré-requisito para uma compreensão mais profunda da relação entre as transformações na comunicação e padrões mais amplos de mudança social' (2004: 20). É olhando para além da superfície do tempo que melhor se poderá interpretar a situação presente. Regressando a Braudel, os eventos podem estar repletos de sentido e podem expressar complexas ramificações, mas não têm necessariamente a densidade histórica que permite uma reflexão científica profunda: 'a temporalidade dos eventos é a mais caprichosa e ilusória de todas as durações (1981: 11).

A ausência de atenção à História é um aspecto que distingue actualmente a Economia Política dos *Media* da Economia dos *Media*, embora se argumente (v. Bell in Mosco, 1996: 28) que a Economia terá que regressar à História sob pena de se

tornar completamente irrelevante do ponto de vista explicativo: ‘a ausência de compreensão histórica está na raiz da actual crise da Economia’. Tanto na sua fundação como na actualidade, a Economia Política dos *Media* distingue-se da Economia e de outras áreas do saber pelo lugar central que dedica à análise histórica. Sem a dimensão histórica, é impossível problematizar a natureza das transformações sociais e desenvolver as ferramentas teóricas e conceptuais necessárias à compreensão simultânea dos fenómenos emergentes e das continuidades mais fundas. Independentemente da preocupação permanente e transversal com a dimensão histórica, inúmeros economistas políticos destacaram-se também por produzir ‘estudos históricos’ sobre os *media* (ex: Schiller, 1981; Curran, 1979; Sparks, 1985; Downing, 1990, Wasko, 1982; Pendakur, 1990).

Para Mosco (1996), a importância que a Economia Política dos *Media* dá à História é precisamente uma das razões que ajuda a explicar o interesse renovado no campo. Este é um tempo em que os teóricos da comunicação se interrogam sobre a natureza da mudança, questionam se estamos numa fase de aceleração de velhas tendências ou numa fase de ruptura paradigmática (v. Miège, 2004), e, nesta esfera, a Economia Política – pela sua tradição histórica e pelo seu posicionamento crítico — parece bem posicionada para entrar no debate.

### 2.3. Exigência moral

Para os teóricos da Economia Política, não existe neutralidade moral. A Economia Política torna visíveis os valores subjacentes às suas leituras do mundo e assume um compromisso explícito com valores como a justiça social, a igualdade e o bem público. ‘A economia política crítica segue, também, a filosofia moral acentuada pelos teóricos clássicos, incluindo não só a análise dos sistemas económicos, como a discussão dos problemas políticos e das respectivas questões morais’ (Wasko, 2006: 31). Também nesta esfera, a Economia Política se distingue da Economia *mainstream*, procurando articular a compreensão dos mercados com a intervenção pública e ‘vai além das questões técnicas de eficiência para se ocupar, como defendem Golding e Murdock (1991) com as questões morais básicas de justiça social, equidade e bem público. Murdock afirma que, diferentemente da Economia que se preocupa com o bom funcionamento dos mercados, ‘tanto os economistas críticos como os clássicos se interessam pelas relações entre a produção e a circulação de bens e pela constituição da boa sociedade’ (2006: 16). Esta característica é mesmo apontada como a que distingue mais estruturalmente a Economia Política da Economia (Golding e Murdock, 1991).

A importância dada às questões morais, em geral, e ao desenvolvimento de sociedades democráticas, justas e participativas, em particular, é notória no trabalho desenvolvido pelos economistas políticos da comunicação ao longo do tempo. As opções de investigação dos economistas políticos nunca são neutras: há uma agenda

comprometida com o bem público e as temáticas abordadas revelam bem a necessidade de compreender os fundamentos morais das opções mediáticas, tanto em termos de produção como de consumo. Para a Economia Política, não é possível perceber as dinâmicas económicas nem melhorar o funcionamento das sociedades sem a compreensão dos seus valores e sem uma visão normativa sobre a sociedade. Neste quadro, a Economia Política dos *Media* não se centra na figura do consumidor individual que faz escolhas no mercado dos *media*. Preocupa-se com as exigências comunicativas das pessoas no seu papel de cidadãos, participantes numa comunidade moral e política. McChesney argumenta que a questão central para os economistas políticos é a seguinte: ‘Os sistemas mediáticos promovem ou prejudicam as instituições e as práticas democráticas?’ (2008: 12). A desmoralização e a despolarização são condições indispensáveis para a ‘saudável’ sociedade neo-liberal. É por isso, lamenta McChesney, que quando se defendem práticas e princípios democráticos elementares somos identificados como radicais’ (2008: 17).

Os economistas políticos consideram um erro estrutural o percurso de pensamento que, no mundo ocidental, estabeleceu, na prática, a separação entre a ciência e a moral, como se, de um lado, pudesse estar, isoladamente, a racionalidade, a lógica, a verdade e, do outro lado, os valores sociais. Esta higienização da ciência, este receio que as preocupações morais pudessem perturbar o olhar científico e, em última análise, dificultar a compreensão dos problemas sociais permitiu o desenvolvimento de pesquisa pouco reflectiva e socialmente pouco responsável e exigente. Ainda que este posicionamento da Economia Política seja fortemente criticada por autores desconstrutivistas e pós-modernistas, esta área tem-se mantido firme na defesa de valores sociais e no seu reconhecimento explícito no quadro do desenvolvimento da sua pesquisa (v., *inter alia*, Mosco, 1996; Golding e Murdock, 1991; Schiller, 1993; Maxwell, 2001; Calabrese e Sparks, 2004).

## 2.4. Praxis

Lutando contra o relativismo pós-moderno e toda a teia de irrelevância social que decorre desta leitura de mundo (fragmentado, individualista e politicamente amorfo), a Economia Política visa ultrapassar a dicotomia entre estudo e política, entre teoria e acção. A investigação está comprometida com o desenvolvimento social, partindo de um conjunto de valores, e, por isso, também inevitavelmente comprometida com a acção. Uma vez mais, esta característica central da Economia Política dos *Media* remonta às origens da Economia Política como uma disciplina prática, que pretendia contribuir para a resolução das dificuldades relativas à gestão da vida familiar e da *polis*. A Economia Política dos *Media* pretende compreender as estruturas de mercado e suas articulações com a esfera política, procurando que o resultado do seu trabalho contribua para a acção reformadora, tanto por parte dos Estados como dos cidadãos. A possibilidade renovadora decorre da habilitação

para a acção por via dos resultados da investigação e por acção política directa. Alguns economistas políticos têm assumido papéis activos e destacaram-se enquanto sindicalistas (ex: Nicholas Garnham) e cidadãos empenhados em movimentos de reforma dos *media* (ex: George Gerbner, fundador do *Cultural Environment Movement*, ou Robert McChesney, fundador do movimento *FreePress*).

Apesar do renascimento dos movimentos sociais de reforma mediática na actualidade, a tentativa de criar uma Nova Ordem Internacional da Informação e da Comunicação, nos anos 60 e 70 do século passado, foi possivelmente o esforço concertado que mais visibilidade política deu a um conjunto vasto de economistas políticos que sustentaram cientificamente este movimento e que se associaram à defesa política efectiva de uma nova ordem internacional na esfera da comunicação e dos *media*. Herbert Schiller, Collen Roach, Thomas Guback, Armand Mattelard, Michele Mattelard, George Gerbner, J.O. Boyd-Barrett, Michael Palmer, Jeremy Tunstall, Cees Hamelink e Karl Nordenstrand são apenas alguns nomes que marcaram o estudo das assimetrias e das múltiplas dependências comunicativas à época. Foi precisamente a ligação destes e outros académicos a vozes críticas do domínio norteamericano na esfera dos *media* dentro da UNESCO que contribuiu para que – nesta fase – a Economia Política dos *Media* fosse associada à esquerda política.

Hoje, o movimento de reforma dos *media* que está em forte crescimento nos Estados Unidos baseia-se, fundamentalmente, no trabalho científico produzido no quadro da Economia Política dos *Media*. Tal como a disciplina, este movimento é um exercício crítico comprometido com o aperfeiçoamento da democracia. Considerando esta relação estreita entre ciência e acção política e cidadã, McChesney defende mesmo que a Economia Política só pode sobreviver se não for apenas uma disciplina académica (2008: 491). 'Não sei exactamente quão reformável é o capitalismo ou se haverá uma melhor alternativa ao sistema. Sei apenas que procurar respostas para estas questões exige investigação, experimentação e abertura de espírito. Se não reflectirmos sobre isto, será ainda mais difícil encontrar soluções para os graves problemas sociais que temos à nossa frente' (McChesney, 2008: 21).

### 3. Nota conclusiva

Ao longo desta sucinta exposição, procurámos fazer uma leitura célere da área disciplinar da Economia Política dos *Media*, tal como a vemos hoje a partir do nosso ponto de observação. Considerando a complexidade e a vastidão do campo, outros caminhos poderiam ter sido escolhidos para, de alguma forma, iluminar o trabalho realizado ao longo de décadas. Começámos por tecer algumas considerações sobre as raízes teóricas e empíricas da disciplina e, sucintamente, procurámos o núcleo central das suas características mais distintivas.

Não discutimos, neste artigo, as grandes problemáticas de que se ocupa hoje a economia política, tais como os serviços públicos de rádio e de televisão, as indústrias

e os mercados, as novas tecnologias da informação e da comunicação, as políticas para os media e para a cultura, os movimentos de reforma mediática, entre muitos outros. Ficou também por analisar a indispensável, longa e, por vezes, difícil relação da Economia Política com os Estudos Culturais. Estas são precisamente duas áreas cuja intersecção é indispensável para uma crítica profunda, cabal e frutífera dos *media*, da comunicação e da cultura nas sociedades contemporâneas. Muitos equívocos e reducionismos têm todavia dificultado este estreitamento de ligações e o estabelecimento de pontes sólidas e produtivas. Frequentemente, a Economia Política dos *Media* é vista pelos Estudos Culturais como excessivamente centrada na economia e nos mecanismos produtivos, ignorando textos, audiências, gostos e consumos. Por seu turno, a Economia Política considera altamente problemáticos os estudos que atribuem um enorme poder de resistência e de subversão às audiências. Se tudo se esgota na capacidade individual de apropriação dos textos, a preocupação dos economistas políticos com a qualidade do ambiente simbólico parece irrelevante.

As aproximações mais recentes da Economia Política a outras áreas disciplinares de fronteira (ex: Estudos de Recepção, Estudos de Género, Antropologia e Geografia) não foram sequer esboçadas, ainda que apresentem alguns dos caminhos teóricos e metodológicos que a Economia Política não deixará de trilhar no futuro. Entendemos, por isso, que este artigo abre somente um terreno que valeria a pena explorar, considerando que a Economia Política dos *Media* é uma disciplina empenhada na compreensão das mais profundas dinâmicas e tendências sociais. Este artigo deve ser lido como um ponto de partida para um debate que nunca se esgota.

## Bibliografia

- Braudel, Fernand (1969) *Écrits sur l'histoire*. Flammarion, Paris.
- Braudel, Fernand (1981) *História e Ciências Sociais*. Lisboa: Presença.
- Bustamante, E. & Miguel de Bustos, J. C. (2005), 'Les groupes de communication ibéro-américains à l'heure de la convergence', *Réseaux*, vol. 23, nº 131.
- Bustamante, E. (1999) *La Televisión Económica, Financiación, Estrategias y Mercados*. Barcelona, Gedisa.
- Bustamante, E. (2004) 'Cultural industries in the Digital Age: some provisional conclusions', *Media, Culture and Society*, vol. 26, nº 6.
- Calabrese, A. and C. Sparks (eds) *Toward a Political Economy of Culture: Capitalism and Communication in the Twenty-First Century*. Rowman & Littlefield Publishers
- Collins, R., Garnham, N. e Locksley, G. (1987) *The Economics of Television, The UK Case*. Londres, Newbury Park, Bervely Hills, Nova Deli: Sage.
- Coppens, T. & Saeyns, F. (2006) Enforcing performance. New approaches to govern public service broadcasting. *Media, Culture and Society* 28(2), 261-284.
- Cottle, S. (2003) *Media Organization and Production*. London: Sage.
- Croteau, D. and W. Hoynes (2005) *The Business of Media*. London: Sage.
- Cuilenburg, J. e McQuail, D. (2004) 'Media Policy Paradigm Shifts: Towards a New Communications Policy Paradigm' in *European Journal of Communication*, vol.18(2): 181-207.

- Curran, J. (1979) 'Capitalism and Control of the Press, 1800-1975' in Curran, J.; Gurevitch, M e Woollacott, J. (eds.) *Mass Communication and Society*. Beverly-Hills: Sage.
- Downing, J. (1990) 'The Political Economy of US Television' in *Monthly Review*, Vol. 42 (Maio), 1:30-41.
- Garnham, N. (1990) *Capitalism and Communication, Global Culture and the Economics of Information*. Londres: Sage.
- Golding, P. e G. Murdock (1991) 'Culture, Communication and Political Economy' in Curran J and M Gurevitch (eds.) *Mass Media and Society*. Londres: Edward Arnold.
- Golding, P. and G. Murdock (eds) (1997) *The Political Economy of the Media*. Vol. I & II. Cheltenham: Elgar.
- Golding, P. e Murdock, G. (2005) 'Culture, Communications and Political Economy', in Curran J and M Gurevitch (eds.) *Mass Media and Society*. London: Arnold (4ª ed.)
- Guback, T. H. (1969) *The International Film Industry: Western Europe and America Since 1945*. Bloomington, IN: Indiana University Press.
- Hamelink, C. (1983) *Cultural Autonomy in Global Communications*. Nova Iorque, Longman.
- Hamelink, C. (1984) *Transnational Data Flows in the Information Age*. Lund, Studentlitteratur.
- Hamelink, C. (1994) *The Politics of World Communication*. London, Sage.
- Herman, E. S. and McChesney, R. (1997) *The Global Media: The New Missionaries of Global Capitalism*. London: Cassell.
- Hills, J. (2004) *The Struggle for Control of Global Communication*. Urbana e Chicago: University of Illinois Press.
- Liotard, J. (1989) *A Condição Pós-Moderna*. Lisboa: Gradiva (2ª ed.).
- Mansell, R. (1993) *The New Telecommunications: A Political Economy of Network Evolution*. Londres: Sage.
- Mansell, R. (2004). Political Economy, Power and New Media. *New Media & Society* 6 (1), pp 96-105.
- Mansell, R. e Javary, M. (2004) 'New Media and the Forces of Capitalism' in Calabrese, A. and C. Sparks (eds) *Toward a Political Economy of Culture: Capitalism and Communication in the Twenty-First Century*. Rowman & Littlefield Publishers.
- Matellart, A. e Matellart, M. (1997) *História das Teorias da Comunicação*. Porto: Campo das Letras.
- Maxwell, R. (2001) *Culture Works, The Political Economy of Culture*. Minneapolis e Londres: University of Minnesota Press.
- McChesney, R. (1997) *Corporate Media and the Threat to Democracy*. New York: Seven Stories Press.
- McChesney, R. E Shiller, D. (2003) 'The Political Economy of International Communications, Foundations for the Emerging Global Debate about Media Ownership and Regulation', *Technology, Business and Society Programme Paper, n° 11*, October 2003: United Nations Research Institute for Social Development.
- McChesney, R. W. (2008) *The Political Economy of Media, Enduring Issues, Emerging Dilemmas*. Nova Iorque: Monthly Review Press.
- Miège B., Huet, A., Ion, J., Lefèbvre, A. e Peron, R. (1978) *Capitalisme et industries culturelles*. Grenoble: Presses Universitaires de Grenoble.
- Miège, B. (1989) *The Capitalisation of Cultural Production*. Nova Iorque: IG.
- Miège, B. (2004) 'Capitalism and Communication, A New Era of Society or the Accentuation of Long-term Tendencies' in Calabrese, A. and C. Sparks (eds) *Toward a Political Economy of Culture: Capitalism and Communication in the Twenty-First Century*. Rowman & Littlefield Publishers.
- Mosco, V. (1996) *The Political Economy of Communication, Rethinking and Renewal*. London: Sage. (2ª ed.)
- Mosco, V. (2000) 'Les Nouvelles Technologies de Communication – une approche político-économique' in *Reseaux*, n°101.
- Mosco, V. (2004) *The Digital Sublime, Myth, Power and Cyberspace*. Cambridge e Londres: MIT Press.
- Mosco, V. (2006) 'Do mito do ciberespaço à economia política da comunicação digital' in Sousa, H. (ed.) *Comunicação, Economia e Poder*. Porto: Porto Editora.
- Mosco, V. e Wasko, J. (eds.) (1988) *The Political Economy of Information*. Madison: University of Wisconsin Press.

- Murdock, G. (2004) 'Past the Posts, rethinking Change, Retrieving Critique' *European Journal of Communication*, Vol. 19 (1): 19-38.
- Murdock, G. (2005) 'Continental Shifts: Capitalism, Communications and Change in Europe' in *Comunicação e Sociedade*, vol.7, 2005, pp. 11-23.
- Murdock, G. (2006) 'Transformações continentais: capitalismo, comunicação e mudança na Europa' in Sousa, H. (org.) (2006) *Comunicação, Economia e Poder*. Porto: Porto Editora.
- Murdock, G. e Golding, P. (2004) 'Desmantling the Digital Divide' in Calabrese, A. and C. Sparks (eds) *Toward a Political Economy of Culture: Capitalism and Communication in the Twenty-First Century*. Rowman & Littlefield Publishers.
- Nordenstreng, K. e Schiller, H. (1979) *National Sovereignty and International Communication*, Ablex, Norwood NJ.
- Nordenstreng, K. e Varis, T. (1974) *Television Traffic – A One Way Street?*. Paris, UNESCO.
- Nordenstreng, K. e Varis, T. (1973) 'The Nonhomogeneity of the Nation State and the International Flow of Communication' in G. Gerbner, L. Gross e W. Melody (coord.), *Communications Technology and Social Policy*. Nova Iorque, Wiley.
- Pendakur, M. (1990) *Canadian Dreams and American Control: The Political economy of the Canadian Film Industry*. Detroit: Wayne State University Press.
- Roach, C. (1990), 'The movement for a New World Information and Communication Order: a second wave?' in *Media, Culture and Society*, Vol.12.
- Roach, C. (1997), 'Cultural Imperialism and Resistance in Media Theory and Literary Theory' in *Media, Culture and Society*, Vol.19.
- Robert A. Hackett e Carroll, W. (2006) *Remaking Media: The Struggle to Democratize Public Communication*. London: Routledge.
- Schiller, D. (1981) *Objectivity and the News*. Filadélfia: University of Pennsylvania Press.
- Schiller, D. (1986) *Telematics and Government*, Norwood, NJ: Ablex.
- Schiller, D. (1999) 'The Legacy of Rober A. Brady: Antifascist Origins of the Political Economy of Communications', *Journal of Media Economics*, 12 (2), pp.89-101.
- Schiller, D. (2000) *Digital Capitalism, Networking the Global Market System*. Cambridge, Massachusetts: MIT Press.
- Schiller, H. (1976) *Communication and Culture Domination*. Nova Iorque: International Arts and Science Press.
- Sinclair, J. (1987) *Images Incorporated: Advertising as Industry and Ideology*, Croom Helm Ltd.
- Sinclair, J. (1999) *Latin American Television: A Global View*. Oxford: Oxford University Press.
- Sousa, H. (2005) 'O debate Inter-paradigmático e a Política da Comunicação' in Miranda, José Bragança e Simões, Graça Rocha (org.) (2005) *Rumos da Sociedade da Comunicação*, Lisboa: Veja.
- Sousa, H. (2006a) (org.) (2006) *Comunicação, Economia e Poder*. Porto: Porto Editora.
- Sousa, H. (2006c) 'Information Technologies, Social Change and the Future, The Case of Online Journalism in Portugal' in *European Journal of Communication*, Vol.21, nº3.
- Sousa, H. (2007) 'Políticas da Comunicação novo milénio: Crises, Impasses e Fracturas' in E-Compós, revista on-line da Associação Nacional dos Programas de Pós-graduação em Comunicação, <http://www.compos.org.br/e%2Dcompos/>
- Sousa, H. e Pinto, M. (2006) 'Media Policy, Economics and Citizenship, A Peculiar Model for Participatory Public Service Television' in Marcinkowski, Frank, Werner A. Meier e Josef Trappel (2006) *Medien und Demokratie / Media and Democracy*. Bern, Stuttgart, Wien: Haupt Verlag.
- Sparks, C. (1985) 'The Working Class Press' in *Media, Culture and Society*, Vol. 7, 5.
- Wasco, J. (2005) 'Studying the Political Economy of Media and Information' in *Comunicação e Sociedade*, vol.7, 2005, pp.25-48.

Wasko, J. (1982) *Movies and Money: Financing the American Film Industry*. Norwood: NJ: Ablex.

Wasko, J. (2001) *Understanding Disney: The Manufacture of Fantasy*, Cambridge: Polity Press.

Wasko, J. (2004), 'Show me the Money. Challenging Hollywood Economics', in *Toward a Political Economy of Culture*. Andrew Calabrese e Colin Sparks (ed.), Rowman and Littlefield Publishers.

Wasko, J. (2006) 'Estudando a Economia Política dos Media e da Informação' in Sousa, H. (org.) (2006) *Comunicação, Economia e Poder*. Porto: Porto Editora.

## O papel de/do Jornal\*

Henrique Barreto Nunes\*\*

Ao Professor Aníbal Alves

*Cruzamo-nos, viemos a descobri-lo mais tarde, muito naturalmente sem nos falarmos, até por 1963, tinha eu 16 anos, quando ambos frequentamos no Centro Académico de Braga, um curso de Iniciação Cinematográfica dirigido pelo Pe. Evaristo de Vasconcelos.*

*Mas só viria a conhecer efectivamente o Professor Aníbal Alves após o seu ingresso na Universidade do Minho em 1976, sendo eu já bibliotecário da Biblioteca Pública de Braga. Aqui procurou ele o material necessário para o seu estudo sobre o modo como a emigração era encarada pela imprensa regional bracarense, encontrando na BPB um manancial inesgotável. Tal investigação reflectiu-se na sua tese de doutoramento *Presse régionale et emigration : analyse sémiotique du discours sur les émigrants dans les journaux de Braga*. Louvain-la-Neuve : Cabay, 1984.*

*Foi fácil estabelecer laços de amizade com o Professor Aníbal Alves: a sua maneira de ser, a sua afabilidade, a sua simpatia, o seu desprendimento rapidamente me conquistaram e depressa foi ultrapassada a relação profissional entre o bibliotecário e o académico.*

*Essa relação consolidou-se quando Aníbal Alves passou a integrar o Conselho Cultural (1990-1996) na qualidade de presidente do Centro de Estudos Lustadas, sob a bênção de um inesquecível amigo comum, o Professor Lúcio Craveiro da Silva.*

*Ao longo dos anos a amizade e admiração cresceram, tive o privilégio de poder contar com a sua participação em diversas iniciativas da Biblioteca e acolhê-lo nas variadas ocasiões em que dela precisou para os seus trabalhos ou dos seus alunos.*

*Por isso recebi com enorme alegria o gratificante convite para colaborar neste Livro de (justa) Homenagem, o que faço, inspirado no motivo dos nossos primeiros contactos, com este despretenso e nada científico texto sobre a importância dos jornais na minha vida – mas este, penso eu, também será um livro de afectos e memórias.*

\* Director da Biblioteca Pública de Braga.

\*\* Este é o segundo de uma série de artigos intitulada “Uma existência de papel” através dos quais procurarei dar conta das minhas relações com o livro, as publicações periódicas, as bibliotecas e livrarias, enfim tudo o que na minha vida está relacionado com o mundo do papel impresso. O primeiro, “Os livros no lixo” foi publicado na revista *Escritor*, nº 24, 2009.

Tal como os livros, também os jornais se encontram presentes nas minhas recordações mais longínquas.

Não admira, sempre houve jornais nas casas onde vivi, porque quer o meu avô, quer o meu pai, além de leitores diários eram colaboradores da imprensa local, do “Jornal de Monção” ou de “A Terra Minhota”.

Estávamos no início da década de 50 do século passado, vivia entre Monção e Vila Nova de Cerveira e desse tempo lembro em especial “O Primeiro de Janeiro” e “A Bola”, onde dei os meus primeiros passos como leitor.

O “Janeiro” era o jornal da família, mas a mim então apenas me fascinava a edição dominical, com as histórias em quadradinhos do W. Disney (a primeira de que me recordo foi A dama e o vagabundo) e do Reizinho. Desse tempo também não posso esquecer “O Mundo de Aventuras” onde começou verdadeiramente a minha paixão pela banda desenhada.

“A Bola” era talvez o jornal preferido do meu pai, apaixonado pelo futebol (foi jogador, treinador, dirigente), na qual eu procurava inicialmente os resultados, a constituição da equipa e os nomes dos marcadores de golos da minha eterna e inesquecível Académica de Coimbra, onde o meu pai com enorme orgulho tinha jogado enquanto estudante universitário.

A doença futebolística transmitiu-se facilmente e manifestava-se por exemplo nos recortes que ia já fazendo das fotos dos jogadores de “Briosa” que depois colava em sebatas. Assim consegui dar cabo de uma colecção de “A Bola”, desde o primeiro número, que o meu pai guardava ciosamente, mas que não resistiu às tesouradas com que eu e o meu irmão a destruímos.

A mania dos recortes, que o meu pai também praticava, ficou para toda a vida, como adiante se verá, mas também foi influenciada por um tio que vivia no Brasil e que de lá mandava quase todos os meses uns rolos embrulhados em papel acastanhado com revistas como “O Cruzeiro”, “Manchete” e “Factos e Fotos”, no meio dos quais vinham por vezes páginas de jornais com notícias sobre acontecimentos que em Portugal eram ocultados.

Durante alguns anos, enquanto estive em Braga, aqueles continuaram a ser os meus jornais preferidos, com interesse acentuado pelos desportivos. “A Bola” era indiscutivelmente o meu predilecto, mas ainda me lembro bem que ao Domingo à noite, quando a minha família ia ao cinema, no 1º intervalo vinha à entrada comprar “O Norte Desportivo”, acabado de chegar e vendido por ardinas, com as reportagens de todos os jogos da 1ª e 2ª divisões.

Nas férias, que passava em Vila Praia de Âncora e Monção, às segundas e quintas-feiras aguardava ansiosamente a chegada do comboio para me regalar com a leitura de “A Bola”. Quando estava na minha terra natal, pelas 5 da tarde, mal ouvia o apito do “Flecha”, vinha a correr até à estação para poder ser um dos primeiros compradores. Era um autêntico viciado na leitura desse jornal.

O gosto pelos jornais e a paixão pelo futebol levaram-me mesmo a redigir em 1960 um jornalzinho manuscrito e ilustrado, de que saíram 4 números, “Notícias da

Académica da Restauração”, o qual procurava reproduzir o modelo da imprensa desportiva, onde dava notícias, fazia reportagens de jogos, entrevistas, etc. de um grupo que eu próprio fundara (Restauração era o nome da rua em que morava).

Nos finais de 1964 fui para Coimbra. Nos primeiros anos, vivendo a tradição e as praxes coimbrãs e a paixão pela Académica (então ainda uma equipa de estudantes), a minha maneira de ser pouco mudou e a minha visão do mundo continuava a ser muito limitada, por isso os jornais desportivos (cuja compra partilhava com o meu irmão) continuaram a dominar os meus interesses de leitor da imprensa periódica.

Mas aos poucos, sobretudo quando mudei de Direito para Letras (História), com o convívio com outros colegas e o imparável crescimento do movimento associativo e, através dele, a constatação da dura realidade em que o país vivia, comecei lentamente a descobrir que havia outros problemas. Novos interesses e preocupações começaram assolar o meu espírito, ao mesmo tempo que o cinema, a literatura e a música de intervenção, através da qual descobri a poesia portuguesa contemporânea, ganharam uma maior importância, uma outra dimensão.

Com a “crise académica de 1969” partilhei e senti os efeitos de uma autêntica revolução cívica e cultural, ganhando alguma consciência crítica e percebendo finalmente que vivia num país amordaçado, sem qualquer liberdade, suportando a restrição dos mais elementares direitos. Senti no corpo a violência da repressão das ideias.

As conversas, os debates, os recitais, os espectáculos e a leitura, além da participação no associativismo académico ajudaram a formar-me como cidadão e a aperceber-me melhor da necessidade de estar bem informado, mesmo num país visado pela censura.

Não deixando de gostar de futebol (aliás a Académica portou-se exemplarmente durante a crise de 69 e a final da Taça de Portugal no Jamor, na qual estive, foi considerada um dos maiores comícios até então realizados no país), descobri que havia outros jornais, outras revistas que me ajudavam a melhor compreender, muitas vezes entre linhas, o que se passava e o que se silenciava.

Assim comecei a comprar regularmente o “Diário de Lisboa”, também por causa do seu excelente suplemento literário, do Juvenil e de A mosca, e a partir de certa altura a “República”, de Raul Rego que também tinha um suplemento cultural de qualidade.

Ao de leve convoco algumas revistas. A “Plateia” e a “Flama”, que até então faziam parte dos meus hábitos de leitor, foram substituídas pelo “Século Ilustrado” e pela “Vida Mundial”, especialmente esta, que abordava os assuntos de forma mais crítica e abria outros horizontes, que se alargaram com a “Seara Nova”, a “Vértice” e “O Tempo e o Modo”.

Voltando aos jornais, no início de 70 há outras descobertas a assinalar, com relevo para o jornalzinho cor-de-rosa, “O Comércio do Funchal”, uma autêntica revelação pela qualidade dos colaboradores e pela forma provocatória, corrosiva, mas simultaneamente inteligente como abordava muitos temas políticos, sociais e culturais (este jornal merecia um estudo académico).

A este comprava-o sempre que o conseguia apanhar em Coimbra (a Braga não chegava), outros, semanários, incómodos para o regime, circulavam de mão-em-mão,

como era o caso do “Notícias da Amadora” e do “Jornal do Fundão”, muito vigiados pela censura pela forma como tentavam formar consciências e denunciar a opressão.

É por essa altura, por insistência do meu pai, que achava que eu tinha um certo jeito para a escrita, que concretizo um velho sonho e pela primeira vez vejo o meu nome em letra de forma, quando a 13 de Janeiro 1973 colaborei em “A Terra Minhota”, de Monção, com um pequeno artigo sobre o poeta galego Manuel Maria a quem tinha conhecido em Coimbra (e que anos mais tarde convidei para se apresentar na Biblioteca Pública de Braga).

Provocou-me uma enorme alegria essa façanha e ainda hoje vou escrevendo para aquele quinzenário, seguindo as pisadas de meu avô e de meu pai, tradição a que o meu filho já deu continuidade. Quatro gerações de uma família a colaborar em no mesmo título, desde 1930 até hoje, deve ser caso raro, de que muito me orgulho.

Voltando ao meu percurso de leitor de jornais, apanho naturalmente o “Expresso” no início de 1973, uma autêntica pedrada no charco da sociedade portuguesa que ameaçava despertar de uma letargia de 4 décadas.

Antes de terminar esse ano ganhei uma bolsa para ir procurar em Paris, no Institut d’Archéologie Henri Doucet, bases para estudar a escultura castreja e romana do Norte de Portugal, que deveria ser a minha tese de licenciatura.

Paris foi um deslumbramento e uma autêntica revolução mental (e a outros níveis...) para um jovem provinciano que só conhecia a Galiza e ali, entre muitas descobertas e revelações, como os francos escasseavam, encontrei uma nova maneira de sustentar o meu vício de leitor de jornais: era no lixo das ruas, nas poubelles, que eu recolhia diariamente o “Le Monde”, “Le Figaro”, “L’Équipe” e muitos outros títulos da imprensa francesa que me davam uma informação muito diferente da que até então conhecia. Acompanhei os debates sobre o aborto que então decorriam em França ou as polémicas à volta do golpe fascista de Pinochet e soube do 16 de Março, cuja repercussão na livre imprensa francesa muito me impressionou (ainda hoje conservo alguns recortes de jornais desse tempo).

Em Paris recebia regularmente gordos envelopes enviados pelo meu pai com recortes dos jornais que ele comprava, em especial do “Expresso” e da sempre presente “Bola”.

Aliás, uma que outra vez, não resistia à tentação e às segundas-feiras, por volta das 6 da tarde, ia à Étoile, a um célebre quiosque onde acorriam muitos emigrantes portugueses, para com grande sacrifício comprar aquele trissemanário desportivo.

Abro um parêntese para falar um pouco de “A Bola”, tantas vezes referida. Enquanto fui doente pelo futebol, mesmo após as mudanças que vivi a partir de 1969, esse jornal era para mim de grande importância, pelo modo como encarava o fenómeno desportivo e muitas vezes o ligava aos reais problemas da sociedade nos relatos de jogos, nas entrevistas, nas reportagens, nas crónicas ou artigos de opinião. É preciso não esquecer que entre os seus fundadores se encontrava um ex-preso do Tarrafal (Cândido de Oliveira), que teve colaboradores literários de qualidade e jornalistas como Vítor Santos, Carlos Pinhão, Carlos Miranda, Cruz dos

Santos, Homero Serpa, Alfredo Farinha, fotógrafos como Nuno Ferrari, cartoonistas como Martins. Depois, com o decorrer dos anos, essas qualidades foram-se perdendo ou degradando. Quando morreu Carlos Pinhão deixei de a comprar. Lentamente foi-se tabloidizando, benfiquizando-se, sendo no meu entender um dos responsáveis pela guerra desportiva Norte-Sul, pelo clima de violência e ódio que se foi instalando entre dirigentes e adeptos. Hoje, apesar de um ou outro cronista que respeito, apenas a folheio quando ma emprestam, pois evito comprar “A Bola”.

Retomando o fio da meada, devo dizer que, terminada a bolsa parisiense, reentrei em Portugal, no Sud-Express, às primeiras horas do dia 25 de Abril de 1974 (esta é a madrugada que eu esperava / o dia inicial inteiro e limpo, como escreveu Sophia), não sem antes, Espanha fora, ter deitado pela janela do comboio, panfletos revolucionários e mesmo jornais subversivos que trazia, mas que podiam comprometer o jovem estudante que eu era quando atravessasse a fronteira e passasse pelo escrutínio da PIDE – tive medo, mas eu não sabia que o medo tinha acabado.

Depois foram os dias empolgantes da Revolução, com os jornais sempre presentes. Guardei quantos pude dos que relataram esses primeiros tempos de euforia e descoberta. Comprei o primeiro “Avante” saído da clandestinidade, mas também o “Luta Popular” do MRPP, a “A Voz do Povo” da UDP, o “Esquerda Socialista” do MES, que passei a assinar como reflexo da minha opção partidária, e tantos, tantos outros, cujos números um procurei coleccionar independentemente da sua orientação política.

Não me recordo de então ter algum jornal preferido. Continuava a ler o “Diário de Lisboa”, o “Expresso”, passei pelo “Diário”. Pouco tempo depois fui conquistado pelo “O Jornal” que reunia alguns dos meus jornalistas preferidos, de entre os quais destaco Fernando Assis Pacheco.

Entretanto, em Dezembro de 1974, comecei a trabalhar na Biblioteca Pública de Braga onde podia ter à minha disposição quase todos os principais diários e semanários passando a dedicar atenção especial à imprensa local, em especial ao “Correio do Minho”, órgão do Movimento Democrático do Distrito de Braga, dirigido por Victor de Sá e que contava, entre outros, com a colaboração de José Manuel Mendes.

No início de 1976, com outros amigos ajudei a criar a CODEP (Comissão de Defesa do Património), com o objectivo de salvar os vestígios de Bracara Augusta que as novas urbanizações iam revelando. Nesse tempo transformei-me no principal redactor dos comunicados da CODEP destinados à comunicação social, o que fez aumentar a minha vontade de colaborar nos jornais. Essa vontade transformou-se em realidade com a fundação da ASPA e a necessidade de escrever comunicados, artigos de opinião e finalmente para a secção “Entre Aspas” que o “Diário do Minho” generosamente alberga desde 1984, sendo aí autor de perto de duas centenas de textos, muitos deles de combate, em defesa do património cultural e natural bracarense e minhoto, o que faço com imenso gosto e me deu, desculpe-se a imodéstia, alguma agilidade à escrita.

Voltando à leitura de jornais, compro o para mim imprescindível “Jornal de Letras” desde que apareceu. Dos jornais diários, fui de imediato conquistado pelo “Público” logo que surgiu, reunindo um grupo de jornalistas e cronistas de eleição, o

qual apesar de alguns desequilíbrios, continua a ser o meu preferido. Dos semanários, tenho pena que a “Gazeta da Semana” não conseguisse aguentar-se e vou comprando o “Expresso”, à falta de melhor (recordo com saudade o tempo de Augusto de Carvalho e Vicente Jorge Silva). O fenómeno do “Independente” nunca me seduziu, mas apesar de às vezes lhe achar alguma graça, considerava-o demasiado conservador.

Relativamente à imprensa local, também colaborei com regularidade, muitas vezes sob pseudónimo, no “Notícias do Minho” (1993/97) de Artur Moura, a que o talento e coragem de Ademar Ferreira dos Santos deu um brilho extra, semanário bracarense que num ambiente hostil e com gestão deficiente não conseguiu sobreviver.

Nesses jornais fui escrevendo sobre bibliotecas e património cultural, hábitos de leitura e temas bracarenses, recensões de livros e notas biográficas, Monção e o Minho, etc. Dá-me um enorme prazer colaborar na imprensa local e saber que por vezes sou lido.

Tive pena que o projecto do “UMJornal”(2003/2005) soçobrasse por razões que muito me custou aceitar. Foi uma experiência interessantíssima e pioneira que, com a ligação à Universidade, podia ter-se transformado no semanário independente e qualificado de que Braga tanto necessita.

Enfim, não consigo viver sem jornais, onde quer que vá levo-os ou procuro-os ansiosamente, fazendo às vezes desvios impensáveis nas minhas viagens para encontrar o que quero.

Possuo milhares de recortes e fotocópias retirados da imprensa periódica: organizo sempre que posso dossiers sobre bibliotecas, hábitos de leitura, censura, ASPA, Bracara Augusta, Monção, temas do momento, etc., etc. a que muitas vezes recorro, tendo-me sido úteis em muitas actividades da biblioteca, para as aulas da disciplina de Bibliotecas Públicas de que fui professor em cursos de especialização em Ciências Documentais ou para a elaboração de artigos. Meto-os no meio dos livros a que dizem respeito, em especial obras de referência (dicionários e enciclopédias), bibliografias e biografias ou então as recensões dentro das respectivas obras de ficção, poesia e mesmo ensaio. Mas a maior parte desses recortes está dentro de sacos de plástico, completamente desorganizados, que não me atrevo a deitar fora porque sei que um deles, um dia, me vai fazer falta...

Transmiti essa dependência ao meu filho que, devido à sua vida, primeiro como estudante, agora profissional, se habituou a receber todas as semanas, em Olomouc ou Varsóvia, em Londres ou agora em Bruxelas, grandes envelopes com recortes sobre os temas que sei lhe interessam. E quando se atrasam, ele reclama.

Apesar de ser bibliotecário, não me sinto atraído pelas edições electrónicas dos jornais, ou mesmo por ver as primeiras páginas em qualquer ecrã, embora por vezes, por necessidade, recorra a esses meios de informação.

Aliás, a primeira coisa que faço logo que saio de casa, é ir ao quiosque comprar o jornal e, aí sim, gosto de ver as primeiras páginas, os títulos e folhear os que se acumulam nos balcões e desafiadoramente me acenam.

O papel de jornal sempre me acompanhou, o papel do jornal foi sempre imprescindível na minha vida.

# O que é a pós-modernidade?

Jean-Martin Rabot\*

## 1. Os significados da noção de pós-modernidade

Aquilo que costumamos chamar de pós-modernidade está caracterizado pela pluralidade. Com efeito, a noção de pós-modernidade desautoriza aquilo que Maffesoli chamou de «perfeição do uno» (*cf.*, 1992: 44) ou Durand de «monismo totalitário» (*cf.*, 1980: 179), ou seja, os próprios símbolos da modernidade e o seu princípio de acção, a racionalidade instrumental, enquanto motor de um progresso ilimitado.

Lytard define a pós-modernidade como o fim dos grandes discursos de referência, as metanarrativas, à semelhança do marxismo clássico (*cf.*, 1985). A morte anunciada desta última narrativa foi, por assim dizer, o prelúdio do fim de todos os discursos filosóficos, religiosos, políticos e económicos que pautaram a modernidade: «emancipação progressiva da razão e da liberdade, emancipação progressiva ou catastrófica do trabalho (fonte do valor alienado no capitalismo), enriquecimento de toda a humanidade por meio dos progressos da tecnociência capitalista, e mesmo, se integrarmos o próprio cristianismo na modernidade (oposto, na altura, ao classicismo antigo), salvação das criaturas pela conversão das almas à narração crística do amor mártir» (Lytard, 2005: 35-36). A perda de eficácia da legitimação destas grandes narrativas e o consequente declínio da sua credibilidade podem ser explicados pelo próprio desenvolvimento da ciência, como bem o viu Perry Anderson: «por um lado, por uma pluralização dos tipos de argumento, com a proliferação do paradoxo e do paralogismo – antecipados, no seio da filosofia, por Nietzsche, Wittgenstein e Levinas; e por outro, por uma tecnicização da prova, em que aparelhos dispendiosos, controlados pelo capital e pelo Estado, reduzem a “verdade” à “performatividade”» (*cf.*, Anderson, 2005: 38).

Vattimo associa a pós-modernidade à dissolução da «ideia da história entendida como discurso unitário» (*cf.*, 1990: 11), ou seja, à decadência da ideia de progresso e de superação crítica própria da modernidade, e sugere a elaboração de um «pensamento débil», isto é, um pensamento indulgente e permissivo, capaz de se adaptar à multiplicidade das aparências que o mundo exhibe e de se acomodar «a uma época onde a fundamentação e a ideia de verdade se dissolveram» (*cf.*, 1987: 174).

Maffesoli concebe a pós-modernidade em consonância com o ressurgimento dos aspectos míticos e arcaicos da vida (no sentido em que mitificamos pessoas e situações) e a redescoberta da dimensão imperecível da condição humana que é a estética:

\* Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho

«aquilo que se chama pós-modernidade é apenas uma maneira de distinguir a relação entre a ética e a estética» (*cf.*, 1990: 26), sendo que «o próprio da “aisthesis” é de consistir numa experiência partilhada» (*cf.*, 1985: 37).

Jeffrey concebe a pós-modernidade como uma mestiçagem de estilos, uma mistura de materiais e formas (*cf.*, 1998), enquanto que Fullat vê nela o estiolamento de toda a forma de absoluto: «A pós-modernidade (...) nega a existência de toda a realidade que se apresenta como absoluta, autónoma e suficiente, quer se trate de Deus, do Homem ou da Razão» (*cf.*, 2002: 27).

Em todo o caso, a pós-modernidade confirma a incapacidade e o fracasso da tentativa de «pensar o “grande projecto colectivo” em termos de revolução e de transformação sociais» (Jameson, 2004: 177-178). A pós-modernidade marca assim o fim de uma modernidade que consagrava os ideais burgueses, cuja característica consiste em não reconhecer «nenhum valor que não proceda da exploração do trabalho (Debord, 1983: 114), em não admitir o periclitar de uma visão do indivíduo que é concebido exclusivamente do ponto de vista de uma razão soberana e infalível, «como sujeito unificado, independente, dominando intelectualmente pela ciência e praticamente pela técnica a natureza, definindo também livremente as suas relações com os outros no quadro de contratos inter-individuais» (Bonny, 2004: 73).

A pós-modernidade anuncia assim o fim do sujeito, como ser autónomo, voluntário e consciente, desejoso de se dominar a si próprio e de mudar o mundo. A pós-modernidade contraria de forma peculiar aqueles que confundem a socialidade com a integração republicana, que reduzem as questões de identidade a uma mera vontade cidadã, racionalmente escolhida e decidida, de pertencer a uma comunidade. Os racionalistas recorrem ao substancialismo da Instituição para dar uma espécie de consistência ao ser-em-conjunto, enquanto que seria necessário procurá-la «na revelação daquilo que já está aqui» (Maffesoli, 2005: 149), isto é, no comunitário. Poderíamos afirmar que o actor da pós-modernidade já não é o sujeito capaz de vontade e de decisão, o cidadão modelo, mas esta «“eterna criança” que, pelos seus actos, as suas maneiras de ser, a sua música, a encenação do seu corpo, reafirma antes de mais a fidelidade àquilo que é. (...) Para exprimir essa ideia em termos um tanto mais antropológicos, há momentos em que se observa um deslize importante, a passagem da Polis para o Týaso, a passagem de uma ordem política para uma ordem fusional» (*ibid.*: 151).

A pós-modernidade é a consagração de uma nova forma de erótica social, de «intercorporalidade», para citar uma expressão de Albertino Gonçalves (*cf.*, 2002: 126), que se verifica nos ajuntamentos futebolísticos, nas audiências televisivas, na sexualidade grupal, latente ou manifesta, real ou virtual.

A pós-modernidade corresponde ao «apagamento do futuro», de que falava Jacques Ellul, e ao enfraquecimento da crença incondicional no progresso, enquanto marcas singulares que pontuaram a história do Ocidente desde o século XV: o Renascimento, a Reforma protestante, a filosofia das Luzes, a Revolução francesa, a Revolução industrial, o progressismo marxista, a instauração de regimes totalitários e de democracias liberais e socialistas no século XX. A pós-modernidade anuncia o fim do

prometeísmo da civilização ocidental no seu «papel de garante ou de tutor de toda a ordem mundial, essa ordem que, em princípio e em última análise, deve garantir o crédito em geral, o crédito no sentido financeiro e o crédito conferido às linguagens, às leis, às transacções políticas ou diplomáticas» (Derrida, in Derrida, Habermas, 2004: 145-146).

Uma mudança de paradigma viu então o dia. Um dos primeiros a enveredar por esse caminho foi o psicanalista James Hillman: «Inteiramente favorável a uma psique egocêntrica, a psicologia monoteísta é também muito nociva para a nosso paradigma que é de deslocar as perspectivas em relação ao eu, como centro único da consciência. Uma psicologia arquetípica que conferisse a inúmeras variáveis o lugar que é o seu e que reconhecesse a interpenetração psicológica real dos inúmeros deuses: Javé, Zeus, o eu ou o si – e a legitimidade psicológica de cada cosmos, ver-se-ia forçada a pôr em dúvida e mesmo a abandonar o monoteísmo psicológico e a sua insistência» (cf., 1977: 210-211).

No domínio da sociologia, a mudança surgiu com E. Morin, J. Freund, G. Durand, M. Maffesoli, entre outros, que privilegiam e cultivam um pensamento do plural e do complexo, o reconhecimento do «terceiro» (Simmel), dos antagonismos e do paradoxo (Weber) em toda a estruturação social. Para dar conta do aspecto polifónico do social e apreender a sua complexidade, para dar conta da densidade (Durkheim), da opacidade das relações entre o eu e o outro, faz falta recorrer aos esquemas da «harmonia diferencial», da «ordem confusional», do «equilíbrio orgânico» ou ainda do «acordo tensional», conceptualizados por M. Maffesoli (cf.: 1979: 33; 1982: 12; 1988: 142; 2002: 49). Ou ainda ao esquema da «prega» barroca concebido por Gilles Deleuze. A ideia de uma prega infinitamente extensível traduz bem a exuberância pós-moderna e sensibiliza-nos para o facto de que não pertence ao todo adaptar-se às partes, mas de lhes oferecer um espaço onde as múltiplas manifestações da socialidade possam ter lugar. «Se o barroco se define pela prega que vai até ao infinito, como será possível caracterizá-lo? Ele caracteriza-se, em primeiro lugar, pelo modelo têxtil que sugere a matéria vestida: é preciso que o tecido, o vestido seja capaz de libertar as suas próprias pregas da sua habitual subordinação ao corpo finito. Se existe, por assim dizer, um vestido tipicamente barroco, ele será largo, rodado, tufado, folhado e envolverá o corpo com as suas pregas autónomas, sempre multiplicáveis, em vez de expressar as pregas do corpo» (Deleuze, 1988: 164). O tempo do *fait sur mesure* já passou de tempo.

Ora, é necessário ainda referir, que a noção de pós-modernidade é concebida por alguns como um elixir conceptual que permite abranger a diversidade das manifestações do social em acto num vocábulo nebuloso. Assim, para Jameson, os discursos pós-modernistas, no âmbito da arquitectura como no das ciências sociais, são representativos «deste retorno imprevisível da narração como narração do fim das narrações» (cf., 2007: 19). Em suma, tratar-se-ia de um novo discurso ideológico que não se reconhece enquanto tal, para melhor servir os desígnios do capitalismo tardio e da lógica do mercado que lhe é inerente. Assim, os discursos pós-modernos, que se

confundem com os discursos sobre a pós-modernidade, não passam de meios colocados ao serviço das «celebrações mais indecentes do pluralismo e da democracia capitalistas contemporâneas. (...) O pluralismo é, então, a ideologia dos grupos, um conjunto de representações fantasmáticas que triangula três pseudo-conceitos fundamentais: a democracia, os média e o mercado» (*ibid.*: 445).

## 2. As teorias críticas da pós-modernidade e do politeísmo

Os críticos da noção de pós-modernidade utilizaram conceitos que traduzem uma nítida vontade conservação das aquisições da modernidade num mundo no entanto marcado por profundas mudanças. Assim falou-se em modernidade tardia (Giddens), em sobre-modernidade (Augé, Balandier), em hiper-modernidade (Lipovetsky), em ultra-modernidade (F. Lenoir). Nesta linha de pensamento, muitos autores limitaram-se a definir negativamente a noção de pós-modernidade. É o caso de B. Sousa Santos que a julga em relação a uma modernidade que não soube cumprir as suas promessas de emancipação, nem desempenhar a sua função de regulação. Este autor observa que os três pilares da regulação se desmoronaram: o mercado estende a sua dominação sobre todas as esferas da sociedade; a comunidade desfaz-se na ausência de práticas de classe comuns; o Estado Nacional já não é capaz de regular as esferas da produção e do social. Da mesma forma, a lógica da emancipação esgota-se a três níveis: ao nível da racionalidade científica e instrumental, com a proliferação do nuclear e das catástrofes ecológicas; da racionalidade moral e prática, com a dissociação dos ideais de autonomia das práticas sociais, com o aparecimento de éticas parcelares, incapazes de fornecer um modelo de comportamento às acções colectivas; da racionalidade estética e expressiva, com a transformação da alta cultura moderna em simples divertimento. É por essa razão que Sousa Santos preconiza «uma pós-modernidade da resistência» (*cf.*, 1997: 91) no domínio das ciências, da arte e da política.

Constatando que «praticamente ninguém dá à modernidade o sentido que lhe era antigamente conferido, isto é, a “passagem do capitalismo para o socialismo”» e notando que «esse termo significa entre outros a nossa consciência de que já nada pode ser conhecido com certeza, visto que os fundamentos “pré-existentes” da epistemologia mostraram a sua fragilidade, que a História é desprovida de teleologia e que por conseguinte nenhuma variante do progresso pode ser defendida de maneira plausível (*cf.*, 2002: 52), Giddens parece entrar na linha dos sociólogos que vêem na pós-modernidade um estilhaçamento da modernidade, uma ressurgimento de mitologias pré-modernas. Ora, tal não é o caso, já que o autor concebe a pós-modernidade como um engodo servindo para mascarar a emergência de uma modernidade levada ao paroxismo pela radicalização total das suas orientações cardinais e das suas formas de organização social e cultural. Daí a sua desconfiança total em relação à utilização da palavra pós-modernidade.

Outros autores rejeitaram a expressão de pós-modernidade por vários motivos. É o caso de Touraine, que vê nela uma dissociação no seio do mundo moderno entre a consolidação de uma economia mundializada e estandardizada e a formação de identidades culturais fragmentadas e particularistas. «Esta dissociação completa entre, por um lado, a racionalidade instrumental transformada em estratégia em mercados móveis e, por outro, comunidades fechadas na sua “diferença”, caracteriza a situação pós-moderna» (Touraine, 1992: 216). Para Touraine, a disjunção entre a cultura da Coca Cola e a cultura das seitas traduz-se simultaneamente pela imploração do campo social e pelo estilhecimento da noção de “Sujeito”, o que só poderá desembocar na violência. No mundo pós-moderno, o crescimento económico já não significa felicidade; a razão já não é assimilada ao prazer. A pós-modernidade desagraa aquilo que a modernidade levou séculos a construir: uma união entre o progresso e a cultura, entre a racionalização e o individualismo. Por outras palavras, a violência resulta da vitória do mercado sobre o trabalho, ou seja, a vitória da mundialização. Precisamente, para se proteger da globalização, os homens refugiam-se dentro de grupos fechados, que se opõem uns aos outros, como forma de resistir ao que lhes é alheio. É assim que Touraine explica o surgimento de comunidades religiosas fanáticas dentro da sociedade.

Não é o espectro da violência que parece inquietar Freund, mas este denega qualquer originalidade ao conceito de pós-modernidade, já que ele é entendido como desaparecimento da religião e da metafísica, e também como destituição da filosofia, com os reversos sofridos pelo marxismo e o nietzscheísmo. «A noção de pós-moderno apresenta-se como uma maneira de enganar as pessoas. Aliás, aqueles que utilizam esta expressão acompanham-na de expressões similares como as de pós-filosofia, pós-teologia, pós-metáfísica, pós-história, etc. Não poderíamos considerar Nietzsche e Heidegger como filósofos pós-modernos, já que permanecem ao contrário filósofos modernos que tomaram consciência do estado de esgotamento desta filosofia. Se, porventura, a sua ideia consistisse em tomar o fim da filosofia moderna pelo fim de toda a filosofia, e que incluísse a morte da metafísica e da teologia, poderíamos reprovar-lhes uma certa presunção. A decadência da Europa é um fim de uma determinada civilização, e não o fim do mundo. Aliás, é pouco provável que o fim e o desaparecimento do mundo significassem também o fim e o desaparecimento de toda a vida» (Freund, 1990: 51).

Balandier, por sua vez, opõe-se à noção de pós-modernidade, já que para ele, evoca apenas o vazio que resulta do fim das instituições do passado, o fim das tradições. A sobre-modernidade corresponde na realidade ao grande transtorno que se verifica na modernidade, ou seja, em primeiro lugar, à perda de referências numa sociedade mundializada e globalizada e, em segundo lugar, à perda de um espaço no qual os homens se conseguiram enquadrar até hoje. Os progressos contínuos suscitam «novos Novos Mundos» (cf., 2005: 3), que são meramente artificiais, exóticos, que suscitam uma curiosidade permanente pela diferença e pela aventura, mas que são também incapazes de socializar os homens.

Por fim, Habermas deprecia o termo de pós-modernidade, vendo nele uma *Gegegenaufklärung*, que critica a *Aufklärung*, sem conseguir distanciar-se dela. É assim que ele mostra que todos os discursos da modernidade ficam desencaminhados ao ficarem presos à modernidade. Todos os projectos críticos da razão, de Nietzsche a Derrida, passando por Adorno, Horkheimer, Heidegger, Bataille, Foucault e Luhmann, ficaram sem efeito, por não terem conseguido sair do espaço da filosofia da subjectividade, cuja desconstrução, no entanto, reclamavam. Habermas pretende reconciliar-se com os projectos críticos da filosofia, mas enveredando-os pela via da racionalidade comunicacional. Com o paradigma da intercompreensão elaborado por Habermas, assistimos ao abandono da atitude objectiva do sujeito em prol da atitude performativa dos participantes da interacção nas suas relações interpessoais. A única alternativa capaz de levar a bem a passagem do paradigma da consciência para o da comunicação é a teoria do agir comunicacional que estabelece uma relação interna entre a prática social e a racionalidade. Trata-se de chegar a um acordo de ordem comunicacional obtido pelo reconhecimento inter-subjectivo de exigências de validade baseadas em consensos. «O trabalho da desconstrução – por mais ambicioso que seja – só pode ter consequências claras a partir do momento em que o paradigma da consciência de si, da auto-referência de um sujeito que conhece e age de forma isolada, é substituído por outro paradigma, o da intercompreensão, isto é, a relação inter-subjectiva entre indivíduos que, quando socializados por meio da comunicação, se reconhecem reciprocamente» (Habermas, 1988: 367).

As críticas da pós-modernidade cruzam-se muitas vezes com as críticas do politeísmo. Inúmeros autores recusam por completo a ideia simmeliana, segundo a qual o fenómeno religioso se resume à «intensificação, à absolutização da relação social» (Simmel, 1998: 72). Esses autores negam nitidamente aquilo que Aron chamou de «ordem heterogénea dos valores» (cf., 1986: 249) ou Vattimo de «mundo babélico do pluralismo» (cf., 2004: 153). É o caso de Vieillard-Baron que denega toda a essência religiosa às manifestações plurais do social e que estigmatiza o «preconceito sociológico» (cf., 2001: 4), que se preocupa apenas com a função social do religioso, pretextando uma aproximação enganosa entre os termos de *religio* e *religare*, em vez de se interessar à «religiosidade da consciência» (*ibid.*). Assim, o autor critica o relativismo induzido pelo conceito de religiões da imanência que inauguram a era «das mini-religiões, sem outra consistência do que a de misturar a preocupação em ser *cool* e a aspiração a um outro lugar» (*ibid.*: 36).

É o caso também de Boudon para o qual a perda de transcendência implica o relativismo, ou seja, «a anarquia politeísta dos valores: se os valores não têm realidade exterior, deixam de ser valores; ora a extinção da transcendência significa indissociavelmente a extinção da exterioridade dos valores; a extinção da transcendência implica a dos valores» (Boudon, 1995: 294). Boudon pensa ultrapassar o politeísmo dos valores, recorrendo ao cognitivismo subjectivista, já que este recusa separar, no domínio das ciências humanas, cujo objecto é constituído por crenças, os juízos de facto e os juízos de valor. Por conseguinte, a sociologia não poderia rejeitar

os sistemas de crença no domínio do irracional. Na medida em que toda a crença tem as suas razões, os juízos de valor podem ser objectivamente fundados. As verdades axiológicas estão a ser postas então ao mesmo nível que as verdades científicas, por exemplo quando se afirma que a democracia é uma boa coisa.

Paul Valadier é outro pensador que contesta o politeísmo dos valores. O autor tem a nostalgia do tempo em que a axiologia era condicionada por uma ontologia, como único garante de uma certa objectividade dos valores: a relação a uma cidade bem ordenada, como em Aristóteles; a relação a uma ordem futura e harmoniosa de coisas, como na Bíblia; a relação a uma beatitude oferecida pela Graça, como em São Tomás de Aquino. Ora, o desaparecimento de referentes na ordem do transcendente acaba para remeter o indivíduo para si próprio. O abandono dos valores tradicionais faz-se, por conseguinte, a favor novos valores, de novas éticas e opera no sentido da procura beata de uma «tranquilidade hedonista» (Valadier, 1997: 22), de uma felicidade fácil e insípida, sob a égide do individualismo.

Uma saída à guerra dos deuses foi também proposta por Rawls que recorre à ideia de uma universalidade dos princípios de justiça como fundamento da coexistência humana. Numa *démarche* de tipo contratualista, Rawls esforçou-se em determinar os princípios aos quais as instituições e as políticas deviam ficar submetidas para obterem o assentimento consensual dos societários. Rawls parte do princípio de uma aceitação tácita dos princípios de liberdade, de igualdade das oportunidades, do melhoramento do bem-estar geral por parte dos societários colocados sob o «véu da ignorância», para concluir que uma sociedade justa é aquela na qual «a igualdade dos direitos cívicos e das liberdades para todos é considerada como definitiva» (Rawls, 1997: 30). Assim, o antagonismo das crenças e dos valores é privado de qualquer tipo de expressão, porque diluído nalguns princípios de justiça universais e incontestáveis. As condições de possibilidade da cooperação social remetem então para questões de mera justiça.

Poderíamos multiplicar os exemplos. Basta, no entanto, compreender que as múltiplas denegações da ideia de uma guerra dos deuses não tiveram nenhuma influência sobre a vida dos homens em sociedade. Uma sociológica da pós-modernidade implica a ideia de uma aceitação do dado mundano e rejeita qualquer proposta judicativa, moralista sobre o social. Uma postura que nada tem a aprender com as vaticinações sobre a possibilidade de objectivação dos valores, sobre a veracidade e a autenticidade das crenças, crenças essas que dizem respeito a religiões que se querem exclusivas, como o notou justamente Monnerot: «A sociologia comparativa escandaliza o crente de uma religião revelada. Para um tal crente, a palavra “religião” não tem uma forma plural; há homens e povos que conhecem Deus e há outros que o desconhecem. Nesse sentido, é perfeitamente escandaloso e inadmissível que Baal e o verdadeiro Deus possam, de um qualquer ponto de vista, partilhar características formais comuns» (Excerto de uma carta de Jules Monnerot publicada em Dezembro de 1953 na revista *Confluence*, em resposta às críticas que lhe tinha feito Hannah Arendt, *cf.*, 2003: 45).

Temos que reconhecer que a socialidade pós-moderna é da ordem do paganismo, da ordem confusional. «Se os pré-socráticos como Pitágoras, Heráclito e Empédocles estão na moda, é certamente porque a reflexão intelectual se junta à intuição comum, ao recusar opor categoricamente a ordem e a desordem, a natureza e a sociedade, o inorgânico e o orgânico» (Augé, 1990: 15). A sociologia da pós-modernidade inscreve-se num pensamento mais vasto que se dedica a evidenciar a importância daquilo que o físico S. Lupasco chamou de «contraditório», na estruturação da realidade. «A verdade absoluta, que temos de atingir, fragmenta-se em verdades parciais que temos de viver. Isso delinea bem os contornos da estrutura mitológica. Cada território, real ou simbólico, produz, por assim dizer, o seu modo de representação e a sua prática da linguagem, “*Cujus regio, cujus religio*”. Daí, a babelização potencial que alguns pretendem denegar, invocando o espectro da globalização. Existem uniformizações mundiais: económicas, musicais, consumistas, mas temos de nos interrogar sobre a sua verdadeira pregnância. E perguntarmo-nos se a verdadeira eficácia não deve ser procurada do lado dos mitos tribais e do seu aspecto existencial. A comunicação em rede, da qual a Internet constitui um óptimo exemplo, forçamos a repensar, para a pós-modernidade, o “universal concreto” da filosofia hegeliana» (Maffesoli, 2003: 34-35).

A palavra chave da filosofia e da sociologia racionalistas tem sido a unidade. Mas não deixa de ser verdade que estas disciplinas são constantemente ultrapassadas pela realidade. Mais vale então permanecermos fieis à tradição sociológica que não se deixou levar pelos discursos conformistas, normalizadores, politicamente correctos, à semelhança de Louis-Vincent Thomas, Gilbert Durand, Edgard Morin, Julien Freund, Michel Maffesoli, ou ainda Octavio Paz, que preconizou uma cura budista, susceptível de nos ajudar a esquecer essa “monoteização” do social» de que fala M. Miranda (*cf.*, 1986: 31), uma monoteização que nos conduziu à Inquisição e ao Gulag e que nunca soube concretizar a promessa de libertação do homem da qual se pretendia o máximo expoente. «O modelo do Ocidente é a unidade indivisível, quer se trate da metafísica (o ser), da psicologia (o eu), do mundo social (a nação, a classe, os corpos políticos). Um modelo que, aliás, não corresponde à realidade e que esta põe permanentemente em causa. A dialéctica, a poesia, o erotismo, a mística e, no âmbito da história, a guerra e os conflitos internos são as formas violentas de intrusão por meio das quais a Alteridade manifesta ao Uno a sua existência» (Paz, 1990: 149).

Se o saber sociológico é de facto inseparável das suas condições de produção e de divulgação e que é necessário reflectir sobre elas, não se trata, no entanto, de sujeitar ou de limitar o pensamento à reprodução da crítica freudiana ou marxista. Em Marx, as diferentes esferas de actividades, quer se trate da ética e da estética, do direito ou da política, da religião ou da ciência, organizam-se «em função da classe dominante, cujos interesses ditam a configuração da ordem dos valores. Estes últimos aparecem, em Freud, como sublimações das pulsões instintivas, formações secundárias que não possuem em si a sua justificação» (Gusdorf, 2002: 26). Com efeito, parece-nos que as tentativas de desmistificação da realidade por meio da pro-

cura e da revelação de motivações enterradas e recalçadas não trazem nada de novo para a compreensão do mundo actual.

Desta forma, a sociologia não pode, de maneira alguma, permanecer insensível às diferentes representações que se estruturam no momento presente. Ela deve reflectir o seu tempo, isto é, exprimir a ambiência e o estilo próprios da época. É nesse sentido que David Miller advogou a favor da necessidade da produção de um pensamento que estivesse em consonância com o seu tempo: uma maneira de coadunar a reflexão plural com o pluralismo das práticas sociais e das suas mais variadas expressões na vida quotidiana; uma maneira de perspectivar de forma orgânica e empática a polifonia e a polimorfia que se manifestam nos domínios social, filosófico e psicológico: «O politeísmo social, filosófico e psicológico do nosso tempo é uma experiência suficientemente radical para precisar de uma *teologia* politeísta» (cf., 1979: 20).

### 3. A religiosidade pós-moderna

A pós-modernidade corresponde bem à perda da crença na redenção celestial ou terrestre. Mas a queda das grandes narrativas não significa o fim da capacidade de mitificação do homem. Aliás, a religiosidade dispõe de uma espécie de preeminência sobre a religião: «Não é a religião que cria a religiosidade, mas é a religiosidade que cria a religião» (Simmel, 1998: 26). O abandono da fé num deus único, num deus transcendente, pessoal e criador, não implica o desaparecimento de toda a forma de religiosidade. Esta assume o carácter de «uma fé sem dogma», segundo a sugestiva expressão de Ferrarotti (cf., 1993). O que na pós-modernidade perde importância é o «conceito de religião como verdade dogmática, como fundamento e legitimação última da sociedade humana» (Martins, 1996: 132). O que está a periclitar é a crença baseada em verdades substanciais, intangíveis e irrevogáveis. «O que hoje em dia faz a alma do comportamento religioso, não é a procura, mas a recepção, é o movimento de apropriação em vez da devoção incondicional» (Gauchet, 1998: 108). Parafraseando Weber, poderíamos dizer que, à semelhança do budista, o homem pós-moderno é apenas um receptáculo de Deus.

Em todo o caso, é por esse tipo de fé sem dogmas que as massas sentem afeição. E. Poulat propõe o termo de «cristianidade» para caracterizar o cristianismo que as massas se reapropriam, um cristianismo que já não é da ordem dos dogmas, mas da ordem do *habitus*. O conceito de «cristianidade» é particularmente operativo para apreender o hiato existente entre a ordem dos discursos oficiais e a das práticas quotidianas. De facto, o povo nunca se sentiu mal à vontade com essa ruptura entre a ortodoxia das crenças e a heterodoxia das práticas. O povo assimilou a ideia e a prática de uma multiplicidade de pertenças, sem que estas sejam vividas de forma esquizofrénica. «As massas francesas ouvem pouco a Igreja, mas gostam da sua religião. O percurso típico de um filho de operário era a escola (azul) da República, o

catecismo (branco) do padre e o sindicato (vermelho) da fábrica» (Poulat, 1986: 68). O catolicismo remete então na sua forma vivencial para a expressão plural da fé.

O catolicismo nunca conseguiu desfazer-se do encanto do mundo mágico. Precisamente, em virtude da necessidade em que se encontra o povo de comungar emocionalmente a fé. J. Le Goff mostrou que, no mundo turbulento da Idade Média, «os homens e as mulheres precisavam de uma extensão, de uma diversificação das manifestações de Deus» (cf., 2003: 48). Daí, o desenvolvimento de várias figuras sagradas: o Cristo da paixão, mas também a Virgem, os santos, etc. Aliás, o povo da Idade Média não se preocupava muito com a distinção muito escolástica entre o temporal e o espiritual. O povo era capaz de sacralizar as palavras e as coisas com a mesma sinceridade e desligar a ordem do sagrado daquilo que ainda o ligava ao sacrifício, integrando-o na vida quotidiana. Na Idade Média, as indulgências, tais como os prémios em dinheiro, faziam parte do cesto da lotaria, as procissões de relíquias santas caminhavam ao lado das nudezes pagãs, as relíquias santas acomodavam-se com as reproduções eróticas da Virgem. O sagrado era irremediavelmente encurralado para o profano. «De forma contínua, o infinito é restituído ao profano, o mistério desfaz-se em átomos. A qualquer mistério sagrado se agarra uma camada de crenças suplementares que o degradam, à semelhança dos moluscos que se agarram a um navio. A própria Eucaristia reduz-se a superstições materiais: pensava-se, por exemplo, que ninguém podia ficar cego ou ter uma crise de apoplexia no dia da missa, e que durante a assistência à missa ninguém envelhecia. (...) Sem a menor intenção de ironia, a familiaridade com as coisas sagradas e o desejo de as representar concretamente conduziam a figurações por assim dizer irreverenciosas. O povo possuía estátuas da Virgem cuja barriga abria, para se poder ver a Trindade» (Huizinga, 1980: 159 e 161).

Hoje em dia, as coisas não se processam de forma diferente. Assim, vemos que «o tocar é a chave do sucesso de Lourdes» (cf., H. Tincq, «Toutes les douleurs mènent à Lourdes», in *Le Monde* do 15 de Agosto de 2004) e desses grandes centros de peregrinação que são Santiago de Compostela e Fátima. É preciso dizer que a pós-modernidade consagrou o táctil, em detrimento do tacto, que caracteriza a modernidade e o individualismo burguês. Como no-lo recorda Adorno, Goethe, na sua obra *Anos de viagem de Wilhelm Meister*, apresenta-nos o tacto «como a única saída possível para salvar as relações entre homens alienados» (Adorno, 1983: 32). O que os racionalistas imbuídos de intelectualismo reprovam à religiosidade popular, ou seja, o zelo pela devoção, o carácter alienante das superstições, a parte de credulidade e de cegueira nas crenças e nas práticas, permanecer-lhes-á para sempre inacessível, até porque estes elementos se dirigem para «a omnipresença de Deus, susceptível de ser experimentada, mas não representada, a não ser de maneira irónica, retórica, estética e mesmo *kitch*» (Oñate: 179). Assim, compreendemos que a sociologia da pós-modernidade tenha que ficar atenta a esta experiência do religioso de carácter universal «que não devemos confundir com as diversas formações que até então a tentaram canalizar, pôr em forma, para utilizarmos o vocabulário que Simmel tanto preza» (Watier, 2003: 73).

Só podemos reconhecer que as religiões nem sempre exibem o carácter transcendente dos monoteísmos, que o religioso não deve ser compreendido apenas como um acontecimento que se inscreve na historicidade das épocas particulares, mas como uma estrutura que integra *ab origine* a vida e o destino humanos: «o “sagrado” é um elemento na estrutura da consciência, e não um estádio da história desta consciência» (Eliade, 1994: 10). Sendo perene, o sagrado é também plural. Se pontualmente pode ser monopolizado por uma instituição qualquer, como a Igreja, ele acabará sempre por transgredir a ordem dos dogmas na qual foi enclaustrado. Na sua qualidade plural, o sagrado é também lábil e não deixará de deslocar-se nos mais diversos seres e coisas, não deixará de penetrar no conjunto das relações que os homens tecem entre eles. A instituição eclesiástica raciocina em termos de verdade e falsidade. Ora, essa oposição não reveste a mínima importância para o paganismo pós-moderno. Jan Assmann recorda-nos precisamente que para os pagãos «não existem deuses falsos. Todos os deuses podem pretender à veneração e o medo diz mais respeito a uma eventual falta em relação aos deuses... do que à possibilidade de adorar deuses falsos» (cf., 2007: 118).

Em suma, o quotidiano pós-moderno reencontra o paganismo de antão e convidamos a pensar já não «em termos de “prova” nem de “verdade”, mas em termos de eficácia existencial» (M. Onfray, «Mes amis et moi proposons autre chose, ailleurs», Palavras recolhidas por R.-P. Droit, in *Le Monde* do 29 de Outubro de 2004). Deste ponto de vista, parece-nos totalmente despropositada a posição epistemológica adoptada por Gellner para explicar a pós-modernidade: a do «Fundamentalismo Racionalista Iluminista» (cf., 1994: 114), que «rejeita quaisquer revelações essenciais» (*ibid.*) e recusa as religiões «que conferem um estatuto e uma autoridade extramundanos e transculturais a determinados valores e afirmações» (*ibid.*: 115). Uma postura que, ao rejeitar também as religiosidades da imanência, se compreende como terceira via, pretendendo ultrapassar as aporias às quais conduziria a oposição entre a intransigência da tradição religiosa e o relativismo dos valores da pós-modernidade.

As teorias da pós-modernidade permitem-nos analisar as consequências sociais do fim das metanarrativas. As teorias sobre o politeísmo, tanto na psicanálise (Hillman, Jung), como na história (Huizinga, Le Goff) ou na filosofia, na antropologia e na sociologia (Weber, Simmel, Bergson, Durand, Maffesoli, Morin) mostram-nos as limitações daqueles que pretendem injectar uma dose de «moralina» (Nietzsche) na perspectiva sociológica de compreensão da nossa época. Uma perspectiva que ficaria truncada sem a tomada de consciência da importância da noção de transacção, e mais particularmente das transacções entre o religioso e a religiosidade. «A religião é uma construção por meio da qual a aspiração de base encontra uma estruturação adequada. (...) Uma vez instituídas, as religiões inscrevem-se na ambiguidade da forma: por um lado, são necessárias para apoiar a religiosidade; por outro, apresentam um risco de objectivações demasiado cristalizadas e estabilizadas. A religião como forma instituída pode tornar-se num entrave em relação à religiosidade, cuja exigência se renova constantemente em função das insatisfações experimentadas

na vida quotidiana. Resulta daí uma diminuição da convivência com as formas instituídas às quais as pessoas aderiam anteriormente. Nascem então transacções que são tanto mais nítidas quanto as formas instituídas são preservadas por actores específicos. O jogo é complexo, pois se a religiosidade é a aspiração de base, ela só se desenvolve por meio de formas. Estes intercâmbios dialécticos são constitutivos do fenómeno religioso» (Remy, 2006: 164). É com essa noção de transacção entre a religião e o religioso que poderemos compreender o reavivar da religiosidade popular, uma religiosidade que nunca poderia contentar-se com a maneira como Anselmo de Cantuária definia a fé: «uma aspiração a Deus pela inteligência, *fides quaerens intellectum*» (Le Goff, 2003: 76-77).

A noção de transacção permite-nos compreender também o reencantamento do mundo e a redescoberta dos arcaísmos no homem. «Conjunção do selvagem e do artificial», diz M. Maffesoli (*cf.*, 2004: 53). Esse redescoberta obriga-nos a tomar consciência da animalidade, do primitivismo, da monstruosidade, que está no homem e nas suas produções. Na pós-modernidade assistimos à eclosão de bizarras de toda a ordem: Bruxas, como em Harry Potter, fantasmas, como nas festas de Halloween, representações de Drácula e do canibalismo na literatura e no cinema.

Esta noção de transacção autoriza-nos também a reconhecer e compreender o actual reencantamento do mundo. Por mais secularizada que seja, a nossa sociedade produz compulsivamente mitos. As fotografias das revistas *people* encenam figuras sagradas à volta das quais se agregam tribos de toda a ordem: musicais, desportivas, etc. Personagens como Madonna ou Zidane são aduladas como verdadeiros deuses e permitem transcender as barreiras de classe ou de raça. O ídolo não deve ser estigmatizado como sendo «uma palavra afectado pela sobrecarga semântica», segundo a expressão de Paul Ricœur, como sendo o resultado de uma «organização do visível que provoca uma adesão que se poderia chamar de submissão do olhar» (Mondzain, 1996: 190), mas tem que ser considerado na sua função de «religação». As aventuras de *Harry Potter*, que continuam a enfeitiçar centenas de milhões de leitores e de espectadores pelo mundo inteiro, incarnam a coragem e a determinação de um herói digno dos deuses gregos.

Não é de todo exagerado afirmar que Memphis representa um lugar sagrado para os fãs do *King* e que este lugar desempenha um papel comparável ao de Delos na Antiguidade. Nem que nas emissões de tele-realidade se joga uma nova incarnação do fantasma fusional. A utilização desconsiderada dos telemóveis ou da Internet não só não pôs um termo ao gosto pelo errância, como reavivou a comunicação ao nível planetário. Pelo menos, comprova «a presença multimoda da comunicação em larguíssima gama de fenómenos da experiencia humana» (Alves, 1999: 18). Uma sociologia da pós-modernidade não poderá comprazer-se com uma explicação desta comunicação a partir dos «temas do empobrecimento da experiência e da conversão do acontecimento em *faits-divers*» (Martins, 2005: 125). Para uma perspectiva ancorada na modernidade, a relação da técnica com a estética será apenas encarada como uma injeção artificial de emocionalidade em almas atomizadas e

afectivamente arrefecidas. Ora, do ponto de vista da pós-modernidade, esta relação entre a técnica e a estética pode ser examinada de forma diferente. Por meio da estética, a técnica levaria à mística, à formação daquilo que Weber denominou de «comunalizações», isto é, de relações sociais baseadas «no sentimento subjectivo (tradicional ou afectivo) que os participantes têm de pertencer a uma mesma comunidade» (Weber, 1971: 41). A pós-modernidade seria assim compreendida como uma estilização estética do social, como bem o viu Zygmunt Bauman, quando afirmava que a construção das identidades passava pela constituição de comunidades «análogas às comunidades estéticas de Kant, engendradas e mantidas em vida, principalmente, e talvez unicamente, pela intensidade da devoção dos seus membros» (cf., 2003: 171). Uma devoção que resulta mais do entusiasmo (movimento intrínseco) do que da produção calculada de emoções (movimento extrínseco). E vê-mo-lo no dia a dia: As novas tecnologias não podem ser encaradas como fonte de alienação ou de homogeneização. Não conduzem à aniquilação do discurso ontológico (Freund) ou das potencialidades imaginativas do homem (Ellul). Nem sequer ao *arraisonnement de l'être* (Heidegger), no sentido de mobilizar os homens como mero objecto técnico. As novas tecnologias são perfeitamente compatíveis com o reinvestimento mitológico e o renascer dos valores comunitários, como bem o sublinhou M. Maffesoli: «Hegel via na leitura do jornal a oração da manhã do homem moderno. Sem dúvida alguma, a conexão à Internet será a do homem pós-moderno» (cf., 2008: 86).

O recurso à Internet, e mais particularmente aos *chats*, aos *e-mail*, aos *blogues*, aos *fotoblogues*, aos *videoblogues* inscreve-se numa ambiência comunicacional propícia à criação de tempos e de territórios simbólicos nos quais se incarna a socialidade. A utilização do *iPod* representa, por um lado, um encerramento sobre si e uma rotura com o mundo e procede, por outro, a uma recomposição sectorial da relação social na base da afirmação de uma pertença determinada pela cultura das marcas, nomeadamente *Apple*.

Da mesma forma, constatamos que o combate dos ecologistas, à semelhança de Nicolas Hulot, assim como o dos sectários antimundialistas, à semelhança de José Bové, deixam antever a eficácia do mito de um retorno à natureza, respectivamente moldado por uma ideologia *soft* e dura, com acentos apostólicos e messiânicos. A utilização de veículos 4x4, serve tanto para jugular os medos ligados ao terrorismo mundial, introduzindo «um significativo securitário» (Bauman, 2006: 93), e exprimir o mito da invulnerabilidade na selva urbana, como para satisfazer a necessidade de um reconhecimento social. Na mesma ordem de ideias, o consumo de produtos macrobióticos tanto remete para a ideologia higienista como para um efeito de moda que solda o estar-juntos ao nutrir-se do mito da eterna juventude. O interesse pelos países exóticos, que se manifesta quer na literatura, quer no turismo sexual, representa uma reatualização do mito dionisíaco, com a parte de confusão e de fusão que comporta.

Seria então insensato pensar que, na pós-modernidade, o homem ficou despojado dos discursos míticos e poéticos que pautavam o ritmo da vida dos primitivos e que, por meio do carácter sagrado e apodíctico que revestiam, fomentavam a sua

coesão. Por conseguinte, o fim das metanarrativas não significa, de forma nenhuma, uma inaptidão dos homens a mitificar as pessoas, as situações e os acontecimentos. A desestruturação dos valores cardinais da modernidade não implica a destituição de todos os valores. A perda da crença num deus transcendente, pessoal, criador, não traduz o desaparecimento de toda a religiosidade. Aliás, o recurso aos astrólogos, quiromantes e cartomantes permite-nos, precisamente, compreender «que não existe religião sem superstição e que esta permanecerá sempre um dos sinais exteriores da mentalidade religiosa» (Ellul, 2003: 209). Até os retiros no deserto ou na Amazônia revestem um significado eminentemente religioso e colectivo, e contribuem para «uma perpétua sustentação do nosso ser moral» (Durkheim, 1979: 302).

Compreende-se então melhor que o cimento da sociedade, aquilo que religa os homens, já não deve ser procurado nos lugares consagrados, tais como as igrejas, mas nestes «sítios extraordinários» que correspondem à «Casa de Deus» (Kracauer, 2008: 150). Assim, a metrópole representa a imagem invertida de um absoluto desaparecido e as formas que nela se manifestam podem ser percebidas como sinal de uma carência de sentido que procuram compensar. Assim, o *hall* dos hotéis, os lugares de passagem (Benjamin) são reveladores de uma religiosidade difusa que «tanto vive no tempo como na eternidade, na lei como para além da lei» (*ibid.*: 148). No *hall*, o barulho de fundo provocado pelos sussurros, que remetem para o quotidiano mais trivial, fazem-nos lembrar orações. Por sua vez, «a solenidade sem conteúdo deste silêncio comandado pela convenção» (*ibid.*: 155-156) que aí se verifica, corresponde ao princípio de igualdade que preside às relações entre os fiéis que, neste caso, são os clientes.

A pós-modernidade contribui assim «para celebrar um *ser-em-conjunto*, cujo fundamento reside menos na razão universal do que na emoção partilhada, no sentimento de pertença» (Maffesoli, 2009: 14).

## Bibliografia

- Adorno, Th.W. (1983) *Minima Moralia. Réflexions sur la vie mutilée*, Paris: Payot.
- Alves, A. (1999) 'Ciências da Comunicação, área interdisciplinar' in *Comunicação e Sociedade 1, Cadernos do Noroeste*, Série Comunicação, 12 (1-2): 5-18.
- Anderson, P. (2005) *As origens da pós-modernidade*, Lisboa: Edições 70.
- Aron, R. (1986) *Les désillusions du progrès. Essai sur la dialectique de la modernité*, Paris: Calmann-Lévy.
- Assmann, J. (2007) *Le prix du monothéisme*, Paris: Flammarion/Aubier.
- Augé, M. (1990) *Génie du paganisme*, Paris: Gallimard.
- Balandier, G. (2005) *Le grand dérangement*, Paris, PUF.
- Bauman, Z. (2003) *La vie en miettes. Expérience postmoderne et moralité*, Rodez: Le Rouergue/Chambon.
- Bauman, Z. (2006) *La vie liquide*, Rodez: Le Rouergue/Chambon.
- Bonny, Y. (2004) *Sociologie du temps présent. Modernité avancée ou postmodernité?*, Paris: Armand Colin.
- Boudon, R. (1995) *Le juste et le vrai. Etudes sur l'objectivité des valeurs et de la connaissance*, Paris: Fayard.
- Debord, G. (1983) *La société de spectacle*, Paris: Éditions du Champ Libre.
- Deleuze, G. (1988) *Le pli. Leibniz et le baroque*, Paris: Les Éditions de Minuit.

- Derrida, J., Habermas, J. (2004) *Le «concept» du 11 septembre*. Dialogues à New York (octobre-décembre 2001) avec Giovanna Borradori, Paris: Éditions Galilée.
- Durand, G. (1980) *L'âme tigrée. Les pluriels de psyché*, Paris: Denoël/Gonthier.
- Durkheim, E. (1979) *Les formes élémentaires de la vie religieuse*, Paris: PUF.
- Eliade, M. (1994) *La nostalgie des origines*, Paris: Gallimard.
- Ellul, J. (2003) *Les nouveaux possédés*, Paris: Éditions Mille et une nuits.
- Ferrarotti, F. (1993) *Le retour du sacré. Vers une foi sans dogmes*, Paris: Méridiens/Klincksieck.
- Freund, J. (1990) *Philosophie philosophique*, Paris: La Découverte.
- Fullat, O. (2002) *El siglo postmoderno (1900-2001)*, Barcelona: Editorial Crítica.
- Gauchet, M. (1998) *La religion dans la démocratie. Parcours de la laïcité*, Paris: Gallimard.
- Gellner, E. (1994) *Pós-modernismo, razão e religião*, Lisboa: Edições Piaget.
- Giddens, A. (2002) *Les conséquences de la modernité*, Paris: L'Harmattan.
- Gonçalves, A. (2002) 'O delírio da disformidade. O corpo no imaginário grotesco' in *Comunicação e Sociedade*, Braga, 4: 117-130.
- Gusdorf, G. (2002) *Le crépuscule des illusions. Mémoires intempéstifs*, Paris: Éditions de la Table Ronde.
- Habermas, J. (1988) *Le discours philosophique de la modernité*, Paris: Gallimard.
- Hillman, J. (1977) *Le mythe de la psychanalyse*, Paris: Imago.
- Huizinga, J. (1980) *L'automne du Moyen Âge*, Paris: Payot.
- Jameson, F. (2004) *Una modernidad singular. Ensayo sobre la ontología del presente*, Barcelona: Gedisa Editorial.
- Jameson, F. (2007) *Le Postmodernisme ou la logique culturelle du capitalisme tardif*, Paris: Les éditions Beaux-arts de Paris.
- Jeffrey, D. (1998) *Jouissance du sacré. Religion et postmodernité*, Paris: Armand Colin.
- Kracauer, S. (2008) *L'ornement de la masse. Essai sur la modernité weimarienne*, Paris: La Découverte.
- Le Goff, J. (2003) *Le Dieu du Moyen Âge*, Paris: Bayard.
- Liotard, J.-F. (1985) *La condition postmoderne*, Paris: Les Éditions de Minuit.
- Liotard, J.-F. (2005) *Le postmoderne expliqué aux enfants. Correspondance 1982-1985*, Paris: Galilée.
- Maffesoli, M. (1979) *La conquête du présent. Pour une sociologie de la vie quotidienne*, Paris: PUF.
- Maffesoli, M. (1982) *L'ombre de Dionysos. Contribution à une sociologie de l'orgie*, Paris: Méridiens/Anthropos.
- Maffesoli, M. (1985) 'Le paradigme esthétique: la sociologie comme art' in *Sociologie et sociétés*, Montréal, XVII, 2: 33-39.
- Maffesoli, M. (1988) *Le temps des tribus. Le déclin de l'individualisme dans les sociétés modernes*, Paris: Méridiens Klincksieck.
- Maffesoli, M. (1990) *Au creux des apparences. Pour une éthique de l'esthétique*, Paris: Plon.
- Maffesoli, M. (1992) *La transfiguration du politique. La tribalisation du monde*, Paris: Grasset.
- Maffesoli, M. (2002) *La part du diable. Précis de subversion postmoderne*, Paris: Flammarion.
- Maffesoli, M. (2003) *Notes sur la postmodernité. Le lieu fait lien*, Paris: Éditions du Félin/Institut du Monde Arabe.
- Maffesoli, M. (2004) *Le rythme de la vie. Variations sur les sensibilités postmodernes*, Paris: Éditions de La Table Ronde.
- Maffesoli, M. (2005) 'De l'identité aux identifications' in Aubert, N. (eds.) (2005) *L'individu hypermoderne*, Ramonville Saint-Agne: Éditions Érès, pp. 147-156.
- Maffesoli, M. (2008) *Iconologies. Nos idol@tries postmodernes*, Paris: Albin Michel.
- Maffesoli, M. (2009) 'La barbarie à visage humain: les tribus postmodernes' in *Cahiers Européens de l'Imaginaire*, Paris, 1: 10-16.

- Martins, M. de Lemos (1996) *Para uma inversa navegação. O discurso da identidade*, Porto: Edições Afrontamento.
- Martins, M. de Lemos (2005) 'O poder hermenêutico do acontecimento e os media' in *Trajectos. Revista de comunicação, cultura e educação*, Lisboa, 6: 123-127.
- Miller, D. L. (1979) *Le nouveau polythéisme. Renaissance des dieux et des déesses*, Paris: Imago.
- Miranda, M. (1986) *La société incertaine. Pour un imaginaire social contemporain*, Paris: Librairie des Méridiens.
- Mondzain, M.-J. (1996) *Image, icône, économie. Les sources byzantines de l'imaginaire contemporain*, Paris: Seuil.
- Monnerot, J. (2003) 'Le communisme peut-il être pensé dans le registre de la religion?' in Caillé, A. (eds.) (2003) «Qu'est-ce que le religieux? Religion et politique», *Revue du MAUSS*, Paris, 22: 44-50.
- Oñate, T. (2000) *El retorno griego de lo divino en la postmodernidad. Una discusión con la hermenéutica nihilista de Gianni Vattimo*, Madrid: Alderabán Ediciones.
- Paz, O. (1990) *Courant alternatif*, Paris: Gallimard.
- Poulat, E. (1986) 'Masses et religion' in Zylberberg J. (eds.) (1986) *Masses et postmodernité*, Paris: Méridiens Klincksieck, pp. 59-75.
- Rawls, J. (1997) *Théorie de la justice*, Paris: Seuil.
- Remy J. (2006) 'G. Simmel, tension entre religiosité et religion: une transaction permanente' in Turcotte, P.-A. & Remy J. (eds.) (2006) *Médiations et compromis: Institutions religieuses et symboliques sociales. Contributions à une relecture des classiques de la sociologie*, Paris: L'Harmattan, pp. 153-185.
- Santos, B. de Sousa (1997) *Pela mão de Alice. O social e o político na pós-modernidade*, Porto: Edições Afrontamento.
- Simmel, G. (1998) *La religion*, Strasbourg: Circé.
- Touraine, A. (1992) *Critique de la modernité*, Paris: Fayard.
- Valadier P. (1997) *L'anarchie des valeurs. Le relativisme est-il fatal?*, Paris: Albin Michel.
- Vattimo, G. (1987) *La fin de la modernité. Nihilisme et herméneutique dans la culture post-moderne*, Paris: Seuil.
- Vattimo, G. (1990) 'Posmodernidad: ¿Una sociedad transparente?', in Vattimo et al., (1990) *En torno a la posmodernidad*, Barcelona: Editorial Anthropos, pp. 9-19.
- Vattimo, G. (2004) *Après la chrétienté. Pour un christianisme non religieux*, Paris: Calmann-Lévy.
- Vieillard-Baron, J.-L. (2001) *la religion et la cité*, Paris: PUF.
- Watier, P. (2003) *Georg Simmel sociologue*, Belval: Circé.
- Weber, M. (1971) *Économie et société*, tome premier, Paris: Plon.

## Fé (e Ciência)\*

Joaquim Coelho Rosa\*\*

“[...] porque é tanta a semelhança entre ela [fé] e Deus que não há outra diferença senão a de ser Deus visto ou crido” (S. JOÃO DA CRUZ, *Subida do Monte Carmelo*, livro II, capítulo IX, 1).

A fé é Deus e Deus é a fé. A diferença não é *quoad se* mas *quoad nos*. Como com uma árvore, que é vista e cheirada, mas é sempre a mesma árvore, seja qual for o sentido pelo qual a percebemos: num caso, percebemos a figura, noutro, o cheiro, mas quer a figura quer o cheiro percebidos são (d) a própria árvore manifesta.

Quer a visão (beatífica, entenda-se) quer a fé são o próprio Deus manifesto na Sua manifestação. A diferença é só a da nossa percepção de Deus, não do próprio Deus. É, porém, na vida que vivemos, uma diferença fundamental, da nossa essência, não da de Deus. Todos os nossos sentidos, e mesmo o entendimento, a vontade ou a memória, são condicionados por uma infinidade de circunstâncias que, se mudadas, alteram a nossa percepção do objecto. Bastaria iluminar a sala em que estou com outro tipo de radiações que a minha percepção dos objectos seria completamente outra. Basta observar um corpo com raios X para ter desse corpo uma percepção completamente outra da percepção obtida a olho nu.

O mesmo se diga do entendimento, do amor ou da memória. A percepção que nos dão dos objectos muda, por vezes radicalmente, com as circunstâncias do espaço/tempo. As coisas de que nos lembramos e que tinham ficado apagadas como se nunca tivessem existido! As coisas e pessoas que amamos e desamamos, aparentemente sem explicação de como, quando e porquê! As coisas que entendemos e que ignoramos consoante o momento e o lugar!

No espaço/tempo não temos percepção absoluta, absolvida, solta de circunstâncias e condições. E isto vale para todo e qualquer objecto que possa ser percebido por nós, seja pelas potências do corpo seja pelas potências da alma. Lidar com o século, com o espaço/tempo, é sempre um acto de fé: assumimos e acatamos que as coisas são tais quais as percebemos. Não temos percepção, conhecimento, memória ou vontade senão sobre um suporte de fé.

Passa-se exactamente o mesmo na relação com Deus: a nossa percepção d'Ele não é absoluta e, sem fé, não seria sequer possível percebê-lo. A diferença, aliás essencial, está em que a fé naquilo que se manifesta no espaço/tempo, sendo princí-

\* Técnico superior do Ministério da Educação.

\*\* O título, como se perceberá pelo texto, dispensaria justificadamente o termo “ciência”. Dada, porém, a tradição de distinguir fé e ciência, manteve-se, colocando-o, coerentemente, entre parênteses.

pio e meio, legítimo e indispensável, da percepção, é também, à semelhança do que se passa com as nossas outras potências de percepção, desadequada ao objecto: para tudo o que se manifesta no espaço/tempo, as nossas potências (do corpo, da alma e da fé com que recebemos a sua manifestação) são desadequadas.

No que respeita à nossa percepção de Deus, temos uma grande vantagem: as potências do corpo e da alma continuam desadequadas à Sua manifestação, mas, contrariamente ao que se passa na relação com o espaço/tempo, a fé é-Lhe absolutamente adequada, tão adequada que é Ele mesmo. Ou seja, ao invés do que habitualmente se supõe e se afirma, é mais exacta a percepção que podemos ter de Deus do que a que podemos ter de quaisquer manifestações no século, no espaço/tempo.

Daí a advertência de todos os mestres espirituais para que desconfiemos das manifestações espaço/temporais do divino: visões, iluminações, revelações e outros acontecimentos extraordinários na ordem do espaço/tempo. Ainda que, porventura, fossem mesmo de origem divina, não seriam, certamente, a Sua manifestação mais adequada e, entrando no âmbito da fé espaço/temporal, haveria mais do que razões para ser muito precavido em acolhê-las. Melhor será fazer de conta que nem sequer aconteceram: se são divinas, farão o seu efeito independentemente das nossas atenções; e se não são, atender a elas levará a tomar como divino aquilo que o não é.

Postas as questões nestes termos, é preciso tentar compreender várias coisas, entre as quais:

1. Porque é que, absurdamente, se considera a fé em Deus menos razoável (até há quem a considere irracional) do que a fé nos fenómenos espaço/temporais?
2. Que potência é esta da fé e porque é que é absolutamente adequada à percepção de Deus e só relativamente adequada ao espaço/tempo?
3. Porque é que, se, por absurdo, Deus não existisse, ainda teríamos vantagem secular, espaço/temporal, em acreditar n'Ele?

## 1.

Temos imensa dificuldade em lidar com a fé, creio que por razões de segurança/insegurança. Passamos a maior parte do tempo convencidos de que a causalidade eficiente, mecânica, de antecedente a consequente, explica tudo. O que até poderá, eventualmente, ser verdade (quer Deus exista, quer não). Mas a verdade é que nunca conhecemos a totalidade das causas que geram um certo efeito. Este facto concreto de eu estar, aqui e agora, a escrever estas linhas é, certamente, consequência de uma infinidade de antecedentes que lhe foram causa. Mas não conheço todos esses antecedentes e menos ainda o seu teor de causalidade neste efeito particular (consigo identificar apenas alguns e só com uma relativa precisão). E sei, além disso, que há outras causas (porque até fui eu mesmo que as introduzi, quiçá, por seu turno, condicionados, eu e elas, por outros antecedentes que não os deste efeito particular...), que têm que ver com o sentido e projecto de mim que coloco no espaço/tempo, cau-

sas futuras, por assim dizer, ou, em termos aristotélicos, “causas finais”, que, embora, no espaço/tempo, sejam posteriores, são, na eficiência espaço/temporal, essencialmente anteriores.

Gostamos de ter a ilusão de que controlamos as causas e de que o que nos acontece decorre das decisões e actos anteriores que fizemos (com a “pequena” excepção de, quando as consequências não são as que nos propusemos, procurarmos rapidamente fora de nós as causas malignas das consequências que achamos “más”). Enganamo-nos a nós mesmos, pois a causalidade que, mesmo livre e pensadamente, introduzimos no espaço/tempo é apenas uma ínfima parte da complexidade das causas que condicionam e determinam o fluxo dos acontecimentos.

É claro que podemos confiar-nos à moira e dizer que, façamos o que fizermos, o destino está traçado. O que é, obviamente, falso, pois, por mínima que seja, a causalidade que introduzimos também é eficiente no espaço/tempo. Também podemos confiar em que a nossa causalidade sobreleva e sobredetermina todas as outras causas. O que é igualmente falso: o nosso potencial causal é real e poderoso, mas tomá-lo como absolutamente decisivo é um exemplo típico de como “com a verdade me enganas”.

Uma e outra opção são, na verdade, de fé absoluta: ou no destino, ou em nós mesmos. Uma e outra são fé ilusória a que nos agarramos para obter uma segurança ilusória: a do conformismo e da abdicação, submissos e subservientes; ou a do voluntarismo e do activismo, imperiosos e dominadores. Por chocante que pareça, a fé na *μοιρα* talvez seja menos irracional do que a outra. Na verdade, é mais racional admitir que o nosso potencial de causalidade é tão diminuto que até é dispensável do que pretender que é tão avantajado que sobredetermina o universo das outras causas todas. As evidências, racionais e empíricas, são mais em favor da primeira fé do que da segunda.

A nossa dificuldade com a fé reside na vontade, lendo em “vontade” a concepção antiga de potência da alma onde reside o amor. A fé é sempre uma nudez, uma entrega. Fiar-se, confiar em alguém ou nalguma coisa é colocar-se na disponibilidade para a sua manifestação. Confiar é desproteger-se, descobrir-se, deixar-ser a presença do outro no seu encontro connosco. Confiar implica querer estar exposto ao bem (ou mal) querer do outro. A fé é sempre querer que o outro queira. Nesse sentido, a fé é sempre um bem-querer, um amar que o outro queira o que quiser.

Claro está, então, que a fé tem implícita a esperança de que o querer do outro seja também um bem-querer. Sabemos que, muitas vezes, tal não acontece e que, afinal, o querer do outro relativamente a nós não tinha reciprocidade de (boa) fé. O que não invalida que a fé seja constitutiva e inseparável da condição humana. Mesmo tendo como resposta um mal-querer, o bem-querer ou fé é condição necessária: “necessário é que o que é seja, enquanto é; e que o que não é não seja, enquanto não é” (ARISTÓTELES, *De Interpretatione*, 9, 19a, 23-24).

Penso que é esse, aliás, o sentido do mandamento evangélico “amai os vossos inimigos”. Pode ser compreendido de maneira simplesmente ontológica, natural, sem conotação religiosa. Se existir humanamente é, sempre e necessariamente, existir

em fé; se a fé é bem-querer o “necessário”; então, mesmo quando o “necessário” é um mal-querer, a única coisa que posso continuar a fazer é a bem-querer. Caso contrário, pior do que a afronta vinda do outro, seria a que eu faria a mim mesmo dando-lhe razão, ao abandonar o que é próprio do meu existir para copiar e reiterar o não existir do outro.

A nossa dificuldade com a fé é o medo: medo de ser magoados, medo de sofrer, medo do outro. No âmbito do século, do espaço/tempo, até é um medo compreensível, humanamente compreensível. É verdade que, no limite, é um medo irracional (haverá medo que o não seja?...), mas, dada a evidência empírica de tanto mal-querer, até se lhe percebe alguma razoabilidade. Mas o medo da fé em Deus, além de ser, como o medo da fé no espaço/tempo, irracional, não tem ponta de razoabilidade: o conceito de Deus não inclui sequer a possibilidade do mal-querer.

O absurdo de considerar menos razoável (e até irracional) a fé em Deus assenta numa única causa: o tomarmos o nosso “eu”, os seus sentimentos, as suas acções e reacções, os seus desejos, os seus medos, os seus hábitos e gostos, as suas fantasias e as suas percepções como critério absoluto da manifestação do outro.

## 2.

Poderemos, então, ter alguma compreensão do que seja a fé, a partir da compreensão da relação que temos com ela: se a nossa dificuldade com a fé decorre da espessura do “eu”, então o rigor da nossa experiência, natural ou sobrenatural, da fé depende da relativização que do “eu” conseguirmos fazer.

Esta necessidade de relativização do “eu” é bem conhecida na experiência quotidiana de quem se dedica à ciência. A tarefa de despersonalizar o investigador para poder fazer ciência com rigor está no cerne da atitude científica. Os métodos, em ciência, têm, sobretudo, essa função: dessubjectivar de tal maneira os procedimentos científicos (percepção, observação, experimentação, descrição, compreensão) que, nesse vazio do sujeito, se criam as condições da manifestação, tão desimpedida quanto possível, do objecto. Sem essa redução, tão radical quanto possível, da experiência particular do cientista, não é possível aceder à formulação de um saber que tenha validade universal.

Sabemos que a despersonalização absoluta é impossível. Ensaiam-se, hoje, em metodologia científica, técnicas que permitam incluir/discernir na investigação a presença do sujeito. Ensaiam-se novas abordagens epistemológicas no sentido de superar a falácia cartesiana da separação absoluta entre sujeito e objecto. Mas estes novos caminhos manifestam precisamente a impossibilidade natural de desbastar totalmente a espessura do “eu” espaço/temporal: a fé na objectividade pura morreu há mais de dois séculos, certamente com o transcendentalismo kantiano; morreu, concomitantemente, a fé na subjectividade pura do *cogito, sum*.

Isso implica que a fé no espaço/tempo, sem a qual não há percepção nem compreensão do objecto, é inelutavelmente mitigada: a fé que podemos ter relativamente ao espaço/tempo é desadequada às exigências do próprio espaço/tempo. E é precisamente por isso que fazemos ciência: nunca temos o “saber”, vamo-lo sempre construindo, numa postura gerundiva (*sciens*), nunca infinitiva/definitiva (*scire*). O *scire* da ciência é, inelutavelmente, um *sapere*, um sabor *sui generis*, uma entrega/acolhimento *quoad nos*, sempre em défice *quoad se*.

O saber absoluto, definitivo e definitório, requer uma fé absoluta, isto é, uma “con-fusão” de sujeito e objecto, um ponto de união/junção/identidade entre *λογος* do objecto e *λογος* do sujeito. Sem essa adesão recíproca e total, não há saber definitivo e definitório: o objecto adequado da fé, sem a qual não é possível o saber, não é da ordem do espaço/tempo.

A menos que invertamos a ordem dos processos a que fomos habituados: a iniciativa da fé não é do sujeito, mas sim do objecto. Isto é, antes de qualquer abordagem que façamos ao espaço/tempo, é o espaço/tempo que nos aborda, nos interpela e, mais ainda, se nos entrega e se fia em nós. Postura heurística e hermenêutica que não tem nada de irracional, muito pelo contrário. Irracional é o pressuposto que coloca os humanos como centro e ápice do universo, tradição cultural e científica chamada “humanista” e que é, manifestamente, absurda. O universo já aí estava quando os humanos chegaram e, de um ponto de vista lógico e racional, nada impede que continue a estar depois de os humanos acabarem. Cientificamente, o humanismo é uma aberração; e “humanismo cristão” é uma *contradictio in terminis*.

Mas, mesmo nesta postura, cientificamente mais correcta, de colocar no objecto a iniciativa da fé e do saber, permanece a inelutabilidade da desadequação entre sujeito e objecto, pois a espessura irreduzível do “eu” sujeito continuaria a impedir a adesão total ao objecto. Essa inversão epistemológica e metodológica traria, apesar de tudo, enormes vantagens, sobretudo do ponto de vista *οικονομια/οικολογια*, já que a obsessão tecnocientífica de partir absolutamente da espessura do sujeito está a conduzir à redução calamitosa dos objectos. Supõe-se, irracionalmente e de modo totalmente não científico, que, para construir o saber, o que há a desbastar é a espessura do objecto e não a do sujeito!

De um ponto de vista epistemológico, esta conversão do olhar científico é óbvia quando nos colocamos na perspectiva da fé em Deus, não já da fé no espaço/tempo. Porque, na perspectiva da fé em Deus, “é tanta a semelhança entre ela e Deus que não há outra diferença senão a de ser Deus visto ou crido”. A fé é (d)o próprio Deus que tomou a iniciativa de Se fiar e manifestar aos sujeitos humanos. A fé necessária ao saber, neste caso, ao sabê-l’O, é Ele mesmo e, por conseguinte, Ele é-nos objecto de conhecimento na exacta medida em que, originariamente, nós é que fomos o objecto da entrega e da revelação do (bem) querer d’Ele.

É por isso que a fé em Deus permite, metodologicamente, uma relativização do “eu” sujeito muito mais fina (e, portanto, muito mais rigorosa) do que todas as metodologias científicas. Nesse sentido (e não só...), pese embora a fundamentalistas de

ambos os lados, não há qualquer antinomia entre fé e ciência. Pelo contrário, se há escola preciosa de ascese científica é a da fé em Deus, graças ao apagamento, tão extremado quanto é naturalmente possível, do “eu” sujeito e à sua entrega incondicionada à manifestação do Seu objecto. Se transpusessemos para a prática científica a postura da fé em Deus, a revolução epistemológica e metodológica, que contemporaneamente se ensaia, aconteceria nesse mesmo processo.

A fé/saber absoluto só é possível num processo em que o sujeito seja objecto (e reciprocamente) e que, como já ficou dito, tenha início no próprio objecto que, nesse início, se manifesta *ipso facto* como sujeito. A fé/saber absoluto é um processo em que a relativização do “eu” é radicalizada até ao absoluto, isto é, até à nadificação do sujeito/objecto: só passando por nada do “eu” e do “outro” é que pode acontecer a união entre ambos.

Em termos conceptuais (a cada um o exercício empírico da fé em Deus), se há algum “objecto” que possa ter, relativamente ao “eu”, essa iniciativa de autonadificação, de fé e bem-querer absolutos, de esperança absoluta, de reciprocidade por parte do “eu”, teremos então o paradigma de todo o saber e de toda a relação sujeito/objecto: essa a razão porque, diferentemente ao espaço/tempo, Deus é objecto adequado da fé e do saber.

Como muito bem notou e escreveu S. João da Cruz, a fé em/de Deus revela algo bem contrário à tradição, que induz a experiência humana de Deus através da experiência humana do espaço/tempo: é a experiência humana de Deus que induz a experiência humana do espaço/tempo; conhecemos verdadeiramente o espaço/tempo se, quando, como e porque conhecemos Deus:

“E embora seja verdade que a alma vê ali que estas coisas, enquanto seres criados, são distintas de Deus e as vê, com a sua força, raiz e vigor, n’Ele, conhece tanto que Deus é, no Seu próprio ser, todas essas coisas com infinita eminência que as conhece melhor no ser d’Ele do que nelas mesmas: conhecer as criaturas por Deus, e não a Deus pelas criaturas; que é conhecer os efeitos pela sua causa e não a causa pelos efeitos, sendo aquele conhecimento segundo, e este essencial” (S. JOÃO DA CRUZ, *Chama de amor viva*, Canção IV, 5).

### 3.

“[...] Nem devemos pensar que outra ciência seja mais digna de apreço do que esta. Pois a mais divina é também a mais digna de apreço. Só esta é tal e em dois sentidos: pois será divina, entre as ciências, sobretudo a que deus teria; e a que trate das coisas divinas” (ARISTÓTELES, *Metafísica*, A, 2, 983 a 4-7).

Descontado o antropomorfismo da citação de Aristóteles, que tem sobretudo carácter retórico — pois Deus sabe mesmo, não faz ciência —, sobra a afirmação de que a ciência que trata das coisas divinas é primeira e fundante.

O que não significa qualquer ilegitimidade, menoridade ou dependência das outras ciências, muito pelo contrário. O que significa, e, de facto, foi isso que historicamente aconteceu, é que a ciência nasceu como Teologia e que foi esta que forneceu o paradigma e o modelo do que, com todos os ajustamentos e melhoramentos que o seu exercício provocou, ainda hoje chamamos ciência.

Sobretudo a partir da modernidade, e principalmente com o reducionismo conceptual da sua vertente positivista (pois nem toda a modernidade é positivista), tornou-se comum admitir que fé e ciência delimitam domínios separados e mesmo estanques e sem comunicação. É uma posição simplista (e, de um ponto de vista científico, simplória) e sem sustentação racional ou empírica. A afirmação frequente de que o objecto da Teologia não é empírico só pode ser feita a partir da concepção de uma empiria única, reduzida, redutora e que é todos os dias desmentida pelos modos múltiplos como o espaço/tempo se manifesta: “há, por isso, que aprender previamente o modo como cada coisa se manifesta” (ARISTÓTELES, *Metafísica*, α, 3, 995 a, 12-13).

É verdade que, determinadamente no mundo ocidental, a própria Teologia se foi fechando em disciplinas dogmáticas, particulares às diferentes religiões (àquelas, pelo menos, que pretendem fundamentar-se teologicamente). Como consequência, a Teologia como ciência, independentemente da utilização dogmática que as religiões dela possam fazer, saiu do espaço da efectividade científica, assumindo-se que essa ausência seria a prova real da sua não existência.

Ora, além do papel, já referido, de escola heurística e metodológica que pode desempenhar relativamente à actividade científica, há mais vantagens espaço/temporais, científicas e existenciais, da Teologia. Com a referência a essas vantagens se termina este escrito, não sem, antes de as referir, deixar uma afirmação prévia sobre o que a Teologia não pode ser relativamente às outras ciências.

Mesmo assumindo-a como ciência primeira e paradigmática, a Teologia tem objecto próprio. O que traz como consequência que a relação que tece com as outras ciências é de complementaridade (e até “complexidade”, como hoje se diria) e não de sobredeterminação. A Teologia tem uma hermenêutica própria, que pode ser referência para as outras ciências (e vice-versa), mas que, tal como acontece em todas as relações interdisciplinares e transdisciplinares, não se pode sobrepor, a partir de fora, às hermenêuticas próprias das outras disciplinas.

De um ponto de vista científico, além da vantagem heurística já referida, há que não esquecer a que foi enunciada por Kant (*Crítica da Razão Pura*, Apêndice à dialéctica transcendental), acerca “do uso regulador das ideias da razão”: Deus, alma, mundo. A concepção kantiana de ciência não é a mesma que temos hoje e, consequentemente, este seu importantíssimo texto não é aplicável tal qual, sem que isso invalide, no entanto, a estrutura e natureza do seu pensamento nesta matéria. O que se segue é, por assim dizer, uma variação sobre o tema kantiano.

Não aceitamos hoje, em ciência (entre outros, graças a Kant), que o saber que construímos seja absoluto nem que a validade das nossas proposições científicas as

torne únicas e necessárias (nisto, distinguindo-nos de Kant): a já referida desadequação da relação sujeito/objecto faz parte integrante dos nossos processos científicos. Para uma mesma questão podemos, inclusivamente, ter respostas alternativas, ambas válidas. Contrariamente ao que alguns pretendem, isso não é uma enfermidade da ciência, mas um seu apuramento. Longe de, levemente, se proclamar que a ciência não dá certezas, o que temos que dizer é que, cientes da nossa incapacidade de saber absoluto, a ciência nos faculta as melhores certezas possíveis. Ora, as melhores certezas possíveis são mesmo certezas (provisórias, provisionais, tudo o que se quiser), mas não são incertezas.

Por isso é que a ciência não funciona sem inventar, sem ousar transgredir as certezas adquiridas, procurando certezas melhores do que aquelas que temos agora, colocando hipóteses, supondo o que ainda não se sabe, arriscando novos caminhos e novos percursos que, muitas vezes, afrontam as certezas e convicções mais firmemente estabelecidas. O único limite que, em ciência, devemos colocar às hipóteses é o da verosimilhança, isto é, o de que sejam possíveis, o de que a sua admissão não implique nenhum absurdo lógico. Dentro deste limite, quanto mais arriscada, mais ousada e mais extrema for a hipótese, mais fascinante (mesmo se mais árduo) é o trabalho científico e mais esperanças suscita.

Neste sentido, vale a pena fazer ciência complexificando sempre as nossas hipóteses com a possibilidade da existência de Deus. Por outras palavras, colocando as nossas hipóteses, experimentando-as e desenvolvendo-as tendo sempre, em fundo, as perguntas: será que tudo isto se sustenta se o absoluto possível (o onipotente) existir?; será que, se esse sujeito/objecto existir, não só não infirma as minhas hipóteses como, ainda por cima, as confirma?

Esta postura heurística permite colocar hipóteses muito mais extremas e arrojadas do que as que se atêm ao verosímil predefinido pelo campo axiomático da ciência em que se trabalha. Aliás, o mesmo procedimento se pode adoptar utilizando qualquer outra ciência que não a Teologia: a abertura de horizontes que se abre numa ciência quando se coloca uma hipótese oriunda do campo axiomático de outra ciência!

Alguma vantagem da Teologia, neste aspecto, consiste em que ela permite colocar hipóteses a partir do absoluto e não, como as outras ciências, a partir do relativo. É óbvio que isso traz riscos acrescidos ao pensamento, mas a ciência já adquiriu uma maturidade que lhe permite, humildemente, ser vigilante e corrigir os excessos das suas hipóteses. Aliás, se não for assim, não é sequer ciência! Longe vai o tempo em que o excesso do desejo de conhecimento era  $\nu\beta\tau\varsigma$  que os deuses castigariam.

Pelo menos numa certa tradição teológica ocidental (e as referências deste escrito a S. João da Cruz mostram apenas um exemplo), essa conjunção de risco a roçar o inverosímil e de humildade em corrê-lo e corrigi-lo é bem patente e valeria a pena considerá-la como paradigma da atitude científica: fé absoluta e humildade radical na busca e no acatamento da manifestação do objecto. Contrariamente aos lugares-comuns empedernidos, há algo de prometeico na Teologia, de que as demais ciências poderiam tirar bom proveito.

Esta postura é, aliás, válida quer Deus exista quer não, quer creiamos n'Ele quer não. A avaliar pelos testemunhos históricos, a postura existencial que lhe corresponde é aquela a que, desde sempre, se chamou Sabedoria. Não tem, por isso, exclusividade religiosa nem sequer se entende como de feitura exclusivamente ocidental. As dificuldades que levanta não são da ordem da ciência, mas da ordem da existência.

Com efeito, poder-se-á argumentar que, se Deus não existe, estaríamos a fundar a ciência numa ilusão. O que não é verdade, pois já ficou dito que o que, neste escrito, se preconiza não é a função hermenêutica da fé relativamente às disciplinas científicas, mas sim o modelo heurístico radical que ela propõe e tem testado e experimentado há séculos.

Seria mais pertinente a argumentação de que, de um ponto de vista existencial, se as diferentes Sabedorias já propõem algo de idêntico, então a fé não traria nada de novo. O que, científica e teoricamente, seria verdade se fizéssemos abstracção das influências que as condições concretas de existência dos sujeitos têm sobre o trabalho científico.

De um ponto de vista existencial e prático, porém, a diferença é enorme: mesmo que, fazendo a racional e cientificamente precária abstracção acabada de referir, os efeitos para o conhecimento fossem, quer Deus exista quer não, os mesmos, o que transparece das diferentes tradições sapienciais é que, existencialmente, é largamente compensador ancorar a postura radical preconizada no tal sujeito/objecto originário de que acima se falou. O que até é lógico e racional.

Mas mantém-se que, inelutavelmente inscritos no espaço/tempo, a nossa fé/saber é sempre precária e mitigada, sempre dependente da revelação do objecto. Ou seja, a Teologia é uma ciência: uma fé arriscada, fascinante e cheia de dúvidas. A diferença está em que, mesmo se ilusórias, acumula às compensações da ciência algumas mais, quiçá de outra dimensão.

“Não sei se existe o Rei que me mandou.  
Minha missão será eu a esquecer,  
Meu orgulho o deserto em que em mim estou...”

Mas há! Eu sinto-me altas tradições  
De antes de tempo e espaço e vida e ser...  
Já viram Deus as minhas sensações...”

(PESSOA, Fernando, *Poesias*, soneto XIII)



## Relações entre a esfera ético-deontológica dos jornalistas e a esfera jurídica na garantia do rigor, da isenção e do pluralismo na informação. — alguns comentários

José Manuel Mendes\*

*Ao Professor Aníbal Alves,  
tão próximo sempre entre os mais íntimos  
amigos da minha vida.*

Não se encerrou ainda, como sabemos, o debate das teses de Max Weber, com os antecedentes que se conhecem, em torno da nocividade de uma qualquer des-diferenciação entre o direito e a moral, atentas a legitimidade e a racionalidade daquele, configuradas à luz dos procedimentos institucionalizados nas sociedades do presente. Como permanece em aberto todo o conflito entre o positivismo e as correntes que, por um ou outro caminho, o puseram em crise e, de certa maneira, o superaram.

Nem sempre, por outro lado, as tensões de ordem teórica são exemplo do axioma latino que prescrevia, antes do mais, que se ouvisse a argumentação em contrário para julgar ou prosseguir a elaboração do próprio pensamento — que, neste como em diversos domínios, se realiza e afirma removendo obstáculos, questionando-se, reafeiçoando-se diante do novo e do que o rejeita ou interpela, *in a battlefield* (Daniella Marshall Norris), rompendo zonas de ruído que, amiúde, tendem a obnubilar a matéria fulcral em presença. Elaboração sob o canto do contingente? Decerto. E, não raro, beneficiária mesmo da *fertilitá dell'errore* (Umberto Eco), provisória e futurível.

Aceitando, e não só como hipótese de trabalho, que “a legalidade pode receber a sua legitimidade exclusivamente de uma racionalidade de procedimento de grande valor moral”, como pretende Jürgen Habermas, e recusando modelos positivistas, situamo-nos nesse terreno crepitante em que se pede ao jurídico uma não desvinculação ética — permita-se, por razões pragmáticas, que não cinda com um golpe de bisturi iluminístico **moral e ética** nesta exposição, a tal ponto irreleva para os efeitos visados —, sem tombar no que possa emergir de mais perverso na materialização do direito formal burguês, na acepção weberiana — que, diga-se, considerava as injunções, os “apelos” morais como “orientações axiológicas subjectivas, valores equivalentes a conteúdos não mais realizáveis e, no futuro, impossíveis de compatibilizar com o carácter formal do direito”.

Não perdendo de vista a complexidade de mundos que faz a actualidade em que nos inserimos, observe-se entretanto a crescente ênfatização das dimensões éticas e deontológicas (algo ausentes das preocupações que foram dominantes na filosofia

\* Departamento de Ciências de Comunicação, Universidade do Minho.

do século XX, de Husserl a Heidegger e não obstante Emmanuel Lévinas) como instâncias estruturantes, rizomáticas e reguladoras, quando caso disso, no contexto normativo.

Assiste-se, aliás, não raro, a uma avocação indébita da esfera ético-deontológica para emascular conteúdos e coonestar condutas que, no limite, a desfiguram. Basta pensar na multiplicação de escritos cingidos ao utilitarismo, às abordagens consequencialistas, relativistas, e as tecnologias do pragmático, à filigrana do inconsistente, e a diplomas prescritivos de natureza mais ou menos levitante — entregues à insindicabilidade pura e simples, quando não mesmo a órgãos em geral desresponsabilizadores, pela inércia, pelo laxismo ou pela venalidade. Mas esta é uma desnaturação que só como tal haverá que entender-se, rejeitar-se e, sobretudo, prevenir-se.

Uma leitura, entre nós, da legislação da Comunicação Social, alheada ou não — e não parece que deva alhear-se! — das alterações em curso, e do **Código Deontológico do Jornalista** coloca-nos no interior dos universos de identificabilidade, aproximação e atrito a que venho fazendo referência.

Desde logo em alguns dos *topi* e mecanismos de efectivação do direito de informar, ser informado e informar-se, de acordo com o estabelecido no artigo 38º da **Constituição da República** e daí transposto para outras leis. Ou, simbioticamente, a quase totalidade dos dez números do código profissional em apreço. Entre os objectivos essenciais por que pugnam, haverá que ver inscritos, desde logo, aqueles que promovem, nos termos do nº 14º, al. a) do **Estatuto do Jornalista** ainda em vigor, uma informação rigorosa e isenta. Ou, por outras palavras, produzida “com rigor e exactidão”, para usar a terminologia da carta deontológica aprovada em 4 de Maio de 1993.

Contra a indeterminação ou a ausência de espessura conceptual, pensa-se aqui, *ab initio*, na recolha, no relato e na interpretação dos factos, que, continuando a acompanhar este último texto, devem ser comprovados, ouvindo-se as partes com interesses atendíveis e, para me restringir a um tronco nuclear, distinguindo-os, numa tal linhagem, da opinião que suscitarem e se autonomizará editorialmente. O enquadramento releva: liberdade de expressão (as águas da liberdade de expressão e da liberdade de imprensa, pesem todas as especificações e singularismos, cruzam-se e, no extremo, partilham-se), pluralidade (ideológica, confessional, doutrinária, estética, por exemplo), respeito pelo princípio da autoria, rejeição da censura, toda e qualquer censura, também *la censure douce* de que falava Pierre Bourdieu, a qual, aflorando, deve ser denunciada e combatida — nº 2 do **Código Deontológico**, em congruência plena com o nº 2 do artigo 37º da **Constituição** e preceitos afins das **Leis de Imprensa, da Rádio e da Televisão**, o do **Estatuto do Jornalista**, para já nem aludir a importantes diplomas supranacionais com aplicação na ordem interna.

Trata-se, pois, de um arco de convergência a partir de posicionamentos distintos, um dispositivo, um *adn* semântico na construção e manutenção de um mundo que, para me socorrer de Toni M. Massaro e da estirpe dos defensores dessa fasci-

nante proposta do direito como narrativa literária, não desencadeia campos de hostilidade dignos de menção. Dir-se-ia que, na plasticidade dos enunciados, se moldou, mediante registos compositivos cognatos, através de personagens de extracção e com legitimidades dissemelhantes, uma mesma obra. Algo pouco verosímil entre romancistas; não tanto aqui.

Os problemas surgem quando se disciplina à margem de uma tal identidade de propósitos e, pior, nas circunstâncias em que o direito cria *as ontologias* que melhor quadram aos desígnios do legislador conjuntural, como adverte Marion Petrillo no seu ensaio “Law as Society: Nadine Gordimer’s The Late Bourgeois World” e nunca será excessivo assinalar:

Mas vamos por partes.

Num primeiro caso, o confronto potencial entre o disposto na Lei (*maxime* a **Constituição** e o **Estatuto do Jornalista**, no artigo 11º) e no **Código Deontológico** em matéria de sigilo profissional e acesso às fontes, desde 1982 consagrados pela **Constituição** entre nós (artigo 38º, nº 2, al) b) – solução que se aplaude e está longe de ser generalizada. Que tenha podido verificar, apenas as Constituições moçambicana, búlgara, cabo-verdiana e polaca (cujo articulado-base, de 1997, os irmãos Kazcinsky não dispuseram de condições para mudar), todas posteriores à portuguesa, optam por idêntico regime. Um regime que concebe, se não mesmo preconiza, regulamentação por via de lei (o que veda, sublinhe-se, a possibilidade de intervenções espúrias da Administração) – está lá escrito: “a liberdade de imprensa implica o direito dos jornalistas, nos termos da lei, ao acesso às fontes de informação e à protecção da independência e do sigilo profissional”. O inciso “nos termos da lei”, numa **Constituição** que tanto quis arredar formulações congêneres na sequência do que fora a prática minaz da sua predecessora, como sublinham J.J. Gomes Canotilho, Vital Moreira e Jorge Miranda só pode, de resto, ler-se de modo a conferir ao legislador ordinário uma intervenção normativa subordinada e conforme à substância profunda da norma – que, mais que um direito, escreve uma liberdade. Ademais, por força do artigo 18º, não carecida de intermediação regulamentar, ou seja, directamente aplicável, como é da natureza dos direitos, liberdades e garantias.

No entanto, atenta a colisão de interesses a tutelar e privilegiando, em certas situações-limite, o que num processo judicial dado se torna axial para o apuramento da verdade dos factos em juízo, veio o **Código do Processo Penal**, artigo 135º, abrir uma janela para a quebra do sigilo em Tribunal, mediante pressupostos, requisitos e elementos tramitacionais que desenham com clareza uma excepcionalidade. Todavia, episódios recentes vieram demonstrar que a excepcionalidade, posta à mercê do intérprete-julgador, pode indesejavelmente abandonar as suas guardas, e que existem sinais indutores de alterações legislativas vocacionadas para uma flexibilização da regra. Acontece, contudo, que o **Código Deontológico** adstringe o jornalista a uma imposição outra: “O jornalista não deve revelar, mesmo em juízo, as suas fontes confidenciais de informação, nem desrespeitar os compromissos assumidos, excepto se o tentarem usar para canalizar informações falsas”.

Compreendem-se as lógicas em oposição que, tal como exposto, oferecem à governação casuística — a que rastreamos em momentos convulsos do passado colectivo — o que se mantém por dirimir resolutivamente.

No fundo, o imperativo impostergável da moral profissional em dissonância com o olhar matizado, além do círculo de uma classe, de quem prossegue a administração da Justiça como um dos fins inalijáveis do Estado Democrático. A questão de medida, *regula*, precisão, suma clarividência da Lei é, nesta encruzilhada, fundamental. Toda a vulgarização do que deve entender-se como estritamente incomum é caminho por uma dessas inclinações do facilismo, do autoritarismo larvar e da atribulação sistémica que não serve o direito nem aproveita a ninguém. As observações que acabo de fazer não esquecem o normativo encastado na lei penal acerca da transcrição do conteúdo de escutas telefónicas nem a outorga a uma Comissão da Carteira com a composição positivada do que à auto-regulação pertence, como é indistorcível na epistemologia da ética jornalística e na gramática do seu contributo sem paralelo para a qualidade da informação.

É altura de outra abordagem ainda. O legislador, ao absorver quase tudo quanto dispõe o **Código Deontológico**, presta-lhe tributo ou, como que não abrindo mão das suas prerrogativas e premunindo-se contra a sua ineficácia pragmática, confere valor de lei, a *force de loi* que Jacques Derrida analisou num estudo luminoso, em reforço dos valores que o fundam e caldeando malhas sancionatórias que não apenas as inerentes à moral individual e aos organismos de escrutínio profissional? Não falta quem sustente que disposições como as contidas, por exemplo, no artigo 14º do **Estatuto** são desprovidas de protecção coactiva, tanto mais quanto é certo não se achar prescrita qualquer moldura de penalização concreta. Normas imperfeitas, então. Lugares matriciais (apetece dizer, inspirando-me em Castoriadis), indicadores de uma raiz que tudo ilumina e só adiante, nas suas traduções particulares, pede ao direito que imprima a marca cogente que lhe é própria. Assim seria, pelo menos em tese e numa harmoniosa perfectibilidade enunciativa, não fosse o facto de integrem matéria determinante nas decisões jurisprudenciais ou de órgãos como a ERC — não impossibilitados de verificarem o incumprimento do cânone deontológico —, sendo portadoras de uma claridade que, ao apagar-se (ainda que parcial ou pontualmente), nada deixa sob o primado da sombra que a atinge.

O artigo 14º em análise reproduz, pois, com o acrescento de duas alíneas pacíficas no elenco dos deveres do jornalista, a essência do que se acha averbado no **Código** de 1993.

A história, para afastar o vocábulo anamnese — que não entendo aqui pertinente a não ser (voltamos a Massaro ou Robert Cover) como metáfora, mais que metáfora ironia, mais que ironia uma espécie de *mise en abîme* tendencialmente aporética —, levar-nos-ia a encontrar, no tecido legislativo português como nos de outras latitudes, uma transfusão de águas, de sangues, que se estimulam até no meio de disputas, sinergicamente validam numa visão epistémica, conspectiva e normativo-pragmática, num contexto que se pretende o de uma esfera pública pluralista, “desi-

nibida, robusta e amplamente aberta”, como amiúde afirma Habermas, onde “tudo o que é dito deve poder vir a ser questionado, negado e contradito” – para dar voz a Alvin Gouldner. E entraríamos agora nos peculiarismos e vicissitudes da liberdade de expressão e da cidadania desconstrangida mas responsável, o que, para lá do mais, nos poria em contacto com institutos tão decisivos como os dos direitos de resposta e rectificação.

Deixei atrás uma nota a propósito da possibilidade de criação pelo legislador conjuntural, até à revelia da “estrutura das coisas”, de *ontologias* que melhor rejam a assertividade e pregnância dos discursos e práticas metamórficas ancoradas numa legitimidade – a eleitoral, entre mais. Num tempo que parece, aqui ou além, ter doado a reflexão à urgência e ao ímpeto do que passa e é vertigem, advindo tantas vezes de instâncias sideradas pelo terror ou pela jubilação do poder, para só reportar duas hipóteses antitéticas, que se compraz no manejo de instrumentos retórico-argumentativos que são pontes para a poeira e o ruído, não haverá condições para *désaccélérer* (de novo Derrida) e ponderar trans-conjunturalmente as soluções de direito?

Ocorre-me David Mourão-Ferreira, a quem devo o testemunho. Vitorino Nemésio lembrava de quando em quando o episódio (anedótico, creio, *ma non troppo*) daquele antropólogo que partiu com um intérprete ao encontro de tribo remota e aí chegou à tenda de um chefe que o recebeu numa logorreja sem fim. Intrigado com o silêncio do tradutor, perguntou-lhe: “Então, o que é que ele disse?” “Nada, até ao momento” – respondeu o homem. “Por enquanto está apenas a falar”. Como em certos romances, adito eu. Ou certos períodos heurísticos da laboração legislativa — *everywhwere in the world?*

Nenhum mal viria deste discretar da verve ou da leveza que não varre da praça os saberes consolidados e prevenidos, os questionamentos, os sobressaltos, a sagesa, a não claudicação diante de um tropismo falaz que irrompe e se consoma num rufo. Mas a realidade, o que quer que a realidade seja, não permite o sono tranquilo da razão crítica e o mutismo em vez da voz. Esta é uma problemática de fundo, hoje. Por isso os pensadores a não abandonam. Em Portugal também. De Aganben a José Gil, de André Comte-Sponville, de Bouveresse ou Sloterdijk a Zizek ou Zigmunt Bauman.

Gostaria de não ter que subscrever – e sejam perdoadas novas citações, aqui alongadas para que fique atribuído cada segmento a quem pertence — Stanley Fish ou Robert Cover na lúcida, não apocalíptica mas melancólica tese de que vivemos debaixo de um universo jurídico que se vai transformando numa narrativa parcial e interessada dos acontecimentos. Entre universos jurídicos idealmente existentes. E possíveis. Até porque recordei, recordarei, Wallace Stevens: *There come a day, there was a day one day / A man walked living among the forms of thought / To see their lustre truly as it is*. E desejo virar do avesso aqueles dois belíssimos versos de Gottfried Benn, a ler segundo uma hermenêutica oposta a todos os imediatismos e a apropriações: “Nada mais há para ser encontrado / Temos o silêncio dos cegos”.



# A investigação

José Miguel Braga\*

*Ao professor Aníbal Alves:*

## 1

Enquanto caminhava por aquelas águas sem saber o que me esperava, fiquei a ver a hipótese do movimento e das alturas. As cores difundiam-se pelo acaso da atmosfera, havia música misturada no andamento dos séculos e a mesma crueza verde e magoada das folhas que se iam mudando ao longo da estação, sempre a mesma estação e as suas águas diferentes ou a água que não é sempre a mesma e o tempo a igual semelhança de um poder que degrada com suas forças descendentes. Até que um dia se atravessa um discurso no caminho e dizes que o pensamento é uma distância até à curva do rio. Talvez tenhas começado a ser homem, diz a experiência, porque afinal há sempre um princípio do mundo para cada um de nós, princípio mineral ou quase luz e depois o barro que é uma entidade próxima, cujas cores se aproximam como um desejo. O que parecia eterno e sem mudança, a minha mãe do mundo, as minhas pedras, os que haveriam de ser meus, tudo isso me interroga e me vem mostrar a paisagem do alto de uma bíblia ainda profana porque jovem e soprada na passagem das ideias. Nesse dia sentei-me à lareira e havia poucas palavras, frases apenas solenes e sozinhas, pronunciadas ao longo de um muro, como se a infância estivesse para acabar e de repente eu fosse obrigado a interrogar-me sobre o mistério e a responsabilidade de ter um corpo e um direito de pronúncia. Aqui termina a primeira parte das minhas investigações e posso acrescentar que o capítulo se resume a uma cerimónia para entrarmos no mundo até chegarmos a um ponto de partida, àquilo que dizem permanecer em silêncio e que alguns se atrevem a nomear. Fica-te bem meu filho, parecez mais calmo, assim estendido sobre uma frase que se prepara para existir.

## 2

A princípio a vontade pode conformar-se aos acontecimentos aéreos, a passagens de coisas impossíveis no espaçamento de um horário. Vai devagar, aproxima-te, primeiro terás uma palavra e a sua ressonância, e talvez isso não corresponda ainda à dimensão de um plano, à emergência de águas profundas por onde se atreve frágil o esboço de uma lei, o lenho, a metonímia, talvez. Pode muito bem acontecer que por

\* Departamento de Ciências da Comunicação, Universidade do Minho.

todas essas razões fiques triste e parado num lugar desconhecido e nesse momento alguém que aparece vem dizer-te o resultado dos exames e ficaste a conhecer o diagnóstico: complexo do sistema. Que posso eu dizer sobre casos tão graves, numa reunião que se apressa a definir a raridade do instante? Mas tenho uma língua sobre outra língua e o vagar das distâncias que nos aproximam e se atravessam de objectos sobre os paraísos ardentes. Agora compreendo e sei que ainda não chegou a hora de acabar a introdução. A verdade é que uma coisa pode esconder a outra e o silêncio continua quando há indícios que se manifestam porque eu decido ficar à espera, olhando para este céu como se não houvesse outra vontade e outro destino. Os amigos entretanto chegaram e disseram que as coisas se encontram num determinado lugar e eu olhei para esse sítio e senti-me pequeno como um astro sem nome e fiz uma pausa para almoçar e cheguei a pensar em tocar um pouco, flauta de Pã ou violino, a cor das plantas no ervário, o dia da morte e um antepassado no álbum de fotografias. Nessa tarde, deve ter havido os primeiros calores e a página demorou-se sobre o dia que passava lentamente, como as escalas de Czerny num piano. A aula atravessava a vila e os granitos até ao princípio da encosta. A noite aproximava-se e um verso mais extenso projectou-se até à época dos pássaros, às frases já feitas da literatura com as suas pátrias e simulações convertidas em comportamentos. Vem, meu filho, aproxima-te, meu irmão e diz perante a opacidade deste céu levantado o que veio animar a tua alma. E tu disseste.

### 3

Começas então outras palavras ou talvez se prepare o primeiro texto, uma viagem que atravessa terras e lugares, poemas que já foram ditos e a cada passo começados porque estamos sempre à beira de nos perdemos muito perto do sentido. Ó, sim, o infinito sem metafísica (só para não contrariar o poeta), mas tu pertences aos mundos começados nas leis do movimento, à geometria descendente, à festa desejada que respirasse um país e a sua unidade de figura variável. Falamos de palavras, não é isso? Elas trazem a passagem ardente das cidades, o espectro da experiência e às vezes esperam por uma noite ou uma hora e atravessam uma avenida em sentido contrário. Depois essa palavra muda-se e procura uma outra forma de dizer-se, do mesmo modo que um sentido protege a passagem de uma cor ou se diz que é jovem o dia. Finalmente estamos sentados à mesa e algumas frases reconhecem o caderno, serão as primeiras de muitos e graves sonhos e delírios. Continuas a pensar e sentes que o pensamento se cansa como uma coisa vivida até um certo tempo e por isso escreves e projectas folhas brancas sobre a luz que passa. É urgente que passe agora e que um ponto, outro ponto e a página se espalhem contra a escuridão. Andas um pouco, vais por esse caminho e não tens medo das estranhas figuras que passam nos seus movimentos desencontrados, ao fundo há uma fonte, é preciso parar nessa sombra e não pensar em nada; nesse momento regressa a inocência do caderno de exercícios e da folha de cálculo, estamos em pleno Verão e a calma desenha-se nos céus

caídos, como um soneto que andasse em todos os sentidos, emprestando cadências e perdendo-se. Chegamos ao fim do dia e pouco coisa se disse, o mundo continua a aparecer na sua noite devagar e as palavras ainda agora se precipitam com sua aura jovem de coisa que se aproxima. A princípio...

#### 4

Neste dia as coisas começam a ter sentido e o corpo levanta-se na cidade. Por todo o lado há sinais de movimento e transparência, mas não há dor no pensamento, pelo contrário, o pensamento é leve e recomeça, é o corpo que se deita à beira da estrada, são as casas que envelhecem e o silêncio do pó que vem anunciar-se. À hora da refeição abriu-se uma janela e isso foi suficiente para deixar partir mais uma frase; não tenhas medo de ficar só, tudo passa e dura apenas uma certa forma de tempo, um outro lado do dia se prepara e talvez seja necessário viajar outra vez. Não tenhas pressa, há uma ciência a construir-se nas margens da gramática e a violência inclina-se para os espaços em branco, abre-se o cenário, tu vais cair mais um pouco e talvez sofrer por causa do destino. Repara nesse nascimento trazido da seiva e de uma escuridão unsuspeita. Sim, a escuridão aparece do silêncio e mostra-se sem voz, protegendo-se da tradução. É talvez a bola de fogo, as suas mensagens ou recados que ainda hoje se separam ou se preparam. Não, não tenhas receio se uma leve comoção te fizer precipitar uma frase inclinada; talvez uma flor seja um princípio inconsistente, mas o verso fica nessa luz que acompanha o argumento para não o deixar sozinho e delirante. O tempo está ainda mais quente e as máquinas reproduzem-se e transitam com o seu ruído idêntico e impossível. Nestes dias podemos também encontrar pedaços e ouvir as notícias e tomar conhecimento dos acidentes; por momentos hesitamos, é como se os instrumentos ficassem parados e o nosso trabalho estivesse em risco de perder-se. Como é inútil a nossa urgência, como vão paradas estas águas e sonolentos os astros, os candeeiros; talvez um barco, um riso estridente que brinca do outro lado, pequenas colagens sobre a tela, talvez outras coisas que não podemos dizer. Enquanto visito os museus, reúno as mãos numa só e comovo-me com o oxigénio e com a forma que se desenha em movimento e depois se perde. O dia correu bem e se continuar assim vou poder anunciar para breve as primeiras descobertas. Além disso o tempo melhorou e há sinais nas árvores e na luz. É talvez a neblina, as ideias morais que oxidam a matéria, mas não é concerteza um prodígio da arquitectura que tenha descido dos ares para enganar a opinião.

#### 5

Consegui avançar algumas páginas. Chegamos a um ponto em que nos exprimimos desta forma sobre a nossa vida, não é verdade? Contamo-nos uns aos outros como folhas de papel, uma pergunta e outra e depois uma sequência um pouco diferente,

um encaixe. Ritmo, meus amigos, o ritmo desce sobre a nossa sorte como o fio de uma espada. Entretanto continuamos em direcção ao mesmo lugar. Persegues o infinito até ao ponto máximo da tua concentração e depois fazes o caminho ao contrário, como o velho anjo da história, crucificado na sua primeiríssima imagem, responsável pela incógnita. Tu sabes como é importante fazer essa viagem e ler a correspondência para chegar a tempo. Sim, isso é verdade, mas procura um capítulo de cada vez e na realização da sua unidade ouve as notícias e o que poderá seguir-se nas frases que aparecem para passar o dia e também o que se espalha através da referência. Ouvimos dizer que o nosso trabalho se deverá sujeitar a uma grande perturbação e então a boémia acende-se e partimos para as discussões que alimentam o texto público e por algum tempo estudamos a táctica, assistimos às sessões e aprendemos com os discursos que ensinam a conseguir um bom lugar para assistir ao espectáculo. Pouco depois abandonamos o curso e voltamos a casa. É tarde e o caderno envelhece, torna-se difícil descobrir os apontamentos e os nomes daqueles que ensinam a conquistar os direitos. Nesta fase o texto é ainda pequeno e talvez por isso a refeição desse dia seja leve e frugal. O cheiro a café na manhã de Domingo e um pouco de pão. O tédio vai apertar durante a tarde e depois verás.

## 6

Pedem-me para escolher e ter um sentido avisado para o que vai passar-se. Todos os estudos querem saber as respostas, depois terás o descanso merecido e far-se-á o recital. Não duvido que o processo seja longo e a tua vida não possa acompanhar com a desenvoltura necessária todos os processos, episódios e consequências. A narrativa tende para a unidade do mundo e a sua fragmentação será porventura um dos episódios por que passam as crises, mas nada mais do que isso. A todo o instante vivemos a iminência do assalto. Todo o assunto é real e as invenções acrescentam-se à matéria. Já não é impossível unir e separar a civilização da natureza, porque Deus afinal é o pensamento irónico de uma obra que vem nascida das possibilidades matemáticas e os números são leves e aceites pelo ser à entrada do paraíso. Se fosse possível visitarmos o lugar dos números, passando de vaga em vaga e de estação em estação, guiados pela sua música. Chegaríamos um dia a esse sítio, entrávamos dentro da expressão, a instalação no mundo do cálculo não é das mais difíceis e onerosas. Quando regressamos, alguém fica surpreendido porque as páginas agora são leves e trazem uma respiração que alimenta e provoca levantamentos em diversos lugares. Nesse momento todo o tempo é uma constante e de vez em quando tornas-te humano para te dirigires a alguém com frases simples, um sujeito e um predicado, a voz activa. Pela primeira vez em muitos dias saíste à rua e disseram-te coisas muito sérias sobre o que tinha acontecido. Naquele caso a lei mantinha-se a mesma; havia uma enorme divergência, era necessário aquele tumulto, mas aquilo que querias dizer referia-se a uma outra coisa que também acontecia. Precisarás afinal de um longo período de repouso e a câmara escura é sempre um bom

lugar para observar a convulsão. Esperas sem ruído até aperceberes a chegada de uma luz e depois verás como ela se move na fixação do seu passado e durante um instante se prepara para uma outra existência. Depois ficará assim para sempre, mas só quando saís para a luz e comesças o exercício outra vez. Nãourras, mas durante o caminho procura evitar qualquer distração. Levas o texto levemente escrito à volta dos sentidos e da pele, procura portanto chegar depressa a casa e recolher todos os elementos. Nessa noite deverás permanecer de pé até conseguires reunir as tuas forças para escrever a parte mais densa. Imagina um território por onde se chega só por um lado e quando encontrases esse canto lembra-te do pequeno mundo que passava nas primeiras viagens e acabarás por ter a parte desejada.

## 7

Sinto-me muito melhor e o mundo torna-se simples quando somos perdoados. Olha-se para qualquer lado e lembramo-nos das leis, gostamos até de conversar sobre o calor e a separação dos elementos, há peripécias engraçadas sobre o estudo das forças e o prodígio da articulação de formas e de planos. Não sei quanto tempo passou, as coisas mudaram e eu não tenho este tempo no meu corpo nem sei deslocar-me por caminhos que se tornaram invisíveis. É um estranho silêncio que parece apenas suspenso e muito organizado; sinto-o sobre os ares, em alturas próximas dos nossos montes. Aparecem depois os mestres, com a sua intolerância de seres interrogativos, a horas imprevistas, quando era necessário estar disposto a morrer na intimidade de uma contemplação. Não, não é possível. Continua a haver coisas mais urgentes, um sentido que não é totalmente claro acaba de produzir-se num dos sítios mais indefinidos e poderás ser chamado a todo o momento. Ouve-se por todo o lado o resultado da interlocução: É natural que algumas estradas estejam impedidas, mantenha-se em contacto. Todos os poderes informam e organizam formas de proceder e tu, continua desperto porque os incêndios andam activos, podes ser chamado a qualquer momento. Não sei o que possa acrescentar, mas vai ser necessário dizer a verdade. Veremos o que acontece. Seja como for, não poderei considerar este facto como responsável pelo atraso da minha investigação. Insisto que este caso é a minha investigação e finalmente vieram chamar-me. Preparo-me com se estivesse para ir ao cinema, sem peso na consciência, disposto a ser levado por imagens que se afundam na desconstrução. Vou poder chegar a tempo. Estou convencido que as coisas foram ditas e que também eu me tornei uma máquina de repetição. Nessa noite fui chamado de urgência para fazer parte de uma ocasião. Decido mudar-me para outro assunto, mas faço-o como quem muda de país e para esse efeito levo apenas alguns objectos pessoais.

## 8

O texto é um projecto que espalha o sentido de todas as coisas e depois ficas sozinho com os discursos possíveis, como um sujeito que se desconhece e que fez coisas impor-

tantes só para o exterior, para distâncias que arrefecem longe da sua intimidade. Hoje de manhã começaste o último capítulo e sabes que ele vai ser breve como aprender a respirar. Sobes a montanha até ao extremo vazio e encontras uma planície onde todas as coisas parecem longe e perdidas. Passado esse momento deixarás de existir sobre o texto e o que foste dizendo é feito de silêncio e matéria vã. Agora é necessário cantar e essa urgência tem nomes diferentes que se divertem com a memória. Há muito tempo que não te dispunhas a conversar sobre alguma coisa; uma conversa feita de palavras que se destinam a morrer e no dia seguinte acordas repousado nessas palavras, como se estivesses um pouco mais longe de tudo o que aconteceu e por isso os corpos são leves e o amor é infinito. Só o amor é infinito com o seu volume de coisa, as suas ocorrências numéricas e hoje é um dia feliz e eu volto a correr nas ruas da aldeia e visito simplesmente alguns familiares ou faço uma oração e uma prece num lugar secreto da infância. Outra vez o rio e a curva na estrada, a mesma água passando e eu levo comigo a gramática. Não imaginava que um dia voltaria a analisar as orações e a estudar o ritmo e o modo como saltam e brincam o tempo e as conjunções. Convidaram-me para falar e eu disse que talvez chegasse mais tarde. As investigações demoram o seu tempo e chegar ou não chegar é coisa muito afastada dos nossos propósitos. Seja como for, estou à vossa inteira disposição e como escrevo devagar não será difícil encontrarem-me, com os meios que há hoje em dia... Sabem, estou a ocupar-me de um projecto que poderá vir a interessar-vos. Não é um utensílio e muito menos uma máquina; á talvez o modo inefável de andar devagar, até ao fim, como se chegasse finalmente a hora de escrever um romance. Gostava de falar de um lugar em que somos assim, sabe, meu caro amigo, as investigações demoram muito tempo. Voltem sempre, sabem muito bem onde me podem encontrar. E depois há essa peripécia do texto fundador ancorado no caos biográfico, há também a obrigação de ser moderno e aparecer no café com o rosto iluminado de papéis e citações e a sugestão de uma correcção infinita dessa lei que prepara a substância de um pensamento invulgar. Passamos a vida a discutir o mundo e a dizermos uns aos outros que tudo vale a pena quando as bandeiras se agitam e que tudo é vão porque as luzes se apagam e as casas fecham as sete chaves da solução. Estávamos quase a chegar ao sítio em que tudo começou, tínhamos arrumado os papéis e só faltava acrescentar um ponto

do José Miguel Braga com o abraço amigo e reconhecido 30 de Março de 2009

# O texto argumentativo e sua didáctica<sup>1</sup>

J. Esteves Rei\*

## Para abrir

O sector dos serviços atingia no ano de 2001, em Portugal, 45% dos homens e 62% das mulheres, sendo esta proporção, nos Estados Unidos, respectivamente de 64% e 86% - isto segundo OCDE (2003).

Todavia, já desde 1841, com Balzac (1908: 35-37), constatamos que “a classe dos empregados compreende o porteiro do ministério e não pára no ministro” — é que, como afirma, “segundo as ideias políticas de 1839, até o Rei de França, é um empregado” — ou um *funcionário*, um trabalhador dos serviços, diríamos hoje, sujeito a ser destituído pelo voto da Câmara ou pelos movimentos populares de rua.

Como sabemos, a grande ferramenta de trabalho utilizada pelos trabalhadores do sector dos serviços é a língua de comunicação. Esta apresenta-se hoje a grandes massas de população através dos meios de comunicação social, escrita ou falada, na publicidade e sob diversos tipos de imagens.

## 1. Da retórica, como arte de pensar

### A raposa e o leão doente

Um dia, um leão adoeceu e os outros animais acharam que deviam visitá-lo e perguntar-lhe pela sua saúde. De facto, foi o que muitos animais fizeram, excepto a raposa. Então, o leão enviou uns chacais para saber por que motivo a raposa fora tão estouvada e mal-educada, não o tendo visitado quando ele estava gravemente enfermo e quando todos os outros lhe tinham manifestado o seu respeito. — Apresentai os meus cumprimentos a Sua Majestade! — disse a raposa aos chacais — e informai-o de que lhe tenho o mesmo respeito que sempre tive. De facto, eu quis visitá-lo várias vezes, mas receei perturbá-lo. Bem vêm, eu reparei, pelas pegadas à entrada da toca, que muitos visitantes tinham entrado, mas não vi sinais de terem saído!

Esopo (s/d: 52)

\* UTAD – Vila Real

<sup>1</sup> Este texto foi apresentado nas IV Jornadas da Língua Portuguesa, organizadas pela Escola Secundária /3ºC. Martins Sarmento, Guimarães, 11-14 de Outubro de 2005.

O termo *retórica* apresenta, desde Aristóteles, noções com matizes vários. Registemos a mais divulgada desde a segunda metade do século XX: a retórica é “a arte de argumentar”, assim definida por Perelman e Olbrechts-Tyteca<sup>2</sup> (1988: 1,7).

Deixamos de lado noções de autores e movimentos que gostaríamos de desenvolver como: o Grupo M, com J. Dubois à frente (Dubois, 1970: 25), Roland Barthes (1987b: 105, 107) e António José Saraiva (1993: 31). Fixamos, antes, a de Yvon Belaval (1988: 47, 53), para quem: a retórica “contém *uma arte de pensar* [s.n.]”, definida como “*uma busca ponderada e [...] experimental sobre os meios da expressão, com vista a um fim prático.*”

É esta última que tomamos como referência que ela retém da retórica algo de permanente, que é a *função comunicativa*, e algo de mutável, que é a forma que essa comunicação toma no tempo e nos espaços, guiada pela *ponderação*, pela *experiência* e, sobretudo, pela *finalidade*, ou seja, a *intenção retórica*.

Ora o *pensamento* e a *comunicação* são bens dos quais o homem, historicamente, nem sempre usufrui, chegando mesmo a ser vítima dos seus exercícios...

Mais, o pensamento individual e a sua comunicação livre são uma conquista recente, datando, como é sabido, da revolução francesa e acompanhando a expansão do seu ideário.

## 2. A argumentação: causa e efeito da acção individual, em especial no comércio

Entre nós, o Marquês de Pombal e o seu Reformador tinham uma consciência clara do poder e do contexto social, envolventes da retórica e do seu ensino, que renovam em 1759, com as “Instruções para os Professores de Retórica”. Disso nos dão testemunho no pensamento e na expressão seguintes (Andrade, 1981: 92):

Não há estudo mais útil que o da Retórica [...]. A Retórica [...] ordena os pensamentos, a sua distribuição e ornato. E, com isto, ensina todos os meios e artifícios para persuadir os ânimos e atrair as vontades. É, pois, a Retórica a arte mais necessária no comércio dos homens [...]. Nos discursos familiares, nos negócios públicos, nas disputas, em todas as ocasiões em que se trata com os homens, é preciso conciliar-lhes a vontade e fazer, não só que entendam o que se lhes diz, mas que se persuadam do que se lhes diz o aprovem.

<sup>2</sup> Chaïm Perelman e Lucie Olbrechts-Tyteca, ao destacarem a direcção argumentativa na abordagem da retórica, constituindo o campo do saber que chamam de “nova retórica”, colocam o seu ponto de mira, não na perspectiva de um mestre de eloquência, nem na de um lógico, mas na de um *novo* retor, desejoso de compreender os mecanismos do pensamento: não apenas no discurso escrito, mas também nos discursos falados; não na retórica tradicional, mas em toda a situação retórica, independentemente do lugar em que se encontrem as três instâncias argumentativas, discurso, orador e auditório; não no acto de falar em público com o objectivo de formar uma opinião, jogando frequentemente com a ignorância, a sugestão, a pressão ou o interesse do mesmo público, mas na adaptação ao auditório, seja a família, à mesa, seja o grémio dos mais reputados especialistas, num encontro científico. Este alargamento do campo retórico, por parte destes ilustres investigadores belgas, decorre do seu objecto de estudo: “os meios *discursivos* de obter a adesão dos espíritos” (1988. 10), ou seja, a técnica de persuadir e convencer através da linguagem.

Os novos contextos sociais, com realce para o comércio, modificam os comportamentos e a vida social da passagem do século XVIII ao século XIX e pede um novo indivíduo / cidadão / homem, cuja pedra de construção é o *argumento*. Com a generalização do acesso à palavra, a verdade deixa de estar ligada à voz autorizada, como acontecera até então, para passar a ser *produto da demonstração* e do raciocínio.

Assim, a verdade já não vem do *lugar social* do orador e da fala, mas, sim, dos argumentos e das informações que eles veiculam. Os argumentos e as informações do orador têm origem na “liberdade de pensamento”, na “livre observação da coisa”, pressuposta no “direito à (in)diferença”, ou seja, *o direito de cada um ter uma opinião, pessoal e diferente da dos outros*.

### 3. Da argumentação: constituição da disciplina

Henri-Irénée Marrou (1981b, 258: 92-93) refere que, no império romano, a perda da “liberdade” política, desde Augusto, conduziu a cultura romana a alinhar-se pela cultura grega. Deste modo, a eloquência, na sua forma superior, já não é uma eloquência política, mas a eloquência estética e desinteressada do conferencista. Desde esse tempo, A. Folião inaugurou, em Roma, o hábito das recitações públicas, que vão dominar toda a vida literária. Sublinha, assim, Marrou:

A educação romana, como a grega, torna-se de essência estética. Pela literatura e pela arte, aspira a realizar um ideal de humanismo [...] sem qualquer preocupação vil de utilidade e de formação técnica. A eloquência de escola [...] orienta-se naturalmente para a arte do conferenciador / palestrante, para essa eloquência de aparato, que define a forma superior de arte aos olhos dos letrados latinos. Os temas das declamações [...] inspiram-se no realismo mas também na fantasia e na aventura – temas que vão inspirar as novelas medievais e constituem uma das fontes da tradição romanesca moderna.

Todavia [...] da escola de retórica saía o pessoal dos altos quadros administrativos e governamentais, pelo que bem vistas as coisas, ela estava bem orientada para a prática: preparando em especial para a carreira judicial e a advocacia [...] correspondentes a uma divisão do trabalho entre jurista e advogado. Este rodeia-se de conselheiros técnicos, *pragmatici*, que lhe dirigiam o processo e lhe preparavam um dossier de argumentos legais.

O trabalho do advogado era de os tornar válidos, de os ampliar deslizando do direito à justiça, de lhes emprestar *uma voz comovente e persuasiva* [s.n.]: o seu trabalho era, em suma, de ordem mais literária do que propriamente jurídica. (idem, *ibid.*)

Ora sabemos que a Idade Média apresenta uma nova configuração das disciplinas do *trivium*. A Dialéctica, contraponto clássico da retórica, desde o início do século XII até ao fim do século XIV, teve um desenvolvimento independente da

Lógica, indo também ela ocupar espaços retóricos: transforma-se na “técnica do *debate*, destinada a alcançar não a verdade, mas uma conclusão perante duas posições contrárias, embora ambas plausíveis” (Garavelli, 1991: 50-51).

O percurso metodológico desta nova forma retórica, a *disputatio*, estruturou-se e adquiriu uma rigorosa formalização: 1) problema; 2) proposta de solução; 3) objecções à proposta; 4) solução do orador; 5) resposta a eventuais objecções. Este exercício imperou em todas as escolas medievais: na interpretação dos textos, nas demonstrações de teses, nas provas de exame de estudantes.

No século XVI, P. Ramus regista nova alteração significativa no âmbito da retórica – a passagem àquela que nós designamos de segunda retórica ou literário-cultural – libertando-a das suas *partes de natureza lógica* - a *inventio* e a *dispositio* - contra o que se insurgiu o nosso António de Gouveia, professor no Colégio de Santa Bárbara, em Paris (Carvalho, 1986: 237).

Tratou-se da segunda redução do espaço da retórica: o primeiro, medieval, foi invadido pela dialéctica e o segundo, renascentista, pela lógica, vendo-se reduzida à *elocutio* ou retórica das figuras. Tal recuo é propiciador do surgimento e desenvolvimento da *argumentação*, por esta: 1) não contemplar a narração dos factos, limitando-se à confirmação, sem narração, como já reconhecia Cícero (1848: 514, 517)<sup>3</sup>; 2) se reduzir, assim, a um jogo, um faz de conta retórico mínimo, de confirmação e refutação de factos, não narrados, ou simples proposições; 3) serem estes factos susceptíveis de conhecimento ou focagem duplos, distintos e independentes, por parte de cada um dos intervenientes ou pólos da locução – os inter-locutores.

A argumentação apresenta-se, assim, como um discurso reduzido, porque nascido de uma retórica simplificada nas suas partes, por abdicar de etapas retóricas e informações contextuais que dispensa — por motivos a explicar:

- 1) será devido à ausência de um terceiro elemento, como o juiz, no tribunal?
- 2) será devido ao pressuposto de que tais etapas e informações são do domínio dos intervenientes?
- 3) será devido ao interesse em, assim, cada um dos intervenientes poder sempre avançar com o seu argumento sem receio de este ser questionado objectivamente, ou seja, a partir do objecto/facto narrado?
- 4) será devido ao recurso a uma *lógica voluntariamente degradada* (s.n.), adaptada ao nível do público, quer dizer, do senso comum, da opinião corrente (Barthes, 1987a: 28-29) – visto todo o falante ter acesso à argumentação?

<sup>3</sup> Para Cícero (1848: 514) “a confirmação é apenas argumentação mais veemente e a argumentação limita-se a instruir”. E ainda (1848: 517): A argumentação não é outra coisa do que a arte de desenvolver os argumentos; consiste em deduzir de proposições certas ou prováveis o que é duvidoso ou menos provável em si. Há duas espécies de argumentação: uma tende directamente a convencer; a outra, a comover. A primeira directamente enuncia a proposição e reúne os motivos que lhe devem servir de fundamento. E depois de os ter estabelecido, relaciona-os com a proposição e conclui. A segunda segue uma via inversa: começa por escolher as suas razões dá a suas provas; e quando emocionou vivamente os espíritos, chega finalmente à proposição.

A verdade é que a argumentação é hoje um instrumento de comunicação que, concretamente, na *negociação*, toma i) 80% do seu espaço comunicacional, quando bem sucedida; e ii) a totalidade (100%) desse espaço, quando infrutífera (Kennedy, 1991: 37).

## 4. Pressupostos da disciplina – a argumentação

**4.1. Uma teoria da argumentação, criada por Aristóteles** – Este filósofo prestou um relevante serviço à retórica. Em que consistiu tal serviço?

A retórica deve a Aristóteles a sua *sistematização*, ou seja, ele fez dela um sistema, mais tarde completado, mas nunca posto em causa. Essa sistematização compreende, segundo Paul Ricoeur (s/d: 13): “*uma teoria da argumentação* [s.n.] que constitui o eixo principal e que fornece simultaneamente o nó da sua articulação com a lógica demonstrativa e com a filosofia [...]”.

Devido a este aspecto, a sua *Retórica* é – segundo Roland Barthes (1987a: 28-29) – “sobretudo uma retórica da prova, do raciocínio, do silogismo aproximativo (entimema); é uma *lógica voluntariamente degradada* (s.n.), adaptada ao nível do ‘público’, quer dizer, do senso comum, da opinião corrente”.

**4.2. Da noção de argumento** – O argumento situa-se numa das vias de desenvolvimento das provas técnicas para persuadir e convencer, isto é, fazer passar uma asserção apoiada numa outra. Trata-se de uma via por dedução, a qual se opõe a uma outra, indutiva, que é o exemplo (Garavelli, 1991: 94). Na base do argumento encontra-se o entimema, também chamado raciocínio da retórica (Rei, 1994: 88).

Tenhamos presente a oposição aristotélica entre os raciocínios analíticos e os raciocínios dialécticos. Os primeiros permitem uma inferência formal válida e necessária, entre a verdade das premissas e a da conclusão. São impessoais e visam um dado tipo de conhecimento, respeitante ao mundo físico. Os segundos reportam-se a verdades do mundo das opiniões, do humano e do social, do verosímil, isto é, aceite. Consistem não em inferências válidas e necessárias, mas na apresentação de argumentos, mais ou menos fortes, mais ou menos convincentes, mas nunca meramente formais. Ao contrário dos anteriores, não são impessoais, sendo apreciados pela sua acção sobre uma mente, um indivíduo, um interlocutor (Rei, 1998a: 25).

Cícero (1848: 490) define o argumento como “o meio que serve para provar uma coisa duvidosa”. Na perspectiva de Demóstenes (Barthes, 1987a: 59) trata-se de uma asserção que serve para fundamentar ou fazer admitir outra asserção. E Quintiliano (Barbosa, 1788: TI, 43) descreve o argumento como: “Uma Razão que nos dá a prova pela qual de uma verdade concluímos outra e provamos o que é duvidoso por meio do que o não é.” E Jerónimo Soares Barbosa (1788: 294) comenta essa passagem com a teoria do *meio termo*:

Essa Razão ou argumento é o que os Lógicos chamam *meio termo*. Muitas coisas há cujas relações o espírito apreende imediatamente. Tais são as relações dos sinais com

a coisa significada. *O sol põe-se, logo é noite* são duas proposições cuja identidade por si mesma se dá a conhecer sem raciocínio. Há porém uma infinidade de Relações e de Oposições em todas as matérias, que o Entendimento humano não pode apreender imediatamente porque a proporção que há entre essas coisas é tal que elas por si não podem excitar a percepção das suas relações e oposições. Para adquirir pois esta percepção o Entendimento se vê obrigado a fixar a sua vista sobre objectos *intermédios* que ligam estas coisas muito distantes a seu respeito para as poder comparar imediatamente. [...] são o que nós chamamos Razões e Argumentos, as quais ordinariamente indicamos com a causativa *Porque*.

A teoria da argumentação aristotélica trouxe para o campo da retórica: 1) a organização social e a prática política, caso ela própria não tenha estado na origem do surgimento da própria *polis*; 2) e desloca a discussão e o debate políticos e judiciais do domínio dos instintos e das paixões para o dos valores (Rei, 1998: 44 e Perelman e Olbrechts-Tyteca, 1988: 64)

**4.3. A linguagem na argumentação** – Uma época, como a nossa, sem visões de conjunto e movendo-se por máximas feitas de slogans e anúncios publicitários, impõe uma visão da língua como *instrumento de comunicação*. Não foi assim historicamente, desde a Grécia, onde a língua é concebida, ensinada e usada como *instrumento de acção*, política e diplomática, e esta acção definia o cidadão livre, em contraponto com o estrangeiro e o escravo (Rei, 1998: 28-35).

A oposição *comunicação – acção*, como virtualidades da língua,

- a) destaca duas centralidades distintas, que são a da comunicação, apontando para os sujeitos e a enunciação, e a da acção, direccionada para o produto e o referente linguísticos; e
- b) destaca, ainda, no âmbito da argumentação, aspectos essenciais como – que as opiniões são discutíveis, ou seja, não se opõem; que os seus autores não são inatacáveis, sejam eles quais forem; e que as soluções finais, dela saídas, não são pré-conhecidas (Perelman e Olbrechts-Tyteca, 1988: 281-282). Estas soluções finais são, antes, produto de jogos de influências e poder e objecto de um *percurso* de descoberta e de resolução de um problema comum aos intervenientes – a ensinar e aprender numa didáctica argumentativa a elaborar.

**4.4. Objectivo da argumentação** – Toda a argumentação está ao serviço de uma intenção: obter e/ou aumentar a adesão do(s) interlocutor(es) / ouvinte(s) a uma asserção, ideia, tese tarefa. O seu horizonte pressupõe sempre um estado de coisas a modificar. Deste modo, pressuposto essencial do seu ensino – aprendizagem é que “a argumentação não se desenrola no vazio, mas numa situação social e psicologicamente determinada” (Perelman e Olbrechts-Tyteca, 1988: 78).

Tratando-se de um acto de língua, pressupõe-se a existência de um contacto intelectual e de uma partilha / cumplicidade entre os intervenientes. Pressupõe-se,

ainda, a realização de efeitos práticos, situados no futuro, através de uma acção, a provocar ou a preparar, actuando por meios discursivos, na mente dos interlocutores (Perelman e Olbrechts-Tyteca, 1988: 62).

O fecho de uma argumentação nunca é definitivo, pois ela não elimina todas as condições que lhe deram origem. Assim, ela ressurgirá desde que se encontrem reunidas condições que a ela conduzam de novo, havendo aqui azo à intervenção do discurso epidíctico como defendem Perelman e Olbrechts-Tyteca (1988: 62, 64).

**4.5. Eficácia argumentativa e géneros discursivos** – A eficácia argumentativa passa por onde? Tal eficácia mede-se pela adesão visada, pelo desencadear da acção pretendida e pelo surgimento da disposição para a tarefa ou o projecto, compreendidos no horizonte da argumentação. A medida da intensidade dessa adesão não pode ser o grau de probabilidade acordado à tese admitida, mas, são antes, os obstáculos que a acção deve ultrapassar e os sacrifícios ou as escolhas que ela arrasta e que a adesão permite justificar (Perelman e Olbrechts-Tyteca, 1988: 65).

A presença dos discursos judicial e deliberativo na argumentação parece óbvia, por se tratar de “verdadeiros combates, onde dois adversários procuram ganhar a adesão de um auditório” (Perelman e Olbrechts-Tyteca, 1988: 63), relativamente à saída de um processo ou de uma acção a emprender.

A inclusão nela do género epidíctico decorre de uma determinada concepção dos efeitos da argumentação (Perelman e Olbrechts-Tyteca, 1988: 64). Com efeito, tal género – predominante na literatura, no elogio e na crítica – reforça e suaviza uma dada saída argumentativa, por vezes, indispensável quer porque medeia um tempo entre a disposição para a acção e a efectivação desta quer porque essa saída nunca é definitiva, podendo surgir condições para uma nova argumentação. Neste contexto, a dimensão epidíctica do discurso torna-se imperiosa, comparando-se a “um vigilante de diques que sofre constantemente o assalto do oceano” (Perelman e Olbrechts-Tyteca, 1988: 62).

## 5. Percursos didácticos da argumentação – algumas referências bibliográficas e seus desenvolvimentos<sup>4</sup>

José Esteves Rei, *Curso de Redacção II. O texto* – “Texto argumentativo”<sup>5</sup>

Alfredo Gaspar, *Instituições da Retórica Forense*<sup>6</sup>

Jean-Michel Adam, Marc Bonhomme, *La Argumentación Publicitaria*<sup>7</sup>

Manuel Padilla Novoa, *Técnicas de Persuasión en la televisión*<sup>8</sup>

<sup>4</sup> Apresentação dos elementos relevantes do índice – referindo a ideia / orientação de cada uma das obras.

<sup>5</sup> José Esteves Rei (1994), *Curso de Redacção II. O texto* – “Texto argumentativo”, Porto, Porto Editora.

<sup>6</sup> Alfredo Gaspar (1998), *Instituições da Retórica Forense*, Coimbra, Minerva, 1998.

<sup>7</sup> Jean-Michel Adam, Marc Bonhomme (2000), *La Argumentación Publicitaria. Retórica del elogio y de la persuasión*, Madrid, Ediciones Cátedra.

<sup>8</sup> Manuel Padilla Novoa (2002), *Técnicas de Persuasión en la televisión*, Madrid, Ediciones del Laberinto.

**5.1. “O texto argumentativo”** – Um estudo, em dois percursos, J. Esteves Rei (1994).

**Argumento** – definição

Argumento e **provas** – relação entre eles e *tipologia* das provas: i) naturais, ii) verdades (ou princípios universais); e iii) o exemplo.

Percursos da argumentação:

**Via lógica:**

A indução

A dedução

O silogismo

O entimema

O raciocínio causal

A argumentação pragmática

A causa que justifica o facto ou a opinião

**Via Explicativa**

A definição

Definição do sentido

Definição de uma noção

Definição – slogan

A comparação

A analogia

Descrição e narração

**5.2. “O texto argumentativo”** – Uma tipologia dos argumentos, Alfredo Gaspar (1998).

Argumentos **legítimos:**

Argumentos **lógicos:** de identidade, da contradição, da discrepância, de evidência, dedutivo e indutivo

Argumentos **quase lógicos:** analógico, apagógico, causal, de incompatibilidade, de divisão, temático, de reciprocidade, de inclusão, de tautologia aparente, de probabilidade

Argumentos **psicológicos:** de autoridade, histórico, do precedente, teleológico, pragmático, do antecedente, de projecção, pelo exemplo, pelo modelo, de falsa representação, diplomático, pela motivação, pela implicação, de convívência, de surpresa, de aparente dificuldade, de cepticismo, intimidatório, evasivo, estereotípico

Argumentos **tópicos:** categóricos, gnómicos, religiosos, emblemáticos, semióticos, enciclopédicos.

Argumentos **imagéticos:** elegante, aparatoso, patético, contundente, entorpecente

**5.3. “A argumentação publicitária”** – Jean-Michel Adam, Marc Bonhomme (2000), alguns elementos.

**A retórica da argumentação publicitária**

Os géneros retóricos do discurso

Uma mistura subtil de deliberativo e epidíctico

A componente intersubjectiva da argumentação publicitária

A componente sedutora da argumentação publicitária

**A passagem a texto da argumentação publicitária**

Da sequência argumentativa ao texto

Argumentar descrevendo

Argumentar contando

**Microscopia da argumentação publicitária**

Invenção de mundos

Criatividade lexical e publicidade: uma língua dentro da língua?

**A argumentação icónica**

Condições argumentativas da imagem publicitária

Modelo geral da argumentação icónica

Estudo de caso

**5.4. “Técnicas de Persuasão em televisão” – Manuel Padilla Novoa (2002), a argumentação nos audiovisuais.**

Pensamento associativo ou primário

Os domínios do inconsciente

A percepção subliminar

A força dos motivos

A sedução

A pressão social

Formação de mecanismos de defesa

A magia das palavras

A verdade da mensagem

O humor como técnica de persuasão

**Para terminar – notícia de uma didáctica argumentativa, a reveritar**

A época pombalina deixou marcas, ainda hoje notáveis, na sociedade portuguesa. Não é apenas a Lisboa recriada, visitada e, desde esse tempo, objecto de estudo e fonte de criatividade arquitectónicas. Não são apenas as grandes estruturas económicas, com traços ainda hoje relevantes, em vários domínios. Foram também 1) o Alvará Régio de 28 de Junho de 1759 (Andrade, 1981: 79-84) com a criação

de [e citamos] “49 aulas de Retórica, à data de 1772 [...]; haveria 4 Professores em Lisboa, 2 em cada uma das cidades de Coimbra, Évora e Porto e 1 em cada uma das outras cidades e vilas que forem cabeça de comarca”;

2) “a indicação da ‘metodologia’ a seguir no ensino dessa disciplina” (Gomes, 1982: 15,10, 9), divulgada, modernamente, por A. A. Banha de Andrade (1981, 92-95).

É conhecida a finalidade última desta decisão régia, sob a batuta do Conde de Oeiras: criar, na elite comercial portuguesa, a capacidade de intervir verbalmente com a eficácia com que ele se impôs quer a ingleses quer aos súbditos de D. José, como é exemplo a passagem seguinte:

Embora ela (a Companhia dos Vinhos) não seja aprovada, poderá contar que há-de vir a sê-lo, e se o que eu fiz não for suficiente, recorrerei a métodos mais vigorosos para os (aos recalitrantes) obrigar a submeter-se. [...] pois eles podem ter a certeza que eu conheço melhor os seus interesses que eles próprios, assim como os de todo o reino. Se eu estivesse no meio deles, confundir-lhes-ia a teimosia, e ensinar-lhes-ia as coisas da sua própria profissão que nunca souberam...

Isto escrevia Pombal a Fr. João de Mansilha, quando recebeu a notícia de que a fundação da Companhia atraía as críticas dos produtores de vinhos daquela região (Cheke, 1946: 216).

De que *coisas* falaria o Ministro de D. José? Estariam nelas incluídas as que apresenta aos professores de Retórica, quando afirma “não há estudo mais útil que o desta disciplina”? E: “É a arte mais necessária no comércio dos homens [...]”? (Andrade, 1981, 92) Todavia, da necessidade de formação argumentativa é que ele não duvida, sendo mesmo clarividente, quando, de seguida, lhes lembra:

“Nos discursos familiares, nos negócios públicos, nas disputas, em toda a ocasião em que se trata com os homens, é preciso conciliar-lhes a vontade [...] e que se persuadam do que se lhes diz e o aprovem.”

## Bibliografia

- Andrade, António Alberto Banha de (1981) “Instruções para os professores de [...] Retórica”, in *A Reforma Pombalina dos Estudos Secundários. 2ª Vol.*. Coimbra: Universidade de Coimbra.
- Bally, Charles (1965) *Le Langage et la Vie*. Genève: Librairie Droz.
- Balzac, Honoré de (1908), «Physiologie de l'Employé» (1841), in *Oeuvres Diverses*, Paris, Société d'Éditions Littéraires et Artistiques, Librairie Paul Ollendorf.
- Barbosa, Jerónimo Soares (1788) *M. Fábio Quintiliano, Instituições Oratórias Escolhidas dos seus XII Livros*, Coimbra, Imprensa da Universidade.
- Barthes, Roland (1987a) *A Aventura Semiológica*, Lisboa: Edições 70.
- Barthes, Roland (1987b) “A análise retórica” in *O Rumor da Língua*. Lisboa: Edições 70.
- Belaval, Yvon (1988) *Digressions sur la rhétorique*. Paris: Ramsay.

- Canavarro, José Manuel (2000) *Teorias e Paradigmas Organizacionais*. Coimbra: Quarteto Editora.
- Carvalho, Rómulo de (1986) *História do Ensino em Portugal*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Cheke, Marcus, (1946) *O Ditador de Portugal – Marquês de Pombal*. Espinho: Tipog. Moreira e Livraria Civilização editora.
- Cicéron (1848) *Les Topiques*, in *Oeuvres Complètes*, Trad. M. Nisard, Du Bocholet, Le Chevalier Editeurs.
- Dubois, J. (1970) *Rhétorique Générale*. Paris: Larousse.
- Esopo (s/d) *Fábulas*. Mem Martins: Europa – América, livros de bolso.
- Garavelli, Bice Morara (1991) *Manual de Retórica*. Madrid: Cátedra.
- Gomes, Joaquim Ferreira (1982) *O Marquês de Pombal e as Reformas do Ensino*. Coimbra: Almedina.
- Kennedy, Gavin (1991) *Dicionário do Negociador*. Lisboa: Edições Sílabo.
- Marrou, Henri-Irénée (1981a) *Histoire de l'Éducation dans l'Antiquité. II. Le monde grec*. Paris: Editions du Seuil, Histoire.
- Marrou, Henri-Irénée (1981b) *Histoire de l'Éducation dans l'Antiquité. I. Le monde romain*. Paris: Editions du Seuil, Histoire.
- Mommsen, Teodoro (1953) *História de Roma*. Buenos Aires: Joaquín Gil.
- Montaigne(1993) *Três Ensaios*. Lisboa: Vega.
- Murphy, James (1974) *Rhetoric in the Middle Ages. A Historical Theory from Saint Augustine to the Renaissance*. California: University of California Press, Berkeley and Los Angeles.
- OCDE (2003) *World Development Indicators*.
- Paratore, Ettore (1983) *História da Literatura Latina*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Pereira, Maria Helena Rocha (1990) *Estudos de História de Cultura Clássica. II Volume, Cultura Romana*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Perelman, Chaïm e Olbrechts-Tyteca, Lucie (1988) *Traité de L'Argumentation. La nouvelle rhétorique*. Bruxelles: Éditions de l'Université.
- Rei, J. Esteves (1994) *Curso de Redacção. II O Texto*. Porto: Porto Editora.
- Rei, J. Esteves (1998a) *Retórica e Sociedade*. Lisboa: IIE.
- Rei, J. Esteves (1998b) *A Escola e O Ensino das Línguas*. Porto: Porto Editora.
- Ricoeur, Paul (s/d) *Metáfora Viva*. Porto: Rés Editora.
- Saraiva, António José (1993) *Cultura*. Lisboa: Difusão Cultural.
- Woolff, Hélène (1991) in *Rhétorique et mise en prose au XVe siècle, Actes du VIe Colloque International sur le Moyen Français*. Milan, 4-6 mai 1988 – Milão: Vita e Pensiero, Vol. II.



## Ética, estética e amizade

Manuel Alte da Veiga

Dezenas de anos de boa conversa, em que entravam, entre todos os assuntos de uma velha amizade, uma variedade de conceitos – da religião ao cinema, dos grandes autores à paisagem do dia-a-dia, da conversa fiada ao silêncio.

Facilmente se descobre como a memória agradavelmente positiva da personalidade do homenageado alimenta esta breve reflexão, ela própria produto livre de muitas memórias e trabalhos meus, e também num estilo livre, como se fosse a evocação de possíveis conversas, à volta de alguns conceitos fundamentais.

Cada conceito a seu tempo, note-se bem. O respeito do ritmo das pessoas é essencial na relação humana, domínio em que o homenageado sempre foi insigne. E o ritmo das pessoas faz com que também as coisas surjam com uma espécie de ritmo próprio. O ritmo das pessoas dará mais o braço à Ética, o das coisas mais à Estética, e com esse braço-dado vai evoluindo a aprendizagem da vida.

Porque «ética», como fui aprendendo, provém do radical indo-europeu «*swe dh*», cujo sentido genérico é «fazer seu», evocando o conceito antropologicamente central de «casa», esse espaço-tempo em que cada qual “se sente à vontade”, porque é o «seu» espaço e o «seu» tempo (não esqueçamos que o termo grego *ethos* significa originalmente a morada habitual dos animais, adquirindo posteriormente o significado de comportamento, costume e carácter – e não esqueçamos também que a espécie humana pertence ao género animal...). Este núcleo espaço-temporal é simultaneamente uma fortaleza e posto avançado em contínuo movimento. Aí se esconde a palavra-passe para decifrar as experiências da vida, ou para as sentir por dentro, ou ainda para elaborar pequenos e grandes projectos.

Nesta experiência surge a Estética, como sabor das coisas e também das pessoas, na dimensão tanto corpórea como espiritual. «Estética» provém do grego *aisthesis*, que significa percepção e sensação (o radical indo-europeu *aw* deu origem às palavras «ouvir» e «obedecer»). Segundo Buck, os vocábulos correspondentes na grande maioria das línguas indo-europeias designam, para além da percepção pelos sentidos, a percepção mental e emocional (dando-se também o sentido inverso, como no francês *percevoir* e no alemão *wahrnehmen*, que se aplicam também à percepção pelos sentidos). Poderíamos dizer que se dá “a estética da ética”, não só porque «percebemos» o mais abstracto através do sensível, mas porque a própria ética, enquanto “exibição da plenitude do ser humano”, perderia valor se não cultivasse a harmonia no pensar e no agir.

Esta dimensão ética da estética aflora nas variações semânticas dos vários sinónimos indo-europeus de percepção e sensação: tornar manifesto, encontrar o cami-

nho (o «sentido», que não deixa de se relacionar com “o cheiro do que procuramos”, como animais de caça que somos sempre), dar atenção, ouvir e aprender, cheirar e tactear, estar desperto e ter consciência...

Não é verdade que todos estes “sentidos” apontam para um verdadeiro programa do crescimento da pessoa em relações de amizade?

O clássico vocabulário de Lalande, ao definir ética e estética, dá um excelente exemplo de preocupação pelo equilíbrio, clareza, ordem e sobriedade – características estas com impacto no campo da estética, ao mesmo tempo que revelam um horizonte ético. Assim:

Ética é «a ciência que tem por objecto o juízo de apreciação na medida em que se aplica à distinção do bem e do mal»;

Estética é «a ciência que tem por objecto o juízo de apreciação na medida em que se aplica à distinção do Belo e do Feio».

Podia-se dizer que estas definições procuram a maior isenção possível relativamente a escolas e a modas nos dois domínios de conhecimento. Talvez se possa mesmo falar de utilização calculada da «fria razão», ao estilo de Kant, evitando termos não essenciais e sobretudo termos que dêem lugar ao sentimento, juntamente com o culto do rigor e da clareza nas definições, ao estilo de Descartes. Um aspecto que porventura merece reparo é a utilização de maiúsculas para «Belo» («Beau») e «Feio» («Laid»), em contraste com «bem» e «mal». Será que no domínio da estética é imperioso realçar a transcendência da origem e finalidade última dos nossos actos – daquilo que não deixamos nunca de ter presente e de desejar à medida que todas as nossas realizações se revelam longe da perfeição?

Dá-se de facto, tanto na Ética como na Estética, uma mistura de oposição e combinação entre o pólo do numinoso, transcendente, espiritual... e o do «mundo sensível, da experiência. O que dá origem aos vários níveis de resposta ou reacção a essa “revelação”.

Professores que somos, encontramos-nos profissionalmente envolvidos num processo de aprendizagem em que cada qual é «aluno» (cujo etimologia é a mesma de «alimentar»). A própria auto-educação só é possível – e necessária – num processo de hetero-educação, em que alguém ocupa a função de «mestre» (a universidade medieval tinha o cognome de «alma mater» ou «mãe alimentadora», expressão que ainda hoje se usa para designar, com apreço, «a minha velha escola»).

Ser Mestre não é, como frequentemente se diz, «ser mais», mas sim ser um sinal inequívoco de que «há mais» (e, por que não, de que «há Mais») – e nisto revela a sua “autoridade”. Sendo «autoridade» proveniente do mesmo radical de «aumentar», a defesa e promoção da dignidade humana consiste em partilhar desta energia criadora, aventurando-se entre o que é bom e belo e os seus opostos. A dimensão artística é criadora. E não esqueçamos que a educação é considerada uma «arte», exactamente porque é criatividade racional.

Enquanto interacção de pessoas, ser autoridade é “aumentar” a liberdade (etimologicamente, liberdade tem o sentido original de crescimento). E o exercício de autoridade é um acto de desvelamento (*alétheia*) dos valores, possibilitando o reconhecimento

do que «deve ser feito». Por outro lado, implica uma situação de frente-a-frente, desencadeando frequentemente uma dialéctica de mestre-discípulo. Mas devendo ser sobretudo um acto de comunicação entre pessoas, cabe a cada uma das partes prestar atenção ao que vai surgindo como valor – muitas vezes insuspeitado. A esta atitude de «prestar atenção» é que corresponde o vocábulo «obediência» («pôr o ouvido à escuta»).

Neste grupo que plasma a minha circunstância, o principal objectivo é aceitar e querer a forma de existir que melhor possibilite o tropismo fundamental da pessoa humana para o que é bom e o que é belo. Este dinamismo revela a condição humana de sentir que «lhe falta» sempre mais, talvez até cada vez mais, à medida que vamos aprendendo, pois tomamos consciência da vastidão do nosso campo de acção indissolúvelmente movida pelo desejo. Este «faltar» ou «necessitar» é expresso pelo radical grego «dei», donde provém o termo «dever»: tal acção, tal coisa... é imperiosa para que se cumpram os objectivos da nossa existência. Ora os princípios e as formas da acção conveniente pertencem ao «mundo» da Ética e Estética.

É nosso dever (isto é, “faz-nos falta”) exercitar a razão – a propriedade mais típica do ser humano, como faculdade de discernir o bem do mal, o verdadeiro do falso, o belo do feio... e de combinar correctamente os conceitos e juízos implicados, sem se deixar arrastar por qualquer tipo de preconceito (pré-conceito é sempre pré-racional). Só há verdade onde há independência.

Mas “o que parece bem” nunca poderá libertar-se dos múltiplos condicionalismos da situação humana. Cada um dos nossos actos, dirigidos para o maior bem e maior beleza possíveis, são tentativas de orientação e contínua re-orientação do nosso desejo de perfeição. Defender a pureza absoluta do ideal de acção é produzir uma lei vazia e pessoal, totalmente desencarnada.

A nossa vida de aprendizagem é portanto a aquisição da sabedoria de tirar proveito do «erro» humano («erro» significa «viagem», «aventura», lembrando a ideia de «homo viator» de Gabriel Marcel). Este noção de «erro» situa-se bastante na dimensão estética, como um deixar-se conduzir pelas manifestações do Belo, como quem se deixa “seduzir” pela beleza dos recantos de um jardim, num passeio quase aleatório e que nos obriga a voltar sobre os próprios passos. Se eliminamos este tipo de aventura, a nossa vida corre o sério risco de perder cor e interesse.

É por isso que se fala em «educação liberal», uma educação que não “forma” (num sentido próximo de adestramento) para esta ou aquela actividade ou para este ou aquele “perfil”. A «educação liberal» pretende dar a cada pessoa o ambiente mais rico possível em informação, técnicas e interacção humana. Só mediante este processo é que irá adquirindo uma nova maneira de ser segundo “o que vale a pena”. Daí que se possa olhar para o processo educativo como um processo de “conversão” lenta, que leva à modificação profunda do modo de pensar e de ser, procurando um equilíbrio cada vez mais perfeito da pessoa humana, conquistando a unidade da razão e sentimento, do Belo, do Bom e da Verdade.

Deparamos novamente com a “casa radical”, em que os parentes mais chegados e todo o tipo de “serviçais” só são estruturantes deste espaço-tempo enquanto se orientam pelos valores da amizade.

Nas diferentes línguas indo-europeias (Buck), o vocábulo que designa «amigo» é cognato das palavras com os significados de amor, estima, carinho e companheiro. É interessante notar que a língua lituana utiliza, para «amigo», o termo que designa um «tratador de abelhas» – estes tratadores, unidos pelo mesmo e importante cuidado, formavam uma verdadeira fraternidade; como é interessante observar que os vocábulos ingleses «friend» e «free», como o alemão «Friede», provêm do mesmo radical indo-europeu «pri».

A amizade tem portanto como uma das características fundamentais estar alerta ao que deve ser feito (e a economia global só é possível com a base de uma boa economia caseira...).

Para Aristóteles, a «amizade perfeita» (*teleia philía*) assenta no mútuo reconhecimento de que cada qual procura o que é bom (e acrescentaríamos, também o que é belo). E Cícero vê nela um fim em si, harmonizando a sua força transcendente com a vida feliz de cada qual, de tal modo que não haja colisão com o bem do grupo de amigos e da sociedade no seu todo. No dizer de Alain Petit, «a amizade não é apenas um sentimento mas uma actividade comum», onde os agentes não têm que ser «almas gémeas». Aliás, este último conceito pode dar origem a fenómenos de despersonalização. O valor (e portanto o preço e o risco) da amizade assenta na unicidade e imprevisibilidade de cada amigo. A força da amizade revela-se em que se vai construindo “apesar de tudo”. A nível verdadeiramente humano, só é durável o que é livre.

E porque é saudável falar de “coisas perfeitas” (um desideratum tanto da ética como da estética), vejamos como a relação de amizade lembra o «grupo perfeito» de Dewey: um grupo em que todos têm «o dever» de exercer a verdadeira autoridade e obediência, dando primazia à escuta e conhecimento do outro, combatendo a tentação de recusar o que parece novo, diferente, contrário às ideias próprias... Deste modo, cada pessoa corre menos riscos de se «isolar» (viver numa ilha), de viver num mundo estreito e dominado por outros – tudo situações aviltantes da espécie humana. Note-se que este grupo é tanto mais «perfeito» e mais eficaz, quanto mais heterogéneo (em estatutos, idades, sexo, ideias), pois exige uma junção de forças a toda a prova.

Exercitando as «virtudes» do «grupo perfeito» (escutar, admirar, criticar, pensar...), cada qual faz a ginástica («ascese») de dar tempo ao outro e ao surgimento do valor. O «grupo perfeito» pode pois ser encarado como um exercício adequado de desenvolvimento, atento aos pólos do Bem e da Beleza.

Só os grandes amigos e os grandes mestres é que nos levam a pensar no que é belo e no que é bom.

## Referências

- Buck, Carl D. (1988) *A Dictionary of selected synonyms in the principal indo-european languages*, Chicago & London, the University of Chicago Press.
- Lalande, André (1962) *Vocabulaire technique et critique de la Philosophie*. Paris: P.U.F.
- Petit, Alain (1996). Amitié. In *Dictionnaire d'Éthique et de Philosophie Morale*. Paris: PU:F., pp. 27-32.

# Ética e economia: a empresa e a sua responsabilidade política e social\*

Manuel da Silva e Costa\*\*

## 1.

A reflexão que pretendo desenvolver articular-se-á à volta de dois eixos: as relações da economia com a moral e a empresa como sistema político e social. No fundo, e como ideia unificadora, desejo fazer uma análise crítica sobre os pressupostos éticos do nosso modelo de desenvolvimento capitalista e sobre o que poderíamos denominar de uma filosofia moral da empresa industrial.

A tese weberiana do espírito do capitalismo, baseada na filosofia do lucro como bem supremo, gerou uma sociedade organizada à volta e em função de um mercado global, hiper competitivo, concentracionário da riqueza e dos recursos materiais onde a exclusão e a pobreza, a precariedade e o desemprego constituem o destino da maioria da população. Há que recolocar de novo, na perspectiva de Adam Smith na *Teoria dos Sentimentos Morais*, a necessária articulação entre a riqueza, o desenvolvimento económico, o progresso e a justiça social, a ordem económica e a ordem social (A. Smith, 1830).

Até que ponto a economia capitalista globalizada, organizada à volta da competitividade a qualquer preço, do lucro excessivo, da crescente precarização do vínculo laboral, da separação entre produtividade empresarial e responsabilidade social não assenta num modelo de sociedade que banuiu das suas regras de funcionamento os padrões éticos e humanos?

A nossa hipótese é de que a relação da empresa à sociedade, sem negar o interesse económico, é de natureza política e social, subordinada aos padrões morais.

Aparentemente, a economia moderna desenvolve toda a sua reflexão e actividade sem referência a padrões éticos. E no entanto, segundo a perspectiva da cultura clássica, na concepção de filósofos e economistas medievais, e mesmo segundo o pensamento de alguns dos pais fundadores das ciências económicas, a economia moderna teve a sua origem na economia e na ética. Na *Ética a Nicómaco*, Aristóteles considera a Política como a ciência por excelência que tem dois aspectos complementares: a ética e a economia. Estas têm por finalidade o cumprimento do conjunto das finalidades humanas. O fim do Estado, do governo da Cidade, das actividades económicas é o desenvolvimento humano. “A economia, em definitivo, reduz-se ao estudo da ética e da política” (Amartya Sen, 2001:7).

\* Este artigo, em homenagem ao meu querido amigo Prof. Aníbal Augusto Alves por ocasião da sua aposentação, retoma, em boa medida, a conferência apresentada no XIX Seminário Internacional da Associação Ibero-americana de Sociologia das organizações, Caracas: Setembro 2006.

\*\* Professor Catedrático Jubilado, UM

Esta perspectiva da profunda dependência entre a ética e a economia, como pilares da acção política, não esteve totalmente ausente nos escritos dos pais da economia moderna. Adam Smith, antes de publicar a sua obra *A Causa da Riqueza das Nações*, foi professor de filosofia moral na Universidade de Glasgow, onde a economia foi durante muitos anos vista como um ramo da ética (Amartya Sen, 2001:6).

Foi sobretudo com as obras de David Ricardo, William Petty, François Quesnay e Léon Walras que a ciência económica se foi divorciando das perspectivas morais e políticas, assumindo uma feição cada vez mais técnica e positiva (Amartya Sen, 2001:10). Poderíamos afirmar que a economia moderna emerge de duas perspectivas, embora não totalmente puras: uma perspectiva ética e política, dominante nas sociedades pré-industriais e uma perspectiva positiva e não normativa, dominante nas sociedades modernas. Todavia perfilhamos a tese de Amartya Sen de que a economia moderna se encontra muito empobrecida, devido ao facto de se ter autonomizado demasiado em relação à ciência moral (Amartya Sen, 2001:11).

A responsabilidade política e social da empresa retira o seu fundamento e explicação nas relações de estreita complementaridade entre ética e economia. Se hoje as empresas se fixaram quase exclusivamente na filosofia do lucro, desligadas de um projecto de desenvolvimento integrado, isso deve-se ao facto da economia se ter divorciado dos seus fundamentos éticos.

## 2.

Nas sociedades pré-capitalistas a economia, como toda a actividade produtiva e mercantil, estava enquadrada pela ordem moral e política. Na Idade Média (séc. XIII e XIV), a influência do Cristianismo era a base da estabilidade económica e social (Manuel Rocha, 1992:20). Desde as relações entre produtores e consumidores, a organização da economia urbana e rural, as relações comerciais, a fixação dos preços, os acordos sobre o salário justo e familiar, a organização corporativa das empresas artesanais, a natureza dos contratos entre empregadores e consumidores, todos esses aspectos da vida económica estavam subordinados aos valores morais e religiosos. S. Tomás de Aquino (1227-1274), Henrique de Langenstein (1340-1397), Luís Molina (1533-1600), De Lugo (1583-1660), para citar apenas os autores mais representativos, desenvolveram nas suas obras de filosofia moral todo este conjunto de questões, muito antes da Encíclica *Rerum Novarum* de Leão XIII (1891), que colocou do ponto de vista católico a problemática das relações do capital e do trabalho (Manuel Rocha, 1992:20 e 219).

A subordinação da ordem económica à ordem moral e religiosa fazia parte de um edifício social mais vasto: a subordinação da ordem temporal à ordem espiritual. Todas as esferas da sociedade, desde a ordenação das ciências naturais à Teologia e à Filosofia, à organização institucional, às classes sociais, às relações de produção e de circulação mercantil, todas essas dimensões e campos funcionavam de forma articulada sob a hegemonia da moral e da religião.

## 3.

No que diz respeito à organização profissional do trabalho, este reaparece nas cidades sob a forma artesanal. Cada cidade forma os seus artistas e ofícios: padeiros, carneiros, alfaiates, ferreiros, marceneiros, oleiros, tecelões, pisoeiros, tintureiros, canteiros, acabadores, ourives, ferradores, etc. Cada profissão tendia a concentrar-se numa rua ou bairro. O termo profissão ou grupo de profissões designava a população artesanal de uma dada cidade ou aglomeração. O artesão exercia, por vezes, a sua profissão de uma forma livre, sem controlo nem regulamentação. O mais frequente e normal e também o mais seguro do ponto de vista social era o exercício da profissão no quadro da *corporação*, das *mestrias* ou das profissões *ajuramentadas*.

Um conjunto de regras políticas, morais e jurídicas organizava a vida de cada oficina e de cada corporação. Assim a quantidade de obras a produzir, a sua qualidade, a comercialização e os preços, as relações internas bem como as relações da corporação com o resto da sociedade, tudo isto estava normalizado e regulamentado.

Cada corporação era pois, uma pequena sociedade global onde o trabalhador estava integrado, dominando do ponto de vista técnico todas as fases do processo do trabalho. A obra – mais do que pelo seu valor mercantil – valia, pelo seu valor artístico, pela sua qualidade durável. O trabalhador identificava-se com a obra por ele produzida que aos seus olhos tinha um valor de representação e de identificação simbólica.

No interior da sociedade feudal a produção artesanal, bem como as demais actividades industriais, era suficiente para alimentar as necessidades do consumo rural e urbano e para satisfazer a procura dos mercados tradicionais.

Todavia, com as descobertas dos séculos XV e XVI, com a melhoria progressiva das redes viárias e marítimas novas perspectivas se abrem à produção industrial da época. Estes fenómenos são igualmente associados ao aperfeiçoamento dos equipamentos bem como à transformação dos valores e das mentalidades. Estão criadas as condições objectivas para o processo de decomposição da oficina artesanal e instauração da manufactura e da fábrica industrial. Com o desaparecimento da oficina desaparece o edifício moral que a sustentava e lhe dava coerência.

Do ponto de vista técnico e social a manufactura representa uma forma de dissolução da oficina artesanal e de instauração da fábrica industrial. A base técnica é a ferramenta – semelhante à da oficina. A forma social é nova: a relação salarial. É o princípio do reino da mercadoria, e como diria Marx, a época da acumulação primitiva, dos longos dias de trabalho, do trabalho a domicílio e do começo do salário à peça. Multidões de homens, mulheres e crianças, livres das relações de dependência feudal e senhorial, idos dos campos para a cidade, famintos e andrajosos constituem uma enorme força de trabalho disponível a ser incorporada no novo processo de trabalho: o processo industrial.

A revolução industrial ao mesmo tempo que dissolveu a velha sociedade feudal articulada à volta da produção camponesa e da produção artesanal instituiu uma

nova ordem cujos eixos fundamentais são os seguintes: a propriedade privada dos meios de produção; a relação capital/trabalho como uma das relações fundamentais da sociedade; a apropriação da mais valia-relativa; a generalização das relações comerciais. A produção assume uma forma mercantil, além do valor de uso. A racionalidade que preside à organização deste tipo de economia é: obter o máximo de lucro com o mínimo de custos. Tudo é subordinado ao lucro: homens, leis, valores, relações sociais. Um novo espírito aparece: o espírito e a ética do capitalista (Max Weber, 1969). Um novo tipo de trabalhador: o trabalhador expropriado da sua experiência tradicional e artesanal e submetido a um processo de trabalho fraccionado e parcelar.

#### 4.

A formação da empresa capitalista levada a cabo pela burguesia ao longo dos séculos XVIII e XIX, que punha no lucro material toda a sua esperança de felicidade e de bem-estar, emancipou a actividade económica dos seus referenciais éticos, desligando progressivamente a economia da moral. A produção para o mercado, a hegemonia do valor de troca sobre o valor de uso, a generalização do capitalismo como modo de vida, para além de modo de produção, o reinvestimento contínuo dos capitais excedentários, o alargamento exponencial das necessidades humanas implantou nas consciências o desejo do lucro pelo lucro, transformando-o, na perspectiva weberiana, em caminho de salvação e fundamento da ordem moral. Queres saber se estás predestinado à salvação? Vê como prosperam os teus negócios (Max Weber, 1969).

O Taylorismo, como o Fordismo, incarnou nas suas empresas esta nova filosofia moral. Os trabalhadores foram progressivamente desprovidos de subjectividade e reduzidos à condição de *homo economicus* como fonte de energia e de força de trabalho. A empresa tayloriana é fundamentalmente um sistema técnico e uma metodologia de gestão, esquecendo os ideais humanistas e sociais das suas antepassadas: as corporações artesanais. O trabalho deixou de ser uma arte e o operário um mestre e um artista. O que circula e é consumido no mercado não são mais obras-primas, mas objectos produzidos em série que se tornam rapidamente obsoletos. A título de exemplo, lembro a indústria da moda e da publicidade.

No meu entender, David Ricardo com a sua teoria da Repartição e do Valor conduziu a ciência económica para caminhos teóricos pensados e separados do campo político e dos padrões morais (Henri Denis, 1978:254). A criação de Escolas Universitárias de Economia, separadas das Faculdades de Filosofia, de Moral e de Ciência Política, consagrou academicamente o divórcio entre a economia e a ética, situação dominante nos dias de hoje.

Até à década de oitenta do século XX, o pensamento económico bem como a formação dos homens de negócio e empresários estiveram demasiado absorvidos por uma visão positiva, racional e instrumental das actividades económicas e empresa-

riais. A empresa não se sentia socialmente responsável pela sociedade envolvente, muito menos um actor preponderante no processo de desenvolvimento. A globalização da economia e do mercado veio acentuar a subordinação do social ao económico, desligando as empresas multinacionalizadas da sua natural dependência da ordem ética e política. As deslocalizações constantes das multinacionais revelam o quão pouco importante é o cumprimento dos contratos com os Estados, e o pouco interesse que lhe merecem os acordos com os seus colaboradores, sem esquecer a pouca importância atribuída ao desenvolvimento local e regional.

## 5.

O discurso económico sobre a produtividade e a competitividade, a cultura do sucesso e do progresso material subordina todos os valores humanos e espirituais ao seu império. É a confirmação de que a ideologia que a todas une e identifica é a idolatria do mercado, isto é, o progresso técnico e o crescimento económico, acima de qualquer valor ético (Bourg D: 1998).

Existe uma ideia generalizada de que o culto da eficácia, de uma eficácia que se materializa em produtos e serviços é não só a ideia dominante das sociedades modernas e das suas organizações, mas, pior ainda, de que este culto é o caminho da salvação e da felicidade: o caminho da qualidade de vida, do bem-estar, ou seja, do paraíso.

Este culto da eficácia, sobretudo quando transformado em bem supremo e referência última das políticas e das práticas organizacionais está cheio de consequências sociais perniciosas: um desenvolvimento economicista que gera a exclusão e a pobreza da maior parte da população.

O que verdadeiramente falta às sociedades ocidentais, para além de referências transcendentais que sirvam de base às políticas humanistas é uma boa dose de criatividade, de valores históricos e mobilizadores, de suplementos de utopia. O culto da eficácia material é hoje um modo de pensamento e de consciência: valorizamos a moral da eficácia e não a eficácia da moral.

### 5.1

Foi, de uma maneira geral, a sociedade capitalista com os seus valores e modos de organização que implantou e generalizou o culto da eficácia, sobretudo da eficácia produtiva e mercantil. Só o trabalho produtivo é fonte de valor e de riqueza. Adam Smith classifica como “improdutivo o trabalho que não se fixa, nem se realiza em nenhum objecto ou coisa que se possa vender”. Classifica como improdutivo, não eficazes, os criados e os funcionários mas igualmente os eclesiásticos, os juristas, os médicos, os literatos de toda a espécie, bem como os comediantes, os cómicos, os can-

tores, os bailarinos de ópera etc. A obra de todos eles, tal como a declamação do actor, o discurso do orador ou os acordes do músico, esvai-se no próprio momento em que se produz” (A. Smith, 1843: 414). Os trabalhos subalternos e administrativos, o trabalho religioso e artístico eram, do ponto de vista da economia clássica, não produtivos e ineficazes para o incremento da riqueza social.

A sociedade industrial, com o seu modo burocrático de organização, vem consagrar e estruturar esta concepção da vida e das actividades. M. Weber define a burocracia não só como um instrumento de dominação e de controlo social, mas também como uma organização de eficiência, coordenando e controlando os meios em vista de fins. O lucro é a alma e a filosofia do capitalismo (Weber: 1969). As burocracias administrativas e produtivas implicam a possibilidade de um desenvolvimento sem limites da produção de bens de consumo. São instrumentos de eficácia. O modelo económico que lhe está subjacente caracteriza-se pela previsibilidade e mensurabilidade – produção cadenciada e calculada na unidade de tempo. Ao contrário do que acontece nas economias tradicionais e camponesas, as pessoas, os trabalhadores são esvaziados das suas emoções e dos seus sentimentos para se adaptarem e subjugarem aos ritmos infernais das organizações produtivas.

Charles Handy é de opinião de que “o progresso económico – a eficácia – mostrou ser uma promessa vã. Esperávamos ter uma sociedade mais justa, mais ordenada onde as pessoas vivessem calmamente. Ora isso não se verificou. Durante anos colocámos acima de tudo a busca da eficiência e o crescimento económico, porque considerávamos ser esse o caminho do progresso. Fizemos isso à custa dos trabalhadores” (Ch Handy:1998), eu diria do desenvolvimento integral e da felicidade das pessoas. Introduzimos a ideia da competitividade em sectores que na realidade não estão em concorrência, como o campo da saúde, da educação, da solidariedade social. Estamos a criar uma sociedade que não se sente bem consigo própria... estamos a lutar contra nós próprios... sermos mais eficientes, mais ricos não nos leva ao Nirvana” (Ch. Handy: 1998).

## 5.2

O culto da eficácia que atravessa o discurso e as práticas da nossa sociedade gera dois mitos demoníacos que urge destronar e reduzir à humana condição: o mito prometeico do progresso científico e técnico; e a crença no evangelho da competição.

a) Ésquilo na sua Tragédia o *Prometeu Agrilhado* narra de forma magistral e trágica o desejo ancestral da humanidade em conseguir a igualdade com os deuses, tendo acesso ao conhecimento de todos os segredos referentes às artes e às técnicas. O conhecimento do fogo era um privilégio dos deuses. Prometeu, por ter ousado roubar o fogo sagrado do conhecimento das artes e das técnicas (como meio de felicidade e de igualdade com os deuses), foi agrilhado. Agrilhado mas não convencido de que tinha seguido caminho errado. A cultura técnica que hoje nos invade a todos, a

fé que todos professamos no bezerro de ouro das tecnologias como meio de salvação e de progresso é a expressão moderna do mito prometeico. Em lugar da salvação é a perda e a condenação. Sem o querer ou desejar as nossas práticas de ensino, os nossos investimentos, os nossos valores implicam uma visão determinista dos saberes e da ciência. A tecnologia é apresentada como se fosse neutra e sem relação com a moral e a cultura.

O sucesso da mecânica celeste de Galileu e de Newton levou o homem a pensar que o futuro do universo, da natureza e da sociedade eram absolutamente previsíveis, desde que avaliados e estudados com os instrumentos de cálculo adequados. Nesta linha de ideias, por exemplo, os meteorologistas procuram prever o tempo, as catástrofes naturais; os economistas as taxas de inflação, os índices de crescimento económico, os níveis de rendimento *per capita*; os demógrafos as taxas do crescimento da população; os sociólogos e os homens políticos as regularidades sociais, as oscilações dos níveis de confiança, o grau de satisfação das aspirações e necessidades; os gestores a necessidade de equilibrar as finanças, etc. No fundo, o que caracteriza estes saberes é a “ideia de ciência como a arte eficaz de prever, de mensurar, de regular os acontecimentos e de os predeterminar e reorientar em ordem à eficácia (Silva e Costa, Manuel, 2001:12). A produção industrial como a lógica dos procedimentos burocráticos e da produção dos serviços (ensino, saúde, serviços sociais) implica este paradigma do conhecimento técnico, experimental, determinista e repetitivo, amoral.

A ideia demiúrgica da eficácia estava bem expressa no lema da Exposição Universal de Chicago em 1933: “a ciência descobre, a indústria aplica, o homem segue”. O bem-estar das sociedades, a sua qualidade de vida e o seu desenvolvimento estariam dependentes do progresso científico e das invenções técnicas: o novo prometeu chamar-se-ia razão técnica e instrumental. Parafraseando M. Maffesoli no seu livro *La Part du Diable* (2002), a confiança moderna – específica das elites dirigentes, políticas, industriais, intelectuais – na trindade laica “o Progresso, a Razão e o Trabalho” não se mostra redentora e salvadora para a maioria da população. A exclusão social, a droga, a sida, a pobreza urbana, a falta de horizontes, a perda dos valores e dos significados colectivos, a destruição do ambiente revelam a impotência mobilizadora do credo professado pela razão liberal.

b) O segundo mito que desejamos apagar do seu altar e reconduzir à sua natural expressão é o discurso e a prática sobre a tão propalada competitividade.

O capitalismo tradicional assentava na ideia da liberdade e da sã concorrência, na concorrência leal. Tinha por base uma prática económica orientada pela moral dos interesses. A globalização da economia e dos mercados põe a descoberto os paradoxos da razão liberal, induzindo toda uma série de fenómenos sociais: a gripagem da articulação entre o progresso económico e a coesão social (Perret e Roustang: 1993), o desaparecimento dos mecanismos de regulação das relações industriais, a desregulamentação do mercado de trabalho, a erosão dos laços sociais e das identidades locais, a emergência de um individualismo redutor que está na base da construção de um mercado transnacional regulado pela batalha da competição exacerbada.

O modelo económico hoje predominante é orientado por regras ditas “científicas”, objectivas e racionais. É a metáfora redutora da mão invisível onde a regulação da ordem mercantil se faria segundo regras “naturais” à semelhança da regulação da ordem cósmica. As referências a valores morais, políticos e culturais na construção do mercado seriam descabidos. A hegemonia do económico sobre o social e o cultural tem a ver por um lado, com a redução de todas as relações sociais a relações mediatizadas pela moeda. O dinheiro assume assim um carácter profundamente ambíguo: factor de normalização e de unificação do mundo — um só espaço de negócios e de circulação da mercadoria — e factor de exclusão para todos aqueles que não têm acesso à moeda, seja através do trabalho, do capital ou de património familiar. A globalização pelo económico com toda a sequela de efeitos perversos (concentração das riquezas, novas formas de pobreza, o desenraizamento económico e social dos grandes fluxos migratórios, o individualismo redutor) está revelando o esgotamento da matriz ideológica do liberalismo e da sua razão técnica e mercantil.

A ideologia da competição tendo em vista o sucesso e a vitória assenta na ideia hobbesiana do “homo homini lupus”, ou então na visão dramática da história, segundo o modelo nitchiano, em que a vitória e a sobrevivência de uns poucos assenta na morte da maioria. Uma coisa me parece adquirida, como muito bem afirma o chamado Grupo de Lisboa: “a hipercompetição não pode governar o mundo” e reduzir todo o processo social, cultural e histórico, todo o processo de desenvolvimento da condição humana ao “homo competitor”. James Moore no seu livro *“The Death of Competition”* acentua que a ideologia da competitividade é cada vez mais ineficaz porque apreende apenas uma dimensão da personalidade humana: o espírito de emulação e de competição. O espírito de cooperação, de solidariedade entre as pessoas é também um poderoso motor do desenvolvimento humano e social. Pensar que o modelo industrial baseado na ideia da luta entre os concorrentes é hoje um modelo eficaz para se atingir o sucesso é um erro. As organizações industriais como os Estados devem ser elementos de um ecossistema que, em vez de se andarem a guerrear e a tentarem aniquilarem-se mutuamente, devem, ao contrário, construir redes de cooperação, alianças e parcerias em ordem a novas sinergias e novas vantagens.

Igualmente Lester Thurow no seu livro *“The Future of Capitalism”* refere-se à urgência em implantar “a utopia como estratégia económica”, uma vez que o modelo económico de tipo concorrencialista entrará progressivamente em estagnação. E.Todd afirma que «hors des croyances collectives, le long terme, l’histoire n’a plus de sens. Ce qui caractérise notre modèle de société c’est le court terme (a produção em massa, o consumo imediato dos bens e dos objectos, a fugacidade das imagens e dos discursos etc), l’absence de l’histoire, l’absence de référents, de systèmes de signification. Le déclin des croyances collectives explique le passage de l’individu à l’individualisme et la perde de l’horizon historique».

A crise actual vai obrigar os responsáveis políticos e os cientistas sociais a repensar a sociedade capitalista globalizada em que temos vivido e quais os valores éticos que lhe estão subjacentes. Aprox-me aqui mais uma vez recordar a palavras

de Charles Handy: “o comunismo lutava por uma causa, um ideal, a igualdade e prosperidade para todos...mas não tinha um mecanismo apropriado para realizar esse ideal. Pelo contrário, o capitalismo tem esse mecanismo, mas falta-lhe um ideal... existe um cancro no coração do capitalismo. É a falta de um ideal que possa excitar o coração”. Os avanços tecnológicos como os ganhos de produtividade deveriam ser colocados ao serviço da sociedade, da igualdade de condições de vida e do bem-estar geral e não ao serviço da concentração de riqueza, excluindo o maior número. Como diz Bartoli: queremos “um capitalismo ao serviço da vida” (Bartoli: 1999) e que não reduza a vida colectiva e o quotidiano das pessoas a um imenso mercado onde tudo se compra e se vende. Onde está o lugar para a gratuidade, para a criatividade, para o exercício da liberdade fora das peias de processos de trabalho escravizantes, de horários apertados e stressantes?

A ideia de um modelo de desenvolvimento demasiado centrado sobre o crescimento económico anula as outras dimensões da vida: o cultural, a dimensão estética e criativa, o sonho e a utopia, os valores colectivos, os horizontes da memória e do futuro. É necessário redimir Prometeu dos grilhões em que está enredado, ou seja: a felicidade e a redenção não são obra da técnica; a hiper competitividade conduz à desagregação, à exclusão social e à pobreza da maior parte. A empresa não pode ser o modelo universal e perfeito de organização. É necessário convencer as nossas elites dirigentes, acorrentadas como Prometeu, de que as sociedades capitalistas em que vivemos não têm promessas de vida eterna. Outras sociedades e civilizações do passado desapareceram na voracidade das suas contradições. O mesmo acontecerá à nossa se não colocar as pessoas, os trabalhadores, como verdadeiras vantagens competitivas acima de técnicas, dos processos e dos resultados lucrativos.

## 6.

O esforço recente em redescobrir a relação da economia com a ética, conjugado com os movimentos sociais que põem em destaque os efeitos perversos do capitalismo global, veio revelar que a empresa deve ser encarada como um actor social, desempenhando funções técnicas, económicas, políticas e sociais. A responsabilidade social brota do exercício articulado do conjunto das funções empresariais. Assim como falamos da ética económica, da ética do mercado, da ética política e do Estado, falamos da ética da empresa, das práticas e das políticas de gestão que devem obedecer a padrões éticos.

Quando nos referimos à responsabilidade social da empresa, referimo-nos à responsabilidade das pessoas que a integram. O sujeito da ética é as pessoas, desde os administradores, gestores e colaboradores. É a empresa enquanto sistema humano que é o responsável moral e social (José Manuel Moreira, 1999:94).

É, à primeira vista, paradoxal que a problemática da ética económica e da responsabilidade social da empresa surja no contexto de relações industriais globali-

zadas (Maria Santos, 2006). O paradoxo é meramente aparente, pois devemos considerar que os sistemas industriais de cada país são compostos maioritariamente de pequenas e médias empresas, de pequeno e médio comércio, de unidades agrícolas e de pesca, todas de dimensão insuficiente para poderem competir no quadro e ao ritmo do capitalismo global (Silva e Costa, Manuel, 1989). Todas estas unidades de produção e de comércio necessitam de sistemas normativos de regulação impeditivos do chamado “capitalismo selvagem”. Caso contrário, é a instauração da lei da selva económica, da concorrência desenfreada onde só os mais fortes e poderosos, na perspectiva do darwinismo económico, poderão triunfar e vencer.

Ainda não existe uma noção precisa sobre o conceito de responsabilidade social. A literatura económica apresenta-nos uma multiplicidade de perspectivas teóricas (Maria Santos, 2006). Isto prende-se com a própria definição de empresa vista na heterogeneidade das suas funções. Pensamos que o relevo dado actualmente aos aspectos sociais, políticos e ambientais das empresas resulta, por um lado, da importância crescente que a opinião pública atribui a esse conjunto de matérias e, por outro lado, da incorporação na formação académica dos gestores de programas e de disciplinas sobre aspectos cívicos, políticos, culturais e sociais das suas funções. É incontestável hoje a influência política e social dos gestores industriais nas orientações estratégicas da sociedade, influência que ultrapassa largamente o quadro das funções técnicas.

Assim como a ideia de organização e de empresa assume contornos evolutivos e dinâmicos, assim o conceito de responsabilidade social é um conceito em progressiva construção. Apresentaremos em seguida e seguindo de perto a reflexão de Maria João Santos, um quadro resumo das principais perspectivas teóricas sobre a responsabilidade social da empresa (Maria Santos, 2006).

a) Responsabilidade económica e obrigação social: esta visão, personalizada pelo economista Milton Freedman no seu livro *Capitalism and Freedom*, considera que a função da empresa consiste antes de mais na obtenção de mais valias para os seus proprietários e accionistas. A função social é exercida através de uma gestão eficiente conduzindo a empresa a elevados níveis de prosperidade. O cumprimento das regras do mercado e das leis estabelecidas, nomeadamente as leis fiscais e laborais, é a base da responsabilidade social (Maria Santos, 2006).

b) Perspectiva da responsabilidade filantrópica: a empresa assume a sua responsabilidade social através de contribuições e donativos de tipo humanitário em favor de instituições de solidariedade, participando deste modo na solução de problemas sociais. Trata-se, no dizer de Keith Davis, de uma “lógica reactiva” (Maria Santos, 2006).

c) Responsabilidade ética e sensibilidade social: nesta linha, ultrapassando as duas perspectivas anteriores, a empresa assume-se como um actor do desenvolvimento sustentável e do bem-estar das populações. A responsabilidade social deve assumir os custos ambientais, os custos de modernização técnica e sociais decorrentes da actividade industrial. O desenvolvimento é integral, incluindo aspectos económicos, ambientais, técnicos, sociais e culturais. A prosperidade económica da

empresa não pode ser desligada das suas funções sociais. O fim último da empresa é a formação de uma sociedade desenvolvida e solidária (Maria Santos, 2006).

d) Criação de valor e de benefício mútuo: como afirma Maria João Santos “a responsabilidade empresarial pode constituir um importante factor de competitividade” (Maria Santos, 2006) e nesse sentido a responsabilidade social da empresa é o núcleo central da gestão. A direcção técnica da empresa, tendo em vista a criação de riqueza, está ao serviço da sociedade. A prosperidade económica, os recursos materiais da empresa devem ser postos ao serviço do bem-estar das populações. Se a sociedade, através do Estado, procura colocar ao serviço das empresas as melhores condições no que diz respeito a infra-estruturas, comunicações, energia, enquadramento legal e fiscal, etc., assim também a riqueza criada pelas unidades industriais ou de serviços deve assumir os objectivos do desenvolvimento da população envolvente. Existe, portanto, entre a sociedade e a organização uma relação de “benefício mútuo” (Maria Santos, 2006).

e) Responsabilidade civil e cidadania empresarial: esta última perspectiva enquadra a responsabilidade social da empresa através do conceito de empresa cidadã. Os cidadãos organizam-se em partidos políticos para intervirem activamente na governação política da sociedade. As empresas cidadãs, conscientes da sua importância como actores sociais constituem-se em associações, redes e parcerias, tendo em vista participarem politicamente nas orientações e estratégias económicas e sociais, visando o desenvolvimento e o bem-estar de toda a sociedade.

## 7.

A ética da responsabilidade social como teoria da prática: no nosso entender, não há incompatibilidade entre a ética, a prosperidade nos negócios e a criação de valor. Igualmente empresas competitivas e bem geridas poderão mais facilmente assumir projectos de desenvolvimento integrado e duradouro. A gestão pela cultura empresarial e pela participação, mais do que pelas regras e pelo controlo burocrático, considera as pessoas e a comunidade envolvente como uma mais-valia e uma locomotiva de progresso. O projecto económico está imbuído por um projecto político. A criação de valor deve ser um meio, um instrumento e não um fim. A carreira dos gestores passa pela dimensão social e política e não apenas pela componente económica.

Desejo, antes de concluir, salientar que a ética da responsabilidade, orientadora das decisões industriais, se inscreve numa realidade movediça, cheia de ambiguidades e de contradições (Manuel Moreira, 1999:90).

Como decidir face a processos de modernização, exigindo deslocalizações e despedimentos colectivos? Como decidir face as leis fiscais permissivas e generosas para determinados sectores e apertadas para outros? Como decidir face à degradação ambiental e à emissão de gases poluentes? Como decidir face ao ambiente de corrupção que, por vezes, permite lucros fabulosos, como a lavagem de dinheiro? Eis

alguns aspectos, entre muitos outros, face aos quais a responsabilidade ética e social dos gestores se deve quotidianamente posicionar.

Existem, contudo, sinais animadores de que os empresários, cada vez em maior número e sem falso moralismos, estão assumindo as suas responsabilidades sociais. A criação de Associações, um pouco por toda a parte, de empresários cristãos, portadores de um Código de Ética empresarial; o desenvolvimento da chamada “economia social”; as preocupações de alguns dos grandes grupos económicos, como a Microsoft, pela luta contra flagelos humanos, como a malária; eis alguns sinais animadores reveladores de que a empresa está assumindo a sua responsabilidade social como actor estratégico do desenvolvimento humano. Sem falsas ilusões, impõem-se novas escolhas de sociedade tendo em vista o reencantamento da empresa do futuro (Villemeur, A. e William, D.1999).

## Bibliografia

- Bartoli, Henri (1999) *A Economia ao Serviço da Vida, Crise de Capitalismos, uma Política de Civilização*, Lisboa: Instituto Piaget.
- Bourg, Dominique (1999) *O Homem Artificio, o Sentido da Técnica*, Lisboa: Instituto Piaget.
- Denis, Henri (1978) *História do pensamento económico*, vol I, Círculo de Leitores.
- Handy, Charles (1998) “*Encontrar um Sentido para a Incerteza*”, in Gibson Rowan, *Repensar o Futuro*, Lisboa: Ed. Presença, pp.35-52.
- Maffesoli, Michel (2002) *La Part du diable: précis de subversion postmoderne*, Paris: Flammarion.
- Moreira, José Manuel (1999) *A Contas com a ética empresarial*, Cascais, Principia.
- Passet, René (1999) *L’Illusion néo-libérale*, Paris: Fayard.
- Perret, B.; Roustang, G. (1993), *L’Économie contre la société*, Paris: Seuil.
- Rocha, Manuel (1992) *Trabalho e salário na escolástica*, Lisboa, Ed. Rei dos Livros.
- Santos, Maria João Nicolau (2006) *Responsabilidade empresarial e criação de valor. Análise de casos*, in Costa, Manuel da Silva e Leandro, Maria Engrácia, *Participação, saúde e solidariedade: riscos e desafios*, Braga, Universidade do Minho, pp 917-926.
- Sen, Amartya (2001), *Éthique et économie*, Paris, PUF.
- Silva e Costa, Manuel (1989) *Os Pequenos patrões industriais e moral económica*, in Cadernos do Noroeste, vol 2, nº2 -3, pp 81-94.
- Silva e Costa, Manuel (1992) *Trabalho, sua evolução e a integração do trabalhador*, in Cadernos do Noroeste, vol 5, nº 1-2, pp 57-76.
- Silva e Costa, Manuel (2001) *O Reencantamento da organização participativa e a mudança de paradigma científico*, in Cadernos do Noroeste/Série Sociologia, vol 16, nº1-2, pp 11-20.
- Smith, Adam (1830) *Théorie des sentiments moraux*, Paris.
- Smith, Adam (1995) *Enquête sur la nature et les causes de la richesse des nations*, Paris (1ª ed. inglesa é de 1776).
- Thurrow, Lester (1996) *The Future of Capitalism: How Today’s Forces Will Shape Tomorrow’s World*, Nova Iorque: William Morrow;
- Todd, Emmanuel (1999) *L’Illusion économique*, Paris: Gallimard.
- Villemeur, A. William D.(1999) *Reencantamento do Mundo: Novas Escolhas Políticas Contra o Todo Económico*, Lisboa: Instituto Piaget.
- Weber, Max (1969) *L’Éthique protestante et l’esprit du capitalisme*, Paris: Plon.

# A projecção educativa das associações portuguesas no Brasil

Maria Beatriz Rocha-Trindade\*

## 1. A emigração portuguesa

Constitui uma permanência na História de Portugal a continuada saída de nacionais para fora das fronteiras que demarcam territorialmente o país; o conhecimento que sobre tal facto se detém não é novo, mesmo para os que não o experimentaram directa ou proximamente, já que desde sempre esta realidade vem sendo assinalada por escritores que o narram em crónicas, o descrevem em prosa de ficção ou o evocam em poesia<sup>1</sup>.

O emigrante tem sido ilustrado ou evocado por imagens pintadas, esculpido na pedra, modelado em metal. Os jornais oficiais traduziram discussões parlamentares sobre a emigração; os de publicação diária referiram todo um conjunto de factos a propósito de quem partia, o modo como realizavam as viagens, as explorações a que muitos emigrantes se sujeitaram, os prodigiosos sucessos obtidos por alguns deles. Os periódicos regionais personalizaram os relatos, tornando-os mais vivos e conferindo-lhes maior realidade. E assim, a notícia do que foi acontecendo ao longo dos tempos causou surpresa, inveja ou admiração; indignou alguns, fez em outros nascer desejos de também emigrar; generalizou-se; trivializou-se...

Da representação através do descritivo fixo da fotografia, as migrações chegaram ao cinema, que lhes passou a imprimir movimento e animação; hoje, o contacto com o fenómeno migratório abrange um público alargado de auditores que o visio-nam, cada vez com maior frequência e pormenor, através dos seus ecrãs de televisão.

É este um fenómeno social que, afinal, muitos cidadãos estão convictos de conhecer, embora os caminhos que os levam a esse conhecimento sejam diferentes de pessoa para pessoa e a profundidade com que o abordam varie significativamente. As várias perspectivas em que é observado relacionam-se com a história individual de quem sobre ele fala e emite uma opinião, recaindo esta, em geral, sobre o modo como é interpretado e vem a ser relatado.

Os que continuamente foram saindo de Portugal para procurar melhores condições de vida, qualquer que tenha sido a exacta razão que motivou tal decisão, partiram de todas as regiões que integram o país; no entanto, necessário se torna não esquecer que os diferentes tempos marcam determinadas zonas geográficas como espaços prioritários de saída; e, ainda, que a consideração de uma visão panorâmica

\* Centro de Estudos das Migrações e das Relações Interculturais/CEMRI, Universidade Aberta (Portugal), rocha-trindade@hotmail.com

<sup>1</sup> Vd. Joel Serrão e Outros 1976; Pires Cabral, 1985; M.B. Rocha-Trindade 1993.

do fenómeno a nível nacional posiciona, em valor relativo, as principais «zonas dadoras» de população emigrante, relacionando-as com cada um dos destinos procurados. Considerando os dois maiores espaços receptores da emigração portuguesa – o Brasil e a França – é oportuno lembrar que para o primeiro se dirigiram principalmente os que viviam acima do Mondego (mais precisamente entre o Douro e o Minho) enquanto para o segundo partiram residentes espalhados praticamente por todo o país.

As peças deste xadrez social em que nos situamos têm que ser colocadas nos precisos tempos que se viveram e nos correspondentes espaços das movimentações populacionais: o olhar retrospectivo que agora irá ser lançado sobre o período que medeia entre o segundo quartel do século XIX e o período de tempo homólogo situado no século XX, exige um esforço de recuo temporal e de transposição dos contextos então vigentes, o que não permite a formulação de julgamentos subjectivos ou de qualquer tipo de preconceito, apenas aplicáveis aos dias de hoje e necessariamente desfasados das realidades então vivenciadas...

As considerações precedentes pretendem também chamar a atenção para o facto de no presente texto não se ter incluído uma história da emigração, ainda que breve e sintética pois, na realidade, não é dela que se entende tratar. Pelo contrário, o seu conteúdo debruça-se essencialmente sobre os Portugueses residentes no Brasil e, no seu seio, procura destacar o poderoso e alargado movimento associativo que foram capazes de construir, com uma potência filantrópica e cultural capaz de actuar num tão vasto espaço territorial e social.

A possibilidade de conhecer mais em pormenor este poderoso instrumento de intervenção benemerente, com especial incidência no período entre a independência brasileira e o primeiro terço do século XX, poderá conduzir a melhor compreender todo o potencial de instituições criadas com fins bem determinados e avaliar as acções que tiveram capacidade de desenvolver.

## **2. A emigração portuguesa para o Brasil**

Em termos estritos de rigor técnico e jurídico, a emigração portuguesa para Brasil só teve início a partir de 1822, quando aquele território deixa de estar associado à Coroa Portuguesa e assume a dignidade de Estado soberano. Nesse momento histórico, os anteriores colonizadores residentes assumem a qualidade de cidadãos brasileiros, passando assim a distinguir-se, do estrito ponto de vista legal, de todos os Portugueses futuramente chegados ao Brasil, agora com a nova qualidade de imigrantes internacionais.

Aquela distinção levou, no entanto, muito tempo a ser efectivamente interiorizada pelo cidadão brasileiro comum. O «parentesco» nacional entre os residentes anteriores e os posteriormente chegados; a língua, a religião e a cultura partilhados por uns e por outros conferiam aos imigrantes pós-Ipiranga uma imagem nacional

algo distinta das que os Brasileiros atribuíam a estrangeiros de outras proveniências – esses, sim, claramente conotados com a imigração.

A prova desta afirmação encontra-se em diversas obras publicadas por estudiosos brasileiros sobre matérias de migrações, em que os Portugueses aparecem em muitos casos como que naturalmente «esquecidos» no alinhamento das estatísticas referentes à entrada de cidadãos estrangeiros (vd., por exemplo, Diégues Júnior, 1964). Também o facto de os novos residentes de origem lusa se mimetizarem progressivamente com as populações locais, participando na vida económica e social do novo país, contribuía para esse estatuto algo singular, nem explicitamente estrangeiro nem claramente Brasileiro.

Não é por conseguinte de estranhar que os investigadores brasileiros tenham, de certo modo, ignorado o fenómeno da imigração portuguesa no seu país, ao contrário do que aconteceu com fluxos provenientes de outras origens nacionais, fossem elas a italiana, a alemã, a japonesa ou, por exemplo, a síria. Na realidade, e tomando apenas estes países como exemplo, a simples especificidade distintiva dos seus nomes de família (bem como, apenas num destes casos, as características muito diferenciadas do seu fenotipo) permite relacioná-los directamente com a respectiva origem do percurso migratório.

Pelo contrário, a origem portuguesa não pode ser detectada por intermédio dos nomes de família de linhagem lusitana, partilhados com um sem-número de cidadãos brasileiros; tal como não decorre de diferenças de raiz étnica necessariamente distintivas entre Brasileiros e Portugueses.

A população de origem estrangeira residente no Brasil tem histórias ancestrais diferentes; e para compreender a «manta de retalhos» que constituiu a população deste país não podem ser ignoradas as condições que subjazem aos motivos de partida daqueles que chegaram a esse território; como não pode, também, deixar de ser considerada a diversidade de situações sociais vivenciadas, o nível de desenvolvimento económico que caracterizou cada um dos fluxos migratórios e o relacionamento político internacional estabelecido pelo Brasil com os países da Europa e da Ásia Menor, a Ocidente, e com os situadas na orla do Pacífico, a Oriente.

A geografia da sua distribuição pelo imenso espaço que constitui este país serve de indicador para o entendimento dos lugares seleccionados pelas populações que intencionalmente os foram procurando, associando-os residencialmente por cada época em que as escolhas foram realizadas. Traduz, ainda, as condições laborais então oferecidas aos que procuraram o seu nicho regional e, posteriormente, revela as formas de interacção que foram estabelecidas e os tipos e modos de associação realizados, reflectindo objectivos que se tiveram em mente e caracterizam, através de quem os gizou, tanto os programas de acção a desenvolver como os públicos-alvo seus destinatários.

No que tange à colónia de Portugueses no Brasil, é de salientar que a correspondente componente de imigração económica (pondo, por conseguinte, de lado aqueles que nele se radicaram por outras diferentes ordens de motivações – designadamente

a política ou os negócios – dos quais mais adiante nos ocuparemos) constituiu um volumoso fluxo de mão-de-obra substituta da força de trabalho da população escrava que acabou por ser libertada definitivamente em 1888. Na sua maior parte, tratava-se de indivíduos de origem rural, com elevado grau de analfabetismo, como se procurará evidenciar, através de uma breve análise da situação educacional que à época vigorava em Portugal.

### 3. A escolaridade básica

Ainda longe da instituição da escolaridade universal e obrigatória, o início do século XIX português viu aparecer, sob o impulso do Liberalismo, uma preocupação crescente com a problemática da educação. É um Ministro liberal, Manuel da Silva Passos, que a História veio a consagrar com o nome de Passos Manuel, quem contribui fortemente para a reforma do ensino em Portugal, designadamente com a criação de escolas de ensino secundário em todas as capitais de distrito (1836).

Quanto ao ensino primário, ele repartia-se entre as instituições religiosas e as seculares, dedicadas sobretudo ao ensino da Língua Portuguesa, da Aritmética, da História e da Geografia de Portugal. A existência destas escolas era predominante nas comunidades urbanas (sobretudo frequentadas pelos estratos sociais de nível mais elevado) e muito mais rara em zonas rurais. De qualquer modo, o analfabetismo grassava nas populações adultas, como pode ser constatado em alguns levantamentos estatísticos da época.

Uma análise mais aprofundada revela dados consonantes com os anteriormente apresentados.

O professor universitário Fernando Emygdio da Silva, lente da Faculdade de Direito e estudioso, para além das questões do trabalho e das finanças públicas, também de questões da emigração, atribui em 1917 (pp.196-198) responsabilidades à falta de escolarização (e, conseqüentemente, à iliteracia) para explicar o que considera ser um volume excessivo dos fluxos emigratórios. Segundo ele, «a emigração de analfabetos é regra em matéria de emigração portuguesa», baseando-se em estatísticas dos anos de 1893 a 1913, em que a percentagem anual de emigrantes analfabetos nunca é menor do que 52%, atingindo um máximo de 67%.

A situação de analfabetismo, como regra geral, foi sendo identificada, ao tempo, tanto por políticos como por universitários, com a incapacidade de compreensão dos próprios interesses pessoais por parte dos potenciais emigrantes e dos próprios migrantes, porque limitava as probabilidades de sucesso das pessoas nessa situação; e, na sua decorrência, o analfabetismo foi sendo tomado como factor conducente ao insucesso, que poderia até materializar-se pelo regresso forçado ao país, sabe-se lá com que dificuldades e em que condições....

Por outro lado, o não saber ler nem escrever não era, nessa época, uma característica peculiar da maior parte dos imigrantes portugueses chegados ao Brasil,

verificando-se também para indivíduos chegados de outros países e continentes. É interessante citar, apenas a título de exemplo pontual, o caso dos originários de um conjunto de países de origem que então e em grande número se dirigiram para o Estado de São Paulo, entre 1908 e 1931, segundo relato extraído do Diário Popular de São Paulo, de 11-04-1933.

Quatro desses países (a Alemanha, o Japão, a Roménia e a Jugoslávia) são mencionados como não possuindo nacionais iletrados entre os chegados àquele Estado. Três outros apresentavam percentagens de analfabetismo relativamente baixas: Áustria 4%; Polónia 5%; Lituânia 15%. No tocante aos países do Norte da Bacia Mediterrânica (Itália, Espanha e Portugal), as percentagens de iletrados eram substancialmente mais altas: respectivamente 26%; 60% e 49%.

De um outro autor (Serrão, 1974, p. 132) retirámos um juízo quanto ao nível educacional dos emigrantes portugueses: «O grosso de tal emigração, uns 75%, é constituído por indivíduos populares de condição humilde, paupérrimos e incultos — analfabetos na sua maioria.» O mesmo investigador refere um dado proveniente de um estudioso português dos finais do século XIX, João Evangelista, que atribuía aos Portugueses emigrados para o Brasil, entre 1891 e 1920, uma percentagem de analfabetos superior a 50%; um outro estudioso e político, Bento Carqueja, referia que aquela percentagem atingiria, em 1912, 65,96% e, no respeitante aos naturais de Bragança, 91,52%.

Esta situação não passava despercebida nos meios governativos ou legislativos portugueses. As notícias que chegam a Portugal e que preocupam intensamente os políticos de então conduziram ao lançamento de um inquérito parlamentar que abrangia não só o território nacional como também é simultaneamente dirigido às Embaixadas e aos responsáveis consulares portugueses, situados em países onde reconhecidamente residia um significativo número dos nossos compatriotas. O Inquérito Parlamentar publicado em 1873 forneceu dessa forma um muito completo relato de situações e de dados quantitativos capazes de caracterizar a população de Portugueses imigrados em diversos países do Globo.

Remetendo-nos à matéria central do presente texto, pode desse Inquérito tirar-se o seguinte conjunto resumido de conclusões:

a) Quanto a efectivos de emigrantes:

- Entre 1866 e 1871, a emigração legal a partir do Continente atingiu um total de 37444 indivíduos, correspondendo a uma média anual de cerca de 6250 unidades, para todos os destinos da emigração portuguesa;
- Comparando o volume das populações que emigraram com as residentes, obtiveram os autores do Inquérito uma taxa de emigração de 1/100;
- O número médio anual de Portugueses entrados no porto de Rio de Janeiro era de cerca de 5000 indivíduos;
- Comparando este número com o que se refere à emigração total, verifica-se que o Brasil é destino de preferência para cerca de 80% dos emigrantes portugueses;
- Da população emigrada para o Brasil, 30% é menor de 14 anos.

b) Quanto a motivações de partida, ressaltam do texto as seguintes:

- Procura de oportunidades de futuro
- Procura de melhores condições de vida
- Fuga ao serviço militar obrigatório (só aplicável a menores de 14 anos; varões com mais idade não eram autorizados a partir).
- Reagrupamento familiar.

Tomando como referência de data posterior (por exemplo, Emygdio da Silva, 1917, p.194) continua o Brasil a ser referido como destino predominante da emigração portuguesa, que do Continente para lá faz seguir 92,5% da totalidade dos que saem do país, entre 1911 e 1913. E a sequência de estudiosos seus contemporâneos ou que se lhe sucedem continua a colocar este país em idêntica posição, a qual só vem a perder na segunda metade do século passado. A emigração para a América do Norte mantém-se, ao longo do tempo, predominantemente originária do Arquipélago dos Açores.

c) O papel da educação

Os autores do Inquérito Parlamentar consideram que existe na sociedade portuguesa um muito significativo défice de escolarização, e consideram-no uma das causas das más condições que afectam os emigrantes:

«A Comissão atribui muitos males de que são vítimas os emigrantes à completa carência de meios elementares para utilizarem a parte mais importante de que o Homem se compõe, a alma.

Não sabendo ler nem escrever, com o entendimento cerrado ao mais suave lampejo da razão; receptáculos de paixões desordenadas, de projectos fantásticos, são colhidos na rede de fábulas sedutoras que se lhes estendem os negociantes de escravatura voluntária.

Tudo os leva a receber melhor as seduções do que os bons conselhos, ainda quando alguém houvesse para os dar.

A Comissão julga pois, como a mais importante das medidas indirectas que deve influir poderosamente no aperfeiçoamento moral e material do Reino, tornar possível e efectivo o ensino primário elementar obrigatório, já decretado na nossa legislação» (1873, pp. 57-58).

Uma outra fonte credível, já do regime do Estado Novo, conflui com este último juízo, no articulado do Decreto nº 16 782, publicado pelo Ministério da Instrução em Abril de 1929, (in Nuno Simões, 1934, p. 94) no qual se lê:

«Considerando que ao Estado cumpre evitar tudo quanto possa contribuir para o desprestígio da Nação; considerando que o analfabetismo dos emigrantes prejudica o bom-nome do País, já pela degradante ignorância que vão ostentar em terras estranhas, já por não poderem exercer geralmente senão as profissões mais humildes; considerando que a sua falta de instrução cria muitas vezes a esses indivíduos situações bem difíceis e mesmo angustiosas; considerando que o Estado tem o dever de formatar por todas as formas a instrução, que é um elemento de progresso e de riqueza (...)

Artº1 – Não é permitida a emigração aos indivíduos de mais de 14 anos de idade e menos de 45 que não provem ter obtido o certificado de passagem da 3ª para a 4ª classe do ensino primário elementar, com excepção dos comprovadamente anormais, quando tiverem de seguir as pessoas que deles cuidem ou das mulheres casadas que acompanhem os seus maridos.»

O conteúdo dos normativos que acima se oferecem dá a conhecer os grandes indicadores impeditivos da emigração legal: o primeiro, tomado como uma precaução de natureza cautelar, refere a idade, explicitando claramente a preocupação havida com a manutenção no país dos mancebos que deveriam, a seu tempo, vir a incorporar os pelotões de segurança e defesa da pátria; o segundo, traduz uma preocupação que encerra duas vertentes e se desdobra em dois espaços geopolíticos – o de origem, antes da partida, como forma de protecção dos incautos, cuja ignorância e iliteracia os fazia acreditar em falsos aliciamentos; no destino, afinal, uma situação idêntica que, do mesmo modo, impedia a clara compreensão de formas de abuso e de exploração, responsáveis por situações aviltantes da dignidade humana.

#### **4. A obra das associações dos Portugueses do Brasil**

Do outro lado do Atlântico, a consciência da situação dos imigrantes portugueses no Brasil era ainda mais aguda. De facto, para além dos volumosos fluxos de imigrantes económicos, havia uma população distinta dessa, de entre a qual sobressaía um significativo número de Portugueses de posição social elevada, devido a um ou a vários factores determinantes, tais como: serem exilados políticos, saídos de Portugal em razão de conflitos entre Constitucionalistas e Absolutistas; serem homens de negócios que tinham conseguido estabelecer-se e desenvolver poderosos interesses económicos sediados no Brasil; ou serem de facto cidadãos brasileiros de assinalável sucesso económico, mas cuja origem portuguesa os levava a enfileirar com residentes mais recentes daquela mesma proveniência ancestral.

Foi desta camada socialmente proeminente da colónia portuguesa estabelecida no Brasil, dotada de substanciais meios económicos, de uma sólida cultura erudita e aprofundada consciência social, que nasceu o gigantesco esforço de benemerência associativa que teve lugar nos finais da década de 1830 e cujas realizações ainda hoje são significativas e visíveis. Não poderá deixar de ser mencionada a forte capacidade de mobilização que os fundadores destas organizações foram capazes de despertar junto dos seus compatriotas, de todas as classes sociais e económicas, levando-os a assumir a qualidade de sócios e a contribuir, na proporcionalidade dos seus meios disponíveis, para as realizações que se desejava implementar.

A consciência social a que acima se fez menção obrigava a reconhecer que a ascensão de estatuto e o sucesso económico, se bem que partilhado por muitos Portugueses, estava muito longe de ser aplicável à generalidade (ou sequer, à maioria) dos imigrantes daquela origem. De facto, a doença, o acidente ou a simples má sorte

afectaram muitos dos nossos compatriotas, levando-os à situação de indigência, sem possibilidades claras de recuperação. Noutros casos de desfavorecimento menos agudo, registavam-se dificuldades económicas, carências sociais ou défices de educação que poderiam comprometer, no futuro, a sobrevivência e o progresso dos imigrantes e das suas famílias.

Perante este panorama de claro défice de escolarização, tanto no tocante à situação geralmente vigente em Portugal, como no que respeitava às populações emigrantes e designadamente as que tiveram o Brasil como destino, não é de estranhar que as elites da colónia portuguesa naquele país considerassem como sua obrigação o combate a esse estado de coisas, atribuindo à educação uma alta prioridade da sua acção, tanto no Brasil como ainda em Portugal.

Na longa lista de associações criadas neste contexto (uma parte das quais está referida na listagem em Anexo), vislumbra-se a existência de um quadro conceptual que tipifica as suas diferentes estruturas e vocações:

- Instituições de *benemerência*, concretizadas por hospitais e outros serviços de saúde e assistência (no rol que figura em Anexo, são mencionadas 38 organizações com designações explícitas desta natureza);
- Instituições *culturais*, incluindo bibliotecas e organizações de vocação educacional e de difusão cultural (7 menções);
- Instituições orientadas para a promoção e manutenção das ligações afectivas às regiões de origem, cujas características procuravam evocar e manter, pela constituição de acervos de objectos e de marcas simbólicas de *pertença regional* identitária, bem como pela realização de iniciativas diversificadas de idêntico cariz (5 menções – Centros Trasmontano, Beirão, Duriense, da Estremadura e do Minho, todos fundados entre 1923 e 1924);

A subsequente criação da Casa de Portugal (1935) visa representar o sentido de ligação afectiva nacional, unificador das referidas pertenças regionais.

- Instituições de *vocação desportiva e recreativa* (7 menções);
- Instituições de *vocação diversificada*, abrangendo mais do que uma das características acima apontadas e cuja designação se refere, em geral, a figuras destacadas da História Portuguesa, de acordo com os paradigmas de excelência em vigor à época da criação.

Os nomes de D. Afonso Henriques, D. Nuno Álvares Pereira, Vasco da Gama, Luís de Camões, El-Rei D. Sebastião, D. Luís, D. Carlos, D. Amélia Rainha de Portugal, D. Manuel II, Gago Coutinho e Afonso Costa são exemplos significativos desta tendência.

A cada um dos tipos de instituições acima referidos far-se-á menção de uma delas, considerada como fornecendo um adequado paradigma da respectiva categoria.

Neste sentido, menciona-se a Real e Benemérita Sociedade Portuguesa Caixa de Socorros D. Pedro V, fundada em 1863 no Rio de Janeiro, com o propósito de constituir «uma vasta associação de socorro geral aos portugueses, como tributo de homenagem ao Rei que fora o amparo dos desvalidos (...) no sentido de actuar nos casos

provados de miséria, abandono e necessidades de seus compatriotas» (Nizza da Silva, 1990, pp.28-29).

A acção da Caixa mantém até ao presente as formas tradicionais de filantropia: concede pensões, providencia atendimento médico e farmacêutico, promove o internamento hospital de carentes, cuida da velhice desamparada.

A Caixa, todavia, abriu também um espaço para a filantropia cultural, incluindo a concessão de bolsas a estudantes pobres dos ensinos secundário, técnico e universitário e a participação em projectos como sejam trabalhos de pesquisa, seminários e restauro de obras de arte.

No mesmo grupo, e entre muitas outras, não poderá deixar de ser mencionada, pela crescente importância que continuamente assumiu, a Beneficência Portuguesa de São Paulo, cuja data de fundação ocorreu em 1859. Embora a finalidade beneficente se tenha sobreposto a qualquer outra, sobretudo no campo prestativo do atendimento médico, a sua acção cultural ainda hoje se mantém.

A mais importante concretização das intenções associativas de carácter predominantemente cultural, pela iniciativa pioneira que assumiu, ocorreu em 1837 (note-se que apenas 15 anos tinham decorrido desde a proclamação da independência do novo Estado): referimo-nos à fundação no Rio de Janeiro, do Real Gabinete Português de Leitura.

Reinstalado desde 1887 num magnífico edifício neo-manuelino expressamente construído para o efeito, ficou instalado na Praça Camões, no centro da cidade.

Contam-se entre as suas vocações principais as seguintes:

- Constituição de uma biblioteca de obras impressas, manuscritos e periódicos, dando precedência às obras portuguesas; considerada arquitectonicamente uma das mais belas do mundo;
- Desenvolvimento de actividades culturais para maior prestígio da língua, das letras e da história pátria a serem integradas num núcleo aglutinador para a coesão e utilidade da colónia e para iniciativas de benemerência e de solidariedade humana;
- Promoção do progresso das ciências, da sua aplicação ao progresso das artes e desenvolvimento da razão humana, considerados como motores universais de todos os melhoramentos no comércio, na indústria e na organização social.

A clara ambição subjacente a estes propósitos não se revelou demasiada no confronto com as dificuldades da sua real concretização; tanto assim é que o exemplo do Real Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro serviu de paradigma para a posterior fundação de iniciativas congêneres, localizadas em diferentes regiões brasileiras: os Gabinetes Portugueses de Leitura de Porto Alegre<sup>2</sup> (1846); Recife (1850); e Salvador (1863).

De entre outras instituições de vocação cultural destaca-se, pela directa relação com o tema do presente texto, o lançamento do Liceu Literário Português em 1868.

<sup>2</sup> Posteriormente, designado como Biblioteca Riograndense.

A sua obra é a todos os títulos meritória, pelas características pioneiras que revestiu: «O Liceu foi criado para ministrar ensino ao povo, não tendo as características de um clube para os seus sócios, não teve também aquela fisionomia de órgão que pudesse (só) prestar colaboração (em exclusividade) aos seus associados». Os serviços que proporcionou eram adaptados à vasta população que os requeria e deles veio a poder auferir por procurarem adaptar-se à disponibilidade de tempo dos seus potenciais utilizadores. Cite-se, a título ilustrativo do que acaba de ser referido, a existência de horários pós-laborais para o exercício da leccionação – «Vanguardeiro que foi do ensino nocturno nesta cidade» (*Liceu Literário Português. Cem Anos de Vida a Serviço do Ensino e da Cultura*, 1968, p. 50-51).

Os estatutos de constituição conduziram, entre outros, aos seguintes propósitos educacionais e culturais:

- Criação de cursos de alfabetização, cursos de oportunidade de trabalho e cursos comerciais, que serviram cerca de 100 000 alunos em regime de total gratuitidade;
- Desenvolvimento de actividades culturais, ligadas ao complexo de civilização luso-brasileira;
- Constituição do Instituto de Altos Estudos Portugueses Afrânio Peixoto<sup>3</sup> e do Instituto Luso-Brasileiro de Folclore;
- Criação de uma biblioteca frequentada pelo público, sem distinção.

Merece ainda especial referência a criação, em 1884, de um curso de Náutica e de Astronomia, que funcionou até 1928, antecipando-se ao que viria a ser a Escola de Marinha Mercante do Brasil.

As portas do Liceu «estão democraticamente abertas a todos os cidadãos que desejem receber instrução e a sua programação cultural inclui conferências sobre temas de interesse universal e assinala um expressivo êxito na vida intelectual do Rio de Janeiro. (...) A harmonização de sentimento e de cultura, entre portugueses e brasileiros, encontra no Liceu Literário Português um perfeito clima de integração espiritual necessário à continuidade das boas relações entre os dois povos»

Passando agora às associações de carácter regionalista, tomamos como um dos seus exemplos interessantes a Casa do Minho, fundada em 1924, que segue em parte o padrão de vocações da sua congénere actualmente existente em Portugal. No entanto, a sua prioridade em terra brasileira consistia no apoio aos conterrâneos chegados ao Brasil, ajudando-os na procura de emprego e procurando colmatar as suas carências de literacia, através de cursos de alfabetização para eles especialmente dirigidos.

Tal resultava directamente dos propósitos expressos desde a primeira reunião dos sócios, onde se propôs ser desejável restringir a emigração de analfabetos, que deveriam ser encaminhados para a Casa do Minho; o que facilitaria a obtenção de

<sup>3</sup> Afrânio Peixoto foi médico, professor universitário e pedagogo, político, ainda ensaísta, tendo sido o primeiro director do Instituto de Estudos Portugueses que veio a ter o seu próprio nome. Pedro Calmon foi subsequentemente Director desta mesma instituição.

emprego, a ajuda em situação de doença e o acesso ao ensino, por intermédio de escola para os filhos e da orientação cultural para os adultos.

A maioria dos seus sócios era constituída por comerciantes, «e também advogados e padres, tudo gente estabelecida».

No plano recreativo, a Casa promovia festas de trabalho (vindima, colheita); celebrações religiosas e sazonais (de Natal e dos Reis; festas gualterianas e juninas); além de outras iniciativas sociais, com presença obrigatória de pratos da cozinha regional, designadamente o sarrabulho.

Todo este tipo de evocações traduz, afinal, o intuito de transferir manifestações culturais características da província de origem para os lugares de encontro, de acordo com as práticas do calendário anual de festividades.

## 5. Intervenções para o outro lado do mar

Nem só no interior do Brasil se verificou a acção das estruturas associativas da colónia portuguesa residente naquele país, ousando mesmo, a despeito da separação atlântica, estender a sua influência ao território português. Tal foi o caso de uma outra iniciativa, esta dirigida explicitamente à promoção da educação em Portugal, lançada pela Câmara Portuguesa de Comércio de São Paulo, em 1925, muito embora se ignorem os pormenores ou o exacto que grau de sucesso que possa ter atingido.

Os princípios orientadores são sólidos e meritórios: é criada a Liga Propulsora da Instrução em Portugal, definida como «um apelo patriótico» que visava «cooperar em nome do princípio da igualdade, para pôr ao alcance de todos a instrução primária em Portugal; dotar as aldeias, vilas e cidades do país, começando pelas mais afastadas dos centros principais, e pelas menos beneficiadas em relação àquele ensino, com edifícios escolares higiénicos e modernos e, quando para isso se ofereçam recursos especiais, quaisquer outras localidades; aceitar donativos ou doações de qualquer espécie, atinentes ao seu objectivo e engrandecimento; conferir prémios aos professores e alunos que mais se distingam; proporcionar aos alunos que deles careçam, os meios que lhes permitam a assídua frequência das suas escolas».

Quanto à efectiva concretização destes propósitos, apenas se localizou na Revista Portuguesa de São Paulo (2º fascº, 1930) uma menção «à construção de cinco belos edifícios escolares e nutre ainda a esperança de construir muitos mais», falando, no entanto, quaisquer dados quanto à sua exacta localização.

Passando das iniciativas colectivas às realizações individuais no próprio país de origem dos imigrados para o Brasil, é obrigatória a menção do nome do Conde de Ferreira, (Joaquim Ferreira dos Santos, nascido em Vila Meã, Douro) emigrante para aquele país e que mais tarde regressou a Portugal, então já senhor de uma monumental fortuna. O seu nome é bem conhecido pela extensíssima obra de benemerência que neste país levou a cabo, fundando hospitais, dedicando legados vultuosos a instituições hospitalares e a muito numerosas e diversificadas instituições de soli-

dariedade social e, sobretudo no tocante à matéria que agora nos ocupa, criando 120 escola primárias para ambos os sexos, com habitação para o professores, em localidades que fossem sedes de concelho. Como nota curiosa do empenhamento directo do Conde de Ferreira, a planta destas construções foi feita segundo o risco do próprio benemérito.

Sendo talvez o maior, não foi ele o único dos filantropos portugueses que fizeram fortuna no Brasil e que, na sua terra de origem, espalharam benesses, benfeitorias e vultuosos investimentos, em favor das populações locais. Muitos deles vieram a ser nobilitados pela Coroa, em reconhecimento público das suas meritórias acções.

Na obra: *Portugal-Brasil. Migrações e Migrantes, 1850-1930* (2000, p.119) pode o leitor encontrar um mapa (Mapa 3) com a localização de edifícios escolares construídos por beneméritos oriundos da emigração portuguesa para o Brasil, sítos em 23 concelhos de Portugal<sup>4</sup>.

## 6. Nota final

As menções a iniciativas sociais, culturais e educacionais tomadas pelos Portugueses do Brasil e pelas suas estruturas associativas no período considerado, aqui brevemente apresentadas, são necessariamente incompletas, já que apenas se referem as que mereceram, pela sua dimensão e importância, relatos pormenorizados na imprensa ou nos jornais oficiais da época, bem como aquelas que ainda hoje prosseguem a sua meritória actividade e que são, por isso, sobejamente conhecidas. Terão necessariamente sido omitidas muitas outras intervenções de cariz mais modesto ou mais localizado, que só poderiam ser identificadas por via de uma pesquisa documental sistemática, mais extensa e mais aprofundada.

No entanto, o conjunto de acções educacionais e culturais desenvolvidas pela colónia portuguesa do Brasil é de tal modo extensivo e variado que, mesmo resumindo-nos apenas àquelas que aqui foram enumeradas, não podem restar dúvidas quanto ao papel decisivo que estas intervenções constituíram, em prol da educação e da difusão cultural em favor daqueles que protagonizaram a emigração portuguesa.

A acção educativa das estruturas associativas visou constituir uma resposta adequada aos anseios e expectativas dos imigrantes portugueses. De facto, só uma pequena parte dos incluídos em fluxos de motivação económica possuía, quando muito, a escolaridade primária; esse défice de formação tornava-se mais evidente com o decorrer das suas carreiras profissionais.

Através da frequência de acções de alfabetização, de cursos secundários e técnicos ou até de nível superior, uma parte deles veio a conseguir colmatar as insuficiências anteriores. O caso do Comendador Alberto Carlos de Oliveira, que

<sup>4</sup> Concelhos de: Águeda, Amarante, Arcos de Valdevez, Caminha, Castanheira de Pêra, Fafe, Feira, Figueira da Foz, Lisboa, Maia, Oliveira de Azeméis, Paredes, Penafiel, Porto, Póvoa do Varzim, Santo Tirso, Torres Novas, Valença, Viana do Castelo, Vila do Conde, Vila Nova de Cerveira e Vila Nova de Famalicão.

desempenhou funções de Presidente da Caixa de Socorros D. Pedro V, exprimiu assim, num verbejo ingénuo e sentido, os seus sentimentos a este propósito:

(...) Mas o tempo não pára de correr,  
Passa o inverno, vem o verão.  
E o menino sempre a crescer  
Vê no estudo uma obrigação.

Chega, assim, ao fim do primário,  
Sabendo um pouco ler e contar.  
Agora está pensando em salário  
E, também, onde o possa ganhar.

Esta história é verdadeira,  
O que aqui digo aconteceu.  
Esse menino da brincadeira,  
De vitórias e derrotas, sou Eu.

(«A Escola do Meu Tempo:1915 a 1922», in *Emigrantes*, 1993, pp. 59-60).

## Bibliografia

- Cabral, A. M. Pires (1985) *A Emigração na Literatura Portuguesa. Uma Colectânea de Textos*, Lisboa: SECP.
- Carinhas, Teófilo (1929) *Álbun da Colónia Portuguesa no Brasil*, Rio de Janeiro, Lisboa, Teófilo Carinhas, Comissão da Câmara dos Senhores Deputados – *Primeiro Inquérito Parlamentar sobre a Emigração Portuguesa*, Lisboa: Imprensa Nacional, 1873.
- Freitas, Sônia Maria de (2006) *Presença Portuguesa em São Paulo*, São Paulo: Imprensa Oficial.
- Lima, Maria Helena Biozzo (1973) *A Missão Herdada: Um Estudo sobre a Inserção do Emigrante Português*, Rio de Janeiro:UFRJ, Museu Nacional (Dissertação de Mestrado).
- LLP (1968) *Liceu Literário Português. Cem Anos de Vida ao Serviço do Ensino e da Cultura, 1868-1968*, Rio de Janeiro: LLP.
- Lobo, Eulália Maria Lahmeyer (2001) *Imigração Portuguesa no Brasil*, São Paulo: Editora Hucitec.
- Marreca, Oliveira (1854) “Parecer e Memória sobre um Projecto de Estadística”, *Memórias da Academia*, Nova Série, Lisboa: T. I.
- Martins, A. A. de Barros (1913) *Esboço Histórico do Real Gabinete Portuguez de Leitura no Rio de Janeiro, 1837 a 1912*, Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do Comércio de Rodrigues & Comp..
- Meira, Deyler Goulart; Torres, José Pereira (1993) *Emigrantes. Edição Comemorativa do 130º Aniversário de Fundação 1863-1993*, Rio de Janeiro: Real e Benemérita Sociedade Portuguesa Caixa de Socorros D. Pedro V.
- Oliveira, Cândido de (1956) *Três Épocas. Um Pouco de História do Liceu Literário Português*, Rio de Janeiro: LLP.
- Rocha-Trindade, Maria Beatriz (1999) “Intelectuais e Artistas Portugueses da Diáspora. A Emergência do Talento”, *Revista das Comunidades de Língua Portuguesa*: São Paulo, pp. 9-33.

- Rocha-Trindade, Maria Beatriz (2001) "Jornais e Seriadados: Fontes sobre a Emigração Portuguesa no Brasil", *Anais do III Encontro Luso-Afro-Brasileiro de Língua Portuguesa. Literaturas e Comunicação Social*, São Paulo: Faculdade Cásper Líbero, vol. II, pp.15-26.
- Rocha-Trindade, Maria Beatriz; Caeiro, Domingos (2000) *Portugal-Brasil. Migrações e Migrantes, 1850-1930*, Lisboa: Edições INAPA.
- Silva, Pedro Ferreira da (coord.) (1977) *Fundamentos e Actualidade do Real Gabinete Português de Leitura*, Rio de Janeiro: RGPL.
- Serrão, Joel (1974) *A Emigração Portuguesa. Sondagem Histórica*, Lisboa: Livros Horizonte, (2ª ed.).
- Serrão, Joel et al. (1976) *Testemunhos sobre a Emigração Portuguesa. Antologia*, Lisboa, Livros Horizonte.
- Silva, Fernando Emygdio da (1917) *Emigração Portuguesa*, Lisboa: Ed. Autor.
- Silva, Maria Beatriz Nizza da (1998) *Filantropia e Imigração. A Caixa de Socorros D. Pedro V*, Rio de Janeiro: SPCSDPV.
- Simões, Nuno (1934) *O Brasil e a Emigração Portuguesa (Notas para um Estudo)*, Coimbra: Imprensa da Universidade.
- Vidal, Frederico Perry (s./d.) *Biografia de uma Instituição Luso-Brasileira. Subsídios para a História da Câmara Portuguesa de Comércio de São Paulo - 1912-1992*, São Paulo: CPCSP.

# Migrações internacionais. Incorporação das desigualdades sociais e sanitárias

Maria Engrácia Leandro\*

A saúde é um espírito são num corpo são

Homero

A opinião pública, que se fundamenta na ordem natural das coisas, aproximando os homens do comum, cria entre eles uma espécie de igualdade imaginária, apesar da desigualdade real das suas condições de existência

Tocqueville

## Introdução

As desigualdades sociais são uma realidade universal e um fenómeno de antanho. Todas as sociedades conhecidas são hierarquicamente ordenadas em função da idade, do sexo, do estatuto, da riqueza e, por cumulo, legitimam estas disparidades em mitos fundadores, religiões, na ordem simbólica da natureza, inclusive na biologia, o que os trabalhos de M. Godelier (1982) e F. Héritier (1996), entre outros, atestam perfeitamente. Ademais, a progressão da esperança de vida e, concomitantemente, o crescimento das disparidades sociais perante a morte são constatadas desde o século XVII, isto é, muito antes da generalização das vacinas e das grandes descobertas biológicas (D. Fassin, 2000a).

Com efeito é a transformação diferenciada das condições materiais de existência que conduzem à produção de desigualdades sociais perante a vida, primeiro com o desenvolvimento da urbanização e depois com o impulso do capitalismo (E. Patlagean, 1977; E. Védrenne-Villeneuve, 1961). A industrialização e as formas de exploração da classe operária que ela suscita e os fenómenos de segregação urbana exacerbam as disparidades em matéria de saúde, conduzindo a profundas desigualdades perante a morte, o que é denunciado pelos higienistas do século XIX, sendo de destacar o caso de L.-R. Villermé, em França et de E. Chadwick, na Inglaterra.

As grandes transformações socio-económicas e a melhoria das condições de existência, permitindo melhorar os modos de vida, nem por isso contribuíram para diminuir as disparidades perante a saúde, a doença e a morte, ainda que o estado

\* Professora do Departamento de Sociologia da Universidade do Minho. E-mail: engracia@ics.uminho.pt

sanitário das populações ocidentais tenha melhorado. Ao longo dos últimos decénios, frequentemente, até, em nome das várias “crises” que têm assolado as sociedades da modernidade inacabada, sobretudo desde a primeira crise petrolífera de 1973, as desigualdades têm-se mesmo acentuado. D. Fassin (1996), fala da civilização das desigualdades.

Não obstante, desde a Reforma à Filosofia das Luzes e aos nossos dias, a igualdade é um dos “*deuses*” da democracia, tal como o mérito e os talentos são alguns dos “*deuses*” do capitalismo. Como afirma F. Dubet (2000), o caso do desporto, sendo exactamente uma teatralização da igualdade das competições e da justa hierarquia das performances, é bem revelador das dimensões destas realidades no seio das sociedades democráticas e ultramodernas. De facto, a mesma alquimia verifica-se na competição escolar, económica, cultural e social, apesar de todas as teorias que se têm formulado a este propósito e os efeitos daí decorrentes. Aliás, a cristologia primitiva, com cerca de 2000 anos, perfilha a igualdade de todos, uma nova justiça social (Mt. 5,20, 25,34; Lc. 14,12), o que foi retomado por João XXIII (Encíclica “*Pacem in Terris*”, 1963), o que continua a ser uma miragem.

Neste trabalho, teremos essencialmente em conta as desigualdades sociais a que são sujeitos os migrantes internacionais, transformando-se igualmente em desigualdades de saúde. Por outro lado, a doença e ainda mais em contextos migratórios, em que a saúde não só é extremamente valorizada, mas essencialmente necessária para poderem trabalhar, a doença não é apenas um facto biológico, afectando o indivíduo e os seus familiares em todas as dimensões da vida, mas também uma realidade social que põe em jogo todas as dimensões de poder. Daí que convoque, tanto a intervenção do médico e as políticas públicas, como a melhoria das condições sociais de existência. Na óptica de D. Fassin (1996), a incorporação das desigualdades, o poder de se curar e o governo da vida constituem as três dimensões do espaço político de saúde.

Em termos de trabalho empírico, convocamos para este trabalho pesquisas que temos realizado junto dos portugueses na Alemanha e em França, bem como dos migrantes dos Países de Leste na região do norte de Portugal.

## **As desigualdades sociais nas sociedades modernas**

As sociedades modernas são atravessadas por uma contradição fundamental. Sendo democráticas preconizam a igualdade para todos, em todo o caso num registo considerado essencial como a igualdade de direitos, das liberdades ou ainda das oportunidades e das capacidades. Porém, constroem, incessantemente, formas de organização social, mercados de trabalho e de comercialização dos bens, hierarquias dos méritos e das competências, reais ou forçados, tendentes a aumentarem as desigualdades sociais que, sobretudo desde o último quartel do século XX, se têm vindo a acentuar. É o que R. Boudon (1977), classifica de “*efeitos perversos*”, dando como exemplo privilegiado uma política de igualdade perante a escolarização que não

tenha em conta a redução das desigualdades sociais, em sentido mais abrangente. Enquanto uma política desta dimensão não for implementada será difícil atingir os objectivos da tão propalada igualdade escolar ou de forma mais alargada.

Tocqueville (1850) identifica a modernidade e o sentido da história com o *"triunfo obstinado da igualdade"*. Porém, esta igualdade não é uma pura igualdade real das condições de vida, mas apenas a extensão de um princípio, o da igualdade dos indivíduos para lá das desigualdades sociais reais. Retira-se daqui o princípio segundo o qual as sociedades modernas são igualitárias tão só na medida em que estendem o direito à igualdade de oportunidades, o que na realidade levanta muitas questões, na medida em que a correlação entre igualdade e desigualdade dos estatutos sócio-económicos é bastante complexa. A contradição das desigualdades *"reais"* e da igualdade de princípio ignoram também as condições reais dos enredos e o facto de que as desigualdades não forjam apenas as diferenças inter-individuais, ou seja, cada geração herda as desigualdades da precedente. De maneira geral, o encontro entre a igualdade e o mérito agem como se os indivíduos tivessem as mesmas capacidades ou a mesma possibilidade de atingir os seus objectivos, de realizar as suas aspirações, visando alcançar o que consideram ser um bom nível de vida para si e para os seus, como é frequentemente imprimido nos projectos migratórios.

Olhando para estas realidades, constatamos que as sociedades industriais liberais preconizaram, progressivamente, a passagem da igualdade jurídica para a igualdade política e depois para a igualdade social. Pelo menos, devido à persistência e até aos aumentos das desigualdades, têm procurado contê-las em domínios aceitáveis, o que parece tornar-se cada vez mais problemático. Por todo o lado, a conciliação entre eficácia económica e justiça social tem suscitado muitas questões. As crises sócio-económicas que têm existido, com particular para aquela em que vivemos mergulhados, põem cada vez mais em causa as políticas que têm vindo a ser seguidas. O que é certo é que as sociedades modernas e designadamente da ultramodernidade permanecem assediadas entre ideais igualitários e as disparidades, familiares, escolares, profissionais, sanitárias...

Aumentam, assim, as questões do fosso entre ricos e pobres, da conciliação entre o reconhecimento dos *"méritos"* pessoais e uma igualdade de princípio que, por vezes, redundam em reivindicações, culpabilizações, deslealdade, injustiças, indignações e até possíveis violências. Estes aspectos estão essencialmente associados à *"brutalidade"* da economia capitalista, tal como tem sido vivida nos últimos tempos levando V. Forrester (1996) a falar do *"horror económico"*. Porém, nem em todo o lado este sistema atinge as mesmas proporções. Há, pelo menos, variações nacionais. Por exemplo, entre 1970-1990 o decil mais pobre e o mais rico permaneceram na Noruega em 2,1, ao passo que nos Estados Unidos passaram de 3,2 para 4,5 e em França reduziram de 3,7 para 3, 2. Por sua vez, em Portugal uma distância similar aumentou de 40 para 42 entre 1980-2004 (M. E Leandro et al, 1981; EUROSTAT, 2008).

Por outro lado, o mesmo indivíduo ou o mesmo grupo puderam ver reforçar-se mais igualdade em certos domínios, como o acesso à saúde e à educação, enquanto as

desigualdades se acentuaram em outros domínios como os rendimentos, a segurança de emprego e as próprias condições de trabalho, o que não é indiferente à igualdade perante a saúde. O que se pode, então, dizer é que se há sociedades menos desiguais não é porque as leis do capitalismo são diferentes aqui e ali, mas antes porque, a partir destas leis, os agentes políticos e económicos agem de maneira diferente.

Não perdendo de vista estes aspectos, podemos afirmar que as desigualdades são processos sociais, com mecanismos e experiências individuais e colectivas, conduzindo a desigualdades e injustiças, por vezes “escandalosas”.<sup>1</sup> Porque para cada um de nós existem desigualdades mais (in)toleráveis do que outras, neste trabalho teremos sobretudo presente as que mais directamente produzem efeitos sobre a doença e a saúde dos migrantes internacionais. Frequentemente para estes as distâncias dos rendimentos (salários, prestações da segurança social, benefícios de vários tipos de capital) tendem ainda a acentuarem-se. Procuramos, além disso, na esteira de J. Madureira Pinto (1993, 89), não deixar fugir a oportunidade de lembrar aos nossos leitores “...que a observação científica do social é, de entre todas as empresas intelectuais congéneres, a mais difícil e fascinante”, designadamente em matéria que, sendo tão notória, enferma de muitos enredos deveras complexos.

Ignorar estes aspectos corresponde, frequentemente, a confundir as desigualdades com a ordem da natureza das coisas. Dado que falamos de saúde vem a propósito lembrar, por exemplo, que as disparidades físicas entre os indivíduos não se fundamentam, de maneira absoluta, na natureza, numa espécie de essência biológica do ser humano, mas são também determinadas pelas desigualdades que a sociedade institui. Basta pensar nos efeitos da pertença social, mesmo sem a relacionar com os níveis de crescimento das novas gerações, comparando-as com as anteriores. Nos anos 1950, P.-H. Chombart de Lauwe (1957), após um aturado trabalho de campo, tendo em conta a pertença social e os modos de vida respectivos, pôs em destaque o facto das pessoas que na cidade de Paris viviam na designada “*rive gauche*” (mais rica, burguesa e chique) serem bastante mais altas do que as que viviam na chamada “*rive droite*” (condição social mais modesta, operária e popular). Situações desta natureza são também bastante notórias desde que as transformações económicas, sociais e culturais, desde a 2ª metade do século XX, permitiram melhorar os níveis e modos de vida no que se refere ao aumento extraordinário da Esperança de Vida.

Daí que o nosso “*postulado*”, com outros que trabalham sobre estas problemáticas (P. Aïch, M. Drulhe, M. Baumann, D. Fassin, A. Leclerc, M. Kaminski, Boltanski, A. Diop, R. Illsley, D. Beker, A. Perrenoud, M. Ruggie, E. Thompson, A. Young, P. Santana, P. Ribeiro, P. Nossa, etc.), seja o de que as desigualdades perante a saúde e a doença, avaliadas concretamente a partir das taxas de morbilidade e de mortalidade, a frequência das deficiências motoras ou perturbações mentais, a esperança e a qualidade de vida, assentam igualmente nas desigualdades sociais. A questão crucial que daqui decorre tem que ver com a forma como as desigualdades sociais

<sup>1</sup> Designamos, desta maneira, os dependentes prolongados do Rendimento de Reinserção Social.

produzidas pelas sociedades se inscrevem na integralidade do corpo, ou seja, com o modo como o social se inscreve no biológico, qual espécie de “*genética social*”. Ou ainda, situando-nos à escala de uma sociedade, com a questão da pertença social a certas categorias sócio-profissionais e a incidência de doenças cardiovasculares, cânceros, suicídios, lombalgias, tuberculose, depressões a que frequentemente ficam ainda mais sujeitos os trabalhadores migrantes (M. E. Leandro et al., 2002), a questão é ainda mais acutilante.

Trata-se de desigualdades fundamentais na medida em que se prendem essencialmente com a “*condição humana*”, de que tão brilhantemente fala H. Arendt (1961, 111), ainda mais quando afirma “...*que vivemos em condições tais que não estão asseguradas nem a propriedade dos nossos talentos, nem da nossa capacidade de trabalho*”. Podemos, assim, falar de desigualdades que, podendo inscrever-se na existência sócio-biológica, produzem efeitos, tanto na vida familiar e social, como face à doença e à morte (L.-V. Thomas, 1975). Não se adoeece e morre da mesma maneira quando se pertence a esta ou àquela categoria social, a esta ou àquela cultura, exerce esta ou aquela profissão, vive nesta ou naquela família, nesta ou naquela sociedade, neste ou noutro tempo (M. E. Leandro, 2001).

Mas o que não deixa de ser intrigante é que quanto mais estes imbróglis são conhecidos, inclusive cientificamente, mais têm vindo a aumentar as desigualdades sociais, com particular destaque após os anos oitenta do último século com o exacerbar da economia neo-liberal, precipitando o passo, quiçá o salto para uma queda “*violenta*” na actual crise que assola o mundo. Perante esta situação não faltam vozes a alertar para os riscos do aumento da insegurança, precariedade do emprego, vulnerabilidade, conflitos sociais, aumento das doenças, da pobreza, da exclusão... Sobre este último conceito, preferimos continuar a falar de desigualdades na medida em que os fenómenos que estudamos não se situam apenas numa perspectiva do dentro/fora, centro/periferia, inclusão/exclusão, integração/marginalização, mas antes nos fenómenos estruturais que atravessam todos os “*poros*” da sociedade. Até, porque frequentemente, utiliza-se a designação de “*exclusão social*” como se um “*passé par tout*” se tratasse, sem antes querer ir ao fundo da análise dos factores e efeitos das desigualdades sociais de toda a ordem, produzidas em termos mais abrangentes. Até porque se as pessoas ditas “*excluídas*” continuam a viver na sociedade, é porque não estão totalmente fora, embora não participem ou beneficiem de muitas das suas prerrogativas.

Por outro lado, ninguém duvida que os sistemas políticos são os mais directamente implicados numa sociedade que produz disparidades, clivagens e discriminações, mas que a sua drástica redução, exige medidas eficazes, supondo intervenções de redistribuição que congreguem o conjunto das estruturas sociais. Deste modo, o fenómeno das desigualdades deixará de ser apreendido numa concepção “*vertical*” para, doravante, ser analisado numa perspectiva “*horizontal*”. A este propósito F. Dubet (2000) fala de “*desigualdades multiplicadas*”, tendo presente não apenas as figuras das desigualdades clássicas, mas também as que mais recen-

temente têm que ver não só com a fragmentação e segmentação do mercado de emprego, mas também com a flexibilidade do emprego e a sub-contratação e até as micro desigualdades, ou seja, as diferenças mais refinadas que marcam, de facto, a distinção. De resto, a própria oferta de vários novos cursos universitários também não é alheia a este fenómeno.

A segmentação do mercado de trabalho não se opera apenas em função das necessidades económicas, mas activa e exacerba as diferenças sociais em função do sexo, dos salários de homens e mulheres, exercendo, até, profissões similares, quiçá exactamente iguais, entre jovens e mais velhos, entre nacionais e migrantes... O desemprego constitui ainda a mais flagrante das desigualdades, atingindo também, grupos sociais mais "tipificados": jovens, designadamente com menor capital social de relações, os menos qualificados, os desempregados de longa duração, os "RISistas"<sup>2</sup>, os estagiários, os empregados da intermitência<sup>3</sup>, isto é, os dos recibos verdes, muitas mulheres, os migrantes e os seus filhos...

Convém, aliás, salientar que as sociedades ocidentais têm vindo a criar fronteiras mais ou menos visíveis, abrindo as portas a uns e fechando-as a outros. Ainda que esta fronteira possa não ser totalmente rígida, pois há os que circulam nos

<sup>2</sup> Incluímos neste grupo os que trabalham a recibos verdes ou formas de emprego similares, inclusive o part-time quando se apresenta como a única forma de aceder ao emprego e não resulta da possibilidade de uma escolha.

<sup>3</sup> Não falamos de "etnia" ou de "raça", afastando-nos do que é muito frequente, na medida em que consideramos que estas últimas designações, de origem anglo-saxónica, se prendem com um duplo modelo explicativo: um que "naturaliza", a raça, ou seja, a procura de elementos biológicos que singularizam, estando na ordem do dia a população negra e outro que "culturaliza" a diferença, isto é, a busca de traços culturais servindo, em última instância, de causalidade. Diremos, mesmo, que os que se encontram nestas condições são olhados por um prisma que lhe retira as suas próprias propriedades. Até porque a "etnização" é um processo que cria referentes de desigualdade, em nome das singularidades atribuídas a grupos e pessoas que se situam na base da pirâmide social e não a outras de boa condição social, que até podem ter as mesmas origens nacionais. Pense-se, tão só, nos diplomatas e nos seus descendentes. (M. E. Leandro, 1998). Vários trabalhos feitos sobre estas matérias (M. E. Leandro, 1995, V. De Rudder, 1997, Nazroo, 1998...) mostram como estes modelos não só servem para mascarar a realidade como servem igualmente para legitimar as desigualdades sociais, as designações, reportando-as aos traços biológicos ou culturais, que escapam aos mecanismos das estruturas e da acção social. Faz-se destas singularidades uma essência em si mesmas. Porém, a estas interpretações opõem-se as que estudam os mecanismos sociais que, segundo as situações, fazem da nacionalidade, do nascimento ou da origem legitimações de discriminação perante a sociedade e a saúde. O que é importante é que logo que se trata de estudar a saúde destes grupos, embora tendo em conta certas variáveis, não se tenda a isolá-las nem reificá-las. Sem as separar de outras variáveis pertinentes, como a profissão, os recursos económicos e sociais, a habitação, a educação escolar, o sexo, o percurso migratório entre outras, podem apreender-se de maneira relacional, como construção dos mecanismos de discriminação e identificação. Ademais, a origem étnica, em si mesma, não existe, mas aparece antes como construção das lógicas da discriminação e identificação (D. Fassin, 2000b), legitimando certas relações sociais e políticas. Logo, existe apenas no olhar que se forja e nas interações que daí decorrem, que fazem como se elas existissem para lá desta relação. Por isso, estas nomenclaturas participam, "directamente" de maneira tautológica, da construção social dos grupos de que pretendem compreender, quiçá apoderar-se, dos contornos e das características, sem poder, de outro modo, assegurar-lhe a sua consistência. Se de um ponto de vista científico, a operação que consiste em objectivar uma construção social mais ou menos subjectiva não é em si mesma ilegítima, desde que tenha uma certa eficácia social e histórica durável, toca aqui aos seus limites, por insuficiência de mediação conceptual entre o ideológico e o científico. Com efeito, é nesta mesma submissão ao político e ao ideológico que encontra a sua única justificação. Uma tal situação científica só pode ser epistemologicamente inconfortável, pois suscita várias questões éticas. O que se trata aqui é de natureza "ascritiva": trata-se das "origens", quiçá dos "traços", isto é, de dados intrinsecamente relacionados com a

interstícios, entre as pequenas frestas e aberturas — e por vezes o caso das migrações internacionais como acontece com muitos portugueses pelo mundo fora não é dos menos significativos a este propósito — não têm deixado de se acentuar os fenómenos da pobreza, da insegurança, da economia informal (entre outros, pense-se no caso da droga e da prostituição), da segregação urbana... O declínio da sociedade salarial coloca de novo a célebre “*questão social*” (R. Castel, 1995), tendo algo análogo aos primórdios da civilização industrial, na medida em que o cerne dos problemas passa da fábrica para a cidade, onde vive a grande maioria da população ocidental e sobretudo para as suas periferias. Parte das violências escolares, dos conflitos de moradores, da delinquência parecem estar mais associados a novas “*classes perigosas*”, onde se tende a incluir muitos migrantes e a sua família, assim como muitos outros marginalizados, que antes eram constituídas pelos vagabundos em tempos mais recuados e pela classe operária na primeira metade do século XIX. Esta era absolutamente estigmatizada, dado ser considerada viver em promiscuidade, ser portadora de doenças infecto-contagiosas, mais dada a conflitos sociais e menos observadora das normas sociais (L. Chevalier, 1984).

Uma das componentes deste processo tem que ver, até, com o facto dos pais entrarem num processo de integração económica associada a várias aspirações, inclusive aos sonhos do regresso, enquanto os seus filhos estão largamente integrados na cultura da sociedade, onde possivelmente nasceram e residem, mesmo sentindo-se marginalizados em termos de participação económica e social. Os pais podem estar integrados na economia, mas não na cultura, ao passo que os filhos estão super-integrados na cultura, em termos de modelos de consumo e não se sentem escolar e economicamente integrados. Na maior parte das situações, os imigrantes tendem a formar as franjas inferiores do proletariado, mas logo que se pense em minorias migrantes esta são ainda mais objecto de depreciação<sup>4</sup>. Daí a tendência para serem definidas por identidades estigmatizantes (E. Goffman, 1982). Sendo assim, correm o risco de se verem enleados numa teia de olhares que os forjam, singularizam, acentuando ainda mais as suas desigualdades.

Não ignorar estas dimensões, permite-nos dizer que se a “*miséria e a pobreza*” estão mais associadas à extremidade inferior da hierarquia social, as desigualdades, ao contrário, ligam de maneira indissolúvel todas as componentes da sociedade e a sua

“*hereditariedade*”, encontrando-se mascarada sob a livre e voluntária afiliação autorizada pela auto-designação. Sejam quais forem as razões, a preocupação com a origem é — por natureza — uma “*bomba*” explosiva, quando se deixa a busca ou a inscrição individual no registo íntimo do parentesco para o inscrever na ordem colectiva, social e/ou política (ainda que o registo pessoal possa, por vezes, ser doloroso, como testemunham os debates sobre o direito das crianças abandonadas poderem conhecer as suas origens). Socialmente, o reenvio às “*origens*” comporta um risco inerente e definido: pode a qualquer momento autorizar a acusação dos que não são da mesma “*origo, inis*” ou do mesmo “*sangue*”, ou seja, os que têm uma ascendência diferente dos autóctones. É sobejamente conhecido o caso dos estereótipos e preconceitos, por exemplo, acerca dos “*filhos de imigrantes*”, em suma aos que podem ser considerados “*out-group*”.

<sup>4</sup> Tendo sobretudo em conta o mercado de trabalho e até as formas de alojamento reservadas aos migrantes e suas famílias, ou ainda outras dimensões da vida humana e social, como referem Y. Pedrazzini et M. Sanchez (1997) a discriminação e até a marginalidade e as clivagens sociais tornam-se frequentemente num modo de viver em sociedade.

redução supõe intervenções redistributivas, atingindo o conjunto das estruturas sociais.

Nos nossos dias, basta tão só pensar no crescimento do que vulgarmente se designa de “*novos pobres*”, referindo-se a pessoas, famílias e grupos sociais que até tinham boas condições de existência, mas a quem de um momento para o outro faltou o emprego, única fonte de sobrevivência pessoal e familiar. Da parte do Estado e de instituições similares, perante o aumento da precariedade, vão aparecendo medidas singulares para atenuar os efeitos da pauperização e absorção das desigualdades, mais frequentemente sob a designação de “*exclusão*”, preocupando-se tanto com os efeitos sociais propriamente ditos, como com os sanitários.

Nos países de maior desenvolvimento económico e não só, como acontece em Portugal, as desigualdades sociais, enquanto tais, não parecem ser questão, e as desigualdades perante a saúde ainda menos, absorvidas que são pelo que mais correntemente tem vindo a designar-se de exclusão social. Ora se há situações em que, de facto, se verifica esta situação, outros há em que as pessoas vivem antes em situação de desigualdade e não tanto de exclusão, tendo presente que esta integra sobretudo uma ruptura com o laço social e não apenas a pobreza económica. O que pode acontecer é haver cada vez mais casos em que uma conduz à outra, o que é “*terrível*” para a coesão social “*em tempo de paz*” (J.-P. Fitoussi, 1997).

No que aos migrantes diz respeito, as desigualdades acrescidas a que, normalmente, estão sujeitos podem advir um factor exponencial de precarização e segregação e associam, geralmente, consequências negativas para a saúde na sua integralidade, isto é, a capacidade de manter as correlações psíquicas, biológicas e sociais em perfeita harmonia, de se adaptar continuamente às variações exteriores, de resistir às agressões microbianas, tóxicas, traumáticas e sociais e de se curar após ter estado doente (G. Lazorthes, 1998).

## **Migrações e saúde: singularidades das disparidades**

Jean-Jacques Rousseau (1755), tornou-se célebre, entre outros aspectos graças ao seu «*Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens*». No entanto, fala da desigualdade natural e física como dados da natureza, a que não se pode escapar, afirmando, assim, que as desigualdades inscritas no corpo são naturais. Contrariamente a esta asserção de J.-J. Rousseau, sabe-se através de estudos de grande folgo (P.h: Chombart de Lauwe, 1956; D. Fassin et al. (2000b) que este tipo de desigualdades, em grande parte, têm que ver com as condições sociais de existência. Sem negar as diferenças de tipo genético ou biológico, podendo induzir vulnerabilidades diferenciadas perante certas patologias, podemos interrogarmo-nos como é que a sociedade, mesmo nestes casos, transforma as predisposições para a doença em desigualdades de saúde. Por vezes, podemos dizer que a estratificação social traz consigo uma estratificação dos corpos e da saúde, tendo presente que o desgaste físico em virtude da dureza ou não de trabalho é absolutamente diferente.

Não obstante, o trabalho é uma particularidade central relacionada com os migrantes internacionais, de carácter económico, na medida em que aspiram através do mesmo realizar os seus projectos, permitindo-lhes aceder a uma vida melhor para si e para os seus, inclusive em termos de saúde em sentido mais lato (M. E. Leandro, 1995; 2004; A. Sayad, 1999).

A este propósito, importa ter presente que, na maioria dos casos, e designadamente nos primeiros tempos, aos imigrantes são reservados os sectores da actividade produtiva onde o trabalho é mais duro, desgastante, mal pago e perigoso para a saúde. Este desgaste exerce-se no interior de um corpo que tem por projecto inicial, por projecto migratório, fazer viver os seus com um só e único meio: a sua força corporal, corpo objecto de trabalho. Aliás, o termo “*trabalhador imigrante*” não é neutro, mas neutraliza o migrante no seu estatuto de trabalhador, privando-o da dimensão humana e social. É por excelência o “*homo oeconomicus*” menosprezando, o “*homo socius*” e o “*homo sanitas*”, um ser de desejo e aspirações e que procura os mesmos direitos que os autóctones, inclusive em termos de saúde. Sendo assim, corpo e trabalho tornam-se sinónimos.

A situação é ainda mais complexa desde finais do século XX em que não só aumentam as mobilidades humanas, tanto de mulheres como de homens, de mais novos e de mais velhos (M. E. Leandro et al, 2008), mas também as medidas restritivas dos países mais ricos e desenvolvidos, avolumando os números dos “*sem papéis*”, dos “*estropiados da aventura*”, dos desempregados, dos esfomeados, dos marginalizados, enfim, dos deixados por conta e risco à mercê do seu destino. Ainda que estes casos não constituam maiorias, não são de somenos importância quando pensamos as questões de desigualdade social e sanitária, tanto à escala nacional como internacional. Vivendo na “clandestinidade” ficam ainda mais privados de acesso directo aos serviços de saúde.

Uma das componentes deste processo leva-nos a ter em conta as questões do emprego, ainda que o discurso público tenda a concentrar-se no desemprego e com maioria de razão na actualidade, em que este aumenta diária e vertiginosamente, fazendo até prever vários efeitos em termos de saúde e de doença. Não poderão também ser esquecidas as modificações anteriores e actuais introduzidas na organização social do trabalho, em particular o desenvolvimento da flexibilidade, da sub-contratação, da evolução dos ritmos e dos horários de trabalho, da diversificação e da precarização das formas salariais, da selecção dos trabalhadores, dos critérios de empregabilidade, intimamente ligados aos fenómenos de supressão do emprego e do desemprego de longa duração, a que frequentemente ficam ainda mais expostos os migrantes. Casos recentes dos portugueses em muitos países europeus ou de migrantes em Portugal, engrossando o número dos sem abrigo, não são os menos emblemáticos a este respeito.

Nestas condições, se o desemprego em qualquer contexto social provoca desqualificação das pessoas, aumenta a depreciação da sua saúde, condição que até os pode tornar “*inaptos*” para trabalhar, com maioria da razão no que se relaciona com os migrantes, na medida em que a sua presença sem trabalho numa outra sociedade, não tem mais razão de ser e ainda mais se não estão bem integrados. Eles vie-

ram ou foram chamados para trabalharem. Daí que sem trabalho, se tenda a considerar o migrante alguém que está a mais. Por vezes, as contradições são grandes. Acontece que podendo ser considerados pelos patrões inaptos para trabalharem, não são apreendidos como tais pelos regimes da Segurança Social, como tem acontecido com muitos casos que temos estudado entre os Portugueses na Alemanha e em França. É então a situação de desempregado que é também vivida como “*patogénica e anormal*” (G. Canguillem, 1966, 2007), pois não corresponde mais ao protótipo ideal que se construiu a seu respeito.

A perda de valor social associada ao desemprego, quando a pessoa ainda não realizou os projectos migratórios ou não se encontra em condições de reforma, provoca um sentimento de vida inútil e uma migração sem sentido como nos dizia um dos nossos interlocutores. “*Trabalhei desalmadamente durante 28 anos em França, na construção civil, no mesmo padrão. Fiz uma alergia a tudo quanto é pó. Cada vez que retomo o trabalho é sempre a mesma coisa. O médico diz que a minha doença é devido à profissão que exerço. O padrão não me dá outro emprego, por exemplo de motorista, como já lhe propus. Já fui a uma junta médica, mas os médicos consideram que estou capaz de trabalhar. Basta mudar de emprego. O grave é que ainda não encontrei mais nenhum trabalho. A minha situação e a minha saúde não estão nada bem. Tenho dificuldade em dormir, tensão alta, tonturas, dores de cabeça... Já faço parte das pessoas de quem não se precisa, a não ser o filho que ainda estuda, mas sem emprego não sei o que vai ser. Não sei que fazer à vida! Ainda mais que não pensamos voltar para Portugal*” (H., Encarregado de obras, 54 anos).

Será possível traçar aqui uma fronteira clara entre a desvalorização e a “*depressão*”, tão frequente em contextos migratórios? Perante estas manifestações psíquicas de precaridade podemos falar de saúde ou antes de necessidade de intervenção social? A questão não é simples. Tanto mais, como afirma P. Aïch et al (1990), que a dimensão subjectiva é uma componente essencial da apreensão da saúde e, por outro lado, porque também a doença e a própria morte aparecem influenciadas por factores como a auto-estima ou o sentido para a existência (J. Elstad, 1998). Daí que questões desta natureza não possam ser apenas analisadas em termos de exclusão/inclusão mas de um contexto de discriminação muito vasto que engloba muito mais dimensões da vida profissional, humana, familiar, social e sanitária que, frequentemente, permanecem invisíveis.

Estes dois fenómenos não são independentes nem estranhos um ao outro, tendo, até, em várias situações a reforçarem-se<sup>5</sup>, tornando-se num factor de precarização e de segregação, dando azo geralmente a graves consequências para a saúde, sobretudo através do desemprego e das privações a que dá lugar, ainda que não seja de subestimar a pertença sócio-cultural, como muito bem o afirma D. Fassin (2000b).

<sup>5</sup> Estão neste caso a precarização do emprego, do alojamento, a desqualificação social, sendo que para os migrantes se pode juntar também a segregação espacial, habitação insalubre, filhos com graus de escolarização menos elevados, mais patologias comparadas, por vezes até por inadvertência, o que os leva a aceder mais tarde aos serviços de saúde e a investir menos na prevenção da doença).

Neste sentido, importa ter presente o impacto dos suportes familiares e sociais que, em terras de migração, podem não ser idênticos aos que dispunham na terra de origem, embora menos provida em serviços de saúde formais.

Com efeito, para os migrantes para além das desigualdades sociais e sanitárias, como afirma A. Sayad (1999), é importante ter em conta a situação complexa de “*exílio*”, de estrangeiro, de ausência de muitos bens materiais e simbólicos, de solidão, das condições de trabalho, mas também da paisagem, dos espaços e das formas de alojamento, das duplas pertenças, da mistura de referências, das recomposições identitárias, das dificuldades de reconhecimento social valorizado, das várias rejeições no contexto social envolvente e as consequências que daí advêm para a saúde física e mental. O caso de migrantes da Ucrânia, que estudámos no concelho de Vila Verde, atesta bem como os males psíquicos se reflectem nos males do corpo (M. E. Leandro et al. (2002). Daí que a saúde se afigure como uma noção e um espaço definidos pelas relações entre o corpo físico-psíquico e o corpo social. Como afirma D. Fassin (1996) a saúde é uma realidade complexa como noção social e culturalmente determinada e como espaço politicamente construído, tendo muito que ver com os modos de vida. De resto, a promoção da saúde pluricultural requer várias interações, inter-conhecimento, reconhecimento e muita “*sensibilidade humanista*” (R. Massé, 2003).

O primeiro grande problema é que os migrantes são objecto de um duplo processo de desigualdades: por uma parte, a concentração das desigualdades comuns ao conjunto da sociedade, mas que os afectam de sobremaneira; por outra, são objecto de mecanismos que lhes são peculiares em virtude da sua própria condição social, pertença nacional, cultural, religiosa, quiçá vulnerabilidade jurídica, que os afecta exactamente na sua qualidade de migrantes, de estrangeiros, no facto de serem considerados outros diferentes de nós, mas que não deixam de ser Homens e Mulheres com a mesma dignidade. Assim, acumulam muito mais desigualdades. O seu lugar na hierarquia do trabalho e do social traz consigo mais desigualdades e até mais marginalização social e sanitária. Certo como dizem os portugueses na Alemanha e em França, os regimes de saúde nestes países são mais igualitários, no sentido em que consideram não haver desigualdades de acesso e não se sentirem discriminados pelo facto de serem portugueses. Mas esta sensação tem mais que ver com o recurso aos médicos generalistas no sector público, o que não é a mesma coisa quando se pensa em especialistas no sector privado. As desigualdades situam-se antes ao nível do social, o que sem se darem menos conta disso tende a exercer efeitos nefastos sobre a saúde dos próprios e quiçá dos seus descendentes, em virtude das disparidades vividas ao nível do trabalho, da escola, do capital sócio-cultural...

*“O corpo ça s’use. E às vezes parece que não posso mais. Mas vim para cá para trabalhar. Quando adoço vou ao meu médico, que é muito bom e muito simpático. Tomo os medicamentos que ele manda e assim vou ganhando forças para continuar a luta. Ainda faltam 8 anos para a reforma. O que vale é que a medicina aqui não tem comparação com Portugal. É muito melhor e somos tratados como qualquer outra pessoa. Não é como antes de irmos para aqui que quando estávamos doentes, às vezes*

*nem sequer íamos ao médico, porque não tínhamos dinheiro para lhe pagar e comprar os medicamentos. Ficávamos pelos remédios caseiros, o curandeiro ou o endireita. Só se fosse grave é que se ia ao médico. Agora não é preciso ficar à espera. Até há pouco tempo para quem tivesse a Mutuel, praticamente não pagava quase nada. Agora já se paga mais alguma coisa, mas também não é muito. Nada que não possamos pagar. Mas também é verdade que já me sinto muito cansada, cada vez com mais dores aqui e ali. O mesmo acontece com o meu marido” (M. porteira, 57 anos).*

*“Os serviços de saúde na Alemanha não têm nada que ver com o que se passa em Portugal: antes de irmos e agora, como podemos verificar quando vamos de férias e adoecemos ou o que vemos com a nossa família. Onde é que aqui é preciso estar meses à espera de uma consulta, mesmo de um especialista ou passarmos horas nas filas. Mas lá não. O tempo que se está à espera pode ainda mais agravar a doença... Agora aqui o que mudou um bocadinho, foi termos de pagar alguma coisa (2002). Mas antes não se pagava nada, fosse para o que fosse. Na Alemanha, a partir dos 40 anos as pessoas recebem todos os anos uma carta em casa para fazerem exames de graça para verem se têm cancro ou doenças parecidas e as mulheres para o exame “frauenheilkunde” (ginecologia). Eu não sei como se diz em português porque são exames que só fiz em Nurnberg. Somos muito bem tratados e os médicos falam muito bem connosco e explicam-nos tudo muito bem. Se tivermos de ir para o hospital, procuram ter sempre alguém que possa falar connosco em português se for preciso. Eu nunca esqueço que a princípio o que era mais difícil quando ia ao médico era ser capaz de explicar o que sentia na língua alemã. Pedia a uma pessoa que falasse bem alemão para ir comigo. Cheguei a pedir à senhora que está na Missão portuguesa, que veio para cá muito novinha e fala muito bem alemão. Agora já não é preciso” (M., Operária, 52 anos).*

Entre outros aspectos, estes extractos de entrevista para além de destacarem os efeitos da dureza do trabalho sobre o corpo, valorizam imensamente os cuidados de saúde formais nos países onde vivem, em contraponto com as experiências vividas antes da e/imigração e as representações sobre o que se passa actualmente em Portugal. Mesmo assim, têm perfeita consciência que a dureza do trabalho provoca muito desgaste físico e psíquico ao longo do tempo. G. Boltanski (1971), considera que os determinismos sociais não se manifestam imediatamente pela acção que exercem na ordem biológica, mas através do que se vai fazendo com ela e por ela. Assim, os usos sociais do corpo inscrevem-se em práticas culturais e sociais, na prevenção e de modo mais geral na higiene de vida. Um inquérito realizado recentemente em França, junto de uma amostra representativa de portugueses com idades entre 45-70 anos, revelou que 6, 3% dos homens e 3,6% das mulheres, tinham interrompido o trabalho por razões de doença ou acidente e 25,2% e 16,7%, respectivamente, tiveram problemas de saúde relacionados com o trabalho (A. Almeida, 2008).

Vale a pena destacar também a questão da linguagem dos males físicos e psíquicos, podendo conter significantes diferentes quando se passa de uma língua para a outra, como acontece, por exemplo, com o termo de constipação em português,

podendo ser associada à gripe, ao passo que em francês “*constipation*” designa prisão de ventre. Poderíamos ainda levantar a questão da interpretação da doença quando está em jogo a cultura, podendo incluir mais ou menos superstições e crenças tradicionais, bem como os saberes profanos e os saberes dos peritos.

Trata-se, de facto, de dois níveis de pensamento: um constata e identifica a doença associando-a a outros factos empíricos da vida quotidiana; outro que os interpreta e situa numa relação de sentido servindo para compreender a lógica deste ou daquele acontecimento. Por exemplo, a crença nos efeitos do “*mal de inveja*” e do “*mau olhado*” está ainda muito presente entre os portugueses num e no outro país, o que, por vezes os induz a recorrerem a outros “*terapeutas*”, mais associados à magia. Os males decorrentes do stress e da depressão, do insucesso, dão frequentemente azo a este tipo de interpretações. Daí que na esteira de A. Zempléni (1985), em termos linguísticos e da comunicação entre profissionais de saúde-utilizadores, possamos dizer que estamos perante três realidades distintas: uma experiência subjectiva de algo de anormal (*illness*); um estado de alteração biofísica objectivamente reconhecida no organismo (*disease*); o papel social da doença (*sickness*). Do nosso ponto de vista, é a correlação entre estas três ordens de realidade que permitirá compreender a problemática da saúde e da doença em contexto migratório. Aqui, a doença, o acidente causa ou expressão desta “*aflição*” introduz uma paragem, uma quebra, a partir dos quais se desenvolvem síndromas, por vezes desconcertantes, chegando a não corresponderem aos dados da nosografia clássica das doenças locais.

Em conversa com um médico francês sobre questões desta natureza, dizia-nos, então, que frequentemente tinha dificuldade em classificar as doenças das mulheres portuguesas, não apenas em função da língua e da linguagem, mas sobretudo da maneira como exprimiam o mal de que sofriam. Tendiam muito a falar de dores de cabeça, quando afinal se tratava mais de ansiedade e/ou depressão, perturbações de humor, tristeza ou preocupações profundas. Daí uma medicação errada, as dificuldades de tratamento e de recuperação e uma dupla incomunicabilidade durante a consulta médica.

Tendo presente estas dificuldades, importa ainda dizer que para o imigrante doente e os seus próximos familiares ou outros, é tanto a possibilidade de designar a doença como a capacidade para a explicar, isto é, conferir-lhe sentido, o que pode apresentar dificuldades no acto médico. Daí que, a princípio, para o médico possa ser difícil prescrever um tratamento adequado à interpretação apresentada. Frequentemente, a questão releva menos da classificação do que da causalidade. Se os enunciados sobre a doença falam do indivíduo (a sua definição, componentes, acidentes e incidentes, projectos e trajectos), não falam menos da sociedade e das suas condições sociais de existência.

Deste modo, constitui-se o síndrome do mal em todo o lado, fonte de mal entendidos. É no corpo e na mente que se inscrevem e ecoam todas as feridas sofridas, interiorizadas ou não. Em tais condições, a doença torna-se linguagem para expri-

mir o sofrimento, a frustração, a incompreensão, a solidão, a dureza do trabalho, a desaculturação, em suma a condição de estrangeiro migrante. O médico, considerado bastante acessível e acolhedor, aparece como o *“taumaturgo”* que pode curar ou dar medicamentos que permitam ultrapassar as agruras da vida em toda a sua extensão, o que, na actualidade se inscreve também numa sensibilidade crescente ao sofrimento psíquico, qual forma de *“individualismo psíquico”*, que não relevando só da medicina e da medicação a elas recorrem. *“Tais usos exprimem uma sensibilidade crescente ao sofrimento psíquico. O facto que várias instituições sociais, inclusive a medicina, se esforçarem por controlar a sua utilização tende a produzir confusão entre patologia mental e o mal do dia a dia, ainda que, de resto, os perigos para a saúde sejam reais”* (M. Drulhe, 1996, 44). Neste caso, os medicamentos não são apenas para curar, mas produzem a saúde ou casos há que até são a saúde, assim como, ao contrário, determinados comportamentos alimentares, tabágicos, alcoólicos, sedentários, stressantes... são a doença (R. Massé, 2003).

Situando-nos ao nível da linguagem dos males do corpo, vale a pena aflorar que os portugueses em França, embora menos na Alemanha devido às distâncias linguísticas, tendem muito mais a identificar os vários órgãos do corpo, exames médicos, estruturas de saúde e medicamentos que são novos para eles, nas línguas destes países do que na língua portuguesa. Tal era a falta de acompanhamento médico mais continuado e persistente antes da emigração, o que não acontece depois, ainda mais em países onde até finais dos anos noventa, os serviços de saúde eram gratuitos no caso da Alemanha e também em França, caso tivessem o complemento de uma Mutualidade, o que era o caso de muitos deles. Assim vão-se familiarizando com uma linguagem médica local que os leva a falar do *“oesophage”* e não do esófago, da *“rata”* e não do baço, do *“foie”* e não do fígado, das *“reglas”* e não da menstruação, de crianças *“prematizadas”* e não de prematuras, de *“couveuse”* e não de incubadora, do *“gynécologue”* e não do ginecologista, de *“câncer”* e não de cancro, de *“constipação”* e não de prisão de ventre, de *“prise de sangue”* e *“laboruntersuchungen”* e não de análises, de *“prüfung”* e não de exame, de *“klinik”* e não de clínica, e assim por diante.

Em consequência do intenso desgaste físico, psíquico e social, o corpo dos migrantes, podendo tornar-se socialmente doente, tende ainda a adoecer mais precocemente, como muitos o manifestam. Muitas vezes, o migrante mais do que investir na prevenção, procura antes a cura das suas contradições sociais nos medicamentos. O medicamento está destinado a agir sobre uma afecção bem determinada. No caso do migrante, frequentemente, a afecção não é apenas orgânica, mas também social e as desigualdades que se vão inscrevendo no corpo não o deixam imune a múltiplas doenças, tendendo a atingi-lo de modo muito particular.

Não ignorar estas dimensões implica acrescentar, ainda, que as representações acerca da saúde se não são as mesmas para os ricos e para os pobres, para os migrantes as causas e as consequências da doença são as da sua relação com as sociedades a que estão ligados. Parafraseando M. Baumann (2002), podemos dizer que para os pobres, e diremos nós para migrantes, a saúde define-se como ausência de doença e,

de maneira utilitária, como o meio de bem funcionar e, em particular ter uma profissão. Logo, fora destas dimensões têm mais dificuldade em “*antecipar a saúde*”, ainda que os portugueses na Alemanha e em França façam da melhor qualidade dos serviços de saúde nestes países e da presença dos filhos e dos netos que aí vivem, duas condições essenciais para a fixação, mesmo após a reforma, ainda que no inquérito acima indicado sejam apenas 5,9% a invocar este factor a pesar na decisão de fixação, contrariamente à importância atribuída à família. Por sua vez, há imigrantes em Portugal que procuram que os filhos nasçam aqui, mesmo se depois, a curto ou médio prazo, voltam para os seus países. Estrategicamente, entre outros aspectos, podem continuar a beneficiar, aqui, do acesso aos serviços de saúde para eles, que também consideram melhores do que nos seus países de nascimento.

## Conclusão

Olhando para o contexto que nos rodeia e numa perspectiva de globalização, na esteira de N. Elias, não temos dúvidas em afirmar que se têm forjado cada vez mais uma civilização das desigualdades sociais. Jogando com um duplo significado da expressão, podemos apreender dois fenómenos paralelos: a generalização das disparidades face à saúde e a pacificação do poder sobre os corpos. As sociedades hodiernas, onde alguns quiseram ver o fim de uma história civilizadora, são profundamente desiguais e é nelas que a desigualdade, de toda a ordem, adveio, ela própria, de algum modo mais civilizada e, por conseguinte, menos visível e mais tolerável.

Daqui decorrem também as disparidades perante a esperança de vida e a morte. Por exemplo, na maioria dos países ocidentais a esperança de vida já alcançou os 80 anos, chegando mesmo a ultrapassá-los em alguns deles, enquanto na Guiné-Bissau é cerca de 40 anos, ou seja, metade. E mesmo assim, é inegável que se tem produzido um contexto de melhoria global de saúde, embora desigualmente no espaço e nos respectivos contextos sócio-económicos e políticos, designadamente quando se tem em conta a oposição norte/sul. Porém, nem por isso, a distância entre os diferentes grupos sociais tem diminuído, no seio de cada sociedade, mercê das desigualdades sociais que abarcam todas as dimensões da vida humana e social. Os trabalhos de G. Desplantes (1993), em França, revelaram que as probabilidades de morrer prematuramente entre 35 e 60 anos é de 8% para os professores, contra 27,7% para os operários, ou seja, três vezes e meia mais elevada e que a esperança de vida aos 35 anos é de 44,7 e 35,8, respectivamente.

No que diz respeito aos migrantes internacionais, situação que mais nos ocupa neste trabalho, não conhecemos nenhum trabalho, tanto ao nível nacional como internacional, que possa revelar estas diferenças. O que sabemos, outrossim, é que, na maioria das vezes, pertencem exactamente aos grupos sociais da base da pirâmide social e que são ainda presa fácil de mais desigualdades, em virtude do seu estatuto jurídico e da condição social de estrangeiro-migrante. Daí a extrapolação que daqui podemos retirar.

Se é certo que, nalguns destes casos, as desigualdades em relação a outros da mesma condição social não chegam a atingir valores preocupantes, também não é menos verdade que a inscrição da ordem social no corpo dos migrantes comporta uma dupla vertente. Por um lado, a diferenciação das condições e dos modos de vida associados à mobilidade e às possíveis consequências socialmente diferenciadas das formas de trabalho, dos locais de residência, do nível de rendimentos que, afinal, exercem influências sobre o conjunto das práticas sociais, quer se trata da educação, da higiene de vida ou dos cuidados informais, podendo conduzir a um fosso considerável das disparidades perante a doença e a morte, através de uma melhoria selectiva da saúde em função da posição ocupada no espaço social; por outro, ainda que os sistemas de saúde dos países onde vivem sejam muito bons (como dizem os portugueses na Alemanha e em França), nem por isso, por si só, conseguem proporcionar a todos igualmente, inclusive aos migrantes e suas famílias, a tão propalada igualdade perante a saúde. A questão fundamental coloca-se a montante, isto é, ao nível das condições sociais de existência, e não a jusante, ou seja, no simples recurso aos serviços da saúde. O modo mais eficaz de combater as desigualdades perante a saúde passa, sem sombra de dúvida, pela redução das desigualdades na sociedade.

## Bibliografia

- Almeida, A. (2008) *Les Portugais en France à l'heure de la retraite*, Paris: Ed. Lusophone.
- Aïch P. Curtis S. (1990) "Social inequalities in self-reported morbidity: interpretation and comparison of data from Britain and France," *Social Science and Medicine*, 31, pp. 267-274.
- Baumann, M. (2002), «Promotion de la santé et discriminations sociales: quelles questions éthiques ?», in M. E. Leandro, M. Lobo, M. Costa (orgs), *Saúde. As teias da discriminação social*, Braga, ICS, pp. 403-419.
- Boudon, R. (1977) *Effets pervers et ordre social*, Paris: PUF (Coll. Sociologies«).
- Canguillem, G. (2007 [1966]) *Le normal et le pathologique*, Paris: PUF (Coll. «Quadrige»).
- Castel, R. (1995), *Les métamorphoses de la question sociale. Une chronique du salariat*, Paris: Fayard.
- Chevallier, L. (1984) *Classes laborieuses, classes dangereuses à Paris pendant la première moitié du XIXème siècle*, Paris: Hachette.
- Chombart de Lauwe, P.-H. (1977 [1956]) *La vie quotidienne des familles ouvrières*, Paris: CNRS.
- Costa, A. et al. (2008) *Um olhar sobre a pobreza*: Lisboa, Gradiva.
- Desplanques, G. (1993) «L'inégalité devant la mort», in *La société française. Données Sociales*, Paris: INSEE, pp. 251-258.
- Drulhe, M. (2006), *Santé et société. Le façonnement sociétal de la santé*, Paris, PUF (Coll. «Sociologie d'aujourd'hui»).
- DRULHE, M. (2002) «Les inégalités sociales de santé: quelles intellegibilités ?» in M. E. Leandro, M. Lobo, M. Costa (orgs), *Saúde. As teias da discriminação social*, Braga, ICS, pp. 21-30.
- Dubet F. (2000) *Les inégalités multipliées*, Le Moulin du Château: Aube.
- Elias, N. (1997) *Logiques de l'exclusion*, Paris: Fayard.
- Elstad, J. I. (1998) "The psycho-social perspective on social inequalities in health", *Sociology of Health and Illness*, 20, 5, pp. 598-618.
- Fassin, D. (1996) *L'espace politique de la santé. Essai de généalogie*, Paris: PUF (Coll. «Sociologie d'aujourd'hui»).

- Fassin, D. (2000a) *Les enjeux politiques de la santé. Études sénégalaises, équatoriennes et française*, Paris: Karthala (Coll. «Hommes et sociétés»).
- Fassin, D. (2000b) «Qualifier les inégalités», in A. Leclerc et al., *Les inégalités sociales de santé*, Paris: La Découverte, pp. 123-144.
- Fitoussi, J.-P. (1997) *O debate tabu – moeda, debate, pobreza*, Lisboa: Terramar.
- Forrester, V. (1997) *O horror económico*, Lisboa: Terramar.
- Godelier, M. (1982) *La production des grands hommes. Pouvoir et domination chez les Baruya de Nouvelle-Guinée*, Paris: Fayard.
- Goffman, E. (1982) *Estigma. Notas sobre a manipulação da identidade*, Rio de Janeiro: Zahar.
- Harendt, H. (1983 [1963]) *Condition de l'homme moderne*, Paris: Clamann-Lévy.
- Héritier-Augé, F. (1992) «Ce mal invisible et surnois», in C. Thiaudière (ed.), *L'homme contaminé. La tourmente du Sida*, Paris: Autrement, pp. 148-157.
- Lazorthes, G. (1998) *Sciences humaines et sociales. L'homme, la société et la médecine*, Paris: Masson.
- Leandro, M. E. et Massoudeh, J. (1981), Dossier de travail pour le cours de Sociologie Politique: *Écarts des inégalités sociales aux Pays de Leste et aux Pays Occidentaux*, Université René Descartes, Sorbonne Paris V.
- Leandro M. E. (1995) *Au-delà des apparences. L'insertion sociale des Portugais dans l'agglomération parisienne*, Paris: L'Harmattan.
- Leandro M. E. (2000) «A construção social da diferença através da acção denominativa. O caso dos jovens portugueses perante as migrações internacionais», *Cadernos do Noroeste. Série Sociologia*, Vol. 13 (1), 5-30.
- Leandro M. E. (2001) «A saúde no prisma dos valores da modernidade», *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, Vol. 41 (3-4), pp. 67-93.
- Leandro M. E. et al. (2002), «Os males do corpo em terra estrangeira» in M. E. Leandro, M. Lobo, M. Costa (orgs), *Saúde. As teias da discriminação social*, Braga, ICS, pp. 181-210.
- Leandro, M. E. e Leandro, A. S. (2003) «Sociedade em mutação e processos identitários», *Cadernos do Noroeste. Série Sociologia*, Vol. 21 (1-2), pp. 11-38.
- Leandro M. E. e Nossa, P. (2008) «Mobilité internationale des papy-boomers. Les Portugais par l'Europe», Texto policopiado apresentado no Colóquio Internacional: *Les nouvelles configurations de la mobilité humaine*, CES-AISLF, que teve lugar nos Açores de 26 a 28 de Novembro de 2008.
- Leclerc, A. et al. (sous la direction de) (2000) *Les inégalités sociales de santé*, Paris: La Découverte.
- Madureira Pinto, J. (1994), *Propostas para o ensino das Ciências Sociais*, Porto: Ed. Afrontamento.
- Massé, R. (2003) *Éthique et santé publique. Enjeux, valeurs et normativité*, Canada: Les Presses de l'Université de Laval.
- Nazroo, J. (1998) «Genetic, cultural or socio-economic vulnerability? Explaining ethnic inequalities in health», *Sociology of Health and Illness*, 20, 5, pp. 710-730.
- Patlegean, E. (1977) *Pauvreté économique et pauvreté sociale à Byzance IV-VIIème siècles*, Paris: École des Hautes Études en Sciences Sociales.
- Pedrazzini, Y e Sanchez, M. (1997), «Vie violente et liens sociaux d'urgence. Bandes des 'barrios' de Caracas et gangs des ghettos américains», in J. Pavageau et al. (sous la direction de), *Le lien social et l'inachèvement de la modernité*, Paris: L'Harmattan/ARCI, pp. 213-244.
- Sayad, A. (1999), *La double absence. Des illusions de l'émigré aux souffrances de l'immigré*, Paris: Seuil.
- Sen, A. (2000), *Repenser l'inégalité*, Paris: Seuil.
- Simmel, G. (1998), *Les pauvres*, Paris: PUF (Coll. «Quadrige»).
- Tocqueville A. (1993 [1850]) *De la démocratie en Amérique*, Paris: Flammarion.
- Védrenne-Villeneuve, E. (1961) «L'inégalité sociale dans la première moitié du XIXème siècle», *Population*, 4, pp. 665-698.
- Thomas, L.-V. (1975), *Anthropologie de la mort*, Paris: Payot.
- Zampléni, A. (1985) «La 'maladie' et ses 'causes'» Introduction, *Ethnographie*, 2, pp. 13-14.



## **“O processo sempre inacabado da história da liberdade”<sup>1</sup>**

Maria Helena Gonçalves\*

A reflexão a que me proponho, inspirada pelo conceito de “não-lugar” criado pelo antropólogo Marc Augé no seu livro *Não-lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade*<sup>2</sup>, longe de constituir uma toada pessimista sobre o “mundo da vida” com os seus desencontros e desencantos, quer ser um hino de louvor aos não conformados com o excesso da *supermodernidade*, gerador desses produtos da contemporaneidade designados de *não-lugares*: aos crentes e confiantes na possibilidade de ‘cultivo’ do *lugar antropológico*, ‘segunda natureza’ do indivíduo no espaço-tempo em que se desenrola a sua existência; aos que apostam na construção do espaço público intersubjectivo como o lugar antropológico da estima e valorização mútua, para além das reivindicações das diferenças; aos que persistem na defesa de um novo paradigma de solidariedade; aos que ousam repensar a relação entre identidade pessoal e laço comunitário na dimensão jurídico-social da vida humana, um verdadeiro exercício de cidadania.

### **A supermodernidade e os seus não-lugares**

A reflexão de Marc Augé sobre a contemporaneidade parte da necessidade de dar sentido ao presente, ao contrário da perspectiva pós-moderna sobre a derrocada da ideia de progresso e conseqüente ininteligibilidade da história. O que o autor designa de supermodernidade é “o lado ‘cara’ de uma moeda da qual a pós-modernidade só nos apresenta o lado ‘coroa’ — o lado positivo e negativo”<sup>3</sup>.

Erigida em objecto de estudo, a supermodernidade – a contemporaneidade nas suas contradições e complexidades – é definida pelo excesso factual e espacial e pela acentuada individualização das referências, a que correspondem transformações das categorias de tempo e espaço e do indivíduo. O indivíduo, que se crê no centro do mundo, tornando-se referência para interpretar as informações que lhe chegam, constitui-se também como figura de excesso.

\* Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Universidade do Minho.

<sup>1</sup> Este título é retirado do texto “Tecendo os fios da sociedade: reforçando os nós da interacção Freire – Habermas” de Edna G. de G. Brennan, in III Colóquio de Paulo Freire, Recife – 16 a 19 de Setembro de 2001. Mesa Redonda: Diálogos Interculturais. (Consultado na Internet em 25 de Fevereiro de 2009).

<sup>2</sup> AUGÉ, Marc, (1994), *Não-lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade*. Campinas: Papyrus.

<sup>3</sup> RIETH, Flávia (2005) “AUGÉ, Marc. Não-lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade. Campinas: Papyrus, 1994. (Coleção Travessia do Século), in Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 1, n° 2, pag. 270-271, Jul/Set. 1995. (Consultado na Internet em Dezembro de 2008).

A expressão *não-lugares* designa duas realidades complementares mas diferentes: é, por um lado, um espaço formado em relação a certos fins (transporte, trânsito, comércio, lazer) e, por outro lado, designa as relações que os indivíduos mantêm com este espaço. Acolhem, provisoriamente, “pessoas em trânsito”, na base de uma contratualidade solitária, estabelecida pela mediação de palavras, signos e textos, propostos por instituições ou pessoas morais. Ao contrário do *lugar antropológico* – identitário, relacional e histórico – significativo não só para os que o habitam ou dele usufruem, mas também para quem, de fora, procura entendê-lo, “simultaneamente princípio de sentido para aqueles que o habitam e princípio de inteligibilidade para quem o observa”, o espaço do “*não-lugar* não cria nem identidade singular, nem relação, mas solidão e semelhança”, diz Marc Augé. Os *não-lugares* constituem uma nova configuração social desta época marcada pelo excesso: comprometidos com o transitório e a solidão, dão conta do nosso mundo provisório e do efêmero.

Para o estudo da contemporaneidade em toda a sua complexidade, tecida de perplexidades e contradições, as noções de *lugares* e *não-lugares* só podem ser consideradas como polaridades fugidias. As configurações sociais são múltiplas e diversas, irredutíveis aos termos desta categorização dicotómica, na esteira de uma série de dualismos que nos perseguem. O que quero dizer, atenta à porosidade dos termos/noções, é que a realidade não se apresenta sempre desenhada a preto e branco, mas antes muito matizada, sendo que a categorização dualista e dicotómica *lugares/não-lugares* pode revelar-se imperfeita para dar conta das “feridas morais” do nosso tempo, da relação tensional e conflituosa que atravessa muitos dos espaços que partilhamos, muitas vezes deficitários na sua especificidade identitária, relacional e histórica, que caracteriza o *lugar antropológico* e cria o que é organicamente social. Neste contexto, cabe perguntar se, para além dos aeroportos, auto-estradas e supermercados, identificados como *não-lugares*, outros espaços haverá eivados de características comuns e semelhantes, produtos das profundas transformações sociais, culturais e tecnológicas a que assistimos, onde a solidão impera e a semelhança, tecida de *invisibilidades* e falta de *reconhecimento*, é lei. Identificá-los e descrevê-los é via de acesso para compreender os comportamentos dos seus usuários.

## Espaço público e reconhecimento intersubjectivo

O espaço público, fragmentado pela diversidade dos seus actores, revela-se e manifesta-se numa tensão antro-po-sociológica, em que o conflito alimenta a interacção e a luta pelo reconhecimento constitui a chave de interpretação.

“As sociedades contemporâneas vivem um ambiente de profunda perplexidade, causada pelas múltiplas e diversas transformações ocorridas, agravada pelos problemas que a globalização e a sua lógica neoliberal acarreta, feridas e enfraquecidas pelo arrefecimento, senão supressão, dos laços sociais. Encontrando-se o espaço público, no devir contemporâneo, em acentuada reformulação, encerra o paradoxo e

a dificuldade de, sendo ‘espaço público’, estar construído — antes de mais e por força da globalização e do enfraquecimento dos Estados-Nação —, à volta de ‘interesses privados’, dando lugar a processos conflituosos de legitimidade social de identidades particulares que buscam o seu reconhecimento colectivo”<sup>4</sup>. A (re)construção do espaço público implica a assunção do *espaço público intersubjectivo*, problemática que passa, de forma irrenunciável, pelas noções de *identidade / alteridade*, mediada pela noção de *diversidade*.

No decurso da sua reflexão e a propósito de crise de identidade frequentemente referida, Marc Augé questiona se não vivemos antes uma crise de alteridade. As reflexões antropológicas, sociológicas e filosóficas sugerem que “as tensões emergentes das novas relações sociais no espaço público europeu mergulham as suas raízes no tipo de pensamento da modernidade secularmente cultivada no ocidente e que se alimentou de noções como unicidade, totalidade, monólogo (= *identidade*) e que colide contemporaneamente com uma outra proposta de racionalidade, que assenta na fragmentação da razão e na afirmação de múltiplas razões (= *diversidade*). Desta forma, as problemáticas sociais centram-se actualmente no debate sobre o binómio identidade/diversidade, ou, posto de uma outra forma, pergunta-se: para permanecermos ‘nós’, o que fazer com ‘eles’? (...) Afirma E. Lévinas que “o outro enquanto outro não é somente um *alter-ego*: é aquele que eu não sou. E não o é pelo seu carácter, pela sua fisionomia ou a sua psicologia, mas em razão da sua alteridade mesma.” Na verdade, esta perspectiva contraria aquilo que parece ser uma ameaça à identidade — a diversidade. Pelo contrário — e transportada esta problemática para o interior da educação social —, a intervenção deverá centrar-se nas rupturas que as relações de força entre os indivíduos, os grupos e as instituições geram, ou seja, na capacidade de viver uns com os outros a partir de valores consensuais, na liberdade e no respeito mútuo, no reconhecimento dos direitos de cada cidadão. A diversidade e a discrepância constituem valores e oportunidades para fomentar um diálogo intercultural gerador de inclusão social, mediada pelo educador social.”<sup>5</sup>

Esta questão remete-nos para o espaço do “mundo vivido” e para a dimensão da interacção no processo de formação dos sujeitos, na perspectiva de Habermas: a perspectiva de construção de novas solidariedades, a partir de sujeitos competentes, capazes de revitalizar a sociedade. Remete-nos para a “Teoria da Acção Comunicativa” e para a relevância do diálogo e da comunicação na construção de uma esfera pública, onde se equacionam os antagonismos e, através de consensos inclusivos, se revalidam as regras sociais. Os actores sociais já não podem resolver isoladamente os seus problemas e os seus anseios, mas, ao contrário, necessitam do Outro, para negociar interpretações e sintonizar planos de acção comum, no quadro da percepção das sin-

<sup>4</sup> Gonçalves, José Luís, (2008), “Espaço Público e Reconhecimento Intersubjectivo: a afirmação do direito entre o amor e a estima social”, in *Comunicação ao Colóquio Internacional Modos e Figuras de Habitar*, FLUP, Novembro de 2008.

<sup>5</sup> Gonçalves, José Luís, (2006), *O educador social, desafiado pela diversidade cultural das sociedades contemporâneas*, in *Cadernos de Estudos* n.º 3, “. Porto. Publicação do Centro de Investigação Paula Frassinetti.

gularidades e da ambivalência presentes na esfera pública. Remete-nos para ‘cultivo’ de uma atitude dialógica entre sujeitos culturalmente situados, onde o reconhecimento do Outro, na sua radical alteridade, não implica a negação da própria identidade, mas a estrutura e reforça no processo de reconhecimento da alteridade.

Remete-nos para o reconhecimento do diálogo como exigência ontológica universal: “Só o diálogo como hospedagem e uma reverência cognitiva perante a alteridade darão corpo a uma educação intercultural que não é nenhuma utopia nem uma ideologia, mas uma resposta realista aos desafios da evolução da diversidade cultural das sociedades.”<sup>6</sup>

### **Espaço público e reconstrução da solidariedade<sup>7</sup>**

Em artigo com este título, o seu autor, referindo a perplexidade em que vivem as sociedades contemporâneas, comenta: “A lógica económica neoliberal, que norteia a “globalização”, tem conduzido à supressão da solidariedade. Neste contexto, o problema da *exclusão* aparece como um tema chave para a compreensão da sociedade contemporânea. A *exclusão* é apresentada como uma categoria mais ampla para a compreensão do fenómeno social, para a redefinição dos modelos teóricos e para a reconstrução dos mecanismos de gestão do social”. E mais adiante: “Na medida em que a construção do espaço público implica a existência de uma referência de *solidariedade* entre os actores sociais, tendo a considerar o espaço público, essencialmente, como um *espaço de solidariedade*. Por outro lado, devemos também procurar pensar o *espaço de solidariedade* como um *espaço de diversidade*. O *espaço de solidariedade* deve garantir a unidade incorporando a diversidade. Unidade e diversidade devem coexistir na *lógica da solidariedade*.” Admitindo que a expressão é usada com muita ambiguidade nos discursos quotidianos, o autor considera esta noção de solidariedade “um fio condutor na reflexão sobre o espaço público”, não só numa dimensão sociológica, mas sobretudo como dimensão política (o difícil campo das escolhas e opções...), sem esquecer a dimensão ética e moral e as suas implicações na noção de laço social. E precisa de ser resgatada enquanto “representação colectiva mobilizadora”, porque “constata-se um grande paradoxo da sociedade contemporânea, pois esta sufocou as tentativas de construção de uma democracia social e pluralista, cuja força motora se baseia na liberdade, na solidariedade e num pluralismo da vida social. Na verdade, tornou-se um paradigma perdido”. Neste resgate, e para a reconstrução da solidariedade, importa rejeitar mais uma vez o dualismo, “o falso dilema” isolamento/massificação, forjando uma unidade no seio da complexidade da vida social: “A solidariedade não pode deixar de partir das próprias práticas existentes na teia da solidariedade social, e de abrir caminho para a

<sup>6</sup> Ibidem.

<sup>7</sup> Farias, José Fernando de Castro, “Espaço Público e Reconstrução da Solidariedade”, pesquisado na Internet em Janeiro de 2009.

criação de um *espaço social* intermediário entre a autonomia pública e a autonomia privada, o Estado e a sociedade civil, o Estado e o mercado, o político e o económico, o ideal e o empírico, o universal e o particular, concebendo-se uma nova forma de solidariedade que estabelece relações de complementaridade”.<sup>8</sup>

Trata-se de um programa desafiante relativamente à reconstrução do espaço público, para a leitura e compreensão da complexa contemporaneidade, um guia para a prática contextual relevante. Articula-se com a preocupação de preservação e criação do *lugar ontológico*, com a axiologia *identidade/alteridade*, levando em conta a *diversidade*: “Se a solidariedade é a esfera do agir comum, não se pode perder de vista que os homens agem e pensam de maneiras diferentes. A reconstrução da solidariedade pressupõe um mundo comum, onde a formação da identidade não admite o esmagamento do outro. Ela é feita no reconhecimento da alteridade e da diferença, na convivência com o outro, com o outro diferente. O mundo comum não pode ser construído sem que seja levada em conta a ideia de alteridade.”<sup>9</sup>

Um segundo desafio, decorrente do anterior, realça a necessidade de uma educação para a *empatia* na relação com o Outro, ao ponto de integrar a alteridade no centro da perspectiva sobre si mesmo, alcançando aquilo a que Gadamer denominou de “fusão de horizontes”. A empatia distingue-se da simpatia, que se situa mais ao nível afectivo, na medida em que é um esforço de previsão e de antecipação da experiência do encontro entre pessoas portadoras de cultura. (...) A realidade da educação social torna evidente que as atitudes para a descentração e a empatia não são inatas, elas necessitam de uma aprendizagem sistemática e objectiva – fomentadas pelo educador social – para evitar o surgimento do egocentrismo. (...) Conjugando estas duas atitudes, o educador social cultiva num só movimento dois valores: O valor da *hospitalidade*, no sentido levinasiano, que se pode descrever como um movimento que o anfitrião realiza saindo de si e indo ao encontro do hóspede com a finalidade de superação dos preconceitos, de acolhimento e de escuta do Outro e que resulta, por consequência, na transformação do ‘outro-estranho’ e vulnerável num ‘tu-familiar’. O valor do *respeito* absoluto pela alteridade: ou seja, na intervenção social, há-de colocar-se sempre a tensão da construção da pessoa (personalização) que permita, ao mesmo tempo, desenvolver o Outro (identidade/alteridade)”<sup>10</sup>.

## Conclusão

Procurei nesta reflexão, revisitando *lugares* inspiradores, manifestar a visão idealista e utópica do “processo sempre inacabado da história da liberdade”, com a convicção de que a utopia estimula a busca e a conquista da realidade projectada, pela educação de ‘eus’ competentes nos contextos de vida em que se inserem.

<sup>8</sup> *Ibidem*

<sup>9</sup> *Ibidem*.

<sup>10</sup> Gonçalves, José Luís, (2006), O educador social, desafiado pela diversidade cultural das sociedades contemporâneas”, in Cadernos de Estudos n.º 3, “. Porto. Publicação do Centro de Investigação Paula Frassinetti.

Propus-me escrever um hino de louvor aos comprometidos com a construção de um novo indivíduo e uma nova sociedade. Imperfeito na sua liberdade, mas com toda a simplicidade, este texto constitui o meu hino de homenagem ao Professor Aníbal Alves.

Sinto-me abençoada por nos termos cruzado neste caminho da vida e, sobretudo, por nos termos conhecido e reconhecido. Estabelecemos uma relação *empática*, alcançando a “fusão de horizontes”. Junto do professor Aníbal, encontrei um *lugar antropológico*, que me permitiu repensar e fortalecer a minha identidade pessoal, no respeito e *estima social* do Outro, levando em conta a *diversidade*. Fiz-me um ‘*eu social*’ mais *competente* e menos *vulnerável*. Valorizo muito esta experiência (contrato epistémico), fonte cognitiva de leitura e interpretação de múltiplas sensações e percepções.

Obrigada Professor Aníbal!

Aprendi que “Para além de Viana ainda há casas...” e — muito importante! — “Ninguém é farto senão do seu semear”.

## Referências

- Augé Marc, (1994) *Não-lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade*. Campinas: Papirus.
- Brennand, de Edna G. de G. (2001) “Tecendo os fios da sociedade: reforçando os nós da interação Freire – Habermas”, in III Colóquio de Paulo Freire, Recife – 16 a 19 de Setembro de 2001. Mesa Redonda: Diálogos Interculturais, consultado na Internet em 25 de Fevereiro de 2009.
- Farias, José Fernando de Castro “Espaço Público e Reconstrução da Solidariedade”, consultado na Internet em Janeiro de 2009.
- Gonçalves, José Luís de Almeida (2006) O educador social, desafiado pela diversidade cultural das sociedades contemporâneas”, in Cadernos de Estudos n.º 3, “. Porto. Publicação do Centro de Investigação Paula Frassinetti
- Gonçalves, José Luís de Almeida (2008) “Espaço Público e Reconhecimento Intersubjectivo: a afirmação do direito entre o amor e a estima social”, in Comunicação ao Colóquio Internacional *Modos e Figuras de Habitar*, FLUP, Novembro de 2008.
- Rieth, Flávia (1995) “AUGÉ, Marc. *Não-lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade*. Campinas: Papirus, 1994. (Colecção Travessia do Século), in *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 1, nº 2, pag. 270-271, Jul/Set. 1995, consultado na Internet em Dezembro de 2008.

## O Sermão de Vieira à Universidade de Coimbra. Factos e lições

Mário Garcia, *sj*\*

É sempre matéria de interesse, com fundamento *in re*, deve dizer-se, o confronto entre a época em que determinado sermão do Padre António Vieira foi proferido (e eventualmente escrito) e a data em que foi publicado. Sabe-se, pela sua correspondência epistolar, que ele gostava de “ligar os cabos”. Basta citar dois exemplos.

O primeiro: da Carta ao 2º Marquês de Gouveia, D. João da Silva (c.1625-16.03.1686), escrita na Baía, a 5 de Agosto de 1684: “Para encher o número do dito quarto tomo faltavam dois sermões, que agora vão. O primeiro é de S. Roque e tem por assunto: *A homens, nem servir nem mandar; a Deus, e só a Deus, servir*. Foi pregado na Capela Real, e parece que em profecia dos desenganos que agora experimento. O outro preguei também no mesmo lugar, quando cheguei com meus companheiros a Lisboa, lançado das missões do Maranhão por defender as leis do rei e os injustos cativeiros dos índios. Agora nos tornaram a lançar de lá pelas mesmas causas, que assim acontece quando falta o castigo” (*Cartas*, III, 505).

São, de facto, os dois últimos sermões da Parte IV: o 14º, de S. Roque, na Capela Real, 1652, “tendo o Autor pregado no dia do mesmo Santo em S. Roque Igreja da Casa Professa da Companhia de Jesus” (*Sermoens*, IV, 459), e o 15º, da Epifania, na Capela Real, 1662, “pregado à Rainha Regente na menoridade d’El-Rei, em presença de ambas as Majestades: na ocasião em que o Autor, e outros Religiosos da Companhia de Jesus chegaram a Lisboa expulsados das Missões do Maranhão pela fúria do Povo, por defenderem os injustos cativeiros, e liberdade dos Índios, que tinham a seu cargo” (*Sermoens*, IV, 491).

O segundo exemplo: da Carta ao Marquês de Gouveia, escrita na Baía, a 23 de Julho de 1682: “Em continuação do que prometi a V. Ex.<sup>a</sup> na carta da primeira esquadra, de que com esta remeto e (a?) segunda via, vai agora o terceiro tomo dos meus sermões. O da quarta dominga da Quaresma, por ser alegoria mui natural desta minha última ausência, me deu ocasião para falar com V. Ex.<sup>a</sup> algumas vezes, e dar a V. Ex.<sup>a</sup> as tácitas desculpas dela. Também no de Santo António em Roma cuidaram aqui os revisores que as ingratidões da pátria do mesmo santo, sem lhe mudar o nome, se podiam aplicar às que eu tenho experimentado” (*Cartas*, III, 460-461).

Note-se que o Sermão da Quarta Dominga da Quaresma, pregado na Capela Real em 1655, traz a seguinte didascália: “Na ocasião em que o Autor tendo feito a

\* Universidade Católica Portuguesa, Faculdade de Filosofia de Braga

primeira retirada da Corte para o Maranhão, dispunha a segunda, que também executou” (*Sermoens*, III, 179). O Sermão de Santo António em Roma acabou por ser retirado (incluído na Parte XII, em 1699).

Vieira, com a amizade diplomática com que trata o Marquês, Mordomo-mor e Presidente do Desembargo do Paço, afirma, na carta datada da Baía, 24 de Junho de 1683: “Não julguei que o segundo sermão de Santo António houvesse de ser mal recebido, caindo aquelas sombras sobre as luzes do outro. Todos os autores das mais famosas nações do mundo, escrevendo da sua, as notam da inveja, que por ser vício primogénito da altiveza e da generosidade, entenderam que não desdouravam muito com ele as mesmas nações. Assim o fizeram gregos e romanos, e nos espanhóis e portugueses se lêem sem repreensão semelhantes exemplos. Quarenta e dois anos há que preguei em S. Mamede este mesmo assunto, e ninguém então se queixou de mim; antes o aplaudiram todos os queixosos, que pela maior parte são os mais beneméritos. Contudo, sem fazer caso desta nem de nenhuma outra razão, me sujeitei logo ao parecer de V. Ex.<sup>a</sup>, e em lugar daquele sermão vai outro para suprir o número” (*Cartas*, III, 475-476).

O “outro”, o primeiro sermão de Santo António, pregado em Roma, na igreja dos Portugueses, em 1670, data não assinalada, mas que as circunstâncias permitem confirmar: “na ocasião em que o Marquês das Minas, Embaixador Extraordinário do Príncipe N. S. fez a Embaixada de Obediência à Santidade de Clemente X” (*Sermoens*, II, 126), é conhecido como o Sermão das Luzes de Portugal. O segundo, o Sermão das Sombras de Portugal, é a “segunda parte do impresso no segundo Tomo a folhas 126. Havia-se de pregar no ano seguinte, e por enfermidade do Autor se não pregou” (*Sermoens*, XII, 252). Na carta ao Marquês de Gouveia, Roma, 20 de Junho de 1671, Vieira afirma: “Já disse a V. Ex.<sup>a</sup> que não me atrevo a pregar em Roma, porque os italianos não entendem o que digo, e os castelhanos querem entender mais do que digo; e assim ficou este ano Santo António sem sermão, não faltando nesta corte portugueses que puderam não se haver escusado, pois tinham menos justificada causa” (*Cartas*, II, 350).

Margarida Vieira Mendes comenta esta passagem em *A oratória barroca de Vieira*, p. 557: “Em carta de 20 de Junho de 1671 declara Vieira que não quisera fazer sermão para essa festa, dado que os espanhóis interpretavam sempre mal as suas palavras (não se refere a qualquer doença)”. No seu Livro, Margarida Vieira Mendes fala por várias vezes deste Sermão de Santo António de 1671 não pregado. Chega a afirmar: “Torna-se até verosímil que Vieira não tenha chegado a saber da inclusão desse importantíssimo sermão no último tomo” (p. 389). De facto, a Parte XII contém 16 sermões, em vez de 15, como é habitual. M. Vieira Mendes recorda ainda a tese de Raymond Cantel, “que o sermão teria sido reescrito, ou acrescentado quando o Autor já estava no Brasil, preparando o t. III, ao tomar conhecimento do agravo público com que o vitimaram os estudantes de Coimbra, no auto-de-fé da sua imagem (um boneco de palha queimado). Ao querer inserir o sermão no t. III, estava o pregador a responder a essa afronta, acusando a ingratidão e inveja dos portu-

gueses para com a sua pessoa” (p. 557). Margarida Vieira Mendes induz razões que enfraquecem a tese de Cantel, mas não a descarta inteiramente: “Se Vieira escreveu o sermão só no Brasil, nele recordou e historiou a sua actuação em Roma; se o escreveu em Roma, ao pretender publicá-lo em 1682-1683 acomodou-o à nova circunstância enunciativa (igualmente persecutória) e não é de estranhar que haja modificado, ou amplificado, a versão anterior, o que pode ter ocorrido com grande número de sermões” (p. 558. Cf. também pp. 389-390; 370-373; 312-314; 285-287).

Estamos, pois, aproximando-nos ao nosso tema, introduzidos no ambiente existencial que o Pregador vivia, por ocasião da preparação para a imprensa da Parte III dos *Sermoens*. De que o “caso” de Coimbra lhe tenha sido particularmente penoso, não restam dúvidas: “Não merecia António Vieira aos portugueses, depois de ter padecido tanto por amor da sua pátria, e arriscado tantas vezes a vida por ela, que lhe antecipassem as cinzas e lhe fizessem tão honradas exéquias” (Carta ao Marquês de Gouveia, Baía, 23 de Maio de 1682, *Cartas*, III, 453). Veja-se ainda, ao mesmo destinatário, a carta escrita da Baía a 24 de Junho de 1683: “Na Universidade do México me dedicaram umas conclusões de toda a teologia, que eu remeto e dedico a V. Ex.<sup>a</sup>; e, posto que da empresa da fénix, das palmas, e das trombetas, nenhum caso faço, porque tudo é vento e fumo, não posso deixar de me magoar muito que no mesmo tempo em uma universidade de portugueses se afronte a minha estátua, e em outra universidade de castelhanos se estampe a minha imagem. Por certo que nem a uns nem a outros merecia eu semelhantes correspondências. Mas assim havia de ser, para que quanto em uma parte se faltou à justiça, tanto se excedesse na outra” (*Cartas*, III, 476).

Na Parte III (1683), o Sermão de Santa Catarina, pregado à Universidade de Coimbra, a 25 de Novembro de 1663, ocupa o lugar central, o 8º, entre os 15 que compõem o volume. Tal facto poderia passar despercebido, não fosse a circunstância de o presente Tomo incluir também mais três sermões dedicados a santos “doutores”, como o Grande Agostinho (1648, em 4º lugar), a quem Vieira chama, precisamente no Sermão de Santa Catarina, o “maior Atleta da Igreja” (*Sermoens*, III, 264), Santo António (1657, o 7º Sermão), “deparador de Almas perdidas” (*Sermoens*, III, 218), e “a Santa Madre Teresa de Jesus” (*Sermoens*, III, 498), de cujo sermão, pregado em 1644 (o 15º e último da série), cito, com um breve corte para abreviar, esta passagem:

“Uma das maiores prerrogativas do Amor Divino, é ser amor sem ciúme. Quem ama a Deus, deseja que todos o amem, e que ele ame a todos, e por isso é amor. O humano (a quem falsamente damos este nome) nem admite companhia no amar, nem vantagem no ser amado, e por isso é amor próprio, ou mais propriamente inveja. (...) As Bem-aventuranças são muito desamoráveis, e não há maior inimigo do amor que a felicidade. Provavam antigamente isto os Pregadores com o exemplo de José nas ingratidões do Copeiro de Faraó. Mas hoje estão estes desenganos tão provados nas experiências, que não necessitam de Fé, nem de Escrituras. O certo é, que toda a fortuna tem jurisdição no amor: se é adversa, ninguém vos ama: se é próspera, a ninguém amais” (*Sermoens*, III, 518).

E se atentarmos na descrição do Juízo Final, no arrebatador e “assombroso” Sermão da Primeira Domingo do Advento, pregado na Capela Real em 1650? Não estaremos a assistir (“Muitas vezes me resolvi a deixar totalmente este ponto, contentando-me com confessar, que não sei, nem me atrevo a falar nele; porque ninguém possa dizer no dia do Juízo, que eu o enganei”, *Sermoens*, III, 163), não estaremos a assistir, talvez, à “experiência” de Vieira perante o Tribunal do Santo Offício? Vejamos: “Só um condenado do Inferno; só quem foi julgado por Deus; só quem assistiu ao rigor daquele Tribunal tremendo; só quem viu o exame inexcrutável, com que ali se penetram, e se apuram as consciências; só quem viu a anatomia tão miúda, tão delicada, tão exquisita, que ali se faz do menor pecado, e da menor circunstância, só quem viu a subtileza não imaginada, com que ali se pesam átomos, se medem instantes, se partem indivisíveis: só este, e nem ainda este bastantemente poderá declarar o que naquele dia há-de ser” (*Sermoens*, III, 163).

Em carta escrita na Baía a 23 de Junho de 1683, ao Cónego Francisco Barreto, Vieira encarece: “o meu mimoso neste tomo é o do Bom Ladrão, em que a matéria está prosseguida, sem lhe faltar nada, com tudo o que na sólida teologia é necessário para que os reis levem consigo os ladrões ao paraíso, e não os ladrões os reis ao inferno” (*Cartas*, III, 470-471), mas não deixa de assinalar também o do Convite, isto é, o do Santíssimo Sacramento, pregado em 1669 no Real Convento da Esperança, em Lisboa (publicado em 1º lugar na colectânea) e, sobretudo, o da Terceira Quarta-Feira da Quaresma (Capela Real, 1651) publicado, antes do de S. Agostinho, em 3º lugar, a propósito do qual afirma ao seu correspondente:

“Sempre me pareceu que não havia de desagradar a V. Mercê a traça com que na petição da mãe dos Zebedeus foram despachados e censurados todos os vícios da corte, e mais aqueles que eram mais notados quando o mesmo sermão foi feito, isto é, quando a mãe e filhos governavam ambos os quartos de palácio, pelo valimento de El-rei D. Afonso. Esta desgraça tem o falar a propósito do tempo, que, sendo dito em um o que se imprime em outro, as receitas que convinham com grande propriedade às enfermidades passadas, aplicadas às presentes, têm menos energia” (*Cartas*, III, 470). “A mãe e filhos”, a que Vieira se refere, são a Marquesa de Castelmelhor, o Conde e seus irmãos. Mas as “enfermidades passadas”(já lá vão 32 anos!), parece, infelizmente, que ainda continuam nas “presentes”...

De facto, lendo bem, é de “receitas” e “enfermidades” que se trata no Sermão de Santa Catarina: “As cadeiras das Universidades ainda que sejam de Teologia, de Leis, de Cânones, todas são de Medicina, porque todas se ordenam à saúde pública. E que seria, se os Catedráticos da saúde se trocassem em Catedráticos da peste: *In Cathedra pestilentiae?* Pois saibam, que tais são os que tentados da ambição, da lisonja, ou do temor, em lugar de desenganarem com a verdade aos Príncipes, que os consultam, se deixam enganar do seu, ou de outros respeitos, e o que eles desejam, ou pretendem, isso respondem que é justo. Mudam as Leis como as velas, segundo o vento, que corre dissera eu: mas David o declarou com comparação mais vil, e por isso mais própria, dizendo que se deixam levar do mesmo vento como o pó da terra”

(*Sermoens*, III, 286-287).

O Pregador, falando aos “doutores”, aconselhando-os a serem livres em seus juízos, não subservientes ao poder político – “Guarda-te de querer ser tido por sábio no conceito dos Reis”, *Sermoens*, III, 288 –, insiste particularmente na coerência transparente da sinceridade e na docilidade corajosa à verdade. As “vitórias” de Catarina sobre os filósofos gentios, exemplificam o fruto da verdadeira docência, porque não só vencem pela doutrina, mas convencem pelo testemunho da vida. Limito-me a citar, para uso e usufruto do benévolo leitor, estas passagens típicas de Vieira, pela graça, acutilância e proveito:

“Nicodemos era um Mestre de grandíssima reputação em Israel. Assim o declara o Texto Grego: *Tu es Magister ille in Israel*. E posto que ele já reconhecia os seus erros, isto era em segredo, e das portas do seu entendimento para dentro: porém que estes mesmos erros, e ignorâncias, de que já estava convencido, os houvesse de confessar publicamente, de nenhum modo fez, ou se atreveu a fazer tal coisa Nicodemos; porque lho não consentia a reputação, e o crédito: e por isso vinha de noite. De noite reconhecia, que era morcego, de dia queria ostentar-se Águia. Oh se os livros falaram, quantas ignorâncias haviam de dizer, que consultam com eles de noite, os que de dia se publicam grandes letrados? Mas não é só a capa da noite a que dissimula estes defeitos. Quantas vezes reconheceu o quinau na consciência o mesmo, que na cadeira o defende a vozes? Pouco sabe quem não conhece a força do argumento, e a fraqueza da solução. Uma coisa é responder, outra falar no cabo” (*Sermoens*, III, 280).

Não será muito prática e actual esta “lição”? E a “aula” sobre a docilidade?

“Quem não é dócil, Senhores, não pode ser douto: antes a mesma docilidade é um sinónimo da ciência. Disse Deus a Salomão, que pedisse o que quisesse, porque tudo lhe concederia. O que pediu foi docilidade: *Dabis servo tuo cor docile*. E o que o Senhor lhe concedeu, foi a maior sabedoria, que nunca teve, nem terá outro homem: *Dedi tibi cor sapiens, et intelligens in tantum, at nullus ante te similis tui fuerit, nec post te surrecturus sit*. Pois se Deus tinha prometido a Salomão, que lhe daria o que pedisse, e ele pediu docilidade, como lhe deu ciência? Porque docilidade, e ciência são a mesma coisa; e não podia Deus, segundo a sua promessa, deixar de lhe dar ciência, tendo ele pedido docilidade. Assim lho disse o mesmo Deus: *Ecce feci tibi secundum sermoens tuos*. A ciência nenhuma outra coisa é, que o conhecimento claro de muitas verdades, umas em si, que são os princípios, e outras que delas se seguem, que são as conclusões. E aqueles, que não têm docilidade (como são os tenazes do próprio juízo, e ferrados à sua opinião) ainda que a verdade se lhe represente, não são capazes de a receber. Por isso estes tais cada vez sabem menos, e todas as vezes que a opinião passa a erro, perseveram nele” (*Sermoens*, III, 284-285).

Parece justificada, para concluir, a sentença quase final do Sermão dedicado ao Grande Agostinho, “ao maior Santo entre os Doutores, e ao maior Doutor entre os Santos” (*Sermoens*, III, 97): “Não há ciência tão jubilada, que não possa deixar de ver o que vê outra de menos anos, e de menor autoridade, qual era a de João em respeito

de Pedro. O verdadeiro saber, é de saber conhecer a verdade, ainda que seja filha de outros olhos, ou de outro entendimento, e não se cegar com o próprio, como se cegou Lúcifer” (*Sermoens*, III, 144).

E já agora, para que eu possa também, barrocamente, declarar, com palavras de Vieira, a minha ignorância, deliciemo-nos com esta graciosa voluta literária, que inicia a peroração do Sermão de Nossa Senhora do Carmo (S. Luís do Maranhão, 1659):

“Agora tenho acabado. Se disse pouco, quem elegeu o Pregador, me desculpa. Se fui largo, assaz castigo é dizer pouco, e não ser breve” (*Sermoens*, III, 63).

## Referências bibliográficas

### I.

Cito a 1ª edição dos Sermões de Vieira, pela sigla *Sermoens*, acompanhada pela indicação, em romano, da Parte e, em árabe, da página. Dou agora a referência completa das Partes citadas, por ordem de aparição no texto:

**SERMOENS** do P. Antonio Vieira, Da Companhia De JESU, Prêgador de Sua Magestade. **QUARTA PARTE.** Em Lisboa. Na Oficina de Miguel Deslandes. A custa de Antonio Leyte Pereyra, Mercador de Livros. **M.DC.LXXXV.** Com todas as licenças, & Privilegio Real.

**SERMOENS** do P. Antonio Vieira, Da Companhia De IESU, Prêgador de Sua Magestade. **TERCEIRA PARTE.** Em Lisboa. Na Oficina de Miguel Deslandes. A custa de Antonio Leyte Pereyra, Mercador de Livros. **M.DC.LXXXIII.** Com todas as licenças, & Privilegio Real.

**SERMOENS** do P. Antonio Vieira, Da Companhia De Jesu, Prêgador de Sua Alteza. **SEGUNDA PARTE.** Dedicada No Panegyrico da Rainha Santa ao Serenissimo Nome da Princeza N. S. D. ISABEL. Em Lisboa. Na Oficina de Miguel Deslandes. E á sua custa, & de Antonio Leyte Pereyra Mercador de Livros. **M.DC.LXXXII.** Com todas as licenças, & Privilegio Real.

**SERMOENS** do P. Antonio Vieyra Da Companhia de Jesu, Prêgador de Sua Magestade. **PARTE DUODECIMA** Dedicada á Purissima Conceição da Virgem Maria Senhora Nossa. Lisboa, Na Oficina de Miguel Deslandes, Impressor de Sua Magestade. Com todas as licenças necessarias. Anno de **1699.** Á custa de Antonio Leyte Pereyra.

### II.

Refiro, nas citações das *Cartas*, a página respectiva:

**Cartas do Padre António Vieira**, coordenadas e anotadas por J. Lúcio d’Azevedo, Tomo Terceiro, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1928.

**Cartas do Padre António Vieira**, coordenadas e anotadas por J. Lúcio d’Azevedo, Tomo Segundo, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1926.

### III.

**Margarida Vieira Mendes**, *A oratória barroca de Vieira*, Lisboa, Caminho, 1989.

**Raymond Cantel**, *Les sermons de Vieira. Étude du style*, Paris, Ediciones Hispano-Americanas, 1959.

## Cyberculture: «communion des saints» postmoderne

Michel Maffesoli\*

N'est-ce pas le propre d'une authentique pensée que d'inventer un réel qui est contraire aux vérités usuelles ? J'ai bien dit *réel*. Ce qui n'est pas réductible à ce principe de réalité avec lequel on le confond fréquemment. De même l'invention, on ne le redira jamais assez, consiste à faire venir au jour (*in-venire*) ce qui est là. Ce qui est *déjà* là.

Ainsi, il ne faut en rien brider la liberté qu'a le créateur d'exagérer. Idéal-type (Weber), forme (Simmel), caractères essentiels (Durkheim), archétypes (Jung), longue est la liste de telles exagérations bousculant les certitudes établies, mais permettant de ce fait, de faire ressortir, au mieux, les spécificités de ce réel, pétri de prosaïsmes, de grandeurs et de bassesses. L'ensemble constituant toute vie sociale.

C'est par un effort de volonté, contre les théories convenues, et par une observation intense, contre les évidences intellectuelles que l'originalité de la pensée rejoint celle de cet être ensemble tout à la fois authentique et souterrain, propre à la vitalité spécifique de ce que l'on a, de tout temps, appelé un état naissant.

C'est bien un tel *status nascendi* qui est à l'œuvre dans les diverses cybercultures, contaminant, de multiples manières, la vie quotidienne de nos sociétés. C'est, en effet, en termes d'épidémiologie qu'il faut poser le problème. Tant il est vrai qu'à bas bruit, mais d'une manière obstinée, les divers médias de communication interactive ont gagné du terrain, et se sont imposés. Tout à la fois pour ce qui concerne les services, les démarches administratives ou bureaucratiques, mais également dans tous les moments ludiques, où le rêve tend à se substituer à la réalité même.

On a pu faire remarquer qu'un des moments clef des Temps Modernes fut cette *circumnavigation* où d'audacieux explorateurs découvraient ces nouveaux mondes et élargissaient, ainsi, les habituelles perceptions, manières d'être et divers imaginaires de leurs contemporains.

Des juristes, à l'esprit aigu, ainsi Carl Schmitt ont montré comment c'est cette errance conceptuelle qui était à l'origine du *jus publicum Europaeum*. Un nouvel ordre des choses s'étant élaboré à cette occasion; Un *Nomos* de la terre, c'est-à-dire une logique interne, une nouvelle rationalité du lien social se constituant au travers et grâce aux découvertes induites par la *circumnavigation* en question.

Ne peut-on pas dire que c'est quelque chose de cet ordre qui est en train de se passer à partir de la *navigation* électronique: la découverte d'un Nouveau Monde?

\* Professeur à la Sorbonne, Institut Universitaire de France, Université Paris Descartes. Administrateur du CNRS ; maffesoli@ceaq-sorbonne.org

L'élaboration d'une culture totalement différente de celle qui avait marqué la modernité ? Ce qui ne sera pas sans influence sur les modes de vie et imaginaires sociaux.

Souvenons nous de Thomas Kuhn qui, réfléchissant sur les découvertes scientifiques et leurs conséquences technologiques a pu montrer comment celles-ci étaient cause et effet de ce qu'il nommait un paradigme. Que l'on peut comprendre comme une *matrice* qui, en son sens strict, permet l'éclosion d'une nouvelle vie. C'est bien un nouveau paradigme qui est, de nos jours, en gestation et que l'on nomme cyberculture.

Mais, pour en dégager toutes les conséquences, peut-être n'est-il pas inutile de faire un petit détour pour comprendre quelles peuvent être les réticences, voire les suspicions dont elle est l'objet. «Petit» détour est, bien sûr, un euphémisme. Car c'est, toujours, sur la longue durée que l'on peut saisir les racines des craintes, peurs ou tabous constitutifs d'une culture donnée. L'individu, on le sait, n'est pas réductible à sa part émergée et n'existe qu'en fonction d'un substrat inconscient. Il en est de même pour la vie sociale qui, elle aussi, a ses cryptes plus ou moins labyrinthiques. Autre manière de dire l'inconscient collectif.

Une racine constante de la culture occidentale est la peur panique de l'image. Cet iconoclasme, d'antique mémoire, a souvent été analysé. Mais il faut bien en saisir les éléments essentiels pour comprendre la crainte inspirée, de nos jours, par le monde *virtuel*.

En bref, rappelons la lutte des prophètes de l'Ancien testament, contre les icônes et autres idoles faites de pierre ou de bois. Combat farouche afin d'arriver à un Dieu unique, qu'il convient d'adorer en «esprit et en vérité». L'accent est mis sur le cerveau, le cognitif. Et la Vérité que cela permet d'atteindre.

L'idole, dont il est important de rappeler qu'elle était d'essence féminine, cause et effet de cultes à la «terre mère», l'idole donc, ne faisait pas appel à la raison, mais au ventre. Il y a quelque chose d'*hystérique* en elle. C'est l'*usterus* qui est sollicité. Qu'est ce que le ventre, sinon le symbole des sens en leur diversité. Le ventre, en sa position centrale, est le signe de l'entièreté de l'être. Pour utiliser un oxymore instructif, il est vecteur d'une *raison sensible*, alliant les contraires, les faisant entrer en interaction, en coïncidence.

Par la suite, souvenons-nous en, un tel iconoclasme devint philosophique avec Descartes et Malebranche incitant à se méfier de cette imagination comme étant la «folle du logis». C'est-à-dire, ne permettant pas le bon fonctionnement de la faculté rationnelle. C'est cette stigmatisation que l'on va retrouver tout au long de la modernité, ainsi Jean Paul Sartre dans son livre sur l'imagination, et qui va nourrir les diverses condamnations portées contre l'image en général, la publicité, les jeux vidéos, les jeux de rôles dont il est vain de nier, de nos jours, l'importance. Et ce tant en ce qui concerne l'existence individuelle que la vie collective.

Corrélativement à l'iconoclasme, il est, également, important de souligner, aussi étonnant que cela puisse paraître, qu'une des racines de la peur du virtuel est la condamnation de l'onanisme.

Dans le cadre général qui, on le sait, va être une des valeurs dominantes, de la tradition judéo-chrétienne, la figure d'Onan est, en quelque sorte, un paroxysme.

Très précisément en ce que sa jouissance est, apparemment, individuelle, inutile. Sa semence se perd dans la terre.

À y regarder de plus près, la corrélation est évidente. En ce que la masturbation requiert de se raconter une histoire, de faire un scénario, bref, de visualiser des images.

La *perte* de la semence dans la terre est, également, instructive en ce qu'elle se fait dans une sorte d'union cosmique. Un mariage mystique avec la terre, centre de l'union. Symbole s'il en est de la communauté humaine!

Ces remarques allusives ont pour but de rendre attentif au fait que la cyberculture est, tout à la fois expression de la puissance de l'image et de la jouissance inutile. Le jeu de l'imaginaire y occupant une place de choix, et la dimension *onaniste* dans le sens que je viens d'indiquer, y étant loin d'être négligeable.

La rébellion de l'imaginaire se manifeste avec éclat, dans les jeux de rôles, les forums de discussion et les différents *blogs et home pages*, où la fantaisie, les fantasmes et autres fantasmagories occupent l'essentiel de l'espace et du temps. La raison, la fonctionnalité, l'utilitarisme ne sont pas, totalement, absents, mais on leur attribue une portion congrue. Ou, plus exactement, par une intéressante inversion de polarité, ils vont servir d'adjuvants à un réel ludique. De maîtres, ils deviennent serviteurs.

Il est, à cet égard, instructif de noter combien le festif, l'imaginaire, l'onirique collectifs vont devenir les normes de l'espace «cyber». Et par là contaminent le territoire privé et la sphère publique. Dans la rationalisation généralisée de l'existence, lorsque se constitue le *contrat social*, l'on voit s'ériger ce qui fut appelé, familièrement, le «mur de la vie privée». Sous les coups de boutoir des jeux de rôles et des blogs, ce mur, quand il n'est pas totalement mis à bas, devient pour le moins poreux.

Rumeurs, *buzz*, cancans, fausses et vraies nouvelles, dans un curieux mécanisme de contamination, l'espace «cyber» rejoue le rôle de la place publique, du café du commerce, ou de l'antique agora. En son sens étymologique, le *for* interne est supplanté par le *for* externe: tout devient forum, accessible à tout un chacun. Les nouvelles technologies de communication contribuent ainsi à l'augmentation des «capacités de communication des personnes et des publics, que ce soit en tant qu'émetteurs ou en tant que récepteurs» (cf.: Aníbal Alves, *Comunicação e cultura no processo de socialização*).

Le grand spécialiste français de l'imaginaire, Gilbert Durand, l'a bien indiqué, l'image est un mésocosme entre le microcosme personnel et le macrocosme collectif. Au sens strict, elle est un *monde du milieu*. Elle fait un lien. Elle établit une *reliance*. Il y a donc une dimension communuelle dans le partage des images électroniques. Au-delà de l'enfermement individuel, elles sont cause et effet d'un véritable corps social.

Certes, celui-ci n'est pas réductible à la rationalité propre à ce qu'il est convenu de nommer la Société. Il va se diffracter dans la multiplicité des tribus de divers ordres, se fondant sur le partage d'un goût commun. Tribus musicales, sportives, culturelles, sexuelles, religieuses, toutes reposent sur des images produites et vécues en commun.

Le «cogito, ergo sum» cartésien reposait sur une révolution épistémologique d'importance: le fait de penser par soi-même. Et ce dans l'enfermement, dans la forteresse

de l'esprit individuel. C'est bien le contraire qui s'exprime sur la «toile», où le partage des images fait que l'on est pensé par l'autre. Que l'on n'existe que par et sous le regard des autres. Ce qui n'est pas sans engendrer ce que l'on peut appeler, pour reprendre une expression de Durkheim, un «conformisme logique».

Mais celui-ci, à l'encontre de ce qu'il est convenu de dire, n'est pas l'expression d'un simple narcissisme. Ou alors, il convient d'infléchir le sens que l'on accorde, en général, au mot narcissisme. À l'encontre de ce que disent les interprétations habituelles de ce phénomène, Narcisse ne se perd pas dans son image, mais dans l'étang où son image se projette. La différence est d'importance en ce que cet étang symbolise la nature en son entier, le donné mondain, écrin où la personne, tout en se perdant, s'épanouit dans un ensemble plus vaste.

C'est bien ce que j'ai appelé un «narcissisme de groupe», un narcissisme collectif, qui est en jeu dans tous les phénomènes de la virtualité électronique. Pour reprendre la métaphore de la semence d'Onan, certes il y a *perte*, mais celle-ci se fait dans un ensemble dépassant l'individu et participe de ce fait, à la confortation du corps collectif.

C'est bien un processus de masturbation collective auquel l'on est confronté dans les fameux *sites communautaires*. Chacun, dans l'impunité de l'anonymat, se dévoilant à l'autre. Il y a de la connexité, de la tactilité dans l'air ! Les philosophes du Moyen Age s'interrogeaient sur la *glutinum Mundi*. Quelle est cette *colle du monde* faisant que malgré les divers égoïsmes, «ça tient» ? Parfois cette *colle* est le fait d'un idéal lointain, ce fut le cas de la Modernité. Parfois, au contraire, une telle *colle* s'élabore à partir du partage des affects, des émotions, de passions communes. Fussent-ils tout à fait anodins et de peu d'importance.

Voilà bien la *reliance* qui est en jeu dans tous ces sites. Le mot, d'ailleurs, n'est pas neutre. Le temps se contracte en espace. Il devient un «site» que je partage avec d'autres, et à partir duquel je peux «croître». L'Histoire, avec un grand «H», l'Histoire de la modernité, assurée d'elle-même, laisse la place à ces petites histoires, sans réel contenu, mais assurant le lien, permettant du liant. En ces *sites* communautaires, pour jouer avec l'euphonie des mots, *le lieu fait lien*.

*Second life, Myspace, Facebook*, voilà autant de déclinaisons du jeu des images et de la dépense improductive. Tout cela ne sert à rien, mais souligne le prix des choses sans prix. Ces sites sont les formes postmodernes du Potlatch prémoderne. Ce qui était resté, comme forme résiduelle, dans la sagesse populaire qui «sait» très bien, de savoir incorporé, que parfois qui perd gagne. Et que dans l'inutile de la «tchatche», dans le sans intérêt du blog ou du forum de discussion, voire dans l'obs-cénité de la «home page», se (re)trouve la consolidation du lien social.

Quelque chose de sacramentel en quelque sorte. C'est-à-dire rendant visible une force invisible. En ce sens le virtuel des cybercultures est bien une manière d'exprimer le désir d'être-ensemble. Au travers des frémissements, du grouillement, il saisit les tremblements d'une vie en gestation. On a pu comparer ce nouveau lien spirituel à la «noosphère» du Père Teilhard de Chardin. Ce rapprochement n'est pas anachronique, en ce qu'il fait bien ressortir qu'il y a dans les liens invisibles des échanges virtuels quelque chose qui, plus que la dimension économique, plus que la

quantification positiviste, plus que les infrastructures matérielles assure une cohésion sociétale dont on n'a pas fini de mesurer les conséquences.

Les joueurs en ligne qui, de Tokyo à Londres, en passant par Sao Paulo ou Los Angeles, sans oublier telle bourgade reculée des Alpes ou des Carpates, s'épuisent en des joutes interminables, sont reliés par les liens magiques du virtuel. Mais leur réel a une efficacité bien plus forte que les *principes de réalité* communément admis. Ne serait-ce que parce que leur vie quotidienne est, en son sens fort, déterminée par ces jeux qui les fascinent. Ils sont comme aimantés par des polarités lointaines et invisibles. C'est bien cela la noosphère du virtuel de la cyberculture.

En un moment important pour la modernité, l'émergence de la Réforme, Max Weber avait rendu attentif à la force de l'immatériel. Son livre majeur en porte témoignage: *L'Éthique protestante et l'esprit du capitalisme*. Une certaine interprétation de la Bible, le protestantisme, engendre une nouvelle organisation du monde: le capitalisme. Ce qu'il résume bellement en rappelant que l'on ne peut «comprendre le réel qu'à partir de l'irréel». On pourrait rajouter, ce qui est réputé tel, mais n'en a pas moins une force indéniable. Et va servir de fondement au nouvel ordre des choses.

C'est bien une telle *natura rerum* qui est en jeu sur la «toile». Sans trop jouer sur les mots, on peut dire *en jeu* et *enjeu*. Car à partir du virtuel, le lien social est tout à la fois solide et en pointillé. C'est cette nouvelle forme que ne saisissent pas l'essentiel des observateurs sociaux qui, trop obnubilés qu'ils sont par leurs conceptions du social, héritées des XVIII<sup>e</sup> et XIX<sup>e</sup> siècles, ont quelques difficultés à comprendre analyser ou, tout simplement, admettre une socialité dont tous les ingrédients sont cet imaginaire ludique ou onirique dont il a été question, et qui traverse, de part en part, la cyberculture.

En particulier sur un point essentiel, ce qui a trait au supposé individualisme contemporain. À ce leitmotiv, très souvent seriné, du repli sur la sphère privée. Voilà autant de lieux communs, tenant lieu d'analyses scientifiques, passant à côté du monde «cyber», où des relations se créent, des échanges s'élaborent, des partages s'opèrent, toutes choses constituant pour le meilleur et pour le pire, une nouvelle vie sociale.

Pour le meilleur et pour le pire, certes, car les partages de fichiers peuvent poser question. Le *Peer to peer* tourneboule les habituelles règles économiques. Mais, qu'on le veuille ou non, c'est bien un commerce qui s'établit. Commerce qu'il convient de comprendre *stricto sensu*: commerce des biens, commerce des idées, commerce amoureux. Ces anciennes expressions françaises disent bien comment à côté de la marchandisation des objets, on trouve, également, des échanges philosophiques, religieux ou affectifs sur Internet.

Certes, en ces divers domaines, le dernier en particulier, le passage à la limite est vite là. Mais n'est-ce pas le propre de tout état naissant que d'être, potentiellement excessif, paroxystique, voire anémique ? Mais, selon un adage bien connu, l'anémique d'aujourd'hui est le canonique de demain. En la matière, ce qui peut choquer les valeurs morales établies n'en constitue pas moins une force éthique pour les tribus postmodernes concernées.

La morale renvoie à des principes abstraits, quelque peu désincarnés. L'éthique au plus près de son étymologie est issue des mœurs vécues au quotidien. C'est bien un tel immoralisme éthique que l'on retrouve dans les discussions sans fin de *Myspace*. Tout et n'importe quoi s'y raconte. C'est de l'imaginaire et de l'onanisme collectif à longueur de temps, et pourtant un idéal communautaire s'y crée. Des solidarités y trouvent leur origine. Les générosités s'y expriment avec force.

*E puero si mueve* disait le grand Galilée à ses détracteurs. Le dogmatique, à terme, n'y a pu mais. Le géocentrisme a pris fin. C'est quelque chose de cet ordre que l'on peut dire de nos jours: *et pourtant, ça vit*. Quoiqu'il soit virtuel, il y a du grouillement culturel, existentiel, social sur la toile. On a pu parler au Japon de «génération Otaku». Au plus proche de son étymologie, elle est cantonnée dans la «maison». Mais, tel un enracinement dynamique, à partir de là, ses messages, ses liens, ses relations se répandent au travers du monde pour créer des communautés tout à la fois virtuelles et réelles.

Il s'agit là d'une *complexio oppositorum*, le tissage ensemble d'éléments opposés, mais complémentaires. Ces rencontres sur et à partir des sites communautaires permettent de vivre des vies multiples, des *Second life*. Et ce faisant rejouent le vagabondage, fondateur de toute vraie culture. Il suscite un «*Wanderlust*», une jouissance de l'errance qui est le fait des explorateurs, de tous les conquistadors, de ceux qui découvrent de nouveaux mondes.

Appel de l'inconnu ou comme le disait Durkheim, «soif de l'infini». C'est bien cela qui est en jeu pour ces chevaliers postmodernes. Ils surfent sur Internet à la recherche d'un Graal qui, comme tout Graal, n'a pas de contours ou de contenu précis. Seul le chemin, seul le vagabondage, seul le fait de «surfer» est ici important.

Ainsi que j'ai indiqué plus haut, l'image et/ou l'onanisme suscite une forme de jouissance d'autant plus forte qu'elle est inutile. Peut-être est-ce d'ailleurs cela qui, sur la longue durée, les a fait stigmatiser dans la tradition judéo-chrétienne, puis moderne. Je précise que la *libido* en question n'est pas, simplement, sexuelle, mais connote d'une manière bien plus large, une énergie, une pulsion vitale, en bref un vouloir vivre irrépressible.

Il s'agit là d'une sorte d'instinct ne s'embarrassant pas de raisonnements précis. C'est cela qui chagrine les observateurs sociaux ayant du mal à admettre que quelque chose puisse avoir du *sens* (finalité). C'est ainsi que le philosophe allemand Romano Gardini définissait l'esprit de la liturgie: «*Zwecklos aber sinnvoll*»

C'est une liturgie qui se met en place dans les blogs, forums de discussion et multiples sites communautaires ponctuant la toile électronique. Le *contenu* importe peu, seul le *contenant* est nécessaire. «Contenant», c'est-à-dire qu'il spatialise le temps. Il crée de l'être ensemble où le fait d'être en contact est la réalité primordiale. Avec Internet, on passe d'une tradition *logocentrée*, où la parole était souveraine, à une autre tradition, bien plus *lococentrée*, seul l'espace, seul le «site» partagé avec d'autres prévaut.

D'où l'impression de «parler pour ne rien dire». En effet, l'on ne dit rien, mais ce *rien* est essentiel, il est matriciel. Il donne à être. Et par là même, il fait culture.

Au travers des pseudos, des rôles joués, des vraies ou fausses *home pages*, tout un chacun investit des figures archétypales, et par là s'inscrit dans la lignée, la concaténation assurant la perdurance de la communauté humaine. Ce n'est pas pour rien que les petites tribus surfant sur le Net utilisent les masques, noms et habillements des chevaliers d'antan ou des mythologies antiques. Il y a du primitivisme dans l'air. Mais celui-ci ne fait que souligner la force et la vigueur de ces *choses* archaïques que l'on avait cru dépasser.

Elles servent de fondation et, de temps en temps, se rappellent au bon souvenir des humains: il n'y a de *construit* que sur du *donné*.

Tout au début de la *Naissance de la tragédie*, Nietzsche rappelle l'importance de ce qu'il nomme les «figures incisives». Figures emblématiques autour desquelles l'on s'agrège. Figures fondant la communauté. C'est cela même qui est à l'origine de la *culture*. Par la suite, celle-ci tend à s'étioler en *civilisation*, jusqu'à ce que, un cycle s'achevant, une nouvelle culture renaisse.

Peut-être est-ce cela qui est en train de se passer avec la cyberculture. La civilisation *bourgeoisiste* moribonde laisse, sur Internet, la place au retour des figures archaïques qui, au grand dam des rationalistes de tous poils, soulignent que l'on assiste à un vrai réenchantement du monde. «Circumnavigation» ai-je dit, induisant un nouvel ordre. Celui de l'immatériel, du virtuel à l'efficacité contagieuse.

Il n'est pas inutile de regarder loin en arrière pour savoir apprécier ce qui est en train d'advenir. Pour ma part, j'ai souvent dit que la postmodernité naissante pouvait se comparer à cet autre moment fondateur qu'était la fin de l'empire romain, les troisième et quatrième siècles de notre ère.

Les institutions officielles sont là, apparaissent solides, et déjà vermoules de l'intérieur. Les idéologies établies sont les seuls discours autorisés, mais personne n'y prête attention. Tout a le goût insipide du déjà-vu et déjà entendu. Et c'est ailleurs que les esprits exigeants cherchent à faire leur miel.

Très précisément, au sein de ces cultes à mystères, pullulant à cette époque dans l'empire romain finissant. Orphée, Mythra, Christianisme naissant. Voilà entre autres, les communautés où l'on ne se contente pas des incantations éculées et quelque peu mortifères. Voilà les «sites» où se vit la vraie religion. Celle s'occupant des autres, des vieux, des malades, des jeunes. Celle qui est en phase avec la vie de tous les jours. En bref, celle où l'on rentre en *reliance* avec l'altérité. C'est-à-dire avec l'autre de la proximité (le social) et avec l'Autre du lointain (la déité).

Le «mystère» est ce qui unit des initiés entre eux, ceux partageant les mêmes mythes. Mais qu'est-ce qui a fait que dans la floraison de ces cultes, et alors qu'ils avaient des spécificités assez proches, seul le christianisme ait survécu ? Certes les raisons doivent en être multiples. Puis-je en privilégier une ? Comme un corps sécrétant ce qui permet sa survie, les petites sectes chrétiennes vont sécréter le dogme de la *communion des saints*. Unissant les morts aux vivants et ceux-ci entre eux.

Ainsi la communauté de Rome est-elle unie, en esprit, à celle de Lyon, de Narbonne, de Milan. Ainsi se crée, en pointillé, une union qui va donner naissance à

une Eglise d'importance et à une culture dont toute l'Europe est issue. Grâce à cette « communion », un commerce va s'établir entre les diverses églises locales. Échanges et partages constituant un *corpus mysticum* tirant toutes les conséquences doctrinales et organisationnelles de la reliance dont il a été question.

Revenons à ce qui est en train de se passer sous nos yeux. Même processus initiatique, mêmes échanges et partages de tous ordres. Le *Peer to peer* est à l'ordre du jour en de nombreux domaines. De même c'est par contamination électronique que se développent les phénomènes altermondialistes, la diffusion des informations, les rassemblements frivoles ou sérieux. Un terme traduit bien tout cela: *flashmob*, la mobilisation instantanée.

Même dans l'ordre de la connaissance, avec les grossières erreurs et méfaits que l'on sait, *Wikipedia* tient le haut du pavé, symbole, s'il en est, que le savoir ne vient plus du haut, qu'il n'émane plus d'un pouvoir vertical, mais se répand à l'image de la puissance de base, d'une manière horizontale.

Ce ne sont là que quelques indices de la cyberculture naissante. Le développement technologique qui avait participé de la *démagification* du monde et contribué à l'isolement des individus, à ce que l'on peut appeler la grégaire solitude, s'inverse en son contraire, et contribue à une nouvelle reliance: être, toujours, en contact, en union, en communion, être *branché*.

Oui, c'est bien une nouvelle culture qui s'élabore avec Internet.

Le « cyberspace » est un lien, aux contours indéfinis, infinis, où d'une manière matricielle, s'élabore la rencontre avec l'autre, où se conforte le corps social. Ne peut-on pas dire, de ce fait, qu'il constitue la *communion des saints* postmoderne.

# Subsídios para a(s) Memória(s) da Investigação em História e Ciências Sociais na Universidade do Minho

Miguel Sopas de Melo Bandeira\*

## 1. Memória e circunstância

Numa época de descontinuidade do espaço-tempo, de hibridez das verdades, mais de espasmos convulsivos do que de rupturas estruturais e, num certo sentido, de relativismos absolutizantes e absolutismos atomizados, enfim, parafraseando um conhecido aforismo oriental, o tempo “interessante” em que vivemos, como em todas as épocas, à procura de si mesmo e de um futuro para o qual a História retrospectivamente há-de pretender fixar, de uma certeza nos convence, a de que o alcance e o devir dos colectivos, para o caso o da instituição universitária, passam pela dignidade que estes atribuem à sua própria memória colectiva.

Há uns anos, quando o Professor Aníbal Augusto Alves, Presidente do Instituto de Ciências Sociais (ICS), nos incumbiu, juntamente com outros colegas, de redigir algumas notas sobre os 25 anos da Escola<sup>1</sup>, coube-nos a difícil tarefa de discernir sobre os primórdios da organização da investigação científica, bem como dos primeiros passos que sob este desígnio foram dados na Universidade. Daí que, para bem auspiciar o novo ciclo que agora se abre ao percurso do nosso colega, o Professor Aníbal Alves, pioneiro das Ciências Sociais no Minho, nada mais apropriado do que recuperar do “disco duro” essas notas que têm o condão de juntar a útil memória e o grato celebrado.

Mandam, porém, os imperativos da causa, nestas breves palavras de situação, que façamos uma salvaguarda metodológica. Mais do que o prurido académico ou escusa de expectativa, o presente texto fundamentou-se privilegiadamente no conjunto de documentos, alguns avulsos e dispersos, que soçobraram das anteriores instalações do ICS – no vão das escadas do edifício da caixilharia vermelha, hoje ILCH<sup>2</sup> — a maior parte deles acondicionado a um armário que era atribuído ao fundador, o Professor A. Lima de Carvalho. Como tantas vezes acontece nos períodos pioneiros, a energia do projecto não poupou a resistência da memória. De facto, no sentido académico do termo, diga-se que não o administrativo, não dispomos de um arquivo histórico ou fundo museológico do ICS.

\* Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho

<sup>1</sup> Comissão para as Comemorações dos 25 Anos do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho (desde Abril de 2002)

<sup>2</sup> Instituto de Letras e Ciências Humanas

Daqui também vertemos alguns relatos colhidos num âmbito mais coloquial, e que vão devidamente assinalados. Temos a plena consciência que o presente texto não se completa a si mesmo, quer no plano dado à ênfase cronológica, quer, sobretudo, no que toca à justiça prestada aos intervenientes. Ele representa, como aliás todos os demais ensaios o confirmam, apenas mais uma perspectiva. Um olhar, que traduz também uma análise sobre o nosso modo de produzir documentação e de tratar a nossa própria memória. Mais não fosse, o presente texto carece da sua inevitável crítica e continuidade. Fica aqui o estímulo ao prosseguimento da História do ICS na UM, e muito particularmente, ficamos à espera das memórias do Professor Aníbal Alves, e, porque não, de todos aqueles que podem reconhecer neste apelo a primazia do valor da obra comum sobre o das circunstâncias.

## 2. O desiderato de um centro de investigação em ciências históricas e sociais

O Centro de Ciências Históricas e Sociais (CCHS), independentemente do modo e do tom com que agora, à distância, o olhemos, corporizou o ciclo de pioneirismo e de expressão da matricialidade, essa idiosincrasia do ideário organizacional da UM, vertido à escala da Escola de Ciências Sociais. Sendo a primeira e a mais ampla estrutura orgânica de investigação neste domínio, com a sua extinção e a criação de novos centros e núcleos, que lhe sucederam, iniciou-se um também um novo período protagonizado pelas iniciativas departamentais e atraído pelas virtualidades e o alcance dos modelos de interacção em rede que hoje se impõem.

A criação do CCHS, ainda que este não revele uma data simbólica de fundação, sabe-se que ocorreu no mês de Fevereiro de 1984, curiosamente, alguns anos antes da formalização do próprio Instituto de Ciências Sociais (ICS)<sup>3</sup>, a instituição orgânica da UM que o veio a enquadrar em exclusivo e, também, mais tarde, voluntariamente a extingui-lo. Para melhor compreender a sua génese faz pois todo o sentido que recuemos até aos antecedentes que explicam o processo de instituição da própria UM.

Como é pacífico de o admitir as raízes do CCHS têm assim as suas origens mais recônditas na implementação do ensino das *Ciências Sociais* – concebidas na aceção mais ampla que alguma vez desfrutaram no seio da academia – e, muito particularmente, na vontade expressa de afirmação dos estudos no domínio do *Desenvolvimento Regional*, incrementados ainda no âmbito dos ideais fundadores e, naturalmente, na já referida natureza matricial da UM. A própria Universidade do Minho é de algum modo a consequência dos objectivos de desenvolvimento regional do Noroeste português decorrentes das directivas do *III Plano de Fomento* (1968-73).

Desde logo, o primeiro *Regulamento Interno Provisório* da Universidade (de Fevereiro de 1976), homologado pelo *Secretário de Estado do Ensino Superior e Investigação Científica* de então, a 10 de Fevereiro de 1976, ao estabelecer a estruturação da Academia subordinada ao princípio fundador da criação de três *Unidades Base* – *Unidades de*

<sup>3</sup> Regulamentado pelos Estatutos promulgados por Resolução SU-18/90, de 7/5/1990

*Investigação, Unidades de Ensino (Pedagógicas), e Unidades de Apoio* — explicitava, respectivamente no âmbito das duas primeiras, a criação associada do *Centro de Desenvolvimento Regional* (CDR) e o da *Unidade Pedagógica das Ciências Sociais* (UP-CS).

Por outro lado, e no correr do mesmo ano, o Governo da República extinguiria o Instituto de Alta Cultura, criando em sua substituição, por Decreto-Lei (DL-nº538/76 de 9 de Jul. 1ª Serie) o Instituto Nacional de Investigação Científica (INIC), entidade que passava a regular a política nacional neste domínio. Entrava assim em vigor um novo enquadramento legal no sector que teria um forte impacte na reestruturação organizacional da investigação científica efectuada nas universidades portuguesas.

Assim, foi ainda em Novembro desse mesmo ano fundador de 1976 que se receberam pela primeira vez os alunos do Bacharelato em Ciências Sociais – Formação de Professores, passando então, a estar reunidas as condições fundamentais necessárias ao arranque do período contínuo de mais de três décadas de ensino e investigação em Ciências Sociais no Noroeste de Portugal.

## **2.1 Os pioneiros (1976-1982): O Centro de Desenvolvimento Regional – que é, ao fim e ao cabo, a ciência social em acto...**

O CDR tornava-se assim na estrutura orgânica embrionária da Universidade do Minho vocacionada para o desenvolvimento da investigação científica na área das Ciências Sociais, tendo por *presidente designado para a “instalação”*, o Professor Abílio Lima de Carvalho. O mesmo que, em 9/12/1976, deu conhecimento ao Reitor da proposta de Ante-projecto de Estatuto Orgânico do CDR, documento que nos elucida da natureza e das atribuições pioneiras do Centro, as quais evidenciavam já a necessidade de o articular com a *conjuntura da UM e do INIC*. A este propósito vale a pena, pois, evocar o enunciado das primeiras palavras do articulado:

*O (...) CDR é um organismo de nível universitário que, no âmbito das Ciências do Homem, das Ciências e Tecnologias do Desenvolvimento, das Ciências e Tecnologias da Acção Regionais, se destina, por vocação, à prática da pesquisa e da formação interdisciplinares e, ainda, do serviço directo à Comunidade.*

Como Centro de investigação universitário, além de promover a *investigação fundamental, aplicada e projectiva*, pretendia-se *associado à área do ensino e da aprendizagem* leccionada. De notar, porém, que em todo o leque dos seus objectivos de acção pontuava o privilégio dos estudos de âmbito regional. A propósito, no ano seguinte, e a nível interno, sintomaticamente ainda se admitia que o Centro se pudesse designar por *Centro de Estudos e Desenvolvimento do Noroeste*, proposta que, todavia, não vingou. Mais não bastasse, as áreas específicas de apoio ao Centro convergiam nesse sentido, ao propor a criação das seguintes estruturas: *Núcleo de Documentação; Corpus de Fontes; Banco de Dados Regionais; Gabinetes de Recolha e Tratamento de Dados; Serviço de Publicações e Intercâmbio.*

Sem estatutos definidos os primeiros passos do CDR procurariam transmitir a consistência e a viabilidade da proposta, designadamente, participando a *fase adian-*

tada de programação [de] três projectos correspondentes a três linhas de Acção (Investigação): um, no domínio da análise socio-económica regional; outro, no domínio da análise socio-cultural regional; e o terceiro, no domínio da estratégia do planeamento regional educacional (Dezembro de 1976), prevendo-se que os dois primeiros fossem colectivos e o último individual. Por essa altura, decorria já, desde há *alguns meses*, um programa de *prospecção bibliográfica e análise de conteúdo*, de base regional, levado a cabo por Maria José de Gusmão, consubstanciando, diga-se, aquilo que pode ser considerado como o primeiro trabalho sistemático promovido no seio desta unidade.

No ano seguinte o estatuto orgânico do CDR viria a ser clarificado, particularmente quando se definiram *as equipas de pesquisa interdisciplinares*. Recordemo-nos que o facto de se ser docente na UP-CS não significava, por inerência, que se pertencesse ao CDR, mas tão só, se afirmasse como *um potencial membro efectivo*. Nesse sentido, procedeu-se ao ajustamento da *organização d[as] "áreas disciplinares" à evolução prevista da Unidade de Ciências Sociais no seio da Universidade, pôde-se fazer o aproveitamento desse "agrupamento" de "saberes e de pessoal"*. Pelo seu significado fundador e esclarecimento do processo, vale a pena transcrever a primeira distribuição dos *docentes-investigadores* por áreas disciplinares, no âmbito do que se entendeu então designar por *equipas de pesquisa interdisciplinar*, organizadas nas seguintes *Linhas de Acção*:

Linhas de Acção no âmbito das *Ciências do Homem*:

a) **Análise de Áreas "Nacionais" não-homogéneas em fase de transição (em funcionamento efectivo):**

Prof. A. Lima de Carvalho

Lic. L.D. Polanah, com projecto individualizado

Lic. Alice Duarte Geraldês, com projecto individualizado

Lic. Ernesto Valério de Figueiredo

Lic. Aníbal Augusto Alves, com projecto de tese de doutoramento individualizado (Lovaina)

Lic. Ronaldo Guedes Assis Fonseca, com projecto de tese de doutoramento individualizado (Nanterre)

b) **História Económica e Social – Época Moderna (em projecto)**

Aurélio de Oliveira, em fase terminal de doutoramento (Paris)

Doutor Manuel Gonçalves Martins (Sociologia)

Linha de Acção no âmbito das Ciências e Tecnologias do Desenvolvimento  
**Análise da Estrutura Económica da Região do Minho visando o Estudo de Estratégias para o seu Desenvolvimento (planificada, apta a avançar logo que disponha de meios adequados)**

Prof. Vale e Vasconcellos

Lic<sup>a</sup> Dolores Cabral

Lic. José Manuel Vaz, em fase terminal de doutoramento (Inglaterra)

Doutor Rui Rodrigues (Ecologia Humana e Regional)

Uma das preocupações fundacionais do Prof. A. Lima de Carvalho, aquando da *fase final da "modelação" do CDR*, foi a de proceder ao estabelecimento de contactos externos com especialistas nacionais do sector. Com esse propósito seriam consultados os professores Viegas Guerreiro e Jorge Gaspar, da Universidade de Lisboa, e Baquero Moreno e Oliveira Ramos, da Universidade do Porto. Aliás, seria precisamente, por intermédio do primeiro visitante, que a Secretaria de Estado do Ambiente de então veio a solicitar à UM aquele que constituiu o primeiro grande projecto colectivo do CDR: o estudo *Etnográfico-Histórico* efectuado na Área do Parque Nacional da Peneda-Gerês. A equipa de investigação destacada viria ser localmente dirigida pelo Prof. A. Lima de Carvalho, tendo por responsáveis no terreno, Alice Geraldês, Luis Polanah e Ronaldo Fonseca.

Também ao serviço do CDR, os momentos pioneiros ficariam associados aos diversos contactos desenvolvidos pelo arquitecto Álvaro José Cameira<sup>4</sup>, que se deslocou a Lisboa incumbido de sondar diversas instituições e serviços com o fim de se obterem intercâmbios e apoios logísticos necessários ao arranque dos trabalhos de investigação que aqui se pretendiam desenvolver.

Tanto a UP-CS como o CDR, em 1976 ainda indistintamente associados, aguardavam a conclusão das obras em curso no núcleo da Rua D. Pedro V (actual sede da AAUM<sup>5</sup>), na altura em fase de ultimização, para que ficassem provisoriamente instalados no 3º andar do referido imóvel. Os recursos humanos assim o permitiam e a realidade infraestrutural da própria universidade, dispersa que estava por toda a cidade, também assim o recomendava.

A expansão da Universidade do Minho, consubstanciada na criação de novos cursos e na reestruturação dos existentes, particularmente com a extinção dos bacharelatos, decorreria particularmente destes factores que, no seu conjunto, concorreriam para o aumento do número de alunos e para a contratação de novos docentes e funcionários. O crescendo de complexidade organizacional vivida no seio da instituição e a afirmação de novas solicitações académicas encontrariam eco dentro dos grupos disciplinares primeiramente estabelecidos, no seio dos quais despoletariam sucessivas contradições internas, por força da divergência de projectos individuais e grupais, desenvolvendo-se motivações estratégicas distintas. Assim, entre meados de 1981 e Março do ano seguinte, a matricial Unidade Pedagógica das Ciências Sociais, ainda que mantivesse a continuidade denominativa de origem, cindir-se-ia em duas unidades orgânicas diversas (despacho RT-8/82, de 10-3-1982)<sup>6</sup>, resultando desta fragmentação o novo projecto científico-pedagógico de Economia e

<sup>4</sup> Integrante dos serviços técnicos da UM. Curiosamente o autor da sigla ASPA, que atribuiu nome à conhecida Associação para a Defesa, Estudo e Divulgação do Património Cultural e Natural, com sede em Braga, e que, segundo o próprio nos testemunhou num evento comemorativo do Salvamento de *Bracara Augusta*, a terá adoptado do nome de uma célebre agência funerária de Gouveia.

<sup>5</sup> Associação Académica da Universidade do Minho.

<sup>6</sup> Sobre o processo desta cisão *vid* texto de Ferreira, M<sup>a</sup> de Fátima, alusivo à História do Instituto de Ciências Sociais, iniciado no mesmo âmbito das Comemorações dos 25 Anos do ICS (aguarda publicação).

Gestão<sup>7</sup>. Curiosamente, a originalidade pioneira da estrutura da Universidade do Minho, acomodava-se melhor ao poder atractor dos figurinos académicos tradicionais, deixando a partir daí as Ciências Sociais confinadas à Antropologia Cultural/Sociologia; à Comunicação e Informação; e à História. Ou seja, em termos da organização da investigação, herdeiras dos Estudos Sócio-Culturais e dos Estudos Histórico-Sociais. Neste contexto, as unidades pedagógicas encorporaram a sua missão convertendo-se em unidades científico-pedagógicas (UCP), esvaziando de algum modo, nem que fosse pela perda de exclusividade, a dimensão substancial do CDR.

## 2.2 Um *intermezzo* matricial (1982-1984)

O CDR, porém, ainda que do ponto de vista formal sobrevivesse à anterior cisão, foi suficientemente capaz de manter por mais algum tempo o formato original.

Tendo sido homologados os novos órgãos directivos da UCP de Ciências Sociais em Abril de 1982, em meados do mês seguinte encontrava-se “pronta para entrega” aquela que viria a ser a primeira *casa das Ciências Sociais*, exclusiva no seio das instalações universitárias, o Nº 45 da Avenida Central, em Braga (hoje um espaço de lazer dos estudantes universitários<sup>8</sup>). Com esse propósito, o então Presidente da Comissão Científica, o Professor Catedrático A. Lima de Carvalho convocava os representantes das respectivas áreas para se proceder à distribuição dos espaços disponíveis. Diluída na supremacia orgânica da *Unidade de Ciências Sociais*, a atestar o privilégio atractor dos projectos de ensino, caberia ao CDR o último de três pisos (*tipo forrinhos*) para aí ser centralizada e organizada toda a documentação especializada.

Tal como as demais *Unidades de Investigação* que, no seu conjunto, compunham o pleno do *Conselho Científico da Universidade* (CCU), o Presidente desfrutava por inerência de assento neste órgão, representando, no plano científico, todas as valências respeitantes às *Ciências Sociais*. Dele dependiam vastas competências e atribuições, tais como: a aprovação dos projectos de investigação propostos pelas unidades; a aprovação dos planos e programas de formação dos seus membros; a formulação de pareceres sobre as propostas de admissão de pessoal; a aprovação dos planos orçamentais, e outras mais ainda curiais a um órgão desta natureza académica.

Neste contexto, porém, a continuidade do CDR encontrava-se assim irremediavelmente comprometida face à afirmação do novo figurino, que só mesmo a precariedade, também simbólica, de um espaço marginal do tipo *águas-furtadas*, não deixava dúvidas quanto à sua inevitável diluição. Por seu turno, o funcionamento do CDR tendia a confundir-se até à indistinção com a sobrevivente Unidade de Ciências Sociais.

<sup>7</sup> A Unidade Científico-Pedagógica de Economia e Gestão também passaria a comportar 3 áreas disciplinares, a saber: Organização e Gestão; Economia; e, Direito, Ciências Políticas e Administração Pública; permanecendo sediada nas instalações da rua D. Pedro V, *idem* Ferreira, M<sup>a</sup> de Fátima.

<sup>8</sup> Legado do Comendador António Augusto Nogueira da Silva.

Em 1983, no último ano da sua existência, sendo seu Presidente o Professor Doutor Aurélio A. de Oliveira, o CDR contava com 4 principais Linhas de Acção, aprovadas pelo dito CCU:

- *Economia*, tendo como seu responsável o Prof. Vale e Vasconcellos
- *Estudos Internacionais*, tendo como seu responsável o Prof. José Manuel Vaz
- *História*, tendo como seu responsável o Prof. Aurélio de Oliveira
- *Antropologia Cultural e Sociologia*, tendo como seu responsável o Prof. A. Lima de Carvalho

Nem de propósito, já que seria nesse mesmo ano, quando então se preparava a criação de novos centros de investigação, que se organizou aquele que foi o “canto do cisne” do Centro de Desenvolvimento Regional, tendo por principal impulsionador o Prof. A. Lima de Carvalho: o *I Seminário Internacional – Portugal e os Portugueses – raízes e horizontes* (4 a 17 de Julho de 1983). Este certame, que auferiu de apoio governamental directo, designadamente o Ministério dos Negócios Estrangeiros, foi organizado pelas *Linhas de Investigação e Áreas de História, de Antropologia Cultural e Sociologia, e de Comunicação e Informação/CDR (Ciências Sociais)*, tendo dado especial ênfase à projecção da temática na região de *Entre Douro e Minho*. Nele estiveram presentes, entres outros, *Eduardo Lourenço e António José Saraiva*.

O CDR, porém, face à diversidade interna das suas linhas de acção mostrava-se inadequado para assumir uma estratégia transversal e unida, percebendo-se, pela leitura da diversa documentação avulsa que nos foi possível consultar, a existência de dificuldades crescentes na eficácia do seu funcionamento interno. Há medida que as próprias unidades orgânicas centradas nos projectos de ensino se iam desenvolvendo, abria-se uma nova fase de expansão da Universidade, que iria conduzir, como atrás já o referimos, à secessão das áreas da Economia e dos Estudos Internacionais; e, por outro lado, à afirmação individualizada dos domínios da História e da Antropologia Cultural no seio das próprias *Ciências Sociais*.

### **2.3 O Centro de Ciências Históricas e Sociais (1984-2001) – federação e departamentalização da investigação no Instituto de Ciências Sociais**

#### **- A fundação do CCHS**

Finalmente, a 28 de Fevereiro de 1984, o Presidente da Unidade *Científico-Pedagógica de Ciências Sociais*, o Prof. A. Lima de Carvalho, anunciava a todos os docentes do respectivo organismo a aprovação em CCU do *Centro de Ciências Históricas e Sociais* (CCHS). Ainda que faltasse a homologação da Reitoria, aí se explicitavam os critérios básicos do seu funcionamento, com o seguinte teor:

- ...as actividades do Centro terão de ser programadas, para cada ano económico, bem como as actividades (pesquisa, cursos/ciclos de extensão, serviço à comunidade) de cada Núcleo. De notar que cada Linha de Acção de cada Núcleo terá de

*ser presidida por um professor/investigador. As Linhas de Acção compõem-se, em princípio, de Projectos e/ou Estudos individuais e/ou grupais, disciplinares. A investigação, a nível do Centro, como unidade organizativa e integrativa, deve tender para a transdisciplinaridade e para a acção (não exclusiva) sobre a Região (Noroeste, Norte de Portugal, Baixo e Alto Minho, em particular).*

Com estes propósitos, surgiram três Área(s)/Núcleo(s) denominados de:

- *Antropologia Cultural e Sociedade;*
- *História; e*
- *Comunicação Social* (até 1984 vinha sendo designada de *Comunicação e Informação*).

Com este passo estava assim fundada a grande matriz que caracterizou a imagem dos primeiros anos do CCHS, vocacionada e assumidamente predisposta para privilegiar o estudo da região envolvente, aliás, como decorria das finalidades últimas veiculadas pela própria universidade em que se inseria.

O Centro de Ciências Históricas e Sociais (CCHS), tomado como uma *Unidade orgânica de Investigação*, adequada aos modelos de organização específicos, quer do Instituto de acolhimento, quer da própria Universidade, constituiu-se como uma estrutura fundamentalmente orientada para a necessidade prioritária de estabelecer o enquadramento institucional do trabalho científico produzido por todos os docentes/investigadores da referida Escola. Este facto passou a ser determinante no modo como se desenvolveu e personalizou o próprio centro de investigação.

A circunstância objectiva da maioria dos seus membros se encontrarem, ao longo destes primeiros anos, no cumprimento dos requisitos académicos exigidos à efectividade profissional das suas carreiras, aos quais se deverá acrescentar o facto de se distribuírem por um amplo espectro de valências e saberes, tradicionalmente caracterizadores dos currículos disciplinares inerentes aos *Cursos de Ciências Sociais*, determinou, como referiu mais tarde uma das suas Directoras, a Prof.<sup>ª</sup> Manuela Martins (1999), que *os investigadores do CCHS cresce[sse]m em número por necessidades ligadas à docência e não às necessidades de investigação*. Deste modo se compreende porque é que *o CCHS não corresponde[eu, desde o início,] a um centro temático dedicado a um único domínio de investigação*.

Ao contrário do modelo conceptual originário da própria universidade, onde o CCHS e os seus antecedentes figuravam como estruturas paralelas, na dimensão e na importância das unidades prioritariamente vocacionadas para os projectos de ensino, a verdade é que nunca alguma vez se igualaram, podendo-se mesmo afirmar que, desde o seu início, o CCHS se confirmou como uma extensão compartimentada do Instituto de Ciências Sociais.

### **- O fecho do ciclo pioneiro**

Quando em 1989 foram homologados os Estatutos da Universidade do Minho, contemplando a criação dos *Centros e Núcleos de Investigação* da academia, o ICS transferiu-se para as instalações definitivas no *campus* de Gualtar, em Braga. Foi o

arranque de um novo período incisivo de transformações e renovações, que arrastou consigo toda a dimensão humana e material do CCHS. No ano seguinte, passaria a presidir aos destinos do Centro, o Prof. Aníbal Alves, da área de Comunicação Social, que tinha já exercido as funções de Secretário do Conselho Científico da Universidade (Out. 1984/85) e de Presidente do Conselho Científico da Unidade. Seria pois, sob a sua iniciativa que o *Centro de Ciências Históricas Sociais* viria então a ser articulado com o novo quadro orgânico da universidade. Assim, por despacho RT-54/91, sob proposta do Conselho Académico e aprovação do Senado Universitário, de 20 de Maio, o Reitor aprovaria, em 11/6/1991, a *criação* do CCHS, homologando o respectivo regulamento.

Quando, em 1994, a Prof<sup>ª</sup>. Manuela Martins, da área de História/Arqueologia, passou a desempenhar funções de Directora do CCHS, os recursos do Centro compreendiam uma funcionária encarregue da biblioteca, a D. Fátima, e o apoio de uma outra Secretária a tempo parcial, a Sandra, pertencente ao ICS. Por essa altura cerca de metade do orçamento destinava-se à aquisição bibliográfica, pelo que daí se pode inferir o carácter pioneiro dos tempos que se viviam. Foi ainda durante esse período que o CCHS procurou adaptar-se à rapidez das transformações que se impunham, tendo-se procedido a duas revisões dos seus regulamentos internos (1996 e 1999). Antes de tudo procurava-se ajustar a sua especificidade à realidade entretanto adquirida, relançando a investigação individual e a colectiva, pela primeira vez, a partir da implementação de um sistema de contratualização interno.

A figura e a estrutura do CCHS, porém, rapidamente foram ultrapassadas pelo processo de expansão da universidade e, muito particularmente, pelo crescimento do próprio ICS. Quando a Prof<sup>ª</sup>. Engrácia Leandro, da área de Sociologia, foi eleita a derradeira Presidente do CCHS, em 6 de Dezembro de 2000, já então fora consensualmente assumido e desencadeado o seu processo de profunda reestruturação. Nas suas próprias palavras o CCHS era então constituído por três áreas de investigação, a saber: as *Ciências da Comunicação*, a *História*, e a *Sociologia / Antropologia / Geografia*, (...) *gravita[ndo estas] em torno de cinco grandes eixos de algum modo correlacionados com o ensino dinamizado no seio do Instituto*. Isto é, o CCHS decalcava a estrutura interna departamental do ICS.

Paralelamente foram desencadeadas iniciativas no domínio da organização da investigação, dentro e fora do ICS, que vieram a ter implicações determinantes no próprio desenvolvimento do processo de reestruturação que conduziu ao fim do ciclo do CCHS. Este começou a tomar substância com a criação de estruturas com finalidades de intervenção congéneres, designadamente, com a proposta do Prof. Moisés Martins, da área de Comunicação Social, de criação do Núcleo de Estudos de Comunicação e Sociedade (NECS). Contudo, o sentido da iniciativa não foi isolado, nem inédito, já que uns anos antes, no âmbito do ICS, fora fundado no Pólo da UM em Azurém - Guimarães, sob impulso da Prof<sup>ª</sup>. Norbeta Amorim, da área de História, o Núcleo de Estudos de População e Sociedade (NEPS)<sup>9</sup>, vocacionado para os estudos

<sup>9</sup> Criado em 1996 por resolução de SU-26/96.

de História das Populações e Demografia Histórica, o qual passou a ter directamente associado um Curso de Mestrado específico. Fora do ICS, também, a crescente afirmação da Unidade de Arqueologia, Unidade Cultural da UM, contribuiria para a perda de exclusividade das áreas de intervenção científica específicas do CCHS.

O processo de fragmentação do CCHS, viria, aliás, a ser irreversivelmente condicionado pelas recomendações emanadas das duas comissões de avaliação<sup>10</sup> da tutela que, entretanto, o apreciaram, tendo contribuído para a antecipação da criação de novos núcleos de investigação no seio do ICS, tantos quantos os projectos departamentais existentes.

Saliente-se neste âmbito que a reestruturação do CCHS deu, inclusive, origem a um movimento interno de debate e reflexão, que originou com esse objectivo, entre outros desenvolvimentos, a organização de um *Workshop* subordinado ao tema, *As ciências sociais e históricas: que investigação?*, ocorrido em Braga, no Campus de Gualtar, entre 6 e 7 de Dezembro de 2001, no qual a generalidade dos membros do ICS deu conta à Escola dos seus trabalhos e interesses de investigação.

### 3. Os Cadernos do Noroeste

As memórias dos tempos pioneiros da investigação em História e Ciências Sociais da UM estariam mitigadas se não fizéssemos uma referência à primeira revista científica do ICS. Ainda que indissociavelmente ligada à Escola, em particular, ao CCHS, a História dos *Cadernos do Noroeste*<sup>11</sup> – modo inteligente e erudito de evitar a ambiguidade espacial do próprio conceito de *Minho* – tem as suas antecédências e os seus particularismos que a individualizam no contexto do Centro.

Acalentada desde o princípio do desenvolvimento da investigação em *Ciências Sociais* como uma das expressões lídimas de suporte à visibilidade externa e às relações de intercâmbio da comunidade científica residente<sup>12</sup>, os *Cadernos do Noroeste* surgiram de um circunstancialismo algo pragmático<sup>13</sup>. A pretexto do *XIII Congresso Europeu de Sociologia Rural* (Braga, 1-4 de Abril de 1986), que teria por *Comissão Organizadora Local* a *Unidade de Ciências Sociais* da Universidade do Minho<sup>14</sup>,

<sup>10</sup> Comissões, todavia, parciais no que concerne à falta de representação disciplinar do painel de avaliação.

<sup>11</sup> Para o Professor A. Lima de Carvalho o *Noroeste português* [era uma] *unidade ecológica, histórica e sociologicamente bem caracterizada* (Novembro de 1977).

<sup>12</sup> Em 2002 a biblioteca do CCHS/ICS dispunha de 153 títulos de revistas, das quais, muitas existências resultavam de permutas com os *Cadernos do Noroeste*.

<sup>13</sup> A autoria da designação é atribuída ao Prof. Aurélio de Oliveira, que reiteradamente afirmava ter-lhe surgido de uma amena conversa havida numa esplanada de Braga.

<sup>14</sup> Foi um dos maiores congressos organizados na Universidade do Minho, trazido para Braga pelo Prof. Albertino Gonçalves, que trabalhava directamente em Paris com reputados sociólogos, entre os quais, Michel Maffesoli, que proporcionou o reconhecimento e o apoio internacional às Ciências Sociais no Minho, desde o primeiro número da revista *Sociétés* no ano de 1984. O congresso teve como principais organizadores, A. Lima de Carvalho, Luís Filipe Lobo e o Dr. Gomes.

seria lançado o “Nº 0” dos *Cadernos do Noroeste – Sociedade, Espaço, Cultura*, subordinado ao expectante tema fundador, o *Minho: terras e gente*<sup>16</sup>.

Embora amadurecidamente sonhados, como afirmaria o seu mentor no primeiro editorial, os *Cadernos do Noroeste nascem como não foram pensados — bem assim — desde há muito*, por causa de uma necessidade, em Abril de 1986, subscritos exclusivamente pela unidade orgânica das *Ciências Sociais*.

Os dois primeiros volumes, do qual o segundo se consubstanciará em número duplo, já com uma identidade gráfica específica, serão publicados nos dois anos imediatos, passando a designar a *Direcção e Coordenação*, respectivamente distribuídas pelos *Professores A. Lima de Carvalho (Director)* e *Manuel Silva Costa (Director-adjunto)*. Curiosamente, será só com o II volume que se relacionará formalmente e pela primeira vez a presente publicação com o CCHS, ao apontar o Director-adjunto da primeira, como o Presidente do segundo. Com o volume III, referente ao ano de 1990, surgirá o Prof. Aníbal Alves indicado como Director dos *Cadernos do Noroeste* e, simultaneamente, Presidente do CCHS.

À medida, porém, que o número de docentes do ICS e, praticamente, por decorrência o número de investigadores, do CCHS crescia, o modelo dos *Cadernos do Noroeste* veio a tornar-se algo exíguo e desadequado para acolher um valor tão elevado e diversificado de textos. Daí que, em 18 de Janeiro de 1999, a Comissão Directiva do CCHS deliberou proceder à partição da publicação em 3 números autónomos, vindo a ser definidos três títulos distintos: *História*; *Sociologia*; e *Ciências da Comunicação*. Pretendia-se então *verificar a capacidade de cada uma das linhas de acção do CCHS, coincidentes com os Departamentos existentes, garantir a edição de uma série autónoma de Cadernos do Noroeste*. O desafio estava lançado, podendo dizer-se que os títulos hoje publicados no ICS são herdeiros directos desta iniciativa editorial que, já alguém um dia nos disse, o Prof. Abílio Lima de Carvalho, quando ainda era vivo, esperava-o liberado, para que pudesse ser retomado.

MSMB, Abril de 2009

<sup>16</sup> Ficha Técnica: Coordenação – Abílio Lima de Carvalho; Revisão e Redacção – Ernesto V. de Figueiredo, Manuel da Silva e Costa, João Arriscado Nunes, Jean-Martin Rabot e Carlos Alberto Afonso.



# Os maus-tratos de crianças e a excitação dos *media*\*

Moisés de Lemos Martins\*\*

## **Media e violência**

Os meios de comunicação social são hoje o nosso principal canal de informação e para uma grande parte da população constituem uma importante forma de distração e de descontração. Apresentam-se-nos, além disso, como insubstituíveis mapas culturais e constituem guias de referência que nos permitem enquadrar as interpretações que fazemos do mundo. Em consequência, afectam a nossa experiência e acompanham-nos nas respostas que damos às infindáveis exigências do quotidiano. No entanto, pese embora o facto de poderem atingir-nos psicologicamente de maneira violenta, ao afectar as nossas percepções da realidade, não está inteiramente esclarecida a responsabilidade dos *media* como fatores e promotores da violência. Têm-se revelado contraditórios, aliás, os resultados de múltiplos estudos realizados no sentido de fazer este apuramento.

Sendo o campo mediático, todavia, um dos principais sistemas estruturadores da sociedade, não podemos deixar de nos interrogar acerca das representações que os *media* fazem da realidade. O tema deste Colóquio, “os maus-tratos de crianças na comunicação social”, remete para notícias e reportagens sobre uma realidade, que sem dúvida nos choca e nos perturba. E remete igualmente para uma realidade que o mercado valoriza e torna rentável, dado o facto de atrair a atenção e o interesse públicos. Ao reflectir sobre as narrativas mediáticas da violência infligida nas crianças, este Colóquio convoca-nos a todos, académicos, jornalistas, educadores e estudantes, no sentido de interrogarmos uma realidade que é feita, no dia-a-dia, ao ritmo veloz das redacções dos jornais, das rádios e dos canais de televisão.

## **Media, emoção e capitulação**

As crianças como objecto de notícia não têm sido alvo de particular atenção por parte dos *media*, como documenta a tese de doutoramento de Cristina Ponte (2004).

\* Comunicação na abertura do Colóquio realizado em Maio de 2006 sobre “Os maus-tratos de crianças na comunicação social”, uma realização conjunta do Centro de Estudos da Criança e do Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, ambas unidades de investigação da Universidade do Minho. Agradeço à Professora Felisbela Lopes as sugestões que me deu para a elaboração desta reflexão.

\*\* Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade. moiseslmmartins@gmail.com

Todavia, os casos de maus-tratos configuram, neste contexto, uma excepção, valendo pois a pena interrogá-la enquanto tal. Porque é que, durante dias, os *media* centraram a atenção no desaparecimento da menina Joana, no Algarve, e também no presumível homicídio da menina Vanessa, encontrada a boiar no Douro? A meu ver, são duas as ordens de razões que explicam este fenómeno. Por um lado, está o facto de estes casos serem caracterizados, acima de tudo, pelo valor-notícia da transgressão, da anormalidade e do mistério. Por outro lado, está também a emoção, que serve em pleno a lógica mediática da actualidade e que está no centro desses acontecimentos. A emoção é uma mola de mobilização do público, seja ele leitor, ouvinte ou telespectador. Por essa razão, o recurso à emoção provocada pelos factos convocados inscreve-se na concepção clássica de espectáculo, teorizada por Guy Debord nos anos sessenta. A exposição pública da dor privada, seja consentida, ou seja feita à revelia dos direitos individuais, assim como o recurso frequente a formas de discurso intimistas e o estímulo da proximidade e da comoção, configuram uma espécie de inflação do emotivo, própria de um tempo que sentimos como melancólico (Martins: 2002). O horror transmitido pelos *media*, um horror que, em muitos casos, é mesmo por eles fomentado e produzido, situa-se na fronteira entre a informação e o espectáculo. E o espectáculo é uma excitação e uma euforia, que sendo uma sensibilidade hoje socialmente dominante, é todavia o reverso de uma sociedade apática e capitulacionista. Nas palavras de Debord (1991: 16), “a sociedade moderna acorrentada [...] apenas exprime o desejo de dormir”. E o espectáculo, que não passa de uma excitação e de uma euforia, “é o guardião deste sono” (*ibidem*).

A emoção, até há pouco erradicada do discurso jornalístico pelo desejo de objectividade, regressa agora como uma intimação, não apenas da imprensa tablóide, como também da imprensa dita de referência. É, aliás, de uma informação que faz “o elogio da razão sensível” (Maffesoli, 1996), uma informação trespassada pelo *pathos*, pela paixão da vida, pela emoção das coisas, pela fruição da parte mais sensível dos acontecimentos, que o jornalismo se refunde hoje numa profissão, por vezes irreconhecível. Ao discurso distante, racional, objectivo, referencial, opõe-se hoje um discurso sensível, comovido, apaixonado, enfim, um discurso comprometido emocionalmente. São, com efeito, três os níveis de emoção que marcam a narrativa jornalística do sofrimento: por um lado, a emoção arrancada aos próprios actores da notícia; por outro, a emoção dos jornalistas, justificada pela impossibilidade de se furtarem à dimensão sentimental da condição humana; finalmente, a emoção desencadeada no público/audiência.

Há, porém, neste “fazer-se sentir” dos *media*, nesta “experiência do presente, da fragrância do nascimento” (Perniola, 1993: 104), uma espécie de desespero, uma avidez e voracidade, que resultam numa “confusão entre informação e sensacionalismo” (Oliveira, 2005). Estimular sentidos com o fervor da actualidade é, todavia, um sortilégio que, no início do século XX, Karl Kraus reconheceu à imprensa, dada a sua vocação para transformar “emoções e paixões moderadas em histeria e folia, [...] o orgulho nacional em delírio nacionalista e em xenofobia e [...] o medo em pânico” (Bouveresse, 2001: 51).

## A produção da notícia

Estamos aqui perante uma lógica de produção da notícia que nos impede de encarar o discurso dos *media* como um espelho fiel da realidade, ou como uma representação objectiva da realidade factual. E nestas circunstâncias, porque o discurso dos *media* tem uma natureza preponderantemente inter-subjectiva e interpretativa, mais necessário e urgente se torna o desafio de reflectir sobre os acontecimentos sociais passíveis de maior mediaticização.

O pequeno ecrã, a rádio e os jornais não nos dão nunca o acesso pleno àquilo que acontece. No entanto, são os ângulos de observação e os pontos de vista neles reflectidos que constroem parte do saber comum em que consiste o quotidiano partilhado que nos constitui em comunidade. A meu ver, o ensaio de Peter Berger e Thomas Luckmann sobre *A Construção Social da Realidade*, apesar de não se ocupar, directamente, da comunicação mediática, apresenta um conjunto de conceitos centrais, que permitem perceber os *media* exactamente neste sentido, como lugar de transmissão e (re) construção de conhecimento. Também os estudos da comunicação que adoptam uma matriz cognitiva, nomeadamente aqueles que se centram nos efeitos dos *media*, de acordo com a teoria do “agenda setting”, por exemplo, permitem perceber a que ponto os meios de comunicação social são instâncias de (re) produção de informação, que orientam as audiências para aquilo que interessa pensar e debater.

Dado este enquadramento, a questão que eu gostaria de colocar é a seguinte: afinal, o que é que os *media* querem que pensemos? Quando estão em causa os maus-tratos de crianças, qual é o ângulo de observação e a perspectiva escolhidos? Quanto tempo esses casos permanecem na agenda mediática? Quem está autorizado, ou melhor, quem é convidado a falar sobre eles? Que protecção têm os menores nessa noticiabilidade? Quem defende as crianças que são notícia? Quem protege o seu direito ao bom-nome?

Os *media* constroem um “mundo comum”. E constroem-no sobretudo através de relatos, o que significa que a sua realidade social é essencialmente discursiva. Estes actos de linguagem (mental, oral ou escrita), por sua vez, são construções sociais, cuja natureza simbólica ganha sentido na comunicação. Podemos, então, concluir que não existe uma evolução natural da realidade. Existe, sim, um desenvolvimento convencional. E é exactamente esse desenvolvimento convencional que é urgente interrogar. Os discursos mediáticos são construídos de acordo com uma gramática jornalística. Quero dizer, são influenciados pela sociedade que os envolve, são objecto de múltiplas negociações no interior de um sistema que possui regras e linguagens específicas, um sistema que é alvo de influências diversas de múltiplos campos sociais e que é o ponto de partida para diferentes leituras por parte de quem os recebe. Ou seja, os discursos mediáticos entram numa rede de semiose social, que estruturam, sendo, por outro lado, estruturados por essa mesma rede.

## A performatividade dos media, por acção e omissão

É por causa desta capacidade para tornar visíveis as orientações colectivas e para fazer chegar as suas mensagens a múltiplos públicos, que a realidade social configurada pelos *media* se fortalece, na exacta medida em que se apresenta como um espelho que reflecte o mais possível o quotidiano. Dado este entendimento, seria importante questionar o tipo de identidade narrativa da nossa sociedade que é construída pelos *media*. Bem insistiu Michel de Certeau (1980) neste aspecto: a maneira como se descreve e narra o mundo tem influência decisiva nos nossos modos de ser, e também nos modos de actuar no mundo.

Referi-me de passagem ao “agenda setting”, uma teoria que delimita um conjunto de conhecimentos que se tornam do domínio público, e que nos ajuda a pensar, em consequência, o poder dos *media*, de igual modo presente na construção de uma agenda mediática, como na orientação dos indivíduos na sociedade. Todavia, mais do que os efeitos que as mensagens mediáticas têm nos indivíduos, a investigação de McCombs e Shaw (1972) vem demonstrar que os *media* podem estabilizar opiniões dominantes, estabelecer prioridades, marcar a importância dos acontecimentos e limitar opções. Esta é uma dimensão da análise que se situa ao nível daquilo que é dito e mostrado pelos *media*. Mas importa ir mais além, nomeadamente quando falamos de uma realidade tão sensível quanto a da mediatização dos maus-tratos a crianças.

A este nível, as propostas de Elisabeth Noelle-Neumann (1984), mais precisamente a sua “teoria da espiral do silêncio”, para além de reforçar a ideia do poder das mensagens mediáticas, ajudam-nos a pensar outras dimensões. Estou a pensar, designadamente, nos efeitos cognitivos dessas mensagens, e também na lógica de espiral em que os *media* operam. Tendo presente a natureza gregária do homem, Noelle-Neumann defende que cada um de nós tende a aproximar-se daquilo que pensa ser a opinião maioritária em determinado momento. Nestas circunstâncias, ao reproduzirem a ordem dominante, os *media* contribuiriam para impedir o isolamento social do indivíduo.

· Talvez possamos discutir a nossa capacidade individual para nos darmos conta das opiniões dominantes que circulam sobre um tema qualquer. Mas o que importa aqui salientar são os efeitos cognitivos que os discursos dos *media* têm nos seus destinatários. Entretanto, a teoria de Noelle-Neumann insiste num outro dado de particular interesse. Refiro-me ao facto de os meios de comunicação social poderem operar em espiral. Com efeito, ao centrarem-se nas opiniões dominantes, os *media* deixam de fora do *plateau* da notícia não apenas importantes fenómenos sociais, como também muitos dos seus actores, uns e outros condenados deste modo ao silêncio. Neste entendimento, é tão importante interrogar os “maus-tratos de crianças na comunicação social” como discutir aquilo que os jornais deixam de fora das suas páginas e os jornais radiofónicos e televisivos não inserem nos seus alinhamentos. Estou a pensar nas fontes que não são ouvidas, nos ângulos de observação que não são tidos em conta e, sobretudo, tenho em atenção o desenvolvimento de casos que, de um momento para o outro, saem da agenda mediática sem chegarem a ter qualquer desfecho no espaço público.

## Fechamento e abertura do espaço público

Na perspectiva em que me coloco, pode dizer-se que é indiscutível o contributo dos *media*, tanto pelas suas encenações, simulacros e euforias, como pelos seus silêncios, esquivas e evasivas, para um fechamento da democracia. É sem dúvida de uma grande equívocidade o papel que os *media* hoje desempenham, com o país real e os seus problemas concretos a não terem correspondência com a encenação mediática que deles é feita. E os reguladores dos *media*, assinalados por alguns autores, por um lado o dinheiro (ou seja, o Mercado), por outro lado a política (isto é, o Estado), não me parecem estar à altura de explicar a actual estetização da política e do Espaço Público, convertidos num espaço agitado, excitado, sobreaquecido, que se esgota em sensação e emoção.

Também no sentido de um fechamento democrático muito concorrem, nos nossos dias, a profissionalização da opinião e a vedetização dos opinionistas. Mas não vou concluir a minha intervenção sem dedicar uma palavra final aos efeitos emancipadores que também residem nos *media* como possibilidades. Estando nós hoje privados de normas universais que nos destinem, vivemos um tempo em que os *media* não podem deixar de dizer a crise desta época, o seu mal-estar e a sua melancolia, embora também não possam deixar de figurar o horizonte de uma comunidade partilhada, que sonhe com a redenção do humano, no combate por uma “democracia a vir”.

## Referências

- Berger, Peter & Luckmann, T. (1985) *A construção social da realidade*, Petrópolis: Vozes.
- Bouveress, J. (2001) *Schmuck ou le triomphe du journalisme – La grande bataille de Karl Kraus*, Paris: Seuil.
- Certeau, M. (1980) *L'invention du quotidien*, Vol. I, *Arts de faire*, Paris: Union Générale d'Éditions.
- Debord, G. (1991) [1967] *A sociedade do espectáculo*, Lisboa: Mobilis in Mobile.
- Maffesoli, M. (1996) *Eloge de la raison sensible*, Paris: Grasset.
- McCombs, M. & Shaw, D.L. (1972), “The Agenda-Setting Function of Mass Media”, *Public Opinion Quarterly*.
- Martins, M. L. (2002) “O trágico como imaginário da era mediática”, *Comunicação e Sociedade*, 4.
- Noelle-Neumann, E. (1984) *The spiral of silence: public opinion – our social skin*, Chicago: The University of Chicago Press.
- Oliveira, M. (2005) “Olhando a morte dos outros”, comunicação apresentada ao IV Congresso da Sopcom (Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação), Universidade de Aveiro (policopiado).
- Perniola, M. (1993) *Do sentir*, Lisboa: Editorial Presença.
- Ponte, C. (2004) *Leituras das notícias: contributos para uma análise do discurso jornalístico*, Lisboa: Col. Media e Jornalismo, Livros Horizonte.



## Media criativos e interactivos

Nelson Zagalo\*

Começo por referir que este texto aparece depois dos conselhos dados pelo Prof. Aníbal Alves no decorrer de um Conselho Científico do DCC no início do ano de 2009. Apresentava uma proposta para a criação de um novo mestrado no departamento e foi aí que a intervenção do Professor Aníbal se desenhou no sentido de me incitar a produzir conhecimento que pudesse vir a ajudar a definir um novo campo de estudos. Assim tenho que começar por lhe agradecer o facto de ter acreditado em mim, no meu discurso, de o ter aceite e mais do que isso, ter procurado e ter emitido palavras de apoio à criação de um possível novo caminho de estudos dentro da área da comunicação.

Falávamos de *media interactivos*, uma definição que se pretende capaz de definir um novo campo delimitador da fronteira entre os chamados *media tradicionais* e *novos media*.

### 1. A evolução conceptual

Dada a natureza acelerada, por razões do suporte tecnológico, as aplicações interactivas digitais têm sido identificadas de diferentes formas ao longo do tempo e em função da tecnologia do momento – *multimédia*, *novos media*, *media digitais*. A definição do termo multimédia surge no campo da engenharia para definir plataformas capazes de suportar simultaneamente diferentes tipos de suporte (texto, som e vídeo). A sua evolução enquanto campo de estudos procurou definir-se como a ciência que estuda artefactos criados a partir de “qualquer combinação, de dois ou mais media, representados sob a forma digital, suficientemente bem integrados para serem apresentados através de uma interface única ou manipulados por meio de um único programa de computador” (Chapman & Chapman 2000), ou por outro lado, “uma combinação, controlada por computador, de texto, gráficos, imagens, vídeo, áudio, animação e qualquer outro meio pelo qual a informação possa ser representada, armazenada, transmitida e processada sob a forma digital, em que existe pelo menos um tipo de media estático e um tipo de media dinâmico” (Ribeiro, 2004).

Seguindo estas definições o multimédia, enquanto definição tecnológica, diferenciava-se do audiovisual – cinema, vídeo, TV – pela sua natureza digital e depen-

\* Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Universidade do Minho. Endereço electrónico: nzagalo@ics.uminho.pt.

dência do computador. Mas enquanto definições de objecto da comunicação não se diferenciavam. Retirando a questão tecnológica do computador e de suporte digital, ambas as definições poderiam enquadrar o cinema ou a televisão.

Assim surgiram novas designações com o intuito de aprofundar a diferenciação entre o analógico e o digital fazendo surgir novas terminologias como *Novos Media* e *Media Digitais*. A mais amplamente utilizada, *novos media*, tem carregado consigo a problemática do tempo e sua progressão num campo em que o novo tem uma duração muito limitada. Assim e em alternativa ao *novo* foi-se convencionando em sua vez o *digital*. Contudo esta foi também uma solução incapaz de definir em concreto o carácter diferenciador dos apelidados novos media uma vez que todos os media tradicionais começavam a seguir o caminho natural da digitalização. Em 1999, *Star Wars: Episode I - The Phantom Menace*, era o primeiro filme de imagem real a ser, inteiramente e apenas, rodado em suporte digital. Assim com o processo de digitalização operado sobre toda a indústria dos media era necessário especificar no concreto o que mantinha distante o multimédia do audiovisual, o que levou à designação de *multimédia interactivo*, conceito assente no campo de estudos da Interação Humano-Computador (IHC), onde a primeira linha de pesquisa se baseia nos processos de interacção da relação homem e máquina.

No entanto, e dado o seu grande apelo, manteve-se no senso comum como *multimédia* apenas. No nosso país voltaram a surgir designações como *comunicação multimédia* para definir o novo campo de estudos da comunicação na academia portuguesa. Enquanto na cultura anglo-saxónica há muito que o *multimédia* tinha dado lugar apenas aos novos media ainda que os objectos se mantivessem os mesmos, “por novos media entendemos: a internet, os jogos de computador (...) no fundo qualquer coisa digital e em movimento” (Austin e Doust, 2007). Ou seja depois de termos encontrado o cerne da questão e de termos identificado uma área de estudos como a IHC que há muito se preocupa com o estudo da interactividade, voltámos ao princípio assumindo meramente os dois pressupostos anteriores: a motricidade combinatoria de vários media e o suporte digital.

Deste modo acreditamos ter chegado o tempo em que o campo preciso de se assumir e precisa de aceitar a sua raiz e transpô-la para o centro das suas atenções. O conceito de *Media Interactivos* é de entre estes o que melhor pode enfatizar a conotação com a questão elementar de diferenciação entre os media tradicionais e os novos, entre os digitais e os analógicos, entre os multi e os mono, ou seja, basear a sua procura na questão chave das propriedades interactivas.

## 2. A criatividade

O campo dos media interactivos é vasto e em constante mutação e ampliação, contudo e por necessidade de definirmos com melhor exactidão a que nos referimos na essência deste artigo, é do nosso interesse recortar o campo. Assim faremos aqui uma apologia dos media enquanto matrizes de produção de conteúdos.

Ou seja, quando nos referimos aos antigos media por oposição aos novos media, raramente falamos do telefone ou do telégrafo, falamos antes da imprensa, do rádio e televisão e do cinema. Talvez porque os primeiros enquanto media serviram meramente de ferramenta de comunicação e raramente foram utilizados como meios de comunicação de mensagens elaboradas no tempo e em detalhe, à semelhança dos conteúdos criativos ou artísticos (notícia, novela, filme, filme interactivo, videojogo). Neste sentido é do nosso interesse definir aqui o recorte de *media interactivos* distanciando-se das meras ferramentas tecnológicas sociais (alguns exemplos como *twitter*, *instant messengers*, *fóruns*, *flickr*, *facebook* entre muitos outros). Assim é relevante centrarmo-nos sobre os conteúdos e o modo como estes são delimitados e transformados pelos media interactivos. É importante estudar os media interactivos e ajudar a desenhar os mais eficazes modelos comunicacionais para o uso dos mesmos.

De acordo com um estudo da Comissão Europeia sobre *conteúdos criativos interactivos*<sup>2</sup>, as receitas geradas pelos conteúdos online quadruplicarão até 2010, passando de 1800 M€ em 2005 para 8300 M€, e os conteúdos online representarão igualmente uma parte considerável das receitas totais em alguns sectores: cerca de 20% na música e 33% nos jogos vídeo. A disponibilidade e a adopção da banda larga, bem como a possibilidade crescente de aceder a conteúdos e serviços criativos em qualquer local e a qualquer momento, fazem surgir novas formas de aceder e influenciar os conteúdos criativos disponíveis em redes mundiais como a Internet, tanto em casa como através de dispositivos móveis. Um estudo da PermissionTV<sup>3</sup> de Dezembro de 2008 junto de 400 líderes de empresas da área digital aponta as experiências com vídeo interactivo como a próxima evolução para o vídeo online e o *storytelling*<sup>4</sup> interactivo como o mais eficaz meio para os conteúdos online. É sobre estes conteúdos que pendem os novos programas de apoio comunitário<sup>5</sup> e viram recentemente o seu papel ser reconhecido pelo governo português no âmbito da criação de um *Cluster das Indústrias Criativas do Norte*<sup>6</sup>.

### 3. A interactividade

Quando falamos de interactividade, falamos da mesma enquanto parte de um conteúdo e não enquanto parte de uma tecnologia. Um filme não contém interactivi-

2 Ver o estudo, "Interactive Content and Convergence; Implications for the Information Society", da Direcção-Geral Sociedade da Informação e Media, da Comissão Europeia, 25.01.2007, [http://ec.europa.eu/information\\_society/eeurope/i2010/docs/studies/interactive\\_content\\_ec2006.pdf](http://ec.europa.eu/information_society/eeurope/i2010/docs/studies/interactive_content_ec2006.pdf) (30.3.2009)

3 Ver o estudo "Industry Survey Forecasts Adoption of Interactive Video in 2009" em [http://www.permissiontv.com/about/news/66/industry\\_survey\\_forecasts\\_adoption\\_of\\_interactive\\_video\\_in\\_2009](http://www.permissiontv.com/about/news/66/industry_survey_forecasts_adoption_of_interactive_video_in_2009)

4 Do inglês, acto de contar histórias.

5 Ver a apresentação da Call 3 do FP7 da area ICT: [ftp://ftp.cordis.europa.eu/pub/ist/docs/kct/intelligent-content-inf7-3rd-ict-call\\_en.pdf](ftp://ftp.cordis.europa.eu/pub/ist/docs/kct/intelligent-content-inf7-3rd-ict-call_en.pdf) (30.3.2009)

6 Ver "Desenvolvimento de cluster de indústrias criativas na Região Norte", in portal do Governo de 2008-07-23, [http://www.portugal.gov.pt/portal/pt/governos/governos\\_constitucionais/gc17/ministerios/maotdr/comunicacao/intervencoes/20080729\\_maotdr\\_int\\_industrias\\_criativas\\_norte.htm](http://www.portugal.gov.pt/portal/pt/governos/governos_constitucionais/gc17/ministerios/maotdr/comunicacao/intervencoes/20080729_maotdr_int_industrias_criativas_norte.htm) e "Indústrias Criativas", in Serralves: <http://www.serralves.pt/gca/?id=3068> (30.3.2009)

dade porque podemos colocar em pausa, parar ou avançar e retroceder. A interactividade não pode ser vista apenas como uma interacção potenciada pela tecnologia e para a qual o conteúdo não foi desenhado pelo seu autor/emissor. Um conteúdo que não possui na sua essência uma interacção pensada previamente pelo autor, para potenciar acessos comunicativos<sup>7</sup>, e assim de valor semântico para o receptor/utilizador quando este interage por esse modo, continua no reino da não-interactividade.

A interactividade está na base do conteúdo e é fruto das novas possibilidades criadas pelos media. A interactividade assenta numa possibilidade tecnológica que actua sobre o media alterando profundamente o modelo de comunicação e o objecto da mensagem.

Seguindo a sua definição mais consentânea “a interactividade significa a capacidade para intervir de forma significativa no seio da própria representação, e não apenas a interpretar de forma diferente” Cameron (1995). De forma mais concreta será “a capacidade dada ao utilizador para este poder manipular e afectar a sua própria experiencia de forma directa sobre o media” (Packer e Jordan, 2001:xxxv).

#### 4. Conclusões

Em jeito de conclusão devemos referir as necessidades multidisciplinares da área, que podem ir desde as artes e humanidades à computação avançada e matemática, passando pelas ciências sociais, tendo a comunicação como centro de supervisão e definição do corpo teórico e sua aplicabilidade. Nesse sentido qualquer desvio deste modelo, que se serve das ciências da comunicação como gestoras do processo criativo, conduzirá a um viés do potencial de desenvolvimento ou do enriquecimento semântico, consoante o lado que assuma a dominância. Fica claro que a interactividade e os media interactivos não devem subordinar-se a nenhuma área e devem antes fazer convergir sobre si as potencialidades de cada quadrante da ciência em função das necessidades e sempre com um claro objectivo, de optimização da relação entre o objecto e o sujeito, e assim da sua comunicação.

#### Referências

- Austin, T., e Doust, R., (2007) *New Media Design*, Laurence King Publishers, Central Saint Martins College of Art & Design, London, UK.
- Cameron, A. (1995) “Dissimulations - illusions of interactivity.” *Millennium Film Journal*, No. 28, Spring.
- Chapman, N., Chapman, J., (2000) *Digital Multimedia*. 1ª ed. Wiley, New York.
- Packer, R., & Jordan, K. (2002) *Multimedia : from Wagner to virtual reality (Expanded ed.)*. New York: Norton
- Ribeiro, N., (2004) *Multimédia e Tecnologias Interactivas*. 1ª ed. Lisboa: FCA – Editora de Informática, Lisboa
- Star Wars: Episode I - The Phantom Menace*, George Lucas, 1999, 133 min, EUA.

<sup>7</sup> O acesso comunicativo, serve de enquadramento conceptual para aquilo que chamamos de nós de informação. De forma metafórica só posso aceder a uma auto-estrada quando encontro uma entrada previamente desenhada para tal, de outro modo não posso sair nem entrar. O mesmo se dá com a mensagem previamente preparada para tal.

# Description argumentative et description polyphonique: le cas de la négation

Oswald Ducrot\* e Marion Carel\*

Nous voudrions, dans cet article, indiquer certaines modifications ou explicitations apportées, depuis une dizaine d'années, à la théorie de la polyphonie telle qu'elle est exposée dans (Ducrot: 1984, chapitre 8). Dans la première partie, il s'agira avant tout d'explicitations. Nous montrerons comment a été précisée une distinction présente dès le début de la théorie, la distinction entre les attitudes du locuteur vis à vis des énonciateurs et la façon dont le locuteur (ou le sujet parlant) assimile les énonciateurs à tel ou tel personnage de discours. Bien sûr, c'est seulement dans l'énoncé, en tant qu'occurrence particulière de la phrase, que le locuteur met en scène des énonciateurs, les assimile, et prend position par rapport à eux. Dans cette mesure, une description proprement linguistique ne peut pas dire quelles sont les assimilations et attitudes manifestées dans un énoncé. Mais nous maintenons la conception instructionnelle de la signification selon laquelle la phrase pose des exigences, des limites et des contraintes pour construire les assimilations et attitudes manifestées dans un énoncé. La deuxième et la troisième parties montreront les modifications à apporter à l'analyse polyphonique de la négation si on se place dans le cadre actuel de la théorie de l'argumentation dans la langue, c'est-à-dire dans la théorie des blocs sémantiques (TBS), introduite dans (Carel: 1992). La deuxième partie concernera les énoncés dits «présuppositionnels»: ils seront traités d'une façon tout à fait nouvelle, notamment en ce qui concerne l'effet sur eux de la négation – ce qui conduira à revenir sur la négation «métalinguistique», et à lui donner une description homogène à celle de la négation «ordinaire», alors qu'elle apparaissait un peu jusque là comme un cas monstrueux. Quant à la troisième, et dernière, partie, elle montrera les complications (nous espérons que ce sont des enrichissements) qu'introduisent dans la description de la négation ordinaire les notions de base de la TBS, par exemple la distinction entre «argumentation interne» et «argumentation externe», et d'autre part entre «aspect exprimé» et «enchaînement évoqué».

## 1. Assimilations et attitudes

Sur le premier des trois points mentionnés, nous ne ferons que réaffirmer une position fondamentale de la polyphonie linguistique, en la dégageant de certaines formulations affaiblies qui risquent de la défigurer. On sait que, selon cette théorie, le locuteur a deux sortes de rapports avec les énonciateurs qu'il met en scène dans

\* EHES

son énoncé. et qui sont les sources des points de vue exprimés<sup>1</sup>. D'une part, il les assimile à des êtres déterminés, ou plus souvent indéterminés et caractérisés d'une manière seulement générale. L'assimilation est faite par exemple avec un être déterminé lorsqu'on dit «je me sens fatigué»: on se donne soi-même comme l'origine du point de vue selon lequel on est fatigué. C'est encore le cas, mais peut-être moins nettement, si on dit «selon mon médecin, je suis fatigué». Il semble là encore que le jugement de fatigue est attribué à quelqu'un de précis, bien que l'essentiel soit moins l'identité du médecin que sa fonction<sup>2</sup>. L'assimilation est tout à fait indéterminée en revanche dans des énoncés comme «les gens qui pensent savent que p», «selon certains philosophes, et non des moindres, il faut admettre que p». L'énonciateur de p est alors assimilé aux gens qui pensent, ou à certains philosophes éminents (qu'on se garde bien d'identifier). Même chose dans «selon les bons étudiants, l'examen était facile» et dans «il paraît qu'il fera beau demain». Quels sont les «bons étudiants», quelles sont les personnes dont l'opinion autorise le locuteur à dire «il paraît»? Le sens de l'énoncé ne contient aucune réponse à ces questions.

La seconde tâche du locuteur vis à vis des énonciateurs est de prendre certaines attitudes par rapport à eux, les attitudes auxquelles nous nous restreignons actuellement étant la prise en charge, l'accord et l'opposition. Prendre en charge un énonciateur, c'est donner comme fin à l'énonciation d'imposer le point de vue de cet énonciateur (plus exactement, nous le verrons par la suite, ce que le locuteur cherche à imposer c'est le point de vue de l'énonciateur en tant que point de vue du personnage auquel l'énonciateur est assimilé). En disant «je me sens fatiguée», on se donne soi-même, nous l'avons dit, comme origine à l'«idée» qu'on est fatigué (ce qui ne serait pas le cas si on avait dit «mon médecin m'a dit que je suis fatiguée»). De plus on décrit l'énonciation comme visant à faire connaître à l'interlocuteur la fatigue que l'on ressent (plus précisément, la fatigue que l'on veut faire connaître est une fatigue vue par le «je» qui la ressent; ce n'est donc pas exactement la même fatigue que l'on cherche à faire connaître dans «mon médecin m'a dit que je suis fatiguée» et qui est une fatigue vue d'un point de vue extérieur). Donner son accord à l'énonciateur, comme c'est généralement le cas quand l'énonciateur est la source d'un pré-supposé, c'est interdire et s'interdire, pour le reste du discours, de contester le point de vue de cet énonciateur (en tant, nous le répétons, que point de vue du personnage à qui cet énonciateur est assimilé)<sup>3</sup>. Enfin, s'opposer à l'énonciateur d'un point de vue — comme fait le locuteur d'un énoncé négatif par rapport à ce qui serait dit dans l'énoncé positif correspondant —, c'est décrire l'énonciation comme interdisant, dans le discours ultérieur, de prendre en charge ou de donner son accord à cet énonciateur.

Nous utilisons pour l'instant le mot «point de vue» d'une façon très vague. La TBS, dont il sera question plus loin, précise en quoi consistent ces points de vue, qui sont constitués seulement, selon nous, d'enchaînements argumentatifs.

<sup>2</sup> En y réfléchissant davantage, c'est peut-être aussi le cas lorsque l'assimilation est faite à «je», comme dans l'exemple précédent «je me sens fatigué». L'important n'est pas l'individualité du «je» mais le fait que ce soit «je», c'est-à-dire un être, distinct du locuteur en tant que tel L, mais dans un rapport particulier avec lui.

<sup>3</sup> En cela consiste ce que Ducrot (Ducrot: 1972) appelait l'acte de présupposition.

En maintenant que le locuteur intervient deux fois par rapport aux énonciateurs, pour les assimiler et pour prendre position à leur égard, on ouvre la possibilité que n'importe quelle assimilation soit compatible avec n'importe quelle attitude. Nous n'avons pas vérifié si on rencontre effectivement toutes les combinaisons, mais il nous semble clair et important que certaines combinaisons à première vue contradictoires soient en fait observables, notamment lorsqu'intervient l'attitude de prise en charge. Le «bon sens» semblerait demander que l'assimilation au locuteur soit condition nécessaire et suffisante de la prise en charge. C'est pourquoi une seule notion, «l'identification au locuteur», a parfois servi à désigner aussi bien la prise en charge que l'assimilation au locuteur. Nous pensons maintenant qu'il s'agit là d'une double erreur. L'assimilation au locuteur n'est pas condition nécessaire à la prise en charge, car il peut arriver que le locuteur prenne en charge un énonciateur auquel il n'est pas assimilé. C'est le cas dans les différents exemples d'«autorité polyphonique» — à distinguer de l'«argumentation par autorité» (Ducrot: 1984, chapitre 7)). Par exemple dans «il paraît que p», opposé à «on m'a dit que p». Dans les deux cas l'énonciateur de p est assimilé à quelqu'un d'autre que le locuteur. Mais cela n'empêche pas que ce dernier, s'il utilise la structure «il paraît», prend toujours en charge l'énonciateur de p, et donne pour but à son énonciation d'imposer p (avec les précisions signalées dans les parenthèses du paragraphe précédent). En disant «il paraît que Jean va venir», on déclare que la venue de Jean est un fait sur lequel on peut s'appuyer et qu'on s'interdit de mettre en doute (on ne peut pas continuer «mais (pourtant) je n'en crois rien»). On a la même situation dans l'exemple célèbre, inspiré de Port Royal, «les philosophes pensent que la terre est ronde» dans *l'interprétation où il s'agit de dire, en s'appuyant sur les philosophes, que la terre est ronde*, c'est-à-dire lorsque le thème de l'énoncé est, non pas les opinions philosophiques, mais la terre, et où le rhème est sa rotondité. On impose une opinion tout en reconnaissant le fait, et même en insistant sur lui, qu'elle vient d'ailleurs.

Non seulement l'assimilation de l'énonciateur au locuteur n'est pas nécessaire pour qu'il y ait prise en charge, mais elle ne suffit pas. Elle peut se faire sans prise en charge. On donne un point de vue comme le sien, mais en s'abstenant de le soutenir dans le discours. C'est ce qui ressort par exemple de l'analyse de «voire» faite actuellement par Massi Sharafati. En disant «ce film est excellent, voire le meilleur de l'année», on s'attribue à soi-même l'appréciation «meilleur de l'année», mais d'une façon pour ainsi dire parenthétique, et on renonce à l'imposer au destinataire, à qui on demande seulement d'accepter la qualification «excellent». C'est une des différences entre «même» et «voire». Cette caractéristique se retrouve dans l'auto-ironie. On dit souvent que celle-ci consiste à présenter ses propres opinions tout en s'en distanciant, éventuellement en leur attribuant même un caractère incertain, voire invraisemblable. Une telle description de l'auto-ironie n'est pas contestable, mais ne dispense pas de formuler théoriquement l'auto-distanciation. Nous dirons que le locuteur, à la fois s'assimile à l'énonciateur d'une certaine opinion, et refuse de la prendre en charge, de s'en faire le propagandiste. Ce qu'on expliciterait, mais en

abandonnant le caractère ironique, par «telle est mon opinion mais personne n'est obligé de la partager».

Pourquoi nous a-t-il paru important de distinguer nettement deux fonctions que nous attribuons l'une et l'autre au locuteur, prendre position vis à vis des énonciateurs et les assimiler à tels ou tels personnages ? C'est que cette distinction nous permet de préciser ensuite quel est, selon nous, leur rapport. Le rapport que nous établissons entre ces fonctions n'est pas, on l'a vu, d'une nature implicative, et il ne s'exprime pas par des propositions conditionnelles comme «si le locuteur opère tel type d'assimilation, il doit prendre tel type d'attitude». Pour nous, il tient à la nature même du point de vue pris en considération dans les attitudes. On se souvient, peut-être, que nous définissons les attitudes du locuteur relativement aux énonciateurs (par exemple prise en charge ou accord) en faisant intervenir leurs points de vue: prendre en charge un énonciateur E, c'est attribuer à l'énonciation le rôle d'imposer le point de vue de E. Ceci *pourrait* amener à penser que la notion d'énonciateur est superflue, et que tout se joue entre le locuteur et les points de vue. Si, pour nous, il n'en est rien, c'est que le point de vue – imposé dans la prise en charge ou maintenu dans l'accord – doit se définir en tenant compte de l'identité de l'énonciateur, c'est-à-dire de l'assimilation dont il a été l'objet. C'est ce que nous avons laissé entendre, sans le développer, dans des parenthèses (un peu mystérieuses, nous l'avouons) introduites dans le paragraphe où nous définissions les attitudes. Ces parenthèses précisaient l'expression «point de vue de l'énonciateur» en « point de vue de l'énonciateur *en tant que* c'est le point de vue du personnage auquel l'énonciateur est assimilé». Nous allons développer maintenant cette idée en reprenant les exemples donnés tout à l'heure.

En disant «selon les bons étudiants, l'examen était facile», on prend en charge, nous l'avons dit, l'énonciateur «bons étudiants» et l'on prétend imposer son point de vue, à savoir la facilité de l'examen. Mais il faut voir que l'on n'impose pas l'idée pure et simple – qui n'a d'ailleurs aucun sens selon nous – que l'examen était facile. Il s'agit de la facilité de l'examen dans le discours des «bons étudiants». Pour dire les choses d'une façon plus intuitive, moins discursive (et donc, selon nous, plus approximative), le locuteur de l'énoncé en question n'affirme pas la facilité de l'examen, mais sa facilité «relative», sa facilité «pour les bons». La facilité que le locuteur introduit dans l'univers du discours serait toute différente si l'énoncé était «même selon les mauvais étudiants, l'examen était facile». On peut donner une analyse analogue pour «je me sens fatigué». L'énonciateur de la fatigue est ici assimilé à «je» - c'est-à-dire au locuteur que la théorie classique de la polyphonie appelle Lambda – et témoigne de ce qu'éprouve Lambda. Sa prise en charge par le locuteur consiste à essayer de faire admettre l'idée d'une fatigue telle qu'elle se manifeste à celui qui l'éprouve. C'est d'une autre fatigue qu'il s'agit si l'énonciateur pris en charge est assimilé à un médecin: «selon mon médecin, je suis fatigué». ici, la fatigue que le locuteur vise à faire admettre est celle qu'un médecin peut percevoir dans les observations «externes» qu'il fait de son patient<sup>4</sup>.

<sup>4</sup> Nous rejoignons ici les remarques de Kuroda sur le japonais qui n'utilise pas la même structure linguistique pour dire «je suis fatigué» et «Jean est fatigué».

On voit à quoi nous sert la distinction entre l'attitude, par exemple la prise en charge, et l'assimilation. Il s'agit pour nous de construire une notion d'attitude qui la distingue d'une prise de position vis à vis d'un contenu ou d'une proposition caractérisables en eux-mêmes. Les points de vue dont il est question lorsqu'on définit l'attitude sont construits par rapport à l'énonciateur qui est l'objet de l'attitude. Nous voudrions que la théorie de la polyphonie, ainsi explicitée, puisse intégrer les recherches de Rabatel (Rabatel: 1998) sur les énoncés décrivant des perceptions et non des croyances. Lorsque l'auteur d'un récit de montagne écrit «le ciel, au dessus du grimpeur, était d'un bleu incroyablement profond», le locuteur, ici le narrateur, prend en charge un énonciateur assimilé à un être, le grimpeur ou son camarade de cordée, qui perçoit un coin de ciel. La nuance de bleu que l'auteur indique à son lecteur est celle qui est perçue par les énonciateurs-alpinistes.

La distinction entre l'attitude et l'assimilation amène enfin à supprimer, pour cause d'ambiguïté, le concept d'identification utilisé de façon sporadique dans les versions précédentes. Elle conduit d'autre part à donner à l'énonciateur un rôle indispensable qui était moins clair auparavant – ce qui avait amené la Scapoline (Nolke, Flottum, Noren: 2004) à abandonner en fait cette notion dans leur exposé théorique, ou à ne la maintenir que par sympathie.

## 2. Théorie des blocs sémantiques et présupposition

Les deuxième et troisième parties concerneront les rapports entre la polyphonie linguistique et la TBS en ce qui concerne la description de la présupposition et de la négation. Il nous faut d'abord indiquer les caractéristiques de la TBS qui amènent à modifier les descriptions polyphoniques non argumentatives.

Le point fondamental est que nous voudrions renoncer radicalement à toute description non linguistique du signifié des expressions de la langue. Prenant à la lettre l'idée saussurienne que le signifié est partie intégrante du signe, nous en concluons qu'il ne peut consister ni en choses (ou propriétés des choses), ni en idées (concepts, représentations mentales). Plus précisément, nous retenons les formules de Saussure où le signifié est vu comme la «valeur» du signe – ce qui amène à le concevoir, puisque la valeur d'une entité est un ensemble de rapports entre entités qui lui sont homogènes, comme un ensemble de rapports entre signes.

Pour nous, les rapports entre signes qui sont à la base de tout signifié, et qui sont comme les atomes de la signification, sont ce que nous appelons «enchaînements argumentatifs», ou encore «argumentations». Une argumentation est par définition une suite de deux énoncés reliés par un connecteur: l'un de ces énoncés est le support, l'antécédent, l'avant, de la connexion; l'autre est l'apport, le conséquent, l'après (ce n'est pas la position géographique de l'énoncé dans l'enchaînement qui définit cette fonction: «il pleut» est support aussi bien dans «il pleut pourtant je sortirai» et dans «je sortirai même s'il pleut»). D'autre part, nous distinguons deux types

d'argumentations, les transgressives («je sortirai même s'il pleut», «Pierre est gentil pourtant je ne l'aime pas», ...) et les normatives («s'il peut, je sortirai», «Jean est gentil donc je l'aime», ...). Donner le signifié d'une expression, c'est lui associer différentes argumentations qui sont appelées par son emploi<sup>5</sup>. On voit déjà que cette conception de la signification a des conséquences importantes pour la description polyphonique, en ce qui concerne la nature des «points de vue» associés aux énonciateurs. Il ne peut bien sûr pas s'agir d'actes illocutoires (ce qui était déjà évident, indépendamment de toute théorie argumentative, puisque l'énonciateur n'est pas un locuteur, ne parle pas, et ne peut donc pas accomplir des promesses, interrogations, etc ..., actes qui s'accomplissent seulement par l'emploi de la parole). Mais il ne s'agit pas davantage de contenus intérieurs à l'acte illocutoire et sur lesquels porteraient les forces illocutoires, que ces «contenus» soient des propositions de type logique ou des représentations psychologiques. Il ne peut s'agir que d'enchaînements argumentatifs, c'est-à-dire de suite d'énoncés liés par un connecteur. Et l'énonciateur ne fait qu'introduire ces enchaînements dans l'univers de discours: il est par rapport à cet univers la source de ces enchaînements. Il n'y a pas non plus d'énonciateurs «métalinguistiques» qui porteraient un jugement sur d'autres énonciateurs, en disant par exemple que l'un s'oppose à l'autre.

Un deuxième point dont nous allons avoir besoin est la différence entre deux façons dont les enchaînements sont liés aux expressions qui les signifient. Nous distinguons, pour toute expression, ses argumentations externe et interne. Les argumentations externes sont des enchaînements dont l'expression est un segment: si l'expression est apport, l'argumentation est dite «à gauche» ; si l'expression est support, l'argumentation est dite «à droite». Ainsi, on trouve parmi les argumentations externes à droite de «Jean a été prudent» les suites «Jean a été prudent donc il n'a pas eu d'accident» et «Jean a été prudent pourtant il a eu un accident». Parmi les argumentations externes à gauche de cette même expression, on trouve «Jean a été prévenu du danger donc il a été prudent» et «Jean n'a pas été prévenu du danger pourtant il a été prudent». On aura remarqué que les argumentations externes vont par paires, dont un élément est normatif et l'autre est transgressif. Il est en effet fondamental, pour nous, qu'une expression, par exemple un mot ou une phrase, considérés comme des entités de la langue, ne puissent pas appeler, comme leur avant ou leur après, un enchaînement normatif sans appeler en même temps l'enchaînement transgressif correspondant – et inversement<sup>6</sup>. (C'est une des raisons pour lesquelles une argumentation normative est entièrement différente d'une inférence logique ou logicoïde: on ne saurait présenter, dans le discours, un énoncé comme support d'un

<sup>5</sup> Si on veut dire cela en termes psychologiques, ce qui ne correspond pas du tout à notre conception de la sémantique et constitue une simple image, comme lorsque Saussure attribue une réalité mentale aux paradigmes et aux syntagmes, on peut dire que le locuteur, en employant une expression, cherche à déclencher dans l'esprit du destinataire un certain nombre d'argumentations conçues comme des enchaînements, normatifs ou transgressifs.

<sup>6</sup> Deux enchaînements sont dits «correspondants» lorsqu'ils se distinguent par le connecteur et par l'introduction d'une négation.

enchaînement normatif fondé sur sa signification, sans admettre en même temps la possibilité de l'enchaînement transgressif correspondant, car les deux enchaînements sont également inscrits, au titre au moins de possibilités, dans la signification de la phrase réalisée par l'énoncé — ce qui empêche de présenter ce dernier comme une justification imposant une conclusion).

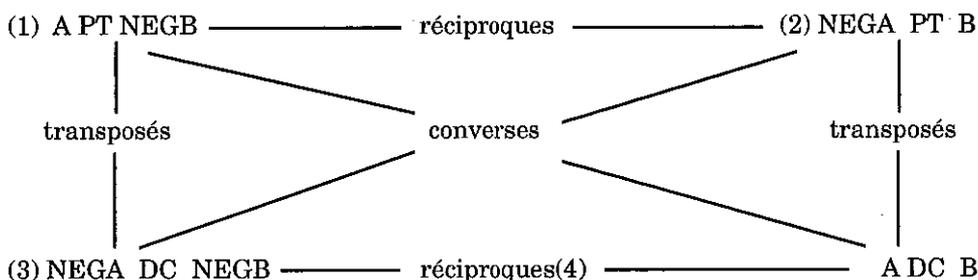
Les argumentations internes d'une expression sont, elles, des enchaînements qui constituent des équivalents plus ou moins proches de cette expression, éventuellement des paraphrases ou reformulations. Reprenons l'exemple «Jean a été prudent». Dans l'argumentation interne de cet énoncé, on trouve d'abord, selon nous, les enchaînements que nous donnons comme description de l'adjectif «prudent». Nous les regroupons en différents ensembles que nous appelons, arbitrairement, «aspects». Si l'on caractérise la prudence, entre autres choses, par le fait de prendre des précautions quand il y a du danger, nous introduirons dans l'argumentation interne de l'énoncé tous les enchaînements normatifs ayant comme support l'indication d'un danger et comme apport l'indication de précautions. Par exemple: «il y avait du danger donc Jean a pris des précautions», «il y avait du danger donc Marie a pris des précautions», «s'il y a du danger, Pierre prend des précautions», ... Nous regroupons cette infinité d'enchaînements en un aspect que nous écrivons, par convention mnémotechnique, *danger DC précaution* (le terme de gauche, «danger», indique le support des enchaînements ; celui de droite, «précaution», l'apport ; et «DC», qui rappelle la conjonction «donc», indique qu'il s'agit d'enchaînements normatifs). Dans l'argumentation interne de «Jean a été prudent», nous plaçons cet aspect, et d'autres aussi, comme *danger DC renoncer à faire* («quand une action est dangereuse, il renonce à la faire»), qui sont «exprimés» par l'énoncé. On voit que l'aspect exprimé contient des argumentations qui ne sont pas à proprement parler des paraphrases de l'énoncé, puisqu'elles en diffèrent par le sujet grammatical («Marie», «Pierre») et par le mode verbal (ainsi, on l'a vu, l'énoncé qui nous a servi d'exemple et qui est «spécifique» exprime un aspect dans lequel se trouve des enchaînements non spécifiques à une situation). Nous avons donc été amenés à placer aussi dans l'argumentation interne d'un énoncé des enchaînements, dits «évoqués», qui en sont de plus exactes paraphrases, comme «la situation n'était pas sans danger, aussi Jean a-t-il pris diverses précautions».

Les distinctions que nous avons signalées, celles entre argumentation interne et argumentation externe et, à l'intérieur de l'argumentation interne, celle entre aspect exprimé et enchaînement évoqué, ne sont pas sans conséquence, on peut déjà le voir, sur la description polyphonique, par exemple sur celle de la négation. Dans les présentations habituelles de la négation, il n'était question, pour décrire l'énoncé négatif «non p», que de deux énonciateurs, liés l'un à «p» l'autre au refus de «p». Si, comme nous y engage la TBS, nous décrivons la partie positive «p» par trois sortes d'entités argumentatives, on est amené à l'associer à au moins trois énonciateurs. Multiplication rendue inévitable par le fait que les points de vue de ces «énonciateurs positifs» sont, nous le montrerons par la suite, transformés de façon différente

par l'action sur eux de la négation. De même, les énonciateurs liés au caractère négatif de l'énoncé seront eux aussi au moins trois, dont chacun «répond» à l'un des énonciateurs positifs.

Nous aurons encore besoin, dès cette deuxième partie, d'une classification des aspects, nécessaire pour formuler les règles selon lesquelles l'aspect qui est le point de vue d'un énonciateur positif se transforme pour constituer le point de vue de l'énonciateur négatif correspondant. Considérons les enchaînements transgressifs ou normatifs constitués à partir de deux prédicats, le support A et l'apport B, combinés éventuellement avec la négation. A peut être par exemple «être une action dangereuse» et B «renoncer à agir». Nous regroupons ces enchaînements en huit aspects, eux-mêmes éléments de deux blocs de quatre aspects chacun.

Le bloc 1 comporte les aspects *A PT NEG B* (contenant des enchaînements transgressifs du type «même si une action est dangereuse, il ne renonce pas à la faire»), *A DC B* («si une action est dangereuse, il renonce à la faire»), *NEG A PT B* et *NEG A DC NEG B*. On peut placer ces quatre aspects aux quatre angles d'un «carré argumentatif», et définir entre eux les trois relations formelles «conversion», «réciprocité» et «transposition», figurées sur le schéma suivant:



Dans ce premier bloc, le support «danger» est vu comme source de l'apport «renoncer». NB. On aura peut-être noté que les quatre aspects peuvent servir à décrire quatre adjectifs français: l'aspect 1 correspond à «imprudent» — même si une action est dangereuse, il n'y renonce pas ; l'aspect 2 à «timoré» — même si une action ne comporte pas de danger, il renonce à la faire ; l'aspect 3 à «pas timoré», et l'aspect 4 à «prudent». L'inclusion de ces quatre aspects dans un même bloc correspond au fait que, dans tous leurs enchaînements, le support A, «danger», est perçu comme orienté vers B (il s'agit d'un danger vu comme empêchant d'agir) et que le terme B est perçu lui-même comme fondé sur A (il s'agit d'une renonciation liée au danger). C'est le cas même lorsque A ou B sont niés ; ainsi dans l'aspect 2, celui de «timoré», où la renonciation à agir a lieu dans une situation présentée comme non dangereuse, cette renonciation est une renonciation à cause du danger, non pas une renonciation due au désir de ne pas se fatiguer ou de ne pas faire de peine à quelqu'un.

Avec le support A et l'apport B, on peut encore définir quatre autres aspects, selon le schéma figuré ci-dessous:



duquel la description polyphonique a d'abord été tentée, la négation. On sera amené à remodeler la description habituelle des énoncés négatifs, ce que nous tenterons de faire dans la troisième partie de ce travail. Mais auparavant, dans les dernières pages de la deuxième partie, nous allons voir une conséquence de la TBS pour la description d'un autre phénomène, souvent considéré comme polyphonique, la présupposition. Nous nous trouvons devant une décision bien plus difficile à prendre que le remodelage de la description de la négation. Car nous serons amenés à mettre en doute le phénomène de la présupposition, ou au moins à limiter sévèrement son extension. Nous ne pouvons pour l'instant faire cela que sous la forme d'une hypothèse dont nous ne voulons pas assumer dès maintenant la responsabilité (même si nous nous assimilons à son énonciateur, nous ne nous sentons pas capable de la prendre tout à fait en charge). La présentation de cette hypothèse fera apparaître d'une façon particulièrement brutale, nous l'espérons, la portée de la conception de l'argumentation qui vient d'être résumée.

La notion de présupposition linguistique, telle qu'elle apparaît par exemple dans (Ducrot: 1972), sert à rapprocher de nombreux phénomènes à première vue très différents. D'une part ceux qui sont liés aux «descriptions définies»: l'énoncé «la femme de Pierre a eu un accident» présuppose que Pierre a une femme et pose l'accident dont elle a été victime. La présupposition sert aussi à décrire les structures propositionnelles factives: «Jean sait que p» présuppose «il est vrai que p» et pose que Jean croit que p. Enfin, elle permet de décrire les tournures syntaxiques indiquant la continuation ou la cessation d'un état: «Pierre continue à fumer» présuppose qu'il fumait dans le passé et pose qu'il fume actuellement<sup>7</sup>. L'hypothèse que nous allons proposer consiste à ne retenir la notion de présupposition que pour le premier type de phénomène.

La principale justification linguistique utilisée pour diviser le sens des trois types de phrases en deux éléments, posé et présupposé, est que certaines transformations syntaxiques modifient l'un et laissent l'autre inchangé. Ainsi la négation conserve le présupposé et inverse le seul posé. La théorie de la polyphonie «standard» s'appuie sur cette analyse en faisant du présupposé et du posé les points de vue de deux énonciateurs vis-à-vis desquels le locuteur a des attitudes différentes, accord et prise en charge. La négation d'un énoncé à présupposé introduit, quant à elle, deux énonciateurs supplémentaires, l'un dont le point de vue reprend le présupposé de l'énoncé positif et auquel le locuteur donne aussi son accord, et un énonciateur pris en charge, qui a un point de vue contradictoire à celui du posé de l'énoncé positif (avec une certaine hésitation sur le sens à donner à ce caractère contradictoire – s'agit-il de s'opposer au posé ou de soutenir l'opinion inverse?).

En face de cette justification, on a critiqué l'analyse présuppositionnelle en lui reprochant de dissoudre l'unité sémantique de l'énoncé en y plaçant deux contenus indépendants. Critique qui nous touche peu s'il s'agit, comme c'était le cas généra-

<sup>7</sup> La présupposition, d'une façon générale, sert, comme on disait au Moyen Age, et comme le dit encore la *Logique* de Port Royal, à «exposer» les phrases «composées selon le sens» et dites de ce fait «exponibles».

lement, de reprocher à la théorie de la présupposition de méconnaître l'unité de la «pensée» exprimée par les énoncés. Pour nous, en effet, rien ne force à décrire l'énoncé à la manière de Port royal, comme représentation d'une pensée, et de toute façon, rien ne force non plus, du point de vue psychologique même, à attribuer à chaque pensée une unité interne: fonder la linguistique sur de tels lieux communs, ce n'est certainement pas accroître son sérieux, même si cela peut lui conférer, dans une certaine mesure, vraisemblance et popularité. En revanche nous acceptons, et même nous faisons nôtre, le reproche de morcellement s'il signifie que les contenus posé et présupposé n'ont en fait pas de sens indépendamment l'un de l'autre, de sorte qu'on les dénature si on les attribue à des énonciateurs séparés.

Considérons d'abord le verbe factif «savoir», dont la description présuppositionnelle habituelle donne une image déjà déconsidérée par les critiques platoniciennes, critique montrant que le savoir ne se réduit pas à une opinion qui se trouve être vraie. Si j'ai une opinion *p* qui correspond à la vérité, mais que j'admets pour des raisons fausses, on ne dira pas que je sais *p*. Ainsi, si je pense que Jean est à Paris, ce qui est vrai, mais en m'appuyant sur le fait que j'ai rencontré Pierre à Paris et que je l'ai confondu avec Jean, on ne peut pas décrire ma croyance comme un savoir. En fait, je ne «sais» *p* que si ma croyance que *p* se fonde sur la vérité même de *p*, que si mes raisons pour croire *p* sont liées à la vérité même de *p*. Pour exprimer cela en TBS, nous décrirons l'énoncé «Jean sait que *p*» en plaçant dans son argumentation interne l'aspect *p est vrai DC X pense que p*, le DC (comme le PT) supposant, nous l'avons dit, que l'apport et le support tirent leur sens de leur relation, en l'occurrence qu'il s'agit d'une forme particulière de pensée, la pensée fondée sur le caractère vrai de la chose pensée. On représente mal le sens de l'énoncé «Jean sait que *p*», si on le répartit entre deux énonciateurs indépendants, l'un avec qui le locuteur s'accorde, et qui soutient la vérité de *p*, et l'autre, que le locuteur prend en charge, et qui indique l'opinion de Jean.

Des remarques analogues peuvent être faites concernant les verbes indiquant des successions d'états. Ainsi, nous refusons maintenant la description présuppositionnelle de «Jean continue à fumer», qui voit un présupposé «Jean fumait» et un posé «Jean fume». Car, en parlant de la continuation d'un état, on ne dit pas seulement que cet état se produit à la fois dans le passé et dans le présent, mais que sa réalité présente est une suite de sa réalité passée: Jean fume actuellement en tant qu'il fumait autrefois. Plus simplement, il s'agit d'une habitude, où le comportement actuel est vu comme prolongeant le comportement antérieur. Comme nous l'avons fait pour «savoir», nous décrirons «continuer» par une connexion normative entre son prétendu «présupposé» (l'état passé) et son prétendu «posé» (l'état ultérieur). Et nous placerons dans l'argumentation interne de l'énoncé pris pour exemple un aspect *avoir fumé DC fumer*. (Nos exemples font intervenir des connexions normatives – ils expriment des aspects en DC. Il y a aussi dans le sens de certains verbes de succession des connexions transgressives. Ainsi les énoncés fait avec «commencer» expriment selon nous l'aspect *ne pas avoir été PT être*.)

Il nous reste à rendre compte du fait principal — qui a amené à la description présuppositionnelle et polyphonique de «savoir», «continuer», ... Ce fait est le maintien du contenu dit «présupposé» à travers des transformations comme la négation (son maintien dans l'interrogation se déduit pour nous de ce qui se passe avec la négation, puisque nous considérons l'interrogation comme un forme faible de négation). Ce maintien, nous l'avons dit, alors que le contenu posé est inversé, pousse à leur donner un statut différent, et par exemple à leur attribuer des énonciateurs différents. Pour expliquer le phénomène dans le cadre de la TBS, et sans faire intervenir la présupposition, nous devons d'abord anticiper sur un point dont il sera largement question dans la troisième partie de l'article, l'effet de la négation sur l'argumentation interne d'une expression, c'est-à-dire sur les aspects exprimés et les enchaînements individuels évoqués par cette expression.

Notre thèse est que l'on trouve dans l'argumentation interne de l'expression négative les enchaînements «converses» de ceux qui constituent l'argumentation interne de l'expression positive («converses» est à comprendre au sens formel apparent dans les schémas des carrés argumentatifs). Ainsi si «Jean est prudent» exprime entre autres l'aspect *danger DC renonciation*, l'énoncé négatif «Jean n'est pas prudent» (ou «est imprudent») exprime l'aspect *danger PT NEG renonciation* («même s'il y a du danger, il ne renonce pas»).

On aura remarqué que les deux aspects converses possèdent le même support, en l'occurrence «danger». Bien sûr il ne s'agit pas (ce qui serait entièrement contraire à l'esprit de la TBS) d'une notion absolue de Danger, comprise comme indépendante de tout enchaînement argumentatif, mais du danger tel qu'il est vu dans les quatre aspects du bloc, en tant que motivant à ne pas faire la chose dangereuse. Mais ceci n'empêche pas, bien au contraire, qu'il s'agit, dans les deux enchaînements, du même danger — puisque, nous y avons insisté, il y a dans les quatre aspects d'un même bloc, la même interdépendance entre le support et l'apport. Ainsi cette description de la négation permet de rendre compte de ce qu'on appelle le «maintien des présupposés sous la négation», sans pour autant «exposer» les énoncés faits avec «savoir» ou «continuer» en deux contenus. Comme il a été indiqué, nous décrivons leur argumentation interne par des enchaînements prenant pour support ce que l'on appelait leur présupposé et pour apport ce que l'on appelait leur posé. Mais justement, si l'on admet que l'énoncé négatif a une argumentation interne converse de celle de l'énoncé positif correspondant, l'énoncé négatif devra conserver le support de l'énoncé positif, conservation qu'il n'est plus besoin de comprendre comme la conservation des présupposés.

Nous ferons donc deux classes parmi les énoncés habituellement dits présuppositionnels. Il y a ceux (construits avec «savoir», «continuer», etc) où les prétendus «posé» et «présupposé» sont dans un rapport argumentatif. Pour ces énoncés, nous renonçons à la description présuppositionnelle et à la polyphonie qui lui est liée. La seconde classe regroupe les énoncés où il semble arbitraire de relier argumentativement le «posé» et le «présupposé» (par exemple si un présupposé était issu d'une

description définie, comme dans «le roi de France est sage»: on ne voit pas pourquoi mettre systématiquement un «donc» ou un «pourtant» entre l'existence du roi de France et sa sagesse). Pour cette seconde classe nous maintenons, pour l'instant, la description présuppositionnelle et polyphonique usuelle.

Deux remarques encore à propos de la réduction argumentative qui vient d'être proposée pour la première classe d'énoncé «présuppositionnels». En séparant cette classe de la seconde, nous la rapprochons en revanche de tous les énoncés dont l'argumentation interne est décrite comme une connexion entre un support et un apport<sup>8</sup>. Ainsi «Jean continue à fumer» n'est pas structurellement différent, du point de vue sémantique, de «Jean a été prudent», dont l'argumentation interne exprime l'aspect *danger DC renonciation*. Dans les deux cas il y a un support (le tabagisme passé de Jean et la possibilité qu'il a eue d'adopter un comportement dangereux) que l'on retrouve inchangé dans les énoncés négatifs correspondants («Jean ne continue pas à fumer» et «Jean n'a pas été prudent»). La conservation de certains éléments sémantiques à travers la négation ne caractérise donc pas les seuls énoncés traditionnellement décrits comme présuppositionnels.

Une étude plus approfondie de cette question ne devrait pas envisager les seuls énoncés spécifiques («Jean continue à fumer», «Jean a été prudent») où la perception argumentative se ferait au moyen d'un «donc» et où la conservation du support sous la négation ressemble (nous disons bien «ressemble») au maintien d'une information factuelle. Il faut envisager aussi les énoncés génériques construits avec les mêmes mots («Jean est prudent», «continuez toujours ce que vous avez commencé») où la paraphrase argumentative se fait plutôt avec un «si» («si Jean se trouve dans une situation dangereuse...», «si on a commencé alors on doit continuer»). Ici la conservation du support sous la négation n'a même pas l'apparence du maintien d'une affirmation mais seulement du maintien d'une hypothèse. Ce qui est une complication sérieuse pour la description présuppositionnelle mais non pas pour la description argumentative, qui admet comme marque d'enchaînement aussi bien des conjonctions hypothétiques comme «si» ou «même si» que des conjonctions catégoriques comme «donc» ou «pourtant».

Notre seconde et dernière remarque concerne les effets de la négation dite «métalinguistique». On peut, sans aucun doute, facilement caractériser celle-ci dans le cadre d'une théorie présuppositionnelle: à la différence de la négation ordinaire, elle peut détruire les présupposés, ce qui se passe dans «il ne *continue* pas à fumer, il commence juste» ou «Jean ne *sait* pas que p, il se l'imagine». La négation ici s'en prend aux présupposés des énoncés positifs, «Jean fumait», «p est vrai». Comment cette négation métalinguistique sera-t-elle décrite dans le cadre de la TBS? Notre solution est que ce type de négation ne transforme pas un aspect en son converse, mais en son transposé (voir pour la définition de ces relations les schémas de blocs

<sup>8</sup> Il y a bien des énoncés dont l'argumentation interne est beaucoup plus complexe, ceux par exemple qui sont construits au moyen de ce que nous appelons un «articulateur», tel que «mais», ou encore les énoncés abductifs, «le trottoir est mouillé donc il a plu». Ce dernier «donc», selon nous, n'est connecteur qu'en apparence – cf (Carel: 2005)

argumentatifs). Ainsi «Jean ne *continue* pas à fumer», dans l'interprétation métalinguistique envisagée ici, exprime dans son argumentation interne l'aspect *NEG avoir fumé PT fumer* (aspect qui se trouve dans l'argumentation interne du verbe «commencer»). Il s'agit bien du transposé de l'aspect exprimé par l'énoncé positif (*avoir fumé DC fumer*).

Le correspondant, dans le traitement argumentatif, de ce que le traitement habituel appelle «destruction des présupposés» est que le support de l'énoncé métalinguistiquement négatif est la négation de celui de l'énoncé positif: non seulement nous avons donc bien une caractérisation de la négation métalinguistique, mais nous rendons compte de l'impression «intuitive» que cette négation attaque quelque chose qui est respecté dans la négation ordinaire.

Nous avons noté que notre description argumentative des énoncés apparemment présuppositionnels (faits avec «continuer» par exemple) les rapproche d'énoncés qui habituellement ne sont pas tenus pour présuppositionnels («Jean a été prudent»). Ce rapprochement a aussi l'intérêt de rapprocher l'effet de la négation métalinguistique sur les premiers («destruction des présupposés») et sur les seconds, où elle semble avant tout servir à contester certaines implications du choix d'un mot: «Jean n'est pas prudent, il est timoré». La co-existence de ces deux effets de la négation métalinguistique n'a pas, à notre connaissance, été encore expliqué. Or elle se déduit immédiatement de notre description de la négation métalinguistique par la mise en jeu de l'aspect transposé. De même que l'aspect exprimé par la négation métalinguistique d'un énoncé dit présuppositionnel est, selon nous, le transposé de l'aspect de l'énoncé positif, les aspects exprimés dans l'argumentation interne de mots comme «prudent» et «timoré», sont, on le vérifiera, dans une relation formelle de transposition. Nous reconnaissons volontiers que le rapprochement présenté ne concerne pas tous les types de négation métalinguistique, par exemple celle qui augmente la quantité au lieu de la diminuer («cela ne coûte pas 100 francs, cela en coûte 1000»). Il y a là tout un travail à faire, qui ne nous semble pas sans espoir.

(Il faut faire à propos de la négation métalinguistique par transposition la même remarque que nous avons faite à propos de la négation ordinaire par conversion. Certes, il y a, dans le support «NEG avoir fumé» des enchaînements liés à la négation métalinguistique, un élément («avoir fumé») identique au support des enchaînements liés à l'énoncé positif. Mais cela ne signifie pas qu'il s'agit d'une notion absolue, concevable indépendamment des enchaînements argumentatifs. Comme nous l'avons dit, lorsque nous avons présenté le concept de «bloc», tous les aspects d'un bloc établissent la même interdépendance sémantique entre les segments A et B du support et de l'apport, que ces segments soient ou non accompagnés d'une négation. C'est donc bien le même «avoir fumé» qui apparaît dans le support des aspects associés à l'énoncé positif et à sa négation métalinguistique, mais cet «avoir fumé», dans les deux cas, est à comprendre comme la source possible, présente ou absente, d'un «fumer maintenant»).

### 3. La négation

Nous voudrions maintenant aborder directement le traitement de la négation, et montrer les conséquences, pour ce traitement, d'une perspective combinant la description polyphonique et la conception argumentative de la signification développée par la TBS. Pour ce faire, nous mettrons en contraste notre traitement actuel avec les principaux types de description de la négation que nous avons rencontrés, et dont nous allons faire un rapide inventaire. Nous les confronterons à propos du même exemple, l'énoncé négatif *p'*, «Jean n'a pas été prudent».

Dans un premier groupe, nous placerons quelques conceptions non polyphoniques: elles ne cherchent pas à retrouver dans l'énoncé négatif, ni l'énoncé positif correspondant, ni même une réminiscence ou un écho de lui, mais le décrivent comme une entité autonome. Tel est par exemple le choix de la Logique de Port Royal que nous prendrons comme représentative de la logique «traditionnelle», celle qui précède Boole et Frege. L'énoncé négatif *p'* opère une «disjonction» entre le sujet «Jean» et le prédicat «avoir été prudent», disjonction parallèle à la conjonction qu'opère l'énoncé positif *p*, «Jean a été prudent», sans qu'aucun des deux ne fasse allusion à l'autre. Notamment, pour Port Royal, la négation ne disjoint pas une jonction faite auparavant; elle s'applique directement aux termes, sans supposer une relation préalable entre eux (il ne s'agit pas de dénouer un nœud déjà fait).

Il y a la même absence de polyphonie dans la conception frégréenne, qui utilise un opérateur de négation, transformant un contenu propositionnel en un autre ayant des conditions de vérité opposées. Quant à l'énoncé négatif, il est vu comme l'affirmation de ce nouveau contenu, alors que l'énoncé positif affirme le contenu primitif. Si l'on tient à voir malgré tout, dans Frege, une sorte de présence du positif dans le négatif, c'est seulement en ceci que le contenu de l'énoncé *p'* est construit avec celui de *p* (mais l'énoncé *p'* ne fait pas allusion à l'énoncé *p*). Cette présence semble disparaître en revanche complètement de la négation vue par la théorie des actes de langage: pour Austin comme pour Searle, *p* et *p'* ont exactement le même contenu et ne se distinguent que par la force illocutoire qui lui est appliquée, assertion ou refus. Ceci dit, une certaine forme de polyphonie apparaît aussi chez les philosophes d'Oxford, mais à un autre niveau, celui des conditions d'accomplissement. L'accomplissement d'un acte de refus implique, pour être «heureux», l'accomplissement précédent d'un acte d'affirmation auquel il s'oppose, l'inverse n'étant pas vrai. On voit qu'il est bien difficile de maintenir ce parallélisme pur entre l'affirmation et la négation, rendu possible dans la Logique de Port Royal par les notions de conjonction et de disjonction.

Cette difficulté a été thématifiée et explicitée par la conception polyphonique de la négation, présentée par exemple dans (Ducrot: 1981). Selon une telle conception, on peut dire que *p'* fait d'une certaine façon allusion à *p*<sup>9</sup>, en ce sens que *p'* présente

<sup>9</sup> L'allusion de *p'* à *p* est la plus forte dans la négation «métalinguistique», qui s'en prend à un locuteur précédent de *p*. Nous ne parlerons ici que de la négation «ordinaire», dite polémique, où l'opposition concerne un énonciateur.

le même énonciateur positif E que p; simplement ce premier énonciateur est, dans p', refusé par le locuteur L et confronté à un deuxième énonciateur E', dont le point de vue est incompatible avec celui de E, et qui, dans les cas simples, est pris en charge par L. Ce qui justifie, linguistiquement, de faire coexister E et E' dans p', c'est avant tout l'observation des anaphores. Après avoir énoncé p', on peut se référer aussi bien au point de vue positif qu'au négatif. Ainsi, après avoir dit «Jean n'a pas été prudent», on peut enchaîner tantôt «pourant il me l' avait promis (d'être prudent)», tantôt «et je le lui ai reproché (de n'avoir pas été prudent). Toutes les formes de la théorie de la polyphonie ont eu à rendre compte de ce fait, même si elles n'utilisent pas pour en rendre compte la même représentation des points de vue de E et de E'. La tâche était assez facile lorsque les polyphonistes, pas encore argumentativistes, ne s'interdisaient pas le recours aux notions logiques. On pouvait s'appuyer sur Frege et choisir pour point de vue de E le contenu propositionnel affirmé, selon Frege, dans «Jean a été prudent»; pour point de vue de E', on prendrait le contenu propositionnel contradictoire, affirmé dans p'. Cette solution est évidemment incompatible avec le refus «argumentativiste» d'utiliser la notion logique de contradiction fondée sur des conditions de vérité et de fausseté.

La théorie de l'argumentation dans la langue a donc conduit à une deuxième description polyphonique, où on attribuait à l'énonciateur négatif E' une sorte de contenu métalinguistique «il faut s'opposer à E». Avec cette conception, malheureusement, on rapproche dangereusement l'énonciateur E' d'un locuteur, seul susceptible de prendre position vis à vis des énonciateurs, et plus généralement d'avoir des attitudes métalinguistiques. D'autre part, et surtout, cette conception ne permet guère de comprendre les anaphores se référant aux éléments négatifs de p'. Quand on dit «Jean n'a pas été prudent, et je le lui ai reproché», le reproche dont on parle n'a pas pour objet le point de vue «E a tort»: on ne reproche pas à Jean le fait que E ait tort, on lui reproche d'avoir été imprudent. C'est donc cette imprudence qu'il faut loger dans le point de vue de l'énonciateur négatif E', et cela sans revenir à l'idée de contenu propositionnel négatif.

Une avancée a été faite dans ce sens par la théorie des topoï (Ducrot: 1988). Cette théorie conduit à décrire un mot par les discours conclusifs dont il peut être l'origine, plus précisément par les topoï qui sont les garants de ces discours. Si l'on admet qu'il y a un topos reliant Prudence et Sécurité, qui est constitutif du sens du mot *prudent*, on placera dans la description de p («Jean a été prudent») un énonciateur E exprimant la forme topique «plus on est prudent, moins on risque l'accident», qui est supposée fonder le discours «Jean a été prudent donc il n'a pas eu d'accident». En ce qui concerne p' («jean n'a pas été prudent»), on y placera, outre l'énonciateur E, un énonciateur négatif E' dont le point de vue est constitué par la seconde forme topique du même topos, à savoir «moins on est prudent, plus on risque l'accident», forme topique supposée fonder le discours «Jean n'a pas été prudent donc il a eu (a risqué d'avoir) un accident».

Un des reproches fait par la TBS à cette description est que, si elle peut à la rigueur rendre compte des argumentations externes de p et de p', elle ne dit rien de leurs argumentations internes. Elle n'explicite pas la façon d'être attribuée à Jean

quand on le déclare prudent, façon d'être que la TBS, on s'en souvient, développe par l'aspect discursif *danger DC renoncer*. On nous objectera sans doute que cet aspect est seulement une «variante terminologique» d'une forme topique «plus un acte est dangereux, plus on est amené à y renoncer». Certains considéreront donc la TBS comme une reformulation de la théorie des *topoi*. Il suffit d'admettre qu'il y a dans le sens des expressions, outre les *topoi* et formes topiques commandant les enchaînements externes, des *topoi* et formes topiques décrivant les mots de l'intérieur. On placera donc la forme topique «plus un comportement est dangereux, plus on est amené à y renoncer» dans la signification de l'adjectif «prudent» et de l'énoncé p.

Mais la considération de la négation empêche justement cette solution. Si on l'admettait, en effet, il faudrait décrire p' («Jean n'a pas été prudent») par l'autre forme topique («moins un acte est dangereux, moins on est amené à y renoncer»). Même si on reconnaît, avec la sagesse des nations, que cette forme topique constitue un principe raisonnable, ce n'est à coup sûr pas là ce que dit p'. Nous pensons, pour notre part, mieux décrire cet énoncé (et, en même temps, l'adjectif «imprudent») en y logeant les discours transgressifs contenus dans l'aspect *danger PT NEG renoncer*, qui est le converse de l'aspect *danger DC renoncer* constituant l'argumentation interne de p. Or la construction de l'aspect converse est, nous l'avons dit, le propre de la négation ordinaire (en ce qui concerne l'argumentation interne). Quant à la forme topique «moins on est prudent, moins on risque l'accident», utilisée par la théorie des *topoi* pour décrire les discours «Jean n'a pas été prudent donc ...», nous lui faisons correspondre l'aspect *NEG prudent DC NEG sécurité*, qui est, dans notre terminologie, le réciproque de l'aspect *prudent DC sécurité* avec lequel nous décrivons l'argumentation externe de p: il nous suffira ainsi de poser une règle disant que les aspects exprimés dans l'argumentation externe d'un énoncé négatif sont réciproques de ceux exprimés dans l'argumentation externe de l'énoncé positif correspondant (alors que ceux exprimés dans les argumentations internes sont converses l'un de l'autre). On voit que notre description générale de la négation utilise différents traits de la TBS: la distinction entre les deux façons, externe et interne, dont les argumentations sont liées aux entités linguistiques, la reconnaissance de deux types d'argumentation, en DC et en PT, les différentes relations formelles existant entre les aspects d'un même bloc, conversion, transposition, réciprocity (ces relations correspondent aux différentes façons dont les aspects exprimés par l'énonciation négative sont liés à ceux des énonciations positives).

Il nous reste à rassembler les différents points présentés plus haut, et à tenter par là une description détaillée de p', «Jean n'a pas été prudent», dans un cadre combinant polyphonie et TBS. Si nous avons repoussé cette tentative à la fin de l'article, c'est que nous sommes incapables d'éviter des complications formelles qui la rendront particulièrement rebutante (et encore nous n'envisageons qu'une seule sorte de négation, la «négation ordinaire», ou «polémique», en laissant de côté la «métalinguistique»).

Notre exposé sera, dès l'abord, compliqué par la nécessité d'introduire maintenant les distinctions, négligées jusqu'ici, entre phrase et énoncé, dont les valeurs

sémantiques sont, respectivement, la «signification» et le «sens». Nous commencerons par parler de la phrase positive P. Cette phrase abstraite, élément de la langue, ne peut pas, en elle-même, être polyphonique, car elle ne saurait comporter de locuteur, ni donc d'énonciateur: la polyphonie ne se manifeste que lors des énonciations. Tout ce que fait P, c'est donner, dans sa signification, des indications qui permettent, voire exigent, de construire pour les énoncés de P, un sens qui, lui, est d'ordre polyphonique: P contiendra notamment la matière première utilisée pour établir les points de vue de ces énonciateurs constitutifs du sens des énoncés.

Dans la signification de P, nous introduirons divers enchaînements et aspects, que nous classerons selon les distinctions présentées plus haut. Dans l'argumentation externe droite, on aura les deux aspects converses *prudence DC sécurité* et *prudence PT NEG sécurité*, ainsi que certains enchaînements où ces aspects sont particularisés - particularisés par exemple à *Jean* ainsi qu'au temps passé («Jean a été prudent donc ...» et «Jean a été prudent pourtant ...»). Dans l'argumentation externe gauche, on aura également deux aspects, qui sont des transposés l'un de l'autre (*être prévenu DC être prudent*, et *NEG être prévenu PT être prudent*) et des enchaînements particularisant ces aspects («Jean avait été prévenu donc ...» et «Jean n'avait pas été prévenu pourtant ...»). En plus de son argumentation externe, P, selon nous, a une argumentation interne. Dans celle-ci, c'est la différence fondamentale avec l'argumentation externe, les aspects ne vont pas obligatoirement par couple: il peut y avoir un aspect, sans qu'il y ait notamment ni son converse, ni son transposé. Mais cela n'empêche pas qu'il puisse y avoir plusieurs aspects dans l'argumentation interne de la même phrase. Ainsi, la prudence doit se décrire, non seulement avec l'aspect qui nous a servi d'exemple jusqu'ici *danger DC renoncer*, mais aussi avec *danger DC précaution*, et avec d'autres sans doute. Pour simplifier, nous n'allons introduire dans la signification de P que le premier de ces aspects. A ces aspects, il faut joindre, comme nous l'avons fait pour l'argumentation externe, certains enchaînements qui les particularise, et notamment qui font allusion à *Jean* et au passé.

(Nous signalons entre parenthèses qu'il y a une difficulté, nous ne pouvons que la signaler, à admettre dans la *phrase* des enchaînements particuliers contenant le mot *Jean*, qui ne désigne quelqu'un que dans le contexte des énoncés où il apparaît. Nous voyons au moins deux issues. Ou réserver pour la description de l'énoncé les particularisations comportant des noms propres, ou admettre, c'est vers cela que nous nous dirigeons, qu'un énoncé employant de tels mots ne comporte pas dans son sens — vu notre conception du sens — d'allusion à un individu: il se contente d'évoquer un enchaînement où se trouve le nom de cet individu.)

Après cette description succincte de la phrase positive P, il faut voir maintenant comment se construit avec elle le sens d'un énoncé négatif, et notamment comment sont mis en scène les différents énonciateurs liés à la négation. La conception polyphonique postule que l'énoncé négatif fait au moins allusion à un énonciateur de l'énoncé positif correspondant. Nous avons donc d'abord à décrire l'énoncé positif p «Jean a été prudent». (Nous avons évité d'avoir à décrire la *phrase* négative P':

nous dérivons directement le sens de l'énoncé négatif du sens de l'énoncé positif. Peut-être est-ce seulement paresse ou économie. De toute façon, cela n'implique pas que la négation n'appartienne pas à la langue car c'est dans la langue que sont spécifiées les règles liant le sens de l'énoncé négatif à celui de l'énoncé positif.)

L'énoncé positif *p* met en scène au moins trois énonciateurs. E1 exprime un des deux aspects converses de l'argumentation externe droite de *P* et évoque l'enchaînement le particularisant. Ce qui signifie qu'au niveau de l'énoncé, on choisit à l'intérieur du couple de converses constituant l'argumentation externe droite de la phrase. On décide soit de continuer par un «donc» («Jean a été prudent donc il n'a pas eu d'accident»); soit de continuer par le «pourtant» converse. En ce qui concerne E2, relatif à l'argumentation externe gauche, on doit répéter, pour l'essentiel, ce qui a été dit pour E1 et l'argumentation externe droite. Le seul changement tient à ce que le choix opéré au niveau de l'énoncé va se faire entre des transposés, et non entre des converses.

Pour rendre compte de l'argumentation interne de l'énoncé *p*, nous devons introduire encore E3 qui exprime l'aspect et évoque l'enchaînement présent du point de vue interne dans la phrase *P*. (Si nous avons conservé plusieurs aspects dans l'argumentation interne de la phrase *P* – ce que, pour simplifier, nous n'avons pas fait – il faudrait introduire dans l'énoncé *p* des énonciateurs pour chacun de ces aspects. Ceci montre bien la différence entre l'argumentation interne et l'argumentation externe. Aux différents aspects de l'argumentation interne de la phrase correspondent dans l'énoncé autant d'énonciateurs. En revanche, un choix se fait, au niveau de l'énoncé, à l'intérieur de l'argumentation externe de la phrase: seuls sont retenus un des deux aspects converses de l'argumentation externe droite et un des deux aspects transposés de l'argumentation externe gauche.)

A partir de cette description de l'énoncé affirmatif *p*, on peut maintenant établir celle de l'énoncé négatif *p'*. On y trouvera d'une part tous les énonciateurs présents dans l'énoncé *p*, et d'autre part des énonciateurs négatifs dont les points de vue résultent de transformations des points de vue des énonciateurs positifs. Nous ne parlerons que des énonciateurs négatifs. Un énonciateur E'1 a pour point de vue l'aspect et les enchaînements réciproques de ceux qui sont le point de vue de l'énonciateur positif E1 (par exemple, «Jean n'a pas été prudent donc il a risqué un accident»). C'est la même chose pour E'2, dont le point de vue est réciproque de celui de E2: si E2 a pour point de vue «Jean n'a pas été prévenu pourtant il a été prudent», on attribuera à E'2 «Jean a été prévenu pourtant il n'a pas été prudent». Noter que ce point de vue de E'2 apparaît souvent dans le discours sous la forme abrégée «je l'avais prévenu», qui sous-entend d'habitude la continuation «pourtant il n'a pas été prudent» (ou plus généralement, «pourtant il n'a pas fait ce qu'il fallait»). Ce sous-entendu est encore plus fréquent si l'énoncé est à la deuxième personne («je t'avais prévenu»).

Il reste maintenant à traiter du point de vue de E'3 qui, dans le cas de la négation polémique, est le transformé par conversion de celui de E3. Ainsi, E'3 peut exprimer l'aspect *danger PT NEG renoncer* et évoquer des enchaînements appartenant à cet aspect et donc converses eux aussi des enchaînements évoqués par E3. (Nous

avons signalé dans la partie précédente que pour la négation «métalinguistique», il y a transposition et non pas conversion).

A cette liste (minimale) des énonciateurs de l'énoncé négatif, il faut ajouter l'indication des attitudes, par rapport à eux, du locuteur de l'énoncé négatif. Nous disons d'habitude qu'il refuse les énonciateurs positifs E1, E2 et E3 et qu'il prend en charge les énonciateurs négatifs E'1, E'2 et E'3, ou au moins leur donne son accord. Tout un travail, fondé sur l'étude d'exemples, serait nécessaire pour affiner cette caractérisation car L peut avoir des attitudes différentes en ce qui concerne par exemple les énonciateurs négatifs E'1 et E'2, ou encore, en parlant de façon «mondaine», non «linguistique», vis à vis des conséquences et vis à vis des raisons de l'imprudence de Jean. Sans doute faudrait-il d'ailleurs ajouter aux trois attitudes habituelles une attitude d'abstention, un refus de prendre position, que le locuteur pourrait adopter à la fois vis à vis de certains énonciateurs positifs et de certains énonciateurs négatifs.

Chemin faisant, en présentant notre description, nous avons signalé des recherches à faire pour la rendre moins rigide et prendre en compte les nombreuses nuances de la négation (même en se bornant à la négation polémique). Recherches qui consistent toujours à confronter la description avec des textes. De fait, cet appel à travailler sur des textes nous paraît dans l'esprit même de la sémantique polyphonique. Celle-ci, nous y insisterons pour conclure, impose encore plus que toute autre forme de sémantique de regarder les utilisations réelles des phrases, de confronter la langue au discours. En effet, les concepts mêmes dont se sert la polyphonie, énonciateur, locuteur, attitude, mise en scène, ne peuvent avoir aucune réalité dans la langue mais seulement dans la transformation de la langue en discours – même si cette transformation est guidée par la langue. Il en est d'ailleurs de même pour une sémantique argumentative si, comme le fait la TBS, on entend par «argumentation» un certain type d'enchaînement discursif. Nous avons posé en effet que de telles argumentations constituent la signification des entités de la langue. La détermination des significations linguistiques n'est donc possible que par la prise en considération systématique du discours: c'est dans le discours que sont situés les enchaînements argumentatifs que la langue rassemble dans ses significations.

### Références bibliographiques

- Carel, M. (1992) *Vers une formalisation de la théorie de l'argumentation dans la langue*, thèse de troisième cycle pour l'obtention du doctorat de l'EHESS.
- Carel, M. et O. Ducrot (1999) «Les propriétés linguistiques du paradoxe», *Langue française*, n° 123, p. 6-26.
- Carel, M. (2005) «Note sur l'abduction», *Travaux de linguistique*, n°49, p. 95-113.
- Ducrot, O. (1972) *Dire et ne pas dire*, Hermann.
- Ducrot, O. (1984) *Le dire et le dit*, Minuit.
- Ducrot, O. (1988) «Topoi et formes topiques», *Bulletin d'études de linguistique française*, n°22, p. 1-14. Repris en 1995 dans le recueil organisé par J.-Cl. Anscombe, *Théorie des topoi*, Kimé, p. 85-99.
- Henning N., Flottum K et C. Noren (2004) *La Scapoline*, Kimé.
- Rabatel, A. (1998) *La construction textuelle du point de vue*, Delachaux et Niestlé.

# A Psicologia Social nas Ciências da Comunicação

Rosa Cabecinhas\* & Alexandra Lázaro\*\*

## Introdução

É com profundo prazer que aqui estamos a render homenagem ao Professor Aníbal Alves, salientando as suas qualidades pessoais, de colega e amigo, os seus valores de liberdade de pensamento e de crescimento intelectual com que procurou imbuir a cultura da Secção e, mais tarde, do Departamento de Ciências da Comunicação, as disciplinas que leccionou e dirigiu e, particularmente, a visão das Ciências da Comunicação.

A sua visão das Ciências da Comunicação parte da delimitação de fenómenos de comunicação com um olhar alargado e transversal, atravessando as diferentes ciências sociais e humanas. É uma visão holística, com ênfase nas pessoas, nos grupos sociais e na sociedade.

“Sendo a comunicação, na expressão de Ch. Cooley ‘o processo através do qual as relações humanas existem e se desenvolvem’, ou seja, através do qual as sociedades e os indivíduos se constituem e reproduzem na história humana, não podia ela deixar de merecer a consideração e, em muitos casos, o tratamento privilegiado por parte das disciplinas das Ciências Sociais e designadamente, a Sociologia, a Psicologia e a Antropologia Cultural. Foi no quadro destas disciplinas que se formaram os fundadores da área da Comunicação com realce para o movimento da pesquisa em comunicação desenvolvida nos Estados Unidos no período do pós-guerra e nas décadas de 50 e 60” (Alves, 1999: 12).

Este texto visa registar o seu contributo para a inclusão da Psicologia, particularmente da Psicologia Social, como área basilar de conhecimento em Ciências da Comunicação.

“A Psicossociologia, disciplina dedicada ao estudo dos comportamentos em situação de interacção, nos grupos, nas organizações, e em contextos semelhantes, que outra coisa é senão estudo da comunicação? E a Psicologia da aprendizagem, da mudança de atitude e de comportamento? E que dizer das teorias e práticas psicoterapêuticas no con-

\* Professora Auxiliar do Departamento de Ciências de Comunicação da Universidade do Minho.

\*\* Ex-Professora Auxiliar do Departamento de Ciências de Comunicação da Universidade do Minho e, actualmente, analista estatística no governo britânico.

cernante às estruturas e dinâmismos da personalidade e aos processos de relação/comunicação entre doente/cliente e terapeuta? Neste campo em que as fronteiras disciplinares se revelam tão incertas, foram formuladas e confirmadas importantes noções e interpretações dos processos de comunicação humana” (Alves, 1999: 13).

A Psicologia Social estuda os processos através dos quais os indivíduos constroem a realidade social, isto é, como constroem o conhecimento sobre si próprios, sobre os outros e sobre o mundo em geral, e as interligações entre essas representações e o seu comportamento social. Procura explicar como os pensamentos, os sentimentos e as acções dos seres humanos são influenciados pela presença real, imaginada ou implícita dos outros (indivíduos, grupos, organizações, sociedades e sistemas culturais) e como o indivíduo influencia os outros: indivíduos, grupos ou sociedade.

Este objecto de estudo e níveis de análise aproximam-se dos da Sociologia. Contudo, a Psicologia Social procura também compreender fenómenos em níveis de análise mais micro. Este exercício científico, i.e., de compreensão dos fenómenos, é também, obviamente, um exercício intelectual, i.e., de constante movimento de pensamento entre fenómenos e factores explicativos em diferentes níveis de análise.

A Psicologia Social providencia, assim, para o estudante de comunicação, a compreensão científica de fenómenos habitualmente pontuados pelo senso comum, de treino intelectual na visão de fenómenos em diferentes níveis de análise e, conseqüentemente, de contacto com metodologias diversas.

## **A Psicologia Social nos três ciclos de estudos em Ciências da Comunicação**

A Psicologia Social faz parte do grupo disciplinar de Ciências da Comunicação do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, o qual foi aprovado pelas Resoluções do Senado Universitário nº 32/93 e nº 33/93 e o Despacho Reitoral nº 120/93. Este grupo disciplinar reúne um conjunto de disciplinas bastante heterogéneo. Como refere Aníbal Alves:

“Trata-se de uma opção tomada a nível dos órgãos da Universidade do Minho em favor da constituição de grupos disciplinares menos rígidos e estreitos. Todas as disciplinas incluídas, no entanto, convergem para o estudo da Comunicação. O imperativo do ordenamento institucional veio assim sublinhar a perspectiva de unidade e complementaridade destas disciplinas dada a sua inserção programática ao nível dos cursos e, mais além, ao nível da pesquisa que há-de permanentemente fundar e actualizar o ensino, avançando ao mesmo tempo na compreensão dos fenómenos comunicativos inerentes aos processos e estruturas sociais” (Alves, 1994: 21).

A disciplina Psicologia Social foi contemplada desde o início nos planos de estudos da Licenciatura em Comunicação Social, como uma unidade curricular anual

(2º ano), sendo leccionada pela primeira vez na Licenciatura em Comunicação Social no ano lectivo 1992/93. Recentemente, o processo de reestruturação das licenciaturas com vista à adequação às normas orientadoras do Modelo de Bolonha levou ao desaparecimento das unidades curriculares anuais e a sua transformação em semestrais. Tal como sucedeu em outras unidades curriculares, o programa da Psicologia Social sofreu uma grande reestruturação passando a constituir uma unidade curricular do 2º semestre da Licenciatura em Ciências da Comunicação, desde o ano lectivo 2007/08. A passagem do regime anual para o semestral exigiu uma ligeira redução na quantidade de conteúdos programáticos leccionados assim como algumas alterações nos métodos de ensino/aprendizagem e nos procedimentos de avaliação.

A actual estrutura curricular da Licenciatura em Ciências da Comunicação assenta num tronco comum nos três primeiros semestres, sendo no 4º semestre que se configuram as três áreas de especialização: “Audivisual e Multimédia”; “Informação e Jornalismo”; e “Publicidade e Relações Públicas”. Os três primeiros semestres são preenchidos com diversas unidades curriculares de Ciências da Comunicação Fundamentais, de carácter obrigatório para todos os estudantes, entre as quais se inclui a Psicologia Social. Os estudantes têm ainda a possibilidade de cursar unidades curriculares de ciências sociais e humanas (Geografia Sociopolítica, Antropologia ou Sociologia). Os Ateliers de Comunicação (I e II) constituem para os estudantes uma oportunidade de ter um primeiro contacto com as diferentes áreas de especialização, o que permite o desenvolvimento de competências nas diversas áreas e ajuda os estudantes na escolha da área de especialização.

Assim, o novo plano de estudos da Licenciatura em Ciências da Comunicação constitui uma oferta formativa de banda larga, visando preservar alguns dos princípios que orientaram a constituição do antigo plano: a sólida formação social e humana de modo a formar profissionais de comunicação capazes de analisar criticamente a realidade social; e uma sólida formação nas áreas de especialidade de forma a terem condições para uma boa inserção e adaptação às necessidades do mercado, cada vez mais diversificado e em permanente metamorfose, assim como a capacidade para intervir activamente na sua transformação (Sousa, 2008).

Nesta breve contextualização focalizámo-nos no papel da Psicologia Social na oferta formativa ao nível do 1º ciclo. Esta área disciplinar está também presente ao nível da oferta formativa dos 2º e 3º ciclos em Ciências da Comunicação. O Mestrado em Ciências da Comunicação não contempla especificamente uma disciplina na área da psico-sociologia, mas são abordados conteúdos programáticos correspondentes a áreas de aplicação da Psicologia Social nas várias áreas de especialização. Quanto ao Doutoramento em Ciências da Comunicação, o Despacho RT-06/03 contempla cinco áreas de conhecimento, entre as quais a Psico-Sociologia da Comunicação. Neste sentido, a oferta formativa em Psicologia Social no âmbito do Grupo Disciplinar de Ciências de Comunicação na Universidade do Minho contempla os três ciclos de ensino.

## Os objectivos e conteúdos da Psicologia Social na licenciatura em Ciências da Comunicação

O programa de Psicologia Social visa, fundamentalmente, contribuir para a concretização dos objectivos gerais da Licenciatura em Ciências da Comunicação, nomeadamente pretende desenvolver as competências dos estudantes para compreender, analisar e discutir criticamente a comunicação humana no contexto social, político, económico e cultural das sociedades actuais, e para intervir na realidade social.

Sendo uma disciplina de carácter introdutório, o programa privilegia a sólida reflexão teórica, com o aprofundamento de alguns dos principais conceitos e modelos teóricos, em constante articulação com a perspectiva 'pragmática', através da análise de casos práticos e exercícios em sala de aula e através da realização de um trabalho de grupo sobre um tema à escolha dos estudantes. Dito de outra forma, pretendemos demonstrar a aplicabilidade dos modelos teóricos na análise do comportamento humano nos seus diversos contextos, tentando seguir a máxima pela qual Lewin orientou os seus programas de pesquisa e intervenção: "nada mais prático do que uma boa teoria".

Os estudantes obtêm, através desta disciplina, conhecimentos fundamentais para a compreensão das suas futuras actividades profissionais. A formação de atitudes e a sua mudança, a relação entre as atitudes e os comportamentos, os processos de influência social, a forma como as pessoas processam informação ou atribuem causas aos fenómenos, a dinâmica de grupos e as relações intergrupais, os processos de construção de identidades, as representações sociais e a memória social são alguns dos temas abordados nesta disciplina que, pela sua relevância social e permanente actualidade, tem despertado um grande interesse por parte dos estudantes.

Dados os limites de tempo inerentes ao funcionamento de um semestre académico e a amplitude das temáticas respeitantes ao comportamento social humano, não podemos abordar todas essas temáticas no quadro da unidade curricular Psicologia Social. Na escolha dos capítulos do programa tivemos em consideração a centralidade de alguns temas na história da Psicologia Social, mas também aqueles que recentemente ganharam novo fôlego no seio da disciplina. O programa compreende, assim, temas que retomam as dimensões fundamentais do comportamento interpessoal, intragrupal, intergrupalo e intercultural (*e.g.*, Cabecinhas e Cunha, 2008).

Os capítulos estão organizados de modo a combinar a perspectiva histórica do estudo das grandes temáticas com questões sociais da actualidade. Desta forma, os estudantes têm oportunidade de 'viajar no passado' através da história das ideias, mas também de olhar o presente através do contacto com pesquisas empíricas recentes, relevantes para a análise das problemáticas sociais da actualidade (Cabecinhas, 2009).

A investigação empírica que temos realizado ao longo destes anos será abordada em alguns capítulos (*e.g.*, Cabecinhas, 2007; Cabecinhas & Évora, 2008; Lázaro, Cabecinhas & Carvalho, 2008), visto que partilhamos da opinião que o ensino deve ser permanentemente actualizado através da pesquisa e porque esta dá oportuni-

dade aos estudantes de contactar com pesquisas efectuadas no nosso país, de modo a proporcionar uma análise comparativa com a pesquisa realizada em outros contextos culturais.

Os tópicos abordados pela Psicologia Social podem organizar-se ao longo de um *continuum* indo do indivíduo até ao contexto social mais amplo, embora esse fluxo não seja linear, uma vez que diferentes progressos foram sendo efectuados no âmbito de diferentes tradições teóricas no seio da disciplina.

### **Articulação da Psicologia Social com outras unidades curriculares da licenciatura**

Como referimos anteriormente a unidade curricular *Psicologia Social* é leccionada no 2º semestre da Licenciatura em Ciências da Comunicação. No sentido de motivar os estudantes, procuramos articular permanentemente os conteúdos com os ministrados noutras unidades curriculares, estabelecendo as pontes entre as diferentes unidades curriculares e alertando os estudantes para a complementaridade dos diferentes níveis de análise para uma leitura mais abrangente dos processos comunicativos. Alguns dos conteúdos desta unidade curricular serão futuramente aprofundados em outras unidades curriculares correspondentes a áreas fundamentais ou especializadas das ciências da comunicação.

Sem pretensões de exaustividade, já que potencialmente a Psicologia Social pode estabelecer pontes com todas as unidades curriculares do Plano de Estudos, iremos mencionar aqui aquelas cuja ligação é mais directa. São de destacar duas unidades curriculares logo no primeiro semestre da licenciatura com as quais existem imensas possibilidades de articulação: *Teorias da Comunicação* e *Métodos de Investigação I*.

A unidade curricular *Teorias da Comunicação* pretende introduzir os estudantes no conhecimento sistemático e crítico da comunicação humana, nesse sentido trata-se de uma disciplina onde são abordados alguns conceitos e modelos que serão posteriormente aprofundados em outras unidades curriculares, permitindo um primeiro contacto com algumas problemáticas que serão desenvolvidas posteriormente.

As disciplinas *Métodos de Investigação I* e *Métodos de Investigação II* proporcionam aos estudantes ferramentas metodológicas e conceptuais essenciais para a compreensão dos processos de construção e validação empírica das teorias, aspecto de central importância na Psicologia Social, já que é essencial que os estudantes compreendam não só os modelos teóricos, mas a investigação empírica que permitiu a formulação e aperfeiçoamento desses modelos (e.g., Xavier e Cabecinhas, 2000).

A Psicologia Social proporciona conhecimentos que podem ser aprofundados e inter cruzados com os adquiridos em diversas unidades curriculares, como por exemplo: *Sociologia da Comunicação*; *Semiótica*; *Análise do Discurso e da Imagem*; *Comunicação Internacional*; *Geografia Sociopolítica*; *Economia Política dos Media*; *Media e Cultura Contemporânea*; *Estudos de Recepção*; *Media, Públicos e Cidadania*; *Ética e Deontologia da Comunicação*. A Psicologia Social oferece também instrumentos

conceituais e metodológicos úteis para aplicação nos laboratórios de comunicação: *Atelier de Comunicação e de Informação I e II; Atelier de Audiovisual e Multimédia I e II; Atelier de Informação e Jornalismo I e II; Atelier de Publicidade e Relações Públicas I e II ; Projecto em Audiovisual e Multimédia; Projecto em Informação e Jornalismo; Projecto em Publicidade e Relações Públicas*. A Psicologia Social proporciona conhecimentos gerais sobre o comportamento social humano que podem ser aplicados em qualquer uma destas áreas de especialização.

## Considerações finais

Como salienta Aníbal Alves, “A complexidade do processo comunicativo e a multiplicidade das suas realizações levaram a abordagens muito diferenciadas quer sob o ponto de vista teórico e metodológico quer sob o ponto de vista das práticas” (1999: 17). As ciências da comunicação constituem uma área interdisciplinar por excelência, onde se cruzam os contributos de diversas ciências humanas e sociais. Tais cruzamentos têm sido frutíferos e proporcionado importantes avanços no entendimento científico dos fenómenos comunicativos e nas artes e técnicas da comunicação.

Hoje em dia, trata-se de um campo extenso, sincrético e diversificado, o que pode conduzir a alguns “riscos de indefinição e descaracterização” (1999: 17). No entanto, trata-se de um risco que merece a pena correr, visto que o diálogo interdisciplinar é fundamental para um entendimento mais completo dos fenómenos comunicativos.

Na nossa opinião, as sábias palavras de Aníbal Alves traduzem bem os desafios que se colocam actualmente ao vasto campo das ciências da comunicação:

“O campo das Teorias da Comunicação apresenta-se, pois, muito vasto, com limites mal definidos, atravessado por forças contrárias que ora o revigoram ora o enfraquecem. Neste contexto, impõe-se tomar orientação prudente mas com abertura bastante às diferentes abordagens e abrangendo as temáticas e aspectos específicos do comportamento comunicativo. O carácter sincrético daí resultante pode não favorecer, é certo, a coerência teórica, em princípio sempre desejável para uma disciplina. Mas tem o mérito não negligenciável de reconhecer a real pluralidade de teorias sobre a comunicação humana, que, por sua vez, exprimem a complexidade dos processos que a realizam” (1999: 17).

Lidar com os desafios colocados às Ciências da Comunicação constitui um exercício constante de humildade científica e de liberdade de pensamento:

“Outros abriram já sendas e clareiras, construíram pontes, fixaram marcos e direcções que nos permitem traçar o nosso caminho, o qual em procuras desta natureza, sempre haverá de ser próprio” (1999: 18).

Obrigada, Professor Aníbal, por nos ter levado no seu caminho e por nos ter sempre incitado a desenvolver o nosso.

## Referências

- Alves, A. (1994) *Teorias da Comunicação. Programa e Metodologia*. Braga: Universidade do Minho.
- Alves, A. (1999) Ciências da comunicação. Área interdisciplinar. *Comunicação e Sociedade*, 1, 5-18.
- Cabecinhas, R. (2007) *Preto e Branco: A naturalização e a discriminação racial*. Porto: Campo das Letras.
- Cabecinhas, R. (2009) *Psicologia Social. Relatório do programa, conteúdo e métodos de ensino/aprendizagem*. Braga: Universidade do Minho.
- Cabecinhas, R. & Cunha, L. (Eds.) (2008) *Comunicação Intercultural: Perspectivas, Dilemas e Desafios*. Porto: Campo das Letras.
- Cabecinhas, R. & Évora, S. L. (2008) "Visões do Mundo e da Nação: jovens cabo-verdeianos face à história". In: Martins, M. & Pinto, M. (Org.) *Comunicação e Cidadania. Actas do 5º Congresso da Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação*. Braga: Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (pp.2685-2706). [www.lasics.uminho.pt].
- Lázaro, A., Cabecinhas, R., & Carvalho, A. (2008) "Perceptions of climate change risks and mitigation behaviors: Understanding inconsistencies between representations and action". In: Willard, B. & Green, C. (Eds.) *Communication at the Intersection of Nature and Culture: Proceedings of the Ninth Biennial Conference on Communication and the Environment*. Chicago: College of Communication, DePaul University (pp. 264-275).
- Lewin, K. (1948/1997) *Resolving Social Conflicts & Field Theory in Social Science*. Washington: APA.
- Sousa, H. (2008) *Economia Política dos Media: Relatório do programa, conteúdo e métodos de ensino*. Braga: Universidade do Minho.
- Xavier, P., & Cabecinhas, R. "Learning about Social Psychology by researching on Computer Mediated Communication". *IAMCR 2000 Conference Singapore Proceedings. International Association for Media and Communication Research*: Singapore. [https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/1006].

## A crítica de cinema como género jornalístico

Tito Cardoso e Cunha\*

A crítica de cinema, como género jornalístico que é, encontra-se intimamente ligada à emergência do cinema no mundo contemporâneo. Foi ela que levou a nova arte ao reconhecimento no seu valor estético, e foi também ela que contribuiu para expandir o cinema como entretenimento de massa.

A crítica fílmica não pode, no entanto, ser tomada em consideração como se de uma única instância se tratasse. Há preferencialmente que falar de críticas no plural. Pois múltiplos são os modos de se ter os filmes em atenção.

De todas essas formas críticas, sobre as quais, na sua diferenciação, nos iremos interrogar, haverá, por enquanto, apesar das diferenças, um modo de as descrever de maneira unívoca. É que a crítica fílmica, inquestionavelmente, pode, na sua diversidade, ser descrita como um discurso que se constrói sobre um objecto – o filme – ele próprio não discursivo porque predominantemente imagético. O filme é o que sustenta toda essa discursividade proliferante que encontra o seu pre-texto em algo que manifestamente não é da ordem do texto. Aqui se aproximando do que possa ser, por exemplo, a crítica musical.

Segundo uma imagem que podemos ir buscar a R. Barthes<sup>1</sup>, a crítica envolve a obra – neste caso o que o filme seja – num tecido textual que lhe dá forma, o torna de algum modo “visível” porque significante e sustenta também a apreciação que em termos valorativos se lhe possa fazer.

Duas coisas caracterizam, antes do mais, o género jornalístico a que aqui chamamos – na esteira de Bywater & Sobchack<sup>2</sup> – recensão crítica (film review). A sua função, essencialmente a de fornecer informação sobre o filme recenseado. A natureza dessa informação depende sobretudo da natureza do auditório seu destinatário. Pode porventura limitar-se ao anedotário colateral de uma obra, o que, em certos casos, é mesmo tudo o que há a dizer.

Tanto pode ser uma informação redundante sobre a própria obra, narrando o essencial do entrecho, intratextualmente, como pode ser a tal informação colateral sobre as circunstâncias e as pessoas, reais ou ficcionais, nela de algum modo envolvidas.

Alguma informação também se pode constituir como muito precisa na definição da obra, o seu autor, os actores, as circunstâncias, os temas ou decifrações possíveis, os avatares da narrativa.

\* UBI

<sup>1</sup> *Essais critiques*. Paris, Seuil, 1964.

<sup>2</sup> *Introduction to film criticism: major critical approaches to narrative film*. New York, Longman, 1989.



O outro aspecto que define a recensão crítica é a circunstância temporal própria da sua publicitação. É em princípio feita para um leitor que desconhece do que ela fala.

A recensão, normalmente, é publicada no dia da estreia, ou mesmo antes, implicando desde logo o seu desconhecimento por parte do leitor, futuro eventual espectador. Esta antecedência define-lhe, desde logo, como função um chamar de atenção – como na publicidade com a qual, aliás, por vezes se confunde – para a obra a vir e a ver. Até por aí o que é visto pelo crítico se apresenta diferente aos olhos do espectador para quem aquele mundo já não é inteiramente incógnito, como o tinha sido para o crítico.<sup>3</sup>

Se é certo que a recensão tem por função primária fornecer informação (nem toda. A convenção manda que se não deve revelar o desenlace do enredo) sobre o tema, os participantes (actores, personagens), aquilo sobre o que o filme é. Mas também, para além da dimensão puramente informativa, espera-se da recensão jornalística que ela dê alguma indicação valorativa de modo a poder ajudar o possível espectador a tomar uma decisão quanto aos motivos que possa ter, ou não ter, para passar à acção de ir ver o filme.

É aqui sobretudo que está presente o cariz retórico da recensão crítica uma vez que, tal como na retórica em geral, se trata de um discurso orientado para a motivação do outro, o seu auditório leitor, à acção. É nisso precisamente que consiste o discurso retórico.

Desde logo, portanto, mesmo na sua realização mais elementar, a crítica de cinema pode ser caracterizada com um tipo de discursividade de alto teor persuasivo, isto é retórico.

De onde se compreende que vários dispositivos retóricos possam estar presentes como por exemplo aquele a que Aristóteles classifica como prova técnica, isto é que depende inteiramente dos recursos do orador, e que é o seu *ethos*, neste caso o do crítico na sua singularidade subjectiva que inclui a do gosto relativamente à múltipla diversidade das obras filmicas.

A crítica (em geral e a do cinema em particular) tem também efeitos vários.

O primeiro — intencional, este — é o de convencer o leitor da correcção das suas interpretações, como das suas avaliações. Há, portanto, uma dimensão persuasiva na crítica que estrutura muito fundamentalmente o seu discurso.

Mas há também um outro efeito, não menos intensamente esperado pelo leitor destinatário, e que é o de, não já persuadir inculcando uma nova opinião no espírito do auditório, mas antes o de reconfortar, reforçando-a, uma convicção já existente ou para a qual já no espírito haveria alguma propensão.

De onde virá essa propensão, é uma questão porventura indecível. Haverá, no entanto, em ambos os casos, na persuasão como no reconforto, um papel decisivo

<sup>3</sup> N. Ben-Shaul (*Film*. Oxford, Berg, 2007. p. 1) distingue a crítica de cinema da geralmente designada “Teoria do cinema” (film theory) pelo facto de a crítica se referir a obras individualmente consideradas nos seus múltiplos contextos (histórico, social, político, autoral, genérico) contrariamente à teoria do cinema que se interroga sobre o fenómeno filmico em geral, independentemente de qualquer consideração contextualmente singularizada.

desempenhado pelo crítico, mais precisamente, usando a terminologia da retórica antiga aqui ainda perfeitamente actual, o seu *ethos*.

*Ethos* é o termo pelo qual, na disciplina retórica, se designa aquilo a que, nas traduções correntes que fixaram o termo, o “carácter” do orador.

Não se trata, não obstante, do seu carácter no sentido psicológico do termo, a sua personalidade autêntica e verídica.

Trata-se antes das suas características num sentido estilístico, se assim se pode dizer. “Le style c’est l’homme,” afirmava Buffon, citado por Lacan. O estilo é o que faz a sua singularidade, do homem como do crítico, o seu carácter, o seu *ethos* singular. Aquilo que o distingue, singulariza e identifica.

Do *ethos* dizia Aristóteles ser ele uma das provas técnicas ou artísticas, conforme as traduções, ao dispor do orador. “Técnicas” porque só da técnica discursiva própria do orador na sua singularidade dependia.

Assim, o crítico está dependente em grande parte, na sua eficácia persuasiva como reconfortante das convicções adquiridas, do *ethos* que uma frequência mais ou menos prolongada dos seus textos, por parte do leitor, tenha inculcado no espírito deste.

A verosimilhança das suas opiniões, como a correcção das suas avaliações, poderão ser mais ou menos intensas, naturalmente que por causa da argumentação desenvolvida para o justificar, mas também, poder-se-ia dizer, pelo grau de expectativa positiva que o reconhecimento ético do orador/crítico pelo leitor lhe merece.

Temos assim o *ethos* do crítico como um elemento decisivo no funcionamento da eficácia simbólica atribuível à palavra do orador, aqui crítico de cinema por escrito.

A recensão crítica, enquanto género jornalístico, dirige-se a um *auditório* (Empregamos aqui o termo no seu sentido retórico, isto é o conjunto das pessoas a quem se dirige um discurso persuasivo) massificado e que é constituído pelos consumidores de cinema enquanto meio de entretenimento e comunicação de massa.

A recensão crítica publicada nos jornais, quotidianos ou semanários, é suposta fornecer ao leitor alguma informação sobre os filmes recentemente estreados ou a estrear. Que tipo de informação?

Informação certamente, de que o filme existe, quando será estreado, quem o fez, com que actores e, eventualmente, a informação sinóptica sobre a narrativa, quando é esse o caso.

É claro que nem só de informação — no sentido factual do termo que apela à descrição — vive o discurso (do) crítico. Ele é também suposto, as mais das vezes, *interpretar* e *avaliar* o que vai muito para além da simples tarefa factualmente informativa.

Sobre esses dois actos — interpretar e avaliar — nos interrogaremos adiante na firme convicção de que se trata aí de dois actos particularmente relevantes para o entendimento da postura crítica, sobretudo ao nível do que temos vindo a chamar “ensaio crítico” mas também — e mais elementarmente porque mais quotidianamente — no que à recensão crítica diz respeito no seu jornalístico imediatismo.

Resta um terceiro acto, praticado pelo jornalista ao redigir a sua recensão crítica, como também no caso do ensaísta crítico, e que é, como se esperaria, o acto per-

suasivo. Isto é, o autor da recensão crítica tem, implícita ou explicitamente, como finalidade do seu discurso a intenção de persuadir o leitor de tudo aquilo que o seu texto vai afirmando.

Assim, a recensão crítica – como o ensaio crítico, deste ponto de vista indistintos – procurará convencer da sua justeza ou correcção nas afirmações que vai proferindo sobre qualquer obra filmica em particular.

Qual seja a natureza dessas afirmações, parece claro: interpretação e avaliação.

No primeiro caso a recensão procurará justificar, do modo mais conveniente possível, a correcção das suas interpretações de modo a torná-las verosímeis o mais possível e portanto maximizar assim o seu teor persuasivo.

No caso da avaliação, o objectivo não é distinto na comum procura da persuasão. Já distintos serão, como veremos, os procedimentos e os recursos próprios – como as problemáticas suscitadas – de cada uma das declinações críticas, a hermenêutica – o interpretar – e a propriamente estética que implica o juízo de valor.

Retomando, no entanto, o exame da tarefa do recenseur crítico, repare-se que a sua tarefa não é a de um censor, aquele que exerce uma censura.

Num certo sentido, a aproximação poderia ser correcta na medida em que a palavra “censura” designa um acto de ajuizar os efeitos presumidos de uma obra, evitando os considerados nefastos e permitindo os que se supõe virão a ser benéficos.

Em certas situações totalitárias, o poder aplica uma censura, não apenas para reprimir, evitando os tais supostos efeitos nefastos mas a mesma censura — e o poder de que ela emanava — fomentava a obra cujos efeitos se imaginavam virem a ser benéficos, dentro, claro está, dos parâmetros ideológicos fixados pela ortodoxia, isto é a opinião oficialmente considerada correcta ou, se necessário, corrigida.

A censura preocupa-se portanto com os efeitos da obra, quer eles sejam presumidos positivos ou negativos.

Não será esse inteiramente o caso do recenseur, o autor da recensão jornalística. Aqui a preocupação centrar-se-á mais na obra em si – as suas significações possíveis e o seu valor – do que nos seus efeitos, pelo menos em termos sociais, políticos ou morais.

Retomemos agora a outra variante da atenção crítica no cinema a que me proponho chamar “ensaísmo crítico” e a que os autores de *Introduction to Film Criticism* preferem chamar “humanistic approach”, à letra “abordagem humanística”, sendo que, no contexto, o termo “humanistic” remete para o que em português se chamaria “humanidades”.

Trata-se portanto de uma atitude crítica referida aos filmes que analisa, interpreta e avalia a partir de um background cultural, de uma metodologia de análise, de princípios de interpretação ou de faculdades de julgar que encontram o seu melhor fundamento nos recursos próprios do que em termos muito gerais, na tradição ocidental, se podem chamar as humanidades.

Se a recensão crítica se pode entender, e as mais da vezes é disso que se trata, como um guia para o consumo do espectador de cinema que não tem necessaria-

mente uma visão do cinema como arte mas apenas mero entretenimento próprio ao lazer das massas, já o *ensaio crítico* se situa a outro nível. O pressuposto aí é partilhado entre o crítico e os seus leitores de que o cinema deve ser encarado como uma forma de arte comparável à literatura ou outras formas de arte consagradas desde há muito como o teatro, por exemplo.

Tal como a literatura, o cinema é então encarado como uma expressão cultural que remete essencialmente para as significações da experiência humana. A noção de autor adquire nesta perspectiva uma relevância central como se pôde observar recentemente em jornais e publicações de todo o mundo aquando da morte de cineastas como Ingmar Bergman ou Michelangelo Antonioni. Não foi apenas a literatura que serviu de termo de comparação mas também a filosofia nomeadamente em torno de temas como o silêncio da Deus, o sentido da vida e da morte, a incomunicabilidade.

O cinema atinge aí o estatuto de uma expressão cultural capaz de nos tornar presente reflexões da maior profundidade sobre questões que a filosofia ou a literatura procuram igualmente elucidar.

Nesta situação a experiência do cinema, está muito para além do entretenimento que distrai, isto é desvia a atenção das chamadas agruras da vida, para se elevar a um esforço de pensamento que procura aclarar as significações últimas das coisas.

Aquilo a que o ensaio crítico se dirige é antes do mais uma experiência fílmica cujo valor se aprecia e se comunica.

Toda a sorte de questões se podem formular a este nível: a questão do autor, bem entendido, mas também a relação do filme com a história, o político, o social e o existencial nomeadamente.

No fundo trata-se das mesmas questões que se põem relativamente a outra qualquer forma de arte.

De qualquer modo uma ideia subjaz no espírito do orador crítico e do seu auditério de leitores: a arte é mais do que um simples entretenimento, divertimento. De certo modo é mesmo o seu contrário: enquanto o entretenimento di-verte, isto é nos verte para o disperso, nos dispersa (a atenção), a arte, pelo contrário, verte-nos para a unidade, para o idêntico a si, uni-vertendo, vertendo-nos a atenção para o uno, para a unidade do ser, preocupando-nos, como diria Heidegger.

A arte como desvelamento do ser.

E depois há mais um outro aspecto. É que a experiência da arte apela ao exercício da capacidade de julgar, à expressão de um juízo de gosto, à avaliação de uma experiência estética.

Nesta perspectiva, o chamado *ensaio crítico* procura persuadir o seu leitor de muito mais do que a simples opinião sobre as qualidades que poderão fazer daquele filme em particular um agradável e momentâneo entretenimento.

Trata-se antes do mais de dar um sentido à experiência, desvendando-lhe as significações e delas convencendo o leitor. Além da *démarche* retórica é toda uma hermenêutica que tem de se lhe acrescentar.

Como dirão Bywater & Sobchack<sup>4</sup>, “a alquimia do espírito alarga e expande a sensação meramente física e emocional de olhar sombras no escuro.”

O ensaio crítico que toma por tema o cinema e as suas expressões filmicas é necessariamente um tipo de discurso diferente da cientificidade demonstrativa. Não é obviamente um discurso científico nem inteiramente objectivo. A parte do gosto pessoal e da subjectividade nas suas valorações, como nas suas interpretações, é predominante. Não poderia porventura deixar de ser assim. É aliás esse subjectivismo dos seus juízos — estéticos, hermenêuticos — que torna indispensável o uso da retórica no sentido de co-mover a mente do outro, o interlocutor, de mover ambas as mentes em conjunto no processo de persuasão.

O discurso crítico, longe de ser o discurso da objectividade definitiva, é-o antes da intersubjectividade activa que religa o orador crítico e o seu auditório leitor numa comunidade solidarizada pelo interesse comum na experiência fílmica e assim os constitui enquanto público.

Num primeiro e imediato aspecto se distingue o ensaio da recensão: é que no ensaio crítico o leitor não é suposto estar na ignorância do filme em questão mas antes de o ter visto, tal como o crítico. Da parte deste não se trata portanto de tentar convencer o leitor a ver ou não ver o filme. Trata-se de o persuadir, sim, mas de outra coisa que não a de tomar a decisão de ir ou não ao cinema. Persuadir do valor estético e artístico da obra, persuadir das significações que nele o crítico pensa ter encontrado.

Trata-se de reflectir sobre uma experiência que se partilha mas nem por isso deixando de exigir uma argumentação sustentada.

De tudo isto nos parece claro depreender-se que a noção de autor se tornava indispensável a uma crítica ensaística para quem o cinema se alcançava aos mais altos parâmetros da obra de arte. Tal como na música, na literatura ou no teatro a nova arte, para o seu reconhecimento, tinha de poder ser entendida como *obra* isto é como o resultado de uma acção intencional desencadeada por uma personalidade distinta e distintiva, o *autor*. Teremos então a noção de autor desempenhando um papel central na crítica de cinema sobretudo na sua forma ensaística, pelo menos inicialmente, mas que mais tarde acabará por se generalizar ao ponto de hoje em dia, embora de maneira quase sempre não tematizada, levar a própria recensão jornalística a não a dispensar, ao menos alusivamente ou como subentendido não declarado.

A preocupação do recenseur dirigir-se-á, portanto, mais para o que a obra nos tem a dizer como intenção autoral, por exemplo, sendo que o único efeito da sua preocupação se centrará, quando muito, na capacidade de entretenimento que ela demonstra, isto é na sua capacidade de nos “distrair”, como soe hoje dizer-se, que é também a capacidade de nos alienar o mundo da significação autêntica, isto é aquilo que antigamente se chamava “arte” e a que o cinema tanto aspirou e acabou por ver reconhecido no seu estatuto.

<sup>4</sup> *Idem*, p. 27.

Outra coisa é a *autoridade* do recenseador crítico, a que lhe vem do seu *ethos* publicamente reconhecido e tendo conseguido, como escrevem Bywater & Sobchack<sup>5</sup> “uma posição de autoridade, ditando os hábitos do espectador de milhares de leitores fiéis.”

De notar, nesta formulação dos mesmos autores duas palavras particularmente salientes: *autoridade* e *ditar*. Ambas são congruentes entre si. A autoridade dita, mais ou menos ditatorialmente, isto ordena, manda.

A “ditadura crítica” há-de ser uma expressão que não tenha deixado de aparecer em algum título mais ou menos polémico.

Já a expressão “autoridade crítica” nos parece mais consensual sendo principalmente isso que se lhe pede, nomeadamente na produção de juízos de valor, e não só.

Tal como na frase que Hitchcock põe na boca da Lisa, dirigindo-se a Jeff, em *Rear Window*: ...Diz-me tudo o que viste e o que pensas que significa.” E se ela isto lhe pede, como sempre nós o pedimos à autoridade do crítico, é também porque o faz numa trama narrativa em que, enquanto esposa que se deseja, tem uma motivação ao longo de todo o filme, o desejo intenso de instituir Jeff num lugar de autoridade conjugal a que ele — animado em vez disso por um desejo que se diria antes nomádico — procura evitar a todo o custo.

O que se pede ao recenseador crítico é que ele nos diga o que viu, isto é que nos descreva a obra e o que pensa ser a sua significação sendo que esta sua proposta fica sujeita ao possível assentimento do leitor, ou não. É a ele, no entanto, que ela se propõe como alegação a ser justificada com argumentos ou razões convincentes.

A *autoridade* do crítico — que faz dele, como crítico, um autor também — vem-lhe sobretudo do *ethos* que, escrevendo, recenseando, soube construir no espírito do auditório, quer dizer do público leitor.

Mais uma vez a autoridade do crítico se reporta, não à suposição dos efeitos nefastos como no censor, mas ao desvelamento das causas ou, melhor dizendo, motivações da significação como da avaliação.

E se o também chamado “veredicto” do recensor se assemelha, no seu estatuto discursivo, ao da sentença, esta, como a recensão crítica, está obrigada a explicitar as suas motivações sem que por isso se possa falar de uma sua maior ou menor veracidade mas antes da sua diferenciada (in)correção cujo grau de intensidade se mede sobretudo pelo do assentimento que o leitorado lhe outorga.

A sua orto-doxia, ou correção opinativa, dita-se não a partir de uma instância de poder corrector mas antes a partir de onde o seu acolhimento é feito com maior ou menor intensidade, ou seja o auditório constituído pelos seus leitores.

O recenseador jornalístico, isto é, o autor da recensão crítica publicada no jornal, encontra-se quase sempre limitado a um filme a ser estreado no momento, sobre o qual não há grande distanciamento crítico e dela é sobretudo esperada, tanto por

<sup>5</sup> *Idem*, p. 4.

parte da organização jornalística que a publica como do possível espectador que o lê — uma certa utilidade que consiste em determinar se a acção de ir ver o filme merece uma decisão positiva ou negativa.

O recenseador tem a preeminência e o poder (de influência) de um saber prévio, o que se manifesta muitas vezes pelo facto de a opinião publicada pelo crítico na sua recensão vir a ser adoptada, como se sua fosse, pelo público que a lê e ao filme se decide a ir ver.

Contrariamente ao público (de cinema), o crítico, autor da recensão, pode não ter sido condicionado por, ou submetido à influência de, uma anterior opinião, o que nem sempre será inteiramente verdade, como se sabe.

Dentro do campo jornalístico são bem diferenciadas as características da “recensão crítica” relativamente aos outros possíveis géneros jornalísticos quais sejam, por exemplo, a entrevista, a crónica, o editorial, a notícia, o que não quer obviamente dizer em qualquer deles, na sua diversidade, não se venha a falar de cinema.

A questão tem nomeadamente a ver com o teor persuasivo, de maior ou menos intensidade, em cada caso.

Parece claro que o editorial terá em comum com a recensão crítica uma semelhante intensidade ou intenção persuasiva por parte do seu autor. É de uma situação eminentemente retórica que se trata uma vez que, pela escrita, se procura convencer outrem de algo.

Já diferente — e no pólo oposto da intensidade argumentativa — a notícia se diferencia totalmente da recensão uma vez que aquela se destina, pelo menos segundo a melhor teoria, a relatar factos e acontecimentos o mais perto possível dos parâmetros de objectividade que a profissão manda. Não há na notícia uma intenção persuasiva porque nela também não deverá haver nem juízos de valor (remetidos para o artigo de opinião ou o editorial) nem a interpretação que terá o seu lugar apropriado numa outra secção do jornal e no âmbito de outros géneros jornalísticos. O da crítica, por exemplo.

A filosofia analítica, mais precisamente, a filosofia analítica da linguagem corrente (ordinary language) veio chamar a atenção para uma questão fundamental: o uso diverso que da linguagem fazemos.

No dizer de autores que nessa corrente se integram, começando por Wittgenstein, muitos dos problemas filosóficos têm a sua origem em confusões praticadas ao nível dos usos da linguagem corrente.

Sem pretender ver aqui um problema propriamente filosófico, convirá, no nosso âmbito, clarificar pelo menos alguns dos usos correntes da palavra *crítica*.

Um uso corrente, mas que aqui gostaríamos de evitar, do termo “crítica” e muito especialmente da sua forma verbal “criticar”, é o que a equipara a uma acção agressiva, à maneira do “maldizer” (como nas cantigas de escárnio e maldizer).

Não é nesta acepção que aqui se usa o termo “crítica.” Enquanto género jornalístico, a crítica de cinema (*film criticism*) em geral, e em especial a forma “recensão crítica” (*film review*), não se usam à maneira ou na acepção do escárnio e maldizer.

*Crítica* encontra o seu uso aqui referenciado à raiz grega onde a forma verbal *kri-nein* significa *separar*, como quem, na expressão corrente, “separa o trigo do joio.”

Criticar significa portanto separar. Separar o que presta do que não presta, seja isso entendido no sentido ético-moral ou estético que é o que aqui nos ocupa.

Sabemos, no entanto, que nem só nos juízos de valor se cumpre a crítica. Também a *interpretação* faz parte do que se lhe pede e dela se espera, como na já citada frase da personagem Lisa em *Rear Window*.

A crítica, entendida no sentido tradicional de um discurso cuja intenção é a que encontramos no falar antigo de escárnio e maldizer, tem uma dimensão censurante que não parece poder estar em causa, pelo menos de maneira tão premente, no exercício da crítica como interpretação e mesmo avaliação estética.

Como anteriormente se disse, a distinção pode passar entre uma crítica centrada sobre a obra em si, o seu significado e o seu valor, por um lado, e o acto censurante, por outro, que se preocupa sobretudo com as consequências da obra, estabelecendo uma relação de sucessão ou causalidade entre esta e os seus supostos efeitos deletérios seja ao nível moral, social, ou político.

A censura, na sua versão mais historicamente visível, encontra legitimação na defesa de “valores morais”, ou na protecção da acção social na “defesa do Estado”; relativamente a ameaças a que supostamente a sociedade e os indivíduos estariam submetidos em consequência da sua exposição aos efeitos deletérios da obra de arte “degenerada” ou “subversiva”.

A censura arroga-se também a função protectora dos seus súbditos, os que sob a sua protecção foram colocados, relativamente aos “perigos” ou “agressões” que possam advir em consequência das obras de arte.

A postura crítica é, sob este aspecto, bem distinta. Não se trata de proteger relativamente aos seus efeitos mas de entender a obra em si, na sua significação e no seu valor provável em termos estéticos sopesáveis.

Retomando a distinção anterior entre “recensão crítica” e “ensaio crítico”, recordemos que várias características são comuns: a função crítica essencial – nas duas dimensões da interpretação e da avaliação – mantém-se. Embora a divergência seja igualmente de assinalar.

Antes do mais os dois géneros divergem no que à temporalidade diz respeito. Enquanto um, a recensão, é constrangido pelas datas das estreias e pela urgência de uma publicação atempada, o outro, o ensaio, já se não encontra tão dominado por constrangimentos temporais.

No ensaio crítico, ao escritor como ao leitor deparam-se-lhes obras em princípio já conhecidas e porventura revisitáveis muito para além do que noutros casos não passa de um consumo momentâneo e logo resvalando no plano inclinado do esquecimento rápido.

E não é só o tempo que é escasso para a recensão. O espaço também. Nele têm de caber o que não passa de uma “primeira impressão” ainda sem aquele distanciamento crítico que só no ensaio virá a ser permitido.

Em inglês, segundo Bywater & Sobchak<sup>6</sup> a distinção é possível entre o “reviewer” e o “critic”, palavras que nem sempre encontram em português um equivalente corrente. Sobretudo porque no campo jornalístico a palavra “recenseur” não se usa, em proveito de “crítico” que é o termo quase sempre usado.

Inadequadamente porque, como o sublinham Bywater & Sobchak<sup>7</sup> aos recenseadores pouco mais tempo e espaço restam do que aquele que permita elaborar uma curta sinopse, algumas considerações sobre as circunstâncias produtivas ou sobre o valor de entretenimento do filme e pouco mais.

Quando o tempo da publicação se alarga ao hebdomadário ou, mais ainda, à publicação mensal, aí o distanciamento crítico adquire um outro fôlego analítico, nomeadamente, que se pode também vir a deslocar a atenção da singularidade de uma obra acabada de estrear à consideração mais lata de um autor, um género, uma época ou mesmo uma problemática determinada.

É claro que quando se está aqui a escrever “recenseur” ou “crítico” se referem funções e não pessoas, uma vez que um indivíduo que exerça a função de recenseur jornalístico em certo momento, pode muito bem, em diferentes circunstâncias exercer a função de “crítico” propriamente dito.

No caso americano, e muito provavelmente no português também, o que os jornais reportavam acerca do cinema tinha mais o estatuto de notícia, género jornalístico bem diferente da crítica e até, em certos aspectos, o seu oposto, que se referia a acontecimentos.

Ainda hoje, aliás, muito do que se reporta em jornais sobre cinema tem esse cariz noticioso que radicalmente o distingue da crítica e isso em termos fundamentalmente retóricos. O que no discurso é eminentemente persuasivo uma vez que esse tipo de discurso jornalístico — tal como, aliás, o editorial ou o artigo de opinião — se destina a convencer outrem de alguma coisa, no caso do género “notícia” é precisamente aquilo que se tem de evitar uma vez que esta se destina a reportar factos, acontecimentos, evitando não só as interpretações como as avaliações. É esta, pelo menos, a teoria.

O ensaio, de uma maneira geral, define e explora teoricamente uma problemática que encontra numa eventual diversidade fílmica os seus pontos de ancoragem ao real cinematográfico.

Por outro lado, é também no género ensaio crítico que a problemática fílmica encontra um tratamento e uma confrontação com o que teoricamente lhe é externo, isto é o campo teórico a que de uma maneira geral se chama “humanidades” e que engloba perspectivas particulares próprias das disciplinas históricas, sociológicas, antropológicas, semiológicas, psicanalíticas ou psicológicas.

Qualquer uma destas abordagens críticas do fenómeno fílmico insere o objecto artístico num contexto que lhe dá a significação ou que ele faz significar. Mesmo a

<sup>6</sup> *Idem*, p. 5.

<sup>7</sup> *Id. Ibid.*

questão da avaliação se poderá pôr em relação ao que a obra transcende valorativamente. Isto é, valores manifestamente radicados em contextos políticos, por exemplo, podem e foram invocados para submeter a obra fílmica a juízo crítico.

Ambos os géneros da crítica de cinema – a recensão e o ensaio – desempenham no seu início, quer dizer essencialmente os princípios do século XX, um papel fulcral na elevação do cinema à sua consideração como arte, a par do teatro, da pintura ou da literatura.

A crítica começa certamente por esse desempenho fundador não propriamente de uma arte – atribuível, essa acção, a nomes como Griffith, Eisenstein e outros – mas do seu reconhecimento como tal perante um público que igualmente ajudou a construir.

É claro que o ensaio crítico terá um público não inteiramente coincidente com o da recensão, nem as suas ambições são as mesmas. Mesmo assim, por diversificados que sejam, não deixam de contribuir para essa primordial sagração artística de uma nova arte.

No caso americano, o começo deu-se pela recensão crítica de filmes individualmente considerados, tendo a crítica rapidamente alcançado um estatuto de influência que lhe adveio do progressivo reconhecimento, ao próprio crítico, de uma credibilidade a que o seu *ethos* correspondia.

Em suma, o cinema torna-se uma arte a partir do momento em que é objecto de um discurso crítico – recenseador ou ensaístico – e, simultaneamente, a crítica torna-se possível, e até exigida, a partir do momento em que o cinema é reconhecido como arte, ou melhor dizendo, no progressivo movimento de reconhecimento artístico do cinema.

O crítico como personalidade vai-se tornando uma dimensão importante do dispositivo cinematográfico, sobretudo a partir do momento em que este se torna um meio de comunicação de massas.

A figura do crítico ficará essencialmente dependente, perante o público, do seu *ethos*. Este mede-se sobretudo em termos de fiabilidade, credibilidade quanto às suas escolhas e valorações perante um público que de algum modo o julga também.

O crítico será “alguém em quem a audiência pode confiar, alguém com gosto e capacidade de julgar.”<sup>8</sup>

<sup>8</sup> Bywater & Sobchak, *Idem*, p. 8.



## Literaturas emergentes, Pós-colonialismo e Barroco

Vítor Aguiar e Silva\*

Como caracterizar uma *literatura emergente*? O que são as *literaturas emergentes*?

Partindo do pressuposto – problemático ou questionável, embora – de que se pode entender a literatura como um conjunto de práticas discursivas e comunicativas dotadas de uma lógica enunciativa peculiar e com uma inscrição social e cultural próprias e, conseqüentemente, como um *corpus* de textos, orais e/ou escritos, com características formais, semânticas e pragmáticas distintivas, e tendo em consideração o significado de “emergente”, ou seja, que “sai de”, que “vem à superfície”, que “se mostra”, que “se manifesta de modo visível” e que, portanto, “ganha relevância”, uma *literatura emergente*, em sentido amplo, será um conjunto de práticas discursivas e comunicativas e um *corpus* textual que, numa memória literária existente, instituem uma diferença assinalável, ou mesmo substantiva, em relação a práticas discursivas e comunicativas e a *corpora* textuais anteriores.

Deste sentido amplo pode-se caminhar para sentidos mais restritos e tecnicamente mais precisos, como propõem, por exemplo, Bill Ashcroft, Gareth Griffiths e Helen Tiffin, na introdução à sua conhecida obra *The Empire writes back. Theory and practice in post-colonial literature* (London, Routledge, 1989, p. 3): “O que estas literaturas têm em comum, para além de especificidades regionais, é terem emergido, na sua forma presente, da colonização e terem-se afirmado colocando o acento na tensão com o poder colonial e insistindo nas suas diferenças em relação às normas do centro imperial”. Nesta perspectiva, a emergência de uma literatura constitui um fenómeno especificamente contextualizado no tempo e no espaço e inscrito na lógica e na dinâmica dos poderes político, social e cultural, pois que se produz em tensão ou em conflito com as normas, as prescrições e os interesses de um centro imperial e do poder colonial representado por esse centro. Por outras palavras, nesta perspectiva as literaturas emergentes são um fenómeno *pós – colonial*, com hífen, porque cronologicamente acontecem depois do facto histórico do colonialismo e depois do facto histórico da descolonização, e são um fenómeno *poscolonial*, sem hífen, porque não são apenas uma consequência do colonialismo e uma resposta por escrito à servidão imposta pelo colonialismo, mas também a representação discursiva de novas experiências e aspirações humanas, sociais e culturais, geradas e alimentadas pela osmose e pelo hibridismo das culturas autóctones com a cultura da metrópole imperial e colonizadora.

Este conceito técnico, restritivamente *pós-colonial*, com hífen, e *poscolonial*, sem hífen, de *literaturas emergentes* cabe num conceito mais extensivo, mas também téc-

\* Universidade do Minho.

nico, como o que foi formulado, desde 1977, por investigadores do “Centre de recherche sur l'émergence de nouvelles littératures, de nouvelles formes d'art, d'expression et de communication” da Universidade de Limoges e que o Professor Jean-Marie Grassin explicitou do seguinte modo: “Na história literária, emergência designa um conjunto de fenómenos culturais, linguísticos, políticos, ideológicos e sociais, mediante os quais distintivos corpos de textos, novas sensibilidades, novas formas de arte, expressão e comunicação, integram o campo da literatura moderna numa situação dialéctica de continuidade e ruptura, com o fim de afirmar uma identidade, uma consciência, uma condição longamente reprimida, definida ou redefinida de novo, um estilo de vida original, daí resultando um recentramento da visão do mundo na comunidade e proporcionando reconhecimento à sua cultura”.<sup>1</sup>

Semelhante caracterização inscreve o fenómeno das literaturas emergentes no processo histórico do sistema literário, desde a sua constituição e a sua dinâmica regulada até à sua ruptura, correlaciona o fenómeno literário com outras “séries” (no sentido técnico que este termo tem no Formalismo russo) de fenómenos sociais e culturais e estabelece uma relação primordial, fundacional, quer no plano da produção, quer no plano da recepção, entre uma literatura e uma comunidade social, cultural e política. Dada a sua amplitude e a sua flexibilidade, este conceito de literatura emergente, como o próprio Professor Grassin sublinha, pode ser utilizado para descrever e explicar, por exemplo, as transformações das literaturas europeias do Renascimento, embora a sua aplicação seja sobretudo adequada e rendível em relação às literaturas nacionais, regionais e étnicas, que se constituíram e desenvolveram ao longo dos séculos XIX e XX, em correlação com processos de independência política, de autonomização linguística e cultural e de descolonização — processos de que essas mesmas literaturas foram ao mesmo tempo agentes e efeitos.

Ao longo da história, têm actuado no fenómeno da emergência das literaturas factores variáveis, oriundos sobretudo do campo filosófico-político e do campo ideológico, sem o conhecimento dos quais não se alcançará a inteligibilidade de muitas inovações, mudanças e rupturas ocorridas no campo literário. O Romantismo, por exemplo, com os conceitos filosófico-políticos de nação, de nacionalidade e de nacionalismo, introduziu no campo literário factores dinamogénicos novos, que alteraram a regulação do polissistema literário.

Os factores inter-sistémicos e extra-sistémicos, porém, como os Formalistas russos e os Estruturalistas checos explicaram, não actuam directa e mecanicamente no sistema literário, tornando-se necessário inscrevê-los na autonomia relativa, na auto-organização e na complexidade do sistema. Como escreve Niklas Luhmann, ao analisar a evolução dos sistemas artísticos, a evolução “é uma forma de mudança estrutural que produz e reproduz as suas próprias pré-condições”.<sup>2</sup> Por outras palavras, as mudanças dependem também da lógica interna, da funcionalidade própria

<sup>1</sup> Jean-Marie Grassin, “The problematics of emergence in comparative literary history”, *Littératures émergentes / Emerging literatures*, Bern, Peter Lang, 1996, p.9.

<sup>2</sup> Niklas Luhmann, *Art as a social system*, Stanford, Stanford University Press, 2000, p.158.

e da memória do sistema, que são mecanismos de selecção e de modelização semiótica dos *realia* e dos factores de evolução provenientes do exterior do sistema. Até os elementos caógenos que penetram no sistema provenientes de um meio marcado por elevada turbulência, só serão produtivos, e não apenas entrópicos, fracturantes ou destrutivos, se se integrarem na auto-organização do sistema. Este é dotado, aliás, de um grau elevado de *resiliência*, como ficou demonstrado com a “revolução” das vanguardas estético-literárias.

A análise do fenómeno das literaturas emergentes, no sentido amplo e no sentido restrito atrás referidos, tem de ser historicamente parametrizada, porque neste fenómeno actuam e interferem factores de natureza diversa, tanto no plano literário como no plano extraliterário. As literaturas europeias do Renascimento, que podem ser analisadas como literaturas emergentes, segundo propôs Jean-Marie Grassin e corroborou Claudio Guillén,<sup>3</sup> desenvolveram-se num contexto literário, cultural, social e político muito diferente daquele em que se inseriram as literaturas pós-coloniais latino-americanas nas primeiras décadas do século XIX e as literaturas pós-coloniais que emergiram, no chamado “terceiro mundo”, após a segunda guerra mundial. A memória e a dinâmica dos sistemas literários eram muito diferentes nas três situações, tal como eram muito diferentes os factores ideológico-políticos, culturais e sociais que condicionavam e orientavam a mudança literária.

A génese e o desenvolvimento das literaturas emergentes dependem por conseguinte de factores históricos extra-sistémicos e de factores pertencentes ao próprio sistema literário, considerado este na sua dimensão nacional ou na sua dimensão transnacional (como no caso das chamadas *comunidades interliterárias*). Os factores imanentes ao sistema literário – repertórios, códigos, modelos canónicos, etc. — podem ser alterados variavelmente sob pressão daqueles factores externos, reagindo como hospedeiros benévolos, cooperantes ou submissos em relação a estes, ou podem transformar-se inovadoramente segundo as lógicas autónomas da *inventio* e da *dispositio* das formas literárias ou podem manifestar uma resistência mais ou menos tenaz à mudança, traduzindo estratégias e opções de autores e leitores de tipo misoneísta ou xenológico (conflitos entre “antigos” e “modernos”, entre *avant-gardes* e *arrière-gardes*, etc.).

Nesta dialéctica da tradição e da inovação desempenham papel relevante aqueles factores do sistema literário que designarei por *códigos de representação*, isto é, o conjunto de modalidades, de normas e de modelos discursivos que regulam os processos mediante os quais os textos literários produzem, constroem, descrevem, evocam, tornam *presente* aos leitores um universo ficcional, de natureza mimética, realista, factográfica, idílica, fantástica, etc. Estes códigos regulam tanto a *forma externa*, a *forma da expressão* – léxico, estilemas, estruturas retórico-argumentativas, arquitecturas modais e genológicas, etc., — como a *forma interior*, a *forma do*

<sup>3</sup> Claudio Guillén, “Mundos en formación: los comienzos de las literaturas nacionales”, *Múltiples moradas. Ensayo de literatura comparada*, Barcelona, Tusquets Editores, 1998, pp.299-335.

*conteúdo* – macroestrutura temático-semântica, componentes mítico-simbólicos, imitação da natureza, *ethos* das personagens, expressão da subjectividade, da experiência vital e vivencial, etc.

Nos séculos XVI, XVII e XVIII, quando a Espanha e Portugal colonizaram a América latina, criando dois grandes impérios que perdurariam até às primeiras décadas do século XIX e que deram origem a numerosas literaturas nacionais emergentes de língua espanhola e a uma literatura nacional emergente de língua portuguesa, dois grandes códigos de representação dominavam as literaturas europeias: o código de representação do Classicismo e o código de representação do Barroco.

Entendo por Classicismo uma poética que teve as suas origens no Renascimento italiano, que se difundiu no século XVI nas diversas literaturas europeias, que alcançou a sua formulação mais orgânica e depurada no Classicismo francês e que perdurou epigonalmente, num contexto cultural iluminista, no Neoclassicismo setecentista. Os códigos de representação vigentes na poética do Classicismo caracterizam-se por uma forte impositividade sistemática, uma validade universal, incólume a variações de tempo e de espaço, uma utilização de estruturas modais e genológicas sem hibridismos, uma estrita obediência a modelos canónicos bem definidos e uma racionalidade vigilante que elidia ou rasurava, em nome do universal, do verosímil e das “conveniências” (*bienséances*), a inscrição no texto literário de elementos de ordem pessoal, local, regional, exótica ou marginal. Pela sua lógica sistémica profunda, os códigos de representação do Classicismo dificultavam e no limite vedavam, sob o ponto de vista formal, retórico-estilístico, sob o ponto de vista semântico-pragmático e sob o ponto de vista intertextual, a manifestação das mudanças, das inovações e das rupturas que poderiam originar e configurar uma literatura emergente, em conformidade com a definição extensiva atrás formulada.

Em contrapartida, os códigos de representação vigentes no Barroco – e entendo o Barroco como um estilo de época, com uma poética historicamente situada e contextualizada, que sucedeu ao Maneirismo e que coexistiu, nalgumas literaturas europeias, com o Classicismo de raiz renascentista — caracterizam-se por uma dinâmica criadora refractária a regras, por uma imaginação morfogenética que se deleita com a proliferação e o excesso luxuriante das formas, por uma sensorialidade vibrátil que avidamente capta o local, o regional, o telúrico e o exótico, pela utilização de estruturas modais e genológicas híbridas, pela valorização do marginal, do *ex-cêntrico* e do *a-normal*. Os códigos de representação da poética barroca, por conseguinte, possibilitavam e incentivavam uma *poética da diversidade*, no sentido que a esta expressão atribui Édouard Glissant, isto é, uma *poética da relação*, aberta ao diálogo com a multiplicidade das culturas, dos espaços geográficos e dos espaços mítico-simbólicos. Como sublinha Glissant, quando “o barroco franqueou os oceanos e chegou à América Latina, os anjos e as virgens tingiram-se de negro, Jesus Cristo aparecia como um índio [...] . A criouliização é sempre barroca”, conclui o poeta e filósofo caribenho.<sup>4</sup>

<sup>4</sup> Édouard Glissant, *Introducción a una poética de lo diverso*, Barcelona, Ediciones del Bronce, 2002, pp.52-53.

Diferentemente da raiz única, atávica e verticalmente identitária, característica da poética do Classicismo, a qual provoca o definhamento de quanto lhe é estranho, o rizoma da poética barroca busca a relação com outras raízes, incorpora a diferença, alimenta expressões artísticas “compostas” e polivocais. São tão congeniais o Barroco e a paisagem telúrica e humana da América latina, que “nuestro señor barroco”, nas palavras visionárias e orgulhosas de Lezama Lima, “entre nosotros [...] fue un arte de la contraconquista”, de tal modo que o barroco dos séculos XVII e XVIII se metamorfoseou, numa fulguração mágica, no Neobarroco contemporâneo. Em suma, os códigos de representação da poética barroca possibilitavam, incentivavam e legitimavam as inovações, as mudanças e as rupturas que configuravam uma *literatura emergente*.

À luz desta analítica semiótico-representacional, ganha consistência a hipótese – ou a tese – daqueles investigadores que, como Afrânio Coutinho (1911-2000) propugnam que a literatura brasileira se diferencia da literatura portuguesa, se torna uma *literatura emergente*, com o Barroco, já no século XVII (falar da sua autonomização, neste contexto epocal, como literatura nacional seria um anacronismo que só geraria confusões). Afrânio Coutinho, pioneiro dos estudos sobre o Barroco no espaço linguístico-cultural luso-brasileiro, com o seu livro *Aspectos da literatura barroca* (1950), defendeu esta tese em diversas obras – *Introdução à literatura no Brasil* (1959), *Conceito de literatura no Brasil* (1960), *A tradição afortunada* (1968) e *O processo de descolonização brasileira* (1983) – e, segundo julgo, deu-lhe uma derradeira formulação no ensaio intitulado “O Barroco e a mestiçagem americana”, vindo à luz em 1993.<sup>5</sup>

Ao fazer o balanço das suas próprias investigações e dos trabalhos sobre esta matéria de outros investigadores, escreveu nesse ensaio Afrânio Coutinho: “Com as figuras literárias e obras do período, vistas segundo a nova óptica decorrente da aplicação do conceito de Barroco, ficou nítido o carácter “brasileiro” daquela produção, diferentemente da teoria até então dominante, segundo a qual eram simples ramos da portuguesa” (p.32).

Esta tese, à qual se contrapõe a tese histórico-literária e histórico-sociológica defendida, entre outros investigadores, por António Cândido na sua grande obra *A formação da literatura brasileira* (1.ª ed., 1959), segundo a qual a literatura brasileira se terá autonomizado quando passaram a existir condições institucionais necessárias e suficientes, quer no respeitante aos criadores literários, quer no respeitante aos leitores, quer no respeitante aos mecanismos transmissores que conectam criadores e leitores – condições estas que se verificariam a partir da segunda metade do século XVIII —, foi redutoramente classificada por Pierre Rivas como tese ou teoria *telúrica*, restringindo o seu alcance à influência nos textos literários do meio físico e social e do entorno colonial (a fauna, a flora, as montanhas, os indígenas, os padrões de vida social, etc.).<sup>6</sup>

<sup>5</sup> O ensaio de Afrânio Coutinho está publicado no volume *Estudos universitários de língua e literatura. Homenagem ao Prof. Dr. Leodegário A. de Azevedo Filho*, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1993.

<sup>6</sup> Pierre Rivas, “Emergence et différenciation des littératures sous dépendence: Quelques propositions théoriques”, *Littératures émergentes / Emerging literatures*, pp.183-186.

Classificar e caracterizar esta tese como “telúrica”, identificando o seu conteúdo e o seu significado com os conceitos e os significados menores de literatura regional, exotismo literário e cor local, equivale a desconhecer, elidir ou rasurar os mecanismos semiogenéticos que possibilitam inscrever no texto literário, na textualidade literária, a matéria e as formas telúricas, os *realia* da paisagem, da fauna e da flora, as peculiaridades dos homens e dos grupos sociais, as marcas distintivas do léxico, da morfologia, da sintaxe e da semântica que crioulizam a língua da metrópole. São os mecanismos semiogenéticos dos códigos de representação da poética barroca que possibilitam a *ecogênese*, a territorialização e por conseguinte a crioulização do discurso literário, dos textos literários e dos seus universos imaginários. Com o Barroco, a geografia física e humana, o território e o génio do lugar desempenham na representação literária uma função central, mesmo quando as estruturas retórico-estilísticas, as metáforas, as alegorias, as analogias, as hipóboles, os oximoros, etc., metamorfoseiam desrealizadamente a geografia e o lugar. A periferia apropria-se dos códigos linguísticos e estético-literários da metrópole para com eles construir a sua diferença e afirmar a sua identidade, num sincretismo discursivo que demarca um espaço literário próprio e autónomo, que resiste e se contrapõe à homogeneização autoritária da semiose colonial. As literaturas emergentes do Barroco brasileiro e do Barroco hispano-americano não são literaturas *exófonas* ou, melhor, *exográficas* em relação às respectivas metrópoles, mas são literaturas profundamente *transculturais*. A *reinscrição* do discurso poético de Góngora no discurso poético de Sor Juana Inés de la Cruz e a *reinscrição* do discurso satírico de Quevedo no discurso satírico de Gregório de Matos enraízam-se num diálogo poliglótico e interdiscursivo, de translação de signos e de referentes, que teve nos jesuítas das colónias latino-americanas um poderoso agente doutrinal.

Por isso mesmo, o texto barroco latino-americano requer uma leitura e uma hermenêutica diatópicas ou pluritópicas, com capacidade para explicar e interpretar os processos de transculturação que actuam na sua génese. O nascimento da literatura emergente brasileira radica nestes processos de semiose e de mimese, nas suas dimensões linguísticas, poéticas e antropológicas, não sendo explicável por modelos hegelianos ou positivistas da historicidade e ainda menos, sob pena de brutal anacronismo, pelos ideais e mitos românticos e pós-românticos da nação e do espírito nacional. O processo de emergência das literaturas latino-americanas barrocas culminará com a constituição das correlativas literaturas nacionais, após a independência política alcançada pelas diversas nações, mas a relevância fundacional do Barroco em toda esta evolução tem de ser reconhecida e evidenciada. Razão teve Haroldo de Campos ao falar de “sequestro do barroco”, a propósito da tese de António Cândido sobre a formação da literatura brasileira, exposta na sua obra, atrás citada, *A formação da literatura brasileira*.<sup>7</sup> Tem razão António Cândido, dentro da

<sup>7</sup> Vide Haroldo de Campos, *O sequestro do barroco na formação da literatura brasileira: O caso Gregório de Matos*, Salvador, Fundação Casa de Jorge Amado, 1989.

lógica histórico-literária e sociológico-literária que informa a sua investigação e a sua análise; tem razão Haroldo de Campos, na sua visão não historicista, ao caracterizar a emergência da literatura brasileira como um “salto vertiginoso” (*Ursprung*, para dizê-lo com Walter Benjamin), possibilitado pelo Barroco (no qual Haroldo de Campos realça o legado do *maneirismo* de Camões).<sup>8</sup>

O Neobarroco do século XX, tal como teorizado e praticado por poetas e romancistas como Lezama Lima, Alejo Carpentier, Severo Sarduy, Guimarães Rosa, Haroldo de Campos, etc., é um *projecto* – e não um regresso ou um epigónico revivalismo – que se alimenta dessa fonte primordial do Barroco e que incessantemente se metamorfoseia e se reinventa, explorando a dinâmica da *poética da relação* que o Barroco é, desvelando os prodígios do real maravilhoso, fantástico e mágico, explodindo em apoteoses de formas lúdicas e festivas, subvertendo códigos, carnalizando discursos, parodiando textos, espectralizando referentes.<sup>9</sup>

Se a tese de Afrânio Coutinho, partilhada por outros investigadores latino-americanos, sobre a emergência da literatura brasileira, se afigura consistente sob o ponto de vista estético-literário e teórico-literário, sem ignorar os factores sociais, ideológicos e políticos envolvidos em todo este processo de emergência e autonomização,<sup>10</sup> fundamentando e explicando congruentemente, em termos de semiose literária, as inovações, as alteridades, as adaptações e as hibridações que se manifestam nos discursos produzidos no Brasil colonial, já o mesmo não se poderá dizer dos pressupostos histórico-literários e comparatistas em que assenta a tese.

Afrânio Coutinho aceita como uma evidência que, no Brasil como em toda a América hispânica, o Barroco é uma estética e uma arte que as colónias importam dos seus centros metropolitanos,<sup>11</sup> mas, impelido por uma notória hostilidade a Portugal, à cultura e à literatura portuguesas, postula como matriz da literatura barroca brasileira a literatura barroca espanhola, com o argumento radicalista, não validado por quaisquer ordens de razões, de que o Barroco é espanhol e de que “o Barroco passou

<sup>8</sup> Cf. Haroldo de Campos, “Barroco literario brasileño”, P. Aullón de Haro (ed.), *Barroco*, Madrid, Editorial Verbum, 2004, p. 1109.

<sup>9</sup> O conceito de Neobarroco, como herança e reinvenção antropológica, estética e estilística do Barroco na modernidade tardia do século XX, foi elaborado sobretudo por três grandes escritores cubanos: Alejo Carpentier, José Lezama Lima e Severo Sarduy. A estes autores, deve-se juntar o nome do poeta brasileiro Haroldo de Campos. E mais recuado no tempo, como genial criador neobarroco, avulta Jorge Luis Borges. Sobre o conceito de Neobarroco nas literaturas latino-americanas, vide: Irlemar Chiampi, *Barroco y modernidad*, México, Fondo de Cultura Económica, 2000; Petra Schumm (ed.), *Barrocos y modernos. Nuevos caminos en la investigación del Barroco iberoamericano*, Frankfurt am Main-Madrid, Vervuert-Iberoamericana, 1998.

<sup>10</sup> O reconhecimento da mestiçagem e da crioulação propiciadas pelo Barroco no plano cultural e artístico não impede Afrânio Coutinho de ver as tensões e os conflitos originados pelo domínio colonial: “Na América, especialmente no Brasil, o processo anticolonial, ou de descolonização intelectual, teve continuidade desde o início. Entre nós, ele deu lugar a uma “tradição afortunada”, rica e intensa. À literatura coube a maior parte na luta. E hoje em dia, desde o Romantismo, ela contém um núcleo de pensamento crítico e de reflexão consciente, após um longo período de instinto nativista, mantido na sujeição pela mão colonizadora” (cf. “O Barroco e a mestiçagem americana”, p. 40).

<sup>11</sup> Esta evidência é rasurada por Alejo Carpentier, que leva a cabo a ontologização a-histórica, portanto pré-colombina e pré-colonial, do Barroco americano (cf. A. Carpentier, “El barroco y lo real maravilloso”, *Razón de ser*, Caracas, Universidad Central de Venezuela, 1976).

por cima de Portugal, que lhe ficou praticamente indiferente e imune, nas artes e nas letras, fiel ao manuelino e ao Renascentismo [...].E passou por cima de Portugal, indo pela mão dos jesuítas instalar-se nos páramos americanos. Praticamente, o Barroco chegou às plagas americanas logo surgido Góngora, o grande poeta cordobês, que foi o primeiro a transplantar-se carregando consigo as fórmulas e o pensamento, a princípio chamado gongorismo, e hoje crismado Barroco”.<sup>12</sup> Quer dizer, Afrânio Coutinho, a fim de cortar qualquer relação orgânica da emergente literatura barroca brasileira com a literatura da potência colonizadora, denega simples e radicalmente a existência do Barroco nas artes e nas letras de Portugal.

Ora, independentemente de se discutir e analisar até que ponto a literatura barroca portuguesa é fruto da influência espanhola, em particular da influência de Góngora – como procurou demonstrar, a meu ver com múltiplas distorções histórico-literárias, José Ares Montes —<sup>13</sup>, nenhum historiador da literatura, nenhum investigador da literatura comparada, nenhum historiador da arte, nenhum historiador da cultura, seja português, seja estrangeiro, encontrou razões de qualquer ordem para afirmar – e muito menos para demonstrar —, que, nas letras e nas artes, Portugal ficou imune e indiferente ao Barroco ou, dito mais expeditiva e drasticamente, que não existe um Barroco português. É totalmente errónea – e até risível – a afirmação de Afrânio Coutinho segundo a qual, ao longo da segunda metade do século XVI e ao longo do século XVII, as artes e as letras em Portugal se teriam mantido fiéis ao manuelino e ao Renascimento! O facto de alguns historiadores, como Fidelino de Figueiredo, considerarem como “clássica” a literatura portuguesa dos séculos XVI a XVIII só significa a inexactidão e a incongruência da análise periodológica e da respectiva terminologia efectuada por esses historiadores. Sem desconhecer ou denegar a relevante influência espanhola no Barroco artístico e literário português, é indispensável ter presente a influência e a presença de Camões na poesia e na poética barrocas espanholas, a começar por Góngora.<sup>14</sup>

Portugal indiferente e imune ao Barroco!... Bem pelo contrário, diversas e sólidas investigações têm demonstrado que, na poesia, na arquitectura e nas artes plásticas, o Barroco se enraizou tão profundamente na sensibilidade e no imaginário dos portugueses que foi cultivado até aos fins do século XVIII e inícios do século XIX, sobrevivendo ao Neoclacisismo racionalista, burguês e pombalino da Arcádia Lusitana e tendo vindo a mesclar-se com alguns filões estilísticos e temáticos do Pré-Romantismo, como revela a obra poética de João Xavier de Matos. Não é evacuando o Barroco da história da arte e da história da literatura portuguesas que se clarifica a génese e o desenvolvimento da emergente literatura barroca brasileira.

Braga, Março de 2009

<sup>12</sup> Afrânio Coutinho, *op. cit.*, p.45.

<sup>13</sup> Cf. José Ares Montes, *Góngora y la poesia portuguesa del siglo XVII*, Madrid, Editorial Gredos, 1956.

<sup>14</sup> Vide Vítor Aguiar e Silva, “Camões e a comunidade interliterária luso-castelhana nos séculos XVI e XVII (1572-1648)”, *A lira dourada e a tuba canora: Novos ensaios camonianos*, Lisboa, Livros Cotovia, 2008.

## Sobre a comunicação, Aníbal Alves

Zara Pinto-Coelho\*

*“A vida, no que tem de melhor, é um processo que flui, que se altera e onde nada está fixado” (Carl Rogers, 1985: 38).*

*“Este processo implica a expansão e a maturação de todas as potencialidades de uma pessoa. Implica a coragem de ser. Significa que se mergulha em cheio na corrente da vida. E, no entanto, o que há de mais profundamente apaixonante em relação aos seres humanos é que, quando o indivíduo se torna interiormente livre, escolhe esta “vida plena” como processo de transformação” (Carl Rogers, 1985:174).*

Li pela primeira vez esta obra em 1987, dois anos depois de ter passado de aluna para companheira de trabalho do professor Aníbal. Na altura, foi a partir de mim que a li. Hoje, ela faz sentido no quadro da minha experiência com o professor Aníbal, e em particular no modo como fui experienciando a minha vivência da pessoa em causa. Desta imensa infinidade, apraz-me sublinhar a aprendizagem sobre a comunicação e o ensino, que ancorei agora nestas passagens da sua escrita, e numas quantas palavras minhas.

### A liberdade para ser

“A esta controvérsia se referia o grande inovador da retórica, Chaim Perelman nesta passagem: “toda a actividade espiritual que se situa entre o necessário e o arbitrário só é razoável na medida em que se baseia em argumentos e, eventualmente, em controvérsias que normalmente não conduzem à unanimidade” (Perelman, 1993).

A convergência de Perelman com o nosso autor no interesse pela argumentação não fará esquecer importantes diferenças entre os dois no respeitante à própria concepção da argumentação e à relação desta com a filosofia (Ducrot, 1988: 179).

Sublinhámos a controvérsia na expressão citada porque é, finalmente, sobre o carácter polémico que Ducrot reconhece ao discurso que vamos terminar. É que, para-

\* Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Universidade do Minho. Endereço electrónico: zara@ics.uminho.pt

doxalmente descobrimos nesse traço uma característica que gostaríamos de realçar na relação humana. Com efeito, no debate intersubjetivo que é o discurso, nem as coisas de que se fala, nem os princípios argumentativos invocados para falar delas, têm um estatuto representativo do mundo exterior à linguagem. O que nem por isso põe em causa nem a realidade do mundo nem a influência da linguagem sobre o mundo. O que assim ganha significado e nos apraz sublinhar é que as relações humanas tecidas no discurso não são nem o resultado nem o reflexo de uma realidade prévia e exterior ao discurso. São, antes, devidas, tal como o sentido, à criação dos próprios interlocutores. E é assim que, relacionar-se e/ou fazer sentido — quer criando-o quer interpretando-o — nos aparece como tarefa exigente e delicada, não necessariamente confortável e cujo resultado é incerto. Nem podia ser de outro modo, se aceitarmos que fazer sentido não é sujeição às coisas, mas sim movimento criador e expressão da liberdade, da mesma liberdade que impele o homem a construir a realidade social e, com ela, a sua própria realidade” (Alves, 2000:133-134).

## A casca de cebola

- *Abrir-se ao outro*
- *Colocar a comunicação no seu quadro essencial que é o da relação humana*

“Vindo ao nosso tema: a construção da informação perderia a sua razão de ser se não fosse relacionada com um leitor que a levasse em consideração, que lhe desse sentido. Foi esta partilha de sentido que levou Edward Sapir a definir a própria sociedade em termos de comunicação, ou seja, pela partilha de entendimentos ou significações entre os membros das diferentes unidades organizadas de que é feita a sociedade, “incluindo aquela porção sempre crescente da humanidade que pode ser atingida pela imprensa nas suas diferentes formas” (Denis MCQUAIL1984:6)” (Alves, 1992: 254).

## É em nós que é tudo

“Este realce com que Thayer descreve a realização da comunicação ao nível do sistema psicológico individual, recorda-me a expressão poética de Fernando Pessoa quando também ele sublinhava a unicidade da nossa fonte de acção e de compreensão: “é em nós que é tudo... não é com ilhas do fim do mundo, nem com palmares de sonho ou não, que cura a alma do seu mal profundo... É em nós que é tudo!” (Alves:1992: 255).

## O ensino

*Eu não sou eu nem sou o outro,  
Sou qualquer coisa de intermédio*

Mas, para mim, esta continua a ser a melhor história de todas: ouvi-a há muitos anos, ainda como aluna, contada pelo meu querido amigo, professor Aníbal Alves.

É pena não conseguir reproduzir o som das suas palavras...e dos seus gestos:

“ (... Lee Thayer ...) Esta distinção das competências lembra-me a história do regente da banda que em dado arraial fez prova de as possuir. Foi o caso que a comissão de festas tinha conseguido trazer à aldeia a famigerada banda da Guarda Nacional Republicana, julgando com isso ter ultrapassado em muito o valor da comissão anterior. Chegou-se ao arraial com grande expectativa sobre a actuação da banda. Inicia-se esta com as “Valquírias” e as “Quatro Estações” a que se seguem outros excertos do repertório clássico. O desânimo entre o povo depressa se manifestou e, nos membros da comissão o nervosismo era notório. Neste ambiente tenso, o regente faz uma breve pausa e distribui outras peças musicais: sucedem-se corridinhos e “passos-doble”, marchas e rapsódias. E foi o delírio no público e na comissão. O juiz da festa não se conteve. Sobe ao coreto com a banda em aplauso, e exclama para o regente: “Para cá esses ossos, amigo! Parabéns! E vocês na primeira parte a fingir que não sabiam tocar”.

A anedota ilustra o desempenho da competência tática nos dois tempos. A excelente execução do primeiro tempo não levou ao êxito. Só a visão e compreensão da situação, próprias da competência estratégica, levaram à actuação adequada e, por isso, ao êxito” (Alves, 1992: 258).

## Referências

- Rogers, C. (1985) *Tornar-se Pessoa*, Lisboa: Moraes Editora (*On Becoming a Person*, 1961).
- Alves, Aníbal (1992) “A informação construída”, *Cadernos do Noroeste*, Vol. 5 (1-2), 243-259.
- Alves, Aníbal (2000) “Argumentação e análise do discurso na perspectiva de Oswald Ducrot”, *Revista de Comunicação e Linguagens*, n.º 28, 117-135.







## Ana Maria da Costa Macedo\*

Dos primeiros estudantes de Ciências Sociais da Universidade do Minho

Passaram-se entretanto mais de seis anos sobre a *idade de prata* do Instituto de Ciências Sociais e das suas comemorações, cuja efeméride foi organizada pelo Professor Aníbal Augusto Alves, quando, sendo já então Vice-Reitor da Universidade do Minho, pessoalmente nos convidou a partilhar o testemunho desses tempos pioneiros que ajudou a construir.

As linhas que se seguem são pois a singela homenagem ao nosso amigo e Professor 3A's, como simpaticamente era então entre nós conhecido, que não perdem pela actualidade e que, de algum modo, cumprem uma promessa que as circunstâncias das vidas cheias que levamos só agora permitem dar à estampa. Fica aqui, pois, uma evocação que se reporta ao tempo dos primeiros estudantes do Curso de Formação de Professores em Ciências Sociais do qual o Professor Aníbal Alves é uma grata referência fundadora.

\*\*\*

### A evocação de uma memória

#### **O primeiro 1º ano do curso de formação de professores em Ciências Sociais, corria o ano lectivo de 1976/77...**

“Faz por agora 25 anos<sup>1</sup> que ingressamos no 1º ano do Curso de Formação de Professores de Ciências Sociais da Universidade do Minho. Entrámos 30 estudantes, de um total de 90 candidatos ao Curso, a maioria procedente do distrito de Braga. Conjuntamente com os outros cursos que existiam de Formação de Professores: Francês/Português; Inglês/Português; Matemática; e Ciências da Natureza; o curso de Línguas Vivas e Relações Internacionais; e ainda, as engenharias: a Metalomecânica, a Têxtil e a Produção, formávamos o universo dos estudantes da academia. E todos estávamos reunidos no complexo da rua D. Pedro V, em Braga.

Num momento de evocação como este, mais do que recordar as expectativas que tínhamos na altura, do que relembrar os planos de formação, ou mesmo as aprendizagens que fizemos, assalta-nos, sobretudo, a memória das pessoas, a amizade dos colegas, as vivências, tantas vezes manifestas em pequenos acontecimentos, que todavia, marcaram os nossos afectos, as nossas aprendizagens, em

\* Professora da Escola Secundária Carlos Amarante - Braga

<sup>1</sup> Texto da intervenção apresentado nas Jornadas Comemorativas dos 25 anos do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho — As Ciências Sociais na Universidade do Minho — Organização do ICS — UM - Braga, Campus de Gualtar, Anf. B1 CPII, 7 e 8 de Novembro de 2002.

suma, a nossa memória colectiva. A realidade do dia a dia do estudante pode dizer-se, era, porém, muito diferente do que é hoje.

Não havia cantina. Só o bar, onde podíamos saborear os memoráveis rissóis ou, às vezes, as omeletas que o senhor Ricardo fazia acompanhar de alface e outros condimentos, dando a sugestão de uma refeição ligeira.

Biblioteca?! Não existia, ou era demasiado incipiente para deixar memória. As instalações desportivas e de lazer não faziam sequer parte do nosso imaginário. Mas nem tudo era parco... Ainda que assíduos — a assiduidade era incontornável — não havia problemas de estacionamento, porque, além do senhor Ribeiro, colega já dos seus *quarenta*, que vinha no seu carro de Guimarães, praticamente ninguém tinha automóvel.

As salas de aula adaptavam-se às condicionantes de um prédio que fora construído para outros fins, que não o de uma escola. No entanto recordo-me com saudade as aulas nos anfiteatros da cave, onde nos juntávamos umas vezes 60 outras 120 colegas dos vários cursos para assistir às pedagógicas. Muitas vezes tínhamos aulas juntos independentemente dos cursos a que pertencíamos...

Os andares de cima, onde raramente subíamos, eram os gabinetes dos *prof's*. Só lá íamos quando convocados, ou exclusivamente para discutir trabalhos ou notas.

Quanto aos assuntos administrativos, quaisquer que eles fossem, eram todos tratados no outro lado da cidade, mais propriamente, no Largo do Paço.

Assim, podemos dizer que se o ambiente de ensino era mais improvisado e informal, o da administração era mais institucional.

E, claro, neste singela evocação, não nos podíamos esquecer da Associação Académica, bem activa e visível na cidade, todavia, desinteressada por completo de trajos académicos ou de *queimas das fitas*, hoje em dia, inquestionavelmente determinantes da imagem pública dos estudantes. Tal como a Residência Universitária, que ficava na rua do Forno, justificavam a presença dos estudantes bem no coração da cidade.

Mas a recordação dos primeiros anos do nosso curso de Formação de Professores (bacharéis) em Ensino de Ciências Sociais (dois anos mais tarde reconvertido em Licenciatura em História e Ciências Sociais) traz-nos à memória o trajecto bem diversificado de um percurso académico, sobretudo para quem, como eu e a maioria, completou o curso de Ciências Sociais (3 anos + 1 de estágio). Ou seja, já inseridos no mercado de trabalho, viemos a acrescentar a Licenciatura, agora marcadamente determinada pelo acréscimo das cadeiras de História. No final, o Curso perfazia um total de 6 anos lectivos, correspondente a 63 disciplinas, que se encontravam dispersas pelas áreas da Antropologia, da Comunicação Social, da Sociologia, da Economia, das Relações Internacionais, da Psicologia, da Estatística, da Pedagogia, da História e da Arqueologia.

Ainda assim, mais do que as matérias, recordamos os colegas. Com alguns dos quais criámos o hábito de nos encontrarmos, em família, um dia por ano, na

altura do Natal, cultivando assim uma amizade que se prolonga nos filhos, que, por sua vez, também já não os dispensam.

Recordamos também os professores, a sua motivação e empenho, certamente ampliados pelo facto de estarmos todos envolvidos num projecto que, sobretudo, tinha o atractivo de ser novo.

Lembramos a Professora Alice Geraldês, nossa docente desde o 1º ano e grande dinamizadora do entusiasmo que ganhamos pelas Ciências Sociais.

Recordamos sem dúvida, com afecto e saudade, as primeiras escavações de *Bracara Augusta* e as cerâmicas que recolhíamos no Campo Arqueológico da colina de Maximinos, sob a orientação dos professores Francisco Alves, Sande Lemos e Susana Jorge.

Lembramos personalidades como o Professor Lúcio Craveiro da Silva que nos deu a 'História do Pensamento Político', em 1977/78, e o Professor Sérgio Machado dos Santos, que, no mesmo ano, nos leccionou a 'Informática e Comunicação', ambos distintos reitores que vieram a ser desta Universidade.

Não menos importante lembramos, com afecto, os professores que marcaram a nossa formação inicial, como o Professor Aníbal Alves, também nosso docente desde o 1º ano do curso, nas cadeiras de 'Antropologia Cultural e Sociologia', bem como o Professor A. Estanqueiro Rocha, ambos actuais vice-reitores.

O saudoso Professor Vale e Vasconcelos, igualmente em 1976/77, nas cadeiras de 'Sociedade e Economia Portuguesa' e 'População e Ecologia Humanas'.

Os nossos professores de História: a Professora Manuela Martins, o Professor Meireles, a Professora Conceição Falcão, o Professor Viriato Capela, a Professora Margarida Durães, que nos fizeram *viajar* pelas 'Sociedades, Economias, e Culturas Pré-Históricas, Pré-Clássicas, Clássicas, Medievais, Modernas e Contemporâneas'.

Também, os nossos mestres oriundos de outras universidades, como os braceirenses, Professor Aurélio de Oliveira e o Professor Vítor de Sá, que se encarregaram de nos facultar, respectivamente, a formação no âmbito da realidade portuguesa da *expansão* e do *liberalismo*; e ainda, os Professores H. Baquero Moreno, na 'História Medieval' e Viegas Fernandes na 'Etnologia'.

Lembramos também o Professor Ribeiro Dias, que nos fez percorrer as etapas evolutivas da Pedagogia, desde as *mentalidades primitivas* aos tempos actuais.

Também associados aos primeiros passos lectivos das ciências sociais no ano de 1976/77, recordamos os Professores Manuel Vaz, no 'Desenvolvimento Regional' e Ronaldo Fonseca em 'Antropologia e Sociologia'.

Na 'Economia Política', na *política escolar* e nas *relações internacionais* não podemos esquecer, respectivamente, a Professora Dolores Cabral, os Professores João Formosinho, Sousa Fernandes e Lemos Pires e, ainda o Professor António José Fernandes.

Fica igualmente grata na nossa memória, a passagem pela 'Estatística para as Ciências Sociais' leccionadas pelo Professor Ernesto Figueiredo, os trabalhos

de campo orientados pelo Professor Polonah, a 'História das Mentalidades' a cargo do Professor Arriscado Nunes e a 'História da Arte' com a Professora Lúcia Rosas.

Na rua do Abade da Loureira tínhamos ainda as 'Práticas Pedagógicas', onde o Professor Elias Blanco nos leccionava a 'Comunicação Audiovisual', o Professor Gomes Dias a 'Didáctica' e os Professores Luisa Alonso, Luís Pinho e João Henrique, a 'Análise da Relação Pedagógica' e o 'Micro-Ensino'. Aqui fazíamos verdadeiros ensaios laboratoriais de comunicação, em que nos revíamos no *écran*, na postura de futuros docentes.

Também não nos podemos esquecer a assistência às aulas de História do Professor Valdemar Castro (depois nosso orientador de estágio), que voluntariamente as disponibilizava na Escola D. Maria II, e que bem nos ajudaram à preparação da actividade que, em breve, viemos a exercer.

Por certo que haveriam ainda de ser evocados outros testemunhos e outros percursos, de forma a aprofundar a memória desses tempos primordiais das Ciências Sociais na Universidade, que são também o princípio da nossa formação. Foi aqui que colhemos os fundamentos das nossas bases científicas e pedagógicas, com que viemos a enfrentar de forma confiante e empreendedora a difícil tarefa que é educar e ensinar.

A todos o nosso muito obrigado! Cá estamos para testemunhar que valeu a pena o esforço e a colaboração de todos.

Por último, e com uma mágoa inevitável, não podemos deixar de aludir à memória de quem connosco partilhou estes anos e já partiu, cedo de mais, por certo, e para quem, neste dia de saudade, enviamos o nosso *Bem Hajam!*"

## Aline Marques Alves Correia Campos

Fui a primeira brasileira a se formar na também primeira turma de Comunicação Social. Chamo-me Aline (Lembra?). Já fui jornalista de um jornal em Niterói e hoje sou professora, estou casada e tenho dois filhos (Fillipe de 10 anos e Bruno de 4 anos). Hoje quero render homenagem ao mestre Aníbal, sempre muito simpático e com muita vida, activo. Sinto saudades das aulas em que tanto aprendíamos, mas um ensinamento ficou guardado em minha memória e hoje também ensino aos meus alunos: como se posicionar ao falar em público. O Sr. falava: “Quando tiverem que falar em público tenham uma boa postura e usem uma mesa ou até caneta para se sentirem com confiança. É horrível não saber “o que fazer com as mãos”.

Um grande abraço e que Deus esteja te abençoando sempre.

Com carinho, da eterna aluna

## Cecília Espada\*

Caro Prof. Aníbal Alves

Na certeza de que ao folhear estas páginas não encontrará certamente apenas testemunhos do percurso académico percorrido de muitos alunos e do seu próprio percurso, gostaria de lhe agradecer a tenacidade, coragem e pioneirismo. Afinal, foram estas qualidades que delinearão as linhas orientadoras da minha vida e da vida de muitos outros ex-alunos, agora menos jovens e certamente profissionais de sucesso.

Com votos de felicidade para esta nova etapa da sua vida.

## Joana Soares

*O sorriso*

*Creio que foi o sorriso, o sorriso foi quem abriu a porta. Era um sorriso com muita luz lá dentro, apetecia entrar nele, tirar a roupa, ficar nu dentro daquele sorriso. Correr, navegar, morrer naquele sorriso.*

Eugénio de Andrade

\* Licenciada em Comunicação Social, pela Universidade do Minho (1991-1996). Assessora da Administração da empresa Primavera Business software Solutions, SA

2005. Ano de conclusão da licenciatura em Comunicação Social. Ano de balanço de parte de uma vida. De recordar. De arquivar memórias e estórias vividas nos corredores e salas da Universidade do Minho (UM). Na página destinada aos professores está nas primeiras linhas o nome Aníbal Alves. Professor Aníbal Alves. Um sorriso cheio de luz e graça. Uma delicadeza estimável para com a sua audiência — os alunos. Não eram precisas luzes nas salas de aula. O professor tinha toda a luz e encanto. Prendia na boca toda a teoria da comunicação. Ensinava cada autor com a agilidade sábia de quem é culto, de quem (e)leva a sua profissão ao máximo rigor.

Tenho uma recordação especial do Professor Aníbal Alves na ocasião do meu Erasmus. Desemboquei em Amesterdão. E na Hogeschool InHolland, o Professor Aníbal Alves teve uma participação admirada por todos os alunos de Communication Management. Alunos oriundos dos quatro cantos do mundo invejaram as estudantes da UM. “Este Professor é muito interessante, muito culto”, repetiam todos os alunos. Fora deveras uma aula, uma participação esplêndida, a do Professor Aníbal Alves. Porque o Aníbal Alves sempre fora isso mesmo, Professor partilhando conhecimento em todos os ângulos da vida.

Por isto, e por muito mais, obrigada Professor.

## João Prates \*

*A good teacher is like a candle - it consumes itself to light the way for others.*

Autor desconhecido

Foram muitos os professores que tivemos, muitos... se me perguntarem os nomes deles, digo dois ou três nomes e o Aníbal Alves é uma dessas pessoas, que não se esquece.

Desejo-lhe as maiores felicidades. Ele não se vai lembrar de mim, como é óbvio, mas gostaria de lhe dizer apenas que é de “um aluno que teve a sorte de o ter como professor”.

\* Licenciado em Relações Internacionais, 1982-1986, pela Universidade do Minho.

## Manuela Martinho\*

Se, por um lado, é certo que o tempo não “apagou” tudo o que envolveu a minha vivência estudantil na Universidade do Minho, enquanto importante factor impulsionador do meu crescimento/enriquecimento pessoal, académico e profissional, o que é facto é que a minha memória vai-se desgastando com o tempo... Faço, no entanto, um esforço para que, em breves palavras, possa expressar um singelo testemunho de evocação ao Prof. Doutor Aníbal Alves a quem devemos a existência do Curso de Comunicação Social na Universidade do Minho, no ano lectivo 1991/1992, o ano que marcou a principal fase de viragem no meu percurso de vida.

Recordo, com alguma clareza, a manhã em que o Prof. Aníbal Alves e a Dr.<sup>a</sup> Helena Gonçalves (não me recordo se havia mais algum docente presente...) se reuniram com os “caloiros”, numa sala de aula, para uma sessão de boas-vindas. Guardo, desse momento, o facto de o Prof. Aníbal Alves, com o ar sereno que sempre o caracterizou mas, em simultâneo, num tom assertivo, nos ter dito, em jeito de alerta, mais ou menos isto: “não elevem demasiado as vossas expectativas; vocês não estão aqui para serem estrelas de televisão...”. Como já, na altura, o interiorizara, diria que, mesmo passados 18 anos — Comunicação Social já atingiu a maioria!! — os conselhos do então Director de Curso continuam válidos para os alunos que, tal como nós, há 18 anos atrás, ingressam, actualmente, no Curso cheios de aspirações e sonhos!... O percurso académico e, posteriormente, o contexto profissional real ditar-lhes-á, com certeza, como hão — de seguir as verdadeiras regras por que se rege o jornalismo e todas as áreas que lhe estão afectas...

Das aulas que o Professor Aníbal leccionou, no âmbito da cadeira de Teorias da Comunicação, recordo, com satisfação, o gozo que me deu ter feito um trabalho prático sobre linguagem não verbal (que integrou apresentação oral, em contexto de sala de aula, tendo, para isso, recorrido à utilização de um vídeo sobre a comunicação entre os animais...) e, no decurso da apresentação, ter avistado, algures na sala — subtil e disfarçadamente, de quando em vez, longe do olhar do professor, naturalmente!..., uns pequenos cartazes de apoio onde estava inscrito “força Manuela” e “estamos contigo Manuela”. A Rita e a Paula devem recordar-se desse episódio... É, também, inesquecível, a grande noitada que fiz, juntamente com a Lénia, a estudar para uma frequência de Teorias da Comunicação, na cozinha da residência universitária... Creio que, ainda hoje, a Lénia também se recordará do lema que ambas criámos nessa noite, para entoar em voz alta e em unísono — perdoem-me, mas resguardo-me no direito de apenas revelar que terminava em “... Aníbal Alves!!” -, no intuito de conseguirmos, dessa maneira, espantar o sono e procurar alento para avançar no estudo, pois a frequência era na manhã seguinte!!... E mais uma “directa”!!

\* Licenciada em Comunicação Social pela Universidade do Minho (1991/1996).

A propósito de “directas”, não posso deixar de partilhar um episódio que se passou entre mim e o Professor Aníbal Alves, durante um Curso de Formação de Jornalismo para Rádio e Imprensa Regional que frequentei, em 1993, em Guimarães, promovido pelo Gabinete de Imprensa de Guimarães, em horário pós-laboral (Sextas à noite e Sábados). Ora, estávamos na Primavera, mês de Maio e com ele a chegada do “Enterro da Gata”, cujo último dia de programação combinava a Garraizada com o arraial minhoto no Santoinho, noite dentro... em Viana do Castelo. O meu compromisso com o curso de formação, na Sexta à noite — ainda que soubesse que o formador seria o Professor Aníbal Alves, com todo o respeito que lhe é devido — foi nulo, dado que, quando deveria estar no curso, andava eu para os lados de Viana, entendem?... Mas no Sábado, fiz questão de, chegada a Braga da sempre divertida noite no Santoinho (ainda mal o sol se erguera), seguir directamente viagem (no mesmo autocarro da Associação Académica do Minho que me trouxera de Viana do Castelo) até Guimarães (na primeira saída que o autocarro teria para transportar os alunos de Braga para o Pólo de Azurém). E à hora marcada, bem cedo, naquela manhã de Sábado, lá estava eu, em Guimarães, para assistir à formação com o Professor Aníbal Alves. Escusado será dizer que todo o enorme esforço que fiz para manter os níveis de atenção razoáveis revelou-se infrutífero, ao cabo de uma semana de constante folia e noites muito “mal” dormidas... Qual não é o meu espanto quando (aproveitando um intervalo da formação, em conversa com o Professor sobre os dias e as noites anteriores da semana académica), tendo-se apercebido de que eu estava ali de “directa”, o Professor Aníbal me dirige umas palavras do género: “Oh Manuela, o que é que você está aqui a fazer?!... Nada disto é novidade para si! Vá mas é para casa descansar, que as suas olheiras não enganam ninguém!!...” E não é que eu segui o seu conselho e fui, de imediato, apanhar um autocarro que me levasse às Taipas, onde vivia? Bom... Valeu, ao menos, a intenção de não querer falhar à “aula” do Director de Curso, enfim, porque supus que poderia não cair bem a minha ausência na sala de formação, quanto mais não fosse, constatada após a verificação dos registos de presenças naquele Sábado ... Concluindo, agradei imenso ao Professor Aníbal o facto de ele me ter dispensado de tal “sacrifício”, dadas as circunstâncias... e de ter permitido o regresso a casa para começar a “pôr o sono em dia”.

Resta-me manifestar a minha gratidão ao Professor Aníbal Alves, não só pela coragem e audácia que manifestou ao ter criado um Curso de raiz na UM como, também, pelos ensinamentos que, enquanto aluna, dele fui recolhendo para a vida (pessoal e profissional): resumidamente, tentando seguir e consolidar os conhecimentos adquiridos ao longo do meu percurso académico e, bem assim, tendo sempre presente a importância que os diferentes saberes ocupam no meu dia-a-dia — e de que tanto nos falava nas aulas! - saber, saber-estar, saber-ser, saber-fazer.

Em relação ao meu percurso profissional, após uma série de experiências de trabalho precário ao nível da rádio (1997) e imprensa local (1998), a par de três

anos a leccionar numa Escola Profissional (anos lectivos de 1998/1999/2000/2001 — Curso de Comunicação/Marketing, Relações Públicas e Publicidade), em simultâneo com outras funções em regime de *part-time*, nomeadamente, formação, abandonei o jornalismo e o ensino, procurando a estabilidade económica e profissional no sector público. Ingressei, em Julho de 2001, na Câmara Municipal de Coimbra onde, desde então, desempenho funções no Departamento de Cultura - Divisão de Acção Cultural. Além de responsável pela ligação com a Imprensa e divulgação (através de outros meios diversos, sobretudo, electrónicos) das iniciativas promovidas por todas as Divisões afectas ao Departamento de Cultura, assumo parte da programação cultural promovida pela Divisão de Acção Cultural.

Assim como o ingresso no curso de Comunicação Social representou um importante momento de viragem na minha vida, tal como refiro supra, também faço votos de que a nova etapa que se aproxima represente uma mudança fortalecedora do percurso de vida do Professor Aníbal Alves.

Bem-haja!

Com amizade

## Margarida Pereira\*

Relembrar a vida académica é relembrar sempre pessoas e factos que nos marcaram.

Dos factos, houve os que nos mudaram a vida, dos colegas os que ficaram verdadeiros amigos, dos professores os que se tornaram referências.

Ao recordar a passagem pela Universidade do Minho e pelo curso de Comunicação Social 1991-1996 é inevitável pensar no professor Aníbal Alves.

Recordo com carinho o carinho que nos dispensava, traduzido nas primeiras orientações, na atenção dispensada, na paciência com que nos recebia... Nem todos os conteúdos das aulas permanecem presentes mas a marca que deixou superará, de longe, o passar dos tempos.

Um bem-haja pelo tempo que nos acompanhou e votos de dias dourados e duradouros.

\* Licenciada em Comunicação Social pela Universidade do Minho, iniciou o percurso profissional na empresa "Bússola, Pesquisa de Mercado e Comunicação" onde coordenava o departamento de comunicação. É actualmente pós-graduada em "Comunicação e Marca" pelo IPAM e é directora de comunicação do grupo dst que actua em áreas tão diversificadas como construção civil, energias renováveis, águas & saneamento e telecomunicações.

## Maria Clara Neves\*

*“Alimente grandes pensamentos, porque nunca conseguirá mais do que o que pensa.”*

Benjamin Disraeli

Escolhi esta citação para agradecer ao Sr. Professor Aníbal Alves a forte motivação que teve em mim o facto de ele acreditar e valorizar as minhas capacidades de comunicação. Comecei daí para a frente a “alimentar grandes pensamentos” na Comunicação Social que foi, alias, a área onde dei os primeiros passos a nível profissional....

Lembro-me bem que, nessa altura, não sabia identificar quais as minhas forças e fraquezas, nem qual o rumo a seguir, nem qual a profissão que ia exercer... Mas o facto de eu sentir que o Sr. Prof. Aníbal Alves me reconhecia capacidades de Comunicação fez-me pensar que eu era boa nisso e que isso era uma força. Aqui está um dos efeitos positivos da difícil arte de ser professor: levar os alunos a descobrirem e desenvolverem os seus talentos. E o Sr. Prof. Aníbal Alves soube fazer isso como os melhores!

Sendo ele um excelente comunicador e um professor divertido e competente, ensinou-me a ler para além das palavras e na “Análise de Conteúdo” foi a surpresa total: o que se diz, o que se quer dizer e o que cada um interpreta é tão diferente como uma impressão digital...

Muito obrigada Sr. Prof. Aníbal Alves, elejo-o o meu Mestre da Comunicação. E dedico-lhe este poema:

*“Viver não é necessário; o que é necessário é criar. Não conto gozar a minha vida; nem em gozá-la penso. Só quero torná-la grande, ainda que para isso tenha de ser o meu corpo e a (minha alma) a lenha desse fogo.*

*Só quero torná-la de toda a humanidade; ainda que para isso tenha de a perder como minha. Cada vez mais assim penso.*

*Cada vez mais ponho da essência anímica do meu sangue o propósito impessoal de engrandecer a pátria e contribuir para a evolução da humanidade.*

*É a forma que em mim tomou o misticismo da nossa Raça.*

*“Não sou nada. Nunca serei nada, não posso querer ser nada. À parte isso, tenho em mim todos os sonhos do mundo.”*

(Em Tabacaria, por Álvaro de Campos - um dos heterónimos de Fernando Pessoa)

\* Licenciada em Relações Internacionais, pela Universidade do Minho (1982-1986).

## Natália Dias\*

É com elevada estima e carinho que ousou responder ao desafio lançado para prestar uma sincera, embora humilde, homenagem a quem com tanto carinho e profissionalismo me acompanhou ao longo dos 5 anos de Licenciatura e que deixou, para sempre, importantes marcas que o tempo jamais poderá apagar.

Hoje recorro, com certa nostalgia e muita saudade, aqueles tempos em que a 1ª turma de Comunicação Social da Universidade do Minho, juntamente com o seu estimado Director de Curso, o Prof. Doutor Aníbal Alves, e com o apoio de toda a equipa docente, batalharam para enfrentar os novos desafios comuns a quem “desbrava” novos caminhos... Estou convencida que os bons resultados obtidos só foram possíveis porque éramos uma verdadeira família.

Agradeço profundamente ao Prof. Doutor Aníbal Alves por ter partilhado connosco o seu elevado conhecimento e, ainda, o seu profundo sentido de humanidade. Recordarei, para sempre, os gestos carinhosos e paternalistas com que sempre nos presenteou. Para esta nova etapa da sua vida desejo, sinceramente, as maiores felicidades. Bem-haja!

Braga, 21 Março 2009

## Nelson Soares\*\*

Conheci o Professor Doutor Aníbal Alves na qualidade de docente em Teorias da Comunicação, em 1995, o mesmo ano em que uma música dos Rio Grande, A Fisga, trazia à memória colectiva a figura do mestre-escola.

Foi sempre essa singularidade de preceptor, tal era o meu grau zero de instrução em comunicação comparado com a sua sapiência e eloquência, que nele reconheci.

No ano em que atinge a sua merecida reforma constitui um grato dever sublinhar o extraordinário desempenho do Professor, do Investigador, do Dirigente e do Homem.

Ter sido o ideólogo e fundador do meu curso de Comunicação Social bastaria para ter o meu reconhecimento, mas o exercício de vários cargos com incedível empenho e determinação, com grande saber, evidenciado excelentes qualidades

\*Licenciada em Comunicação Social pela Universidade do Minho (1991-96). Marketing Specialist da empresa PRIMAVERA, em Braga (desde 2007). Formadora e Consultora na área comportamental em regime de prestação de serviços (2006-2007). Directora da Qualidade, Sicaprep, Lda., Funchal (2004 – 2006). Técnica Superior de Comunicação, Bússola, Lda. (1996-2004).

\*\* Licenciado em Comunicação Social pela Universidade do Minho. Director-geral da ADVERBE – Assessoria de Comunicação.

humanas, que enquadraram uma liderança permanentemente atenta aos interesses do seu Curso e da sua Escola, merece a minha modesta mas sentida homenagem.

É natural que todos os que com ele conviveram na Universidade se sintam um pouco órfãos... Mas é também a partir desta hora que o seu exemplo nos deve acompanhar e orientar. Talvez seja essa a melhor homenagem que podemos prestar a este verdadeiro mestre-escola, símbolo, para os alunos, do conhecimento global e da maturação dos assuntos.

### **Raquel Duarte Leite\***

Foi com pesar que recebi a notícia de aposentadoria do Prof. Aníbal Alves. Ele foi o autor de um curso em que fomos pioneiras e por isso mais do que uma relação professor/aluno, trocamos experiências, trabalhamos juntos para dar corpo à Licenciatura. Encontramos nele um mentor ainda que por vezes só nos tenhamos apercebido disso numa fase posterior. Através dos conceitos que nos passou, deu-nos ferramentas e conselhos sobre a forma de nos dirigirmos aos outros e desta forma obrigou-nos a pensar em nós próprios, na forma em que nos apresentamos em sociedade e na imagem que criamos de nós.

Resta desejar-lhe longos anos e tempo para saborear os diferentes discursos que a vida tem.

Obrigada pelo tempo que partilhou comigo.

### **Rita Rocha\*\***

O Prof. Aníbal Alves ficará para sempre na minha memória como aquele Professor simpático, cordial, que me chamava de “Ritinha” e que na primeira apresentação que fiz numa aula de “Teorias da Comunicação” me descreveu como saltitante... ainda hoje o sou quando toca a fazer uma exposição mais pública.

Outra das características marcantes era a liberdade que pretendia imprimir na nossa expressividade, tentando, por certo, apurar as nossas capacidades de interpretação. Para isso, dizia em vésperas de exame: “Até podem fazer as frequências com canetas de várias cores, porque não?”... Para nós, produtos de um

\*Licenciada em Comunicação Social pela Universidade do Minho.

\*\*Licenciada em Comunicação Social pela Universidade do Minho

secundário altamente formatado para as notas no quadro negro que o professor escrevia e que eram quase bíblicas, soava-nos estranho, revolucionário mesmo, mas sentíamos-nos diferentes... uma classe à parte.

Enfim, muita água já passou no rio em que nos cruzámos. Mas as lembranças, essas, são eternas e saudosas. Agora, apenas desejo que a nova etapa da sua vida, Professor, seja pautada pelo mesmo espírito de tranquilidade, sabedoria e amizade que sempre o caracterizou.

Em jeito de resenha biográfica, comecei a minha carreira pelo Jornalismo (local), mas a paixão embateu numa dura realidade que me levaram a caminhos profissionais ligados à Comunicação Empresarial, ao Marketing e à Gestão de Produto. Estou actualmente a iniciar um novo desafio profissional na empresa MDS Consultores de Seguros e Risco, no departamento de Marketing, depois de ter construído uma experiência muito válida e rica de 11 anos na AEP/EXPO-NOR. Estou casada há 10 anos e a Carolina já vai fazer 8 anos em Abril de 2009... Imagine-se. O tempo passa.

Um grande bem-haja e um beijinho.

## **Anabela Carvalho\***

### **“Levar em conta”: uma lição vivida**

O que é um professor universitário? As definições dependerão, certamente, das expectativas de cada um: um mentor, um fornecedor de informação, um intelectual, etc. Quando iniciei a minha Licenciatura esperava, muito ingenuamente, que os professores fossem uma espécie de oráculo, alguém que não só me pudesse oferecer explicações inequívocas e verdades universais sobre qualquer questão, mas que também fosse capaz de ver com nitidez a direcção ideal para o futuro colectivo da espécie. Rapidamente percebi que tinha colocado a fasquia a um nível impossível de atingir pelos – afinal – humanos professores universitários (rapidamente confirmei, também, algo que de certa forma me fascinava mas que igualmente temia: os muitos relativismos e contingências das Ciências Sociais; mas essa é outra conversa...).

Porém, nesses primeiros anos, fui descobrindo outras verdades, não universais, mas muito particulares. Aprendi, por exemplo, que a relação de cada professor com o seu tema molda uma aula como uma garrafa molda a água no seu interior: incolor ou colorida; estreita ou larga; vertida num fio contínuo ou aos soluços. Dificilmente se encontrarão melhores exemplos de professores perfeitamente ajustados

\*Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Universidade do Minho.

aos seus temas (e vice-versa, ou seja, de temas ajustados a professores) do que o Prof. Aníbal Alves e a Comunicação. Ao longo daquele semestre, há mais de duas décadas, o seu envolvimento com os temas da Comunicação espelhava-se claramente em todas as “sessões” (como ele próprio gostava de lhes chamar), numa abordagem simultaneamente ampla, fluida e vívida de questões e problemáticas.

Paixão é, talvez, uma palavra banal mas tem, em qualquer caso, utilidade para definir o seu entusiasmo e a sua dedicação ao ensino das Teorias e das práticas da Comunicação. Recordo alguém que nos falava com clareza cristalina e força emotiva tanto de conceitos e modelos como de situações reais. Recordo, sobretudo, aulas povoadas de muitas estórias: sobre teorias, teóricos, casos e episódios. Com o Prof. Aníbal fui aprendendo a ver como são as pessoas e as estórias que tornam o Universal concreto e a Vida interessante.

A definição de comunicação que mais foi destacada nessas aulas envolvia aquela dimensão essencial do “levar em conta”, sugerida por Lee Thayer. Esse (re)centramento daquele que é normalmente designado como receptor, com toda a sua valorização do sujeito-humano-em-relação, foi como que uma revelação para muitos de nós. A ubíqua televisão, o bombardeamento publicitário, o mosaico de jornais e revistas num quiosque era no que a maior parte da turma pensava quando pensava em comunicação. Sendo obviamente imperativa, essa ênfase no sujeito-humano-em-relação é tantas vezes esquecida ou minorada nas teorias e nas práticas da comunicação.

O ser humano valorizador de sinais não poderia ter sido colocado em frente aos meus olhos por alguém mais exemplificativo que o Prof. Aníbal. Quantas vezes, quer enquanto aluna quer como colega de departamento, experienciei essa atenção, esse interesse, esse “levar em conta” do Outro. Num encontro casual no corredor ou numa reunião de trabalho, na relação com o Prof. Aníbal sinto que antes da docente ou da investigadora eu sou sempre a Pessoa. O profundo humanismo requerido para fazer alguém sentir-se genuinamente tido em consideração e apreciado, nas suas capacidades e nos seus limites, é talvez a maior marca dos muitos anos que tenho tido o privilégio de partilhar com o Prof. Aníbal.

A sua confiança no Homem e num Tempo melhor têm sido profundamente inspiradoras, particularmente nos momentos mais difíceis seja por razões pessoais, profissionais ou institucionais. Como senti como Verdade, num desses momentos, o seu relato da estória daquele que descobre que “para além de Viana ainda há terra”! Para além da sua fantástica capacidade narrativa pesou, naturalmente, no meu “levar em conta” o seu exemplo de vida.

A minha vivência do Departamento de Ciências da Comunicação tem, também, a marca de um líder com a habilidade natural para conectar e re-conectar as pessoas. Entre colegas, muitas vezes aludimos a esse carácter “diplomático” do Prof. Aníbal. Tive a oportunidade de admirar reiteradamente o seu carisma gentil e o seu brilho espontâneo nos grandes momentos de teste do colectivo: as conferências, as avaliações do Curso e do centro de investigação, entre muitos outros.

Das virtudes intelectuais que Aristóteles aponta, é bem mais fácil adquirir a “sophia” do que a “phronesis”: a capacidade de identificar a melhor direcção a seguir. Essa capacidade (em boa parte sinónimo de algo que eu esperava aos dezoito anos de um professor universitário) só se desenvolve com experiência e maturidade. No dia-a-dia do departamento, o Prof. Aníbal contribuiu generosamente ao longo de todos estes anos com uma virtude “phronética” de que o grupo muito beneficiou. A sua capacidade de convocar a memória e a história, pela voz e pelo exemplo, foram sempre a âncora com que eu sabia que poderíamos contar por muito agitadas que fossem as águas em que tentávamos navegar. A sua partida para outros mares significa que ficamos sem a âncora. Permanecerá, no entanto e com toda a certeza, o Farol.

## Helena Pires\*

### Sejamos felizes!

No decorrer da nossa vida, é muitas vezes quase imperceptível o efeito que certas pessoas produzem em nós. Não se trata sequer de uma marca que se possa medir ou situar em rigor. Ela faz-se sentir aos poucos, subtilmente. Quando menos se espera, os nossos gestos parecem querer ir ao encontro de uma espécie de modelo, um sopro que nos (des)orienta, vindo não se sabe bem de onde nem como... Vamos sendo acompanhados por vozes que ecoam e que sabemos serem boas conselheiras. Não devemos nunca *perder o sentido poético e muito menos o sentido de humor (especialmente quando se afigura não haver ponta por onde se lhe pegue)*... Não devemos nunca *esquecer o charme de um sorriso*... Não devemos nunca *deixar de convidar o tempo apressado a sentar-se à mesa (e obrigá-lo a dois dedos de conversa)*... Não devemos nunca *deixar de respirar fundo*... Têm razão quando dizem que somos muitos. E também agora me deixo levar pelo escrever em mim de uma multidão.

Multidão? Não, aquilo de que quero falar é do seu contrário. Como definir esse outro que é um único e também um nós? Dou comigo desesperadamente insatisfeita (e decepcionada) com as linhas que se foram estendendo \_\_\_\_\_ até aqui. Um pensar claro e um claro escrever é aquilo que me falta! Mas o que fazer quando a desordem se desdobra em mais desordem? Vale mais dar por finda esta curta viagem. Afinal, onde nos levaria este comboio de errâncias? Tudo parece caber num só ponto (e como todos os pontos, num lugar circular que tanto fecha como abre). Pois, seja:

*Obrigada Prof. Aníbal. Aqui fica um abraço da sua eterna aluna, admiradora e amiga.*

\* Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Universidade do Minho.

## Joaquim Fidalgo\*

### A nossa casa, as pessoas

O Professor Aníbal remete-nos, imediata e obrigatoriamente, para uma Universidade das pessoas. Não para uma Universidade dos muros, do betão, das máquinas, dos números, dos índices, dos 'ratios', das coisas, dos aparelhos. Porque, para o Professor Aníbal, por dentro dos muros e por cima do betão estão sempre pessoas; estão sempre pessoas atrás das máquinas, estão sempre pessoas antes dos números; não há índices ou 'ratios' que possam fazer-nos esquecer as pessoas a que se reportam; é para as pessoas que são as coisas, é em função de pessoas que operam os aparelhos. A Universidade é, para o Professor Aníbal, uma casa – uma casa de pessoas, como todas as casas. É uma casa com pessoas dentro. E depois, então, falemos do resto...

É disso que me lembro quando me lembro dele – e da pessoa inteira que ele também é.

É disso que vou lembrar-me sempre quando me lembrar dele.

É disso que vou falar todas as vezes que falar dele.

É por essa lição que aprendi dele, entre muitas outras, que lhe estou particularmente grato.

É isso que guardo especialmente dele. Tudo o mais vem por acréscimo.

## Luísa Peixoto Magalhães\*\*

Eu não sei escrever *sobre* o Professor Aníbal Alves. Por que não há palavras suficientes, nem nesta nem noutras línguas. Não há.

Os testemunhos pessoais têm este problema: são muito próximos, muito redundantes, muito apaixonados. Mas não mentem nem disfarçam as verdades nossas. E o meu sentimento é de Gratidão.

Em paralelo, um imenso rigor académico e uma imensa tolerância, uma paciência imensa com os ritmos diferentes, as origens diferentes, as diferenças que os alunos não disfarçam e os professores não dominam. Foi o Professor Aníbal quem me ensinou a ver para além do óbvio, a procurar as razões sem culpar ninguém, a prosseguir sem lamentos e de cabeça erguida nesta ingrata missão de Ensinar que tomamos tão seriamente.

O Mestre cultivava um profundo sentido de Liberdade e de Razão, de Ética e Responsabilidade que é contagiante e motivador. E uma Bondade serena, cheia de Alma!

\* Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Universidade do Minho.

\*\* Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Universidade do Minho.

Devo-lhe a aprendizagem – dura - da aceitação do Outro, do sucesso e da dificuldade, a busca pelo Conhecimento, pela Comunicação. Ao longo dos anos felizes em que fui sua Assistente, fui aprendendo sempre que o mais importante é viver com a inspiração de Dar. Sem saber o que vem aí, o que me será ainda pedido, a reserva de energia que ainda terei de assegurar para ver chegar mais um dia.

O exemplo do Mestre está mesmo aí. Na humildade com que se alcançam as coisas e na alegria de as partilhar. É assim, não há caminhos feitos, nada está seguro, a Vida exige sempre luta e teimosia. E há sempre mais alguma coisa a fazer. Há mais Caminho.

É em Abril que escrevo esta mensagem, num Abril de cravos e de esperança. Com a alegria de ter chegado a uma espécie de Luz, a uma espécie de Paz, que encontrei por aí, nos sorrisos das crianças, nos olhares marotos, nas lições que se aprendem com as presenças queridas. Como o meu Mestre.

Em 6 de Abril de 2009

## **Silvana Mota Ribeiro \***

A página em branco.... tanto para dizer, sobre alguém que admiramos e ainda a página em branco. Memórias e recomeços. As nossas vidas, os nossos amores, e o local onde trabalhamos, feito de vidas e de amores também.

Ocorreu-me que o melhor seria pôr-me na página em branco. Ficaria cheia de mim, pensei. E nem sempre é possível pôr-mo-nos lá, como somos e como sonhamos, na nossa vida profissional. Enchê-la de nós, sem deixar que toda a nossa vida seja totalmente enchida por ela. Começo por aqui, então. Nos corredores do Instituto, quando não me apetece sorrir e tenho a felicidade de me cruzar com o Professor Aníbal, parece sempre tudo mais fácil quando me pergunta se a “Silvaninha” está bem, e quer realmente saber. Sinto-me sempre uma menina, protegida, de olhos esbugalhados quando o ouço dizer que “há mais vida”. Detesto falar no passado, nesta situação menos ainda, mas esta menina lembra-me uma outra. A menina de olhos esbugalhados para o mundo da comunicação que se abria diante dela no primeiro ano da Licenciatura – e não precisa ser passado porque, se conversar agora, sobre Teorias da Comunicação, com o Professor Aníbal, sinto exactamente o mesmo.

Mas as memórias são demasiado intensas para as descartar desta página. Coisas simples, tão simples...A preocupação com os estudantes, a generosidade em partilhar o muito que sabe...afinal, tudo aquilo que sentirei se o encontrar daqui a pouco, num corredor, na rua. Era ingénua, sonhadora e capaz de acreditar que o mundo podia mudar. O Professor Aníbal sempre me transmitiu a ideia desse sonho, irrealizável na sua plenitude, mas que podemos ir construindo. Coisas simples....

\* Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Universidade do Minho.

O curso de Comunicação Social que o Professor Aníbal idealizou não foi apenas um sonho para mim, mas sempre a minha vida, concreta, naquela altura como agora... A riqueza de conteúdos, a diversidade de matérias, a profundidade de pensamento que exigia, talvez não se coadunem com o novo “espírito de Bolonha”, mas não faz mal sonhar com elas e fazer por elas.

Quando me convidou para ser monitora da Licenciatura disse-me duas coisas simples: nunca vai ter muito dinheiro, mas é a profissão mais bonita do mundo. Nunca mais fui embora. Foi uma honra tê-lo como Professor e como colega. Nenhuma das minhas aulas de Teorias da Comunicação poderá alguma vez ser comparada às suas, mas sinto, apesar de todas as dificuldades, que a beleza de que falava está lá, mesmo que seja apenas enquanto desejo meu.

## Edmundo Cordeiro

### Não poupes no semear

Verei sempre o Professor Aníbal Alves, estou mesmo a vê-lo agora, com a mesma intensidade com que recorro a voz do seu chamamento amigo, mal me via no corredor: «Ó doutor Edmundo!» Efectivamente, passei por sua causa a ser o «doutor Edmundo», quando, à parte algum talento para escrever e para gostar de livros, não havia, na verdade, nada de seguro no que eu pudesse oferecer à Universidade. E estou agora a vê-lo chegar à aula com a sua boina basca e a sua velha pasta de couro. E vou agora também de boleia na sua 4 L branca para o centro da cidade. E estou a ver-me correr à rua de Chãos para comprar uma pasta de couro igual à dele... Foi com o Professor Aníbal Alves que pude completar e desenvolver os meus conhecimentos em áreas da comunicação onde o meu saber era diminuto, colaborando com ele de perto na disciplina de *Teorias da Comunicação*.

• Cheguei a Braga, de comboio, numa manhã de Setembro de 1991. E, depois do encontro com o Professor Aníbal Alves, quando à «hora parda da melancolia» já contemplava o horizonte a partir do Bom Jesus, sabia que tinha chegado a um lugar de amizade. Também por isso, embora não pudesse sabê-lo ainda, a minha vida tinha mudado. Quero lembrar aqui essa ocorrência, afinal sem nenhuma importância no mundo das ocorrências, mas decisiva para mim.

Quero aqui, mais que tudo, agradecer a estima e a confiança do Professor Aníbal Alves, dado que foi da sua responsabilidade a minha contratação, nessa data, como assistente estagiário da então *Secção de Comunicação Social* do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho. A mesma estima e confiança persistiram, mesmo depois de a colaboração directa entre nós ter cessado, e mesmo depois de ter ingressado noutras Universidades. *Não poupes no semear*.

## António Ovídio\* e Família

Meu caro Amigo e Mestre

Tenho o privilégio de trabalhar consigo há longa data, lembra-se seguramente da minha entrevista de ingresso nos quadros do Instituto de Ciências Sociais, dos nossos planos para “ocupar” espaços da Universidade com os prometidos Laboratórios Pedagógicos da Licenciatura, proposta pela qual fomos apelidados de “Malucos” pelos órgãos de Gestão de então.

Sobrevivemos a estas passagens sem sermos internados e por aqui continuamos, embora “malucos”, se calhar é esta deficiência que nos faz lutar e pugnar por esta casa.

No entanto, sem amigos e sem conselheiros “Mestres” da vida, como é o Prof. Aníbal, nós os mais novos já estaríamos perdidos e afundados nesta “teia” de poder e contendas.

Agradeço profundamente poder contar com a sua amizade nestes anos todos, já lá vão cerca de 20, mas continuarei a pedir os seus sábios conselhos e a exigir a sua sincera amizade. Não esqueça que precisamos da sua sabedoria adquirida ao longo dos anos e que como diz o poeta:

*Pedido ao Mestre  
Preciso da sua ajuda;  
Faça-me compreender  
Aquilo que sabe  
Porque eu também quero saber  
Faça com que sua eloquência  
Possa nos incentivar  
A desbravar os caminhos  
Por onde iremos passar  
Puxe em sua memória  
As glórias porque passou  
Não deixe que o pessimismo  
Venha nos contagiar*

Muitas coisas ficam por dizer, mas teremos muito tempo para o fazer. Nunca se esqueça de perguntar “como estão as suas meninas”, porque elas e eu estaremos sempre imensamente gratos por ter um amigo como o Prof. Académico e Mestre da vida Aníbal Augusto Alves.

De um amigo e aprendiz

\* Técnico superior, DCC/ICS

## Filomena Lopes

Conheci e trabalhei com o Senhor Professor Aníbal Alves enquanto Presidente do Conselho Pedagógico da Universidade do Minho, em finais dos anos 80, princípios de 90. Foi um Presidente por excelência, de quem guardo boas recordações e tenho o privilégio da sua amizade, desde então.

Desejo ao Senhor Professor Aníbal Alves muitas felicidades neste novo ciclo da sua vida.

Com estima e amizade.

## Fernando Manuel Pereira de Jesus\*

Às voltas com a vida!...

Numa tarde chuvosa de Fevereiro de 1993, desloquei-me do Porto, cidade onde então exercia a minha actividade profissional, até à bela cidade de Braga, mais concretamente, até à Universidade do Minho e ao Instituto de Ciências Sociais. Não foi uma viagem de passeio, de lazer ou de admiração e descoberta, semelhante a tantas outras. Lembro-me que transportava na minha “bagagem” elevadas expectativas relativamente ao meu futuro profissional.

À chegada, encontrei um corredor com gente que circulava, que conversava e que, aqui e acolá, se entretinha a passar os olhos por algo, de uma forma instintiva. Não que essa minha reflexão pretendesse qualquer coisa, antes sim, uma tentativa de acalmar o nervosismo que naquele instante me invadia. O momento não era para menos e revestia-se de particular interesse: acabava de chegar para uma entrevista profissional, com o objectivo de preencher um cargo técnico na então Secção de Ciências da Comunicação.

Não conhecia ninguém e, praticamente, nem sabia ao certo onde estava. O burburinho dos Despachantes Oficiais que deixara para trás na Alfândega do Porto, local onde então trabalhava, em nada se assemelhava aquilo que me invadia naquele preciso momento. Alguma ansiedade e algum desconforto impediam-me de olhar mais além!

Esperei pela minha vez no corredor, enquanto outros concorrentes, dentro de uma sala e perante um júri, esgrimiam a seu tempo, as suas ambições e objectivos. Com o meu nervosismo a aumentar, soa alto e em bom tom o meu nome: “Fernando de Jesus”! Entro a porta, avanço alguns metros e coloco-me à disposição de uma equipa de avaliadores, cujo Presidente do júri era o Prof. Doutor Aníbal Augusto Alves, pessoa a quem com estas palavras tão simples quanto sinceras,

\* Técnico Superior, DCC/ICS

pretendo prestar a minha homenagem. E foi desta forma que se deu o meu primeiro encontro e os iniciais contactos com o meu homenageado!

Nesta primeira convivência, deixou-me uma impressão deveras positiva. Fiquei imediatamente a saber que ambos eramos naturais de Trás-os-Montes e esse foi um singular mote para um bom início de conversa. A seguir, vieram as inevitáveis perguntas sobre gostos pessoais: os filmes, as viagens, os passatempos e as leituras diárias foram o prato forte da “ementa”. Depois de lhe ter revelado a minha preferência por jornais como o “Expresso” e o “Público”, e por alguns filmes marcantes como “África minha” ou “Dança com lobos”, mostrei-lhe igualmente a minha predilecção por escritores como Gabriel García Márquez, Ernest Hemingway, Júlio Dinis, Eça de Queirós, Camilo Castelo Branco, Alves Redol, entre vários outros. Em simultâneo, apercebi-me do gosto que ambos sentíamos pelos expressivos “Sermões” do Padre António Vieira! Naquele instante senti que estava na presença de uma pessoa de inegável capacidade intelectual e humana!

A entrevista decorreu muito bem, socorrendo-se o Professor Aníbal da sua habitual simpatia, empregando sempre na nossa “conversa” uma grande dose de serenidade e de diplomacia, como o momento aconselhava. Passadas semanas, fui informado de que havia sido seleccionado! Finalmente sentia que as expectativas que dias antes transportara na minha “bagagem” haviam frutificado! Que satisfação sentia!

O meu retorno à Universidade do Minho dá-se em meados de Maio de 1993. Agora, não é mais a entrevista que me agita. É chegado o momento de colocar “mãos à obra”; de ser apresentado a novas pessoas, de utilizar novos métodos de trabalho e de servir novos públicos. Imagine-se quem foi o meu anfitrião? Obviamente, o Professor Aníbal Alves!

Lembro-me de o acompanhar a uma sala para ser apresentado aos alunos do 2º ano do Curso de Comunicação Social. Era no Complexo Pedagógico I, num dos pisos superiores. Recordo-me ter subido vários conjuntos de escadas e... lá estou eu, em frente de algumas dezenas de alunos! Confesso que, naquele momento, não me senti a pessoa mais à vontade do mundo mas, com os predicados que o Professor Aníbal ia utilizando a meu respeito e com a sua preciosa ajuda, lá consegui sair a bem daquela minha primeira “prova de fogo”!

Com o decorrer dos dias, o contacto e as solicitações dos estudantes foram chegando, o que contribuiu em muito para um clima de entreajuda e de conhecimento mútuos. O Professor Aníbal Alves pedia-me que filmasse, identificasse e lhe gravasse as cassetes das exposições dos alunos em formatos diferentes, para as poder visionar em casa.

Assisti por dentro à preparação das suas “Provas de Agregação”. Foi um momento igualmente marcante! O frenesim e a roda-viva que o Professor demonstrava eram atenuados pela pronta resolução de alguns dos seus problemas. Recordo o “contra relógio” na impressão dos vários exemplares necessários! Aos poucos, e com um trabalho de equipa cada vez mais intenso e diversificado, foi possível consolidar um forte espírito de amizade e de camaradagem.

A partir daqui, cada vez mais capacitado e entrosado com o trabalho desenvolvido, as solicitações foram aumentando e o reconhecimento também. Não raras foram as vezes em que o Professor Aníbal teceu rasgados elogios ao seu corpo de funcionários não docentes, nomeadamente aquando da cerimónia dos “25 anos do Instituto de Ciências Sociais”, num claro reconhecimento às capacidades das pessoas que então o coadjuvavam.

Para além do meritório papel desempenhado, quer como responsável pela Secção e mais tarde Departamento de Ciências da Comunicação, quer como Presidente do Instituto de Ciências Sociais, tive ainda o grato prazer de ter recebido ensinamentos do Professor Aníbal Alves, enquanto seu aluno do curso de Mestrado em Ciências da Comunicação, na cadeira de Pragmática da Comunicação. Uma experiência nova, única e muito, muito enriquecedora!

Depois destas pequenas mas prestigiantes etapas percorridas na companhia do Professor Aníbal, vividas em vários papéis e em vários momentos, desejo que nesta sua nova viagem, muitas mais etapas despontem no seu caminho, com o assinalável sucesso que o tem caracterizado.

Usando sabiamente do seu “engenho e arte”, coube-lhe a difícil tarefa de “desenhar” o rumo de Cursos, de Escolas, de projectos e de pessoas, com resultados que saltam à vista. Certamente, não lhe faltarão nunca capacidades para redesenhar o seu próprio futuro e o da sua família.

O meu muito obrigado ao Prof. Doutor Aníbal Augusto Alves.

19 de Março de 2009

## **Lúcia Azevedo\***

O meu pequeno testemunho pessoal do grande apreço que tenho pelas qualidades do Professor Aníbal Alves, que tanto admiro e estimo. Um Mestre que mantém um espírito de aprendiz, com quem tive o privilégio de trabalhar e conviver e de quem recebi importantes lições. No quotidiano de trabalho, que nos absorve e consome, ensinou-me que o essencial nem sempre é visível aos nossos olhos. Um apreciador do tempo e das coisas simples que, mesmo na correria desgovernada em que vivemos, é capaz de dar prioridade aos sentimentos e às pessoas.

5 de Abril de 2009

\*Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho.

## Maria de Fátima Silva Nunes\*

As palavras que escrevo, e das quais agradeço a oportunidade, querem ser apenas um testemunho pessoal do grande apreço que tenho pelas qualidades do Sr. Professor Aníbal Alves.

Conheci o Sr. Professor nos primeiros anos de vida da Universidade do Minho, tendo tido o privilégio, anos mais tarde, de trabalhar directamente com ele no Instituto de Ciências Sociais. Sou testemunha do seu mérito e coerência, do profissional competente que é, mas com certeza outros acrescentarão mais sobre esta faceta, com mais conhecimento e autoridade do que eu.

Gostaria de evidenciar a faceta humana do homenageado, que cultivava a simpatia, a simplicidade, generosidade e a amizade sincera, que fala com todos os que o rodeiam com carinho, tendo sempre uma palavra sábia e certa. Bem-haja pela ajuda que me deu nos momentos que mais precisei!

É por tudo isto que nutro pelo Sr. Professor uma grande admiração e eterna gratidão.

## Sofia Oliveira\*\*

“Uma boa palavra multiplica amigos e atrai respostas amáveis”. Esta é uma das muitas lições que guardo da convivência com o professor Aníbal: um homem afável, cordial, generoso e amigo.

Tive o privilégio de conhecer o professor Aníbal enquanto estudante de licenciatura. Foi há 11 anos. Recordo-me da forma doce como se dirigia aos alunos. Era de uma notável compreensão. Quando tecia críticas, relativamente aos exercícios práticos levados a cabo na disciplina de Teorias da Comunicação, era de uma delicadeza exemplar. Privilegiava sempre os aspectos positivos dos trabalhos. Quando era “obrigado” a apontar algo de negativo, fazia-o com doçura sem nunca humilhar os estudantes. É este o professor que recordo. O professor meigo, simpático e compreensivo.

Na minha primeira incursão pelo mundo profissional, tive também o privilégio de ter trabalhado com o professor Aníbal, na organização dos 25 anos do ICS. Aprendi muito com a sua experiência, e sobretudo retive o gosto pela perfeição, que o professor Aníbal dedicava em todas as tarefas que lhe estavam confinadas.

Não sou a pessoa mais credenciada para destacar o valor profissional do professor Aníbal. Creio que o seu *curriculum vitae* espelha bem o seu trajecto profes-

\*Aposentada da Universidade do Minho.

\*\*Instituto de Ciências Sociais

sional. Prefiro pois, centrar-me na pessoa e não no profissional. Para mim, o mais importante é a forma exemplar como sabe lidar com os outros. O que caracteriza o professor Aníbal são os traços de uma personalidade singular que o tornam na pessoa ideal que gostamos de encontrar pela segunda-feira de manhã. Dá-nos ânimo começar assim uma semana de trabalho, saber que alguém se preocupa “se estamos bem”. Sem dúvida, que trabalhar com o professor Aníbal é gratificante e contribui para sermos pessoas mais felizes!

Continue sempre assim, a ser um homem feliz com a vida.

Obrigada professor!

## Joaquim Pinto Machado\*

Professor Aníbal Alves

É crescente, na Universidade Portuguesa, o número de Professores Catedráticos que se aposentam antes da idade da jubilação. Creio que, em muitos casos, o fazem por não se sentirem bem numa instituição a involuir para entidade empresarial nos seus reais (que podem ser *hidden*) objectivos e nos critérios da sua gestão. Será isso o que aconteceu com o Professor Aníbal Alves?

A aposentação deste Professor constitui perda importante para a Universidade do Minho, dado tratar-se de Alguém que faz parte das suas raízes, pois que nela está integrado desde os primórdios da fase de instalação, tempos heróicos de criatividade pertinente, de dedicação até ao “sangue, suor e lágrimas” e de indizíveis alegrias ao ver crescer, firme e bela, a obra de que se é co-obreiro!

Foi este, sempre, o percurso do Professor Aníbal Alves na Universidade do Minho, em que integrou, magistralmente, as vertentes científica, pedagógica, cultural e humanista, como é timbre dos autênticos Académicos. E se atentarmos, ainda, na sua sociabilidade de educação esmerada e cativante afabilidade, fica sobejamente demonstrada a veracidade do que acima afirmei: que a sua aposentação foi perda de monta para a Universidade do Minho. É mais um luzeiro que se apaga dum passado que se vai apagando.

Aqui lhe exprimo, Caro Amigo, a minha alta consideração.

\* Professor Jubilado da Universidade do Minho. Professor Jubilado da Faculdade de Medicina da Universidade do Porto.

## Júlio Barreiros Martins\*

Conheci o Doutor Aníbal Alves em 1983 quando fui eleito Presidente do Conselho Científico da Universidade do Minho, conselho onde estavam representadas todas as unidades científico-pedagógicas da UM, correspondentes às que hoje são designadas por Escolas e Institutos. Não me lembro de quem me tenha recomendado o nome de Aníbal Alves para Secretário do Conselho. Sei apenas que fiz questão de que fosse alguém de Ciências Humanas.

Aníbal Alves trabalhou comigo durante 2 anos. Como no Conselho caíam todos os grandes problemas das unidades científico-pedagógicas acima referidas, o trabalho era árduo e intenso. Era um trabalho na “raiz” da Universidade, até porque o Conselho não era apenas um órgão acessor do Reitor. Também tinha poderes decisórios.

Nesta imensa tarefa o apoio do Doutor Aníbal foi fundamental. O Doutor Aníbal era o “Conselheiro” que eu tinha mais próximo. Recordo com saudade as conversas que tivemos sobre problemas espinhosos fundamentais que tiveram de ser resolvidos. Tinham de ser postos nas reuniões do Conselho de forma muito clara e transparente para que se chegasse a uma resolução tanto quanto possível de consenso e isso aconteceu na grande maioria dos casos. Em tudo muitas das ideias do Doutor Aníbal, imbuídas de um Humanismo e de uma compreensão excepcionais, foram decisivas.

A isso não é certamente alheia a excelente formação e o Curriculum Vitae que já tinha onde predomina o seu doutoramento na Universidade Católica de Lovaina mundialmente conhecida e respeitada. Embora eu não tenha competência para apreciar o seu CV, transparecem nele as valiosas contribuições que deu e continua a dar para o desenvolvimento na Universidade do Minho de um dos mais críticos temas para toda a Humanidade presente e futura, o da Comunicação sob todos os pontos de vista: a Comunicação na Cultura dos Povos; a Comunicação em todos os aspectos do Desenvolvimento de um País; a Comunicação em todos os níveis de Ensino e Aprendizagem; os modernos meios de Comunicação e a revolução que produzem e produzirão, na Economia, na Liberdade e Democratização das Sociedades Modernas, etc., etc..

Os seus conhecimentos profundos da Pessoa Humana e o seu espírito de observação, podem considerar-se proverbiais. A este respeito recordo-me de um episódio esclarecedor.

Dada a exiguidade de espaços na UM ao tempo do Conselho Científico, o Doutor Aníbal e eu ocupávamos o mesmo gabinete em duas secretárias. A dele estava sempre muito bem arrumada e a minha completamente desarrumada com centenas de processos e papeis à direita e à esquerda, em cima e em baixo.

\* Prof. Cat. jubulado de Engenharia Civil da Universidade do Minho.

O Doutor Aníbal um dia, com toda a cordialidade, disse-me: “impressiona-me, como é que, com todos esses papéis, consegue, quando lhe perguntam por um deles, localizá-lo rapidamente...”

A colaboração do Doutor Aníbal foi sempre excelente, sempre harmoniosa e daí ficou uma grande admiração e amizade que perdura e perdurará.

Braga, Março de 2009

## **Sérgio Machado dos Santos\***

### **Nas origens da Comunicação Social na U.M.**

Um dos factores que mais contribuiu para fazer da Universidade do Minho um inequívoco caso de sucesso teve a ver com a clarividência dos seus gestores, nos mais diversos níveis de intervenção, que souberam interpretar quais os elementos-chave capazes de sustentar a criação de um novo estabelecimento de ensino universitário verdadeiramente inovador. Entre esses elementos sobressaem a identificação de uma missão institucional, com uma visão clara, e de um perfil específico para a Universidade, assim como a planificação de um programa de desenvolvimento estratégico ambicioso, bem delineado e com profundidade de análise, incidindo sobre a organização da investigação e do ensino, tendo sempre como pano de fundo a dimensão cultural da Universidade.

A capacidade e empenho pessoais colocados no planeamento e execução dos muitos projectos pioneiros desenvolvidos pela Universidade foram fundamentais para a qualidade e imagem dos mesmos, num trabalho de equipa onde pontificaram académicos de alto calibre, como Carlos Lloyd Braga, protagonista de uma liderança carismática, Joaquim Barbosa Romero, na área das Engenharias, Lúcio Craveiro da Silva, nas Relações Internacionais e Humanidades, ou Joaquim Pinto Machado, no domínio das Ciências da Saúde. Verdadeiros mestres em conhecimento, perseverança e rigor de actuação, todos souberam, desde os tempos iniciais da Comissão Instaladora, transmitir o seu entusiasmo aos muitos colaboradores que, com eles, trabalharam na criação desta nova Universidade.

O Prof. Aníbal Alves, como principal mentor da área das Ciências da Comunicação na Universidade do Minho, integra, sem margem para dúvidas, esse grupo de precursores de novos projectos, desenvolvidos de forma inovadora e com elevados padrões de qualidade. A este propósito, é relevante referir que, a partir do núcleo inicial de cursos gizados pela Comissão Instaladora, a Universidade procurou sempre desenvolver os seus novos projectos de ensino a partir de valências

\*Reitor Honorário da Universidade do Minho

já bem estabelecidas no interior da Instituição, nomeadamente no domínio da investigação, para tirar partido de sinergias entre áreas do conhecimento e dentro do princípio de que o ensino universitário é, por definição, um ensino baseado na investigação. Foi esse o papel determinante do Prof. Aníbal, o de, no âmbito do Instituto de Ciências Sociais, criar e desenvolver um grupo dedicado à investigação e ensino no domínio da Comunicação Social, área de que foi o primeiro Doutor na Universidade do Minho, grupo esse que constituiu o núcleo a partir do qual germinou e se desenvolveu toda uma nova área científica que é hoje em dia uma referência no panorama nacional.

Tive, enquanto Reitor, o privilégio de trabalhar de perto com o Prof. Aníbal Alves, podendo testemunhar o vigor, entusiasmo e empenho que sempre colocou na defesa do seu projecto, bem como a lealdade e rigor com que assumia os seus compromissos. Tenho igualmente podido, como colega, acompanhar e admirar o seu trabalho como professor, investigador e gestor experiente, que muito contribuiu para a implantação e prestígio das Ciências Sociais e, em particular, da Comunicação Social. Acima de tudo, encontro no Prof. Aníbal um bom amigo, sempre presente quando necessário, num sentimento que retribuo de uma forma muito sentida.

É, pois, com uma grande satisfação que, com este breve tributo de grande estima e admiração pessoal, me associo à homenagem que o Instituto de Ciências Sociais presta, muito justamente, ao Prof. Aníbal Alves, obreiro dedicado deste grande projecto que é a nossa Universidade.

Março de 2009

## **António Rodrigues Dias**

Perde-se no tempo em que circunstâncias conheci o Prof. Aníbal Alves. Por simpatia sua honrou-me como seu médico assistente, o que tenho procurado fazê-lo com o saber que a medicina me permite e com a atenção que todos os que me procuram merecem. Sobre o seu curriculum profissional, como académico e pedagogo, outros saberão e deverão saber exprimir melhor do que eu da sua valia e exemplo. Do pioneirismo no Instituto da Universidade do Minho a quem ficará para sempre ligado o seu nome. Quando nos encontramos para esclarecer sintomas e desvanecer angústias, acabamos por falar da vida, dos problemas da sociedade, dos projectos pessoais, dos horizontes sombrios, mas da esperança que não pode morrer. Acabo também por aliviar as minhas apreensões, por fazer a catarse. Redundante é salientar a sua delicadeza, o respeito pelo outro. Não consigo imaginá-lo de modo diferente no seu ambiente profissional. Pressinto que uma nova jornada se delinea por entre a mágoa da ausência aparente da sua Escola

e o pensamento no horizonte de novos desafios. Um dia destes vamos falar sobre isso com certeza.

Então, até um dia destes!

## Nuno Cordeiro Ferreira\*

Pediram-me para escrever algumas palavras para o livro de homenagem ao Professor Aníbal Augusto Alves, catedrático do grupo disciplinar de Ciências da Comunicação, do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, no momento em que cessa funções de docente. Será difícil para um médico Pediatra pretender avaliar a obra científica e a carreira docente do Professor Aníbal Alves, mas como universitário que, durante muitos anos, teve de apreciar o “curriculum vitae” de tantos Professores ou futuros Professores, e pelas informações de colegas seus, de ex-alunos e discípulos, posso afirmar que a Universidade do Minho perde, com a sua saída, um excelente Professor.

Sinto-me mais à vontade para apreciar as qualidades morais e humanas do Professor Aníbal Alves. Conheço o Professor Aníbal Alves há muitos anos, dos finais da década de 60, quando jovem licenciado em Filosofia fazia parte do grupo do Dr. Evaristo de Vasconcelos S.J., uma das mais inteligentes e brilhantes personalidades que conheço. Os membros deste grupo, que pertenciam à secção de crítica de Cinema da revista *Brotéria*, promoviam cursos breves e reuniões onde se discutiam questões e técnicas cinematográficas, se fazia a crítica e a interpretação de muitos filmes, sob os seus múltiplos aspectos, especialmente os então estreados no nosso país. Estava-se no princípio da primavera marcelista e começavam a ser exibidos muitos filmes até então proibidos. Muitos destas reuniões tinham lugar ao serão em minha casa e era um grande prazer para todos nós, ouvir a riqueza e a cultura do Padre Evaristo de Vasconcelos e seus colaboradores. Deixaram-nos muita saudade e uma grande amizade ficou entre nós.

Comecei a apreciar então as qualidades humanas e de inteligência do jovem Aníbal Alves, o profissionalismo e a seriedade com que organizava as reuniões, a dedicação quase fraterna que tinha para com os seus amigos. Por outro lado, comecei também a seguir com o maior interesse a sua carreira profissional, a sua ida para Lovaina onde, como bolseiro da Gulbenkian, se especializou em Comunicação Social e, mais tarde, se doutorou.

Estivemos presentes, minha mulher e eu, nos grandes momentos da sua vida, a sua entrada como professor na Universidade do Minho, o seu casamento com a Conceição Belchior, o nascimento dos seus dois filhos. Para mim o que mais posso realçar no Aníbal Alves, são como já disse, as suas qualidades humanas, o seu

\*Professor Jubilado da UNL.

profissionalismo, a sua seriedade em tudo, a sua dedicação aos amigos e a todos, sempre pronto em os ajudar.

A Universidade do Minho perde um grande Professor, mas a cidade de Braga ganha um excelente membro, já que liberto das actividades universitárias, se poderá dedicar ainda mais aos outros.

Gostaria de terminar com um muito obrigado, Aníbal, pelas provas de dedicação que sempre tem dado aos seus amigos, a que tenho a felicidade de pertencer.

Lisboa, 4 de Abril de 2009

## **Evaristo de Vasconcelos, sj**

Conheci o Professor Aníbal Alves ainda como estudante. Sempre amistosa, grata, fecunda, esta relação de muitos anos. Colaborámos em cursos de Psicossomática e Relações Humanas. Aconteceu até que, por vezes, formámos um *dueto* em que um interrompia o discurso, sentava-se, e o outro levantava-se e prosseguia a exposição. E assim a lição era de dois como se de um só se tratasse. E não se notavam saltos nem elipses nem qualquer espécie de discrepâncias. Nunca me sucedeu essa osmose cultural com nenhuma outra pessoa senão com ele.

De resto, na vida em geral, sempre a sintonia de ideias e sentimentos se processou na mais lídima autonomia de mentalidades e opiniões.

Foi bom para mim, na minha vida, ter conhecido o Aníbal. Ajudou-me a sentir e apreciar o que é a amizade em colaboração com a cultura.

Março 2009

## **Manuel Vaz Pato, sj**

Em circunstâncias como estas, é habitual – e certamente apropriado – apresentar estudos científicos nas áreas de especialidade do homenageado ou elaborar textos encomiásticos acerca das suas qualidades intelectuais e académicas. Minguando-me “engenho e arte” para uma e outra coisa, sobram-me motivos pessoais para não me furtar a alinhar algumas palavras de reconhecimento ao meu amigo Aníbal Alves. É, pois, em registo de amizade e de simplicidade que o faço.

Embora já nos conhecêssemos antes, foi nos dois últimos anos da década de sessenta que convivemos, como alunos da Universidade Católica, em Lisboa. Depois disso, a vida e a providência de Deus foram separando os nossos caminhos.

Sem nunca perdermos contacto, passaram-se quase vinte anos em que só de longe em longe pude acompanhar presencialmente a evolução pessoal e a carreira académica do Aníbal. Quer em Lovaina, quer em Évora, quer em Lisboa, esses breves encontros foram sempre ocasiões de “pôr em dia” a nossa conversa. Finalmente, em Braga, a partir de 1988, voltámos a encontrar-nos quase quotidianamente, sobretudo no contexto do trabalho na Universidade do Minho.

É já, pois, uma amizade de longa data, alicerçada em grande confluência de ideais e valores e, da minha parte, em admiração e apreço pela sua coerência de vida, profundidade de pensamento, mas muito particularmente por aquela *sabedoria* humana que é fruto, também da ciência, mas sobretudo da reflexão, na busca desapaixonada da verdade e da justiça. *Sabedoria* que parte do primado da pessoa e do seu mistério e que daí sabe tirar as consequências práticas no respeito pela liberdade, pela opinião e pela dignidade do outro. *Sabedoria* que aceita as contrariedades do dia-a-dia sem desanimar nem deixar que as eventuais perplexidades e hesitações pessoais e colectivas obscureçam objectivos de maior duração. *Sabedoria* de quem reconhece o valor da amizade na construção da própria história e identidade e de quem tem a coragem de sair da sua comodidade para ajudar e congregar os amigos.

Por tudo isto que procurei exprimir e pelo muito mais que é só sentimento, é com muito gosto que me associo a esta oportuna homenagem ao Professor Aníbal Alves e que lhe deixo um grande abraço de reconhecimento.

Lisboa, Março de 2009

## Isabel Sales Henriques

Dedico estas palavras, escritas há algum tempo, ao Aníbal por ele ter sido, para mim, desde que o conheço, uma das pessoas que melhor consegue estar presente em todos os seus tempos.

É bom pertencer ao grupo daqueles com ele partilha a sua inteireza.

Tempo...

Tempo dividido,  
contado,  
separado,  
tempo sem tempo,  
para ser tempo.  
Tempo ausente  
dos nossos tempos,

tempo vago  
dos nossos encontros.  
Tempo perdido.

ISH - maio 1972

“O tempo é um espaço interior.”

Novalis

## José Luis Ribeiro

I am extremely honored for the opportunity to offer a testimony to my dear friend, Professor Aníbal Augusto Alves, on the occasion of his retirement from The Universidade do Minho. The only difficulty I experience is in making this a “brief testimony”, since there is so very much I could write about my brother Aníbal.

I will let others, who accompanied his career as a Teacher and a Scholar, testify about those important facets of his life, since I followed his academic career but from a distance. I will, instead, focus on Aníbal the man.

Born and raised in a modest but extremely principled family in a village in Trás-os-Montes, Aníbal never forgot his roots; rather he drew inspiration from them, showing all his life an active, attentive and tender dedication to his parents and siblings. The pride and joy he always exhibited towards his family and his village is a clear testimony to Aníbal’s high level of self-confidence, as one who not only does not forget his roots, but takes pride in “going back”, with self-assuredness.

I have known Aníbal since our adolescence, and our friendship was enormously strengthened when we attended Leuven University, in Belgium, together in the early 70’s. These formative experiences and our shared academic world made us .....”a band of brothers”. Aníbal is one of those individuals who gives 100%, not only for his friends, but for every person who comes in contact with him. Through the years I have had the privilege of observing this special person who, under multiple and diverse circumstances, takes the time to learn from, engage with, and inspire others.

Aníbal is an exemplary “Educator”. He reminds me of what Ernie Boyer said in “Scholarship Reconsidered”: “The aim of education is not only to prepare students for productive careers, but also to enable them to live lives of dignity and purpose; not only to generate new knowledge, but to channel that knowledge to human ends; not merely to study government, but to help shape a citizenry that can promote the public good”.

I realize I had committed to speak of Aníbal the man, but could not resist a reference to Aníbal the scholar, especially since these two facets are so intrinsi-

cally interwoven in him as a person. I admire Aníbal for the subtle manner in which he informs, involves and inspires people around him. I am in awe of his ability to “be with” people in need of support, uplifting and motivating them with spirit and charisma .

His involvement with his family has been a profound base for his interpersonal gifts. This is an extraordinary achievement coming from the ultimate professional whose academic duties have always taken so much of his time and energy. Despite and in the midst of his professional obligations, Aníbal has never forgotten his priorities in life viz-a-viz his family and friends. This, again, is the mark of an extraordinary individual who, throughout an extremely demanding career at the University, managed to keep his priorities in order.

Aníbal the Man is truly my brother, and it is my hunch that those surrounding him today and in the future will toast with me his humanity as well as his prodigious scholarship.

Lexington, Massachusetts

## Michèle Dupont

Aníbal, l' Ami fidèle.

Nous nous sommes rencontrés en 1973 dans un bureau de l' U.C.L. à Louvain (aujourd'hui Leuven). Imaginez: pas trop loin de Mai 68! Oui, en bonne nostalgique j'écris Mai avec une majuscule comme l'Ami s'agissant d'Anibal. Anibal en Duffel-coat et barbe noire et, à l' époque, plutôt réservé. Nous faisons des statistiques, moyennes, écart-types et autres calcula, a la main, traçant les lignes à la latte. Rendez vous compte!

Depuis, Aníbal s' est épanoui personnellement et professionnellement. Il est devenu l'homme de l'envergure que vous lui connaissez, toujours droit, perspicace et chaleureux. Un homme d'esprit.

Loin des yeux souvent mais jamais loin du coeur. Nous avons connu et parlé de nos boires et déboires mutuels, passé des jours et des soirées à refaire le monde, à questionner la sociologie, la psychanalyse, la communication, jamais isolée de la relation. Dès qu' Anibal se réveille il réfléchit et ...cause. Je me souviens avec beaucoup de bonheur du petit séjour dans son pays d' origine nous parlant de son voyage en train pour l'école, loin; parlant avec émotion et reconnaissance de son père, belle figure. Cet homme qui a été pour lui comme sa terre, un socle solide et fier le nourrissant des valeurs fondamentales de l'existence. A Bruxelles nous avons visité ensemble la maison d' Erasme, très grand et très bél esprit et pour le saluer en guise d'au revoir Anibal a signé dana le grand livre des visiteurs: Aníbal de Pinhal do Norte. Aníbal le fidèle.

Bon vent Aníbal pour ton nouveau voyage!

## Ricardo Pereira

### Amizade reformulada

Um amigo é o somatório de um conjunto de circunstâncias que recordadas no tempo assumem dentro de cada um de nós sentimentos comuns, mais ou menos fraternos que se vão paginando ao longo da nossa vida como se tratasse de uma personagem imprescindível dentro da nossa própria história. Nela essas personagens tomam a forma daquilo que o nosso coração sente e exprime-se inúmeras vezes de forma radical. Não se perdoa tudo a um amigo porque deste contamos fidelidade e achamos que não poderá falhar nunca quando dele necessitamos. Quando a reforma de uma vida de trabalho bate à porta do nosso amigo, temos a primeira reacção de pensar que essa amizade agora não voltará a ser a mesma. A mudança de alguns hábitos consequentes de uma reforma é por assim dizer aquilo que na maioria das vezes nos fazem afastarmo-nos uns dos outros, perdendo contactos, saindo da cena diária dos interesses e gostos comuns que nos uniram e alimentaram essa amizade.

Contudo, a amizade também é capaz de se regenerar e até consolidar mesmo quando acaba essa rotina e novos horizontes se abrem para esta nova vida.

Sei que não quererás esquecer no tempo os teus amigos e como tal procurarás manter sempre contigo o melhor de cada um deles.

Sei que continuarás a cultivar os sentimentos fraternos que sempre soubeste colocar na tua amizade.

Sei que, como dizia Agostinho da Silva, não irás encarar a vida com a "... saudosa recordação de definhar mormente e melancolicamente, tomando um cafezinho e fumando um cigarrinho, triste".

Sei que irás realizar novos projectos que te darão um maior gozo pessoal.

Mas também sei que saberás criar na tua vida, um novo espaço para continuar a partilhar com os amigos.

Tal como sempre, cá estarei para alimentar a chama dessa amizade.

Um bom amigo de Trás-os-Montes.

## Cármem Catarino

Com grande dedicação, respeito e amor.

Desde a infância fazíamos anualmente a viagem a Trás-os-Montes. Setembro, Outubro, era o tempo das colheitas, mas sobretudo das vindimas. Predominava o dourado em toda a parte... tudo atingia a maturação e a Natureza oferecia orgulhosa e com grande abundância os seus frutos depois de um ano de trabalho

e de esforços, ora recompensados neste diálogo silencioso com o cultivador, mas de profundo entendimento e alegria...

Em casa esperávamos com ansiedade este momento do ano, que o pai sabia tão bem nos fazer participar: era o encontro com a família paterna, os amigos, com todos aqueles que de certo modo pertenciam a este círculo... e de um certo modo, todos eram incluídos. Para cada um, uma recordação personalizada bem pensada que a mãe preparava com tanto amor e no retorno... todo o amor que se distribuía voltava centuplicado mas em ovos, vinho, pão, e até mesmo em galinhas... Tudo era aventura, desafio, conquista!

Sempre, sempre uma grande alegria...Ao som do acordeão da minha irmã, se desfolhava o milho, se debulhava o feijão, se pisavam as uvas até se tornarem vinho, mas sobretudo se aprofundavam os laços da amizade...e isso valia mais que tudo...

Entre todos neste círculo uma família particular: o tio Zé Alves e a tia Célia e os seus três filhos, o Niba, o Jerónimo e o Jorge. O tio Zé Alves era o sacristão e aceitava sempre a minha ajuda... para tocar o sino na hora das Trindades, para colocar o azeite e manter acesa a lâmpada do Santíssimo... mas se tudo isto me dava prazer, mais prazer ainda era conhecer a sua humanidade, o seu sorriso sincero que emergia das rugas do seu rosto, e o seu modo de considerar os factos e de os aceitar, sabendo colher a raiz do bem em tudo, andando além da simples aparência externa. A tia Célia com a sua simplicidade e o sorriso sempre pronto me acolhia e me ensinava a sua bondade. Almas grandes, abertas que souberam transmitir seus princípios e os valores verdadeiros a quem os circundava e souberam plasmar seus filhos inculcando a rectidão e o amor. E como está escrito: "A árvore boa não pode dar senão bons frutos..."

Eu posso testemunhar que conheci a árvore, sob a qual repousei, aprendi, conheci e amei... mas também conhece os bons frutos....

Posso dizer que o Aníbal soube colher e fazer tesouro de cada virtude de seus pais aqui expressa e certamente de muitas, muitas outras... que ora não posso revelar e deixo a cada um descobrir porque vale bem, sim vale bem a pena...

Porém, o mais curioso e gratificante é que ele conseguiu também, como seus pais conseguiram, transmitir – ou melhor ainda ele soube contagiar quem lhe passou ao lado: com o seu optimismo de vida, aquela bondade, o amor forte pela humanidade, trabalhando por cada um com actos e não só com palavras, a sua alegria, a sua serenidade, a transparência no comunicar e sobretudo no viver a convicção de seus ideais... E isso aconteceu na sua família – que nos faz realmente saborear a família – no seu trabalho, na sua Universidade à qual tanto se dedicou, com os seus amigos, com quem se relaciona... ele sempre tem uma palavra e uma experiência para doar....

Caro Aníbal, mesmo se nos encontramos pouco, basta aquele pouco para nos comunicarmos e compreendermos o muito que temos em comum... Sabemos a meta que queremos alcançar, em unísono vivemos para realizar a verdadeira

unidade e a fraternidade universal...e isso dá força, coragem, heroísmo, gera alegria, confiança e comunhão.

De que mais necessitamos para transformar o mundo onde nos encontramos?  
Querido Aníbal, eis agora a minha vez: "Obrigada por seres e por seres como és!"

Bangalore, Índia – 21.03.09

## Célia Alves

Conheço-o desde sempre e é um homem que em toda a sua evolução esteve sempre bem.

Com o seu grande sorriso (se repararem até os olhos sorriem), a sua calma metódica, que por vezes mexe comigo "calma minha sobrinhinha, tudo se há-de resolver", ele assemelha-se a uma baía calma nas águas agitadas que somos quase todos. Julgo que nunca o vi zangado, aborrecido talvez, triste sim, mas zangado ou furioso, nunca.

É generoso e preocupado com o bem-estar dos outros.

É crédulo, não imaginam como é fácil pregar-lhe uma partida.

Faz as delícias de todos, especialmente das crianças quando nos nossos encontros no Pinhal do Norte damos os nossos passeios nocturnos, e ele pacientemente nos aponta os astros, aliás ele é o CHEFE DAS ESTRELAS...

É um tio; um tio-avô que todos gostamos de ter.

## Jerónimo José Alves

Memórias do irmão mais velho

É difícil escrever sobre o meu irmão Aníbal, sobretudo quando tenho de me limitar a umas poucas linhas. As minhas memórias ocupariam pelo menos um ou dois volumes...

Assim, vou limitar-me a dois dos mais importantes momentos das nossas vidas: o seu nascimento e os nossos passeios pelas terras do Pinhal do Norte.

O dia em que o Aníbal nasceu foi particularmente abençoado: nessa mesma data, para além de ganhar um irmão, nasceram os pintainhos, os perus e os cachorrinhos da Boneca. Tinha eu três anos e dez meses... Recordo-me de o embalar (com pouca vontade) no seu berço de meia-lua, dos seus primeiros passos e de passear com ele a caminho da casa dos avós e da madrinha: os velhotes, sentados à soa-leira, olhavam-no e diziam: "Que lindo menino! Parece mesmo o Menino Jesus."

Cresceu e transformou-se num homem bom, atento a tudo e a todos. Quando nos encontramos no Pinhal, transparece facilmente o seu amor pela terra natal e pelos lugares da nossa infância. Nas caminhadas pelos montes da aldeia contemplamos a Serra do Marão, o Santuário da Senhora da Assunção, descemos ao rio Tua, avistamos o penedo conhecido como Sinos de Braga, a Crujeira e as Águas Férrias. Fico feliz ao ver o entusiasmo e brilho nos seus olhos quando olha o céu estrelado e apontando me diz: “Olha Jerónimo! Que linda é a estrada de Santiago...”.

Um obrigado e um abraço forte para ti, meu irmão, do Jerónimo José Alves

### **José, João e Maria da Conceição Belchior Alves\***

O professor Aníbal, nem sempre foi professor mas também nem sempre foi Aníbal!

Antes de ser Aníbal foi o segundo e muito amado filho da Mãe Célia e pai José numa pequena e resistente aldeia de gentes simples, puras e de uma sabedoria inesgotável. Só passados uns dias e provada a resistência inata do mais tenro rebento de Pinhal do Norte, foi José ao registo, no dia 10 de Junho de 1940. De forma inconscientemente propositada marca o nome no papel e regista de forma indelével a ligação umbilical entre o “Niblinho” e a língua e mundo Lusos.

O Nible termina a 4ª classe com honra e como assim podia a família, segue para o Colégio no Porto. De olhar arrebitado neste primeiro mundo novo, recita poemas e sermões a Dona Maria José Pestana que cedo lhe pisca o olho e o acolhe. As enormes saudades promovem o contacto próximo com as ruas da cidade grande mas que falha em indicar o caminho de volta para a aldeia... É o pai José que sugerindo a mudança da família para o Porto, consegue manter a calma na vida e a atenção nos livros.

O menino prodígio inicia a sua missão de fé. Vive em boa companhia: na de Jesus, de camaradas únicos e de amizades inabaláveis, primeiro em Macieira de Câmara, depois Soutelo e mais tarde na primeira temporada em Braga. Já aí passa a ser “Perfeito” e ensina, mas ainda não é o Professor que virá a ser.

Segue o “filósofo” para Louvaina. No primeiro dia conhece o reitor, um preságio de uma vida académica que estará para vir. São anos de luta interior e decide mudar de companhia, mantendo os amigos de sempre e juntando outros novos. O seu sorriso enorme e ternura imensa conquistam a senhora Europa e a menina São! Casado e quase doutor volta a Braga para fundar e fundir uma nova universidade, um projecto apaixonante que move montanhas, as do Minho e arredores.

\* Filhos e esposa.

É Marido e Pai extremoso, paciente e apaixonado. Ensina a comunicar de muitas formas e feitios; é o Professor Aníbal que deixa uma marca única nos seus alunos e colegas. De carácter forte e rigoroso, o Professor Aníbal nunca esquece a individualidade de cada aluno, apoiando cada passo avante e motivando o pensamento livre. Termina aqui esse período, mas uma vez Professor e sempre Aníbal, a sua *aulé* não termina! Segue antes ao seu ritmo, pausado e reflectido e ao qual podemos privilegiadamente assistir.

## **José Carlos Belchior, S.J.**

Aníbal Alves – Amigo e Cunhado

Aníbal Alves antes de ser cunhado, já era um grande amigo.

Escrever para as outras pessoas sobre um amigo e um familiar não é, para mim, tarefa nada fácil, embora o faça com muito gosto. Nada fácil porque não se trata de comunicar as características exteriores de competências e saberes, mas procurar fotografá-lo na sua humanidade e na relação pessoal da nossa amizade. Os afectos, pelo menos para mim, são muito difíceis de descrever, pois tocam a realidade sagrada da pessoa. Desculpa, Aníbal, este atrevimento e “profanação”.

O nosso conhecimento é muito antigo: ele teria uns onze anos e eu os meus dezoito. Sinceramente, eu nem dava por ele. Só bastante mais tarde, pelos meus trinta anos contactámos directamente. Pergunto-me, hoje, o que me terá levado a escolhê-lo para confidenciar determinados assuntos? Os assuntos não eram agradáveis, nem para ele nem para mim, mas eu necessitava de desabafar. Encontrei nele a capacidade de escutar e de respeitar a turbulência que me habitava. Provavelmente, não contribuí para o seu crescimento pessoal, mas foi-se gerando na liberdade uma grande amizade. Eram tempos em que líamos Rogers, que muito nos encaminhou a apreciar o relacionamento mútuo. Para além da empatia, o Aníbal é daquelas pessoas com quem dava gosto estar. Acolhedor, paciente em extremo, conciliador, analista objectivo dos sentimentos e das situações, ajudou-me muito, pela sua maneira de ser, a acreditar que o outro é sempre merecedor do nosso respeito e guarda no interior os recursos suficientes para crescer como pessoa. Foram, de certo, estes os motivos que me levaram a ver nele um verdadeiro amigo.

Nunca lhe perguntei, mas creio que fui eu que o introduzi, sem dar por isso, na nossa família. E, vai daí, que o Aníbal acaba por casar com a minha irmã Conceição, de quem sou padrinho de Baptismo. Escusado será dizer, que a nossa amizade se viu reforçada, apesar dos encontros serem esporádicos, pois cada um seguiu o seu percurso.

Os meus pais deixaram-nos como principal herança a fé em Deus nosso

Senhor. Mas habitava-os também o enorme desejo de que os seus oito filhos continuassem unidos e se dessem como irmãos. Ideal utópico perante as fragilidades de que todos partilhamos. Pelo facto de ser jesuíta e padre, vivi e vivo estas situações difíceis com distanciamento e equilíbrio instável, mas com o coração a sangrar. Mais uma vez, encontrei no Aníbal a objectividade, a sensibilidade, o bom senso, o sentido de humor, a rectidão, a solidariedade, a não intromissão e o desejo de conciliar e unir. Vejo que para ele, tendo em conta a verdade e a justiça, é mais importante aquilo que nos une do que o que nos divide. Refiro este facto porque concretiza a sua personalidade de amigo, simples e com espinha dorsal. É um homem que reflecte, passa os assuntos pela sua consciência e age e procede em conformidade; é coerente. Através das dificuldades e alegrias da vida, soube sempre crescer como pessoa.

O Aníbal é daquelas pessoas que não me defrauda, pois o encontro sempre como é. Dá-me uma grande alegria e gosto de o ter como amigo e cunhado!

## Margarida Belchior (Maíca)

Carta ao «Meu Tio»... muito querido!

Há 40 anos...

Juntavas-te em casa dos meus pais, nos Olivais, com outras pessoas para conversarem de cinema, de outros assuntos políticos e sociais, para rezarem e celebrarem a Vida.

«O tratamento carinhoso e acolhedor — a tua “imagem de marca”.»

Foste para a Bélgica estudar. A *Tante* Alice, a «mãe belga», tornou-se um “suporte” insubstituível. Todos conhecemos a sua Amizade, através de ti.

A Tia foi ter contigo. Estiveram por terras belgas vários anos, até à conclusão dos estudos. Quando vinham, ouvíamos as histórias e vários nomes, de amigos a bairros e universidades, que se foram tornando familiares: Waterloo, Louvaine, Louvaine-la-Neuve, Gendrain's, ....

Lembro-me de um campo de férias sobre jornalismo, em Palmela, com a minha mãe ... antecedido por um atelier de jornalismo: uma tarde de MOCAMFE, em Lisboa.

Pelo meio acontecia com uma Alegria impar, há tantos anos esperada, a revolução dos cravos, aqueles que foram parar aos canos das metralhadoras dos militares de Abril. Pela liberdade e pela democracia! Incluindo a liberdade de expressão e de associação.

Há 30 anos ...(plus au moins!) Fiz eu própria a minha primeira saia para o teu casamento com a minha tia São. Que festa fantástica! Tirámos lindas fotografias, no terraço da Ribeira, para nos ajudarem a refrescar a memória de tempos que já parecem antigos, mas que foram apenas ontem.

«O tratamento carinhoso e acolhedor — a tua “imagem de marca”.»

Salta uma piada em português, outra, de imediato, em francês. A boa disposição sempre presente. A todos e todas ouves com cuidado e atenção. Os conselhos são avisados e de enorme bom senso. E o regresso a Portugal, finalmente. Já ia longa a estadia belga. Sentíamos as muito lusas “Saudades” d’ «O tratamento carinhoso e acolhedor — a tua “imagem de marca”.»

Aproximaram-se. Foram para Braga. Integravas a Universidade do Minho. Lembro-me de umas férias fantásticas com os pais e manos, em Maximinos. Foi quando conheci Braga! Os piqueniques nos rios, O Gerês, O Bom Jesus, A feira do «Campo da Vinha», A feira de Barcelos. Boas lembranças!

«O tratamento carinhoso e acolhedor - a tua “imagem de marca”.»

Nasceu o Zé. Cresceu cheio de caracóis! Anos depois o João. Que primos queridos!

Há 20 anos ...ou talvez menos ...[a memória vai-me pregando partidas].

Como nos divertíamos todos, grandes e pequenos, a brincar ao «Halloween». Já em Nogueira, com o Bi e o Tomé, o Simão e a Alice, as minhas filhas também. A cumplicidade crescia entre primos e primas, mais novos e mais velhos. Que amigos eles são hoje.

E ...«O tratamento carinhoso e acolhedor — a tua “imagem de marca”.»

As conversas e os conselhos sobre os futuros, de cada um e de todos, sempre acompanhados daquela humanidade, aprendida entre vinhedos, pinheiros e rios, e outros tão sábios anciãos de que tu tanto gostas de falar.

Há 10 anos ...Há 5 anos ...Hoje ... Sempre...

«O tratamento carinhoso e acolhedor — a tua “imagem de marca”.»

16 de Março de 2009

## Pedro Belchior

Querido Cunhado,

Foi uma grande bênção de Deus, quando por causa da mana São, entraste na nossa família. A oportunidade de te conhecer e, ao longo destes anos, partilhar contigo colóquios sobre variados temas, muito tem contribuído para o nosso enriquecimento pessoal (nosso, por falar em nome da Taty e meu). Conversas essas, passadas quer à mesa de refeição na Ribeira, quer em variados outros locais e sobre questões que gravitam em redor da nossa relação com Deus, logicamente a resvalar para a Sua Igreja, e nesta também para as questões da Liturgia e da sua aplicação quotidiana, até aos temas da comunicação e de diferentes áreas de aplicação da ética, sem deixar passar as trocas de experiências profissionais e todo um etc., que aqui contém realmente ainda muito tema que fica por expressar. E isto

por possuíres uma vasta e variada cultura, a que alias uma atitude de humildade exemplar, tornando-te assim possuidor de sabedoria que brota de ti com toda a simplicidade. Logicamente o também seres sábio em prática de comunicação.

Conversas que colocam as refeições no seu devido lugar, pela partilha, pelo convívio, pelo estreitamento de laços de amizade, que são compromisso não declarado, mas de uma realidade total, por o sobrenatural intervir, e então todos os participantes serem mais seres humanos.

Estas coisas simples decorrem de um coração grande, atento, ouvinte, pacificador e de sensibilidade comovente, o que conduz à sabedoria já referida, mas agora, aplicada ao saber dizer a palavra certa no momento certo. Ao que não é estranho um espírito curioso e estudioso, fundamentando ainda uma séria interiorização do mundo.

A tua presença é discreta mas profunda, sempre disponível.

A lei natural da vida, colocou-nos, pela idade em anos que não pelo espírito, e também por outras razões, na aposentação. Nova fase, embora de maior responsabilidade no que à ocupação do tempo se refere. Aproveita-a como só tu sabes...

Pedimos a bênção de Deus para ti para a São e vossos filhos José e João, deixando expresso um grande beijo e abraço de irmãos

Taty e Pedro, Torres Vedras, 2 de Abril de 2009



[www.pedepagina.pt](http://www.pedepagina.pt)

ISBN 978-989-614-124-0



9 789896 141240